

RENÉ GUÉNON



ESTUDOS SOBRE A
FRANCO-MAÇONARIA E
O COMPANHEIRISMO

Études sur la Franc-Maçonnerie et le Compagnonnage (vols. I et II), René Guénon.

Éditions Traditionnelles, Paris, 1964, 1965.

Estudos sobre a Franco-Maçonaria e o Companheirismo.

Traduzido do original francês por Vitor Manuel Adrião, Lisboa, 2014.



RENÉ GUÉNON
(Dados biográficos)

Nasceu em 15 de Novembro de 1886, em Blois, França, com o nome de René Jean Marie Joseph Guénon, filho do arquitecto Jaz Baptiste Guénon e de uma jovem da burguesia local, Anna Léontine Jolly.

De saúde incerta porém aluno brilhante, cursou Matemáticas elementares em 1904 e, mostrando reais aptidões para esse ramo do saber universitário, alguns professores convenceram-no a prosseguir os estudos de Matemática em Paris. Assim, em Outubro de 1904, seguiu para a capital francesa instalando-se primeiro no Quartier Latin, depois na Rua St.-Louis-en-L'Ile, n.º 51, tendo entrado no Colégio Rollin como aluno de Matemáticas especiais, curso que viria a abandonar em 1906 por problemas de saúde.

É por essa altura, entre 1906 e 1909, que pela mão de amigos entra em contacto com a Escola Hermética do médico militar Gérard Encausse, com o pseudónimo de “Papus”, na qual se filia. Igualmente afilia-se na Ordem Martinista, chefiada pelo mesmo Papus, que pretendia ter como origem uma transmissão regular da antiga Ordem dos Eleitos Cohens, fundada no século XVIII por Martinets de Pasqually (ao qual, aliás, se atribui uma origem incerta – francesa, espanhola e portuguesa – no entanto garantida ser originário de uma família israel-sefardita da Península Ibérica: Las Cazas ou Das Casas). Aí alcançou o grau supremo de “Superior Incógnito” ou “Desconhecido”, passando a tomar conhecimento dos documentos da Ordem.

Seguidamente, fez-se receber em duas Ramas maçónicas que tinham relações próximas com a Ordem Martinista: a *Loja Simbólica Humanidad n.º 240*, do *Rito Nacional Espanhol*, e o *Capítulo e Templo “INRI”*, do *Rito Primitivo e Original Swendenborguiano*. Neste último recebeu de Theodore Reuss, Grão-Mestre do Grande Oriente e Soberano Santuário do Império da Alemanha, o cordão de seda negra de *Kadosch*.

Por outra parte, criou-se no Templo do Rito Misto do Direito Humano um Soberano Grande Conselho do Rito de Mênfis-Misraim para a França e suas dependências, tornando-se a *Loja Humanidad* Loja-Mãe desse Rito. Nele René Guénon recebeu a patente do 30.º-90.º grau.

No Congresso Espiritualista e Maçónico de 1908, René Guénon esteve como secretário da mesa, mas logo o abandonou após a sessão de abertura, em confronto ideológico aberto com Papus, presidente do mesmo. No decurso do Congresso conheceu pessoalmente Fabre des Essarts, que com o pseudónimo de “Synesius” era o patriarca da Igreja Gnóstica, e solicitou-lhe a sua admissão. É admitido e em 1909 consagrado “bispo” por “Synesius”, adoptando o nome iniciático

“Palingenius” (a primeira parte deste nome grego significa “que renasce”, equivalente do significado de seu nome René, “renato”, e a segunda “génio”, por extenso: “o génio que renasce”). No interior desse grupo veio a encontrar Léon Champrenaud (Abdul-Haqq) e Albert de Pourvoirville (Matgioi), que o ajudaram a fundar a revista “La Gnose” em Novembro de 1909, inicialmente como “órgão oficial da Igreja Gnóstica Universal”, na qual Guénon publicou os seus primeiros artigos. A revista deixou de se publicar em Fevereiro de 1912.

Ainda em 1908, surgiu a oportunidade de René Guénon fundar uma “Ordem do Templo” renovada, compreendendo sete graus. Essa “Ordem”, de existência efêmera, esteve na origem da ruptura entre Guénon e Papus; efectivamente, esse último expulsou-o das diversas organizações sob o seu controlo. Guénon foi então admitido na Loja *Tebah*, dependente da Grande Loja de França, Rito Escocês Antigo e Aceite. Aí permaneceu até 1914, data em que o eclodir da I Guerra Mundial obrigou as Lojas a “adormecer”.

Em Julho de 1912 casou, segundo o rito católico, com Mlle. Berthe Lory, professora primária. Nesse mesmo ano converteu-se efectivamente ao Islão, recebendo a luz ou “barakah” do Sheikh Abder Rahmân Elish El-Kebir, por intermédio de Abdul-Hâdi (nome islâmico de John Gustaf Agelii, também conhecido pelo seu nome de artista plástico, Ivan Aguéli).

Dispensado do serviço militar durante a Grande Guerra, devido à sua fraca saúde, mas necessitando de enfrentar as necessidades materiais, foi obrigado a trabalhar como professor do ensino particular em diversos colégios. Em Outubro de 1917 foi nomeado professor de Filosofia em Setif, na Argélia. Este período da sua vida na Argélia, naturalmente serviu para aperfeiçoar os seus conhecimentos de língua árabe e estabelecer contacto com certos mestres e meios espirituais islâmicos.

Em 1918 regressa a França e em 1919 encontra-se novamente em Paris, com a sua mulher e uma jovem sobrinha, abandonando o ensino mas preparando alguns dos muitos livros que irá publicar ao longo dos anos (*Introdução Geral ao Estudo das Doutrinas Hindus*, *Apercepções sobre a Iniciação*, *O Rei do Mundo*, etc., a par de várias centenas de artigos que viram a luz da edição).

Em 1922 dá-se o seu encontro com Paul Chacornac, e daí em diante passa a colaborar na revista editada por esse, *Le Voile d’Isis* (“O Véu de Ísis”), mais tarde designada *Études Traditionnelles* (“Estudos Tradicionais”). Em 1924 participa com Jacques Maritain e René Grousset no debate organizado pela revista *Nouvelles Littéraires* (“Novidades Literárias”), por ocasião do lançamento do livro de Ferdinand Ossendowski, *Bêtes, Hommes et Dieux* (“Bestas, Homens e Deuses”), o qual, juntamente com o anterior de Saint Yves d’Alveydre, *Mission de l’Inde en Europe* (“Missão da Índia na Europa”), iriam inspirá-lo a escrever o seu *Le Roi du Monde* (“O Rei do Mundo”), publicado em 1927. Nele aborda a temática da *Agharta*, aprestando-se a situá-la no plano puramente simbólico e arredando-se de representá-la no plano efectivamente real; mesmo assim, esse livro terá sido o causador directo da mudança das relações entre Guénon e alguns representantes da tradição hindu, por terem considerado as informações fornecidas nessa obra serem demasiado precisas, mesmo que indicadas como exclusivamente simbólicas, atrever-me-ia a chamar-lhes “especulativas”, em detrimento da realidade “operativa” que, reconheça-se, Guénon não quis reconhecer por motivos só seus conhecidos, um deles, quiçá, o de pretender propositadamente baralhar ou confundir tudo, ou então tão-só o baralhar-se confundindo-se completamente. Mas a verdade é que certos brahmanes e panditas (“sacerdotes e instrutores”) sobretudo do Norte da Índia, ainda assim reprovaram-no severamente. Isto por haverem coisas de que não se deve falar demasiadamente...

No final de 1925 profere na Sorbonne a única conferência pública da sua vida, tendo escolhido o tema *La Métaphysique Orientale* (“A Metafísica Oriental”). E continuará a dar lições de Filosofia até 1929 no Cours Saint-Louis, onde estudava a sua sobrinha. Em 15 de Janeiro de

1928 a sua mulher faleceu, e pouco depois a sua tia, Mme. Duru, tendo a sua sobrinha voltado para casa da família. René Guénon ficou só.

Em 1929 conheceu Marie W. Shillito, filha do “rei” dos caminhos-de-ferro canadianos, viúva de um engenheiro egípcio, Hassan Farid Dina. Tanto ela como o marido, enquanto este foi vivo, colocaram a sua fortuna ao serviço da investigação científica e de outros tipos de investigação. Mme. Dina viria a auxiliar grandemente em que a obra dispersa já publicada de Guénon fosse comprada aos diferentes editores e centralizada numa única casa editora, que a publicaria a seguir como exclusiva: a sede da revista *Le Voile d’Isis*, situada no Quai Saint-Michel (“Praça São Miguel”), em Paris.

Em 5 de Março de 1930, René Guénon parte para o Egipto em companhia de Mme. Dina. No Cairo, onde primeiro se instala provisoriamente e depois definitivamente, tornar-se-á o Sheik *Abdel Wahed Yahia*, o seu nome islâmico significando “o servidor do Único”. Inteiramente islamizado, falando árabe sem qualquer sotaque, *Abdel Wahed Yahia* era agora um modesto habitante do Egipto, vivendo uma vida muito simples repartida entre o estudo e a oração.

Em Julho de 1934 daria mais um passo na sua integração no mundo árabe, desposando Fatma ou Fátima, filha mais velha do Sheik Mohammad Ibrahim, em cuja residência o casal passa a viver, até que em 1937 decide ir para os arredores a oeste do Cairo, instalando-se no bairro de Doki, num lugar sossegado onde ninguém os incomodava. A sua casa era uma vivenda branca, escondida pela verdura, na esquina de uma rua tranquila. Guénon chamou-lhe “Vila Fátima” e sobre a porta estava escrita a frase em árabe: “Deus é a Majestade das Majestades”.

Do seu casamento com Fatma nasceram duas filhas e dois filhos: Khadija, em 1944, Leila, em 1947. Entretanto, em 1948 obtém a nacionalidade egípcia. Em 5 de Setembro de 1949 nasce o seu primeiro filho, Ahmed, enquanto o seu segundo filho, Abdel Wahed, nascerá após a sua morte, em 17 de Maio de 1951.

Em Novembro de 1950 os três filhos de Guénon adoeceram ao mesmo tempo, e enquanto não se curaram ele recusou deixar-se tratar, a tal ponto que se lhe tornou impossível qualquer actividade e os seus amigos não receberam mais nenhuma carta sua. Isso valeu-lhe no mês seguinte, Dezembro, ficar gravemente doente, ficar retido no leito passando a ser assistido pelo seu médico e amigo pessoal, dr. Katz. Contudo, os seus males agravaram-se de dia para dia: tinha dificuldade em falar, pronunciando com dificuldade algumas palavras, e esboçava descontroladamente certos movimentos, sintomas degenerativos da doença de Alzheimer.

Por fim, em 7 de Janeiro de 1951, verificou-se o desenlace fatal: já não conseguia alimentar-se nem ingerir qualquer medicamento, embora mantivesse a lucidez, tendo várias vezes erguido a cabeça da almofada exclamando: *El Nafass Khalass*, ou seja, “a alma está saindo do corpo”. Morreu às 23 horas desse dia, sendo as suas últimas palavras: *Allah, Allah*. Segundo as testemunhas, o seu corpo repousava “calmamente, com o rosto muito sereno, tendo desaparecido a crispação das últimas horas”. E o seu médico não soube explicar a causa da morte, visto que nenhum órgão fora particularmente atingido – “como se a alma tivesse partido misteriosamente”.

O funeral, muito simples, decorreu no dia seguinte. O corpo ficou depositado no túmulo da família de sua mulher e, de acordo com o ritual islâmico, foi envolto num lençol de linho e deitado directamente sobre a areia, com o rosto voltado para Meca.

Pouco antes de morrer, Guénon havia declarado à sua mulher que desejava que o seu gabinete de trabalho fosse mantido tal como estava, prometendo “que, mesmo invisível, ele estaria aí”.

Para terminar a feitura destes curtos dados biográficos de René Guénon, devo citar as duas fontes de consulta que foram imprescindíveis à mesma: o *Prefácio* de António Carlos Carvalho, *Um homem simples: René Guénon*, ao livro deste, *A Crise do Mundo Moderno* (Editorial Vega, Lisboa, Outubro de 1977), e *Alguns dados sobre a vida e a obra de René Guénon*, por Vitor de Oliveira, tradutor do seu livro *O Reino da Quantidade e os Sinais dos Tempos* (Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989).

∴

A obra póstuma de René Guénon, *Estudos sobre a Franco-Maçonaria e o Companheirismo*, foi editada em dois volumes pela primeira vez em Paris em 1964 e 1965, mas que aqui, na edição portuguesa, estão reunidos num único mesmo mantendo a ordem cronológica original de 1929 a 1950, onde além dos capítulos reportando-se aos múltiplos aspectos do tema maçónico o autor faz a crítica literária de livros e artigos de revistas que o seu editor parisiense de *Voile d'Ísis*, depois *Etudes Traditionnelles*, fazia chegar a ele já residindo no Cairo.

Sobressai do conjunto da obra a distinção que René Guénon faz entre Maçonaria Operativa e Maçonaria Especulativa dando a primazia e mais-valia à primeira em detrimento da segunda, e igualmente o apelo constante ao “aperfeiçoamento humano” por parte dos maçons modernos preocupados quase exclusivamente com factores externos de natureza político-social, por exemplo, do que propriamente com a apuração interna realizando a Grande Obra Maçónica, ou seja, a criação do “Homem Novo” em termos de espiritualidade verdadeira, mental, emocional e física dentro da mais estrita ortodoxia maçónica.

As suas críticas literárias de autores e obras cuja maioria desapareceu entretanto com a II Grande Guerra Mundial, têm o valor de quem conheceu de perto a maioria dos supraditos e o modo como agiram e agitaram através do ocultismo e do esoterismo a sociedade do seu tempo, antevendo o autor com muita precisão que tudo isso acabaria no conflito armado que abrasou o Mundo de 1939 a 1945, descartando-se *a-priori* de certos movimentos esotericistas, nacionalistas e xenófobos, entretanto surgidos e que impuseram as suas políticas segregacionistas de que até hoje o Mundo, particularmente a Europa, se ressentem.

Estudos sobre a Franco-Maçonaria e o Companheirismo termina de um modo brusco, como se o agravamento da doença e a morte do autor o tivessem impedido de a finalizar. Sendo o livro mais “fulanizado” de toda a obra literária de René Guénon, as informações inéditas que contém são de uma preciosidade indispensável para todos os estudiosos de Franco-Maçonaria e Companheirismo e um testemunho directo do desenvolvimento e acção dos principais intervenientes do ocultismo e esoterismo na Europa desde o século XVIII até à metade do XX. As inúmeras notas pessoais do tradutor acompanhando as opiniões do autor, servem igualmente como enriquecimento da obra nos seus vários pontos aparentemente obscuros onde as mesmas aparecem com a exclusiva pretensão de os clarear.

Por tudo, *Estudos sobre a Franco-Maçonaria e o Companheirismo* merecem ser lidos e estudados por todo que se importam com estes temas de Tradição Iniciática, afiliados ou não nessas correntes tradicionais por esta obra ser sobretudo de interesse geral. A todos desejamos boa leitura e os maiores sucessos particulares nos seus estudos e pesquisas onde esta ferramenta literária impõe-se como indispensável.

Vitor Manuel Adriaão

CAPÍTULO I

COLÓNIA OU ESTRASBURGO?

Publicado em *Voile de Isis*, Janeiro 1927

O assunto foi abordado no número de Outubro de 1926 do *Voile d'Isis* e deve ser, parecidos, separado em duas partes: uma de ordem histórica e outra de ordem simbólica. A divergência assinalada não alcança, em suma, mais que o primeiro desses dois aspectos; por outro lado, pode ser que a contradição não seja senão aparente: se a catedral de Estrasburgo é seguramente o centro oficial de certo rito de Companheirismo, não será igualmente a de Colónia o centro de um outro rito? E não teria havido, precisamente por essa razão, duas cartas maçónicas distintas, uma datada de Estrasburgo e outra de Colónia, o que poderia ter dado lugar a uma confusão? Isso deveria ser verificado, faltando também saber se essas duas cartas têm a mesma data ou datas diferentes!... O assunto é interessante sobretudo do ponto de vista histórico. Este não é para nós o mais importante, porém, tampouco carece de valor porque de certo modo liga-se ao próprio ponto de vista simbólico: com efeito, não foi arbitrariamente que tal ou qual lugar tenha sido escolhido como centro de organizações como aquelas que aí actuaram.

Seja como for, estamos inteiramente de acordo com M. Albert Bernet, quando diz que o “ponto sensível” deve existir em todas as catedrais que tenham sido construídas segundo as regras verdadeiras da arte, e também quando declara que “ele foi aplicado sobretudo pelo ponto de vista simbólico”. A esse respeito, foi feita uma observação curiosa: Wronski afirmou que em todo o corpo há um ponto determinado que se for atingido imediatamente o corpo inteiro desagrega-se por aí mesmo, volatiliza-se de certa maneira ficando dissociadas todas as suas moléculas; ele pretendia ter achado o meio de determinar pelo cálculo a posição desse centro de coesão. Não é isso, sobretudo se considerado simbolicamente como pensamos que deve fazer-se, exactamente a mesma coisa que o “ponto sensível” das catedrais?

A questão, na sua forma genérica, é igualmente aquela do chamado “nó vital” existente em todo o composto, como ponto de junção dos seus elementos constitutivos. A catedral construída segundo as regras forma um verdadeiro conjunto orgânico, e por isso ela também tem um “nó vital”. O problema que se reporta a este ponto é o mesmo daquele que expressava, na Antiguidade, o famoso símbolo do “nó górdio”, mas seguramente os Maçons modernos ficariam bem surpreendidos se alguém lhes dissesse que a sua espada pode desempenhar ritualisticamente, a esse respeito, a mesma função que a de Alexandre...

Pode dizer-se ainda que a solução efectiva do problema em questão liga-se ao “poder das chaves” (*potestas ligandi et solvendi*) entendido no seu próprio significado hermético, correspondendo à segunda fase do *solve et coagula* dos alquimistas. Não se deve esquecer, como assinalámos no artigo de *Regnabit* a que se refere M. Paul Redonnel, que *Janus* era entre os Romanos o deus da iniciação aos Mistérios, e era ao mesmo tempo o patrono dos *Collegia fabrorum*, das corporações de artesãos que prosseguiram através de toda a Idade Média e, pelo Companheirismo, até aos tempos modernos. Porém, sem dúvida são muito pouco numerosos aqueles que, hoje em dia, ainda compreendem alguma coisa do simbolismo profundo da “Loja de São João”.

CAPÍTULO II

ACERCA DOS CONSTRUTORES DA IDADE MÉDIA

Publicado em *Voile de Isis*, Janeiro 1927

Um artigo de M. Armand Bédarride, aparecido em o *Symbolisme* de Maio de 1929, ao qual já fizemos alusão na nossa crónica de revistas, parece-nos susceptível de dar lugar a algumas reflexões úteis. Esse artigo, intitulado *As Ideias dos nossos Precursores*, concerne às corporações da Idade Média consideradas como tendo transmitido alguma coisa do seu espírito e das suas tradições à Maçonaria moderna.

Desde já observamos, a esse propósito, que a distinção entre “Maçonaria Operativa” e “Maçonaria Especulativa” parece-nos dever ser tomada num sentido diferente daquele que se lhe atribui comumente. Com efeito, imagina-se frequentemente que os Maçons “operativos” não passavam de simples obreiros ou artesãos e nada mais, e que o simbolismo dos significados mais ou menos profundos não chegou senão muito tardiamente, após a introdução nas organizações corporativas de pessoas estranhas à arte de construir. Mas essa não é a opinião de M. Bédarride, que cita um grande número de exemplos, especialmente nos monumentos religiosos, de figuras cujo carácter simbólico é incontestável. Ele fala em particular das duas colunas da catedral de Wurtzbourg, “que provam, diz ele, que os Maçons construtores do século XIV praticavam um simbolismo filosófico”, o que é exacto, com a condição, evidentemente, de entendê-lo no sentido de “filosofia hermética”, e não na acepção corrente de que não passaria de filosofia profana, a qual, de resto, nunca fez o menor uso de um simbolismo qualquer. Poderiam multiplicar-se os exemplos indefinidamente!... O próprio plano das catedrais é eminentemente simbólico, como já observámos em outras ocasiões. Falta acrescentar ainda que dentre os símbolos utilizados na Idade Média, além daqueles que os Maçons modernos conservaram a lembrança mas sem entenderem o seu significado, há muitos outros de que eles não têm a menor ideia¹.

Faz falta, em nossa opinião, algum tipo de contrapeso da opinião corrente e considerar a “Maçonaria Especulativa” como não sendo, sob muitos aspectos, senão uma degeneração da “Maçonaria Operativa”. Esta última, com efeito, era verdadeiramente completa em sua ordem, possuindo a teoria e a prática correspondente, e a sua designação pode nesse aspecto ser entendida como uma alusão às “operações” da “arte sagrada”, onde a construção segundo as regras tradicionais era uma das aplicações. Quanto à “Maçonaria Especulativa”, que nasceu no momento em que as corporações construtivas estavam em plena decadência, o seu nome indica muito claramente que ela está confinada à “especulação” pura e simples, ou seja, a uma teoria sem realização, e decerto que é uma maneira muito estranha encarar-se isso como um “progresso”. Se nisso não tivesse havido mais que um enfraquecimento, o mal não seria tão grande como é na realidade, porém, como já dissemos em diversas ocasiões, mais que isso aconteceu um verdadeiro afastamento nos inícios do século XVIII aquando da constituição da Grande Loja de Inglaterra, que foi o ponto de partida de toda a Maçonaria moderna. De momento não insistiremos mais, porém, temos de destacar que para compreender-se verdadeiramente o espírito dos construtores da

¹ Tivemos ultimamente a ocasião de assinalar, na catedral de Estrasburgo e sobre outros edifícios da Alsácia, um número vultuoso de marcas de talhadores de pedra datadas de épocas diversas, desde o século XII até ao início do século XVII. Entre essas marcas há muitas bastante curiosas e encontramos especialmente a *swástika*, a que M. Bédarride faz alusão, num dos torreões em flecha da catedral de Estrasburgo.

Idade Média, tais observações são inteiramente essenciais, pois de outra forma alguém poderá conceber uma ideia falsa ou no mínimo muito incompleta.

Outra ideia que não é menos importante rectificar, é aquela segundo a qual o emprego das formas simbólicas teria sido imposto simplesmente por razões de prudência. Que essas razões tenham existido algumas vezes, não contestamos, porém, esse não é senão o lado mais exterior e menos interessante da questão, já o dissemos a propósito de Dante e dos “Fiéis de Amor”² e podemos repetir no que respeita às corporações de construtores, tanto mais que terão havido laços muito estreitos entre todas essas organizações de carácter aparentemente tão diferente, mas onde todas participavam dos mesmos conhecimentos tradicionais³. Ora o simbolismo é precisamente o modo de expressão normal dos conhecimentos desta ordem, e tal é a sua verdadeira razão de ser em todos os tempos e em todos os países, inclusive nos casos onde não era necessário dissimular o que quer que fosse, e tão simplesmente por haverem coisas que, pela sua própria natureza, não podem expressar-se senão dessa forma.

O equívoco cometido frequentemente a respeito, do qual encontramos até certo ponto o eco no artigo de Bédarride, parece-nos dever-se a dois motivos principais, sendo o primeiro o que geralmente se concebe bastante mal sobre o que era o Catolicismo na Idade Média. Não se deveria esquecer que assim como há um esoterismo muçulmano, também houve nessa época um esoterismo católico, queremos dizer, um esoterismo que tomava a sua base e o seu ponto de apoio nos símbolos e nos ritos da religião católica, sobrepondo-se a esta mas sem opor-se de modo algum, não sendo duvidoso que certas Ordens religiosas estivessem muito longe de ser estranhas a esse esoterismo. Se a tendência da maior parte dos católicos actuais é negar a existência destas coisas, isso prova somente que eles não estão melhor informados a respeito que o resto dos nossos contemporâneos.

O segundo motivo do erro que assinalámos, é imaginar-se que o que se oculta sob os símbolos são quase exclusivamente concepções sociais ou políticas⁴, mas na realidade trata-se de coisa diferente disso. As concepções dessa ordem não podiam ter, aos olhos dos que possuíam certos conhecimentos, mais que uma importância muito secundária, em suma, a de uma aplicação possível dentre muitas outras. Acrescentamos mesmo que em todas as partes onde chegaram a tomar um lugar bastante destacado e a tornar-se predominantes, invariavelmente foram uma causa de degeneração e afastamento⁵. Foi precisamente isso o que fez perder à Maçonaria moderna a compreensão do que ela ainda conserva do antigo simbolismo e das tradições de que, apesar de todas as suas insuficiências, é preciso dizê-lo, parece ser a única herdeira no mundo ocidental actual. Se nos objectarem, como prova das preocupações sociais dos construtores, com as figuras satíricas e mais ou menos licenciosas que às vezes encontram-se nas suas obras, a resposta é muito simples: essas figuras estão sobretudo destinadas a despistar os profanos, que se detêm na aparência exterior e nunca vêem o que elas dissimulam de mais profundo. Há nisso alguma coisa que está longe de ser particular aos construtores: alguns escritores como Boccaccio e Rabelais, sobretudo, mas também muitos outros, adoptaram a mesma máscara e usaram do mesmo procedimento. Deve-se acreditar que esse estratagema foi eficaz, visto que ainda nos nossos dias, sem dúvida mais do que nunca, os profanos deixam-se enredar nele.

Se se quiser ir ao fundo das coisas, há que ver no simbolismo dos construtores a expressão de certas ciências tradicionais relacionadas com o que se pode, de modo geral, designar pelo nome

² Ver o *Voile d'Ísis* de Fevereiro de 1929.

³ Os Companheiros do “Rito de Salomão” conservaram até aos nossos dias a lembrança da sua conexão com a Ordem do Templo.

⁴ Esta maneira de ver é em grande parte aquela de Aroux e de Rossetti no que respeita à interpretação de Dante, encontrando-se também em muitas passagens da *História da Magia* de Eliphas Lévi.

⁵ O exemplo de certas organizações muçulmanas, nas quais as preocupações políticas de alguma maneira sufocaram a espiritualidade original, é muito claro a este respeito.

de “Hermetismo”. Somente não se deve acreditar, posto que falamos aqui de “ciências”, tratar-se de alguma coisa comparável à ciência profana, a única conhecida por quase todos os modernos. Parece que uma assimilação desse género formou-se no espírito de M. Bédarride, que fala “da forma mutável dos conhecimentos positivos da ciência”, o que se aplica própria e exclusivamente à ciência profana, e tomando à letra várias imagens puramente simbólicas crê ter descoberto aí ideias “evolucionistas” e inclusive “transformistas”, ideias que estão em contradição absoluta com todo o fundamento tradicional. Já desenvolvemos longamente, em muitas das nossas obras, a distinção entre a ciência sagrada ou tradicional e a ciência profana, pelo que não podemos nem sonhar reproduzir aqui todas essas considerações, mas ao menos julgamos como bom mais uma vez atrair a atenção sobre esse ponto capital.

Não acrescentaremos mais que algumas palavras para concluir: não é sem razão que Janus, entre os Romanos, era o deus da iniciação aos Mistérios e o deus das corporações de artesãos. Tampouco é por nada que os construtores da Idade Média conservaram as duas festas solsticiais desse mesmo Janus, tornadas com o Cristianismo na dos dois São João de Inverno e de Verão. E quando se conhece a conexão de São João com a vertente esotérica do Cristianismo, não se verá imediatamente que, sob a adaptação requerida pelas circunstâncias e pelas “leis cíclicas”, é sempre da mesma iniciação aos Mistérios que efectivamente se trata?

CAPÍTULO III

UM PROJECTO DE JOSEPH DE MAISTRE PARA A UNIÃO DOS POVOS

Publicado em *Vers l'Unité*, Março 1927

M. Emile Dermenghem, a quem já devíamos um estudo notável sobre *Joseph de Maistre mystique*, publicou um manuscrito inédito do mesmo autor. Trata-se de um memorando dirigido em 1782 ao duque Ferdinand de Brunswick (*Ecques a Victoria*), Grão-Mestre do Regime Escocês Rectificado, por ocasião do Convénio de Wilhelmsbad. O duque, desejoso de “instaurar a ordem e a sabedoria na anarquia maçónica”, em Setembro de 1780 havia dirigido o seguinte questionário a todas as Lojas da sua Obediência: “1.º Tendo a Ordem teve por origem uma sociedade antiga, de que sociedade se tratou? 2.º Existem realmente os Superiores Incógnitos e quem são? 3.º Qual é a verdadeira finalidade da Ordem? 4.º Essa finalidade é a restauração da Ordem dos Templários? 5.º De que modo o cerimonial e os ritos devem ser organizados para serem tão perfeitos quanto possível? 6.º Deve a Ordem ocupar-se das ciências secretas?” Foi para responder a essas perguntas que Joseph de Maistre escreveu um memorando particular, à margem da resposta colectiva da Loja *A Perfeita Sinceridade* de Chambéry a que pertencia, e na sua qualidade de “Grão Professo” ou membro do mais alto grau do Regime Rectificado (sob o nome de *Ecques a Floribus*), propôs-se expressar “os pontos de vista de alguns Irmãos mais acertados que outros, que parecem destinados a contemplar verdades de ordem superior”. Esse memorando, como diz M. Dermenghem, é assim mesmo “a primeira obra importante saída da sua pena”.

Joseph de Maistre não admite a origem templária da Maçonaria, e até mesmo desconhece o interesse real da questão. Inclusive chega a escrever: “Que importa ao universo a destruição da Ordem dos T.?” Contrariamente isso importa muito, por ser daí que data a ruptura do Ocidente com a sua própria tradição iniciática, ruptura que é verdadeiramente a causa primeira de todo o desvio intelectual do mundo moderno. Com efeito, tal desvio remonta muito além do Renascimento, que marca somente uma das principais etapas, devendo chegar-se até ao século XIV para localizar o seu início. Joseph de Maistre, desde logo não possuindo mais que um conhecimento bastante vago das coisas da Idade Média, ignorava quais teriam sido os meios de transmissão da doutrina iniciática e os representantes da verdadeira hierarquia espiritual. Pelo menos não nega claramente a existência de uma e de outra, o que já é muito, visto e considerando qual era nos fins do século XVIII a situação das múltiplas organizações maçónicas, inclusive a daquelas que pretendiam dar aos seus membros uma iniciação real não se limitando a um formalismo inteiramente exterior. Todas procuravam ligar-se a alguma coisa cuja natureza exacta era-lhes desconhecida: reencontrar uma tradição cujos sinais ainda existiam por toda a parte, mas cujos princípios se haviam perdido. Ninguém possuía mais os “verdadeiros caracteres”, como se dizia na época, tendo sido o Convénio de Wilhelmsbad uma tentativa de restabelecer a ordem no meio do caos dos ritos e dos graus. “Certamente, diz Joseph de Maistre, a Ordem não pode ter começado pelo que vemos agora. Tudo indica que a Franco-Maçonaria vulgar é um ramo desprendido, e possivelmente corrompido, de um tronco antigo e respeitável”. Esta é a estrita verdade, mas como saber que tronco foi esse? Ele cita um extracto de um livro inglês que trata de certas confrarias de construtores, e acrescenta: “É notável que este tipo de instituições coincida com a destruição dos T.” Esta observação deveria ter-lhe aberto outros horizontes e é surpreendente que não o tenha levado a reflectir mais, sobretudo porque o simples facto de tê-la

escrito não concorda com o que disse antes. Ademais, sustentamos que este assunto não concerne senão a um dos aspectos da tão complexa questão das origens da Maçonaria.

Outro aspecto da mesma questão está representado pelas tentativas de vincular a Maçonaria aos Mistérios Antigos: “Os Irmãos mais sábios do nosso Regime pensam que há fortes razões para acreditar que a verdadeira Maçonaria não é senão a *Ciência do Homem* por excelência, ou seja, o conhecimento da sua origem e destino. Alguns acrescentam que essa Ciência não difere essencialmente da antiga iniciação grega ou egípcia”. Joseph de Maistre objecta que é impossível saber exactamente o que eram esses Mistérios Antigos e o que se ensinava neles, parecendo só ter uma ideia muito medíocre dos mesmos, o que talvez seja ainda mais surpreendente que a atitude análoga que tomou a respeito dos Templários. Com efeito, mesmo que não vacile em afirmar muito justamente que em todos os povos há “restos da Tradição primitiva”, porque nem sequer pensou que os Mistérios deviam ter como finalidade principal conservarem-se como depósito dessa mesma Tradição? Não obstante e num certo sentido, admite que a iniciação de que é herdeira a Maçonaria remonta “às origens das coisas”, ao começo do Mundo: “A verdadeira religião tem muito mais de dezoito séculos, ela nasceu no dia em que nasceram os dias”. Também nisso lhe escapam são os meios de transmissão e observa-se a muita facilidade com que toma partido dessa ignorância, mas também sendo verdade não ter mais de vinte e nove anos quando escreveu o memorando.

A resposta que dá a outra questão prova ainda que a iniciação de Joseph de Maistre, apesar do alto grau que possuía, estava longe de ser perfeita, e como muitos outros Maçons dos graus mais elevados, tanto nessa época como hoje, estavam exactamente nas mesmas condições e até sabiam muitíssimo menos! Referimo-nos à questão dos “Superiores Incógnitos”. Eis o que ele disse: “Temos Mestres? Não, não os temos. A prova é curta mas decisiva, e é a de que não os conhecemos... Como poderemos concertar uma obrigação tácita com Superiores escondidos, porque no caso de se darem a conhecer talvez nos viessem a desencantar e por isso mesmo nos apartaríamos deles?” Ele ignora evidentemente do que se trata na realidade e qual possa ser o modo de acção dos verdadeiros “Superiores Incógnitos”. Quanto ao facto deles não serem conhecidos nem pelos próprios chefes da Maçonaria, tudo o que isso prova é que a ligação efectiva à verdadeira hierarquia iniciática não existia mais, e a recusa em reconhecer esses Superiores teria feito desaparecer a última oportunidade que ainda haveria em restabelecê-la.

A parte mais interessante do memorando é sem dúvida a que contém as respostas às duas últimas perguntas. Desde já destacamos a que respeita às cerimónias. Joseph de Maistre, para quem “a forma é uma grande coisa”, contudo não fala do carácter simbólico do ritual nem do seu conteúdo iniciático, o que é uma lamentável lacuna. No entanto insiste sobre o que poderia chamar o valor prático do ritual, e o que diz é uma grande verdade psicológica: “Trinta ou quarenta pessoas, silenciosamente alinhadas ao longo das paredes de uma câmara forrada de negro ou de verde, diferenciadas pela roupagem singular e não falando senão com permissão, raciocinam sabiamente sobre algum objecto que se lhes proponha. Retiradas as insígnias e os hábitos, apagadas as velas e só então permitindo que se levantem dos assentos, vereis esses mesmos homens precipitar-se uns sobre os outros, deixar de entender-se, falar de coscuvilhices e de mulheres, e o mais vulgar de toda a sociedade se imiscuirá neles mesmos antes de poderem reflectir que a sua atitude é igual à dos demais... Cuidemo-nos sobretudo de não suprimir o juramento como propuseram alguns, talvez baseados em boas razões, mas que sem dúvida não podemos compreender. Raciocinam muito mal os teólogos que querem provar que o nosso juramento é ilícito ou então irrazoável. É verdade que só a autoridade civil pode ordenar e receber o juramento nos diferentes actos de sociedade, porém não pode negar-se a um ser inteligente o direito de certificar com um juramento uma determinação interior do seu livre arbítrio. O soberano só tem autoridade sobre as acções. O meu braço é seu, a minha vontade é minha”.

Em seguida apresenta uma espécie de plano de trabalhos para os diferentes graus, onde cada um deve ter o seu objectivo particular, e é sobre isso que queremos insistir muito especialmente aqui, desde já importando dissipar uma confusão. Como a divisão adoptada por Joseph de Maistre não implica mais que três graus, M. Dermenghem acredita ter interpretado que a sua intenção era reduzir a Maçonaria aos três graus simbólicos, porém essa interpretação é inconciliável com a própria constituição do Regime Escocês Rectificado, que é essencialmente um Rito de altos graus. M. Dermenghem não percebeu que Joseph de Maistre escreveu “graus ou classes”, e é verdadeiramente de três classes que se tratam, cada uma podendo subdividir-se em diversos graus propriamente ditos. Vejamos como essa repartição parece estar estabelecida: a primeira classe compreende os três graus simbólicos; a segunda classe corresponde aos graus capitulares, dos quais o mais importante e talvez o único praticado de facto no Regime Rectificado é o de Escocês de Santo André; por fim, a terceira classe é formada pelos graus superiores de Noviço, Escudeiro e Grande Professo ou Cavaleiro Benfeitor da Cidade Santa. O que prova de assim se dever considerar a questão, é ainda o facto de, falando dos trabalhos da terceira classe, o autor do memorando escrever: “Quão vasto é o panorama que se abre ao zelo e à perseverança dos G. P.!” Trata-se aqui evidentemente dos Grandes Professos, grau a que ele pertencia, e não dos simples Mestres da “Loja Azul”. Portanto, ele não pretendeu suprimir os altos graus, pelo contrário, quis dar-lhes finalidades baseadas nas suas características próprias.

A finalidade assinalada à primeira classe é desde logo a prática da beneficência, “que deve ser o objectivo *aparente* de toda a Ordem”. Mas isso não é suficiente, faltando acrescentar uma segunda finalidade que é mais intelectual: “Não só se formará o coração do Maçom no primeiro grau como também esclarecerá o seu espírito aplicando-o ao estudo da moral e da política, que é a moral dos Estados. Nas Lojas se discutirá sobre questões interessantes relativas a essas duas ciências, ao mesmo tempo que se pedirá aos Irmãos a sua opinião por escrito... Mas o grande objectivo dos Irmãos será sobretudo o de procurarem um conhecimento aprofundado da sua pátria, do que ela possui e do que lhe falta, das causas do infortúnio e dos meios de regeneração”.

“A segunda classe da Maçonaria deveria ter como finalidade, segundo o sistema proposto, a instrução dos governos e a reunião de todas as seitas cristãs”. No que respeita ao primeiro ponto, “deveria ocupar-se com um zelo infatigável a afastar os obstáculos de toda a espécie interpostos pelas paixões entre a verdade e o ouvido da autoridade... Os limites do Estado não poderão limitar a actividade desta segunda classe, e os Irmãos das diferentes nações poderão algumas vezes, por um acordo zeloso, operar os maiores bens”. E para o segundo objectivo, disse: “Não seria digno de nós propor-nos o progresso do Cristianismo como um dos objectivos da nossa Ordem? Esse projecto constaria de duas partes, por ser necessário que cada comunhão trabalhe para si mesma e trabalhe para aproximar-se das outras... Deveriam estabelecer-se comités de correspondência compostos sobretudo por padres das diferentes comunhões que tenhamos agregado e iniciado. Trabalhem de forma lenta porém segura. Não empreendamos nenhuma conquista que não seja apropriada para aperfeiçoar a *Grande Obra*... Tudo o que possa contribuir para o progresso da religião, para a extirpação das opiniões perigosas, numa palavra, para elevar o trono da verdade sobre as ruínas da superstição e do cepticismo, será da incumbência desta classe”.

Por fim, a terceira classe terá como objectivo o que Joseph de Maistre denomina de “Cristianismo transcendente”, que para ele é “a revelação da Revelação” e constitui o essencial daquelas “ciências secretas” a que faz alusão na última pergunta pois assim se poderá “encontrar a solução das diversas e penosas dificuldades nos conhecimentos que possuímos”. E pontualiza nestes termos: “Os Irmãos admitidos na classe superior terão como objectivo dos seus estudos e reflexões mais profundas a investigação dos factos e dos conhecimentos metafísicos... Tudo é mistério nos dois Testamentos, e os Eleitos de uma e de outra Lei não foram senão *verdadeiros Iniciados*. É necessário então interrogar essa venerável Antiguidade e perguntar-lhe como ela entendia as *alegorias sagradas*. Quem pode duvidar que as investigações dessa espécie não nos

proporcionem armas vitoriosas contra os escritores modernos que se obstinam em não ver na Escritura senão o sentido literal? Eles já são refutados só pela expressão *Mistérios da Religião*, que empregamos diariamente sem penetrar o seu sentido. A palavra *mistério* em princípio não significa senão uma verdade oculta sob certos aspectos com que a revestiram os que a possuíam”. É possível afirmar mais claramente e mais explicitamente a existência do esoterismo em geral, e do esoterismo cristão em particular? Como apoio dessa afirmativa são transcritas várias citações de autores eclesiásticos e judeus, tomadas do *Mundo Primitivo* de Court de Gébelin. Neste vasto campo de investigação cada um poderá encaminhar-se segundo as suas aptidões: “Que uns se lancem corajosamente nos estudos eruditos que possam multiplicar os nossos títulos e esclarecer os que já possuímos. Que outros cujo génio apela às contemplações metafísicas, procurem na própria natureza das coisas as provas da nossa doutrina. Que outros, enfim (e queira Deus que sejam muitos!), nos transmitam o que poderem aprender desse Espírito que sopra por onde quer, como quer e quando quer”. O apelo à inspiração directa, expresso nessa última frase, não é aí o menos notável.

Este projecto jamais foi aplicado, e nem sequer se sabe se chegou ao conhecimento do duque de Brunswick. No entanto, não é tão quimérico como alguns poderão pensar, pelo contrário, consideramo-lo muito apropriado para suscitar reflexões interessantes, tanto hoje como na época em que foi concebido, e esse é o motivo por que reproduzimos dele longos excertos. Em suma, a ideia geral que se desprende dele poderá formular-se da seguinte maneira: sem pretender de nenhum modo negar ou suprimir as diferenças e particularidades nacionais, das quais pelo contrário, apesar do que pretendem os actuais internacionalistas, se deve tomar consciência em primeiro lugar e tão profundamente quanto seja possível, trata-se de restaurar a unidade, muito mais supranacional que internacional, da antiga Cristandade, unidade destruída pelas múltiplas seitas que se “desgarraram da roupa sem costura”, para daí elevar-se até à universalidade realizando o Catolicismo no verdadeiro sentido da palavra, o mesmo sentido com que o entendia igualmente Wronski, para quem o Catolicismo não terá existência plenamente efectiva enquanto não tiver integrado as tradições contidas nos Livros sagrados de todos os povos. É essencial observar que tal união como a encarava Joseph de Maistre, devia realizar-se antes de tudo na ordem puramente intelectual. Isto mesmo é o que por nossa parte temos afirmado sempre, porque pensamos não poder haver verdadeiro entendimento entre os povos, sobretudo entre os que pertencem a civilizações diferentes, se não se fundamentar sobre os princípios, no sentido próprio da palavra. Sem esta base estritamente doutrinal, nada de sólido poderá ser edificado; todas as combinações políticas e económicas serão sempre impotentes a este respeito, tanto como as considerações sentimentais, mas se o acordo for realizado sobre os princípios, o entendimento nos demais domínios poderá resultar necessariamente.

Sem dúvida a Maçonaria dos fins do século XVIII já não tinha o que lhe fazia falta para cumprir esta “Grande Obra”, da qual certas condições muito provavelmente escaparam ao próprio Joseph de Maistre. Quer isto dizer que semelhante plano nunca poderá ser tentado novamente, de uma ou de outra forma, por alguma organização que possua um carácter verdadeiramente iniciático e detenha o “fio de Ariadne” que lhe permita guiar-se no labirinto das inumeráveis formas que velam a Tradição única, e finalmente voltar a reencontrar a “Palavra Perdida” e fazer surgir “a Luz das Trevas, a Ordem do Caos”? Não pretendemos de maneira alguma prever o futuro, porém, há certos sinais que permitem pensar que, apesar das aparências desfavoráveis do mundo actual, isso talvez não seja inteiramente impossível. E terminamos citando uma frase um tanto profética que é ainda de Joseph de Maistre, pronunciada na segunda das *Veladas de São Petersburgo*: “Devemos aprestar-nos para um acontecimento imenso na Ordem Divina, para o qual marchamos com tão célere velocidade que surpreenderá todos os observadores. Temíveis oráculos já anunciam que os *Tempos são chegados*”.

CAPÍTULO IV

O COMPANHEIRISMO E OS BOÉMIOS

Publicado em *Voile d'Ísis*, Outubro 1928

Num artigo de M. G. Milcent publicado na revista *Le Compagnonnage* de Maio de 1926 e reproduzido no *Voile d'Ísis* de Novembro de 1927, anotámos esta frase: “O que me surpreendeu e me deixou mesmo um pouco céptico, foi quando o C.'. Bernet disse que preside anualmente, nas Saintes-Maries-de-la-Mer, à eleição do Rei dos Boémios”. Não há muito tempo havíamos feito a mesma observação, porém, não quisemos abordar o assunto. Mas agora que foi apresentado assim tão publicamente, não temos nenhuma razão para não dizer algumas palavras, tanto mais que poderão contribuir para elucidar alguns pontos que não deixam de ter interesse.

Em primeiro lugar, não é um Rei que os Boémios⁶ elegem mas uma Rainha, e em segundo lugar essa eleição não se repete todos os anos. O que se realiza anualmente é somente a reunião, com ou sem eleição, dos Boémios na cripta da igreja de Saintes-Maries-de-la-Mer⁷. Por outro lado, é muito possível que alguns, mesmo sem pertencerem à raça boémia mas em razão das suas qualidades ou das suas funções, possam ser admitidos a assistir a essa reunião e aos ritos que então se realizam. Mas quanto a “presidi-los” já é outro assunto, e o mínimo que podemos dizer é que tal parece-nos extremamente esquisito. Porém, como essa afirmação apareceu pela primeira vez numa entrevista publicada há bastante tempo no *Intransigeant*, queremos acreditar que as imprecisões que contém devem simplesmente imputar-se ao jornalista que, como é costume acontecer, terá forçado a nota para picar a curiosidade do seu público, tão ignorante como ele mesmo no que se refere a estes assuntos, e por conseguinte incapaz de aperceber os seus erros. Assim, não tencionamos insistir mais do que o necessário mais sobre o assunto, pois o verdadeiro interesse reside na questão mais genérica das relações que possam haver entre os Boémios e as organizações do Companheirismo.

M. Micent, no seu artigo, prossegue dizendo “que os Boémios praticam o rito judeu, e que nisso poderão existir relações com os C.'. Canteiros Estrangeiros do Dever da Liberdade”. A primeira parte desta afirmação parece-nos conter uma imprecisão, ou pelo menos um equívoco: é verdade que a Rainha dos Boémios porta o nome, ou melhor, o título de *Sarah*, que também é o nome dado à santa que eles reconhecem como sua padroeira, cujo corpo repousa na cripta das Saintes-Maries. Também é verdade que esse título, forma feminina de *Sar*, é hebraico e significa “princesa”. Mas será isso suficiente para poder-se falar a propósito de um “rito judeu”? Ora o Judaísmo pertencendo a um povo cuja religião é estreitamente solidária da raça, certamente os Boémios, qualquer que possa ser a sua origem, nada têm em comum com a raça judaica. No entanto, apesar de tudo, será possível que tenham existido relações devido a afinidades de ordem mais misteriosa?

Quando se fala dos Boémios é indispensável fazer uma distinção muito frequentemente esquecida: a de que na realidade há dois tipos de Boémios, que parecem ser absolutamente

⁶ Ou Ciganos, etnia a que se refere o autor neste estudo (nota do tradutor).

⁷ Santas Marias do Mar (Maria Madalena, Maria Salomé e Maria Jacobé), pretexto para a festividade cigana anual, de 22 a 25 de Maio, em honra de Santa Sara ou Kali, celebrada no dia 24 de Maio, cuja imagem negra está na cripta dessa igreja da capital da Camarga, próxima do delta do Rhône e vizinha da cidade de Arles, na Ocitânia provençal, no sul de França (nota do tradutor).

estranhos entre si e inclusive chegam a tratar-se como inimigos – não têm as mesmas características étnicas, não falam a mesma língua, nem exercem os mesmos ofícios. De um lado estão os Boémios orientais ou *Zíngaros*, que são sobretudo domadores de ursos e caldeireiros; do outro lado estão os Boémios meridionais ou *Ciganos* propriamente ditos, chamados “Carques” no Languedoc e na Provença, sendo quase exclusivamente comerciantes de cavalos, e são estes os únicos que se reúnem em Saintes-Maries. O marquês de Baroncelli-Javon, num curioso estudo sobre os Boémios de Saintes-Maries-de-la-Mer, indica numerosos traços que lhes são comuns com os Peles-Vermelhas da América, e não hesita, em virtude dessas semelhanças e também pela interpretação das suas próprias tradições, em atribuir-lhes uma origem atlanteana. Apesar de não passar de uma hipótese, de qualquer modo é digna de ter em conta. Mas há outra coisa que nunca vimos assinalada em parte alguma e que não é menos extraordinária: tal como há dois tipos de Boémios, também há dois tipos de Judeus, os *Ashkenazim* e os *Sephardim*, aos quais podem aplicar-se considerações análogas no que respeita às diferenças de traços físicos, de língua, de aptidões e que ademais nem sempre mantêm as relações mais cordiais, pois cada parte pretende representar por si só o puro Judaísmo, seja no aspecto racial, seja no da tradição. Há, inclusive, no que respeita à língua uma semelhança bastante surpreendente: nem os Judeus nem os Boémios têm, a dizer verdade, uma língua completa que lhes pertença propriamente, pelo menos na do uso corrente. Tanto uns como outros servem-se das línguas das regiões onde vivem, entremesclando algumas palavras que lhes pertencem, hebraicas no caso dos Judeus, e no caso dos Boémios palavras que lhes vêm também de uma língua ancestral da qual são os últimos restos. Estas particularidades podem explicar-se pelas condições de existência de povos forçados a viver dispersos entre estrangeiros. Porém, já é mais difícil explicar o facto das regiões percorridas pelos Boémios orientais e pelos Boémios meridionais serem precisamente as mesmas onde habitam respectivamente os *Ashkenazim* e os *Sephardim*. Não será uma atitude demasiado “simplista” aquela que se limita a não ver nisso senão uma pura coincidência?

Estas considerações levam a pensar que não se tratam de relações étnicas entre os Judeus e os Boémios, mas talvez de outro tipo de relações que, sem necessitar deter-nos na sua natureza, poderíamos qualificar de tradicionais. Tudo isso reconduz-nos directamente ao assunto em pauta, de que não nos afastámos senão aparentemente: as organizações do Companheirismo, nas quais a questão étnica evidentemente não se põe, por isto mesmo não poderiam elas próprias manter relações do mesmo teor seja com os Judeus, seja com os Boémios, seja mesmo com uns e outros ao mesmo tempo? Não temos a intenção, pelo menos de momento, de procurar explicar a origem e a razão dessas relações, contentando-nos em chamar a atenção para alguns pontos muito precisos: não estão os Companheiros divididos em muitos ritos rivais, estando frequentemente de hostilidades mais ou menos abertas? Não comportam as suas viagens itinerários segundo diversos ritos e com pontos de ligação igualmente diferentes? Não têm elas de algum modo uma linguagem especial, cujo fundo é seguramente formado pela língua corrente mas que se distingue dela pela introdução de termos particulares, tal qual acontece no caso dos Judeus e dos Boémios? Não é certo que se usa o vocabulário “jargão” para distinguir aquela linguagem convencional usada em certas sociedades secretas, particularmente no Companheirismo, tal como às vezes os Judeus o usam para denominar o seu próprio? Por outro lado, em certas regiões rurais os Boémios não são conhecidos pelo nome de “passantes” pelo qual acabam confundidos com os bufarinheiros, que é, como se sabe, uma designação aplicada igualmente aos Companheiros? Finalmente, a lenda do “Judeu Errante” não teria, como muitas outras, origem no Companheirismo?

Sem dúvida poderíamos multiplicar estas interrogações, porém consideramos que as colocadas são suficientes e que as pesquisas dirigidas nesse sentido poderão esclarecer singularmente certos enigmas. De resto, poderá acontecer que nós próprios voltemos ao assunto trazendo ainda algumas indicações complementares. Mas, os Companheiros de hoje em dia terão verdadeiramente interesse por quanto se refira às suas tradições?

CAPÍTULO V

UM NOVO LIVRO SOBRE A ORDEM DOS ÉLUS COENS

Publicado em *Voile d'Ísis*, Dezembro 1929

M. R. Le Forestier, que se especializou nos estudos históricos respeitantes às organizações secretas, maçónicas e outras, da segunda metade do século XVIII, faz alguns meses publicou um importante volume sobre *La Franc-Maçonnerie occultiste au XVIII^e siècle et l'Ordre des Élus Coens*⁸. Este título requer uma pequena reserva, porque o termo “ocultista”, que parece nunca ter sido empregado antes de Eliphas Lévi, parecesse um pouco a um anacronismo. Talvez tivesse sido melhor empregar outra palavra, e isto não é uma simples questão de terminologia, porque o que se chama propriamente “ocultismo” é verdadeiramente um produto do século XIX.

A obra está dividida em três partes. A primeira trata das “doutrinas e práticas dos Élus Coens”; a segunda, das relações entre “os Élus Coens e a tradição ocultista” (e aqui o termo “esotérico” certamente teria sido mais apropriado); finalmente, a terceira trata da “organização e da história da Ordem”. Tudo o que é propriamente histórico está muito bem feito apoiado num estudo bastante sério dos documentos que o autor teve à sua disposição, e não podemos senão recomendar a sua leitura. O que unicamente lamentamos são algumas lacunas a respeito da biografia de Martines de Pasqually, onde alguns pontos ficaram obscuros. De qualquer modo, o *Voile d'Ísis* publicará proximamente novos documentos que poderão contribuir para o seu esclarecimento.

A primeira parte constitui uma excelente visão geral sobre o conteúdo do *Traité de la Réintégration des Êtres*⁹, obra muito confusa, escrita num estilo incorrecto e por vezes pouco inteligível, ademais tendo ficado ficou inacabada. Não é fácil extrair dela uma exposição coerente, e deve-se elogiar M. Le Forestier por tê-lo conseguido. No entanto subsiste uma certa ambiguidade quanto à natureza das “operações” dos Élus Coens: seriam verdadeiramente “teúrgicas” ou somente “mágicas”? O autor parece não aperceber-se de que essas são duas coisas essencialmente diferentes que não são da mesma ordem. É possível que essa confusão tenha existido sempre entre os próprios Élus Coens, cuja iniciação sempre pareceu ser demasiado incompleta em muitos aspectos, e seria bom ter deixado essa observação. Nós diríamos de bom grado que parece tratar-se de um ritual de “magia cerimonial” com pretensões teúrgicas, deixando a porta abertas a muitas ilusões, pois a importância atribuída a simples manifestações “fenoménicas”, e o que Martines chamava “passes” não passava disso, prova efectivamente ainda não ter ultrapassado o domínio da ilusão. O que há de mais deplorável nessa história, para nós, é o fundador dos Élus Coens ter-se acreditado na posse de conhecimentos transcendentais, quando eram somente conhecimentos que, apesar de reais, não passavam de uma ordem bastante secundária. Ademais e pelas mesmas razões, persistiu sempre nele uma certa confusão entre a perspectiva “iniciática” e a perspectiva “mística”, porque as doutrinas que exprimiu tomam sempre uma forma religiosa, enquanto as suas “operações” não se afastam desse carácter. É lamentável que M. Le Forestier pareça aceitar essa confusão por ele próprio não ter uma ideia clara sobre a distinção das duas perspectivas em causa.

⁸ Dorbon Aîné, editor. Título em português: *A Franco-Maçonaria ocultista no século XVIII e a Ordem dos Eleitos Cohen* – Nota do tradutor.

⁹ *Tratado da Reintegração dos Seres*, de Martines de Pasqually (nota do tradutor).

Por outro lado, ele observa que o que Martinets chama “reintegração” não ultrapassa as possibilidades do ser humano individual. Este ponto é claramente fixado pelo autor, mas devia ter retirado dele conclusões muito importantes sobre as limitações do ensinamento que o chefe dos Élus Coens podia transmitir aos seus discípulos, e consequentemente sobre o grau de “realização” a que os conseguia levar.

A segunda parte é a menos satisfatória, e talvez para seu pesar M. Le Forestier nem sempre conseguiu libertar-se de um certo espírito que podemos qualificar de “racionalista”, o qual provavelmente se deve à sua formação universitária. Observando certas semelhanças entre as diversas doutrinas tradicionais, concluiu que necessariamente devem-se a reproduções ou a influências directas, apesar de ser normal que em toda a parte onde as mesmas verdades se encontrem hajam semelhanças entre elas, como acontece particularmente na ciência dos Números, cujos significados não são uma invenção humana nem uma concepção mais ou menos arbitrária. O mesmo no referente à Astrologia, que trata de leis cósmicas que não dependem de nós, e compreendemos por que motivo tudo que a ela se refira tenha sido tomado exclusivamente dos Caldeus, como se eles possuíssem o monopólio desses conhecimentos. O mesmo pode dizer-se da Angeologia, que ademais relaciona-se muito estreitamente com essa última, a qual não é possível aceitar, a menos que se aceite os defeitos da “crítica” moderna, ter sido ignorada pelos Hebreus até à época do cativo na Babilónia. Acrescentamos ainda que M. Le Forestier parece não ter uma noção inteiramente correcta do que seja a Kaballah, cujo nome no sentido mais amplo significa simplesmente “Tradição”, algumas vezes assimilada por ele como uma modalidade particular na redacção escrita destes ou aqueles ensinamentos, e apesar de dizer que “a Kaballah nasceu na parte sul de França e na setentrional de Espanha” e datar a sua origem no século XIII, também nisso o espírito “crítico”, antecipadamente ignorando o facto da transmissão oral, é verdadeiramente um pouco forçado. Finalmente, anotamos aqui um último reparo: a palavra *Pardes* (que é, como já explicámos noutras ocasiões, a sânscrita *Paradêsha*, “região suprema”, e não um termo persa significando “parque dos animais”, o que não parece fazer muito sentido apesar da proximidade com os *Querubins* de Ezequiel) não designa de maneira alguma uma simples “especulação mística”, mas antes a obtenção real de um certo estado que é o da restauração do “estado primordial” ou “edénico”, o que não deixa de apresentar uma estreita semelhança com a “reintegração” tal como a encarava Martines¹⁰.

Feitas todas essas reservas, é inegável que a forma com que Martines revestiu o seu ensinamento é de inspiração especificamente judaica, mas não implicando que ele próprio fosse necessariamente de origem judaica (este é um dos pontos que até hoje ainda não foram suficientemente esclarecidos), nem que tenha sido sinceramente cristão. M. Le Forestier tem razão quando fala a esse respeito do “Cristianismo esotérico”¹¹, mas não vemos porque se deve negar às concepções dessa ordem o direito de afirmarem-se autenticamente cristãs. Limitar-se às ideias modernas de uma religião exclusiva e restritamente exotérica, é negar ao Cristianismo todo o sentido verdadeiramente profundo, e é também desconhecer tudo o que ele tenha sido na Idade Média, do qual podemos aperceber precisamente os últimos reflexos, já muito enfraquecidos, em organizações possivelmente como a dos Élus Coens. Sabemos muito bem o que incomoda aqui os nossos contemporâneos: a sua preocupação em reduzir tudo a uma questão de “historicidade”,

¹⁰ A esse respeito, já apontámos um equívoco bastante divertido numa das cartas de Willermoz ao barão de Turkeim publicadas por M. Émile Dermenghem na continuação dos *Sommeils* (“Sonhos”): Willermoz protesta contra a afirmação de que o livro *Des Erreurs e de la Vérité* (“Dos Erros e da Verdade”), de Saint-Martin, “provinha dos *Partas*”. O que levou-o a tomar o nome desse povo, que evidentemente nada tinha a ver com o assunto, foi a palavra *Pardes*, que sem dúvida era-lhe totalmente desconhecida. Como o barão de Turkeim tinha falado a esse respeito do “*Parthes*, obra clássica dos Cabalistas”, entendemos que na realidade devia tratar-se da obra intitulada *Pardes Rimmonim*.

¹¹ Invés de “Cristianismo esotérico” sem dúvida seria mais correcto dizer “esoterismo cristão”, ou seja, tomando como base o Cristianismo para indicar aquilo de que se trata não pertencer ao âmbito da religião. Naturalmente, a mesma observação é válida para o esoterismo muçulmano.

preocupação que agora parece ser comum tanto aos partidários como aos adversários do Cristianismo, se bem que os adversários foram certamente os primeiros a levar o debate para esse terreno. Temos a dizer muito claramente: se o Cristo fosse encarado unicamente como um personagem histórico, tal teria muito pouco interesse, mas a consideração do Cristo-Princípio assume toda uma outra importância, e ademais uma não exclui a outra porque, como já dissemos repetidamente, os factos históricos têm em si mesmos um valor simbólico e exprimem os princípios à sua maneira e no seu nível. De momento não insistiremos mais sobre este ponto, que de resto parece-nos ter ficado bastante claro.

A terceira parte é dedicada à história da Ordem dos Élus Coens, cuja existência efectiva foi muito breve, e à exposição do que se sabe dos rituais dos seus diferentes graus, que parecem nunca terem sido inteiramente acabados e deixados prontos, como igualmente aqueles das famosas “operações”. Talvez não seja muito exacto chamar “escoceses”, como faz M. Le Forestier, a todos os sistemas de altos graus maçónicos sem excepção, nem de ver de alguma maneira uma simples máscara no carácter maçónico dado por Martines aos Élus Coens, sendo arriscado aprofundar essas questões que poderiam levar-nos demasiado longe¹². Somente queremos chamar muito especialmente a atenção para a denominação de “Réau-Croix”¹³ dada por Martines ao grau mais elevado do seu “regime”, como então se dizia, na qual M. Le Forestier não vê senão a imitação ou mesmo a contrafacção daquela de “Rose-Croix”¹⁴. Para nós há nisso outra coisa. No espírito de Martines, o “Réau-Croix” devia ser, pelo contrário, o verdadeiro “Rose-Croix”, enquanto o grau que leva essa denominação na Maçonaria ordinária não é senão “apócrifo”, usando a expressão que ele emprega frequentemente. Mas donde provém esse nome bizarro de “Réau-Croix” e qual poderá ser o seu significado? Segundo Martines, o verdadeiro nome de *Adam* era *Roux* em língua vulgar, e *Réau* em hebraico, que significava “Homem-Deus poderoso em sabedoria, virtude e potência”, interpretação que à primeira vista parece no mínimo bastante fantasista. A verdade é que de facto *Adam* significa *rouge*¹⁵, pois *adamah* é a argila vermelha e *damah* é o sangue, que é igualmente vermelho. *Edom*, nome que se deu a Esaú, também tem o sentido de *roux*¹⁶. Esta cor é frequentemente tomada como símbolo de força ou potência, o que justifica em parte a explicação de Martines. Quanto à forma *Réau*, certamente nada tem de hebraico apesar de pensarmos que se deva ver nela uma assimilação fonética da palavra *roeh*, “vidente”, que foi a primeira denominação dos profetas e cujo sentido próprio é inteiramente comparável àquele do sânscrito *rishi*. Este tipo de simbolismo fonético não tem nada de excepcional¹⁷, como já indicámos em diversas ocasiões, e não tem nada de espantoso que Martines tenha-se servido dele para fazer alusão a uma das principais características inerentes ao “estado edénico”, e por conseguinte para significar a posse desse mesmo estado. Se assim for, a expressão “Réau-Croix”, composta da adjunção da *Croix* do “Reparador” ao primeiro nome *Réau*, indica, na linguagem utilizada no *Tratado da Reintegração dos Seres*, “o menor restabelecido nas suas prerrogativas”, ou seja, o “homem regenerado”, que é efectivamente o “segundo Adam” de S. Paulo, e que é também o verdadeiro “Rosa-Cruz”¹⁸. Então,

¹² A propósito dos diversos sistemas de altos graus, ficámos um pouco surpresos ao ver atribuída à aristocracia “de nascimento e de dinheiro” a organização do “Conselho dos Imperadores do Oriente e do Ocidente”, cujo fundador parece ter sido tão simplesmente “o senhor Pirlet, alfaiate”, como dizem os documentos da época. Por mais mal informado que Thory estivesse sobre certos aspectos, certamente ele não teria inventado essa indicação (*Acta Latomorum*, t. I, p. 79).

¹³ *Cruz-Real*, em português (nota do tradutor).

¹⁴ *Rosa-Cruz*, em português (nota do tradutor).

¹⁵ *Vermelho*, em português (nota do tradutor).

¹⁶ *Ruivo*, em português (nota do tradutor).

¹⁷ M. Le Forestier assinala ainda um outro exemplo dado pelo próprio Martines: o da assimilação que ele estabelece por uma espécie de anagrama entre “Noachites” e “Chinois” (ou seja, “Noaquitas” e “Chineses”, cujo efeito fonético resulta mais significativo em francês – Nota do tradutor).

¹⁸ Ademais a cruz é por si mesma o símbolo do “Homem Universal”, podendo dizer-se que ela representa a própria forma do homem reunido ao seu centro original, do qual foi separado pela “queda” ou, segundo o vocabulário de Martines, pela “prevaricação”.

na realidade não se trata de uma imitação do termo “Rosa-Cruz”, que lhe teria sido muito mais fácil apropriar-se pura e simplesmente dele como tantos outros têm feito, mas de uma das numerosas interpretações ou adaptações que legitimamente possam dar-lhe, mas isto, bem entendido, não quer dizer que as pretensões de Martines no respeitante aos efeitos reais da sua “ordenação de Réau-Croix” fossem inteiramente justificadas.

Para terminar este exame bastante sumário, assinalamos ainda um último ponto: M. Le Forestier tem toda a razão em ver na expressão “forma gloriosa”, utilizada frequentemente por Martines, e onde “gloriosa” não é de maneira nenhuma sinónima de “luminosa”, uma alusão à *Shekinah* (que alguns velhos rituais maçónicos, por uma deformação bastante bizarra, chamam de *Stekenna*)¹⁹. Ela é exactamente a mesma da expressão “corpo glorioso” que é corrente no Cristianismo, inclusive exotérico, tomada das palavras de S. Paulo: “Semeado na corrupção, ressuscitará na glória...”, e assim também a designação da “luz de glória”, na qual, segundo a teologia mais ortodoxa, se opera a “visão beatífica”. Isto demonstra bem que não há nenhuma oposição entre o exoterismo e o esoterismo, e somente uma sobreposição deste em relação àquele, sendo o esoterismo quem confere as verdades expressas de forma mais ou menos velada pelo exoterismo, a plenitude do seu sentido superior e profundo.

¹⁹ A palavra “glória” aplicada ao triângulo portando o Tetragrama e rodeado de raios, que figura nas igrejas como também nas Lojas, é efectivamente uma das designações da *Shekinah*, conforme já explicámos em *O Rei do Mundo*.

CAPÍTULO VI

ACERCA DOS “ROSA-CRUZES LYONESES”

Publicado em *Voile d'Ísis*, Janeiro 1930

Actualmente, os estudos sobre Martines de Pasqually e os seus discípulos multiplicam-se de maneira muito curiosa: depois do livro de M. Le Forestier de que falámos aqui no último mês, eis que por sua vez M. Paul Vulliaud acaba de publicar uma obra intitulada *Les Rose-Croix lyonnais au XVIII^e siècle*²⁰. Este título não nos parece muito justificado porque, verdade se diga, fora a introdução o livro não trata minimamente dos Rosa-Cruzes. Será que teria se inspirado na famosa denominação de “Réau-Croix” para a qual, de resto, M. Vulliaud, não se preocupou em procurar a explicação? É muito possível, mas o emprego desse termo não implica qualquer filiação histórica entre os Rosa-Cruzes propriamente ditos e os Élus Coens, e em todo o caso não há razão para englobar no mesmo vocábulo organizações tais como a Estrita Observância e o Regime Escocês Rectificado, que seguramente não tinham nem no seu espírito nem na sua forma qualquer característica rosacruziana. Dizemos mais: nos Ritos maçónicos onde existe um “grau de Rosa-Cruz”, este não foi tomado do Rosacruzianismo senão como símbolo, pelo que qualificar os seus possuidores de “Rosa-Cruzes” sem mais explicações é criar-se um grande e lamentável equívoco. Há qualquer coisa desse género no título adoptado por M. Vulliaud. Nisso há ainda outros termos, como por exemplo aquele de “Iluminados”, que não apresentam um sentido preciso, aparecendo um pouco ao acaso e substituindo-se entre eles mais ou menos indiferentemente, o que não pode senão originar confusões no espírito do leitor que já de si terá dificuldades em não se perder na quantidade de Ritos e de Ordens existentes na época em questão. Com isso, não pretendemos afirmar que o próprio M. Vulliaud não esteja bem informado, antes preferimos ver nessa aplicação incorrecta do vocabulário técnico uma consequência quase obrigatória da atitude “profana” onde se compraz em fixar, o que nos causou alguma surpresa, porque até agora só nos ambientes universitários e “oficiais” havíamos cruzado com pessoas que se vangloriam da sua condição de profanos pelas quais, acreditamos, M. Vulliaud não tem nenhuma estima, como tampouco nós próprios a temos.

Essa atitude gerou ainda uma outra consequência: a de M. Vulliaud acreditar dever adoptar quase permanentemente um tom irónico que é muito aborrecido, correndo o risco de dar a impressão de uma parcialidade de que todo o historiador deve acautelar-se cuidadosamente. Já o *Joseph de Maistre Franc-Maçom*²¹, do mesmo autor, dá um pouco a mesma impressão. Será então tão difícil a um não-Maçom (não dizemos um “profano”) abordar assuntos desta ordem sem utilizar uma linguagem polémica que lhe conviria deixá-la para as publicações especificamente antimaçónicas? Segundo sabemos, só M. Le Forestier faz excepção, e lamentamos não encontrar uma outra excepção em M. Vulliaud cujos estudos habituais deveriam possuir uma maior serenidade.

Tudo isso, bem entendido, não retira nenhum valor nem interesse aos documentos publicados por M. Vulliaud, apesar de alguns deles não serem tão inéditos como alguém possa acreditar²², e não deixamos de ficar admirados quando dedica um capítulo aos “Sonhos” sem

²⁰ “Biblioteca das Iniciações modernas”. É. Nourry, editor (*Os Rosa-Cruzes lyoneses no século XVIII* – Nota do tradutor).

²¹ *Joseph de Maistre Franc-Maçom* (nota do tradutor).

²² Por exemplo, as cinco “Instruções” no capítulo IX já foram publicadas em 1914 na *França Antimaçónica*, apesar de ele não indicar a sua origem.

sequer mencionar o que já apareceu sobre esse assunto, e precisamente sob esse título numa obra de M. Émile Dermenghem. Por outro lado, acreditamos que os extractos dos “cadernos iniciáticos” transcritos por Louis-Claude de Saint-Martin são verdadeiramente inéditos, tendo as estranhas características desses “cadernos” gerado desde logo inúmeros interrogações que nunca foram esclarecidas. Nós já tivemos a oportunidade de ver alguns desses documentos, e desde logo os seus rabiscos bizarros e ininteligíveis deixaram-nos a forte impressão de que o “agente desconhecido” a quem se atribui a sua autoria não era senão um sonâmbulo (não dizemos um “médium”, porque seria um grave anacronismo); desde logo eles representam o resultado de experiências do mesmo género daquelas dos “Sonhos”, o que diminui bastante o seu conteúdo “iniciático”. Em todo o caso, o certo é que isso absolutamente nada tinha a ver com os Élus Coens, ademais já naquela altura tendo deixado de existir como organização, adiantamos que nisso não há absolutamente nada que se reporte directamente ao Regime Escocês Rectificado, apesar de ter sido frequentemente assunto na Loja “A Beneficência”. Para nós, a verdade é que Willermoz e outros membros dessa Loja, interessados por magnetismo, haviam criado entre eles uma espécie de “grupo de estudos”, como hoje se diz, ao qual deram o título um pouco ambicioso de “Sociedade dos Iniciados”. Este título, que figura nos documentos, não tem outra explicação e demonstra muito claramente pelo próprio emprego do termo “sociedade” que o agrupamento em questão, apesar de ser composto por Maçons, não tinha em si mesmo nenhum carácter maçónico. Ainda hoje encontra-se frequentemente Maçons que constituem, por um motivos qualquer, um chamado “grupo fraternal” cujas reuniões estão desprovidas de toda a forma ritual, e a “Sociedade dos Iniciados” não devia ser outra coisa senão isso. Pelo menos, esta é a única solução plausível que encontramos para essa questão tão obscura.

Pensamos que os documentos que se reportam aos Élus Coens têm uma outra importância do ponto de vista iniciático, malgrado as lacunas que sempre existiram a esse respeito no ensinamento de Martines que já apontámos no nosso último artigo. M. Vulliaud tem toda a razão quando insiste sobre o erro daqueles que pretendem fazer de Martines um kabalista, pois o que nele é de inspiração incontestavelmente judaica não implica, com efeito, qualquer conhecimento do que deva designar propriamente de Kaballah, termo que frequentemente se utiliza incorrecta e despropositadamente. Mas por outro lado, perante a má ortografia e o estilo defeituoso de Martines, que M. Vulliaud sublinha com uma não pouco excessiva complacência, isso não prova nada contra a realidade dos seus conhecimentos num certo nível. Não se deve confundir a instrução profana com saber iniciático: um iniciado de ordem muito elevada (que certamente Martines não foi) pode mesmo ser um completo iletrado, como se observa frequentemente no Oriente. Desde logo parece que M. Vulliaud compraz-se em apresentar sob o seu aspecto mais negativo a personalidade enigmática e complexa de Martines, tendo decerto M. Le Forestier se mostrado muito mais imparcial. E com tudo isso, ficam ainda muitos aspectos por esclarecer.

A persistência de tais pontos obscuros prova a dificuldade nestes estudos sobre coisas que às vezes parecem ter sido baralhadas intencionalmente. Por isso devemos agradecer a contribuição de M. Vulliaud cujo trabalho, apesar de ter-se absterido de formular qualquer conclusão, fornece uma documentação nova em grande parte, e muito interessante no seu conjunto. Como esse trabalho seu trabalho merece ter uma continuação, desejamos que M. Vulliaud não se demore muito em atender aos seus leitores, que certamente irão ainda encontrar muitas outras coisas curiosas dignas de atenção, e que talvez possam ser o ponto de partida para reflexões que o autor, fechando-se no seu papel de historiador²³, não quis ele próprio expressar.

²³ De passagem, assinalamos um erro histórico que é verdadeiramente muito grosseiro para atribuí-lo a simples distração: M. Vulliaud escreve que “Albéric Thomas, por oposição a Papus, fundou com alguns outros o Rito de Misraim” (nota da p. 42). Ora esse Rito foi fundado em Itália cerca de 1805 e introduzido em França em 1814 pelos irmãos Bédarride.

CAPÍTULO VII

ACERCA DAS PEREGRINAÇÕES

Publicado em *Voile d'Ísis*, Junho 1930

A recente reimpressão, no *Voile d'Ísis*, do notável artigo de M. Grillot de Givry acerca dos lugares de peregrinação, faz-nos voltar a esse assunto sobre o qual já fizemos aqui várias referências, como M. Clavelle lembrou na apresentação desse artigo.

Desde já apontamos que a palavra latina *peregrinus*, donde procede “peregrino”, por sua vez significa “viajante” e “estrangeiro”. Esta simples observação desde logo dá lugar a vários paralelismos bastante curiosos: com efeito, por um lado entre os Companheiros alguns se reconhecem como “viajantes” e outros como “estrangeiros”, o que corresponde exactamente aos dois significados de *peregrinus* (que além do mais também se encontram também no termo hebreu *gershôn*); por outro lado, na própria Maçonaria moderna e “especulativa” as provas simbólicas da iniciação são chamadas “viagens”. Além disso, em muitas e diversas tradições os diferentes estados iniciáticos são frequentemente descritos as como etapas de uma viagem, às vezes tratando-se de uma simples viagem que também às vezes poderá ser uma navegação, conforme assinalámos noutras ocasiões. Este simbolismo da *viagem* parece estar muito mais difundido que aquele da *guerra*, de que já falámos no nosso último artigo. De resto, um e outro não deixam de apresentar uma certa relação entre eles, que várias vezes chegou mesmo a reflectir-se exteriormente nos factos históricos. Nisto estamos pensando na ligação estreita que na Idade Média existiu entre as peregrinações à Terra Santa e as Cruzadas. Acrescentamos ainda que mesmo na linguagem religiosa mais comum, a vida terrena é considerada como um período de provas frequentemente assimilada a uma viagem, e mesmo muito expressamente qualificada de peregrinação, de que o mundo celeste é a meta, sendo assim identificada simbolicamente à “Terra Santa” ou “Terra dos Viventes”²⁴.

O estado de “errância”, se assim se pode dizer, ou de migração, é então, de um modo geral, um estado de “provação”, e com efeito observa-se ser precisamente essa a natureza de organizações como o Companheirismo. Por outro lado, o que é verdade para esse respeito para os indivíduos também pode ser, pelo menos em certos casos, para alguns povos considerados colectivamente, sendo um exemplo muito claro disso o dos Hebreus que vaguearam durante quarenta anos no deserto antes de alcançarem a Terra Prometida. Desde já deve-se fazer aqui fazer uma distinção, porque esse estado essencialmente transitório não deve ser confundido com o estado nómada que é normal em certos povos, e mesmo depois de terem chegado à Terra Prometida – e até aos tempos de David e Salomão – os Hebreus foram um povo nómada, porém, esse nomadismo não tinha evidentemente o mesmo carácter da sua peregrinação no deserto²⁵. Além disso, pode-se observar um terceiro caso de “errância” que se pode designar com maior propriedade pelo termo “tribulação”, como foi aquele dos Judeus após a sua dispersão e também, parecendo semelhante em tudo, o dos Boémios, mas isso iria levar-nos demasiado longe, pelo que

²⁴ No que respeita ao simbolismo da “Terra Santa” remetemos para o nosso estudo sobre o *Rei do Mundo*, e também para o nosso artigo no número especial do *Voile d'Ísis* consagrado aos Templários.

²⁵ A distinção entre povos nómadas (pastores) e sedentários (agricultores), que remonta às próprias origens da Humanidade terrestre, é de grande importância para a compreensão das características especiais das diferentes formas tradicionais.

somente acrescentamos que tal caso é aplicável tanto às colectividades como aos indivíduos. Por aqui pode-se perceber como estas coisas são complexas e como podem haver distinções a fazer entre homens que se apresentam exteriormente sob as mesmas aparências, confundidos com os peregrinos no sentido comum do termo, faltando ainda acrescentar o seguinte: acontece que às vezes alguns Iniciados, inclusive “Adeptos”, já chegados à meta, por motivos especiais voltam a retomar essa mesma aparência de “viajantes”.

Porém, voltemos aos peregrinos. Sabe-se que os seus sinais distintivos eram a concha vieira (chamada de Santiago) e o bordão. Este último, que também tem uma estreita relação com a cana do Companheirismo, é naturalmente um atributo do viajante, mas tem outros significados, e talvez um dia dediquemos um estudo especial a esse assunto. Quanto à concha vieira²⁶, em algumas regiões francesas ela é chamada “creusille”, palavra que se aproxima daquela “creuset”²⁷, o que nos conduz novamente à ideia das provas, considerada mais particularmente segundo um simbolismo alquímico, e entendida no sentido de “purificação”, a *Katharsis*²⁸ dos Pitagóricos, que era precisamente a fase preparatória da iniciação²⁹.

Sendo a concha vieira tomada muito especialmente como o atributo de Santiago, somos levados a fazer a esse propósito uma consideração respeitante à peregrinação a Santiago de Compostela. As rotas que outrora os peregrinos seguiam eram frequentemente chamadas, e ainda hoje, “caminhos de Santiago”, mas esta expressão tem ao mesmo tempo outra aplicação totalmente distinta: o “caminho de Santiago”, na linguagem campesina, é também a Via Láctea, e talvez isto talvez se perceba se observar-se que *Compostela*, etimologicamente, não significa outra coisa senão o “campo estrelado”. Nisto encontramos uma outra ideia, a das “viagens celestes”, desde logo em correlação com as viagens terrestres. Este também é um ponto sobre o qual não nos é possível deter-nos presentemente, e somente indicaremos que poderá pressentir-se aí uma certa correspondência entre a situação geográfica dos lugares de peregrinação e o próprio ordenamento da esfera celeste. Nisto, a “geografia sagrada”, a que temos feito alusão, integra-se então numa verdadeira “cosmografia sagrada”.

Ainda a propósito das rotas das peregrinações, é oportuno lembrar que M. Joseph Bédier teve o mérito de destacar a relação existente entre os santuários que marcam as suas etapas e a formação das canções de gesta. Parece-nos que esse facto generalizou-se, podendo-se dizer a mesma coisa sobre a propagação de uma infinidade de lendas cujo verdadeiro conteúdo iniciático infelizmente é quase inteiramente desconhecido dos modernos. Na razão da pluralidade dos seus significados, os relatos desse género podiam destinar-se simultaneamente à multidão de peregrinos e comuns e... aos outros. Cada um compreendia-os na medida da sua própria capacidade intelectual e somente alguns penetravam o seu significado mais profundo, como ocorre para com todo o ensinamento iniciático. Deve-se também reparar que por mais diversas que fossem as pessoas que percorriam as rotas, incluindo os mercadores ambulantes e até mesmo os mendigos, estabelecia-se entre elas, por razões sem dúvida muito difíceis de definir, uma certa solidariedade que se expressava pela adopção comum de uma linguagem convencional especial, o “argot da Vieira” ou a “língua dos peregrinos”. Coisa interessante, M. León Daudet observa num dos seus livros recentes que muitos dos termos e locuções pertencentes a essa linguagem encontram-se em Villon e em Rabelais³⁰, e a respeito deste último também indica, facto digno de ser destacado nesta perspectiva, que durante muitos anos “ele peregrinou atravessando o Poitou, província célebre

²⁶ Veneris, em espanhol, donde o termo latino *venerabilis*, “venerável”, e até se encontrando nela o símbolo estelar de *Vénus* (nota do tradutor).

²⁷ Crisol, em português (nota do tradutor).

²⁸ Catarse, em português (nota do tradutor).

²⁹ Pode-se indicar aqui tudo quanto dissemos em *O Rei do Mundo* acerca da indicação dos iniciados, em diversas tradições, mediante termos reportando-se à ideia de “pureza”.

³⁰ *Os Horrores da Guerra*, pp. 145, 147 e 167.

pelos mistérios e pelas farsas que então ali se interpretavam, e também pelas lendas que corriam nela, encontrando-se no *Pantagruel* vestígios dessas lendas, dessas farsas e um certo número de vocábulos próprios dos habitantes do Poitou”³¹. Citamos esta última frase porque, além de fazer menção às lendas de que falámos atrás, destaca ainda uma outra questão relacionada com o que aqui é tratado, ou seja, a das origens do Teatro: desde logo, por um lado ele foi essencialmente ambulante, e por outro revestiu-se de um carácter religioso, pelo menos nas suas formas exteriores, carácter religioso esse destinado a aproximar daquele os peregrinos e as pessoas que assumiam a sua aparência. O que dá ainda mais importância a este facto é ele não ter sido particular à Europa da Idade Média, pois a história do Teatro na Grécia antiga é inteiramente análoga, podendo-se também encontrar exemplos similares na maioria dos países do Oriente.

Não querendo alongar-nos, abordaremos somente ainda um último ponto a propósito da expressão “nobres viajantes” aplicada aos iniciados, ou pelo menos a alguns deles, precisamente pelo motivo das suas peregrinações. A este respeito, M. O. V. de Milosz escreveu o seguinte: “Os “nobres viajantes” era o nome secreto dos iniciados da Antiguidade, transmitido por tradição oral àqueles da Idade Média e dos tempos modernos. Foi pronunciado pela última vez em público a 30 de Maio de 1786, em Paris, no decurso de uma sessão do Parlamento dedicada ao interrogatório de um célebre imputado (Cagliostro), vítima do panfletário Théveneau de Morande. As peregrinações dos iniciados não se distinguem das viagens de estudo comuns senão pelo facto do seu itinerário coincidir rigorosamente, sob a aparência de um trajecto aventuroso, com as aspirações e aptidões mais secretas do Adepto. Os exemplos mais ilustres dessas peregrinações são-nos oferecidos por Demócrito, iniciado nos segredos da Alquimia pelos sacerdotes egípcios e pelo mago Ostanés nas doutrinas asiáticas durante a sua estadia na Pérsia, e, segundo alguns historiadores, na Índia; Thales, formado nos templos do Egipto e da Caldeia; Pitágoras, que visitou todos os países conhecidos dos antigos (e muito possivelmente a Índia e a China), cuja estadia na Pérsia foi marcada pelos seus encontros com o mago Zaratas, na Gália pela sua colaboração com os Druidas, e finalmente na Itália pelos seus discursos à Assembleia dos Ansiões de Crotona. A esses exemplos convém acrescentar as estadias de Paracelso em França, Áustria, Alemanha, Espanha e Portugal, Inglaterra, Holanda, Dinamarca, Suécia, Hungria, Polónia, Lituânia, Valáquia, Carniola, Dalmácia, Rússia e Turquia, assim como as viagens de Nicholas Flamel em Espanha, onde o Mestre Canches ensinou-o a decifrar as famosas figuras hieroglíficas do *Livro de Abraham*, o Judeu. O poeta Robert Browning definiu a natureza secreta dessas peregrinações científicas numa estrofe singularmente rica de intuição: “Vejo o meu rumo como a ave a sua rota sem rasto; algum dia, um dia feliz, chegarei. Ele me guia, ele guia a ave”. Os anos de viagem de Wilhelm Meister possuem o mesmo significado iniciático”³². Achámos oportuno reproduzir inteiramente essa passagem, apesar da sua extensão, pela razão dos vários exemplos interessantes que contém. Sem dúvida podem-se encontrar muitos outros mais ou menos conhecidos, porém esses são particularmente característicos, apesar de talvez não se reportarem todos ao mesmo caso que assinalámos mais atrás, não se devendo confundir as “viagens de estudo”, mesmo quando são realmente iniciáticas, com as missões especiais dos Adeptos ou mesmo de certos iniciados de menor grau.

Voltando à expressão “nobres viajantes”, queremos sobretudo chamar a atenção para o epíteto “nobres”, que parece designar não toda a iniciação indistintamente mas propriamente uma iniciação de *Kshatriyas*³³, ou aquela que se pode chamar de “Arte Real”, segundo o vocábulo conservado até aos nossos dias pela Maçonaria. Em outras palavras, tratava-se então de uma iniciação relacionada não com a ordem metafísica pura mas com a ordem cosmológica e as aplicações que se ligam a tudo que, no Ocidente, é entendido sob a designação geral de

³¹ *Idem*, p. 173.

³² *Os Arcanos*, pp. 81-82.

³³ Guerreiros, cavaleiros, a casta nobre ou Nobreza englobando a Realeza medieval (nota do tradutor).

“Hermetismo”³⁴. Se isso é assim, então M. Clavelle tem toda a razão quando diz que enquanto São João corresponde ao ponto de vista puramente metafísico da Tradição, São Tiago corresponderá sobretudo ao ponto de vista das “ciências tradicionais”, e mesmo sem evocar o paralelismo, apesar de bastante plausível, com o “Mestre Jacques” do Companheirismo, vários indícios concordantes tendem a provar que essa correspondência é efectivamente justificável. É precisamente a este domínio, que se pode qualificar de “intermediário”, que com efeito se refere tudo o que tem propagado por via dos peregrinos, como também pelas tradições do Companheirismo e aquelas dos Boémios. O conhecimento dos “Pequenos Mistérios” que é aquele das leis do “Futuro”, adquire-se percorrendo a “Roda das coisas”, mas o conhecimento dos “Grandes Mistérios” que é aquele dos Princípios imutáveis, exige a contemplação imóvel na “Grande Solidão” do ponto fixo que é o Centro da Roda, o Pólo invariável em torno do qual se cumprem, sem que ele participe, as revoluções do Universo manifestado.

³⁴ Sobre a distinção das duas iniciações sacerdotal e real, remetemos para o nosso último livro *Autoridade Espiritual e Poder Temporal*.

CAPÍTULO VIII

O ENIGMA MARTINES DE PASQUALLY

Publicado em *Estudos Tradicionais*, Maio a Julho 1936

A história das organizações iniciáticas é frequentemente muito difícil de esclarecer, e isto compreende-se facilmente pela sua própria natureza a qual contém imensos elementos necessariamente escapando aos métodos ordinários de investigação ao dispor dos historiadores comuns. Para comprová-lo não é preciso sequer remontar a épocas muito recuadas e basta considerar o século XVIII, onde se vê, coexistindo com as manifestações do espírito moderno no que tem de mais profano e anti-tradicional, o que bem parece ser os últimos vestígios verdadeiros de diversas correntes iniciáticas que outrora existiram no mundo ocidental, e no decurso do qual apareceram personagens não menos enigmáticas que as organizações a que se ligaram ou que inspiraram. Um dessas personagens foi Martines de Pasqually. E a propósito das obras publicadas nos últimos anos sobre ele e a sua Ordem dos Élus Coens, por MM R. Le Forestier e P. Vulliaud, já tivemos ocasião de observar como muitas partes da sua biografia permanecem obscuras apesar de todos os documentos apresentados³⁵. M. Gérard van Rijnberk acaba de dar a conhecer um outro livro sobre o tema³⁶, que igualmente contém documentação interessante e em grande parte inédita. Malgrado isso, será que esse livro não vem levantar ainda mais questões do que resolvê-las?³⁷

Desde logo, o autor aponta a incerteza que existe sobre o próprio nome de Martines, enumerando as múltiplas variantes encontrou nos escritos onde é nomeado. Ainda que isso seja verdade, não se deve dar uma importância excessiva a tais diferenças, posto que no século XVIII respeitava-se pouco a ortografia dos nomes próprios. Mas ele adianta: “Quanto ao próprio homem que, melhor que qualquer outro, terá conhecido a ortografia exacta do seu próprio nome ou do seu pseudónimo como chefe de uma iniciação, sempre assinou: D. Martines de Pasqually (uma única vez: de Pascally de La Tour). Na única certidão autêntica que se conhece, a certidão de batismo de seu filho, o seu nome aparece assim formulado: Jacques Delivon Joacin Latour de La Case, D. Martinets de Pasqually”. É inexacto que essa certidão publicada por Papus³⁸ seja “a única certidão autêntica que se conhece”, porque duas outras, que sem dúvida escaparam à atenção de M. van Rijnberk, foram publicadas aqui mesmo³⁹: a certidão de casamento de Martines e o “certificado de catolicidade”, que lhe foi entregue quando da sua partida para Santo Domingo. A primeira contém: “Jacques Delyoron Joachin Latour de la Case Martines Depasqually, filho legítimo do falecido M. Delatour de la Case e da senhora Suzanne Dumas de Rainau”⁴⁰, e o segundo contém

³⁵ *Um novo livro sobre a Ordem dos Élus Coens* (n.º de Dezembro de 1929); *Acerca dos “Rosa-Cruzes lyoneses”* (n.º de Janeiro de 1930).

³⁶ *Um taumaturgo no século XVIII: Martines de Pasqually, sua vida, sua obra, sua Ordem* (Felix Alcan, Paris).

³⁷ Assinalamos de passagem um pequeno equívoco: M. van Rijnberk ao falar dos seus predecessores, atribui a M. René Philipon as notícias históricas assinadas “Um Cavaleiro da Rosa Crescente” e que servem de prefácios às edições do *Tratado da Reintegração dos Seres*, de Martines de Pasqually, e dos *Ensinamentos secretos de Martines de Pasqually*, de Branz von Baader, publicadas na “Biblioteca Rosacruziana”. Admirados com essa afirmação, colocámos a questão ao próprio M. Philipon, o qual nos respondeu que somente traduzira o opúsculo de von Baader e que, como pensávamos, as duas notícias em questão eram na realidade de Albéric Thomas.

³⁸ *Martines de Pasqually*, pp. 10-11.

³⁹ *O casamento de Martines de Pasqually* (número de Janeiro de 1930).

⁴⁰ Note-se que enquanto aqui está assinado Delyoron, na certidão de batismo aparece Delivon (que talvez possa ser Delivron). Estando este nome intercalado entre dois prenomes, desde logo não parece que seja um nome de família.

simplesmente: “Jacques Pasqually de Latour”. Quanto à assinatura do próprio Martines, na primeira aparece “D. Martines de Pasqually”, e no segundo, “Depasqually de la Tour”. O facto do seu pai, na certidão de casamento, ser nomeado simplesmente “Delatour de la Case” (como igualmente o seu filho na certidão de batismo, se bem que numa nota marginal seja chamado “de Pasqually”, sem dúvida por este nome ser o mais conhecido), parece apoiar o que M. van Rijnberk escreveu em seguida: “Com isso, pode-se ser tentado a deduzir que o seu verdadeiro nome era La Case, ou de Las Cases, e que “Martines de Pasqually” não era senão um hierónimo”.

Mas esse nome de La Case ou de Las Cases, que poderá ser uma forma afrancesada do nome espanhol de Las Casas, levanta ainda outras questões. Desde logo, deve-se destacar que o segundo sucessor de Martines como “Grande Soberano” da Ordem dos Élus Coens (o primeiro fora Cagnet de Lestère), chamava-se Sébastien de Las Casas. Teria havido algum parentesco entre ele e Martines? A coisa não parece impossível, pois ele era de Santo Domingo e Martines havia-se deslocado a essa ilha para receber uma herança, o que faz supor que uma parte da sua família estabeleceu-se aí⁴¹. Mas há ainda outra coisa muito mais estranha: L.-Cl. de Saint-Martin, no seu *Crocodilo*, apresenta um “judeu espanhol” chamado Eleazar, o qual apresenta claramente muitas das características do seu antigo mestre Martines. Vejamos em que termos Eleazar explica as razões porque foi obrigado a abandonar Espanha e refugiar-se em França: “Eu tinha em Madrid um amigo cristão, pertencente à família de Las Casas, para com a qual tenho, se bem que indirectamente, as maiores obrigações. Depois de ter conseguido alguma prosperidade no comércio, ele viu-se subitamente arruinado por uma falência fraudulenta. Acudi-lhe imediatamente, compartilhando da sua desgraça, e ofereci-lhe os escassos recursos que a minha modesta fortuna permitia-me dispor. Mas como esses recursos eram bastante insuficientes para resolver os seus negócios, cedi à amizade que lhe tinha e deixei-me envolver na situação, chegando até a fazer uso de certos métodos particulares que me ajudaram a descobrir toda a fraude dos seus espoliadores, inclusive o esconderijo onde haviam escondido as riquezas que lhe furtaram. Por esses mesmos métodos, procurei recuperar facilmente todos os seus tesouros e fazê-los voltar a ele, sem que aqueles que os haviam furtado suspeitassem sequer que alguém voltasse a recuperá-los. Sem dúvida foi um erro utilizar os ditos métodos para conseguir essa finalidade porque os mesmos não se devem aplicar senão na administração das coisas que não têm apoio nas riquezas deste mundo. Em consequência, eu fui punido. O meu amigo, educado numa fé tímida e receosa, suspeitou dever-se a sortilégio o que eu fizera por ele, e no seu zelo religioso sobrepondo-se ao agradecimento, tal como a minha diligência em o ajudar se sobrepusera ao meu dever, denunciou-me à sua Igreja, como feiticeiro e como judeu. Os inquisidores foram imediatamente avisados: condenaram-me à fogueira mesmo antes de prender-me, porém, no momento em que decidem prender-me fui avisado, pela mesma via particular, da sorte que me esperava, e sem demora refugiei-me na sua pátria”⁴².

Sem dúvida que no *Crocodilo* há muitas coisas puramente fantasistas, onde é muito difícil ver alusões precisas a acontecimentos e a personagens reais, mas não é menos inverosímil que o nome de Las Casas esteja aí por um simples acaso. Por isso achámos interessante reproduzir a passagem inteira apesar da sua extensão. Que relações poderiam haver justamente entre o judeu Eleazar, que se parece muito com Martines pelos “poderes” e a doutrina que lhe são atribuídos, e a família Las Casas, e qual poderia ser a natureza das “grandes obrigações” que tinha para com

Por outro lado, vale a pena lembrar que a separação das partículas (que não constitui forçosamente um sinal de nobreza) era então inteiramente facultativa.

⁴¹ É verdade que havia em Santo Domingo vários parentes da sua mulher, o que faz supor que herança viesse da sua parte. No entanto, a carta publicada por Papus (*Martines de Pasqually*, p. 58), sem ser perfeitamente clara, é a favor de uma outra hipótese, porque aparece nela que os seus dois cunhados que residiam em Santo Domingo tinham um interesse qualquer na “doação” que lhe havia sido feita.

⁴² *O Crocodilo*, canto 23.

aquela?⁴³ De momento contentamo-nos em formular estas perguntas sem sequer pretender uma resposta qualquer, esperando que apareça alguma coisa que seja mais ou menos plausível.

Passemos agora a outros pontos da biografia de Martines que reservam não menos surpresas. M. van Rijnberk diz que “ignora-se completamente o ano e o lugar do seu nascimento”, e não deixando de observar que Willermoz escreveu ao barão de Turkheim que Martines “morreu em idade avançada”, acrescentou: “Quando Willermoz escreveu essa frase ele próprio tinha 91 anos, e como os homens têm a tendência geral de valorizar a idade dos outros mortais segundo uma medida em que acrescentam os seus próprios anos, não duvidamos que a idade avançada atribuída a Martines pelo nonagenário Willermoz não deveria ser menos de 70 anos. Como Martines morreu em 1774, ele deverá ter nascido mais ou menos nas duas primeiras décadas do século XVIII”. Partilha assim da hipótese de Gustav Bord que fixa o nascimento de Martines cerca de 1710 ou 1715. Mesmo aceitando essa primeira data que o dá como falecido aos 64 anos, verdade se diga que não é ainda uma “idade avançada”, sobretudo se comparada com a de Willermoz... e ademais um daqueles documentos que infelizmente M. van Rijnberk parece desconhecer, dá a essa hipótese um desmentido formal: o “certificado de catolicidade” foi passado em 1772 a “Mr. Jacques Pasqually de Latour, fidalgo, nascido em Grenoble, de 45 anos de idade”. Por aí pode-se concluir que ele nasceu cerca de 1727, e se morreu em Santo Domingo dois anos depois, em 1774, então não teria senão a idade muito pouco “avançada” de 47 anos!

Por outro lado o mesmo documento confirma, como já foi dito muitas vezes contrariando a afirmação de M. van Rijnberk que se recusa a admitir, que Martines nasceu em Grenoble. Desde logo, evidentemente isso não contrapõe que ele fosse de origem espanhola, porque dentre todas as que lhe têm apontado essa é a que parece ter mais indícios, incluindo evidentemente o próprio nome Las Casas. Nesse caso, poderá admitir-se que o seu pai já estivesse estabelecido em França antes do seu nascimento e que talvez tenha sido em França que se casou. Se assim foi, tem-se desde logo uma confirmação na certidão de casamento de Martines, porque o nome da sua mãe, tal como está indicado, “senhora Suzanne Dumas de Rainau”, não nos parece outra coisa senão um nome francês, enquanto aquele de “Delatour de la Case” parece-nos simplesmente afrancesado. No fundo, a única razão verdadeiramente séria que pode haver para duvidar-se que Martines tenha nascido em França (porque nem sequer pode levar-se em consideração as asserções contraditórias umas das outras, onde todas não são senão simples suposições), são as particularidades de linguagem que relevam dos seus escritos, mas isso, em suma, pode muito bem explicar-se em parte pela educação recebida de um pai espanhol, e também em parte pelas estadias que provavelmente fez em diversos países. Voltaremos a esse último ponto mais adiante.

Por uma coincidência bastante curiosa mas que não contribui para simplificar as coisas, parece que nessa mesma época estava estabelecida em Grenoble uma família cujo nome era realmente Pascalis, mas Martines, a julgar pelos nomes contidos nos documentos que lhe respeitam, devia-lhe ser completamente estranho. Parece que pertenceu a essa família o fabricante de carruagens Martin Pascalis, também chamado Martin Pascal ou mesmo Pascal Martin (porque não está muito bem definido), e se este é verdadeiramente um personagem distinto de Martines é porque não é ele próprio, apesar de em certo momento ter exercido esse ofício para viver, porque aparentemente a situação da sua fortuna nunca foi muito brilhante. Eis aqui uma questão que parece nunca ter sido esclarecida de modo muito satisfatório.

Por outro lado, muitos pensam que Martines era judeu, e isso certamente não será por causa religião por estar sobejamente provado que ele era católico, apesar de ser verdade, como disse M. van Rijnberk, que “isso em nada afecta a questão da raça”. Efectivamente há na vida de Martines

⁴³ Há ainda uma outra relação estranha: enquanto Saint-Martin representa Las Casas, o amigo do judeu Eleazar, como tendo sido espoliado dos seus tesouros, por sua vez Martines, na carta que já mencionámos, diz: “Nesse país (ou seja, em Santo Domingo) fizeram-me a doação de um grande bem que vou resgatar das mãos de um homem que o retém injustamente”. Sabe-se que esta carta foi escrita ditada por Martines ao próprio Saint-Martin.

vários indícios que podem levar a supor que fosse de origem judaica, mas que não tendo nada de decisivo podem explicar-se por afinidades de um género diverso da identidade racial. Franz von Baader disse que Martines havia sido “tanto judeu como cristão”, e isto não lembra as relações do judeu Eleazar com a família cristã de Las Casas? O próprio facto de apresentar Eleazar como um “judeu espanhol”, poderá muito bem ser uma alusão não à origem pessoal de Martines mas à origem da sua doutrina, na qual efectivamente há o predomínio incontestável de elementos judaicos.

Seja como for, na biografia de Martines permanece um certo número de incoerências e contradições, das quais a mais flagrante é sem dúvida a que se refere à sua idade. Mas talvez e sem o saber M. van Rijnberk tenha indicado a solução, ao sugerir que “Martines de Pasqually era um hierónimo”, ou seja, um nome iniciático. Com efeito, porque esse mesmo “hierónimo” não poderia ter servido, como aconteceu em outros casos semelhantes, a muitas individualidades diferentes? E quem sabe se as “grandes obrigações” que o personagem chamado por Saint-Martin de judeu Eleazar, tinha para com a família Las Casas não se devia a esta dar, de um modo ou de outro, uma espécie de “cobertura” à sua actividade iniciática. Seria sem dúvida uma imprudência pretender ser mais preciso quando tudo o que se sabe sobre as origens dos conhecimentos de Martines não é susceptível de dar novos esclarecimentos.

Na mesma carta, datada de Julho de 1821, onde Willermoz afirma que Martines “morreu em idade avançada”, há uma outra passagem digna de destaque, onde diz que a iniciação fora transmitida a Martines pelo seu próprio pai: “No seu ministério ele havia sucedido ao seu pai, homem sábio, distinto e mais prudente que o filho, tendo pouca fortuna e residindo em Espanha. Ele havia colocado o seu filho Martines ainda jovem nos guardas valónios, onde teve uma querela que provocou um duelo no qual matou o seu adversário. Prontamente encetou a fuga, tendo o pai o nomeado seu herdeiro antes da partida. Após uma longa ausência, o progenitor sentindo aproximar-se o fim, fez com que o filho regressasse rapidamente e deu-lhe as últimas ordens”. Verdade se diga que essa história dos guardas valónios, tendo sido impossível achar a sua confirmação em qualquer parte, parece-nos muito suspeita, sobretudo se ela, como disse M. van Rijnberk, “implicar que Martines tenha nascido em Espanha”, o que absolutamente não é nada evidente. Ademais, esse não é um ponto sobre o qual Willermoz pudesse dar testemunho directo, porque em seguida declara que “não conheceu o filho senão em 1767 em Paris, muito tempo depois da morte do pai”⁴⁴. Mesmo sendo este assunto secundário, mantém-se a afirmação de que Martines recebeu de seu pai não somente a iniciação como também a transmissão de certas funções iniciáticas, já que a palavra “ministério” não pode interpretar-se de outro modo. A esse respeito, M. van Rijnberk assinala uma carta escrita em 1779 pelo Maçom Falcke, onde se lê o seguinte: “Martinez Pascalis, um espanhol, pretende possuir os conhecimentos secretos como um herdeiro da sua família que habita em Espanha e possui-os desde há trezentos anos. Ela recebeu-os da Inquisição onde os seus ancestrais serviram”. Isto é bastante inverosímil, porque verdadeiramente não se vê que depósito iniciático a Inquisição pudesse possuir e comunicar⁴⁵. Mas lembramos que na passagem do *Crocódilo* que reproduzimos, é Las Casas quem denuncia à Inquisição o seu amigo

⁴⁴ O ano de 1767 é o mesmo do casamento de Martines, e portanto é muito provável os seus dois irmãos domiciliados em Santo Domingo, para os quais fora a Paris solicitar a cruz de S. Luís, na realidade não sejam outros senão os seus dois cunhados “poderosamente ricos” que são assunto, como já dissemos, nas cartas de 17 e 30 de Abril de 1772 citadas por Papus (*Martines de Pasqually*, p. 58). Desde logo isto pode ser confirmado numa outra carta de 1.º de Novembro de 1772, onde se encontra esta frase: “Dou-vos parte que consegui finalmente a cruz de S. Luís para o meu cunhado” (*ibid.*, p. 55). Então ele não obteve, pelo menos para um deles, imediatamente em 1767, contrariamente ao que escreveu Willermoz cuja memória certamente enganou-o nesse ponto. É espantoso que M. van Rijnberk não tenha procurado fazer estas comparações que nos parecem esclarecer suficientemente o assunto, que de resto é inteiramente acessório.

⁴⁵ Indicamos ainda uma outra bizzaria da qual não pretendemos tirar nenhuma conclusão: Falcke fala de Martines no presente que, no entanto, estaria morto desde há cinco anos.

judeu Eleazar, precisamente por causa dos seus conhecimentos secretos. Não poderá isso significar qualquer outra coisa que foi baralhada de propósito?

Agora, certamente poderá perguntar-se o seguinte: quando Martines, ou o personagem que Willermoz conheceu sob esse nome a partir de 1767, fala do seu pai, deve-se entender isto literalmente ou então tratar-se-á unicamente do seu “pai espiritual”, quem quer que ele fosse? Com efeito, pode-se muito bem falar de “filiação” iniciática, sem que isso coincida forçosamente com a filiação no sentido comum do termo. Nisto, pode-se ainda evocar a dualidade entre Las Casas e o judeu Eleazar... No entanto, deve-se acrescentar que uma transmissão iniciática hereditária implicando em si mesma o exercício de certa função, não representa um caso inteiramente excepcional, mas na ausência de dados comprovativos é difícil decidir se efectivamente foi esse o caso de Martines. Ainda assim, poderá encontrar-se um indício a favor da afirmação em certas particularidades respeitantes à sucessão de Martines: o de ter dado ao seu filho primogénito, imediatamente após o batismo, a primeira consagração na hierarquia dos Élus Coens, o que poderá sugerir que pensava torná-lo seu sucessor. Esse filho desapareceu na Revolução, e Willermoz diz não ter conseguido saber o que lhe aconteceu. Quanto ao segundo filho, coisa ainda mais singular, conhece-se a data do seu nascimento mas nunca é feita menção a ele. Em todo o caso, de certeza que o filho ainda vivia quando Martines morreu em 1774, mas não foi ele quem lhe sucedeu como “Grande Soberano” e sim Caignet de Lestère, e depois da morte deste em 1778 sucedeu-lhe Sébastien de Las Casas. Em tais condições, o que fica da ideia de uma transmissão hereditária? O facto de seu filho ser muito novo para poder assumir essas funções (tinha apenas seis anos), desde logo não serve de justificação porque Martines podia perfeitamente designar um substituto até à sua maioridade, e não consta que alguma vez o tenha feito. Por outro lado, não deixa de ser curioso parecer ter havido algum parentesco entre Martines e os seus dois sucessores. Com efeito, ele fala numa carta do “seu primo Caignet” que devia ser, mesmo levando em conta as variações ortográficas habituais na época, o próprio Caignet de Lestère⁴⁶, e quanto a Sébastien de Las Casas já indicámos que um tal parentesco é sugerido pelo seu próprio nome. Seja como for, essa transmissão a parentes mais ou menos afastados, quando existia um herdeiro directo, não pode ser identificada à “sucessão dinástica” de que fala M. van Rijnberk, à qual chega a atribuir “uma certa importância esotérica” que deixa mal explicada.

Que Martines tenha sido iniciado pelo seu pai ou por qualquer outro, essa não é a questão principal porque não faz luz sobre o que essencialmente importa: de que tradição provinha essa iniciação? O que talvez possa fornecer-nos algumas indicações mais específicas são as viagens realizadas por Martines, provavelmente antes de começar a sua actividade iniciática em França. Infelizmente, também sobre esse assunto as informações são ainda inteiramente vagas e duvidosas, e a própria afirmação dele ter estado no Oriente nada significa de exacto, tanto mais que em tais casos frequentemente não se tratam senão de viagens lendárias, ou melhor, simbólicas. A este respeito, M. van Rijnberk acredita poder confiar numa passagem do *Tratado da Reintegração dos Seres* onde Martines parece dizer que esteve na China, enquanto sobre a sua estadia em países muito menos afastados nada diz. Mas essa viagem, se realmente aconteceu, será talvez o menos interessante de tudo quanto é aqui analisado, por ser claro que tanto nos ensinamentos de Martines como nas suas “operações” rituais não se detecta a mínima relação directa com a tradição extremo-oriental⁴⁷. Ainda assim, numa carta de Martines encontra-se a seguinte frase bastante notável: “O meu estado e a minha qualidade de homem verdadeiro mantiveram-me sempre na posição que ocupo”⁴⁸. Parece que nunca ninguém destacou essa expressão “homem verdadeiro”, que é especificamente taoista, a qual sem dúvida é a única do género que se pode encontrar em Martines.

⁴⁶ “Informo-a ainda que já expedi as patentes constitutivas ao meu primo Cagnet”. – Carta de 1.º de Novembro de 1771 citada por Papus, *Martines de Pasqually*, p. 56.

⁴⁷ Quando Martines fala da China não se pode aceitar isso literalmente porque, tal como assinalou M. Le Forestier, ele utilizou o termo “Chinois” (Chineses) como uma espécie de anagrama de “Noachites” (Noaquitas).

⁴⁸ Extracto publicado por Papus, *Martines de Pasqually*, p. 124.

Seja como for, se Martines nasceu cerca de 1727 as suas viagens não puderam durar longos anos, mesmo sem descontar o tempo da sua pressuposta passagem pelos guardas valónios, porque a sua actividade iniciática conhecida começou em 1754, e em tal data não teria mais que 27 anos de idade⁴⁹. É mais fácil admitir que tenha estado em Espanha, sobretudo pela razão das suas origens familiares, e talvez também em Itália. Com efeito, isso é bastante plausível, e poderá dever-se à sua estadia nesses dois países várias das singularidades mais flagrantes da sua linguagem, apesar da explicação desse detalhe totalmente exterior não adiantar grande coisa. Falta saber o seguinte: nessa época, o que é que ainda sobreviveria nesses países da perspectiva iniciática? Certamente a certamente deve ser procurada noutra direcção, e para nós a indicação mais exacta é aquela dada numa nota do príncipe Christian de Hesse-Darmstadt, na passagem seguinte: “Pasquali pretendia que os seus conhecimentos provinham do Oriente, mas é de presumir que os tivesse recebido de África”, entendendo isto, com toda a probabilidade, os Judeus sefarditas estabelecidos no Norte de África após a sua expulsão de Espanha⁵⁰. Com efeito, isso pode explicar muitas coisas: desde logo a predominância dos elementos judaicos na doutrina de Martines, e depois as relações que parece ter mantido com os Judeus igualmente sefarditas de Bordeaux⁵¹, como também, conforme assinalámos anteriormente, a apresentação de Eleazar como um “Judeu espanhol” por Saint-Martin. Por fim, a necessidade que teve, para realizar um trabalho iniciático num meio não judaico, de “injectar”, por assim dizer, a doutrina recebida dessa fonte através de uma forma iniciática propagada no mundo ocidental, que no século XVIII não podia ser senão a Maçonaria.

Esse último ponto levanta ainda outras questões que abordaremos mais adiante, mas antes devemos sublinhar que o próprio facto de Martines nunca mencionar a origem exacta dos seus conhecimentos, reportando-os vagamente ao “Oriente”, é perfeitamente compreensível. Desde logo porque não podia transmitir esta ou aquela iniciação se não tivesse ele próprio a recebido, e revelar a sua origem iria torná-la no mínimo inútil. Nos seus livros, parece que nunca faz alusão expressa aos seus “predecessores” senão uma única vez, mas sem adiantar o mais pequeno detalhe e não afirmar senão a existência de uma transmissão iniciática qualquer⁵². Em todo o caso, é bem certo que a forma dessa iniciação não era aquela da Ordem dos Élus Coens porque ela não existia antes do próprio Martines⁵³, e vemo-lo a elaborá-la pouco a pouco de 1754 a 1774 mas sem ter conseguido completar a sua organização.

Com isso, fica dada a resposta à objecção que possa surgir no pensamento de alguns: se Martines foi “comissionado” por alguma organização iniciática, como se explica que a sua Ordem não estivesse de alguma maneira completamente “preformada” desde o início, com os seus rituais e os graus, e que de facto permaneça até hoje no estado de bosquejo imperfeito sem nada de definitivamente acabado? Sem dúvida muitos dos sistemas maçónicos de altos graus que viram a luz na mesma época padeceram situações semelhantes, e alguns não existiram senão “no papel”. Porém, se eles só representavam simples concepções particulares de um indivíduo ou de um grupo, então não haverá nisso nada de surpreendente, enquanto para a obra de um representante autorizado de uma organização iniciática real, desde logo as coisas passam-se de maneira completamente diferente. Mesmo assim, essa não é senão uma maneira muito superficial de encarar o problema, pois na realidade e pelo contrário deve-se considerar que a “missão” de

⁴⁹ Isso, bem entendido, sob a reserva das viagens em questão invés de serem atribuídas inteiramente à sua exclusiva pessoa, poderem ser em parte ao seu iniciador.

⁵⁰ Os trezentos anos de que fala Falcke coincidem aproximadamente com a época em que os Judeus foram expulsos de Espanha, sem querermos dizer que se deva dar demasiada importância a essa aproximação.

⁵¹ Bordéus (nota do tradutor).

⁵² “Nunca procurei induzir ninguém em erro, nem enganar as pessoas que vêm a mim de boa-fé para receber alguns conhecimentos que os meus predecessores me transmitiram.” – Citado por Papus, *Martines de Pasqually*, p. 122.

⁵³ Quando Willermoz diz que “ele havia sucedido ao pai no seu ministério” não se deve interpretar, como o faz muito apressadamente M. van Rijnberk, “como Soberano Mestre da Ordem”, porque nessa altura tal assunto não existia.

Martines comportava precisamente o trabalho de “adaptação” que devia conduzir à formação da Ordem dos Élus Coens, trabalho que os seus “predecessores” não quiseram realizar porque, por uma ou outra razão, ainda não era o momento, e talvez nem o quisessem fazer, como já dissemos anteriormente. Martines não conseguiu concluir inteiramente esse trabalho, porém, isso não prova nada contra o que havia no seu início. Na verdade, parece terem sido duas as causas que concorreram para esse fracasso parcial: por um lado, é possível que uma série de circunstâncias desfavoráveis tenha impedido continuamente os propósitos de Martines; por outro lado, talvez por ele próprio ter sido incapaz de cumprir a sua tarefa, malgrado os “poderes” de ordem psíquica que manifestamente possuía e que deveriam tê-lo ajudado de modo inteiramente natural e espontâneo, como por vezes aconteceu, e isto por provavelmente ter sido especialmente “preparado” para esse efeito. O próprio Willermoz reconhece que “as suas inconsequências verbais e as suas imprudências valeram-lhe muitas reprovações e contratempos”⁵⁴. Parece que essas imprudências consistiam sobretudo em fazer promessas que não podia cumprir, pelo menos de imediato, e também em admitir demasiado facilmente indivíduos que não estavam suficientemente “qualificados”. Sem dúvida, como muitos outros, depois de receber a “preparação” requerida, teve que actuar por sua conta e risco, mas parecendo nunca ter cometido faltas que levassem a retirar-lhe a sua “missão”, tendo prosseguido activamente a sua obra até ao último momento e assegurando a transmissão antes de morrer.

Longe de nós pensarmos que a iniciação recebida por Martines tenha sido de um certo grau muito limitado, mas em todo o caso não ultrapassando o domínio dos “Pequenos Mistérios”, nem que os seus conhecimentos, apesar de bastante reais, tenham tido verdadeiramente o carácter “transcendente” que ele lhes atribui. Sobre isso já demos a nossa explicação noutra altura⁵⁵ e deixámos assinalado, como traços característicos a esse respeito, a presença da “magia cerimonial” revestindo as “operações” rituais e a importância dada a resultados de ordem puramente “fenoménica”. Mas mesmo isso não é razão para reduzir aquelas, muito menos os “poderes” de Martines, ao simples nível de “fenómenos metapsíquicos”, como hoje se os entende. M. van Rijnberk, cujo parecer é desta opinião, é claro sobre a natureza desses últimos mas partilhando das teorias psicológicas modernas, que são de grandes ilusões e que por isso nos é completamente impossível partilhar.

Por outra parte, devemos ainda acrescentar uma observação particularmente importante: sendo a Ordem dos Élus Coens uma forma nova isto não lhe permitia constituir, por si só e de modo independente, uma iniciação válida e regular. Por esta razão, ela não podia recrutar os seus membros senão entre aqueles que já pertencessem a uma organização iniciática, à qual ele se sobrepunha com um conjunto de graus superiores. Como dissemos mais atrás, essa organização que lhe forneceu a base indispensável que antes lhe faltava, inevitavelmente terá sido a Maçonaria. Por conseguinte, uma das condições requeridas para a “preparação” de Martines, além dos ensinamentos recebidos de outras fontes, era a posse dos graus maçónicos. Esta condição verdadeiramente faltava aos seus “predecessores”, e por isso não conseguiram fazer o que ele fez. Efectivamente, foi como Maçom e não de outra maneira que Martines se apresentou desde o começo, tendo sido “no interior” de Lojas preexistentes que, como todo o fundador de um sistema de altos graus, ele começou, com mais ou menos sucesso conforme os casos, a edificar os “Templos” onde alguns membros dessas mesmas Lojas, escolhidos como os mais aptos, trabalhariam seguindo o rito dos Élus Coens. Pelo menos não poderá nenhum equívoco sobre o seguinte: se Martines recebeu uma “missão”, esta foi a de ele fundar um rito ou “regime” maçónico de altos graus, no qual introduziria, revestindo-o com uma forma apropriada, o que havia adquirido de uma outra fonte iniciática.

⁵⁴ Carta já citada ao barão de Turkheim (Julho de 1821).

⁵⁵ *Um novo livro sobre a Ordem dos Élus Coens*, n.º de Dezembro de 1929.

Quando se examinar a actividade iniciática de Martines, não deverá perder-se de vista o que acabamos de dizer, ou seja, a sua ligação dupla à Maçonaria e a uma outra organização muito mais misteriosa, sendo a primeira foi indispensável para ele desempenhar o papel que lhe designou a segunda. Mas não deixa de haver qualquer coisa de enigmático até na sua afiliação maçónica sobre a qual nada se pode precisar (o que, de resto, não tem nada de excepcional, porque nessa época havia uma incrível variedade de ritos e de “regimes”), mas que em todo o caso é anterior a 1754, porque desde esta data ele aparece não somente como Maçom, como já dissemos, como igualmente provido dos altos graus “escoceses”⁵⁶. Foi isso que lhe permitiu empreender a constituição dos seus “Templos”, com mais ou menos sucesso segundo os casos, “no interior” das Lojas de várias cidades do Sul de França, até ao momento em que finalmente estabeleceu-se em Bourdeaux em 1761. Não sendo necessário descrever aqui todas as vicissitudes conhecidas, lembramos somente que a Ordem dos Élus Coens estava então muito longe de receber a sua forma definitiva, e nisto de facto tanto a lista dos seus graus como, com maior razão, os seus rituais, nunca ficaram completamente fixados.

O outro aspecto da questão, na nossa óptica, é o mais importante, e a este respeito é essencial destacar, antes de tudo, que o próprio Martines nunca teve a pretensão de assumir-se chefe supremo de uma hierarquia iniciática. O seu título de “Grande Soberano” não constitui aqui uma objecção válida, porque a palavra “Soberano” também figura nos títulos de diversos graus e funções maçónicas, sem que a realmente isso implique que os seus portadores estejam isentos de toda a subordinação. Entre os próprios Élus Coens, os “Réau-Croix” também eram qualificados de “Soberanos” e Martines era o “Grande Soberano” ou “Soberano dos Soberanos”, por a sua jurisdição abarcar todos eles. A prova mais clara do que acabamos de dizer encontra-se na passagem de uma carta de Martines a Willermoz, datada de 2 de Outubro de 1768: “A abertura das circunferências que realizei em 12 de Setembro passado foi só o efeito de abrir a operação dos equinócios prescritos, para não faltar há minha obrigação espiritual e temporal. Ficam abertas até aos solstícios e controladas por mim, a fim de se ficar preparado para operar e rezar a favor da saúde e tranquilidade de alma e de espírito desse chefe principal que vos é tão desconhecido como a todos os vossos irmãos Réau-Croix, sobre quem devo calar até que ele mesmo se dê a conhecer. Não receio nenhum acontecimento adverso, nem para mim em particular, nem para nenhum dos nossos irmãos em geral, ou antes, para a Ordem em geral, se bem que esta perderia bastante se perdesse um tal chefe. A este respeito não posso falar-vos senão alegoricamente”⁵⁷. Assim, Martines, segundo as suas próprias declarações, não era de maneira alguma o “chefe principal” da Ordem dos Élus Coens, mas como de qualquer modo se vê ser ele próprio a constituí-la, parece que esse chefe foi aquele (ou um daqueles) da organização que inspirou essa nova formação, e nisto o temor expresso por Martines não seria o de que desaparecendo esse personagem se interrompessem prematuramente certas comunicações? Ademais, é muito evidente que o modo como falou não se pode aplicar senão a um homem vivo, e não a qualquer entidade mais ou menos fantasmagórica. Como os ocultistas têm espalhado tantas ideias extravagantes dessa espécie, esta observação não é inteiramente supérflua.

⁵⁶ A este respeito, formulamos a dúvida sobre o carácter maçónico atribuído pelo “Cavaleiro da Rosa Florescente” ao título de “Escudeiro”. Apesar de ser exacto que é o nome de um grau escocês que se conservou até aos nossos dias no Regime Rectificado, a menção a ele nos documentos oficiais profanos, no caso de Martines, poderá antes indicar que simplesmente trata-se de um título nobiliárquico, apesar de ser verdade que, evidentemente, uma coisa não exclui a outra.

⁵⁷ Citado por M. P. Vulliaud, *Os Rosa-Cruzes lyoneses no século XVIII*, p. 72. Verdadeiramente não sabemos porque M. Vulliaud fala a este respeito de “Superiores Incógnitos”, dizendo mesmo que Martines também os refere nessa carta, quando a mesma não contém a menor alusão a uma designação desse género. Por outro lado, quando Martines escreve “alegoricamente” é muito provável que quisesse dizer “enigmáticamente”, porque não há qualquer traço de “alegoria” em tudo isso.

Alguém poderá ainda dizer que se tratava somente do chefe oculto de alguma organização maçónica⁵⁸, mas esta hipótese é descartada por outro documento indicado por M. van Rijnberk, tratando-se do resumo feito pelo barão de Turkheim de uma carta que Willermoz lhe endereçou em 25 de Março de 1822, que começa assim: “No referente a Pasqually, ele sempre me disse que na sua qualidade de Soberano Real estabelecido como tal para a sua região, a qual compreendia toda a Europa, ele podia estabelecer e manter sucessivamente doze Reais, que ficariam sob a sua dependência e aos quais chamaria de os seus Émulos”⁵⁹. Depreende-se disso que Martines devia os seus “poderes”, desde logo cuidadosamente delimitados, a uma organização que não ia além da Europa, a qual nessa época não era senão a Maçonaria⁶⁰ onde tinha a sua sede principal, de maneira que se não fosse procurada na própria Europa a “delegação” recebida por Martines para essa região não poderia implicar numa “soberania” verdadeira. Pelo contrário, se o que dissemos anteriormente sobre a origem sefardita da iniciação de Martines estiver correcto, essa sede poderia muito bem ser no Norte de África, e nisto a hipótese é muito mais verosímil do que possa parecer. Mas, nesse caso, fica bastante claro que não se tratava de uma organização maçónica e que não é por aí que deve procurar-se a “potência” que terá investido Martines como “Soberano Real” para uma região coincidindo com o domínio da influência da Maçonaria no seu todo, o que por outro lado justificava a fundação por ele, sob a forma especial de um “regime” de altos graus, da Ordem dos Élus Coens⁶¹.

O fim dessa Ordem não está envolto em menos obscuridade que o seu início. Os dois sucessores de Martines não exerceram muito tempo a função de “Grande Soberano”, porque o primeiro, Caignet de Lèstere, morreu em 1778, quatro anos depois de Martines, e o segundo, Sébastien de Las Casas, retirou-se passados dois anos, em 1780. Depois disso, o que sobreviveu dela enquanto organização regularmente constituída? Parece que restou grande coisa, e apesar de alguns “Templos” terem-se mantido até pouco depois de 1780, acabaram por cessar toda a actividade. Quanto à designação de um outro “Grande Soberano” após a retirada de Sébastien de Las Casas, ela não é mencionado em parte alguma. No entanto há uma carta de Bacon de La Chevalerie, datada de 26 de Janeiro de 1807, que fala do “silêncio absoluto dos Élus Coens agindo sempre sob a maior reserva na execução das ordens do Soberano Mestre, o G.: Z.: W.: J.:”. Mas que se pode concluir dessa indicação tão bizarra como enigmática e, talvez, inteiramente fantasista? Em todo o caso, na carta de 1822 que já citámos, Willermoz declara que “de todos os Réaux que conheci pessoalmente nenhum continua vivo, de maneira que me é impossível indicar algum depois deles”, e se já não existiam mais “Réau-Croix”, então não era mais possível nenhuma transmissão para perpetuar a Ordem dos Élus Coens.

Descartada a “sobrevivência directa”, segundo a expressão de M. van Rijnberk, poderá restar a possibilidade da “sobrevivência indirecta”, consistindo no que ele denomina as duas “metamorfozes willermosista e martinista”, mas esse é um equívoco que convém dissipar. O

⁵⁸ Se assim fosse, esse personagem poderia ser identificado, aos olhos de alguns, ao pretendente Charles-Édouard Stuart a quem, com ou sem razão, é atribuído semelhante papel. O facto de aludirmos aqui a ele, é porque a coisa poderá ter alguma verosimilhança por o “Cavaleiro da Cruz Florescente” falar dos “sinais de estima e reconhecimento que o pretendente Stuart parecia testemunhar a Martines” na época em que este se apresentava nas Lojas de Toulouse, ou seja, em 1760, oito anos antes da carta acabada de citar. Porém, o que se segue na mesma demonstra que realmente deveria tratar-se de outra coisa.

⁵⁹ Trata-se dos chamados “Soberanos”, aos quais fizemos alusão mais atrás. Repare-se no número doze que aparece constantemente quando se trata da constituição de centros iniciáticos, qualquer que seja a forma tradicional donde procedam.

⁶⁰ É inútil falar aqui da América que, do ponto de vista maçónico, então não representava nada mais que uma simples dependência da Europa.

⁶¹ As palavras empregadas por Willermoz parecem indicar que a região colocada sob a autoridade de Martines não compreendia unicamente a Europa. Com efeito, a mesma deveria abarcar também a América, como demonstra a importância que Santo Domingo assumiu posteriormente na história da sua vida e da sua Ordem. Isto confirma ainda mais o facto do campo de acção que lhe foi atribuído coincidir com o conjunto de países onde a Maçonaria existia e existe até hoje, e como a única organização iniciática capaz de fornecer uma base ao trabalho que ele se propôs.

Regime Escocês Rectificado nunca foi uma metamorfose dos Élus Coens e sim uma derivação da Estrita Observância, o que é totalmente diferente. Se é verdade que Willermoz, pelo papel preponderante que teve na elaboração dos rituais dos seus graus superiores, particularmente naquele do “Cavaleiro Benfeitor da Cidade Santa” onde introduziu algumas das ideias que havia recolhido na organização de Martines, não é menos verdade que os Élus Coens, na sua grande maioria, reprovaram fortemente a sua preferência por um outro rito, o que aos seus olhos era quase uma traição, como também reprovaram em Saint-Martin uma mudança de atitude de um outro género.

Devemos ocupar-nos um pouco mais desse caso de Saint-Martin, nem que seja pelo facto de tudo o que se pretende extrair dele actualmente. A verdade é que se Saint-Martin abandonou todos os ritos maçónicos aos quais estivera ligado, inclusive o dos Élus Coens, foi porque adoptou uma atitude exclusivamente mística, desde logo incompatível com a perspectiva iniciática, e por conseguinte não foi para ele próprio fundar uma nova Ordem. De facto, o nome “Martinismo”, utilizado unicamente no mundo profano, não se applicava senão às doutrinas particulares de Saint-Martin e dos seus aderentes, tivessem ou não relações directas com ele, tendo o próprio Saint-Martin chegado a qualificar com ironia de “Martinistas” os leitores das suas obras. No entanto parece que alguns dos seus discípulos receberam pessoalmente dele um certo “depósito”, que desde logo, verdade se diga, não era constituído senão “por duas cartas e algumas observações”, e foi esta transmissão que esteve na origem do “Martinismo” moderno. Mesmo que isso tenha sido real, como é que uma comunicação desse tipo, realizada sem nenhum rito, pode representar uma iniciação qualquer? As duas cartas indicadas possuem as iniciais S. I. que, qualquer que seja a interpretação que se lhes dê (e existem inúmeras), parecem exercer em alguns uma verdadeira fascinação. Mas qual será a sua proveniência? Seguramente não se trata de uma reminiscência dos “Superiores Incógnitos” da Estrita Observância, e de resto não é necessário procurar tão longe porque alguns Élus Coens usavam essas iniciais nas suas assinaturas. A esse respeito, M. van Rijnberk formulou uma hipótese bastante plausível, segundo a qual elas teriam sido o sinal distintivo dos membros do “Tribunal Soberano” encarregue da administração da Ordem (do qual o próprio Saint-Martin fez parte, assim como Willermoz), sendo então indicativas não de um grau mas simplesmente de uma função. Nessas condições e apesar de tudo, não deixa de parecer estranho que Saint-Martin tenha procurado adoptar essas iniciais em vez de, por exemplo, R. C., se elas não tinham em si mesmas nenhum significado simbólico próprio e, em definitivo, os seus diferentes usos não passavam de derivados. Seja como for, há um facto curioso que demonstra que efectivamente Saint-Martin atribuía-lhes uma certa importância: com essas iniciais ele formou, no *Crocodilo*, o nome de uma imaginária “Sociedade dos Independentes”, que desde logo não é verdadeiramente uma sociedade nem tampouco uma organização qualquer, e sim uma espécie de comunhão mística presidida por Madame Jof, ou seja, pela Fé personificada⁶². Outra coisa ainda bastante singular, é que perto do final da história o judeu Eleazar é admitido na “Sociedade dos Independentes”. Sem dúvida pode ver-se aí uma alusão não a algo que se refira pessoalmente a Martines, mas antes à passagem de Saint-Martin da doutrina dos Élus Coens a esse misticismo em que se encerrou durante toda a última parte da sua vida. Comunicando aos seus discípulos mais próximos as iniciais S. I. como uma espécie de sinal de reconhecimento, de certa maneira não queria dizer com isso que eles podiam considerar-se como membros do que pretendeu representar como a “Sociedade dos Independentes”?

Essas últimas observações seguramente farão compreender porque estamos muito longe de compartilhar as opiniões demasiado “optimistas” de M. van Rijnberk, quando perguntando-se se a Ordem dos Élus Coens “pertence completa e exclusivamente ao passado”, inclina-se a responder negativamente apesar de reconhecer a ausência total de toda a filiação directa, que é a única a ter em consideração no domínio iniciático. O Regime Escocês Rectificado continua a existir,

⁶² Willermoz, por sua parte, também se serviu das mesmas iniciais para dar o nome de “Sociedade dos Iniciados” ao agrupamento muito real que ele fundou para estudar certos fenómenos de sonambulismo.

contrariamente ao que ele parece acreditar, mas não procede a nenhum título do que aqui foi tratado. Quanto ao “Martinismo” moderno, podemos assegurar que tem muito pouco a ver com Saint-Martin e absolutamente nada com Martines e os Élus Coens.

CAPÍTULO IX

PEDREIROS E CARPINTEIROS

Publicado em *Estudos Tradicionais*, Dezembro 1946

Tem havido sempre, nas iniciações de ofício, uma espécie de disputa de presença entre os maçons ou pedreiros e canteiros e os carpinteiros, devendo isso ser encarado não no aspecto da importância actual dessas duas profissões na construção de edifícios, mas naquele da sua respectiva antiguidade, sendo certo que os carpinteiros podem efectivamente reivindicar o primeiro lugar. Com efeito, como já indicámos em outras ocasiões, as construções, de modo geral, foram de madeira antes de serem de pedra, e isso explica porque, especialmente na Índia, não se encontra nenhum vestígio dessas últimas que remontem além de uma certa época. Evidentemente, tais edifícios eram menos duradouros que aqueles construídos em pedra, e igualmente a utilização da madeira correspondeu, entre os povos sedentários, a um estado de menor fixação que aquele do emprego da pedra ou, se então se quiser, a um grau menor de “solidificação”, o que está de acordo com o facto de reportar-se a uma etapa anterior no decurso do processo cíclico⁶³.

Essa observação, por simples que possa parecer em si mesma, está muito longe de carecer de importância para a compreensão de certas particularidades do simbolismo tradicional: é assim que, nos mais antigos textos da Índia, todas as comparações referentes ao simbolismo construtivo são sempre retiradas do carpinteiro, dos seus utensílios e do seu trabalho, e *Vishwakarma*, o próprio “Grande Arquitecto”, é também designado pelo nome de *Twashtri*, que é literalmente o “Carpinteiro”. Vale dizer que a função do arquitecto (*sthapati*, que aliás era originalmente o mestre carpinteiro) não é em nada modificada por isso, porque, salvo a adaptação exigida pela natureza dos materiais utilizados, é sempre no mesmo “arquétipo” ou no mesmo “modelo cósmico” que ele se inspira, e isto quer se trate da construção de um templo ou de uma mansão, de uma carruagem ou de um navio (e nesses últimos casos o ofício de carpinteiro nunca perdeu nada da sua importância primordial, pelo menos até à utilização inteiramente moderna dos metais que vêm a representar o último grau da “solidificação”)⁶⁴. Ainda que evidentemente certas partes do edifício sejam feitas quer em madeira, quer em pedra, isso não altera nada, senão a sua forma exterior, pelo menos quanto ao seu significado simbólico. Pouco importa, a esse respeito, que por exemplo o “olho” do domo, ou seja, a sua abertura central, seja coberto por uma peça de madeira ou por uma pedra trabalhada de certo modo, pois uma e outra constituem igualmente e com sentido idêntico a “coroação” do edifício, conforme já expusemos em estudos anteriores. Com maior razão isso acontece com as peças de carpintaria, pois permanecem como tais mesmo depois da madeira ter sido substituída pela pedra na maior parte da construção, como as vigas que, partindo desse “olho” do domo, representam os raios solares com todas as suas correspondências simbólicas⁶⁵. Pode-se,

⁶³ Veja-se as considerações que fizemos a esse respeito em *O Reino da Quantidade e os Sinais dos Tempos*, especialmente nos capítulos XXI e XXII. Naturalmente, essa mudança não deve ser considerada como tendo acontecido simultaneamente em todos os povos, mas sim sempre através de etapas correspondentes no decurso da existência dos mesmos.

⁶⁴ Note-se que ofícios como os de entalhador e de marceneiro devem ser vistos como não sendo mais que particularizações ou “especializações” ulteriores daquele de carpinteiro que, na sua acepção geral e por ser o mais antigo, compreende tudo que concerne ao trabalho da madeira.

⁶⁵ Se mais tarde e em certos casos essas vigas foram substituídas por “nervuras” em pedra (aqui pensamos sobretudo nas abóbadas góticas), isso não muda em nada o seu simbolismo. Em inglês, a palavra *beam* significa “raio” e “viga” e, como M. Coomaraswamy observou várias ocasiões, esse duplo sentido seguramente não tem nada de fortuito.

pois, dizer que os ofícios de carpinteiro e de pedreiro, posto que definitivamente procedem de um mesmo princípio, fornecem duas linguagens paralelamente apropriadas à expressão das mesmas verdades de ordem superior, sendo diferença apenas uma simples questão de adaptação secundária, como acontece sempre na tradução de uma língua para outra, porém, bem entendido, quando se lida com certo simbolismo determinado, como é o caso dos textos tradicionais da Índia a que fizemos alusão, é necessário, para compreender inteiramente o seu sentido e valor, saber de modo preciso qual é, dessas duas linguagens, aquela que propriamente se reporta a ele.

A esse respeito, assinalamos um ponto que nos parece ter particular importância. Sabe-se que em grego a palavra *hulê* significava primitivamente “madeira”, e ao mesmo tempo servia para designar o princípio substancial ou a *matéria-prima* do Cosmos, e também por uma aplicação derivada dela, toda a *matéria secunda*, ou seja, a tudo o que joga num sentido relativo, em tal ou qual caso, um papel análogo àquele do princípio substancial de toda a manifestação⁶⁶. O simbolismo de que o mundo é feito o mundo de tudo aquilo que se assimila à madeira, ademais sendo comum às tradições mais antigas, pelo que acabamos de dizer tornar-se muito fácil compreender a sua razão relativamente ao simbolismo construtivo: com efeito, a partir do momento que da “madeira” se retiraram os elementos para a construção cósmica, o “Grande Arquitecto” passa a ser encarado antes de tudo como um “Mestre Carpinteiro”, como efectivamente é em tal caso, sendo então natural que os construtores humanos, cuja arte, do ponto de vista tradicional, é essencialmente uma “imitação” daquela do “Grande Arquitecto”, sejam eles mesmos carpinteiros⁶⁷. Tampouco carece de importância, no que respeita muito especialmente à tradição cristã, destacar, como já o fez M. Coomaraswamy, que assim pode-se compreender facilmente por que o Cristo apareceu como o “filho do carpinteiro”. Os factos históricos, como temos dito frequentemente, não são em suma senão um reflexo de realidades de uma outra ordem, e somente isso dá-lhes todo o valor de que são susceptíveis, de maneira que também aí há um simbolismo muito mais profundo do que se pensa comumente (se é que a grande maioria dos cristãos ainda possui, por muito vaga que seja, a ideia de poder haver algum simbolismo nisso). E mesmo que essa não seja senão uma filiação aparente, todavia ela é exigida pela coerência do simbolismo, visto tratar-se de alguma coisa que só tem relação com a ordem exterior da manifestação e não com a ordem principal, e é de maneira exactamente igual que, na tradição hindu, *Agni*, apesar de ser o *Avatara* por excelência, também tem *Twashtri* por pai adoptivo desde o seu nascimento no Cosmos. E como poderia ser de outro modo quando o próprio Cosmos não é outra coisa, simbolicamente, que a própria obra do “Mestre Carpinteiro”?

Infelizmente ela é introduzível em francês, onde todavia e pelo contrário fala-se correntemente de *rais* ou *rayons* (“raios”) de uma roda, os quais têm em relação ao centro da roda a mesma função que as vigas têm em relação ao “olho” do domo.

⁶⁶ É bastante curioso que em espanhol a palavra *madera*, derivada directamente de *matéria*, seja ainda empregada para designar a *madeira*, muito especialmente a madeira de carpintaria.

⁶⁷ Talvez não careça de interesse observar que no grau 22 da Maçonaria Escocesa, que representa, segundo a interpretação hermética, “a preparação dos materiais necessários à Grande Obra”, esses materiais são figurados não por pedras, como nos graus que constituem a iniciação propriamente maçónica, mas por madeira de construção. Poderá ver-se esse grau, qualquer que seja realmente a sua origem histórica, como uma espécie de vestígio da iniciação de carpinteiros, tanto mais que a hacha, que é o seu símbolo ou atributo principal, é essencialmente um utensílio de carpinteiro. Mas deve-se ressaltar que aqui o simbolismo da hacha é totalmente diferente daquele, muito mais enigmático, segundo o qual, na *Craft Masonry*, ela é associada à “pedra cúbica pontiaguda”, da qual já demos a explicação num artigo precedente (*Um hieróglifo do Pólo*, no número de Maio de 1937). Convém também lembrar, por outra parte, a relação simbólica que a hacha tem, de modo geral, com o *vajra* (cf. os nossos artigos sobre *As pedras de raio*, no número de Maio de 1929, e sobre *As armas simbólicas*, no número de Outubro de 1936).

CAPÍTULO X

HEREDOM

Publicado em *Estudos Tradicionais*, Outubro 1947

Tendo lido recentemente algumas notas sobre o termo *Heredom*⁶⁸, que apesar de indicarem algumas explicações que têm sido dadas não fornecem nenhuma conclusão quanto à sua origem real, pareceu-nos poder ter algum interesse fazer aqui algumas observações a esse respeito. Sabe-se que essa palavra enigmática (que às vezes também se escreve *Herodom*, encontrando-se mesmo diversas outras variantes que, a dizer verdade, parecem mais ou menos incorrectas) é utilizada como designação de um alto grau maçónico, e também, por extensão, do conjunto do Rito de que esse grau constitui o elemento mais característico. À primeira vista, pode parecer que *Heredom* não seja mais que uma forma ligeiramente alterada de *heirdom*, ou seja, “herança”; na “Ordem Real da Escócia” a herança em causa seria a dos Templários que, segundo a lenda, tendo-se refugiado na Escócia após a destruição da sua Ordem, foram acolhidos pelo rei Robert Bruce e teriam fundado a Loja-Mãe de Kilwinning⁶⁹. Sem dúvida que isso está muito longe de explicar tudo, e é muito possível que esse significado etimológico só fosse acrescentado secundariamente por uma similitude fonética do termo, cuja verdadeira origem poderá ser muito diferente.

Não diremos o mesmo da hipótese segundo a qual *Heredom* derivará do grego *hieros domos*, “morada sagrada”. Seguramente, isso não está desprovido de significado e pode mesmo prestar-se a considerações menos “exteriores” que uma alusão de ordem simplesmente histórica. No entanto, uma tal etimologia não deixa de ser muito duvidosa, levando-nos a pensar naquela onde às vezes tem-se pretendido fazer do nome *Jerusalém*, por causa da sua forma grega *Hierosolyma*, um composto híbrido no qual entra também o termo *hieros*, quando na realidade se trata de um nome puramente hebraico que significa “morada da paz”, ou, se tomar-se para a sua primeira parte uma raiz um pouco diferente (*yara* invés de *yarah*), “visão da paz”. Isto lembra-nos também a interpretação do símbolo do grau de *Royal Arch*⁷⁰, que é um triplo *tau* formado pela sobreposição das duas letras T e H, desde logo sendo as iniciais das palavras *Templum Hierosolymae*, pelo que precisamente o *hieros domos* referido será igualmente, para os que têm considerado esta hipótese, o Templo de Jerusalém. Por certo não pretendemos dizer que comparações desse género, baseadas sobre a consonância dos termos ou sobre a forma das palavras e dos símbolos, estejam forçosamente desprovidas de todo o sentido e de toda a razão de ser, inclusive havendo algumas que estão longe de carecer de interesse e cujo valor tradicional é incontestável. Porém, é evidente que deve ter-se muito cuidado em nunca confundir esses significados secundários, desde logo podendo ser mais ou menos numerosos, com o significado original que, quando se trata de um termo, é o único ao qual pode aplicar-se propriamente o nome de etimologia.

O que é talvez mais singular, é a pretensão muito frequentemente fazer de *Heredom* o nome de uma montanha da Escócia, nisto valendo a pena dizer que, de facto, nunca existiu nenhuma

⁶⁸ *The Speculative Mason*, número de Outubro de 1947.

⁶⁹ Parece-nos totalmente inútil dispor aqui a herança dos Stuarts, como o pretendia Ragon, e mesmo sendo verdade alguns terem feito essa aplicação ela não deixa de ser, em todo o caso, tardia e ocasional, estando assim quase tão errada como aquela de que Hiram teria sido, diz-se também, considerado como figurando em Carlos I de Inglaterra.

⁷⁰ Arco Real (nota do tradutor).

montanha com esse nome, nem na Escócia e nem em nenhum outro país, ainda que a ideia de montanha deva ser aqui associada àquela de um “lugar santo”, o que nos reporta de certo modo ao *hieros domos*. Essa suposta montanha desde logo não devia ser constantemente situada na Escócia, porque uma tal localização não é sequer conciliável, por exemplo, com a afirmação que se encontra nos rituais da Maçonaria Adonhiramita, segundo a qual a primeira Loja foi firmada “no vale profundo onde reinam a paz, as virtudes (ou a verdade) e a união, vale que estava situado entre as três montanhas Moriah, Sinai e *Heredon*” (*sic*)⁷¹. Agora, se alguém reportar-se aos antigos rituais da Maçonaria Operativa, que sem dúvida constituem uma “fonte” muito segura e tradicionalmente mais autêntica, constatará o seguinte que torna essa última asserção ainda mais estranha: as três montanhas sagradas são ali o Sinai, o Moriah e o Tabor, e em certos casos esses “altos lugares” eram representados pelos lugares ocupados pelos três oficiais principais da Loja, de modo que essa disposição podia com efeito ser comparada a um “vale” situado entre essas três montanhas. Estas correspondem muito manifestamente às três “revelações” sucessivas: a de Moisés, a de David e Salomão (sabe-se que o Moriah é a colina de Jerusalém sobre a qual foi edificado o Templo) e a de Cristo, havendo então nessa associação alguma coisa que é perfeitamente compreensível. Porém, quando e como se pôde operar a curiosa substituição de *Heredon* ao Tabor (de resto incompatível com a identificação desse *hieros domos* ao Templo de Jerusalém, posto que ele é aqui expressamente distinto do Monte Moriah)? Não procuraremos resolver esse enigma, ademais não tendo à nossa disposição os elementos necessários, mas pelo menos chamamos a atenção para ele.

Voltando agora à questão da origem do termo *Heredon*, é importante ressaltar que na “Ordem Real da Escócia” é usual escrever certas palavras somente com as suas consoantes, à maneira do hebraico e do árabe, de modo que *Heredon*, ou o que se habituou a pronunciar assim, na realidade é sempre escrito H.R.D.M., escusando dizer que as vogais podem ser variáveis, o que desde logo se apercebe nas diferenças ortográficas que não se devem senão a simples erros. Ora H.R.D.M. pode perfeitamente ler-se *Harodim*, nome de um dos graus superiores da Maçonaria Operativa; esses graus de *Harodim* e de *Menatzchim*, que naturalmente eram desconhecidos dos fundadores da Maçonaria “Especulativa”⁷², destinavam-se a tornar aptos ao exercício das funções de superintendente dos trabalhos⁷³. Portanto, o nome *Harodim* convinha muito bem à designação de um alto grau, e o que nos parece muito mais verosímil é que, por esta razão, terá sido aplicado depois a uma das formas mais conhecidas antigamente, todavia evidentemente recente em relação à Maçonaria Operativa: a do grau maçônico de Rosa-Cruz.

⁷¹ É nos rituais adonhiramitas que se encontra, entre outras bizarras, a *Shekinah* transformada em “*Stekenna*”, evidentemente por um erro devido à ignorância de algum copista ou “arranjista” de rituais manuscritos mais antigos. Isto demonstra suficientemente que tais documentos não podem ser utilizados sem algumas precauções.

⁷² Esses possuíam somente o grau de Companheiro na qualidade de Maçons “aceites”. Quanto a Anderson, com toda a verosimilhança deve ter recebido a iniciação especial dos Capelães uma *Lodge of Jakin* (cf. *Apercepções sobre a Iniciação*, cap. XXIX).

⁷³ Talvez possa encontrar-se um vestígio, a esse respeito, na designação do grau de “Intendente dos Edifícios”, 8.º grau do Rito Escocês Antigo e Aceite.

CAPÍTULO XI

INICIAÇÃO FEMININA E INICIAÇÕES DE OFÍCIO

Publicado em *Estudos Tradicionais*, Julho-Agosto 1948

É apontado frequentemente que parece não haver para as mulheres, nas formas tradicionais ocidentais que subsistem actualmente, nenhuma possibilidade de ordem iniciática, e muitos perguntam quais poderão ser as razões desse estado de coisas, que certamente é bastante lastimável e sem dúvida muito difícil de remediar. Desde logo, isto deveria levar a reflectir aqueles que imaginam que o Ocidente concedeu à mulher um lugar privilegiado como nunca teve em nenhuma outra civilização. Isso poderá ser verdade em certos aspectos, sobretudo no sentido em que nos tempos modernos ela foi arrancada do seu papel normal e lhe permitido aceder a funções que deveriam pertencer exclusivamente ao homem, pelo que também esse não é senão um caso particular da desordem de nossa época. Mas noutros aspectos bastante legítimos, pelo contrário, a mulher realmente encontra-se numa situação muito mais desvantajosa que nas civilizações orientais, onde notoriamente lhe é sempre possível encontrar uma iniciação que lhe convenha, desde que possua as qualificações requeridas. E é assim que, por exemplo, a iniciação islâmica foi sempre acessível às mulheres, o que, digamos de passagem, basta para reduzir a nada algumas das absurdidades que se tem o hábito de debitar na Europa a respeito do Islão.

Voltando ao mundo ocidental, sem pretendermos falar aqui da Antiguidade onde seguramente houve iniciações femininas e algumas sendo-o exclusivamente, enquanto outras eram exclusivamente masculinas, como seria na Idade Média? Seguramente não é impossível que então as mulheres fossem admitidas em algumas organizações possuidoras de uma iniciação saída do esoterismo cristão, o que é perfeitamente verosímil⁷⁴. Mas como essas organizações são daquelas de que não resta o menor vestígio desde há muito tempo, torna-se muito difícil falar delas com exactidão de maneira precisa e, em todo o caso, é possível que as suas possibilidades fossem muito limitadas. Quanto à iniciação cavaleiresca, é muito evidente que pela sua própria natureza de maneira alguma poderia convir às mulheres, o mesmo podendo dizer-se das iniciações de ofício, pelo menos das mais importantes dentre elas e naquelas que, de uma ou outra maneira, prolongaram-se até aos nossos dias. Eis precisamente nisso a verdadeira razão da ausência de toda a iniciação feminina no Ocidente actual: é que todas as iniciações que subsistem baseiam-se essencialmente em ofícios cujo exercício pertence exclusivamente aos homens, e por isso, como dissemos mais atrás, não vemos bem como poderá essa lastimável lacuna ser colmatada, pelo menos enquanto não se achar o meio de realizar-se algum dia a hipótese em questão.

Sabemos bem que alguns dos nossos contemporâneos pensam que no caso onde o exercício efectivo do ofício desapareça, a exclusão das mulheres da iniciação correspondente perde por isso a sua razão de ser. Mas tal é um verdadeiro contrassenso, porque a base de uma tal iniciação não é de maneira alguma mudada por isso, e, como já explicámos noutro lugar⁷⁵, esse erro implica ainda num desconhecimento completo do significado e do alcance real das qualificações iniciáticas. Como dissemos então, a afinidade ao ofício é totalmente independente do seu exercício exterior, e necessariamente permanece inscrita na própria forma dessa iniciação, naquilo que a

⁷⁴ Um caso como aquele de Jeanne d'Arc parece muito significativo a esse respeito, apesar dos múltiplos enigmas de que está rodeado.

⁷⁵ *Apercepções sobre a Iniciação*, cap. XIV.

caracteriza e a constitui essencialmente, conseqüentemente, em nenhum caso poderá ser válida para quem não possua afinidades nem aptidões para exercer o ofício em questão. Naturalmente que aqui estamos a referir-nos particularmente à Maçonaria, porque no tocante ao Companheirismo o exercício do ofício nunca deixou de ser considerado como condição indispensável. De resto, com efeito não conhecemos nenhum outro exemplo de um tal desvio senão na “Maçonaria Mista”, que por essa razão nunca poderá ser considerada “regular” por ninguém que compreenda minimamente os princípios da Maçonaria. No fundo, a existência dessa “Maçonaria Mista” (ou *Co-Masonry*, como é chamada nos países de língua inglesa) constitui simplesmente uma tentativa de introduzir no próprio âmbito iniciático, que mais que qualquer outro deveria estar isento, aquela concepção “igualitária” que, recusando ver as diferenças da natureza existentes entre os seres, chega até a atribuir às mulheres uma função propriamente masculina⁷⁶, que desde logo é manifestamente a raiz de todo o “feminismo” contemporâneo.

Agora, a questão que se põe é a seguinte: porque todos os ofícios que estão incluídos no Companheirismo são exclusivamente masculinos, e porque nenhum ofício feminino parece ter dado lugar a uma iniciação afim? Esta questão, dizendo verdade, é muito complexa e não pretendemos resolvê-la inteiramente aqui. Deixando de lado a busca das contingências históricas que poderão ter havido a esse respeito, diremos somente que pode haver certas dificuldades particulares, uma das principais talvez devendo-se ao facto de, do ponto de vista tradicional, os ofícios femininos normalmente deverem exercer-se dentro de casa, e não fora como nos ofícios masculinos. No entanto, uma tal dificuldade não é insuperável e poderá requerer somente algumas modalidades especiais na constituição de uma organização iniciática; por outro lado, sem dúvida que há ofícios femininos perfeitamente susceptíveis de servir de suporte a uma iniciação. Podemos citar, a título de exemplo muito claro a esse respeito, a tecelagem, de que já expusemos numa das nossas obras o seu simbolismo particularmente importante⁷⁷, e ademais esse ofício é daqueles que podem ser exercidos simultaneamente por homens e por mulheres. Como exemplo de um ofício mais exclusivamente feminino, citaremos o bordado, ao qual se referem directamente as considerações sobre o simbolismo da agulha de que já falámos em diversas ocasiões, assim como no que respeita ao *sûtrâtmâ*⁷⁸. É fácil compreender que pode haver por esse lado, pelo menos em princípio, várias possibilidades de iniciação feminina que não devem ser negligenciadas, mas dizemos em princípio porque infelizmente, nas condições actuais, de facto não existe nenhuma transmissão autêntica que permita realizar essas possibilidades. E não nos cansaremos de repetir, visto tratar-se de algo que muitos parecem perder sempre de vista, que fora de uma tal transmissão não pode haver nenhuma iniciação válida, porque de maneira alguma ela pode ser constituída por iniciativas individuais que, quaisquer que sejam, por si mesmas não poderão conduzir senão a uma pseudo-iniciação, com o elemento supra-humano, ou seja, a influência espiritual forçosamente faltando em tal caso.

No entanto, talvez entrever-se uma solução se considerar-se o seguinte: como os ofícios pertencentes ao Companheirismo tiveram sempre a faculdade, tendo em conta as suas afinidades mais especiais, a faculdade de afiliar estes ou aqueles outros ofícios e de conferir-lhes uma iniciação que não possuíam anteriormente, sendo regular por si mesma por não ser senão a adaptação de uma iniciação preexistente, não poderia encontrar-se algum ofício susceptível de

⁷⁶ Entenda-se que falamos aqui de uma Maçonaria onde as mulheres são admitidas indiscriminadamente com os homens, e não da antiga “Maçonaria de Adopção” que tinha por motivo satisfazer as mulheres que se queixavam de ser excluídas da Maçonaria, conferindo-lhes um simulacro de iniciação que, apesar de ser totalmente ilusório e não ter nenhum valor real, pelo menos não tinha nem as pretensões e nem os inconvenientes da “Maçonaria Mista” (Nota do tradutor – Compreendemos a islamização mental de René Guénon relativamente à Iniciação Feminina na Maçonaria de Adopção e noutras formas de Tradição Maçónica, que tem valor iniciático efectivo por transmissão regular de poderes, motivo porque compreendendo a formalização pessoal discordamos do autor).

⁷⁷ *O Simbolismo da Cruz*, cap. XIV.

⁷⁸ Ver especialmente *Encruzilhadas e labirintos*, no número de Outubro-Novembro de 1947. Os desenhos de Dürer e de Vinci tratados nele poderão ser considerados, como já foram por alguns, como representando modelos de bordados.

efectuar uma tal transmissão a respeito de certos ofícios femininos? Isso não parece absolutamente impossível e talvez não careça inteiramente de antecedentes no passado⁷⁹. Não se podendo dissimular que desde logo não hajam grandes dificuldades no respeitante à adaptação necessária, que evidentemente é muito mais delicada que nos ofícios masculinos, onde poderão encontrar-se hoje homens suficientemente competentes para realizar essa adaptação num espírito rigorosamente tradicional, guardando-se de introduzir a menor fantasia que arriscaria comprometer a validade da iniciação transmitida?⁸⁰ Seja como for, naturalmente que não podemos formular nada mais que uma simples sugestão, não podendo ir mais longe nesse sentido. Porém, como ouvimos frequentemente deplorar a inexistência de uma iniciação feminina ocidental, pareceu-nos valer a pena pelo menos indicar o que, nessa ordem, bem parece ser a única possibilidade que existe actualmente.

⁷⁹ Já vimos em alguma parte a menção ao facto de no século XVIII pelo menos uma corporação feminina, a das alfineteiras, ter sido assim incorporada ao Companheirismo. Infelizmente, as memórias disso não nos permitem ser mais precisos a esse respeito.

⁸⁰ O perigo estaria fazer no Companheirismo, ou à custa dele, alguma coisa que em suma não tivesse mais valor real que a “Maçonaria de Adopção” de que falámos antes. Embora aqueles que a instituíram pelo menos sabiam a que reter-se, já os que quiserem, na nossa hipótese, instituir uma iniciação companheiresca feminina sem ter em conta certas condições necessárias, como consequência da sua incompetência serão os primeiros a iludir-se.

CAPÍTULO XII

PALAVRA PERDIDA E PALAVRAS SUBSTITUTAS

Publicado em *Estudos Tradicionais*, Julho a Dezembro 1948

É sabido que em quase todas as tradições é feita alusão a algo perdido ou desaparecido que, quaisquer que sejam os diversos modos por que é simbolizado, no fundo tem sempre o mesmo significado, podemos mesmo dizer os mesmos significados, porque, como em todo o simbolismo, existem muitos mas que estão estreitamente ligados entre eles. Do que tudo isso expressa é sempre, na realidade, da ocorrência do obscurecimento espiritual trata-se de uma alusão ao obscurecimento espiritual em virtude das leis cíclicas no decurso da História da Humanidade; trata-se antes de tudo da perda do Estado Primordial, e também, como consequência imediata, da Tradição correspondente, porque essa Tradição não é senão o próprio Conhecimento essencialmente implícito na posse desse estado. Já fizemos estas considerações em uma das nossas obras⁸¹, quando nos referimos muito especialmente ao simbolismo do Graal, no qual se acham muito claramente os dois aspectos que acabamos de mencionar, reportando-se respectivamente ao Estado Primordial e à Tradição Primordial. A esses dois aspectos pode acrescentar-se um terceiro relativo à Sede Primordial, por ser evidente que a residência no “Paraíso Terrestre”, que é dizer propriamente no “Centro do Mundo”, não difere em nada da própria posse do Estado Primordial.

Por outra parte, falta indicar que o obscurecimento não aconteceu subitamente e de uma só vez, mas sim que após a perda do Estado Primordial ele manifestou-se em etapas sucessivas correspondentes a outras tantas fases ou épocas no desenvolvimento do Ciclo Humano, de maneira que a “perda” de que falamos pode também representar cada uma dessas etapas, dado que um simbolismo similar pode aplicar-se sempre em graus diferentes. Isto pode ser expressado do seguinte modo: o que se havia perdido foi substituído por algo que, na medida do possível, tomou o seu lugar, o qual por sua vez se perdeu gerando a necessidade de novas substituições. Isso pode-se constatar na constituição dos Centros Espirituais secundários no momento em que o Centro Supremo foi ocultado à Humanidade, pelo menos à sua maioria cujo conjunto são os homens comuns ou “médios”, já que existem sempre e necessariamente casos excepcionais sem os quais, rompida toda a comunicação com o Centro, a própria espiritualidade em todos os seus graus teria desaparecido inteiramente. Pode também dizer-se que as formas tradicionais particulares, que correspondem precisamente aos Centros Secundários de que falámos, são substitutas mais ou menos veladas da Tradição Primordial perdida, ou melhor, ocultada, substituições adaptadas às condições das diferentes e sucessivas épocas, e, quer se tratem de Centros ou de tradições, a coisa substituta é como um reflexo, directo ou indirecto, próximo ou afastado segundo os casos, da que se perdeu. Em razão da filiação contínua pela qual todas as tradições regulares ligam-se definitivamente à Tradição Primordial, pode ainda dizer-se que são em relação a ela como outros tantos rebentos saídos de uma árvore única, a mesma que simboliza o “Eixo do Mundo” e se eleva no centro do “Paraíso Terrestre”, como é repetido nas lendas da Idade Média onde se fala dos vários rebentos da “Árvore da Vida”⁸².

⁸¹ *O Rei do Mundo*, cap. V.

⁸² A este respeito, é muito significativo que segundo algumas dessas lendas tenha sido de um desses rebentos que se obteve a madeira da Cruz.

Um exemplo de substituição seguido de uma segunda perda encontra-se claramente na tradição mazdeísta. Sobre isto devemos dizer que o que se perdeu não é só representado pela Taça Sagrada, ou seja, pelo Graal ou algum dos seus equivalentes, mas também o seu conteúdo, o que é facilmente compreensível posto esse conteúdo, seja qual for o nome que se lhe dê, definitivamente não ser outra coisa senão a “bebida da imortalidade”, cuja posse constitui essencialmente um dos privilégios do Estado Primordial. Por isso se diz que o *soma* védico tornou-se desconhecido a partir de uma certa época, sendo então substituído por uma outra bebida que veio a figurá-lo, parecendo que, apesar de não ser formalmente indicado, por sua vez esse substituto também se perdeu posteriormente⁸³. Entre os Persas, onde o *haoma* é a mesma coisa que o *soma* hindu, essa segunda perda, pelo contrário, é expressamente mencionada: o *haoma* branco não podia ser recolhido senão sobre o *Alborj*, ou seja, sobre a Montanha Polar que representa a Sede Primordial, e que depois foi substituído pelo *haoma* amarelo, do mesmo modo que, na região onde se fixaram os antepassados dos Iranianos, houve um outro *Alborj*, não passando de uma imagem do primeiro. Muito mais tarde, esse *haoma* amarelo também se perdeu e não ficou mais que a sua lembrança. Ainda a este respeito, lembramos que o vinho também é, noutras tradições, um substituto da “bebida da imortalidade”, e por isso, como já explicámos em outro lugar⁸⁴, ele é considerado geralmente como um símbolo da doutrina oculta ou reservada, ou seja, do conhecimento esotérico e iniciático.

Analisaremos agora uma outra forma do mesmo simbolismo, desde logo podendo corresponder a factos realmente ocorridos no decurso da História, sublinhando que, como para todos os factos históricos, é o seu valor simbólico que de facto nos interessa. De modo geral, toda a tradição tem normalmente como meio de expressão determinada língua, que por isso mesmo reveste-se do carácter de língua sagrada, e se essa tradição vier a desaparecer, é natural que a língua sagrada correspondente se peca ao mesmo tempo, não sendo mais que uma espécie de “corpo morto” cujo significado profundo doravante não poderá ser verdadeiramente conhecido. Assim deve ter ocorrido com a Língua primitiva pela qual se expressava a Tradição Primordial, e com efeito encontram-se, nas narrativas tradicionais, inúmeras alusões a essa Língua primitiva e à sua perda. Acrescentamos que mesmo quando uma ou outra língua sagrada particular conhecida actualmente pareça estar, como por vezes acontece, identificada à própria Língua primitiva, deve entender-se que se trata efectivamente de uma substituta que, para os aderentes da forma tradicional correspondente, toma consequentemente o seu lugar. Segundo algumas narrativas que a descrevem, parece que a Língua primitiva subsistiu até uma certa época que, por mais remota que possa parecer relativamente a nós, é muito menos remota que os tempos primordiais. Tal é o caso da história bíblica da “confusão das línguas”, que apesar de ser possível reportá-la a um período histórico determinado, não corresponde senão ao início da *Kali-Yuga*, sendo certo que muito antes já existiam formas tradicionais particulares cada uma devendo ter a sua própria língua sagrada. Essa persistência sobre a Língua única das origens não deve ser entendida literalmente, mas antes no sentido em que, até então, a consciência da unidade essencial de todas as tradições ainda não havia desaparecido⁸⁵.

Em certos casos, invés da perda de uma língua fala-se somente da perda de uma palavra, tal como por exemplo um nome divino, caracterizando uma certa tradição e de algum modo representando-a sinteticamente, e a substituição daquele por um novo nome desde logo marca a passagem dessa tradição a uma outra. Também algumas vezes é feita menção a “perdas” parciais acontecidas, em certas épocas críticas, no decurso da existência de uma mesma forma tradicional,

⁸³ Torna-se então completamente inútil procurar saber qual era a planta que produzia o *soma*. Independentemente de qualquer outra consideração, não podemos deixar de sentir uma sensação de gratidão cada vez que um orientalista, tratando do *soma*, poupa-nos ao “cliché” convencional da *asclepias acida*.

⁸⁴ *O Rei do Mundo*, cap. VI.

⁸⁵ A esse respeito, pode assinalar-se que o que se designa como o “dom das línguas” (ver *Apercepções sobre a Iniciação*, cap. XXXVII) identifica-se ao conhecimento da Língua primitiva, entendida simbolicamente.

e quando elas são reparadas com a substituição por algo equivalente, significa que as circunstâncias exigiram uma readaptação da tradição considerada; em caso contrário, elas indicam um empobrecimento mais ou menos grave dessa tradição que não pode remediar-se posteriormente. Para dar o exemplo mais conhecido, indicaremos somente a tradição hebraica onde se encontram precisamente um e outro desses dois casos: após o cativeiro na Babilónia, uma nova escritura terá substituído a antiga que se perdera⁸⁶ e, tendo em conta o valor hieroglífico inerente aos caracteres de uma língua sagrada, essa mudança implicou forçosamente alguma modificação na própria forma tradicional, ou seja, uma readaptação⁸⁷. Por outra parte, desde a destruição do Templo de Jerusalém e da dispersão do povo judeu que se perdeu a pronúncia verdadeira do Nome Tetragramático, apesar de ter sido substituído por um outro, o de *Adonai*, ele nunca foi considerado como o equivalente real daquele que já ninguém sabe pronunciar. Com efeito, a transmissão regular da pronúncia exacta do principal Nome Divino⁸⁸, *ha-Shem* ou “o Nome” por excelência, estava essencialmente ligada à continuidade do sacerdócio cujas funções só podiam ser exercidas no Templo de Jerusalém. Quando este deixou de existir, irremediavelmente a tradição hebraica ficou incompleta, como desde logo fica suficientemente provado pela cessação dos sacrifícios, ou seja, daquilo que constituía a parte mais “central” dos ritos dessa tradição, tal como o próprio Tetragrama também ocupava uma posição verdadeiramente “central” em relação aos outros Nomes Divinos, tendo-se efectivamente perdido o centro espiritual da tradição⁸⁹. Desde logo, é particularmente manifesto num exemplo como esse que o próprio facto histórico, não sendo contestável como tal, não pode ser separado do seu significado simbólico, onde no fundo reside toda a sua razão de ser e sem o qual torna-se completamente ininteligível.

A noção de algo perdido, sob um ou outro dos seus diferentes símbolos, inclusive existe, como se viu anteriormente, no próprio exoterismo das diversas formas tradicionais, podendo mesmo dizer-se que é precisamente e sobretudo ao aspecto exotérico que ela se refere, por ser evidente que foi aí que a perda aconteceu de forma verdadeiramente efectiva de alguma maneira podendo ser considerada como definitiva e irremediável, porque com efeito assim é para a generalidade da Humanidade terrestre enquanto durar o Ciclo actual. Mas há algo que, pelo contrário, pertence propriamente à ordem esotérica e iniciática: trata-se da busca desse algo perdido, ou, como se dizia na Idade Média, da sua *queste*⁹⁰, e isto compreende-se sem dificuldade porque a iniciação, na sua primeira parte que corresponde aos “Pequenos Mistérios”, tem efectivamente como objectivo essencial a restauração do Estado Primordial. Nisto convém assinalar que, tal como na realidade a perda aconteceu gradualmente em etapas sucessivas antes de atingir o estado actual, como já explicámos, igualmente a busca deve fazer-se gradualmente percorrendo no sentido inverso as mesmas etapas, ou seja, remontando de alguma maneira no decurso do ciclo histórico da Humanidade de um estado a outro até chegar ao próprio Estado Primordial. A essas etapas corresponderão naturalmente outros tantos degraus de iniciação nos “Pequenos Mistérios”⁹¹. Por isso mesmo, adiantamos que as ditas substituições sucessivas também podem ser tomadas numa ordem inversa, e isto explica porque, em certos casos, o que se entende como a “Palavra reencontrada” na realidade não seja ainda senão um “termo substituto”, representando uma ou outra das etapas intermédias. Desde logo, torna-se muito evidente que tudo quanto possa ser comunicado exteriormente não é verdadeiramente a “Palavra Perdida” e tão-só a

⁸⁶ Vale a pena observar como a coisa será inverosímil se for levada à letra: como um curto período de 70 anos teria bastado para ninguém mais conservar a memória dos antigos caracteres? Certamente não será casual ter isso acontecido na época das readaptações tradicionais que foi o século VI antes da Era cristã.

⁸⁷ É muito provável que as modificações acontecidas muitas vezes nas formas dos caracteres chineses também devam ser interpretadas do mesmo modo.

⁸⁸ Esta transmissão é exactamente comparável àquela da transmissão de um *mantram* na tradição hindu.

⁸⁹ O termo *diáspora* ou “dispersão” (em hebreu, *galûth*) define muito bem o estado de um povo cuja tradição está privada do seu centro normal.

⁹⁰ Demanda (nota do tradutor).

⁹¹ Sobre este ponto, ver *Apercepções sobre a Iniciação*, cap. XXXIX.

simbolizando, sempre de modo mais ou menos inadequado como é toda a expressão das verdades transcendentais, e frequentemente esse simbolismo é muito complexo devido à multiplicidade de significados que inclui, tal como os graus que comporta na sua aplicação.

Nas iniciações ocidentais, há pelo menos dois exemplos muito conhecidos (o que não quer dizer que sejam sempre bem entendidos por aqueles que falam deles) da busca aqui tratada: a “demanda do Graal”, nas iniciações cavaleirescas da Idade Média, e a “procura da Palavra Perdida” na iniciação maçónica, que respectivamente podem ser tomados como típicos das duas formas principais do simbolismo que vimos tratando. No que respeita à primeira, A. E. Waite observou com razão que se encontram numerosas alusões mais ou menos explícitas a fórmulas e a objectos substitutos, e de resto não poderá dizer-se que definitivamente a própria “Távola Redonda” não passaria de uma “substituta”, porque apesar de estar destinada a receber o Graal este nunca chegou efectivamente a ocupá-la? Mas isto não significa, como alguns poderão facilmente ser tentados a crer, que a “demanda” nunca chegou a ser terminada, e sim que apesar de o ter sido por alguns em particular, poderá não ter sido pelo conjunto de uma colectividade, apesar da mesma possuir o carácter iniciático mais incontestável. A “Távola Redonda” e a sua Cavalaria, como já dissemos noutro lugar⁹², apresentam todos sinais indicadores de tratar-se efectivamente da constituição de um Centro Espiritual autêntico, porém, repetimos novamente, não sendo senão um Centro Espiritual secundário como imagem ou reflexo do Centro Supremo, pelo que só pôde cumprir a função de “substituto” em relação a esse, tal como toda a forma tradicional particular não é propriamente senão uma “substituta” da Tradição Primordial.

Se passarmos a considerar a “Palavra Perdida” e a sua procura na Maçonaria, podemos constatar que, pelo menos no estado actual das coisas, esse assunto está envolto em muitas obscuridades. Certamente que não temos a pretensão de conseguir dissipá-las inteiramente, mas pelo menos algumas observações que iremos formular talvez sejam suficientes para eliminar aquilo que, à primeira vista, pode dar a impressão de ser contraditório. A primeira coisa que assinalamos a esse respeito, é que o grau de Mestre, tal como é praticado na *Craft Masonry*, insiste na “perda da Palavra”, que é apresentada como uma consequência da morte de Hiram, mas parece não conter alguma indicação expressa quanto à sua procura, e menos ainda se fala de uma “Palavra reencontrada”. Isso pode parecer verdadeiramente estranho, porque o Mestrado, sendo o último dos graus que constituem a Maçonaria propriamente dita, deve necessariamente corresponder, pelo menos virtualmente, à Perfeição dos “Pequenos Mistérios”, sem a qual a sua própria designação é desde logo injustificada. Pode-se dizer com verdade que a iniciação nesse grau em si não é propriamente senão um ponto de partida, pelo que em suma tudo isso é perfeitamente normal, faltando ainda ver nessa mesma iniciação alguma coisa que permite “começar”, se assim podemos dizer, a procura que constitui o trabalho ulterior devendo conduzir à realização efectiva do Mestrado. Pensamos que malgrado as aparências seja realmente assim. Com efeito, a “palavra sagrada” do grau é manifestamente uma “palavra substituta”, e desde logo ela não é dada senão como tal. Por outro lado, essa “palavra substituta” é de um tipo muito particular: tendo sido deformada de muitas e diferentes maneiras a ponto de se tornar irreconhecível⁹³, ela tem dado lugar a diversas interpretações que podem apresentar acessoriamente algum interesse pelas suas alusões a certos elementos simbólicos do grau, mas que de modo podem justificá-la por uma etimologia hebraica qualquer⁹⁴. Se restituir-se a essa “palavra” a sua forma correcta, verificar-se-

⁹² *O Rei do Mundo*, caps. IV e V.

⁹³ Essas deformações também deram lugar, por assim dizer, a duas palavras distintas: uma “palavra sagrada” e uma “palavra de passe”, intercambiáveis segundo os diferentes ritos, mas que na realidade não são senão uma só.

⁹⁴ Não se trata aqui de saber se as múltiplas deformações, tanto no que respeita à própria “palavra” como ao seu significado, foram ou não intencionais, o que sem dúvida seria difícil precisar por falta de elementos sobre as circunstâncias em que elas se deram. Em todo o caso, é certo que elas tiveram por efeito dissimular inteiramente o que pode ser encarado como o ponto mais essencial do grau de Mestre, tendo assim criado uma espécie de enigma aparentemente sem nenhuma solução possível.

á que o seu significado é totalmente diferente daquele que lhe tem sido atribuído, pois na realidade essa “palavra” não é senão uma pergunta, e a resposta será a verdadeira “Palavra Sagrada” ou a própria “Palavra Perdida”, isto é, o verdadeiro Nome do Grande Arquitecto do Universo. Colocada a questão nestes termos, a procura é então “começada” por aí mesmo, como dissemos mais atrás, desde logo cabendo a cada um, se for capaz, encontrar a resposta e alcançar o Mestrado efectivo pelo seu próprio trabalho interior.

Um outro ponto a considerar é o seguinte: geralmente a “Palavra Perdida” é assimilada, em conformidade com o simbolismo hebraico, ao Nome Tetragramático, e isso torna-se, se levar-se as coisas à letra, um anacronismo evidente, por ser óbvio que a pronúncia do Nome não se perdeu na época de Salomão e da construção do Templo mas sim a partir da sua destruição⁹⁵. No entanto, este anacronismo não deveria ser encarado como constituindo uma dificuldade real, por não se tratar somente da “historicidade” dos factos que como tais, do nosso ponto de vista, pouco importa em si mesma, mas também do Tetragrama que só deve ser considerado pelo valor do que representa tradicionalmente, que ademais poderá muito bem ser, num certo sentido, uma “palavra substituta”, por pertencer propriamente à revelação mosaica que realmente, por esse motivo e tal como a própria língua hebraica, não remonta à Tradição Primordial. Referimos esta questão sobretudo para chamar a atenção sobre aquilo que no fundo é o mais importante: no exoterismo judaico a palavra que substitui o *Tetragrama*, desde que se deixou de saber pronunciar-lo, é, como já dissemos anteriormente, o outro Nome Divino *Adonai*, igualmente formado por quatro letras mas sendo considerado como menos essencial. Há nisso qualquer coisa que implica resignar-se por uma perda julgada irreparável, que se procura remediar somente na medida em que as condições actuais ainda o permitam. Na iniciação maçónica, pelo contrário, a “palavra substituta” é uma questão que abre a possibilidade de encontrar a “Palavra Perdida”, e assim restaurar o estado anterior a essa perda. Em suma, por aí fica expressa simbolicamente, de um modo muito flagrante, uma das diferenças fundamentais entre o ponto de vista exotérico e o ponto de vista iniciático⁹⁶.

Antes de ir mais longe, é necessária uma digressão para ficar bem compreendido o que se segue: a iniciação maçónica, reportando-se essencialmente aos “Pequenos Mistérios” como todas as iniciações de ofício, conclui-se por isso mesmo no grau de Mestre, porque a realização completa deste implica na restauração do Estado Primordial. Desde logo, isto levará a perguntar quais poderiam ser, na Maçonaria, o sentido e a função dos chamados altos graus, nos quais alguns não têm visto senão “superficialidades” mais ou menos vãs e inúteis. Na realidade, antes de tudo convém fazer aqui uma distinção entre dois casos⁹⁷: por um lado, aquele dos graus que têm uma ligação directa com a Maçonaria⁹⁸; por outro lado, aquele dos graus que podem ser considerados como representando vestígios ou lembranças⁹⁹, enxertados na Maçonaria e de alguma maneira “cristalizados” em seu torno, de antigas organizações iniciáticas ocidentais distintas daquela. A razão de ser desses últimos graus, que não devem ser considerados como não tendo mais que um interesse simplesmente “arqueológico (o que evidentemente seria uma justificação totalmente

⁹⁵ Sobre o “primeiro Nome de Deus” segundo várias tradições iniciáticas, ver *A Grande Tríade*, cap. XXV.

⁹⁶ Assinalamos de passagem que, no grau de Mestre, não há somente uma “palavra substituta” mas também um “sinal substituto”. Se a “Palavra Perdida” é identificada simbolicamente ao Tetragrama, alguns indícios permitem supor que correlativamente o “Sinal Perdido” poderá identificar-se àquele da bênção dos *Kohanim*. Também nisso não se deve ver a expressão literal de um facto histórico, porque na realidade esse “Sinal” nunca se perdeu, mas pelo menos pode-se perguntar legitimamente se, desde que o Tetragrama deixou de ser pronunciado, ele pôde ainda conservar efectivamente todo o seu valor ritual?

⁹⁷ Deixando naturalmente de lado os graus, bastante numerosos em certos “sistemas”, que não têm senão um carácter muito fantasista e manifestamente não reflectem mais que as concepções particulares dos seus autores.

⁹⁸ No entanto não se podendo dizer estritamente que eles fossem parte integrante, com a única excepção do *Royal Arch*.

⁹⁹ Aplicamos aqui a palavra *lembranças* para não ter que entrar numa discussão sobre a filiação mais ou menos directa desses graus, que poderia levar-nos demasiado longe, sobretudo no que concerne a organizações relacionadas às diversas formas da iniciação cavaleiresca.

insuficiente do ponto de vista iniciático), é em suma a conservação do que ainda pôde ser mantido das iniciações em causa, do único modo que restou possível depois da sua desapareição enquanto formas independentes. Certamente muito haveria a dizer sobre esse papel “conservador” da Maçonaria e sobre a possibilidade disso em suprir numa certa medida a ausência de iniciações de uma outra ordem no mundo ocidental actual, mas isso está inteiramente fora do assunto que presentemente é motivo de estudo, sendo somente o outro caso, o dos graus cujo simbolismo está ligado mais ou menos estreitamente àquele da Maçonaria propriamente dita, que nos interessa aqui directamente.

De um modo geral, esses graus podem ser considerados como constituindo propriamente extensões ou desenvolvimentos do grau de Mestre, sendo incontestável que, em princípio, ele bastaria por si mesmo, mas devido à grande dificuldade em desenvolver tudo quanto se acha implícito nele, isso justificou a existência desses desenvolvimentos posteriores¹⁰⁰. Trata-se então de uma ajuda para aqueles que querem realizar o que ainda não possuem senão de um modo virtual; pelo menos essa é a intenção fundamental desses graus, quaisquer que sejam as reservas que se possam ter sobre a maior ou menor eficácia dessa ajuda, e o mínimo que se pode dizer é que, na maioria dos casos, ela é deploravelmente diminuída pelo aspecto fragmentário e muito frequentemente alterado sob o qual se apresentam actualmente os rituais correspondentes, porém, o que se deve ter presente é o princípio, que é independente destas considerações contingentes. Por outro lado, e a dizer verdade, se o grau de Mestre fosse mais explícito, e se todos os que são admitidos nele fossem verdadeiramente mais qualificados, seria no interior do mesmo que esses desenvolvimentos teriam lugar, sem que houvesse necessidade de os tornar objecto de outros graus nominalmente distintos daquele¹⁰¹.

Apesar de tudo, e é onde pretendemos chegar, nos altos graus em questão há alguns que insistem muito particularmente na “procura da Palavra Perdida”, ou seja, como acabámos de explicar, no que constitui o trabalho essencial do Mestrado. Inclusivamente alguns que oferecem uma “Palavra reencontrada” que parece indicar o culminar da procura, mas na realidade essa “Palavra reencontrada” é sempre uma nova “palavra substituta”, e pelas considerações que expusemos anteriormente é fácil compreender que não poderia ser de outro modo, porque a verdadeira “Palavra” é rigorosamente incomunicável. Verifica-se isso particularmente no grau do *Royal Arch*, o único que, propriamente falando, deve ser encarado como estritamente maçónico cuja origem operativa directa não deixa nenhuma dúvida, sendo de algum modo o complemento normal do grau de Mestre com uma perspectiva aberta aos “Grandes Mistérios”¹⁰². O termo que representa neste grau a “Palavra reencontrada” aparece, como tantos outros, sob uma forma muito alterada, que deu origem a várias suposições quanto ao seu significado, mas segundo a interpretação mais autorizada e mais plausível, trata-se na realidade de uma palavra composta formada pela reunião de três Nomes Divinos pertencentes a tradições diversas. Pelo menos há nisso uma indicação interessante por dois aspectos: desde logo, isto implica evidentemente que a “Palavra Perdida” é considerada como constituindo um Nome Divino; em seguida, a associação desses diferentes Nomes não pode explicar-se senão como uma afirmação implícita da unidade fundamental de todas as formas tradicionais. Porém, essa conjunção operada entre nomes oriundos

¹⁰⁰ Deve-se ainda acrescentar, pelo menos como razão subsidiária, a redução a três dos sete graus da antiga Maçonaria Operativa: eles não eram todos conhecidos dos fundadores da Maçonaria Especulativa, e disso resultaram graves lacunas que malgrado certas “rectificações” posteriores, não conseguiram completar inteiramente o quadro dos três graus simbólicos actuais. É sobretudo em alguns dos altos graus que parece ter havido várias tentativas para remediar essa falta mas não podendo dizer-se que tenha sido conseguido plenamente, faltando possuir a verdadeira transmissão operativa que era indispensável para esse efeito.

¹⁰¹ O Mestre, pelo próprio facto de possuir a “plenitude dos direitos maçónicos”, é especialmente aquele que acede a todos os conhecimentos incluídos na forma iniciática a que pertence, e desde logo é o que exprime muito claramente o antigo conceito de “Mestre em todos os graus” que parece estar completamente esquecido hoje em dia.

¹⁰² Remetemos para o que já dissemos sobre o assunto em diversas ocasiões, sobretudo nosso estudo sobre *A Pedra Angular*, números de Abril e Maio de 1940.

de diversas línguas sagradas não é ainda senão inteiramente exterior e não pode de modo algum simbolizar adequadamente a recuperação da própria Tradição Primordial, e por conseguinte realmente ela não é senão uma “palavra substituta”¹⁰³.

Um outro exemplo, desde logo de um género muito diferente, é aquele do grau escocês de Rosa-Cruz, no qual a “Palavra reencontrada” apresenta-se como um novo Tetragrama destinado a substituir o antigo que se perdeu. De facto, estas quatro letras, de resto não sendo senão iniciais que não formam uma palavra propriamente dita, não exprimem aí outra coisa senão a situação da tradição cristã face à hebraica, ou a substituição da “Antiga Lei” pela “Nova Lei”, sendo muito difícil dizer que elas representam um estado próximo do Estado Primordial, a menos que nesse sentido se entenda que o Cristianismo completa uma “reintegração” abrindo certas e novas possibilidades para o retorno àquele Estado, o que desde logo e de algum modo foi verdade para toda a forma tradicional constituída numa certa época e em conformidade muito particular com as condições dessa mesma época. Convém acrescentar que ao significado simplesmente religioso e exotérico, sobrepõem-se naturalmente aqui outras interpretações de ordem principalmente hermética, que estão longe de serem desinteressantes em si mesmas. E apesar delas afastarem-se da consideração dos Nomes Divinos essencialmente inerentes à “Palavra Perdida”, há nisso alguma coisa que releva mais do Hermetismo cristão que da Maçonaria propriamente dita, e quaisquer que sejam as afinidades existentes entre um e outra não é possível considerá-los idênticos, porque apesar de fazerem uso dos mesmos símbolos até certo ponto, eles não deixam de expressar “técnicas” iniciáticas notoriamente diferentes em muitos aspectos. Por outro lado, a “palavra” do grau de Rosa-Cruz refere-se manifestamente só ao ponto de vista de uma determinada forma tradicional, o que deixa em todo o caso muito longe do retorno à Tradição Primordial, que está além de todas as formas particulares. Sob esse aspecto, como sob muitos outros, o grau de *Royal Arch* terá seguramente mais razões que aquele de se afirmar como o *nec plus ultra* da iniciação maçónica.

Pensamos que dissemos bastante sobre essas diversas “substituições”, e para terminar este estudo devemos agora voltar ao grau de Mestre, a fim de procurar solução de um outro enigma a esse respeito e que é o seguinte: como é possível que a “perda da Palavra” seja apresentada como o resultado exclusivo da morte de Hiram quando, segundo a própria lenda, além dele outros igualmente a possuíam? Este problema, com efeito, tem deixado muitos Maçons perplexos, pelo menos os que reflectem um pouco sobre o simbolismo, e alguns chegam mesmo a considerá-lo inverosímil por lhes parecer inteiramente impossível de explicar de um modo aceitável quando, na realidade e como se verá, ele é totalmente outro.

O problema que acabámos de expor pode formular-se com mais precisão do seguinte modo: aquando da construção do Templo, a “palavra” dos Mestres estava, segundo a própria lenda do grau, na posse de três personagens que tinham o poder de comunicá-la – Salomão, Hiram, rei de Tiro, e Hiram-Abi. Admitindo isso, como pôde bastar a morte desse último para levar à perda dessa “palavra”? A resposta é que, para comunicá-la regularmente e na forma ritual, devia haver o concurso dos “três primeiros Grão-Mestres”, de maneira que bastava a ausência ou desaparecimento de um só dentre eles para tornar impossível essa comunicação, isto também por necessariamente faltar três lados para formar um triângulo, e esta não é, como poderão pensar aqueles que não estão acostumados a perceber certas correspondências simbólicas, uma simples comparação ou aproximação mais ou menos imaginosa destituída de fundamento real. Com efeito, uma Loja

¹⁰³ Deve ficar entendido que o que dizemos aqui refere-se ao *Royal Arch* do Rito Inglês, que apesar da semelhança do título tem muito pouca relação com o grau chamado *Royal Arch of Henoch*, do qual uma das versões tornou-se o 13.º grau do Rito Escocês Antigo e Aceite, e no qual a “Palavra reencontrada” é representada pelo próprio Tetragrama inscrito sobre uma placa de ouro depositada na “nona abóbada”. A atribuição desse depósito a Henoch constitui desde logo, no que respeita ao Tetragrama hebraico, um anacronismo evidente, mesmo podendo ser tomado como o indício da intenção de remontar até à Tradição Primordial, ou pelo menos “antediluviana”.

Operativa não podia ser aberta senão com o concurso de três Mestres¹⁰⁴, tendo na sua posse três varas cujos respectivos comprimentos estavam em relação com os números 3, 4 e 5, e somente quando essas varas eram juntas e dispostas de modo a formar o triângulo rectângulo pitagórico é que a abertura dos trabalhos podia ter lugar. Dito isso, é fácil compreender que, de um modo similar, uma “palavra sagrada” pode ser formada de três partes, tal como três sílabas¹⁰⁵, cada uma não podendo ser comunicada senão por um dos três Mestres, de maneira que na ausência de um deles tanto a palavra como o triângulo ficam incompletos e nada válido poderá ser realizado, como veremos mais adiante quando voltarmos a este assunto.

Assinalamos de passagem um outro caso onde também se encontra um simbolismo do mesmo género, pelo menos sob o aspecto que nos interessa presentemente: em certas corporações medievais, o cofre que continha o “tesouro” tinha três fechaduras cujas chaves estavam confiadas a três oficiais diferentes, de maneira que era necessária a presença de todos eles para abrir esse cofre. Naturalmente que aqueles que não vêem as coisas senão de um modo superficial, não verão nisso mais que uma medida e precaução contra uma possível infidelidade; mas, como acontece sempre em casos semelhantes, essa explicação totalmente exterior e profana é completamente insuficiente, e mesmo admitindo que seja legítima na sua ordem nada impede que esse mesmo facto tenha um significado simbólico muito mais profundo, onde de facto reside todo o seu valor real. Pensar de outro modo equivale a desconhecer inteiramente o ponto de vista iniciático, e de resto, a própria chave possui um simbolismo muito importante para justificar o que dizemos aqui¹⁰⁶.

Voltando ao triângulo rectângulo de que falámos, pode-se dizer, depois do que vimos, que a morte do “terceiro Grão-Mestre” deixou-o incompleto, e a isso corresponde num certo sentido, independentemente dos seus próprios significados enquanto esquadro, a forma do esquadro do Venerável, que tem os lados desiguais normalmente na relação 3 a 4, de modo que podem ser considerados como os dois lados do ângulo direito desse triângulo, onde a hipotenusa está ausente ou, se preferir-se, “subentendida”¹⁰⁷. Deve-se ainda assinalar que a reconstituição do triângulo completo, tal como figura nas insígnias do *Past Master*, implica, ou pelo menos deveria teoricamente implicar, ter-se conseguido fazer a restituição do que se perdera¹⁰⁸.

Quanto à “palavra sagrada” que não pode ser comunicada senão pelo concurso de três pessoas, é muito significativo esse carácter encontre-se precisamente naquele que, no grau de *Royal Arch*, é considerado como representando a “Palavra reencontrada”, cuja comunicação regular não é efectivamente possível senão desse modo. As três pessoas em questão formam elas

¹⁰⁴ Os Mestres são aqui os que possuíam o sétimo e último grau operativo, ao qual pertencia primitivamente a lenda de Hiram. Desde logo, isso era desconhecido dos Companheiros “aceites” que fundaram por sua própria iniciativa a Grande Loja de Inglaterra em 1717, que naturalmente não podiam transmitir nada mais do que eles próprios haviam recebido.

¹⁰⁵ A sílaba é realmente o elemento indecomponível da palavra pronunciada, e desde já assinala-se que a própria “palavra substituta”, sob os seus diferentes aspectos, é sempre composta de três sílabas que são enunciadas separadamente na sua pronunciação ritual.

¹⁰⁶ Não iremos insistir sobre os diferentes aspectos do simbolismo da chave, especialmente sobre o seu carácter “axial” (ver o que dissemos em *A Grande Tríade*, cap. VI), mas não deixamos de assinalar aqui que, nos antigos “catecismos” maçónicos, a língua era representada como a “chave do coração”. A relação entre o coração e a língua simboliza aquela entre o “Pensamento” e a “Palavra”, ou seja, de acordo com o significado kabalístico desses termos especialmente considerados, aquela dos dois aspectos interior e exterior do Verbo. Foi também daí que resultou, entre os antigos Egípcios (que ademais faziam uso de chaves de madeira tendo precisamente a forma de uma língua), o carácter sagrado da árvore pereira, cujo fruto tem a forma de um coração e a folha a de uma língua (cf. Plutarco, *Ísis e Osíris*, 68, tradução de Mário Meunier, p. 198).

¹⁰⁷ A título de curiosidade, indicamos a este propósito que na Maçonaria Mista, ou *Co-Masonry*, julgou-se ser bom fazer o esquadro do Venerável com braços iguais para representar a igualdade do homem e da mulher, o que não tem a menor relação com o seu significado verdadeiro. Esse é um belo exemplo da incompreensão do simbolismo e das inovações fantasistas que são a sua consequência inevitável.

¹⁰⁸ Cf. *A Grande Tríade*, pp. 110 e 146.

próprias um triângulo, e as três partes da “palavra”, desde logo sendo as três sílabas correspondentes a outros tantos Nomes Divinos em tradições diferentes, como explicámos anteriormente, “passam” sucessivamente, se assim se pode dizer, de um a outro dos lados desse triângulo, até que a “palavra” esteja inteiramente “justa e perfeita”. Se bem que na realidade não seja ainda senão uma “palavra substituta”, o facto é que o *Royal Arch*, que sob o aspecto da sua filiação operativa é o mais “autêntico” de todos os graus superiores, não deixa de dar a esse modo de comunicação uma importância incontestável, o que vem confirmar a interpretação do permanece obscuro a esse respeito no simbolismo do grau de Mestre tal como é praticado actualmente.

A propósito disso, acrescentamos ainda uma observação respeitante ao Tetragrama hebraico: posto que este é um dos Nomes Divinos mais frequentemente assimilados à “Palavra Perdida”, deve haver nele também algo que corresponda ao que acabamos de dizer, porque o mesmo carácter, que é desde logo verdadeiramente essencial, deve existir de alguma maneira em tudo o que essa “Palavra” representa de maneira mais ou menos adequada. O que queremos dizer com isso é que, para que a correspondência simbólica seja exacta, a pronunciação do Tetragrama devia ser trissilábica, mas como por outro lado ele é normalmente escrito com quatro letras, pode dizer-se que, segundo o simbolismo numérico, o 4 reporta-se aqui ao aspecto “substancial” da “Palavra” (desde que é escrita ou soletrada, conforme a escritura, assim exercendo a função de um “suporte” corporal), e o 3 ao seu aspecto “essencial” (quando ela é pronunciada integralmente pela voz como a única a dar-lhe o “espírito” e a “vida”). Resulta disso que a forma *Jehovah*, mesmo não podendo ser considerada como a verdadeira pronunciação do Nome que já ninguém conhece, representa-o muito melhor ao constar de três sílabas (e de resto a sua própria antiguidade, enquanto transcrição aproximada nas línguas ocidentais, poderia dar muito que pensar), que a forma puramente fantasista *Yahveh*, inventada pelos exegetas e os “críticos” modernos, a qual, não tendo senão duas sílabas, é evidentemente imprópria para uma transmissão ritual como aquela aqui tratada.

Certamente haveria muito mais para dizer sobre tudo isso, mas devemos parar aqui nestas considerações já demasiado longas, as quais, repetimos para terminar, não têm outra a pretensão senão a de esclarecer um pouco alguns dos aspectos deste assunto tão complexo da “Palavra Perdida”.

CAPÍTULO XIII

O CRISMA E O CORAÇÃO NAS ANTIGAS MARCAS CORPORATIVAS

Publicado em *Regnabit*, Novembro 1925

Republicado em *Estudos Tradicionais*, Janeiro-Fevereiro 1951

Num artigo, desde logo de carácter puramente documental, dedicado ao estudo das *Armas com motivos astrológicos e talismânicos*, aparecido na *Revista da História das Religiões* (Julho-Outubro de 1924), M. W. Deonna, de Genebra, ao comparar os sinais que aparecem nessas armas com outros símbolos mais ou menos semelhantes, falando amplamente da “cifra de quatro” que foi “comum nos séculos XVI e XVII¹⁰⁹, como marca de família e de casa para os particulares, que a incluíam tanto nas suas sepulturas como nos seus armoriais”. Ele repara que este sinal “presta-se a todo o tipo de combinações, com a cruz, o globo, o coração e associa-se aos monogramas de proprietários complicando-se com barras associadas”, e reproduz um certo número de exemplos. Pensamos que ele foi essencialmente uma “marca de mestria” comum a muitas corporações diferentes, às quais os particulares e as famílias que se serviram desse sinal estavam sem dúvida unidos por quaisquer laços, frequentemente hereditários.

M. Deonna fala em seguida, bastante sumariamente, da origem e do significado dessa marca: “M. Jusselin, diz ele, deriva-a do monograma constantino, já interpretado livremente e deformado nos documentos merovíngios e carolíngios¹¹⁰, mas esta hipótese parece totalmente arbitrária sem nenhuma analogia a suporte”. Tal não é o nosso ponto de vista, pois pelo contrário essa assimilação teria sido muito natural, tendo-a sempre a indicado mesmo sem ter conhecimento de trabalhos específicos que existam sobre o assunto, e inclusive não acreditávamos que ela pudesse ser contestada por nos parecer evidente. Mas continuemos e vejamos quais são as outras explicações propostas: “Seria esse o 4 das cifras árabes, substitutas das cifras romanas nos manuscritos europeus anteriores ao século XI?... Deve-se supor que ele representa o valor místico da cifra 4, que remonta à Antiguidade e os modernos conservaram?” M. Deonna não recusa esta interpretação, mas prefere uma outra: ele supõe “que se trata de um signo astrológico”, o de Júpiter.

A dizer verdade, essas hipóteses não se excluem forçosamente entre elas: pode muito bem ter acontecido, tanto nesse caso como em muitos outros, uma sobreposição e mesmo fusão de vários símbolos num só, ao qual se acham ligados por múltiplos significados. Não há nisso nada de surpreendente, pois como dissemos essa multiplicidade de sentidos inerentes ao simbolismo é que constitui, por isso mesmo, uma das suas maiores vantagens como meio de expressão. Unicamente, é naturalmente necessário saber qual seja o sentido primeiro e principal do símbolo, e nisto persistimos em considerar que esse sentido é dado pela identificação com o Crisma, enquanto os outros não lhe estão associados senão a título secundário.

¹⁰⁹ O mesmo sinal foi muito utilizado no século XV, pelo menos em França e notoriamente nas marcas de impressores, de que destacamos os seguintes exemplos: Wolf (Georges), impressor-livreiro em Paris, 1489; Syber (Jehan), impressor em Lyon, 1478; Rembolt (Bertholde), impressor em Paris, 1489.

¹¹⁰ *Origem do monograma nas tapeçarias*, no *Boletim monumental*, 1922, pp. 433-435.

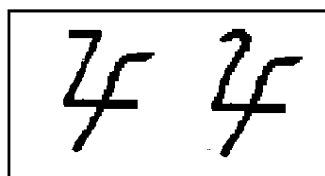


Figura 1

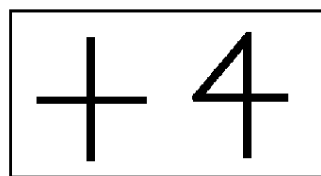


Figura 2

É certo signo astrológico de Júpiter, de que damos aqui as duas formas principais (figura 1), apresenta no seu aspecto geral uma aparência que a cifra 4 (figura 2), mas também é certo que o uso desse signo pode ter uma relação com a ideia de “mestria” a que voltaremos mais adiante. Mas para nós esse elemento, no simbolismo da marca em causa, não poderia surgir senão em terceiro lugar, e de resto repara-se que a própria origem desse signo de Júpiter é muito incerta, pois enquanto uns querem ver nele a representação do raio, para outros é simplesmente a inicial do nome de *Zeus*.

Por outra parte, parece-nos inegável que o que M. Deonna chama o “valor místico” do número 4 desempenhou igualmente aqui um papel, inclusive um papel muito importante, pelo qual o colocaríamos em segundo lugar neste simbolismo complexo. A esse respeito pode-se mesmo observar que a cifra 4, em todas as marcas onde figura, possui uma forma que é exactamente aquela de uma cruz cujas duas extremidades são unidas por uma linha oblíqua (figura 2). Ora a cruz era na Antiguidade, especialmente entre os Pitagóricos, o símbolo do quaternário (ou mais exactamente um dos símbolos, porque havia um outro que era o quadrado), e por outro lado a associação da cruz com o monograma do Cristo deverá ter sido estabelecida do modo mais natural.

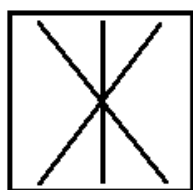


Figura 3

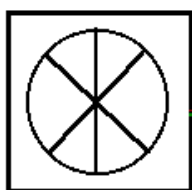


Figura 4

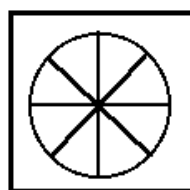


Figura 5

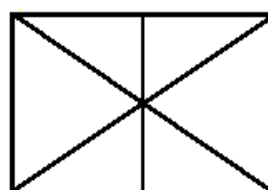


Figura 6

Essa observação leva-nos novamente ao Crisma, e desde já devemos dizer que convém fazer uma distinção entre o Crisma constantino propriamente dito, o signo do Labarum, chamado de Crisma simples. Este (figura 3) aparece-nos como o símbolo fundamental donde muitos outros derivaram mais ou menos directamente. É encarado como formado pela união das letras I e X, ou seja, das iniciais gregas dos dois nomes *Iêsous Christos*, e com efeito este é o sentido que recebeu desde os primeiros tempos do Cristianismo, porém, em si mesmo este símbolo é muito anterior, sendo um daqueles que encontra difundido em toda a parte e em todas as épocas. Esse é então um exemplo dessa adaptação cristã dos sinais e das narrativas simbólicas pré-cristãs, como já assinalámos a respeito da lenda do Santo Graal, e essa adaptação deve considerar-se não só como legítima como também de certo modo necessária, para quem como nós vê nesses símbolos vestígios da Tradição Primordial. A lenda do Graal é de origem céltica, e por uma coincidência bastante notável o símbolo de que falamos agora encontra-se muito particularmente entre os Celtas, onde é o elemento essencial da “rodela” (figura 4), a qual perpetuou-se através de toda a Idade Média não sendo inverosímil admitir que inclusive possa estar ligada à rosácea das catedrais¹¹¹. Com efeito, existe uma certa conexão entre a figura da roda e os símbolos florais com múltiplos significados, tais como a rosa e o lótus, aos quais já fizemos alusão em artigos anteriores

¹¹¹ Num artigo anterior, o próprio M. Deonna reconhece uma relação entre a “rodela” e o Crisma (*Algumas reflexões sobre o simbolismo, em particular na Arte pré-histórica*, na *Revista de História das Religiões*, Janeiro-Abril de 1924), e não deixamos de ficar um tanto admirados ao vê-lo em seguida negar a relação, por demais visível, existente entre o Crisma e a “cifra de quatro”.

e que aqui nos afastaria bastante do presente assunto. Quanto ao significado geral da roda, na qual os modernos pretendem ver um símbolo exclusivamente “solar” seguindo um género de explicação de que usam e abusam em todas as circunstâncias, diremos apenas, sem insistir mais que o necessário, que na realidade ela é outra coisa e antes de tudo um símbolo do Mundo, como se pode verificar claramente pelo estudo da iconografia hindu. Para cingir-nos à “rodela” celta (figura 5)¹¹², assinalamos ainda, por outro lado, que a mesma origem e o mesmo significado muito provavelmente deverão ser atribuídos ao emblema que figura no ângulo superior do pavilhão britânico (figura 6), emblema que em suma não difere do que está inscrito num rectângulo invés de numa circunferência, e no qual alguns Ingleses pretendem ver o sinal da supremacia marítima da sua pátria¹¹³.

Formulamos agora uma observação sumamente importante a respeito do simbolismo heráldico: a forma do Crisma simples é como uma espécie de esquema geral segundo o qual foram dispostas, no brasão, as figuras mais diversas. Observe-se, por exemplo, uma águia ou qualquer outra ave heráldica, e não será difícil aperceber o que efectivamente há de verdade nessa disposição (a cabeça, a cauda, as extremidades das asas e das patas correspondem às seis pontas da figura 3); observe-se em seguida um emblema tal como a flor-de-lis, e far-se-á ainda a mesma constatação. Desde logo pouco importa, nesse último caso, a origem real desse emblema que tem dado lugar a tantas hipóteses: que a flor-de-lis seja verdadeiramente uma flor, o que nos remeteria para os símbolos florais de que temos falado constantemente (a lis natural tem efectivamente seis pétalas), ou que ela tenha sido primitivamente um ferro de lança, ou uma ave, ou uma abelha, o antigo símbolo caldaico da realeza (hieróglifo *sâr*), ou inclusive um sapo¹¹⁴, ou ainda, como é o mais provável, que resulte da síntese de várias dessas figuras, permanece sempre estritamente conformada ao esquema de que falámos.

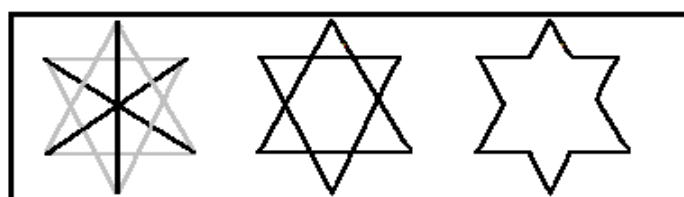


Figura 7

Figura 8

Figura 9

Uma das razões dessa particularidade deve achar-se na importância dos significados ligados ao número seis, porque a figura que estamos considerando no fundo não é outra coisa senão um dos símbolos geométricos que correspondem a esse número. Se unir-se as suas extremidades de duas em duas (figura 7), obtém-se um outro símbolo senário muito conhecido: o duplo triângulo (figura 8), ao qual frequentemente dá-se o nome de “selo de Salomão”¹¹⁵. É uma figura constantemente entre os Judeus e os Árabes, mas também é um emblema cristão. Ela foi mesmo, como nos assinalou M. Charbonneau-Lassay, um dos antigos símbolos de Cristo, como também o foi uma outra figura equivalente, a estrela de seis pontas (figura 9), que em suma não é mais do que uma simples variante, como supostamente também o é do próprio Crisma, sendo mais uma razão para estabelecer uma proximidade estreita entre esses sinais. O Hermetismo cristão da Idade

¹¹² Existem dois tipos principais dessa “rodela”: um de seis raios (figura 4) e outro de oito raios (figura 5), cada um desses números tendo naturalmente a sua razão de ser e o seu significado. É ao primeiro que se aparenta o Crisma; quanto ao segundo, repara-se ser muito interessante apresentar uma semelhança muito óbvia com o lótus hindu de oito pétalas (*Vibhuṭi* – Nota do tradutor).

¹¹³ A própria forma da “rodela” acha-se de um modo muito flagrante quando o mesmo emblema é traçado sobre o escudo que porta a figura alegórica de Albion.

¹¹⁴ Esta opinião, por mais bizarra que possa parecer, foi bastante admitida antigamente, porque nas tapeçarias do século XV na catedral de Reims o estandarte de Clóvis porta três sapos. Ademais é muito possível que primitivamente esse sapo fosse na realidade uma rã, antigo símbolo da ressurreição.

¹¹⁵ Às vezes essa figura é também chamada “escudo de David” e “escudo de Miguel”, e esta última designação poderia dar lugar a considerações muito interessantes.

Média via, dentre outras coisas, nos dois triângulos opostos e entrelaçados, onde um é como o reflexo ou a imagem invertida do outro, uma representação da união das duas naturezas divina e humana na pessoa do Cristo, e o número seis inclui entre os seus significados aqueles de união e de mediação, que convêm perfeitamente ao Verbo incarnado. Por outra parte, esse mesmo algarismo é, segundo a Kaballah hebraica, é o número da Criação (a obra dos seis dias), e, sob esse aspecto a atribuição do seu símbolo ao Verbo não se poderia justificar melhor: ele como uma espécie de tradução gráfica do “*per quem omnia facta sunt*” do Credo¹¹⁶.

Pois bem, o que é especialmente interessante do ponto de vista em que nos colocamos neste estudo é que o duplo triângulo foi escolhido no século XVI, ou talvez mesmo antes, como emblema e sinal de reconhecimento por certas corporações. A esse título tornou-se mesmo, sobretudo na Alemanha, na insígnia comum das tabernas ou cervejarias onde as ditas corporações tinham as suas reuniões. De certo modo era uma espécie de marca geral comum, enquanto as figuras mais ou menos complexas onde aparecia a “cifra de quatro” eram marcas pessoais, particulares de cada mestre¹¹⁷. Não será lógico supor que entre essas e aquele haveria um certo parentesco, o mesmo que verificamos existir entre o Crisma e o duplo triângulo?

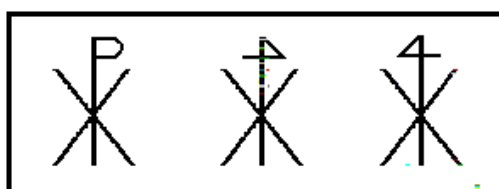


Figura 10

Figura 11

Figura 12

O Crisma constantino (figura 10), que é formado pela união das duas letras gregas X e P, as duas primeiras de *Christos*, aparece à primeira vista como derivado imediatamente do Crisma simples, do qual conserva exactamente a disposição fundamental e de que não se distingue senão pela adjunção, na sua parte superior, de um aro destinado a transformar o I em P. Ora, se considerarmos a “cifra de quatro” nas suas formas mais simples e correntes, a sua semelhança, poderemos mesmo dizer a sua identificação, com o Crisma constantino é inegável. Ela sobretudo notória quando a cifra 4, ou o sinal cuja forma lhe é afecta podendo ser ao mesmo tempo uma deformação do P, está voltada para a direita (figura 11) em vez de para a esquerda (figura 12), nisto havendo exemplos indistintos das duas orientações¹¹⁸. Por outro lado, vê-se aparecer aí um segundo elemento simbólico que não existe no Crisma constantino: referimo-nos à presença de um sinal em forma de cruz, que naturalmente terá sido pela transformação do P em 4. Frequentemente, como se pode ver pelas duas figuras abaixo que recolhemos de M. Deonna, esse sinal é como que sublinhado pela adjunção de uma linha suplementar, seja horizontal (figura 13), seja vertical (figura 14), que constitui como que uma espécie de duplicação da cruz¹¹⁹.

¹¹⁶ (“Por quem foram feitas todas as coisas”. – Nota do tradutor) Na China, seis traços dispostos de outro modo constituem paralelamente um símbolo do Verbo, representando também o termo médio da Grande Tríade, ou seja, o Mediador entre o Céu e a Terra unindo em si as duas naturezas celeste e terrestre.

¹¹⁷ A este respeito, assinalamos de passagem um facto curioso muito pouco conhecido: a lenda de Fausto, que data aproximadamente da mesma época, constituía o ritual de iniciação dos operários impressores.

¹¹⁸ A figura 12 é dada por M. Deonna com esta menção: “Marca Zachariae Palthenii, impressor, Frankfurt, 1599”.

¹¹⁹ Figura 13: “Marca com a data 1540, Genève; sem dúvida Jacques Bernard, primeiro pastor reformado de Satigny”.
Figura 14: “Marca do impressor Carolus Morellus, Paris, 1631”.

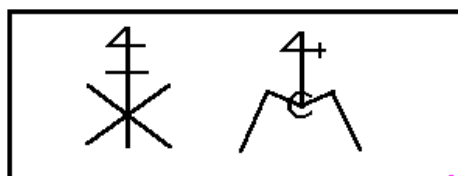


Figura 13

Figura 14

Observa-se que na segunda dessas figuras toda a parte inferior do Crisma desapareceu sendo substituída por um monograma pessoal, assim como por diversos símbolos, com isso talvez suscitando algumas dúvidas sobre a identidade do sinal que no entanto se mantém apesar de todas as suas modificações constantes. Porém, pensamos que as marcas que contêm o Crisma completo são aquelas que representam a forma primitiva, enquanto as outras são modificações posteriores onde a parte conservada foi tomada pelo todo, apesar de provavelmente o seu sentido nunca se ter perdido inteiramente de vista. No entanto, parece que em certos casos o elemento da cruz do símbolo terá passado a ocupar o primeiro plano, pelo menos é o que parece resultar da associação da “cifra de quatro” com outros sinais, e esse é o ponto que agora nos falta examinar.

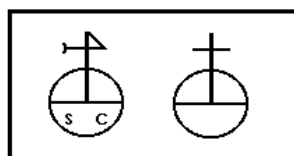


Figura 15

Figura 16

Entre os sinais em questão, há um que figura na marca de uma tapeçaria do século XVI conservada no Museu de Chartres (figura 15), cuja natureza não deixa nenhuma dúvida: trata-se evidentemente, sob uma forma um pouco modificada, do “globo do Mundo” (figura 16), símbolo constituído pelo signo hermético do reino mineral corado por uma cruz. Aqui, a “cifra de quatro” pura e simplesmente ocupa o lugar da cruz¹²⁰. Este “globo do Mundo” é essencialmente um signo de potência, e ao mesmo tempo signo do poder temporal e do poder espiritual por ser uma das insígnias da dignidade imperial, achando-se constantemente na mão de Cristo, não só nas representações que evocam muito particularmente a Majestade Divina como também naquelas do Último Julgamento, e igualmente nas figurações do Cristo Menino. Também quando esse signo substitui o Crisma (e lembramos aqui o laço que originalmente unia-o à “rodela”, outro símbolo do Mundo), pode dizer-se que, em suma, é ainda um atributo de Cristo que foi substituído por outro. Ao mesmo tempo, a esse novo atributo está ligada muito directamente a ideia de “mestria”, como no signo de Júpiter onde sobretudo a sua parte superior leva a pensar em tal caso, mas sem que por isso deixe de conservar o seu valor de cruz, a respeito da qual não fica a menor dúvida se comparar-se as duas figuras abaixo.

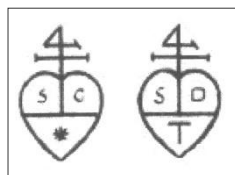


Figura 17

Figura 18

Chegamos agora a um grupo de marcas que foram as que motivaram este estudo, onde a diferença essencial entre elas e as que falámos por último é a substituição do globo por um coração. Curiosamente esses dois tipos aparecem estreitamente ligados um ao outro, e em certos casos entre eles (figuras 17 e 18) o coração aparece atravessado por linhas que estão dispostas exactamente

¹²⁰ Vimos igualmente este signo do “globo do Mundo” em muitas marcas de impressores do início do século XVI.

como aquelas que caracterizam o “globo do Mundo”¹²¹. Não indicará isso uma espécie de equivalência, pelo menos num certo aspecto, igualmente suficiente para sugerir tratar-se aqui do “Coração do Mundo”? Noutros exemplos, as linhas rectas traçadas no interior do coração estão substituídas por linhas curvas que parecem desenhar onde estão contidas as iniciais (figuras 19 e 20). Mas essas marcas parecem mais recentes que as anteriores¹²², de maneira que com toda a verosimilhança tratar-se-á de uma modificação muito tardia, possivelmente destinada simplesmente a dar à figura um aspecto menos geométrico e mais ornamental.

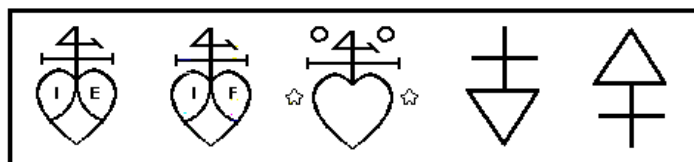


Figura 19 Figura 20 Figura 21 Figura 22 Figura 23

Finalmente, existem variantes mais complicadas onde o símbolo principal é acompanhado de signos secundários, que manifestamente não mudam em nada o seu significado, e mesmo aquela que reproduzimos (figura 21) permite-nos pensar que as estrelas não estão aí senão para destacar mais decididamente o carácter celeste que se deve reconhecer-lhe. Queremos dizer com isso que, em nossa opinião, deve-se ver em todas essas figuras o Coração de Cristo por não possível ver outra coisa, tanto que o coração é sobreposto por uma cruz, inclusive, para todas as que temos diante dos olhos, uma cruz duplicada pelo acréscimo à cifra 4 de uma linha horizontal.

Abramos agora um parêntesis para assinalar ainda uma curiosa aproximação: a esquematização dessas figuras dá um símbolo hermético conhecido (figura 22), que não é outra coisa senão a posição invertida daquele do enxofre alquímico (figura 23). Encontramos aqui o triângulo invertido, do qual já indicámos a sua equivalência com o coração e a taça; isolado, esse triângulo é o símbolo alquímico da água, enquanto o triângulo com o vértice para cima é o do fogo. Ora, entre os diferentes significados que a água tem constantemente nas mais diversas tradições, há um que é particularmente interessante reter aqui: ela é o símbolo da Graça e da regeneração operada no ser daquele que a recebeu. A este respeito, lembramos somente a água baptismal, as quatro fontes de água viva do Paraíso Terrestre, como também a água vertida do Coração de Cristo, fonte inesgotável da Graça. Finalmente e como reforço desta explicação, o símbolo invertido do enxofre significa a descida das influências espirituais no “mundo em baixo”, ou seja, no mundo terrestre e humano; em outros termos, é o “orvalho celeste” de que já falámos¹²³. São esses os emblemas herméticos a que temos feito alusão, devendo-se convir que o seu verdadeiro significado está muito longe das interpretações falsificadas que pretendem dar-lhes certas seitas contemporâneas!

¹²¹ Figura 17: “Marca de tapeçaria do século XVI, Museu de Chartres”. Figura 18: “Marca de mestre Samuel de Tournes, sobre um pote de estanho de Pierre Royaume, Genève, 1609”.

¹²² Figura 19: “Marca de Jacques Eynard, mercador genovês, sobre um vitral do século XVII”. Figura 20: “Marca de mestre, sobre um prato de estanho de Jacques Morel, Genève, 1719”.

¹²³ A figura 24, que é o mesmo símbolo hermético acompanhado de iniciais, provém de uma estela funerária de Genève (coleções lapidárias, n.º 573). A figura 25, que é uma modificação, é mencionada nos seguintes termos por M. Deonna: “Chave de abóbada de uma mansão em Molard, Genève, demolida em 1889, marca de Jean de Villard com a data 1576”.

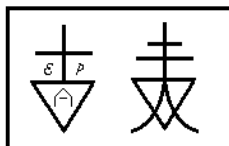


Figura 24 Figura 25

Dito isso, voltemos às nossas marcas corporativas para formular em poucas palavras as conclusões que parecem depreender-se claramente de tudo que acabamos de expor. Em primeiro lugar, acreditamos ter deixado suficientemente estabelecido que o Crisma constitui o tipo fundamental do qual as marcas são derivadas, e por conseguinte elas têm nele o seu principal significado. Em segundo lugar, quando se vê, em certas marcas, o coração tomar o lugar do Crisma e de outros símbolos que, de maneira inequívoca, reportam-se directamente ao Cristo, não se terá por isso o direito de afirmar decididamente que o dito coração é efectivamente o Coração de Cristo? Ademais, como temos assinalado constantemente, o facto desse mesmo coração estar sobreposto pela cruz, ou por um signo seguramente equivalente, ou mesmo, melhor ainda, por um e outra unidos, apoia a nossa afirmação tão solidamente quanto possível, já que não vemos como poderá ser dada uma outra explicação plausível. Finalmente, a ideia de inscrever o nome pessoal, sob a forma de iniciais ou de monograma, no próprio Coração de Cristo, acaso não é bastante digna da piedade dos cristãos de tempos passados?¹²⁴

Damos por terminado o nosso estudo com essa última reflexão, satisfeitos por desta vez se ter dado, precisando alguns pontos interessantes para o simbolismo religioso em geral, à antiga iconografia do Sagrado Coração uma contribuição que nos veio de uma fonte um pouco imprevista, desejando somente que entre os nossos leitores hajam alguns que a possam complementar pela indicação de outros documentos do mesmo género, porque certamente eles devem existir aqui e ali em número bastante considerável, bastando recolhê-los e reuni-los para formar um conjunto de testemunhos realmente impressionante¹²⁵.

¹²⁴ Deve-se destacar que a maioria das marcas que reproduzimos, tomadas da documentação de M. Deonna, é de proveniência genebrense e terá pertencido a protestantes. Mas isto não deve causar grande admiração se por outro considerar-se que o capelão de Cromwell, Thomas Goodwin, consagrou um livro à devoção ao Coração de Jesus. Falta felicitar, pensamos, ao ver os próprios protestantes darem assim o seu testemunho a favor do culto do Sagrado Coração.

¹²⁵ Seria particularmente interessante investigar porque por vezes se encontra o coração nas marcas de mestres pedreiros e canteiros que se vêem em muitos monumentos antigos, especialmente nos monumentos religiosos. M. Deonna reproduziu algumas marcas de canteiros que se encontram na catedral de S. Pedro de Genebra, entre as quais se encontram triângulos invertidos, e algumas outras acompanhadas de uma cruz colocada por baixo ou no interior, não sendo então improvável que o coração também tenha figurado entre os emblemas usados nessa corporação.

CAPÍTULO XIV

A PROPÓSITO DOS SINAIS CORPORATIVOS E DO SEU SENTIDO ORIGINAL

Publicado em *Regnabit*, Fevereiro 1926
Republicado em *Estudos Tradicionais*, Abril-Maio 1951

O artigo em que falámos das antigas marcas corporativas (*Regnabit*, Novembro de 1925) parece ter interessado particularmente a um certo número de leitores, pelo que voltamos a esse assunto pouco conhecido fornecendo algumas indicações novas que consideramos úteis às reflexões que várias partes nos expuseram.

Desde já, chegou-nos uma confirmação sobre o que dissemos no final desse artigo acerca das marcas dos pedreiros e canteiros e dos símbolos herméticos aos quais elas parecem ligar-se directamente. Essa informação encontra-se num artigo relativo ao Companheirismo que, por uma coincidência bastante curiosa, foi publicado precisamente ao mesmo tempo que o nosso. Extraímos dele esta passagem: “O Cristianismo chegou ao seu apogeu querendo um estilo que resumisse o seu pensamento, e às cúpulas, aos arcos redondos, às torres maciças substituíram-nas os pináculos em flecha e a ogiva tomou progressivamente o seu lugar. Foi então que o Papado fundou em Roma a Universidade das Artes, para onde os mosteiros de todos os países enviavam os seus estudantes e os seus construtores laicos. Essas elites fundaram assim o Mestrado universal, onde canteiros, escultores, carpinteiros e outros ofícios da Arte receberam a concepção construtiva que elas chamavam a Grande Obra. A reunião de todos os Mestres-de-Obras estrangeiros formou a associação simbólica, onde a trolha era sobreposta pela cruz, e dos braços da cruz pendiam o esquadro e o compasso, as marcas universais”¹²⁶

A trolha rematada pela cruz é exactamente o símbolo hermético que reproduzimos na figura 22 do nosso artigo precedente, trolha ou colher que, por causa da sua forma triangular, era ali considerada como um emblema da Trindade: “*Sanctissima Trinitas Conditor Mundi*”¹²⁷. De resto, parece que o dogma trinitário foi particularmente evidenciado pelas antigas corporações, e a maioria dos documentos promanados delas começa por esta fórmula: “Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade”.

Apesar de já termos indicado a identificação simbólica o triângulo invertido e o coração, não deixa de ser útil reparar que o sentido trinitário pode igualmente ligar-se a esse último. Encontramos a prova disso numa estampa desenhada e gravada por Callot para uma tese apresentada em 1625, sobre a qual o R. P. Anizan já deu uma explicação anteriormente nesta Revista (Dezembro de 1922). No topo dessa composição configura-se o Coração de Cristo contendo três *iods*, a primeira letra do nome de *Jehovah* em hebreu, e ademais esses três *iods* são considerados como formando por si mesmos um Nome Divino, sendo muito natural que se

¹²⁶ Auguste Bonvours, *A Religião da Arte*, em *Le Voile d'Ísis*, número especial dedicado ao Companheirismo, Novembro de 1925.

¹²⁷ A palavra *Conditor* (“Fundador”) encerra uma alusão ao simbolismo da “pedra angular”. Acompanha o mesmo artigo a reprodução de uma curiosa figuração da Trindade, onde o triângulo invertido tem uma função importante.

interpretem como uma expressão da Trindade¹²⁸. “Actualmente – escreveu a propósito o R. P. Anizan – adoramos o “Coração de Jesus, Filho do Pai Eterno”, o “Coração de Jesus unido substancialmente ao *Verbo* de Deus”, o “Coração de Jesus formado pelo *Espírito Santo* no seio da Virgem Maria”. Porque se deverá estranhar que desde 1625 haja sido afirmada a augusta relação do Coração de Jesus com a Santíssima Trindade? Já no século XII vários teólogos tinham visto esse Coração como o “Santo dos Santos” e como a “Arca do Testamento”¹²⁹. Esta verdade não podia perder-se: a sua própria expressão importava a adesão do Espírito, e de facto não se perdeu. Num *Diurnal* aparecido em Anvers em 1616, lê-se esta bela prece: “Ó Coração dulcíssimo de Jesus, onde se acha todo o bem, *órgão da sempre adorável Trindade*, a vós me confio, em vós me entrego inteiramente”. O “Órgão da Santíssima Trindade” está bem diante dos nossos olhos: é o Coração com os três *iods*. E sobre este Coração de Cristo, órgão da Trindade, a nossa estampa diz-nos numa frase que é o “princípio da ordem”: *Proestinatio Christi est ordinis origo*”.

Sem dúvida teremos ocasião de voltar a outros aspectos deste simbolismo, sobretudo no que respeita ao significado místico da letra *iod*, mas por agora limitamo-nos a mencionar esses paralelismos muito significativos.



Várias pessoas que aprovam a nossa intenção de restituir aos símbolos antigos o seu significado original e que gentilmente quiseram que soubéssemos, manifestaram-nos ao mesmo tempo o desejo de ver o Catolicismo reivindicar claramente todos esses símbolos que lhe pertencem por direito, incluindo aqueles, como os triângulos por exemplo, dos quais se apropriaram organizações tais como a Maçonaria. A ideia é muito justa e corresponde bem ao nosso pensamento, mas parece haver no espírito de alguns um ponto que corresponde a um equívoco e mesmo a um verdadeiro erro histórico, o qual será bom dissipar.

Na verdade, não há muitos símbolos que sejam própria e exclusivamente “maçónicos”, como já assinalámos a propósito da acácia (Dezembro de 1925, pág. 26). De facto, os próprios emblemas mais especificamente “construtivos”, como o esquadro e o compasso, foram comuns a um grande número de corporações e inclusive poderíamos referi-las quase todas¹³⁰, sem falar do uso que também tem sido feito do simbolismo puramente hermético¹³¹. A Maçonaria serve-se de símbolos de um carácter muito variado, pelo menos aparentemente, mas ela não se apropriou deles, como alguns parecem acreditar, para afastá-los do seu verdadeiro sentido; ela recebeu-os, tal como as outras corporações (porque desde já ela foi uma), numa época em que era muito diferente do que é hoje, e tem-nos conservado apesar de, desde há muito, não os compreender.

“Tudo indica, diz Joseph de Maistre, que a Franco-Maçonaria vulgar é um ramo desprendido e talvez corrompido de um tronco antigo e respeitável”¹³². É exactamente assim que se deve encarar a questão: comete-se frequentemente o erro de só se considerar a Maçonaria *moderna* sem se pensar que ela é simplesmente o produto de uma alteração. Os primeiros responsáveis por essa alteração, ao que parece, foram os pastores protestantes Anderson e Desaguliers, que redigiram as Constituições da Grande Loja de Inglaterra, publicadas em 1723, e

¹²⁸ Os três *iods* colocados no Coração de Cristo estão dispostos 2 e 1, de tal maneira que correspondem aos três ângulos de um triângulo invertido. Repara-se que essa mesma disposição é muito frequente nas peças de brasão, notoriamente aquela das três flores-de-lis nos armoriais dos reis de França.

¹²⁹ Estas assimilações têm uma relação muito estreita com a questão dos “Centros Espirituais” de que já falámos no nosso estudo sobre o Santo Graal. Explicaremos mais detalhadamente este ponto quando expusermos o simbolismo do coração nas tradições hebraicas.

¹³⁰ O Companheirismo proibia somente aos sapateiros e padeiros o uso do compasso.

¹³¹ É assim que o esquadro e o compasso figuram, pelo menos desde o começo do século XVII, nas mãos do *Rebis* hermético (veja-se, por exemplo, *As Doze Chaves da Alquimia* de Basílio Valentim).

¹³² *Mémoire au duc de Brunswick*, 1782.

que fizeram desaparecer todos os antigos documentos que caíram em suas mãos, para que ninguém apercebesse as inovações que introduziram, e também porque esses documentos continham fórmulas que eles consideravam muito incômodas, como a obrigação de “fidelidade a Deus, à Santa Igreja e ao Rei”, sinal indiscutível da origem católica da Maçonaria¹³³. Os protestantes haviam preparado esse trabalho de deformação durante os quinze anos que decorreram entre a morte de Christopher Wren, último Grão-Mestre da Maçonaria *antiga* (1702), e a fundação da nova Grande Loja de Inglaterra (1717). No entanto, deixaram subsistir o simbolismo sem se aperceber que ele, para qualquer um que o compreendesse, testemunhava contra eles tão eloquentemente como os textos escritos, que ademais não conseguiram destruir todos. Eis aqui, muito brevemente resumido, o que deveriam saber todos aqueles que desejam combater eficazmente as tendências da Maçonaria actual¹³⁴.

Não vamos examinar aqui no seu todo o assunto tão complexo e controverso da pluralidade das origens da Maçonaria, limitando-nos considerar o que se pode chamar o lado corporativo representado pela Maçonaria *Operativa*, ou seja, pelas antigas confrarias de construtores. Estas, como as demais corporações, possuíam um simbolismo religioso ou, se preferir-se, hermético-religioso, em relação com as concepções do esoterismo católico tão difundido na Idade Média, cujos vestígios encontram-se em toda a parte nos monumentos e até na literatura daquela época. Ao contrário do que sustêm numerosos historiadores, a junção do Hermetismo com a Maçonaria remonta a muito antes da afiliação de Elias Ashmole a essa última (1646), e a esse respeito pensamos mesmo que só no século XVII se pensou reconstituir uma tradição cuja maior parte já se havia perdido. Alguns, parecendo estar muito bem informados sobre a história das corporações, chegam mesmo a fixar com muita precisão a data de 1459 como a da perda da antiga tradição¹³⁵. Parece-nos incontestável que os dois aspectos *operativo* e *especulativo* estiveram sempre unidos nas corporações da Idade Média, que ademais empregavam expressões claramente herméticas, como aquela de “Grande Obra”, com aplicações diversas mas sempre analogicamente correspondentes entre elas¹³⁶.

Por outra parte, se pretender-se remontar verdadeiramente às origens e supondo que isso seja possível com as informações obviamente fragmentadas ao dispor em tal matéria, sem dúvida que se deve remontar além da Idade Média e mesmo além do Cristianismo. Isso leva-nos a completar um ponto que já referimos aqui mesmo acerca do simbolismo de *Janus* num artigo precedente (Dezembro de 1925), porque é precisamente esse simbolismo quem possui uma relação estreitíssima com o assunto que agora nos ocupa¹³⁷. Com efeito, na antiga Roma os *Collegia fabrorum* rendiam um culto especial a *Janus*, em cuja honra eles celebravam duas festas solsticiais correspondendo à abertura das duas metades ascendente e descendente do ciclo zodiacal, ou seja, nos períodos do ano que, no simbolismo astronómico que já fizemos alusão, representam as portas das duas vias celeste e infernal (*Janua Coeli* e *Janua Inferni*). Por conseguinte, esse costume das

¹³³ Durante o século XVIII a Maçonaria *Escocesa* fez uma tentativa de retorno à tradição católica, representada pela dinastia dos Stuarts, por oposição à Maçonaria *Inglesa*, tornada protestante e devotada à Casa de Orange.

¹³⁴ Houve posteriormente uma outra mudança nos países latinos, essa num sentido antirreligioso, mas é sobre a “protestantização” da Maçonaria Anglo-Saxónica que convém insistir em primeiro lugar.

¹³⁵ Albert Bernet, *Dos Labirintos sobre o solo das igrejas*, no número já citado do *Voile d'Ísis*. No entanto, esse artigo contém uma pequena imprecisão a respeito: não é de Estrasburgo mas de Colónia que está datada a carta maçónica de Abril de 1459.

¹³⁶ Assinalamos que também existiu, cerca do século XIV, senão antes, uma *Massenia do Santo Graal*, pela qual as confrarias de construtores estavam ligadas aos seus inspiradores hermetistas, e na qual Henri Martin (*História de França*, I, III, p. 398) viu com razão uma das origens reais da Franco-Maçonaria.

¹³⁷ Nessa ocasião observámos não ter intenção de fazer um estudo completo sobre *Janus*, e para isso teríamos de expor os simbolismos análogos que se encontram entre diversos povos, notoriamente aquele de *Ganêsha* na Índia, o que nos levaria a desenvolvimentos muito extensos. A figura de *Janus* que serviu de ponto de partida para a nossa nota foi reproduzida novamente no artigo de M. Charbonneau-Lassay contido no mesmo número de *Regnabit* (Dezembro de 1925, p. 15).

festas solsticiais seria sempre mantido nas corporações de construtores, porém, com o Cristianismo essas festas foram identificadas aos dois S. João de Inverno e de Verão (donde a expressão “Loja de S. João” que se conservou até na Maçonaria moderna), o que é ainda um exemplo dessa adaptação dos símbolos pré-cristãos que temos apontado muitas vezes.

Desse último facto extraímos duas consequências que nos parecem dignas de interesse. Desde logo, entre os Romanos *Janus* era, já o dissemos, o deus da iniciação aos Mistérios, e ao mesmo tempo era o deus das corporações de artesãos, e isso não pode ser uma simples coincidência mais ou menos fortuita. Devia necessariamente haver uma relação entre essas duas funções reportadas à mesma entidade simbólica, ou em outros termos, era necessário que as corporações em causa estivessem desde logo, assim como o estiveram mais tarde, na posse de uma tradição de carácter realmente “iniciático”. Ademais, pensamos que isso não constitui um caso especial e isolado porque confirmam-se constatações do mesmo género entre outros povos, o que inclusive pode levar, acerca da verdadeira origem das artes e ofícios, a noções inteiramente insuspeitadas dos modernos, para quem tais tradições não passam de letra morta.

A outra consequência é a seguinte: a conservação, entre os construtores da Idade Média, da tradição que se ligava primitivamente ao simbolismo de *Janus*, explica dentre outras coisas a importância que tinha para eles a representação do Zodíaco que vemos tão frequentemente reproduzido no pórtico das igrejas, geralmente disposto de modo a sublinhar o carácter ascendente e descendente das suas duas metades. Há mesmo nisso, para nós, alguma coisa inteiramente fundamental na concepção dos construtores das catedrais, propondo-se fazer as suas obras como uma espécie de breviário sintético do Universo. Se o Zodíaco não aparece sempre, aparecem outros símbolos que lhe são equivalentes, pelo menos num certo sentido, susceptíveis de evocar ideias análogas sob o aspecto agora considerado (sem prejuízo dos seus outros significados mais particulares): as próprias representações do Juízo Final fazem parte deste caso, como igualmente certas árvores emblemáticas, como já temos explicado. Poderíamos ainda ir mais longe e dizer que, de alguma maneira, essa concepção está presente na própria planta da catedral, mas teríamos de superar bastante os limites dessa simples nota se quiséssemos justificar essa última afirmação¹³⁸.

¹³⁸ Queremos rectificar uma imprecisão que passou numa nota do nosso artigo dedicado às marcas corporativas (Novembro de 1925, p. 395) e que alguns amigos provençais tiveram a gentileza de indicar: a estrela que figura nas Armas da Provença não tem oito raios mas somente sete. Ela liga-se então a uma série de símbolos (as figuras do septenário) diferente daquela que falámos. Por outro lado, também na Provença existe a estrela dos Baux que tem dezasseis raios (duas vezes oito), possuindo uma importância simbólica muito particular marcada pela origem lendária que lhe é atribuída, pois os antigos senhores dos Baux diziam-se descendentes do Rei-Mago Baltazar.

CAPÍTULO XV

A ESTRITA OBSERVÂNCIA E OS SUPERIORES INCÓGNITOS

Publicado originalmente, sem assinatura, em *La France Antimaçonnique*, n.ºs 20 de Novembro e 4 Dezembro 1913
Republicado em *Études Traditionnelles*, Junho 1952

As nossas investigações sobre o *Regime Escocês Rectificado* levaram-nos a empreender, como complemento indispensável, um estudo sobre a *Estrita Observância* tão profundamente quanto o permite um assunto tão obscuro propício a tantas controvérsias. Consideramos interessante juntar à edição deste estudo os documentos que apareceram noutra parte sobre o assunto, relacionando-os com os que já conhecíamos.

Em primeiro lugar, destacamos na *Bastille* de 6 e de 13 de Setembro de 1913, um notável artigo intitulado “*Alguns impostores F. : M. : Strack e Coucoumous*”, de Benjamin Fabre, autor da recente obra sobre *Franciscus, Eques a Capite Galeato*. Fala-se aí especialmente dos Clérigos da Lata Observância, sobre a qual dissemos algumas palavras a propósito do Rito fundado em Malta em 1771 pelo mercador jutlandês Kolmer. Eis aqui os termos com que *Eques a Capite Galeato* falou, “como um dos comissários dos Arquivos dos “Philatethes”¹³⁹, acerca dos *Clérigos da Lata Observância*¹⁴⁰:

“Estes “clérigos” constituem no entanto um problema para quem seja observador imparcial. Tem-se dito que foram os “jesuítas” (!) quem, querendo perpetuar-se secretamente, formaram a “classe eclesiástica da ordem interior do *Regime da Estrita Observância*”¹⁴¹.

“Diz-se que se tratou de uma nova “Confederação” que, impulsionada por motivos de orgulho e cobiça, queria dominar no dito Regime por meio de algumas formalidades e de algumas ideias científicas recolhidas dos manuscritos e dos livros raros dos Rosa-Cruzes do século XVII¹⁴².

¹³⁹ O mesmo foi secretário-geral da “Assembleia Geral de Paris” em 1785, e em tal oportunidade foi encarregue, primeiro só ele e depois junto com o I.º barão de Gleichen, de iniciar contactos com Cagliostro para sondar as suas intenções. Não deixa de ser importante assinalar que partiu precipitadamente mal se o encarregou de escrever certa carta à “Loja-Mãe do Rito Egípcio”, tendo de ser substituído pelo I.º de Beyerlé (*Eques a Fascia*, na “Estrita Observância”). Os documentos relativos a Cagliostro na “Assembleia Geral de Paris” foram publicados pelo I.º Thory nas suas *Acta Latomorum*, tomo II, pp. 102-127.

¹⁴⁰ Ou “da Alta Observância” (?), segundo Thory (*idem*, tomo I, p. 103).

¹⁴¹ O I.º Ragon e vários outros autores maçónicos, inclusive o I.º Limousin, encarregaram-se de propagar esta lenda, assim como aquela outra que atribui aos jesuítas a criação da “Estrita Observância”. O I.º de Ribeaucourt também se refere aos “Superiores Incógnitos” de “jesuítica memória”. Com efeito, tem-se pretendido que as iniciais S. I. ou S. J. devem ser interpretadas como “*Societas Iesu*”, chegando-se até a criar uma espécie de jogo de palavras, provavelmente sabendo-as, sobre “*clerici*”, termo que deveria interpretar-se mais ou menos com o sentido de “sábios”, possuidores de certos conhecimentos particulares, em lugar daquele de “eclesiásticos”. Alguns chegaram até a ver igualmente os jesuítas na origem do “Grande Oriente de França”. Na verdade, parece tratar-se de uma verdadeira obsessão.

¹⁴² Trata-se dos “Rosacrucianos” que publicaram cerca de 1610 a *Fama Fraternitatis*, seguida de vários outros manifestos, os quais Descartes procurou inutilmente por toda a Alemanha. Muitas sociedades modernas com pretensões iniciáticas, não se fundamentam mais que sobre o estudo das doutrinas e das teorias contidas em tais escritos. Os seus adeptos (?) acreditam que dessa maneira ligam-se “misticamente” com aqueles que foram os seus autores. As tendências destes foram muito claramente “protestantes” e “antipapais”, a tal ponto que Krauzer interpretou as três letras F. R. C. (“*Frater Roseacrucis*”) como “*Frater Religionis Calvinistae*”, “visto que decoram

“Tem-se dito que era o “Clero da Ordem dos Antigos Templários” que se haviam perpetuado e que, com exclusão dos simples “cavaleiros”, possuíam “a doutrina e a prática das Ciências Ocultas, das quais cada um desenvolvia o catálogo segundo o alcance das suas ideias e segundo os seus próprios gostos”¹⁴³.

“Na realidade, estes “Clérigos” favoreciam qualquer opinião que se quisesse formular sobre eles, dada a ambiguidade das suas respostas, da sua constituição e da astúcia da sua conduta”. E Benjamin Fabre acrescenta: “A finalidade que perseguiam havia sido a de “sobrepor-se” ao *Regime da Estrita Observância*¹⁴⁴ para assumir a direcção das suas Lojas estabelecidas em toda a Europa, inclusive no Novo Mundo. Exigiam dos seus adeptos que possuísem todos os graus outorgados pela *Estrita Observância*.”

Foi em 1767 quando a dita cisão, “que parecia ter desencadeado um “Poder Oculto” que se manifestou primeiramente em Viena, ocorreu no *Regime da Estrita Observância*. A partir de então “parece que, por uma ou outra razão, o barão von Hundt, *Eques ab Ense*¹⁴⁵, perdeu a sua proeminência e o que até esse momento havia constituído a sua força, ou seja, a comunicação com os *Superiores Incógnitos*”. Quando se reuniu a Assembleia Geral Maçónica de Brunswick, em 1775, “o barão von Hundt, representante do Grão-Mestre *Eques a Penna Rubra*¹⁴⁶... já não era mais que “a sombra de uma sombra”. É possível que a desgraça tenha golpeado mais além do chefe da “Estrita Observância” e haja alcançado a esse mesmo Grão-Mestre, intermediário entre von Hundt e os verdadeiros *Superiores Incógnitos*¹⁴⁷.

Um dos líderes do cisma foi o I.º Starck, pregador da corte da Prússia, doutor em teologia (protestante) e... em ciência maçónicas, nas quais teve como mestres a Gugumus e ao taberneiro Schroepfer. O primeiro (cujo nome também se escreve Gugomos, Gouygomos, Kukumus, Cucumus, etc., já que a ortografia é muito incerta), figura na lista dos membros da *Estrita Observância* com o nome de *Eques a Cygno Triomphante*¹⁴⁸ e com o título de “lugar-tenente ao serviço da Prússia”. Segundo uma carta do I.º príncipe de Carolath ao I.º marquês de Savalette de

as suas obras com textos apreciados pelos Reformistas” (citado por Sédar, *Histoire des Rose-Croix*, p. 65). Tal explicação pode ser, se não mais exacta literalmente, pelo menos mais adequada que aquela outra que identifica os “Superiores Incógnitos” com os jesuítas, e daquela opinião do I.º Ragon que atribui aos mesmos jesuítas a invenção do grau maçónico que leva precisamente o nome de “Rosacruz”.

¹⁴³ Queremos destacar esta passagem por ser particularmente importante no que respeita à “adaptação” do ensinamento iniciático às capacidades, intelectuais ou outras, de cada um daqueles que eram admitidos. Certos ocultistas contemporâneos, sempre perseguidos pela mesma obsessão, sustentam que os verdadeiros sucessores dos “Templários” nessa época foram os “Jesuítas”, que haviam retomado por sua conta o plano de vingança contra a Realeza e cujos agentes mais activos em tal empresa foram Fénelon (!) e Ramsay (ver Papus, *Martinésisme, Willermosisme, Martinisme et Franc-Maçonnerie*, pp. 10-11). Sob a influência de semelhantes ideias chegou-se, contra toda a verosimilhança, a converter os jesuítas nos inspiradores e chefes secretos dos “Iluminados da Baviera”. Por outra parte, é certo que nem sequer se vacila em apresentar o barão von Hundt como “o criador da Alta Maçonaria alemã” ou “Iluminismo alemão” (*idem*, p. 67). Maneira singular de escrever a História!

¹⁴⁴ Como por sua vez esse último se “sobrepunha”, como todos os demais “sistemas de altos graus”, à organização exterior da “Maçonaria Simbólica”.

¹⁴⁵ “Cavaleiro pela Espada” (nota do tradutor).

¹⁴⁶ “Cavaleiro da Pena Vermelha” (nota do tradutor).

¹⁴⁷ O misterioso Grão-Mestre de que se trata e que não deve ser confundido com o “Superior Geral” das Lojas da Estrita Observância, é o duque Frederico de Brunswick-Oels, *Eques a Leone Aureo* (“Cavaleiro do Leão de Ouro” – nota do tradutor), subido a tal dignidade em 1772 na Assembleia Geral de Kohlo, perto de Pforten, na Baixa-Lausitz (*Acta Latomorum*, tomo I, p. 103, e tomo II, p. 296). Tampouco se trata do “Grão-Mestre dos Templários”, reconhecido oficialmente pela Estrita Observância depois da “Reforma de Wilhelmsbad”, pois esse último personagem foi de 1743 a 1788 o pretendente Carlos Eduardo Stuart, *Eques a Sole Aureo* (“Cavaleiro do Sol Dourado” – nota do tradutor), que teve como sucessor o duque Fernando de Brunswick, *Eques a Victoria*, de 1788 a 1792, e a partir desta data o príncipe Charles de Hesse, *Eques a Leone Resurgente* (*idem*, tomo I, p. 283, e tomo II, p. 195, 333 e 384).

¹⁴⁸ (“Cavaleiro do Cisne Triunfante” – nota do tradutor) Thory (*ob. cit.*, tomo II, págs. 136 e 328) escreveu “Cyano” em vez de “Cygno”, tratando-se sem dúvida de um erro.

Langes¹⁴⁹, “Coucumus (*sic*) ou Kukumus, proveniente de uma família procedente da Suábia, passou por quase todos os serviços na Alemanha, tanto militares como civis, foi admirado pelo seu talento, mas ao mesmo tempo também foi desapreciado pela sua inconstância e má conduta (...); foi camareiro do duque de Wirtemberg”.

“Gugomos – conta o I.º Clavel¹⁵⁰ – havia aparecido na Alta Alemanha e dizia-se enviado de Chipre¹⁵¹ pelos *Superiores Incógnitos da Santa Sé* (?). Ele se assinava com os títulos de grande sacerdote, de cavaleiro, de príncipe. Prometia ensinar a arte de fabricar ouro, de evocar os mortos e de indicar os lugares dos tesouros escondidos dos Templários. Porém, bem depressa se desmascarou. Quando quis fugir agarraram-no e obrigaram-no a retratar-se por escrito de tudo o que havia afirmado, a confessar não passar de um simples impostor¹⁵².”

O que se segue não nos permite compartilhar inteiramente dessa conclusão: se com efeito Gugomos possa ter sido um impostor, no entanto também deverá ter sido outra coisa, pelo menos durante parte da sua carreira. Isso é o que parece depreender-se da continuação da carta já citada do I.º príncipe de Carolath: “Já fazia muito tempo que professava as ciências ocultas, tendo sido em Itália que se formou nesse assunto. Pelo que se assegura, regressou à sua pátria possuidor dos mais extraordinários conhecimentos que nunca deixou de praticar. Por meio de certos caracteres, que sem dúvida não eram os verdadeiros, e de fumigações convocava os espíritos, os espectros. Inclusive assegura-se que possuía uma espécie de raio sob o seu controle”.

Pois bem, de acordo com testemunhos de que não temos nenhuma razão para duvidar, ainda existem no Norte de África certos rabinos¹⁵³ que possuem precisamente “uma espécie de raio sob o seu controle”, e que por meio de caracteres ou de figuras cabalísticas produzem, no espaço onde realizam tal “operação”, uma espécie de tormenta em miniatura, com a formação de nuvens, relâmpagos, trovões, etc.¹⁵⁴ Era pouco mais ou menos era isso que fazia Gugomos, e essa semelhança, significativa do ponto de vista de certas influências judaicas, por outro lado faz-nos lembrar esse “misterioso Adepto oculto sob o nome de Valmont, que frequentemente viajava desde África a Itália e a França, e que iniciou o I.º barão de Waechter”¹⁵⁵.

Teria sido interessante contar com informação um pouco mais detalhada acerca dos “caracteres” de que se servia Gugomos nas suas “operações”. Ademais, tanto entre os “Philatethes” como entre outros II.º de “Regimes” diversos e rivais que se esforçavam com muito fervor e tão pouco êxito em fazer surgir “a Luz das Trevas” e “a Ordem do Caos”, quem poderia vangloriar-se, sobretudo em tal época¹⁵⁶, de possuir os “verdadeiros caracteres”, vale dizer em suma, de remontar à emanação de uma “*Potência legítima*” aos olhos dos verdadeiros *Superiores Incógnitos*? Às vezes eram destruídos ou desapareciam arquivos muito oportunamente, demasiado oportunamente como se pretendesse não levantar suspeitas. Acaso a Grande Loja de Inglaterra não foi, desde os seus começos (1717-1721) e por inspiração do Rev. I.º Anderson (ex-capelão de uma

¹⁴⁹ Citada no artigo de Benjamin Fabre.

¹⁵⁰ *Histoire pittoresque de la Franc-Maçonnerie*, p. 187.

¹⁵¹ Talvez seja um erro tomar ao pé da letra a designação “Chipre”, já que a Alta Maçonaria do século XVIII tinha toda uma geografia convencional a que voltaremos oportunamente.

¹⁵² O I.º Clavel tomou quase textualmente esta passagem das *Acta Latomorum* de Thory (tomo I, pp. 117-118, ano 1775).

¹⁵³ Os judeus do Norte de África são “sefarditas”, ou seja, descendentes de judeus espanhóis e portugueses, e pretendem possuir a “Tradição” (*Kaballah*) muito mais pura que a dos “ashkenazim” ou judeus alemães.

¹⁵⁴ A este respeito lembramos a existência dos “fazedores de chuva” em grande número de povos, sobretudo entre os negros de África, contados entre os membros mais influentes de várias sociedades secretas.

¹⁵⁵ “O barão de Waechter, embaixador dinamarquês em Ratisbona, foi um ardente custódio do “Sistema da Estrita Observância” onde era conhecido pelo nome de *Eques a Ceraso*” (Thory, *ob. cit.*, tomo II, p. 392). Benjamin Fabre dedicou outros artigos a este personagem.

¹⁵⁶ A carta do príncipe de Carolath data de 1781, o ano previsto para a Assembleia Geral de Wilhelmsbad.

Loja Operativa), a primeira a dar o exemplo de semelhante procedimento?¹⁵⁷ Mas terminemos a citação: “A notícia de tantas coisas maravilhosas atraiu a atenção de todo o mundo, isto é, do mundo maçónico, pois deve-se reconhecer ele que nunca se dirigiu aos profanos”.

Tratava-se, por parte de Gugomos, de uma conduta conformada às regras da mais elementar prudência. De qualquer modo, mesmo nos ambientes maçónicos deveria ter-se mostrado mais circunspecto, no seu próprio interesse e no da sua “missão”, mas a ostentação que fez dos seus “conhecimentos” e poderes possivelmente foi uma das causas da desgraça que o esperava, como se verá de seguida: “Com uma permanente autoconfiança teve coragem para convocar um Congresso Geral, onde devia propagar os seus conhecimentos raros. Porém, prodigiosamente as suas forças abandonaram-no e deixou de estar em condições para produzir as coisas de que se havia vangloriado. Em consequência, foi expulso da Ordem pela sua má conduta. Hoje em dia o seu estado é o de um errar contínuo, apesar de assegurar que recuperou parte dos seus conhecimentos. Ignora-se o seu actual paradeiro”.

Gugomos, manifestamente abandonado por aqueles *Superiores Incógnitos* dos quais não havia sido mais que um instrumento, perdeu todos os seus poderes justamente no momento em que mais necessitava deles. É muito possível que recorresse então a certas fraudes com a intenção de manter a credibilidade daqueles títulos que já não podia justificar por poderes verdadeiros, dos quais não havia sido mais que o depositário momentâneo, e esses títulos não eram daqueles que podiam comprovar-se por algum documento escrito, o que por outro lado nunca foram capazes de decifrar aqueles II.º dos Altos Graus¹⁵⁸. Em tais circunstâncias, Gugomos, pressionado por questões indiscretas, não pôde subtrair-se delas senão declarando-se “impostor” e ser “expulso da Ordem”, ou seja, dos Altos Graus “conhecidos” da organização “interior” em relação à *Maçonaria Simbólica*, porém, sem dúvida ainda “exterior” em relação a outras, aquelas a que o mesmo Gugomos não conseguira manter-se ligado, apesar de mais como simples auxiliar do que como verdadeiro Iniciado.

Tal desventura não deve surpreender-nos, tanto mais que a Alta Maçonaria de então proporciona-nos vários outros exemplos: aproximadamente o mesmo aconteceu ao barão von Hundt, a Starck, a Schroepfer, etc., sem falar de Cagliostro¹⁵⁹. Ademais, sabemos que mesmo na nossa época aconteceu algo parecido a alguns enviados ou agentes de certos “Superiores Incógnitos”, verdadeiramente “Superiores” e verdadeiramente “Incógnitos”: aqueles que se haviam comprometido e, mesmo sem cometerem outra falta, fracassaram na sua missão, imediatamente foram-lhes retirados todos os poderes¹⁶⁰. Ademais, a desgraça, poderá ser somente temporal, e possivelmente esse foi o caso de Gugomos; mas o correspondente do I.º Savalette de Langes equivocou-se ou expressou-se mal quando escreveu que, acto seguido, “recuperou parte dos seus conhecimentos”, pois apesar dos “poderes” poderem ser retirados ou desenvolvidos

¹⁵⁷ Podemos adiantar que esse exemplo ainda é seguido na nossa época, sempre que a ocasião se apresenta, por várias Obediências maçónicas.

¹⁵⁸ O próprio barão von Hundt não conseguia explicar a sua própria carta-patente cifrada. Mais tarde, os membros do “Grande Oriente de França” tiveram que renunciar à tentativa de ler as duas colunas de sinais convencionais que figuravam sobre o “título constitutivo” do “Rito Primitivo” (ver o cap. V da primeira parte da obra de Benjamin Fabre). A esse respeito, *Eques a Capite Galeato* disse “... que tais colunas encontrando-se em uma das nossas Lojas, por outro lado não possuem nenhum certificado nem indício da sua qualificação” (p. 63).

¹⁵⁹ Em relação a Cagliostro, essa opinião é exclusiva de René Guénon, porque segundo os documentos disponíveis aos quais o mesmo Guénon pôde aceder, esse personagem misterioso era ele próprio um mandatado dos Superiores Incógnitos, senão mesmo um Superior Incógnito agindo no palco do século XVIII europeu sob diversos disfarces ou *mayas-vadas*, como diriam os sábios hindus (nota da tradutor).

¹⁶⁰ Certamente tudo isto parecerá fabuloso a certos anti-maçons e historiadores escrupulosamente fiéis ao “método positivista”, para os quais a existência dos “Superiores Incógnitos” não é senão uma “pretensão maçónica conclusivamente falsa”. Porém, temos as nossas razões para não subscrever tal juízo demasiado... definitivo, e temos plena consciência de não propor aqui nada que não seja rigorosamente exacto. Os que não quiserem remeter-se senão a documentos escritos, são donos de defender todas as suas “convicções”...negativas!

conforme a vontade dos “Superiores Incógnitos”, evidentemente o mesmo não acontece com respeito aos “conhecimentos”, que uma vez adquiridos é para sempre através da iniciação, por mais imperfeita que tenha sido.

O príncipe de Carolath, tão severo com Gugomos, no entanto vacila em acusá-lo de impostor. Se bem que evite pronunciar-se parece duvidar mais da qualidade de tais “conhecimentos” que da sua realidade, pois diz: “Nesse Congresso Maçónico (de 1775) Waechter acaba por confundir a Kukumus¹⁶¹. Parece que Kukumus não possuía a “verdadeira Luz” e que persistiu na ligação que possivelmente teve com alguns “espíritos impuros”, contribuindo assim para aumentar a sua própria perversidade e a dos demais, criando novos encadeamentos invés de libertar-se deles”. Com efeito, parece que Gugomos seduzia sobretudo pela posse de certos poderes de ordem muito inferior e se dedicara quase exclusivamente a praticá-los. É possível que essa fosse uma das causas da sua desgraça, já que poderia muito bem não concordar com as determinações dos seus “Superiores Incógnitos”¹⁶².

Em outra carta dirigida ao I.º Savalette de Langes, em referência a Gugomos ou Kukumus, o I.º barão de Gleichen chega a declarar que “é um impostor”, porém apressa-se a adiantar: “Todavia nada sei da sua “doutrina”, o que talvez parecesse menos interessante apesar de constituir um “conhecimento” bastante real, como sem dúvida acabou por compreender às suas próprias custas. De quem recebeu ele essa “doutrina”? A pergunta, muito mais importante que o tema do valor moral, eminentemente suspeito, de Gugomos, reduz-se exactamente ao seguinte: quem foram os seus “Superiores Incógnitos”? Certamente não podemos aceitar a solução que propõe o barão de Gleichen, atormentado pela obsessão de que já conhecemos exemplos: “A maioria acredita que ele foi um enviado dos jesuítas (!), os quais realmente tentaram várias vezes unir-se à Maçonaria”. Tentativa de igual teor pôde ser realizada no caso de outros que não eram jesuítas, por exemplo, os judeus, apesar de serem excluídos por uma parte da Maçonaria, como ainda o são na Suécia e em várias Grandes Lojas da Alemanha. Foi justamente neste país que viu a luz a maioria dos “Regimes” cujo protótipo foi a “Estrita Observância”, o que não significa que todos tenham tido a mesma origem “de facto”, o que nos parece pouco credível. Porém, compreende-se facilmente como se apoderando dos Altos Graus por intermédio de emissários destituídos de qualquer mandato oficial, se pudesse chegar a dirigir “invisivelmente” toda a Maçonaria, o que para todo o efeito é suficiente para explicar a multiplicidade de tentativas feitas para o conseguir¹⁶³.

Abramos agora um parêntesis: por vezes tem-se censurado alguns que pretendem ver a influência dos judeus em toda a parte. Isso poderá dever-se a uma maneira exclusiva de ver, mas no entanto há outros que, caindo no extremo oposto, não querem vê-la em parte alguma. Foi isto que ocorreu particularmente a respeito do misterioso *Falc* (assim o escreve o I.º Savalette de

¹⁶¹ Nessa data, depois de falar de Gugomos (que lembramos ter recebido pelo menos uma parte da sua iniciação em Itália), Thory acrescentou: “O barão de Waechter (“*Eques a Ceraso*”) era deputado em Itália pela antiga “Grande Loja Escocesa da Francónia”. O motivo oculto dessa viagem foi o de reunir os maçons italianos com os da Francónia; o motivo aparente foi buscar o segredo da Ordem, que se dizia conhecido em tais paragens. Instituiu alguns Capítulos” (*ob. cit.*, tomo I, p. 118).

¹⁶² Citamos uma única frase de uma segunda carta do príncipe de Carolath que revela a inspiração judaica de Gugomos: “No Congresso de Wilhelmsbaden, Kukumus pretendeu realizar um sacrifício que seria consumido pelo fogo do céu no ardor da sua súplica”. Ideias semelhantes poderão ser encontradas quando se estuda tanto os curiosos ensinamentos dos “Élus Coens” como o “Rito Egípcio” de Cagliostro.

¹⁶³ Para finalizar este assunto de Gugomos, acrescentamos ainda que, segundo “*Eques a Capite Galeato*”, ele exigia “provas de todos os seus discípulos, que consistiam principalmente “em grandes jejuns e em proporcionar a solução de problemas muito subtis”. Deve-se lembrar a aplicação desses dois procedimentos iniciáticos, pois permite estabelecer analogias instrutivas às quais teremos oportunidade de voltar. Parece que, como disse o barão von Hundt, “Kukumos mostrou uma patente extraordinária” que, como vimos anteriormente, nada prova a favor ou contra a realidade da sua “missão”, como igualmente a negação esgrimida pelos II.º dos Altos Graus em reconhecer os “Superiores Incógnitos” e comprometer-se na sujeição a eles (sem conhecê-los), não implica forçosamente a negação da sua existência, apesar do que possam dizer os historiadores “positivistas”.

Langes), que alguns “acreditavam que era o chefe de todos os judeus”¹⁶⁴. Quis-se identificá-lo já não com Falk-Scheck, grande rabino de Inglaterra, mas com o I.º Ernest Falcke (*Epimenides, Eques a Rosto*), burgomestre de Hannover, o que não explica minimamente os rumores que na época corriam acerca dele. Por outro lado, quem quer que tenha sido esse enigmático personagem, o seu papel, como o de muitos outros, aguarda clarificação, parecendo um assunto ainda mais difícil que o caso de Gugomos.

No que se refere a Falk-Scheck, encontramos numa *Notícia histórica sobre o Martinesismo e Martinismo*, a que voltaremos mais adiante, um facto que merece ser citado: “Mme. De la Croix, exorcista de possuídos, por sua vez ela mesma demasiado frequentemente possuída, gabava-se sobretudo de ter destruído um talismã de lápis-lazúli que o duque de Chartres (Philippe-Egalité, mais tarde duque de Orleans e Grão-Mestre da Maçonaria Francesa) havia recebido de Inglaterra da parte do célebre Falk-Scheck, grande rabino dos judeus, e esse um talismã que deveria ter conduzido o príncipe até ao trono, segundo ela dizia, foi destruído sobre o seu peito em virtude dos seus rogos”. Tenha ou não justificação tal pretensão, não é menos certo que a história resulta singularmente esclarecedora de algumas influências ocultas que contribuíram para preparar a Revolução Francesa.

Benjamin Fabre dedica a continuação do seu artigo¹⁶⁵ ao I.º Schroepfer, “que teve uma carreira agitada” terminada em suicídio¹⁶⁶ mas “que, sob um aspecto muito curioso, oferece-nos a correspondência de Savalette de Langes”.

O I.º Bauer descreve uma das suas evocações testemunhada por ele próprio “numa assembleia de II.º, tanto em Leipzig como em Frankfurt, composta por gente de letras, ciências, etc. Depois de haver ceado numa Loja ordinária, fez com que nos despojássemos de todos os metais e ele preparou-se numa mesinha aparte sobre a qual havia uma pintura que continha todo o tipo de figuras e caracteres, desconhecidos para mim. Fez com que recitássemos uma oração bastante extensa e “muito eficaz”, e encerrou-nos num círculo. Cerca da uma da manhã ouvimos um ruído de cadeias, e pouco depois três grandes pancadas de maneira assombrosa, na mesma sala onde estávamos estendidos no piso. Depois começou a recitar uma espécie de oração com a sua sineta “numa linguagem que eu não compreendia”. Logo pela porta, que antes fora fechada com ferrolho, entrou um fantasma negro que ele chamava “o espírito malvado” e com o qual “falou na mesma linguagem”. Por sua vez espírito respondeu-lhe e retirou-se à sua ordem. Cerca das duas, apareceu outro com as mesmas cerimónias, desta vez branco chamado “o espírito bom”, que se despediu do mesmo modo. Depois de tudo isso, cada um saiu entusiasmado com a cabeça cheia de quimeras...”

“*Ecques a Capito Galeato*” declara que outro testemunho “deu-lhe a entender que todos esses feitos, de tanto renome, não eram senão o resultado prestígios físicos, com a ajuda da prevenção ou da credulidade dos espectadores”. No entanto, o Dr. Koerner confessa “todavia não ter conseguido conciliar os relatos contraditórios que se fizeram acerca deste homem”, e o I.º Massenet assegura “que foi este mesmo homem que manifestou ante o príncipe Charles de Courland¹⁶⁷ o mariscal de Saxe¹⁶⁸, na presença de seis testemunhas que, na sua totalidade,

¹⁶⁴ Ver página 84 da obra de Benjamin Fabre.

¹⁶⁵ *La Bastille*, número de 13 de Setembro de 1913.

¹⁶⁶ Thory escreve o seguinte: “1768, 29 de Outubro, Schroepfer estabelece-se como proprietário de um café que abriu em Leipzig. Numa Loja da cidade instituiu o seu sistema, baseado em evocações e magia. Na continuação, foi perseguido e denunciado como impostor e vigarista. Seis anos mais tarde (em 8 de Outubro de 1774), fez saltar a caixa dos miolos no “Rosenthal”, perto de Leipzig, com a idade de 35 anos” (*ob. cit.*, tomo I, p. 94).

¹⁶⁷ Carlos, duque de Corland, membro da “Estrita Observância” com o nome característico de “*Eques a Coronis*” (*idem*, t. II, p. 304).

¹⁶⁸ O facto deve ter ocorrido entre 1768 e 1774. O mariscal de Saxe, morto em 1750, também foi maçom e obteve (tal como o príncipe de Conti) numerosos votos para o Grão-Mestrado (da Maçonaria Francesa) na assembleia de eleição do conde de Clermont em 1743 (*idem*, t. II, p. 378).

declararam as mesmas circunstâncias e asseguraram a realidade do acontecimento, apesar de que antes não terem nenhuma tendência para acreditar em nada semelhante”.

Por nossa parte, que devemos acreditar de tudo isso? Seguramente nos é mais difícil que aos seus contemporâneos formar uma ideia clara e definida sobre a natureza das “obras pneumatológicas” de Schroepfer, cujos próprios alunos, como o barão de Benst, camareiro do Eleitor de Saxe, ainda se encontravam, a acreditar em Savalette de Langes, “no mesmo ponto” que os “Philatethes” na busca da “verdadeira Luz”. Logo, “perante tantos Doutores, Teósofos, Herméticos, Cabalistas, Pneumatólogos”, trata-se na realidade de um resultado muito medíocre!¹⁶⁹

Tudo o que pode dizer-se com certeza é que, se em algum momento Schroepfer possuiu alguns poderes reais, tais poderes foram de uma ordem mais inferior que os de Gugomos. Em resumo, personagens como esses evidentemente não foram senão iniciados muito imperfeitos, e de uma ou outra maneira desapareceram sem deixar rasto logo depois de jogarem um papel efêmero como agentes subalternos, e possivelmente indirectos, dos verdadeiros “Superiores Incógnitos”¹⁷⁰.

Como disse muito justamente Benjamin Fabre, “cabalistas judaizantes e magos, “ao mesmo tempo” impostores e velhacos, tais foram os mestres de Starck”. E acrescenta: “De tão boa escola este inteligente discípulo pôde tirar proveito, como veremos em seguida”.

Consequentemente, esse artigo¹⁷¹ é dedicado ao I. Starck (*Archidemides, Eques a Aquila Fulva*”), o qual encontramos na Assembleia Geral de Brunswick (22 de Maio de 1775) enfrentando-se com o barão von Hundt (*“Eques ab Ense”*), fundador da “Estrita Observância”, e contra o qual “contribuiu para afastá-lo da presidência da Ordem” apesar de não conseguir que as suas próprias pretensões prevalecessem. Como voltaremos a este ponto mais adiante, por agora não insistiremos nele. Indicaremos antes que em 1779¹⁷² Starck promoveu outra tentativa que tampouco resultou, a que Thory refere-se nestes termos: “O doutor Stark (*sic*) convocou em Mittau aos “Irmãos” e aos “Clérigos da Estrita Observância”. Apesar de ter tentado conciliar os seus debates, esse projecto fracassou”¹⁷³.

“*Eques a Capite Galeato*” assim relata o final, real ou suposto, dos “Clérigos da Lata Observância”:

“Numa das “Assembleias Gerais Provinciais” na Alemanha do “Regime da Estrita Observância”, pressionou-se os membros com questões que não souberam ou não quiseram contestar. Pelo que se diz, dois deles (Starck e o barão de Raven), que disseram ser os últimos (destes “Clérigos” ou “*Clerici*”), um e o outro apresentaram a demissão e renunciaram totalmente a propagar a sua Ordem Secreta.

“Alguns consideram que tal demissão foi simulada, porque não tendo encontrado na “Estrita Observância” propagadores do seu agrado fingiram renunciar, com o objectivo de não

¹⁶⁹ Pode fazer-se um juízo por meio das questões (*“Proponenda”*) submetidas à Assembleia Geral de Paris, convocada pelos “Philatethes” em 1785 (ver Thory, *ob. cit.*, tomo II, pp. 98-99). Nos nossos dias, certos ocultistas trataram das mesmas questões de maneira demasiado fantasiosa, o que ademais comprova que também eles se encontram “no mesmo ponto”.

¹⁷⁰ Parece que o mesmo pode aplicar-se a Kolmer, já mencionado, e inclusive a Schroeder, mestre dos Rosacruz de Wetzlar, por vezes erroneamente confundido com Schroepfer, que Thory descreve com estas palavras breves: “Schroeder, alcunhado o “Cagliostro da Alemanha”, introduziu na Loja de Sarrebourg, em 1779, um novo sistema de Magia, Teosofia e Alquimia” (*ob. cit.*, tomo I, p. 141, tomo II, p. 379).

¹⁷¹ *La Bastille*, número de 20 de Setembro de 1913.

¹⁷² Precisamente o ano em que apareceu Schroeder, ou pelo menos o seu sistema. Talvez não passe de uma coincidência, apesar de também ser possível que houvesse uma ligação entre todos esses personagens, inclusive sem terem consciência disso.

¹⁷³ *Ob. cit.*, tomo I, p. 141.

seguirem as suas pisadas e se os puderem esquecer. De qualquer modo, o I.º Starck, sábio maçom e sábio ministro do Santo Evangelho, o qual foi-me assegurado ter sido um dos “*Clerici*”, publicou grande quantidade de obras nas quais não é possível deixar de apreciar, até certo ponto, os conhecimentos e o objectivo da sua Ordem Secreta. As suas obras de que tive conhecimento, são: *A apologia dos F.º M.º*; *A finalidade da Ordem dos F.º M.º*¹⁷⁴; *Sobre os Antigos e os Novos Mistérios*. Há traduções das duas primeiras.”¹⁷⁵

Falta acrescentar que em 1780 “atacou publicamente o ‘sistema dos Templários’, como contrário aos governos e sedicioso, num folheto intitulado *A pedra que entrava e a pedra do escândalo*”¹⁷⁶.

É possível que os “*Clerici*” se tenham perpetuado secretamente. Em todo o caso, Starck não desapareceu da cena maçónica, pois vemos ter sido convocado para a “Assembleia Geral Maçónica de Paris” em 1785¹⁷⁷. Apesar da sua desventura conservava uma grande autoridade. Acaso devemos surpreender-nos quando vemos que, ao falecer o barão von Hundt, mandou-se cunhar uma medalha em honra deste outro “sábio maçom”¹⁷⁸, o qual por sua parte foi no mínimo suspeito de impostura e mistificação?

Quanto aos conhecimentos particulares que os “*Clerici*” pretendiam possuir exclusivamente, citamos o que disse a respeito o I.º Meyer¹⁷⁹ numa carta a Savalette de Langes em 1780: “Vós sabeis que houve ‘*Clerici*’ no Capítulo de certa Ordem que não nomeio¹⁸⁰, e pretende-se que foram os únicos depositários da ciência ou do segredo. Isto não conforma os Maçons modernos que se roem de curiosidade: logo depois de terem sido armados “Cavaleiros” pedem, além da espada, o incensório. A facilidade com que se comunica este grau certamente não abona a seu favor, e ademais os que o possuem não sabem senão algumas palavras enigmáticas extras”. Portanto, os II.º já admitidos nos Altos Graus que ingressavam nesse “sistema” mais “interior”, ou assim se autointitulado, sem dúvida que maioritariamente não encontravam o “segredo da Maçonaria” e assim não se transformavam em “verdadeiros Iniciados”.

Isso lembra-nos estas palavras do I.º Ragon: “Nenhum grau conhecido ensina nem desvela a ‘Verdade’. Somente ‘roçará’ o véu... Os graus que se praticam até hoje produzem Maçons e não ‘Iniciados’¹⁸¹”. Portanto, só mais além dos diversos “sistemas”, e de nenhum modo em um ou outro deles, se pode descobrir os “Superiores Incógnitos”. Não entanto, no que respeita às provas da sua existência e da sua acção mais ou menos imediata, não são difíceis de achar senão para quem não as quer ver. Isto é o que queríamos destacar muito especialmente, e de momento abstermo-nos de formular outras conclusões.

¹⁷⁴ *Über den Zweck des Freymauser Ordens*, 1781 (Thory, *ob. cit.*, p. 368).

¹⁷⁵ Thory cita ainda as seguintes obras: *Saint-Nicaise, ou Lettres remarquables sur la Franc-Maçonnerie* (“São Nicácio, ou Cartas notáveis sobre a Franco-Maçonaria”), Leipzig, 1785-1786 (*idem*, p. 373); *Sur le catholicisme caché des Jésuites, et leurs machinations pour faire des prosélytes* (“Sobre o catolicismo escondido dos Jesuítas, e as suas maquinações para fazer prosélitos”), (*Über Kripto-Katholicismus, etc.*), Frankfurt, 1787-1789 (*idem*, p. 376).

¹⁷⁶ *Der Stein des Antosses...* etc. (Thory, *ob. cit.*, t. II, págs. 146 e 367).

¹⁷⁷ Ver a lista proporcionada por Thory (*ob. cit.*, t. II, p. 95).

¹⁷⁸ Thory (*ob. cit.*, p. 123) acrescenta que a dita medalha “tem um retrato muito parecido do célebre maçom”.

¹⁷⁹ Este I.º Meyer foi convocado para a Assembleia Geral de Paris em 1785, e Thory descreve-o deste modo: “de Meyer, major russo, de Estrasburgo” (*ob. cit.*, t. II, p. 95). O mesmo autor identifica-o, talvez equivocadamente, com o escritor que traduziu do inglês para o alemão uma obra intitulada *A Franco-Maçonaria não é mais do que um caminho para o inferno* (*idem*, t. I, p. 153, e t. II, p. 354).

¹⁸⁰ Trata-se evidentemente dos “Templários”.

¹⁸¹ *Ritual do Grau de Mestre*, p. 34. Ragon cita em continuação as palavras muito conhecidas do J. J. Casanova sobre “O segredo da Maçonaria”, que não fazem senão confirmar tal declaração.

CAPÍTULO XVI

ACERCA DOS SUPERIORES INCÓGNITOS E DO ASTRAL

Publicado originalmente em *La France Antimaçonnique*, Paris, 18 de Dezembro de 1913, assinado *Le Sphinx*
Republicado em *Études Traditionnelles*, Setembro de 1952

Quando escrevemos o nosso artigo precedente sobre *A Estrita Observância e os Superiores Incógnitos*, assinalando nele a singular obsessão que, em certos escritores maçónicos e ocultistas, faz ver por toda a parte a acção dos jesuítas na Alta Maçonaria do século XVIII e no Iluminismo, certamente não pensávamos ter que comprovar semelhante obsessão entre os próprios anti-maçons. Ora bem, é isso que nos assinala um artigo aparecido na *Revue Internationale des Sociétés Secretes*, na secção “Antimaçónica” do *Índice documental*¹⁸², assinado por A. Martigue, no qual lemos esta frase verdadeiramente surpreendente: “Não se deve esquecer, quando se estuda aos Iluminados, que Weishaupt foi aluno, depois professor, com os jesuítas, e que *inspirou-se muito neles deformando para os aplicar ao mal, entenda-se bem, os métodos que os Reverendos Padres de Ingolstadt aplicavam ao bem com tanto êxito... salvo quando se serviram deles para formar a Weishaupt e os seus primeiros discípulos!*”

Há aí insinuações que, apesar de todas as precauções que as rodeiam, revestem-se de um carácter particularmente grave sob a pena de um anti-maçom. M. Martigue estaria disposto a justificá-las? Poderia explicar-nos porque os reverendos padres do século XVIII serão responsáveis, mesmo que indirectamente, pelas doutrinas revolucionárias do I.º Weishaupt e dos seus adeptos? Para nós, até que isso seja demonstrado, parece-nos ser um pouco como tornar responsáveis os padres do século XIX pelas teorias anarquistas desenvolvidas até aos nossos dias pelo seu ex-aluno e ex-noviço, o I.º Sébastien Faure! Sem dúvida que poderia conjecturar bastante nesse sentido, mas isso não seria nem sério nem digno de um escritor que afirma possuir “métodos rigorosos e exactos”.

Com efeito, eis aqui o que escreve M. Martigue um pouco antes da frase já citada, a respeito de um estudo intitulado *As Armadilhas da Seita: o Génio das Conspirações*, publicado nos *Cadernos Romanos da Agência Internacional Roma*: “O autor não parece conhecer mais que as obras do P. Deschamps, de Barruel, de Claudio Janet e de Crétineau-Joly. Isso é muito mas não é suficiente, pois apesar desses excelentes trabalhos, certamente devendo ser sempre consultados com resultados pelos estudantes em Antimaçonaria, terem sido escritos por mestres respeitáveis cujos esforços todo o mundo deve louvar e reconhecer, sem dúvida é impossível *não dar fé de que datam de uma época em que a ciência e a crítica históricas não tinham avançado até ao ponto em que nos encontramos hoje. Os nossos métodos, que tendem a aperfeiçoar-se a cada dia, são mais rigorosos e exactos. Por isso, é perigoso, do ponto de vista da exactidão científica, desdenhar os trabalhos mais modernos, sendo ainda mais inoportuno desdenhá-los a-priori*”.

É preciso estar muito seguro de si mesmo, e de tudo o que diz, para permitir-se reprovar uma falta de “exactidão científica” a quatro autores que estão entre os mestres mais incontestados do Antimaçonismo. Sem dúvida M. Martigue tem confiança no “progresso da ciência e da crítica”, porém, como esses mesmos “progressos” servem para justificar coisas tais como a exegese modernista e a pretensa “ciência das religiões”, é-nos muito difícil considerá-los como um

¹⁸² Número de Outubro de 1913, páginas 3 – 725 a 3 – 737.

argumento convincente. Não esperávamos ver M. Martigue fazendo uma declaração tão... “evolucionista”, e perguntamo-nos se os métodos que preconiza e que opõe “aos métodos e hábitos defeituosos de alguns” (a quem se refere?), não se aproximam singularmente do “método positivista” de que temos falado... Enfim, se ele conhece “os papéis do próprio Weishaupt”, como dá a entender, esperamos que não demore em comunicar-nos as descobertas que conseguiu fazer nesse sentido, especialmente no que respeita às relações de Weishaupt com “os Reverendos Padres de Ingolstadt”. Nada poderia provar melhor o valor dos seus métodos.

No entanto, não teria valido mais se tivesse dado preferência ao papel que os judeus terão desempenhado na origem do Iluminismo bávaro, assim como nos bastidores de certos “sistemas” da Alta Maçonaria? Com efeito, a esse respeito citamos a frase seguinte do estudo nos *Cadernos Romanos*: “As maquinações deste génio (Weishaupt) foram sem dúvida ajudadas pelos judeus, herdeiros dos ódios implacáveis da velha sinagoga, pois o famoso Bernard Lazare não retrocedeu ante esta confissão: “*Houve judeus em redor de Weishaupt*” (*O Antissemitismo, sua história e suas causas*, pp. 339-340).

Assinalamos isso porque já tivemos ocasião de falar dessa influência dos Judeus, porém, há muitas outras coisas interessantes a assinalar nesse trabalho contra o qual o redactor da *Revista Internacional das Sociedades Secretas* dá prova de uma prevenção que raia a parcialidade. Depois de ter-lhe reprovado “a ausência de variedade na documentação”, apesar de reconhecer o seu “valor real”, acrescentou: “Há outra lacuna muito lamentável quando se quer estudar o Iluminismo, e que é a ignorância da Mística e do Ocultismo”. Voltaremos mais adiante a esse aspecto, e de momento somente sublinharemos que a Mística, que procede da Teologia, é uma coisa, e que o Ocultismo é outra totalmente diferente. Em geral, os ocultistas são profundamente ignorantes da Mística, e esta nada tem a ver com o seu pseudo-misticismo¹⁸³.

Desgraçadamente, algo faz-nos recear que as reprimendas de M. Martigue sejam suscitadas por um exclusivo acto de desagrado, como se repara no seu artigo nos *Cadernos Romanos* contendo uma crítica, muito justa na nossa opinião, da resenha dada por Gustave Bord na mesma *Revista Internacional das Sociedades Secretas*¹⁸⁴ sobre o livro de M. Benjamin Fabre, *Um iniciado das Sociedades Secretas superiores: Franciscus, Eques a Capite Galeato*. Falando de “alguns aventureiros maçónicos que procuravam impor-se aos “estúpidos” das Lojas, fazendo-se notar como mandatários dos misteriosos S. I. (*Superiores Incógnitos*), centro fechado de toda a Seita”, M. Bord comprova que esses aventureiros tão-só se gabavam e *deduz que esses S. I. não existiam. A dedução é muito arriscada*. Se os aventureiros em questão apresentaram-se falsamente como *missi dominici* dos S. I., isso não indica que esses últimos não existiam como, sobretudo, demonstra a convicção geral na existência de tais S. I., pois teria sido muito estranho que esses impostores tivessem inventado completamente o mandante antes do mandato. Evidentemente, os resultados do seu cálculo deveriam basear-se sobre essa convicção, pelo que com toda a evidência nada prova contra a existência dos *Superiores Incógniti*.

Com efeito, isso é evidente para qualquer um que não esteja cego pela preocupação de sustentar a qualquer preço a tese contrária, porém, não será que o próprio M. Bord, negando a *evidência* mas pondo-se em contradição com os mestres do Antimaçonismo, desconhece totalmente (segundo as suas próprias expressões) “a disposição, a táctica e a força do adversário”?... “Há anti-maçons muito estranhos”. Era precisamente nessa pequena resenha de Gustave Bord, tão pouco imparcial como as apreciações de M. Martigue, que pensávamos quando fizemos alusão ao “método positivista” de certos historiadores. Mas eis que agora M. Martigue, por sua vez, reprovava a Benjamin Fabre e a Copin-Albancelli “o desejo de apresentar o argumento

¹⁸³ Opinião arbitrária do autor afim às controvérsias acesas do cenário ocultista dos fins do século XIX mas com a qual não concordamos, pois que na realidade a Mente e o Coração, a Cultura e o Carácter, deverão estar em perfeito equilíbrio entre si como “marca real” do verdadeiro Ocultista (nota do tradutor).

¹⁸⁴ Número de 5 de Setembro de 1913, página 3 – 071 e seguintes.

de uma tese preconcebida sobre a existência dos dirigentes desconhecidos da Seita”, mas porque não reprova antes a M. Bord uma “tese preconcebida” sobre a não existência dos *Superiores Incógnitos*?

Veja-se o que M. Martigue responde a esse respeito: “Quanto à tese oposta à de M. Bord a propósito dos *Superiores Incógnitos*, é necessário distinguir: *se o director dos ‘Cadernos Romanos’ entende por tais a homens de carne e osso, acreditamos que ele está errado e que M. Bord tem razão*”. E depois de ter enumerado alguns dos chefes da Alta Maçonaria do século XVIII, continuou: “... Foram apresentados como mandatários de homens vivos, da mesma maneira que nos nossos dias têm o direito de fazê-lo, por exemplo, Mme Blavatsky, Annie Besant e outros chefes da Teosofia, quando nos falam dos *Mahâtâmâs* vivendo numa Loja do Tibete”. A isso, pode-se muito bem objectar que os sediciosos *Mahâtâmâs* foram precisamente inventados sobre o modelo, mais ou menos deformado, dos verdadeiros *Superiores Incógnitos*, assentando a maioria dessas imposturas numa imitação da realidade cuja mistura habilidosa torna-as mais perigosas e mais difíceis de desmascarar¹⁸⁵. Por outra parte, como temos dito, nada impede de considerarmos como impostores, em certas circunstâncias, homens que no entanto puderam realmente ser agentes subalternos de um Poder Oculto. Já demos as razões disso e não vemos a necessidade de justificar tais personagens dessa acusação, inclusive da suposição de que “os Superiores Incógnitos não foram homens de carne e osso”. Nesse caso, então quem seriam para M. Martigue? Continuando a nossa citação, mais adiante vimo-lo a ensinar quem eles eram, o que para nós não foi o motivo menor de surpresa no seu artigo:

“Porém isso não é disso que se trata (*sic*), essa interpretação é totalmente exotérica para os profanos e para os adeptos não-iniciados”. Até aqui havíamos acreditado que o “Adeptado” era um estágio superior da “Iniciação”... mas prossigamos: “O sentido esotérico foi sempre muito diferente. *Os famosos Superiores Incógnitos, para os verdadeiros Iniciados, existem perfeitamente, porém eles vivem... no Astral*. E é daí que pela Teurgia, pelo Ocultismo, pelo Espiritismo, pela Vidência, etc., dirigem aos chefes das Seitas, *pelo menos no dizer destes*”. Logo, é a concepções tão fantásticas que deve conduzir o conhecimento do Ocultismo, ou pelo menos de um certo Ocultismo, apesar de todo o “rigor” e de toda a “exactidão” dos “métodos científicos e críticos” e das “provas históricas indiscutíveis exigidas hoje (!) pelos historiadores sérios e os eruditos”?

Das duas coisas, uma: ou M. Martigue admite a existência do “Astral” e dos seus habitantes, *Superiores Incógnitos* ou outros, e então temos o direito de admitir “que há anti-maçons muito estranhos” além de Gustave Bord, ou ele não admite, como queremos acreditar conforme a sua última restrição, e nesse caso não pode dizer que os que a admitem são “os verdadeiros Iniciados”¹⁸⁶. Pelo contrário, pensamos que não são mais que Iniciados muito imperfeitos, e inclusive é demasiado evidente que os espíritistas, por exemplo, de maneira alguma podem ser considerados Iniciados!... Tampouco se deve esquecer que o Espiritismo não data senão da época das manifestações de Hydesville que começaram em 1847, sendo desconhecido em França antes do I. Rivail, chamado Allan Kardec. Pretende-se que este “fundou a sua doutrina com a ajuda das comunicações que havia obtido, e que foram recolhidas, controladas, revistas e corrigidas por *“espíritos superiores”*”¹⁸⁷, e teria sido isso, sem dúvida, um exemplo notável da intervenção dos

¹⁸⁵ Opinião nada imparcial do autor na época em desagравos pessoais com a Sociedade Teosófica, em parte devido a conflitos ideológicos com Papus, em parte devido a discordâncias abertas com Henry S. Olcott que tomara a defesa aberta da entretanto falecida Helena P. Blavatsky. Não fora isso, decerto M. R. Guénon teria aceitado de bom grado que os *Superiores Incógnitos* do Ocidente e os *Mahatmas* do Oriente são precisamente os mesmos Seres, ou seja, os preclaros Membros do Governo Oculto do Mundo instalados estrategicamente por todo o Orbe (nota do tradutor).

¹⁸⁶ Tanto M. Guénon como os autores alvos das suas críticas parecem desconhecer que o verdadeiro Iniciado relaciona-se ao Plano Astral Cósmico, *Kama-Fohat*, e não tanto ao Astral Planetário, *Kâmico*, o Mundo dos Desejos e Emoções campo de todas as modalidades psíquicas que por norma não lhes é motivo de empatia ou afinidade (nota do tradutor).

¹⁸⁷ Dr. Gibier, *Le Spiritisme*, pp. 136-137.

Superiores Incógnitos, segundo a definição de M. Martigue, se desgraçadamente não soubéssemos que os “espíritos superiores” que tomaram parte nesse trabalho não estavam todos “desencarnados”, e ainda não o estão: se desde então Eugène Nus e Victorien Sardou “passaram a outro plano de evolução”, para empregar a linguagem espiritista, M. Camille Flammarion continua celebrando sempre a festa do Sol a cada solstício de Verão.

Assim, para os chefes da Alta Maçonaria no século XVIII o assunto não podia ser uma questão de Espiritismo, que ainda não existia, como tampouco de Ocultismo, pois, se então havia “ciências ocultas” não existia nenhuma doutrina chamada “Ocultismo”. Parece que foi Eliphas Lévi o primeiro a empregar essa denominação, açambarcada, depois da sua morte (1875), por certa escola sobre a qual, do ponto de vista iniciático, o melhor é não dizer nada. São esses mesmos “ocultistas” os que falam correntemente do “mundo astral” do qual pretendem servir-se para explicar todas as coisas, sobretudo as que ignoram. Foi também Eliphas Lévi quem espalhou o uso do termo “astral”, e se bem que esta palavra remonte a Paracelso parece ter sido quase desconhecida dos Altos maçons do século XVIII, que em todo o caso sem dúvida não a teriam entendido da mesma maneira que os ocultistas actuais. Estará M. Martigue, cujos conhecimentos em Ocultismo não contestamos, completamente seguro de que esses mesmos conhecimentos não o levaram a “uma interpretação “totalmente exotérica” de Swedenborg, por exemplo, e de todos os demais que cita assimilando-os, ou quase, aos “médiuns” espiritistas?

Citamos textualmente: “Os *Superiores Incógnitos* são os *Anjos* que ditam a Swedenborg as suas obras, são a *Sophia* de Gichtel, de Boehme, de Martines de Pasqually (*sic*), o *Filósofo Incógnito* de Saint-Martin, as manifestações da Escola do Norte, o *Guru* dos Teósofos, o espírito que se encarna no médium, que levanta o pé da mesa falante ou dita as elucubrações da *ouija*, etc., etc.” Por nossa parte, não pensamos que tudo isso seja o mesmo pelas suas “variações e matizes”, mas sendo talvez inútil procurar aí os *Superiores Incógnitos*. Com isso vê-se o que se pode esperar dos espiritistas, e quanto aos “Teósofos”, ou melhor, teosofistas, sabe-se muito bem o que pensar das suas pretensões. Além disso reparamos, a propósito desses últimos, que anunciam a encarnação do seu “Grande Instrutor” (*Mahâguru*), o que prova não ser do “Plano Astral” que contam receber os seus ensinamentos. Por outra parte, não pensamos que *Sophia* (que representa um Princípio) tenha alguma vez se manifestado de maneira sensível a Boehme ou a Gichtel. Quanto a Swedenborg, ele descreveu simbolicamente umas “hierarquias espirituais” nas quais todos os escalões poderiam muito bem estarem ocupados por Iniciados vivos, de maneira análoga ao que particularmente encontramos no esoterismo muçulmano.

No respeitante a Martines de Pasqually, sem dúvida é muito difícil saber exactamente o que era o que ele chamava “a Coisa”. Porém, em todas as partes onde vimos essa palavra empregada por ele, parece não ter querido designar outra coisa senão as suas “operações”, o que mais vulgarmente se entende por a Arte. São os ocultistas modernos que pretendem ver aí “aparições” pura e simplesmente, em conformidade com as suas próprias ideias, apesar do I.º Franz von Baader previne-nos que “será errado pensar que a sua Física (de Martines) reduzia-se aos espectros e aos espíritos”¹⁸⁸. Havia nisto, como ademais no fundo de toda a Alta Maçonaria dessa época, algo muito mais profundo e mais verdadeiramente “esotérico”, que o conhecimento do Ocultismo actual não basta de modo algum para poder penetrar.

Contudo, o mais singular é quando M. Martigue nos fala do “*Filósofo Incógnito* de Saint-Martin”, quando o próprio Saint-Martin e o *Filósofo Incógnito* eram o mesmo, não sendo o segundo mais que um pseudónimo do primeiro. Conhecemos, é certo, as lendas que circulam a respeito em certos meios, porém veja-se como ele põe admiravelmente as coisas no seu lugar: “Os *Superiores Incógniti* ou S. I. foram atribuídos pelo um autor fantasista ao teósofo Saint-Martin, talvez porque este assinava as suas obras como um *Filósofo Incógnito*, nome de um grau dos

¹⁸⁸ *Os Ensinamentos Secretos de Martines de Pasqually*, p. 18.

Fileletos (regime de que por outro lado nunca fez parte). É certo que o mesmo fantasista atribuiu o livro *Dos Erros e da Verdade*, do *Filósofo Incógnito*, a um *Agente Ignoto*, que se intitulava ele mesmo como S. I. Quando alguém se atrela ao incógnito, não deveria atrelar-se demasiado!”¹⁸⁹ Vê-se assim bastante bem quanto perigoso é talvez aceitar sem controlo as afirmações de certos ocultistas, pelo que em semelhantes casos convém sobretudo mostrar-se prudente e, segundo o conselho do próprio M. Martigue, “não exagerar nada”.

Assim, seria um grande equívoco levar esses mesmos ocultistas a sério quando se apresentam como os descendentes e os continuadores da Antiga Maçonaria, e sem dúvida encontramos como que um eco de tais assertivas “fantásticas” na frase seguinte de M. Martigue: “Este assunto (dos *Superiores Incógnitos*) levanta problemas que estudamos no Ocultismo, problemas para os quais os Franco-Maçons do século XVIII perseguiram com tanto ardor a solução”, sem contar que esta mesma frase, interpretada demasiado literalmente, poderia fazer passar o redactor da *Revista Internacional das Sociedades Secretas* por um “ocultista” aos olhos “dos leitores superficiais que não têm tempo para aprofundar estas coisas”.

“Porém, continua ele, neste assunto não se consegue ver mais claro mesmo conhecendo-se a fundo as Ciências Ocultas e a Mística”. Isto é o que queria provar contra o colaborador da *Agência Internacional Roma*, mas porque não provou, sobretudo contra ele mesmo, que esse conhecimento deverá estender-se muito mais longe do que supõe? “É por isso que tão poucos anti-maçons conseguem penetrar nesses arcanos que nunca conhecerão os que pretendem permanecer no terreno positivista”. Isto é, na nossa opinião, muito mais justo que todo o precedente, porém, não estará um tanto em contradição com o que M. Martigue nos diz dos seus “métodos”? E se não se adere à concepção “positivista” da História, então porque toma a dianteira contra todos da defesa de M. Gustave Bord, mesmo quando este é menos defensível?

“É impossível compreender os escritos de homens que vivem no sobrenatural e deixam-se dirigir por ele, como os teósofos swedenborguianos ou martinistas do século XVIII, se não se fizer o esforço de estudar a língua que falam e as coisas que tratam nas suas cartas e nas suas obras. E de antemão menos ainda pretender-se negar a existência da atmosfera sobrenatural em que estavam submersos e que respiravam a cada dia”. Porém isto, além de voltar-se contra M. Bord e as suas conclusões, não é razão para passar de um extremo a outro e atribuir mais importância do que convém às “elucubrações” das tabuinhas espiritistas ou de alguns pseudo-iniciados, chegando ao ponto restringir todo o “sobrenatural” em questão, qualquer que seja a sua qualidade por outro lado, à estreita interpretação do “Astral”.

Outra observação, M. Martigue fala dos “teósofos swedenborguianos ou martinistas” como se essas duas denominações fossem quase equivalentes. Com isso, não estaria tentado a acreditar na autenticidade de certa filiação que sem dúvida está muito afastada de todo o “dato científico” e de toda a “base positiva”? “A este respeito, acreditamos dever dizer que quando Papus afirma que Martines de Pasqually recebeu a iniciação de Swedenborg no decurso de uma viagem a Londres, e que o sistema propagado por ele com o nome de rito dos *Élus Coens* não é mais que um Swedenborguismo adaptado, esse autor abusa ou procura abusar dos seus leitores no interesse de uma tese muito pessoal. Com efeito, para expedir semelhantes afirmações não basta ter lido em Ragon, que por sua vez leu em Reghelini, que Martines tomara o rito dos *Élus Coens* do sueco Swedenborg. Papus deveria ter-se absterido de reproduzir, ampliando-a, uma afirmação que não assenta sobre nada sério. Deveria ter procurado as fontes do seu documento e assegurar-se de que há escassas relações entre a doutrina e o rito de Swedenborg e a doutrina e o rito dos *Élus Coens*... Quanto à precedente viagem a Londres, não teve lugar senão na imaginação de Papus¹⁹⁰. É enojante ver um historiador deixar-se atrapalhar pela sua imaginação... “em Astral”. Infelizmente,

¹⁸⁹ *Notícia histórica sobre o Martinesismo e o Martinismo*, pp. 35-36 em nota.

¹⁹⁰ *Notícia histórica sobre o Martinesismo e o Martinismo*, p. 17 em nota.

as mesmas observações podem aplicar-se a muitos outros escritores que se esforçam por estabelecer as comparações menos credíveis “no interesse de uma tese pessoal”, frequentemente demasiado pessoal!

Mas voltemos a M. Martigue, que mais uma vez nos adverte que “sem o socorro dessas Ciências, chamadas Ocultas, é de todo impossível compreender a Maçonaria do século XVIII e inclusive, o que surpreenderá aos não-iniciados, a de hoje”. Aqui, um ou dois exemplos nos teriam permitido apreender melhor o seu pensamento, porém, vejamos a continuação: “Desta ignorância (do Ocultismo) compartilhada não somente por profanos mas também por Maçons, inclusive os investidos nos Altos Graus, provêm erros como aquele de que nos ocupamos. Este erro lançou a Antimaçonaria na busca dos *Superiores Incógnitos que, sob a pena dos verdadeiros Iniciados, são simplesmente manifestações extranaturais de seres viventes no Mundo Astral*”. Como já dissemos, por nossa parte não acreditamos que os que possam sustentar essa tese sejam “verdadeiros Iniciados”, porém, se M. Martigue que a afirma acredita verdadeiramente nela, não percebemos muito bem porque se apressa a acrescentar: “O que não prejudica nada da sua existência (desses *Superiores Incógnitos*), como ademais tampouco do dito “Mundo Astral”, sem parecer dar-se conta que assim põe tudo em causa. Inclusive “não pretendendo indicar mais do que pensavam os Altos Maçons do século XVIII”, estará bem seguro de interpretar fielmente o seu pensamento, e de não ter simplesmente introduzido uma nova complicação num dos problemas para os quais esses II.º “perseguiam ardorosamente a solução”, porque esta solução devia ajudá-los a tornar-se os “verdadeiros Iniciados” que ainda não eram, evidentemente enquanto não a houvesse encontrado? É que todavia os “verdadeiros Iniciados” são mais raros do que se pensa, mas isso não quer dizer que não os haja ou que só existam “no Astral”. E porque, apesar de viverem na Terra, esses “Adeptos”, no sentido verdadeiro e completo da palavra, não poderão ser os verdadeiros *Superiores Incógnitos*?

“Por conseguinte, escrevendo as palavras *Superiores Incógnitos*, S. I., os Iluminados, os Martinistas, os membros da Estrita Observância e todos os Maçons do século XVIII falam de *seres considerados como tendo uma existência real superior, sob a direcção dos quais cada Loja e cada adepto iniciado (sic) estão colocados*.” Ter feito dos *Superiores Incógnitos* uns “seres astrais” depois indicar-lhes o papel de “auxiliares invisíveis” (*invisible helpers*), como dizem os teosofistas, não é querer aproximá-los demasiado dos “guias espirituais que dirigem igualmente desde um “Plano superior” aos médiuns e aos grupos espiritistas? Talvez não seja inteiramente “nesse sentido que escrevem *Eques a Capite Galeato* e os seus correspondentes”, e então poderá falar-se de uma “existência superior” que pode ser “realizada” por certas categorias de Iniciados, os quais não são “invisíveis” nem “astrais” senão para os profanos e os pseudo-iniciados a que já fizemos algumas alusões. Contudo, todo o Ocultismo contemporâneo, onde se inclui o Espiritismo, o Teosofismo e outros Movimentos “neo-espiritualistas”, não pode, diga o que disser M. Martigue, levar a mais que “uma interpretação totalmente exotérica”. Porém, se é difícil conhecer exactamente o pensamento dos Altos Maçons do século XVIII, e por conseguinte “interpretar as suas cartas como eles mesmos as compreendiam”, será indispensável que tais condições sejam cumpridas integralmente para não equivocar-se no decurso destes estudos, já de si tão difíceis, mesmo quando se está “no bom caminho”? Há alguém, entre os anti-maçons, que possa dizer que está “no bom caminho” com exclusão de todos os outros? Os assuntos estudados são demasiado complexos para isso, inclusive sem fazer intervir o “Astral” onde nada tem a ver. Portanto, é sempre “fastidioso desprezar *a-priori*”, inclusive em nome da “ciência” e da “crítica”, alguns trabalhos que, como disse muito bem o redactor dos *Cadernos Romanos*, não são definitivos, o que não impede que não sejam muito importantes “como o são”. Sem dúvida que M. Gustave Bord terá pretensões de imparcialidade, pelo menos supomos, todavia, terá ele verdadeiramente essa qualidade no grau necessário para realizar o ideal de M. Martigue, “o historiador advertido que sabe encontrar o melhor em todas as partes, cuja crítica sã permite julgar o valor dos documentos”? Ainda mais porque pode haver várias maneiras de estar “no bom caminho”, e basta estar nele, de

uma ou de outra maneira, para não “equivocar-se completamente”, sem que inclusive seja “indispensável iluminar a boa rota das tenebrosas luzes (?!) do Ocultismo”, o que desde logo deixa muito claro!

M. Martigue conclui nestes termos: “No entanto, reconhecemos de bom grado que se compreende o poder oculto no sentido que acabamos de indicar, o redactor dos *Cadernos Romanos* tem razão ao escrever como o fez: “Comprovamos que nenhum documento comprovativo foi apresentado, até agora, contra o poder central oculto da Seita”. Porém se entender-se por tais palavras, contrariamente aos Franco-Maçons iniciados do século XVIII, um comité de homens de carne e osso, somos obrigados a retorquir: “Comprovamos que nenhum documento comprovativo foi apresentado até agora a favor desse comité dirigente desconhecido. E cabe aos que afirmam essa existência dar a prova definitiva. Aguardamos. O assunto permanece em aberto”. Com efeito, ele continua sempre em aberto, e se é certo que “é dos mais importantes”, contudo quem é que alguma vez pretendeu que os *Superiores Incógnitos*, inclusive “em carne e osso”, constituíam um “comité” ou até uma “sociedade” no sentido vulgar da palavra? Essa solução parece muito pouco satisfatória quando se sabe, pelo contrário, existirem certas organizações verdadeiramente secretas muito mais próximas do “poder central” que a Maçonaria exterior, cujos membros não têm nem reuniões, nem diplomas, nem meios de reconhecimento. É bom ter respeito pelos “documentos”, porém, compreenda-se ser muito difícil descobrir “comprovativos” quando se trata precisamente de coisas que, como escrevemos anteriormente, “não são de natureza que possa ser provada por um documento escrito qualquer”. Ainda nisso é preciso “não exagerar”, e sobretudo é preciso não deixar-se absorver exclusivamente pela preocupação “documental”, a ponto de perder de vista, por exemplo, que a Antiga Maçonaria reconhecia vários tipos de Lojas trabalhando “sobre planos diferentes”, como diria um ocultista, o que no pensamento dos Altos Maçons de então não significava de modo algum que o “acesso” a algumas dessas Lojas tivesse lugar “no Astral”, cujos arquivos, ademais, não são acessíveis senão aos “estudantes” da escola de Leadbeater. Se há hoje S. I. “de fantasia” que pretendem reunir-se “no Astral”, é para não confessar que simplesmente não se reúnem, e se com efeito os seus “grupos de estudos” têm sido transportados “a outro Plano”, não é senão da maneira comum a todos os seres: “em sonho” ou “desencarnados”, quer se tratem de individualidades ou de colectividades, de “comités” profanos ou de “sociedades” pretensamente “iniciáticas”¹⁹¹. Nestas últimas há muitas pessoas que querem fazer-se passar por “místicos” mas que não são mais do que vulgares “mistificadores”, às quais não importa juntar o charlatanismo ao Ocultismo¹⁹², inclusive sem possuir os “poderes” ocasionais que às vezes exibiram um Gugomos ou um Schoepfer. Talvez também valesse melhor estudar um pouco mais acerca das “operações” e da “doutrina” destes últimos, por muito imperfeitamente iniciados que tenham sido, que as dos pretensos “magos” contemporâneos que não são de todo iniciados, ou pelo menos não o são em nada sério, o que vem a ser o mesmo.

Tudo isso, entenda-se bem, não significa que não seja bom estudar e conhecer o Ocultismo já “vulgarizado”, mas não lhe dando mais que a importância muito relativa que merece, mas sem procurar nele o que não possui e demonstrar, se houver oportunidade, toda a sua insanidade, a fim de precaver os que estiverem tentados a deixar-se seduzir pelas aparências enganosas de uma “ciência iniciática” completamente superficial e de segunda ou terceira mão. Não se deve criar

¹⁹¹ Opinião arbitrária do autor que mesmo assim concordamos com ela em tudo, excepto não se poder afirmar categoricamente que uma pessoa, pensando e sentindo como normalmente o faz, que veja “de fora” o seu próprio corpo estendido no leito, por exemplo, isso seja um simples sonho ou devaneio sensorial por uma qualquer perturbação psicossomática. Sabemos bem que René Guénon teve muitos desses “sonhos djins”, para usar da sua linguagem islâmica, e logo sabia de antemão estar sendo muito pouco imparcial com tudo quanto se referisse ao Ocultismo e a Teosofia, isso mais por desavenças pessoais com alguns teósofos e ocultistas, nomeadamente Papus, do que qualquer outra coisa, criando assim uma inibição ou preconceito que destoa largamente do resto da sua obra analítica e crítica do mais extensivo valor simbólico e tradicional (nota do tradutor).

¹⁹² Absolutamente de acordo! (nota do tradutor)

nenhuma ilusão: se a acção dos verdadeiros *Superiores Incógnitos* existe um pouco, apesar de tudo, até nos movimentos “neo-espiritualistas” tratados, quaisquer que sejam os seus títulos e as suas pretensões, não é mais senão de uma maneira tão indirecta e tão afastada como na Maçonaria mais exterior e mais moderna. Já provámos o que acabamos de dizer e teremos ocasião, em próximos estudos, de trazer a respeito outros exemplos não menos significativos.

CAPÍTULO XVII

ALGUNS DOCUMENTOS INÉDITOS SOBRE A ORDEM DOS ÉLUS COENS

Publicado originalmente em *La France Antimaçonnique*, Paris, 23 de Abril,
21 de Maio e 9 de Julho de 1914, assinado *Le Sphinx*

Já referimos várias vezes a Ordem dos *Élus Coens* fundada por Martines de Pasqually. No seu prefácio ao *Tratado da Reintegração dos Seres*, o “Cavaleiro da Rosa Crescente”, que citámos frequentemente, escreveu:

“Este homem (Martines) de um desinteresse e de uma sinceridade acima de toda a suspeita, esforçou-se por levar os princípios essenciais da Franco-Maçonaria a certas Lojas largamente afastadas deles nessa época (ou seja, na segunda metade do século XVIII), em consequência de uma série de acontecimentos que seria inútil relatar aqui.

“A tarefa de Martines era difícil: percorrendo sucessivamente, de 1760 a 1772, as principais cidades de França, seleccionou no seio das oficinas maçónicas o que julgou poder servir para constituir um núcleo, um centro para as suas operações ulteriores. Expedindo em nome do seu *Tribunal Soberano*, estabelecido em Paris desde 1767, patentes constitutivas às Lojas clandestinas das províncias, não vacilou em recrutar também no exterior homens que lhe pareciam dignos do ministério que haviam de exercer¹⁹³.

“Foi assim que se formou o que M. Matter chama com justiça o *Martinismo*¹⁹⁴, e que sob o nome de *Rito dos Élus Coens* não é outra coisa senão um ramo muito ortodoxo da verdadeira Franco-Maçonaria incorporado ao antigo tronco e baseado num conjunto de ensinamentos tradicionais muito precisos, transmitidos exactamente segundo a capacidade receptiva adquirida pelos seus membros mediante um trabalho inteiramente pessoal. A teoria e a prática abraçavam-se estreitamente.”

Citámos esse extracto para fixar a verdadeira natureza dos *Élus Coens*. Transcrevemos de seguida alguns detalhes referentes ao papel jogado dentro dessa Ordem por Louis Claude de Saint-Martin, que é igualmente bom lembrar para desfazer certas confusões:

“Poucos anos depois da partida de Martines de Pasqually para as Antilhas (1772), aconteceu uma cisão na Ordem que tão dificilmente se havia formado: enquanto alguns discípulos mantiveram-se apegados a tudo o que o Mestre lhes ensinara, outros, arrastados pelo exemplo de Saint-Martin, abandonaram a prática activa para seguir a via incompleta e passiva do misticismo¹⁹⁵. Essa mudança de direcção na vida de Saint-Martin poderia surpreender-nos se não soubéssemos do distanciamento, durante os cinco anos que passou na Loja de Bordeaux, demonstrado pelo discípulo diante das operações exteriores do Mestre...

¹⁹³ Tratava-se, no pensamento do seu fundador, de um verdadeiro ministério *sacerdotal*, já que o termo *Cohen* em hebreu significa *sacerdote*. Era, portanto, de alguma maneira uma tentativa de restauração do sacerdócio judaico dentro da Maçonaria *Interior*.

¹⁹⁴ Pessoalmente não podemos considerar *justa* essa denominação, a não ser que o sistema dos *Élus Coens* expressasse exclusivamente as ideias de Martines mas que não foi assim, como consta na continuação da nossa citação. Mas o autor tinha razões particulares para dar prova de benevolência a respeito de Matter.

¹⁹⁵ Isso indica claramente aqui a oposição, já indicada por nós, entre a via dos *místicos* e a via dos *iniciados*.

“O ensinamento de Rudolf de Salzman contribuiu bastante para dotar a França de um místico notável, todavia aquele ensinamento não conseguiu abrir Saint-Martin para a doutrina do eminente Teurgo de Bordeaux (ou seja, de Martines)...

“Não desenvolveremos as particularidades da vida de Saint-Martin mais que o necessário para demonstrar não terem razão os historiadores mal informados que atribuem ao Teósofo de Amboise a sucessão do Teurgo de Bordeaux, enquanto outros, talvez ainda pior documentados, fazem do mesmo o fundador de uma *Ordem de Martinismo*. Saint-Martin jamais fundou Ordem alguma, jamais teve essa pretensão, e o nome de *Martinistas* designa simplesmente aqueles que haviam adoptado uma maneira de ver semelhante à sua, tendendo sobretudo a alhear-se do dogmatismo ritualístico das Lojas e recusá-lo como inútil.”¹⁹⁶

Assim, tudo o que respeita aos *Élus Coens* deve ser atribuído exclusivamente a Martines¹⁹⁷, sendo um contrassenso atribuir a essa Ordem ou à doutrina que professava o nome de *Martinismo*. Era isto que pretendíamos sublinhar antes de tudo.

∴

Os documentos que foram publicados sobre a *Ordem dos Élus Coens* são muito escassos, sendo os mais importantes aqueles de que já falámos e que formam os dois volumes da *Biblioteca Rosacruz* publicados sob os auspícios do *Rito de Misraim*. O primeiro volume é a obra do próprio Martines, intitulada *Tratado da Reintegração dos Seres (criados) nas suas primitivas propriedades, virtudes e poderes espirituais e divinos*. O segundo volume contém os *Ensinamentos Secretos de Martines de Pasqually*, tais como foram recolhidos e apresentados por Franz von Baader.

Por outra parte, a obra de Papus sobre *Martines de Pasqually* também contém cartas de proveniências diversas, das quais algumas são interessantes, porém nem sempre apresentadas de maneira perfeitamente inteligível. A esta mesma obra foram acrescentados, em apêndice, os *Catecismos* dos graus seguintes: 1.º *Aprendiz Eleito Cohen*; 2.º *Companheiro Eleito Cohen*; 3.º *Mestre Particular Eleito Cohen*; 4.º *Mestre Eleito Cohen*; 5.º *Grande Mestre Eleito Cohen*, sobrenomeado *Grande Arquitecto*; 6.º *Grande Eleito de Zorobabel*, ou seja, *Cavaleiro do Oriente*¹⁹⁸. Nessa nomenclatura, bastante curta como se vê, pensamos não ter omitido nada de importante, pois que, devido à sua própria raridade, até os mais pequenos fragmentos autênticos relativos aos *Élus Coens* são interessantes.

∴

Os documentos que vamos publicar aqui consistem numa série de *Instruções* dadas, no começo do ano 1774, aos *Élus Coens* de Lyon. Estes pertenciam à Loja “*A Beneficência*”, presidida por Willermoz, no entanto esta Loja, no seu conjunto, nunca praticou o *Rito dos Élus Coens*, ao contrário do que alguns têm pretendido sem razão. Ademais, a esse respeito o “Cavaleiro da Rosa Crescente” escreve¹⁹⁹: “Temos a observar a M. Papus que fala de uma Loja dos *Élus Coens* com sede em Lyon, a partir de 1765, sob a presidência de Willermoz, que não existiam em

¹⁹⁶ Indicamos muito particularmente esta passagem àqueles que pretendem, por exemplo, que “a introdução das Lojas Martinistas na Rússia data do próprio Saint-Martin (*sic*)”. Remetemo-los igualmente à *Notícia histórica sobre o Martinismo e o Martinismo*, pp. 175-192, do mesmo autor. Nunca houve “Lojas Martinistas” senão na imaginação dos ocultistas contemporâneos.

¹⁹⁷ Isto não significa que fosse, insistimos, uma obra *pessoal*, pois estava, pelo contrário, “baseada num conjunto de ensinamentos tradicionais muito precisos”.

¹⁹⁸ Falta a esta colecção o *Catecismo* do sétimo e último grau, aquele de *Rosa-Cruz*, que na realidade era geralmente o décimo contando com os “graus do pórtico”, ou seja, os três graus simbólicos ordinários que necessariamente precedem a todos os demais.

¹⁹⁹ *Notícia histórica sobre o Martinismo e o Martinismo*, p. 33, nota 2.

Lyon, no começo de 1770, mais que seis *Élus Coens*, dentre eles Willermoz, os quais estavam apenas no início”. Nessa época foram feitas propostas a Martines para obter a fundação de um estabelecimento regular, mas parece que essas negociações não tiveram êxito.

É bastante provável que nunca tenha existido em Lyon uma organização completa dos *Élus Coens*, tanto mais que Saint-Martin, que passou nesta cidade precisamente o ano de 1774, onde então escreveu o seu livro *Dos Erros e da Verdade*, fala somente “de um círculo que instruía em casa de M. Villermas” (*sic*)²⁰⁰, expressão que não pode ser aplicada a uma Loja regular “justa e perfeita”. Além disso, depois do *Convénio de Lyon*, em 1778, a Loja “*A Beneficência*” adoptou definitivamente o *Regime Escocês Rectificado*, o qual Papus “achou útil baptizar de *Willermozismo*”²⁰¹, e que nunca teve nada em comum com a *Ordem dos Élus Coens*. A maioria dos arquivos de Lyon, actualmente dispersos, referia-se naturalmente só a esse mesmo *Regime Rectificado*, e a ignorância de alguns autores a este respeito às vezes leva-os a cometer confusões singulares²⁰².

Voltando às nossas *Instruções*, não pensamos que tenham sido redigidas pelo próprio Martines, que partiu para Porto Príncipe em 5 de Maio de 1772 e morreu em 20 de Setembro de 1774. No entanto, é certo que elas foram directamente inspiradas nos seus ensinamentos por apresentarem claramente, em várias partes, analogias bastante evidentes com certas passagens do *Tratado da Reintegração dos Seres*, escrito em Bordeaux no decurso do ano de 1770.

Reproduzimos integralmente as seis *Instruções*²⁰³ que possuímos, respeitando escrupulosamente todas as particularidades de linguagem, de estilo e inclusive de ortografia do manuscrito original. Limitamo-nos a anotar nelas, quando for necessário, algumas notas muito breves, reservando-nos de comentar ulteriormente os pontos mais interessantes.

INSTRUÇÕES SOBRE A CRIAÇÃO UNIVERSAL, MATERIAL, TEMPORAL E O NÚMERO SENÁRIO QUE A PRODUZIU E AS SUAS RELAÇÕES COM O HOMEM

1.^a Instrução²⁰⁴

O Criador querendo formar este Universo físico de matéria palpável para a manifestação do seu Poder, da sua Justiça e da sua Glória, o plano que concebeu para ele apresentou-se à sua Imaginação Divina sob uma forma triangular, quase como o plano ou o desenho de um quadro que se apresenta à imaginação do pintor que o empreende antes de começar a sua execução. Sendo este plano triangular, a obra que proveio dele devia trazer a marca de ser triangular ou ternária como ele, e o é com efeito²⁰⁵.

Digo que a Criação Universal material foi operada pelo Criador para a manifestação do seu Poder, da sua Justiça e da sua Glória. Com efeito, o seu Poder é manifestado pelo próprio acto da Criação que foi produzida do nada só pela sua Vontade; a sua Justiça a foi pelo castigo dos primeiros espíritos prevaricadores que arrojou da sua presença. Sendo o Criador imutável em seus decretos não pôde privá-los das virtudes e poderes que eram inatos neles pelo seu princípio de emanção Divina, porém, mudou as suas Leis de acção espiritual e formou este Universo material

²⁰⁰ *Ibid.*, pp. 41-42.

²⁰¹ *Ibid.*, pp. 175-176.

²⁰² *Ibid.*, pp. 177-178.

²⁰³ A sexta Instrução nunca foi publicada, devido à cessação de *La France Antimaçonique* (nota do tradutor).

²⁰⁴ Esta primeira Instrução é a única que não tem data no manuscrito, mas como se verá mais adiante essa data é a de 7 de Janeiro de 1774.

²⁰⁵ Trata-se essencialmente, nestas Instruções, do “plano do Grande Arquitecto do Universo” realizado pela Criação. No entanto, como se verá na continuação, as duas expressões “Criador” e “Grande Arquitecto” não são sinónimas.

para onde os relegou, para ser um lugar de privação e para aí que exercessem durante uma eternidade a sua acção, dentro dos limites por cujo Poder e Vontade Ele fixou. Desta manifestação de Poder e de Justiça do Criador resultou sem contradição a da sua Glória, devendo ainda este Universo servir para a manifestação da sua Bondade infinita e da sua Misericórdia, o que será explicado em seu tempo.

É pelo número senário que a Criação Universal foi operada, tal como Moyze²⁰⁶ deu-o a entender pelos seis Dias de que fala a Géneze²⁰⁷, os quais não são mais do que um véu que ele empregou para expressar o que queria dizer. O Criador é um Espírito Puro, o simples Eterno que não pode estar sujeito ao Tempo, ademais porque o Tempo não começou senão aquando da Criação Universal de que falamos, logo, tudo que a precedeu não podia ser temporal. Portanto, ela não pôde ser de seis Dias nem de nenhum lapso de Tempo determinado como Moyze queria dizer, tratando-se antes de seis Pensamentos Divinos que operaram a Criação; aprendemos a conhecê-los pela adição misteriosa que a Ordem ensina das três faculdades divinas que são o Pensamento, a Vontade e a Acção, ou noutro sentido que explicaremos quando for o momento, a Intenção, o Verbo e a Operação.

O Pensamento é uno, simples, indivisível como o Espírito que o produz, é o princípio de todo o acto espiritual livre, e por isso ocupa o primeiro lugar entre as três faculdades espirituais que falámos. Por isso o contamos como 1. Engendra a Vontade, sem a qual todo o pensamento seria nulo e não produziria nada. Por sua categoria binária vale *Dois*, e juntando-se nela o Pensamento do qual provém, a contamos como 3, o que completa²⁰⁸ o primeiro ternário espiritual. Porém o Pensamento e a Vontade seriam nulos e não produziriam nenhum efeito se não fossem postos em Acto. É esta faculdade produtora do efeito que chamamos de Acção. Esta Acção por sua posição ternária vale 3, e acrescentando-lhe o ternário procedente do Pensamento e da Vontade da qual procede, completa o número senário que operou a Criação Universal.

O quadro das três faculdades poderosas inatas no Criador dá-nos ao mesmo tempo uma ideia do mistério incompreensível da Trindade: o Pensamento dado ao Pai 1, o Verbo ou a Intenção atribuída ao Filho 2, e a Operação atribuída ao Espírito 3. Como a Vontade segue o Pensamento e como a Acção é o resultado do Pensamento e da Vontade, do mesmo modo o Verbo procede do Pensamento e a Operação procede do Pensamento e do Verbo, do qual a adição misteriosa desses três números dá igualmente o número senário princípio de toda a Criação temporal. Hão-de reconhecer por este exame três faculdades realmente distintas procedentes umas das outras e produtoras de resultados diferentes, sem dúvida todas reunidas em uma só que é única e indivisível.

Vos foi ensinado que o Homem foi criado à imagem e semelhança de Deus. Sendo o Criador Espírito Puro, não é pela sua forma corporal que o Homem pode ser a Sua imagem e semelhança, portanto não o pode ser senão pelas suas faculdades espirituais, posto que o Ser espiritual menor ou o Homem é uma emanção da Divindade e deve participar da própria essência desta Divindade e das suas faculdades. Temos uma imagem muito débil disso porém sensível na reprodução diária de todos os seres temporais, onde ser produzido, qualquer que seja a sua semelhança com o Ser produtor e a participação na sua natureza, não é por isso idêntico ao Ser produtor. Da mesma forma o Homem vem de Deus, participa da sua essência e das suas faculdades sem ser o próprio Deus, e sem destruir a imagem e a semelhança que ligam um ao outro haverá sempre a grande diferença que deve haver entre o Criador e a Criatura. Assim, pois, como o Homem sente nele o Poder ou as faculdades distintas do Pensamento, da Vontade e da Acção, podemos dizer com verdade que ele é realmente, por essas três faculdades espirituais reunidas nele, a verdadeira imagem do Criador, como é a Sua semelhança pelas três faculdades potentes

²⁰⁶ Moisés (nota do tradutor).

²⁰⁷ Géneze (nota do tradutor).

²⁰⁸ O manuscrito porta a palavra “forma” anotada debaixo de “completa”.

que também são inatas nele, o Pensamento, o Verbo ou a Intenção e a Operação, de que falaremos numa outra altura, sendo necessário não confundir com o Pensamento a Vontade e a Acção.

Depois de haver explicado o número senário por virtude do qual se operou a Criação, vou falar do número ternário produtor das formas e do número nonário que atribuímos à matéria, pois é necessário não confundir minimamente esta matéria aparente e palpável que golpeia os nossos sentidos com os princípios impalpáveis que a constituem. É a união desses princípios postos em acção o que compõe os corpos.

*Notas das coisas tratadas na primeira Instrução
na Assembleia Geral de 7 de Janeiro de 1774*²⁰⁹

Sobre a Criação Universal da Matéria temporal operada pela virtude do número senário dos Pensamentos Divinos velados na Géneze pelos seis dias de Moyze.

Adição misteriosa das três faculdades divinas, Pensamento, Vontade, Acção.

Plano da Criação apresentado à imaginação do Criador sob uma forma: \triangle .

Vestígio desse triângulo em todos os produtos da Criação.

Número ternário das essências espirituais produtoras das formas chamadas misteriosamente enxofre, sal e mercúrio.

Essências princípios dos elementos, elementos princípios dos corpos.

Produzidos pelos espíritos do eixo, fogo central ou fogo incriado.

Essências espirituais a respeito de umas e de outras.

Em seu estado de indiferença tendo o seu vitriolo inato sem acção formavam o Caos.

Envoltura do Caos formada pelos espíritos do eixo.

Anciãos na infância, o seu ser espiritual alguma vez ocupado em outra parte.

Círculo sensível terrestre ao Oeste, visual ao Norte, racional ao Sul, sensível no seio da mãe, visível durante a vida, racional durante a Reintegração, sensível da Terra à Lua, visual da Lua ao Sol, racional do Sol a Saturno.

Seres espirituais menores conduzidos e accionados pelos maiores nesses três círculos.

Livre-arbítrio destruído pela função do maior, afortunada culpa.

Espíritos menores ternários são corporais sem inteligência.

O eixo ordinário é a linha horizontal que sustém e atravessa a Criação.

O eixo fogo incriado é ao mesmo tempo a envoltura, o sustentáculo e o centro da Criação, e é incriado porque os espíritos ternários que o produziram são emanados e não criados.

O Homem destinado ao maltrato dos espíritos perversos.

²⁰⁹ Estas notas, sob a forma de sumário, contêm o desfecho da primeira Instrução que parece não ter sido inteiramente redigida. Pensamos que a expressão “Assembleia Geral” deve entender-se como uma reunião comum a todos os graus.

Ele desordena a Obra do Criador quando atenta contra a sua vida, cometendo excessos. O seu corpo é um templo. Os jovens débeis sofrem os ataques do inimigo. Os cinco sentidos são as portas do inimigo e do guardião.

A alma corporal ou veículo reside no sangue, a alma espiritual também age sobre o sangue ou veículo aderido²¹⁰.

2.^a Instrução
de segunda-feira, 20 de Janeiro de 1774²¹¹

Emanação quaternária do Homem proveniente da quádrupla Essência Divina representada pelo Pensamento 1, a Vontade 2, a Acção 3 e a Operação 4, cuja adição misteriosa completa o número denário 10 ou \oplus , ou seja, a circunferência que é a reunião da Potência Eterna e da Criação Universal, representando o seu centro a Unidade Indivisível donde tudo proveio e onde tudo será Reintegrado.

∴

Emanação quaternária e potenciais privilégios do Homem representados pelos quatro signos ou caracteres aplicados sobre ele na recepção dos primeiros graus da Ordem: o 1.º sobre o coração lembra a sua própria existência espiritual, o 2.º sobre o lado direito o bom companheiro que lhe é dado para acompanhá-lo, o 3.º sobre a cabeça o espírito maior de dupla potência que acciona e domina²¹² os outros dois, e por fim o 4.º pela perpendicular traçada desde o alto da cabeça até ao estômago representa a própria Divindade que preside, dirige e governa, e donde toda a Potência provém.

Os três primeiros formam um triângulo que representa o poder do Homem sobre a Criação Universal desde o seu princípio de emanção quaternária quando recebeu as leis, preceitos e mandamentos, que perdeu pela prevaricação e que não pode exigir (*sic*) que volte a estar em correspondência directa com o seu número quaternário figurado pela perpendicular que forma o centro do triângulo, este triângulo que no entanto figura a potência ternária que lhe é devolvida depois da sua reconciliação sobre os três horizontes terrestres, Oeste, Norte e Sul, e sobre as três partes da Criação Universal, Terrestre, Celeste e Supraceleste, mas será uma potência inútil e sem acção se ele não obtiver a Potência Quaternária Divina figurada pela perpendicular.

∴

Correspondência quaternária do Homem, a saber:

O Homem ou o ser espiritual menor 1;
O Espírito bom companheiro 2;
O Espírito maior de dupla potência 3;
O Criador 4 – 10 – \oplus .

∴

Tendo o Homem sido emanado e colocado no centro das seis Circunferências ou Pensamentos Divinos para comandar, dirigir, conservar e defender a Criação Universal, havia uma

²¹⁰ Chamamos a atenção para o papel que é aqui atribuído ao sangue: trata-se da indicação de uma teoria de origem essencialmente judaica.

²¹¹ Esta data indicada no manuscrito está certamente errada. Comparando-a com as outras, é fácil perceber que a data verdadeira é a de 10 de Janeiro. Havia duas reuniões por semana, na segunda-feira e na sexta-feira.

²¹² O manuscrito tem a palavra “dirige” acrescentada por cima de “domina”.

potência proporcional a esses actos, porém, depois da prevaricação foi necessário que o Criador o substituísse por um Ser revestido de dupla potência muito considerável, posto que tinha que operar em todos os mesmos actos aos quais o Homem fora destinado, e ademais dirigir, fosse directamente ou fosse pelos seus agentes, conservar, suportar e defender o ser espiritual menor e a sua forma contra as investidas e os ataques diários dos espíritos perversos aos quais se sujeitou pela prevaricação.

∴

Figura triangular do Homem formada pelas extremidades das mãos e dos braços estendidos para os pés dominados pela cabeça ou a perpendicular celeste que forma o centro.

Divisão ternária: os ossos dos ...²¹³, a pélvis ou o ventre 1, as costelas ou a capacidade do peito 2, a cabeça 3, formam três partes que não podem ser separadas sem ser destruídas; os quatro membros são aderências da parte vegetativa, formam um receptáculo onde o busto é o centro, e a sua reunião repete o número septenário que dirige a Criação.

3.ª Instrução de sexta-feira, 14 de Janeiro de 1774²¹⁴

Abertura das 4 portas do Templo e das 3 portas do Pórtico.

Os 3 círculos sensível, visual, racional e as suas 3 relações.

O septenário da Criação e a sua duração.

O número binário oposição de duas potências.

O número quinário divisão do denário.

O quaternário bom oposto ao pensamento e intelecto maus.

O menor porta um intelecto mau e perverso à sua semelhança.

O nonário, três essências, três elementos, três princípios corporais.

O nonário pelo número senário de feitura, de criação, e as três essências criadas.

Espíritos superiores 10, maiores 8, inferiores 7, menores terrestres 3, ou contados de outra forma, superiores 10, maiores 8, inferiores 3, menores Homem 4, o todo foi feito pelo senário e é dirigido pelo septenário.

A junção do espírito maior faz-se em 7 anos.

Os homens e a Religião não castigam antes de 7 anos.

Produtores.

Veículo inserido no Caos desenvolve a reacção para o descenso do Espírito agente superior, não há ponto de acção sem reacção.

Explosão do Caos pela retirada do agente maior Divino.

²¹³ No manuscrito, deixou-se aqui uma palavra em branco (“quadris” – nota do tradutor).

²¹⁴ Aqui, mais uma vez, não temos senão uma espécie de sumário, no qual as indicações muito breves nem sempre são perfeitamente compreensíveis.

Extensão do Caos, limites da Criação fixados pelos espíritos do eixo, eles mantêm os limites da Criação.

Ela serve de barreira à má vontade dos primeiros espíritos perversos.
Eles exercem aí a sua malícia na mesma e procuram sem tréguas degradá-la.

Ternário dos três fogos do Eixo, da Terra e do Sol.

Efeitos desses três fogos accionando uns sobre os outros.

Mercurio passivo e activo, Enxofre vegetativo e activo, Sal sensitivo²¹⁵.

4.ª Instrução de segunda-feira, 17 de Janeiro de 1774

Todos os seres que provêm do Criador são templos. É necessário distinguir as diferentes portas do templo.

Templo material, o mais pequeno átomo da matéria é uno com ele, posto que é o seu veículo que o anima.

Templo espiritual dos seres que accionam e dirigem a Criação temporal sem estar sujeitos ao Tempo, tal como estava Adam em seu primeiro princípio.

Templos espirituais elevados visivelmente sobre esta superfície durante a duração dos Tempos para a Ressurreição.

Os sete dias principais, o de Adam, o de Enoch, de Melkitsedek, de Moyze, de Salomão, de Zorobabel e de Cristo, são modelos de Libertação e de Ressurreição.

Os outros, como os de Noé, Abraham, etc., são dias de modelos diferentes.

O Corpo do Homem é uma Loja ou um Templo, que é a repetição do Templo geral, particular e universal.

A Maçonaria consiste em elevar edifícios sobre as suas bases. Portanto, somos maçons espirituais.

A Maçonaria apócrifa deriva da Ordem que chama Assembleias às suas Lojas, e às nossas, Templos. Eles se dizem Maçons e nós, para distinguir-nos, nos dizemos Filósofos Eleitos Coens.

O Templo de Salomão sobre o qual está fundada a Maçonaria, tem entre os sete principais templos espirituais temporais um lugar destacado pelas suas infinitas alusões dentro da Criação Universal.

Relações da divisão ternária: o Pórtico onde se reunia a multidão de Levitas para assistir aos sacrifícios, o Templo onde se reuniam os Sacerdotes que ajudavam o Sumo-Sacerdote nas suas funções, o Santos dos Santos onde só entrava o Sumo-Sacerdote para realizar os seus trabalhos particulares. Relações com a parte terrestre, celeste e supraceleste da Criação, e com o ventre, o peito ou assento da alma pelo sangue, e a cabeça do Homem.

²¹⁵ Como já se pôde observar, a linguagem alquímica é utilizada aqui de vez em quando, mas não de uma maneira constante como nos ritos propriamente herméticos. O primeiro lugar é reservado ao simbolismo dos números e à sua interpretação kabalística.

As vestimentas do S. S. eram alegóricas das suas funções ou trabalhos particulares. Ele corria risco de morte se apresentasse-se impuro ou mal preparado no interior do Santo dos Santos. Levava campainhas na base do seu hábito, para fazer notar a sua inacção se esta durasse muito tempo; entrava ali arrastando uns cordões compridos atados a ele cujas extremidades ficavam no interior do Templo, e serviam para os Sacerdotes retirar o seu corpo no caso de haver sucumbido.

Os Sacerdotes dos nossos dias conservaram esses cordões, a estola ou receptáculo, a alva, a mitra, etc.

Todos os tempos espirituais foram fundados sobre sete Colunas que são alegóricas dos sete dons do Espírito concedidos ao Homem em seu princípio e cuja faculdade de acção não se pode desenvolver senão através da correspondência directa com o seu quaternário de emanção Divina.

Estas sete Colunas eram representadas no Templo de Salomão pelo candelabro de 7 braços que portavam sete estrelas ou lâmpadas acesas que figuravam os 7 planetas que são as 7 Colunas da Criação Universal. O S. S. transpunha este candelabro segundo as diferentes partes sobre as quais queria operar.

O Homem foi criado em 3 horas, número das essências espirituais que cooperaram na formação dos corpos; prevaricou em 5 horas, número da união do seu quaternário divino à pretensa unidade maléfica; foi incorporado em 6 horas, número do acabamento do Universo que ele devia comandar; e foi arrojado em 9, número da matéria com que foi revestido.

Três palavras poderosas, Mor. Ya. In.²¹⁶, pelas quais ele devia operar o seu poder, com as quais são figuradas leis, preceitos e mandamentos, em virtude das quais opera, dirigido pelo Criador, os três actos de poder que eram inatos nele sobre o geral, o particular e o universal, o terrestre, o celeste e o supraceleste. Porém, ele quis também contra a Vontade do Criador operar sobre o Divino, e perdeu o uso dos seus três poderes. Estes foram-lhe restituídos pela Reconciliação, mas estas três faculdades que estão nele permanecem nele sem acção e sem vida se não forem reactivadas pela potência quaternária Divina que cada um deve trabalhar para o conseguir.

Estas três potências, palavras ou faculdades são figuradas ao Candidato nos seus primeiros graus pelos três sinais traçados nele sobre o coração, o lado direito e sobre a cabeça. A linha perpendicular traçada defronte ao estômago representa a Potência Divina quaternária que a faz o centros dos outros três e sem a qual eles tornam-se nulos.

O Templo de Salomão foi construído (sobre) a Montanha do Monte Mor.²¹⁷, terra elevada por cima de todo o caminho a qual corresponde ao Jardim do Éden, o Paraíso Terrestre, no qual o primeiro homem foi criado²¹⁸, foi elevado sem nenhuma ferramenta de metal para figurar que a Criação Universal proveio da única Vontade e Poder do Criador, e que a sua matéria nada mais sendo do que aparente serve para figurar que o corpo de matéria do primeiro homem, tal como o de Cristo, foi formado sem a ajuda de nenhuma operação física material. Este foi construído em seis anos e dedicou-se o sétimo para figurar os seis Dias ou os seis Pensamentos Divinos que operaram a construção do Universo, e no sétimo, que é o da bênção do Criador à sua Obra, deu-se

²¹⁶ A primeira dessas três palavras é *Moriah* (ver mais adiante), a segunda possivelmente é *Jehovah*, mas não sabemos com que ortografia, e a terceira deverá ser *Inri*.

²¹⁷ *Moriah*, que Martines, no seu *Tratado da Reintegração dos Seres*, escreve *Morija*. “Este termo, diz ele (p. 216), divide-se em duas partes: a primeira, *mor*, significa ‘destruição das formas corpóreas aparentes’, e *ija* significa ‘visão do Criador’”.

²¹⁸ O significado que é dado aqui ao Monte *Moriah* lembra claramente aquele do *Mêru* hindu.

a apresentação da feitura dela pelo G. A. e a incorporação temporal dos agentes maiores emanados para mantê-la e dirigi-la sob a direcção do Espírito Maior ou G. A.²¹⁹

Origens do Sabat, necessidade de observá-lo, maneira de fazê-lo todos os dias e a todas as horas em merecimento da protecção dos 7 agentes principais²²⁰ e do seu chefe, o 8.º. O 8.^{tavo} dirige o 7.^{timo}, o 7.^{timo} dirige e governa a obra de criação senária, sendo o senário destruído pela retirada do 7.^{timo}, depois do qual o 8.^{tavo} reintegrará tudo o que formou.

Os sete selos do Livro do Apocalipse sobre o qual está deitado o Cordeiro ou 8.^{tavo}, o qual é o único que possui a chave.

No interior do Templo de Salomão havia quatro hieróglifos, cada um com um número.

5.ª Instrução **de sexta-feira, 21 de Janeiro de 1774**

À entrada do Templo de Salomão estavam duas colunas iguais de 18 côvados de altura. A da direita chamava-se *Jak*.²²¹, que significa “ele estabelecerá”; a da esquerda chamava-se *Bo*.²²², que significa “confusão”.²²³ A primeira fazia alusão à incorporação do homem em seu corpo natural, e a segunda àquele da mulher. Eram iguais porque o ser espiritual menor do homem e da mulher tendo a mesma origem, a mesma emanação, são iguais e têm o mesmo acto a cumprir. Dividiam-se em três partes, a saber: 10 – 4 – 4. O que se representa no 10 é a correspondência do menor com a Divindade, da circunferência ao centro; no 4, da superfície terrestre à parte celeste; e para o outro 4, da parte celeste à supraceleste.

A palavra *Jak*., “ele estabelecerá”, anuncia o poder de mandar que estava reservado ao Homem em seu princípio. A palavra *Bo*., “confusão”, explica aquilo que resultou da prevaricação do primeiro homem a qual foi uma repetição daquela dos primeiros espíritos que ele devia dominar, molestar, e que lhes podia servir só de intelecto bom, e por sua comunicação com eles inspirar-lhes o arrependimento e desde logo levá-los a cessar de fazer o mal, porém, arrastando o Homem eles privaram-se deste único recurso.

Apesar da sua queda o Homem tem sempre a mesma Obra a cumprir, para a qual foi destinado, e por conseguinte deve trabalhar para a Reconciliação, o único meio de readquirir os seus poderes sobre o Oeste, Norte e Sul que figuram o Terrestre, o Celeste e o Supraceleste, e de voltar a pôr-se em correspondência com o seu quaternário, de molestar incessantemente os espíritos perversos recusando-se aos seus enganos, destruindo sem cessar os seus projectos malignos, e finalmente retomar sobre eles a autoridade que lhe estava reservada, porque se a Misericórdia Divina quiser alguma vez operar algum Bem em seu favor, isso será só pela comunicação do Homem com eles que assim poderão conceber esse anelo, pois o Homem foi estabelecido para este fim e os decretos imutáveis de Deus devem ter os seus complementos. O homem que se entrega à sua vontade contraria os desígnios da Obra do Criador a quem renuncia enquanto eles estiverem com ele, como seu destino principal. Pela junção da vontade e da acção que faz com o seu chefe, torna-se uno com ele e torna-se inferior a ele e ao seu propósito: é provido de um intelecto demoníaco para seduzir e perverter os seus semelhantes pelo seu exemplo, torna-

²¹⁹ Aqui é feita uma distinção entre o *Criador* e o *Grande Arquitecto*, todavia a forma como é explicada mantém-se muito obscura. Portanto, este ponto necessita de um estudo mais aprofundado.

²²⁰ Não deixa de ser bastante curioso observar que a palavra francesa *agens*, “agentes”, possa, por anagrama, ler-se *anges*, “anjos”.

²²¹ *Jakin*.

²²² *Boaz* ou *Booz*.

²²³ Não sabemos donde possa vir essa interpretação, pois o significado literal desta palavra é “na força”.

se mais culpado do que eles mesmos e por conseguinte deve esperar uma sorte pior que a deles, posto que reforça a parte que tinha o encargo de destruir.

O número de confusão da segunda coluna é designado pelo valor binário que tem a primeira letra da palavra *Booz* no alfabeto hebraico.

Ademais estas duas colunas tinham outra aplicação: aquela do Meio-Dia²²⁴ designava a alma do homem ou o menor; aquela do Norte o espírito bom que foi dado para dirigi-lo. Se a parte do Meio-Dia na Criação Universal é aquela onde os espíritos perversos estão mais especialmente relegados, aquela do Norte deve ser habitada por seres competentes encarregados de os conter, o que a Santa Escritura dá frequentemente a entender seja falando do Demónio do Meio-Dia, seja falando do Espírito Santo que ela faz vir sempre do lado do Aquilão²²⁵.

Estas coisas haviam sido figuradas igualmente pelas duas colunas, uma de pedra ou de ladrilho que havia sido elevada na parte do Norte pela posteridade de Seth, e a outra de terra que havia sido elevada na parte do Meio-Dia pela posteridade de Caim. A primeira anunciava a força e a subtileza das obras espirituais. Boa, resistiu às inundações do Dilúvio e foi conservada até muito tempo depois. A outra anunciava a debilidade e a corrupção das obras da matéria, pelo que também era designada pelo número da confusão das suas proporções. Também ela foi destruída pelas águas do Dilúvio.

Era proibido aos filhos de Deus misturarem-se com os filhos dos homens²²⁶. Esta proibição não deve entender-se à letra, materialmente. Não era permitido aos homens desses tempos multiplicarem-se mais do que os outros animais de acordo com as leis físicas da Natureza a que estavam sujeitos, sendo livres de unir-se indistintamente com as mulheres de duas raças, porém estava proibido aos filhos de Deus, ou seja, àqueles que observavam as leis, preceitos e mandamentos de Deus, unir-se com as mulheres que os haviam esquecido ou os menosprezavam, por temor a deixar-se perverter e arrastar ao mesmo esquecimento pelo seu exemplo.

Depois de Adam até ao Dilúvio não contamos mais que duas nações: aquela dos filhos de Seth estabelecida ao Norte chamada de Filhos de Deus, porque a Sua lei era conservada ali, e a de Caim chamada de Filhos dos Homens relegados ao Meio-Dia. As duas nações, pelo lugar do seu estabelecimento, figuravam os espíritos perversos relegados ao Meio-Dia da Criação e o espírito bom na parte do Norte. Não contamos mais que duas nações vindas de Adam porque Abel, o seu segundo filho, não deixou posteridade *material*. Ele não veio senão para operar por sua morte a reconciliação de seu pai Adam e ser o modelo da Regeneração Universal. Caim e a sua posteridade formam o modelo dos primeiros espíritos perversos emanados do seu chefe. Seth e a sua posteridade formam o modelo dos menores ou do segundo Homem emanado, mas tornado o Primogénito na ordem espiritual. É necessário observar que é nesta posteridade de Seth e de Enos²²⁷, seu filho, donde procedem todos os modelos espirituais sobrevivendo entre os homens para a sua instrução até Noé.

Na origem vemos Adam, pai temporal de toda a sua posteridade, fazendo de modelo do Criador, Abel fazendo o de Regenerador, e Seth o do Espírito que instrui e dirige.

Ainda que todos os homens tenham a mesma obra de molestar a cumprir, não significa que seja uma necessidade absoluta para a realização dos decretos do Criador e também da Criação que todos tenham de passar por ela, pois um pequeno número ou um só pode bastar para sofrer isso, como está provado em muitas passagens da Escritura, onde para salvar uma parte considerável Ele contenta-se em encontrar dez Justos, ou até um só da mesma maneira.

²²⁴ Sul (nota do tradutor).

²²⁵ A correspondência indicada no simbolismo maçónico geralmente é inteiramente outra, onde pelo contrário o Norte é designado como a região tenebrosa e o Meio-Dia como a região iluminada.

²²⁶ Frente ao começo deste parágrafo, o manuscrito porta uma cruz na margem.

²²⁷ Enoch (nota do tradutor).

A posteridade dos homens foi salva por Noé, o único Justo encontrado aos olhos do Criador. Noé, na altura do Dilúvio com a idade de 600 anos, fez de modelo do Criador, flutuando sobre as águas e conservando no interior da Arca o gérmen de todas as reproduções animais. Ademais, as dimensões da Arca tinham uma relação sensível com a Criação Universal, a mesma que lembra as três essências espirituais das quais provieram todas as formas corporais. Por suas dimensões de longitude – 300 côvados –, de largura – 50 –, de altura – 30 –, reconhecemos aí o número da Criação, e pelo produto total aquele da confusão proveniente das duas potências em contradição, para sustentá-la por uma parte e libertá-la por outra.

Pelo 5, o número que ocasionou a sua construção.

O Templo de Salomão tinha 60 côvados de longitude, 20 de largura e 30 de altura.

A Arca tinha 20 côvados de longitude, de largura e de altura²²⁸.

O Templo tinha 40 côvados de longitude²²⁹ e 20 de largura.

Diante do Templo, um vestíbulo de 20 côvados de longitude por 20 de largura.

As mesmas relações nas dimensões do Templo de Salomão: largura de 20, longitude de 60, altura de 30, dividido em três pisos ou partes distintas: o Pórtico, o Templo, o Santuário no qual estava o Santo dos Santos, o qual anunciava a correspondência da imensidão Divina com a Terra figurada pelo Pórtico pela mediação do celeste e ...²³⁰.

Depois de Noé houve três nações, a saber: Cam, Sem e Jafet. Cam, o primogénito relegado na parte do Meio-Dia, representa o papel de Caim e dos primeiros espíritos prevaricadores emanados. Sem, pai da posteridade dos Israelitas por [meio de] Abraham, forma o modelo de Seth. Jafet é o pai da terceira nação que é aquela dos Gentios de onde foi a Luz retirada do seu lugar pelo desprezo que lhe deram os Hebreus descendentes de Sem, como castigo do seu abandono da Lei Divina; os Cristãos de hoje ou os Gentios provenientes de Jafet são convertidos, pela pura Misericórdia do Criador, nos primogénitos na ordem da Graça dos descendentes de Sem. Porém, como estes descendentes de Sem foram o povo escolhido pelo Criador para manifestar por ele as suas maravilhas e a sua glória e que os seus decretos devem cumprir-se sempre, no final dos Tempos eles readquirirão os seus direitos, e por uma Reconciliação completa voltarão a ser os primogénitos dos Gentios, os quais pelo abuso das suas luzes, conhecimentos e socorros mereceram ser privados da sua torre, esta que no presente século já começa a manifestar-se.

Os Egípcios provenientes de Cam figuram com o seu Rei, em tudo quanto é relatado a seu respeito nas Santas Escrituras, os espíritos perversos e o seu chefe. A terra do Egipto figura a parte da Criação para onde foram desterrados para operar as suas vontades maléficas, o que ajuda a explicar muitas passagens.

Privados de toda a luz celeste com os seus olhos obscurecidos pela nuvem tenebrosa que os ante a coluna de fogo que ilumina os Justos, cegos prosseguem o caminho que se abre diante deles e são engolidos pelas águas, nessa mesma passagem que pôs os Israelitas a salvo mas precipitou os seus inimigos nos abismos. Os vários acampamentos que fazem no deserto depois dessa passagem, semelhantemente anunciam os trabalhos penosos do menor no círculo sensível. A Lei que ele recebe ao pé do Sinai, não anunciaria o ponto do seu retorno ao seu poder primitivo no círculo visual, e por fim a entrada dos Israelitas na Terra Prometida do menor em lugar da Reintegração espiritual ou o exercício inteiro do seu poder no círculo racional.²³¹

²²⁸ Estas dimensões são evidentemente falsas, ademais em contradição com o que precede.

²²⁹ Sem o pórtico ou vestíbulo.

²³⁰ Sem dúvida “supraceleste”. O final desta frase foi deixado em branco no manuscrito.

²³¹ O manuscrito leva aqui três *etc.*, seguidos da menção “notas a revisar”.

CAPÍTULO XVIII

A GNOSE E A FRANCO-MAÇONARIA

Publicado originalmente em *La Gnose*, Paris, Março de 1910, assinado *Palingenius*

“A Gnose, disse o M.^o. III.^o. I.^o. Albert Pike, é a essência da Franco-Maçonaria”. O que se deve entender aqui por Gnose é o Conhecimento Tradicional que constitui o fundo comum de todas as iniciações, cujas doutrinas e símbolos se transmitiram, desde a Antiguidade mais remota até aos nossos dias, através de todas as Fraternidades Secretas cuja longa cadeia jamais foi interrompida.

Toda a doutrina esotérica não pode transmitir-se senão por uma iniciação, e toda a iniciação compreende necessariamente várias fases sucessivas, as quais correspondem a outros tantos graus diferentes. Esses graus e essas fases podem sempre reduzir-se a três, podendo-se considerá-los como marcando as três idades do iniciado, ou as três épocas da sua educação, e caracterizá-los respectivamente por estas três palavras: nascer, crescer, produzir. Eis aqui o que disse a respeito o I.^o. Oswald Wirth: “A iniciação maçónica tem como fim iluminar os homens, a fim de ensiná-los a trabalhar utilmente em plena conformidade com as próprias finalidades da sua existência. Pois bem, para iluminar aos homens deve-se primeiro despojá-los de tudo que possa impedi-los de ver a Luz. Isto consegue-se submetendo-os a certas purificações destinadas a eliminar as escórias heterogêneas, causa da opacidade das envolturas que servem de cascas protectoras ao núcleo espiritual humano. Uma vez que estas se tornem límpidas, a sua transparência perfeita deixa penetrar os raios da Luz exterior até ao centro consciente do iniciado. Então, todo o seu ser se satura dela progressivamente, até que se converta num Iluminado no sentido mais elevado da palavra, num Adepto, ou dito de outra forma, doravante ele próprio transformado numa lareira irradiante de Luz.

“A iniciação maçónica comporta assim três fases distintas, consagradas sucessivamente ao descobrimento, à assimilação e à propagação da Luz. Estas fases são representadas pelos três graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre, que correspondem à tríplice missão dos Maçons consistindo em procurar primeiro, com o fim de possuir depois, para finalmente poder expandir a Luz.

“O número destes graus é absoluto: não podia haver mais que três, nem mais nem menos, e a invenção dos diferentes sistemas denominados de altos graus assenta unicamente num equívoco que foi feito ao confundir os graus iniciáticos, estritamente limitados ao número de três, com os graus da iniciação, cuja multiplicidade é necessariamente indefinida.

“Os graus iniciáticos correspondem ao tríplice programa perseguido pela iniciação maçónica. Trazem em seu esoterismo uma solução para as três perguntas do enigma da Esfinge: donde vimos? Quem somos? Aonde vamos? Respondem isso a tudo quanto possa interessar ao Homem, sendo imutáveis nas suas características fundamentais formando na sua trindade um todo completo, ao qual nada há a acrescentar nem a retirar: o Aprendizado e o Companheirismo são os dois pilares que suportam o Mestrado.

“Quanto aos graus da iniciação, permitem ao iniciado penetrar mais ou menos profundamente no esoterismo de cada grau, resultando daí um número indefinido de maneiras diferentes de chegar à posse dos três graus de Aprendiz, de Companheiro e de Mestre. Destes pode

não possuir-se mais que a forma exterior, a letra incompreendida, pois na Maçonaria, como em todas as partes, muitos são os chamados e poucos os eleitos, dado que só os iniciados verdadeiros apreendem o espírito íntimo dos graus iniciáticos. Nenhum outro consegue o mesmo êxito, tão-só e apenas sai, como é o mais frequente, da ignorância esotérica, mas sem avançar de modo decisivo para o Conhecimento Integral, para a Gnose Perfeita.

“Esta, figurada na Maçonaria pela letra G.: da Estrela Flamejante, aplica-se simultaneamente ao programa de pesquisas intelectuais e de preparação moral dos três graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre. Com o Aprendizado, ela procura penetrar o mistério da origem das coisas; com o Companheirismo, desvela o segredo da natureza do Homem, e revela, com o Mestrado, os arcanos do destino futuro dos seres. Ensina, ademais, ao Aprendiz a elevar até à sua mais alta potência as forças que porta em si mesmo; mostra ao Companheiro como pode atrair a ele as forças do ambiente, e ensina ao Mestre a reger como soberano a natureza submetida ao ceptro da sua inteligência. Por tudo isto, não se deve esquecer que a iniciação maçónica relaciona-se com a Grande Arte, com a ‘Arte Sacerdotal e Real dos antigos iniciados’.”²³²

Sem pretender tratar aqui a questão tão complexa das origens históricas da Maçonaria, lembramos somente que a Maçonaria moderna, na forma que conhecemos actualmente, resultou de uma fusão parcial dos Rosa-Cruzes, que haviam conservado a doutrina gnóstica desde a Idade Média, com as antigas corporações de Maçons Construtores, cujos utensílios já haviam sido utilizados, por outro lado, como símbolos pelos Filósofos Herméticos, como se vê em particular numa figura de Basílio Valentim²³³.

Porém, de momento deixando de lado o ponto de vista restrito do Gnosticismo, insistimos sobretudo no facto de que a iniciação maçónica, como por outro lado toda a iniciação, tem como fim a obtenção do Conhecimento Integral, que é a Gnose no verdadeiro sentido da palavra. Podemos dizer que é esse mesmo Conhecimento é o que, propriamente falando, constitui realmente o Segredo maçónico, e é por isso que esse Segredo é essencialmente incomunicável.

Para terminar e a fim de descartar todo o equívoco, diremos que, para nós, a Maçonaria não pode nem deve reter-se a nenhuma opinião filosófica particular, pois que não é mais espiritualista que materialista, não é mais deísta que ateuista ou panteísta, no sentido dado vulgarmente a essas diversas denominações, porque ela deve ser pura e simplesmente a Maçonaria. Cada um dos seus membros, entrando no Templo, deve despojar-se da sua mentalidade profana e abstrair-se de tudo o que é estranho aos princípios fundamentais da Maçonaria, princípios sobre os quais todos devem unir-se para trabalhar em comum na Grande Obra da Construção Universal.

²³² *L'Initiation Maçonnique*, artigo publicado em *L'Initiation*, 4.º ano, n.º 4, Janeiro de 1891.

²³³ Ver a respeito *Le Livre de l'Apprenti*, pelo I.: Oswald Wirth, páginas 24 a 29 da nova edição.

CAPÍTULO XIX

A ORTODOXIA MAÇÓNICA

Publicado originalmente em *La Gnose*, Paris, Abril de 1910, assinado *Palingenius*

Tem-se escrito tanto sobre a questão da regularidade maçónica, tem-se dado tantas definições diferentes e inclusive contraditórias, que este problema, longe de ficar resolvido, de facto talvez não tenha ficado senão ainda mais obscuro. Parece que tem sido mal exposto, pois constantemente tende-se a fundamentar a dita regularidade sobre considerações puramente históricas, apoiando-se na prova, verdadeira ou suposta, de uma transmissão ininterrupta de poderes desde uma época mais ou menos afastada. Ora bem, é preciso confessar que, por esse ponto de vista, seria fácil encontrar algumas irregularidades na origem de todos os Ritos praticados actualmente. Pensamos que tudo isso está longe de ter a importância que alguns, por diversas razões, têm querido atribuir-lhe, e que a verdadeira regularidade reside essencialmente na ortodoxia maçónica, e que esta ortodoxia consiste antes de tudo em seguir fielmente a Tradição, em conservar cuidadosamente os símbolos e as formas rituais que expressam esta Tradição e que são como a sua roupagem, e em rechaçar toda a inovação suspeitosa de modernidade. É de propósito que empregamos aqui a palavra modernidade, para designar essa tendência demasiado difundida que, na Maçonaria como em todas as partes, caracteriza-se pelo abuso da crítica, a recusa do simbolismo e a negação de tudo aquilo que constitui a Ciência Esotérica e Tradicional.

No entanto, não queremos dizer com isso que a Maçonaria para ser ortodoxa deva cingir-se a um formalismo estreito, em que o ritual deva ser algo absolutamente inflexível, dentro do qual não se possa acrescentar nem suprimir nada sem fazer-se credor de algum tipo de sacrilégio. Isso seria dar prova de um dogmatismo resultando de todo estranho e até contrário ao espírito maçónico. A Tradição não exclui de modo algum a evolução nem o progresso, os rituais podem e devem ser modificados todas as vezes que seja necessário para os adaptar às condições variadas do tempo e do lugar, porém, bem entendido, unicamente na medida em que essas modificações não afectem nenhum aspecto essencial. A mudança nos detalhes do ritual importa pouco sempre, desde que o ensinamento iniciático que se desprende deles não sofra nenhuma alteração, e isso não traria graves inconvenientes à multiplicidade de Ritos, talvez até trouxesse algumas vantagens, se desgraçadamente não tivesse muito constantemente como consequência, servindo de pretexto a enojosas dissensões entre Obediências rivais, o comprometer a unidade, que se quer ideal, porém contudo real, da Maçonaria Universal.

O lamentável é, sobretudo, verificar demasiado constantemente num grande número de Maçons a sua ignorância completa do simbolismo e da sua interpretação esotérica, o abandono dos estudos iniciáticos sem os quais o Rito não é senão um acúmulo de cerimónias vazias de sentido, como nas religiões exotéricas. Neste sentido há hoje em dia, particularmente em França e na Itália, negligências verdadeiramente imperdoáveis; podemos referir, por exemplo, aquela que cometem os Mestres que renunciam a levar avental, apesar de, como recentemente o demonstrou bem o M.^o II.^o I.^o Dr. Blatin num comunicado que devia estar presente na memória de todos os II.^o., o avental ser a verdadeira indumentária do Maçom, enquanto o colar não é mais que o seu adorno. Algo ainda mais grave é a supressão ou a simplificação exagerada das provas iniciáticas e a sua substituição pelo enunciado de fórmulas quase insignificantes, e a este respeito não podemos fazer nada melhor do que reproduzir umas linhas que ao mesmo tempo dão-nos uma definição geral do

simbolismo, as quais consideramos perfeitamente correctas: “O simbolismo maçónico é a forma sensível de uma síntese filosófica de ordem transcendente ou abstracta. As concepções que representam os símbolos da Maçonaria não podem dar lugar a nenhum tipo de ensinamento dogmático: elas escapam às fórmulas concretas da linguagem falada e deixam-se absolutamente traduzir por palavras. São, como se diz muito justamente, os Mistérios que se subtraem à curiosidade do profano, ou seja, as Verdades que o espírito não pode alcançar senão depois de ter sido cabalmente preparado. A preparação para o entendimento dos Mistérios é alegoricamente posta em cena nas iniciações maçónicas pelas provas dos três graus fundamentais da Ordem. Contrariamente ao que alguém imaginou, estas provas não têm absolutamente como objectivo o fazer ressurgir a coragem ou as qualidades morais do recipiendário, elas figuram um ensinamento que o pensador deverá aperceber, e logo meditar, no transcurso de toda a sua carreira de iniciado”.

Vemos nisso que a ortodoxia maçónica, tal como a definimos, refere-se ao conjunto do simbolismo considerado como um todo harmónico e completo, e não exclusivamente a este ou aquele símbolo em particular, inclusive a uma fórmula como A.°. G.°. D.°. G.°. A.°. D.°. U.°. ²³⁴, da qual às vezes tem-se querido fazer uma característica da Maçonaria Regular, como se ela pudesse constituir por si mesma uma condição necessária e suficiente de regularidade cuja supressão, depois de 1877, foi constantemente reprovada à Maçonaria Francesa. Aproveitamos esta oportunidade para protestar energicamente contra uma campanha muito mais ridícula que odiosa, sem cabimento dirigida desde há algum tempo contra essa última na própria França, em nome de um pretenso espiritualismo que não tem razão de ser neste caso, por certas pessoas que se revestem de qualidades maçónicas mais que duvidosas. Se essas pessoas, a quem não queremos dar a honra de citar, acreditam que com os seus procedimentos asseguram o triunfo da pseudo-Maçonaria que elas mesmas tratam de espalhar inutilmente sob variadas etiquetas, enganam-se estranhamente.

Não queremos tratar aqui, pelo menos de momento, da questão do G.°. A.°. D.°. U.°. Este assunto foi, nos últimos números de *A Acácia*, objecto de uma discussão muito interessante entre os II.°. Oswald Wirth e Ch. M. Limousin, mas desgraçadamente a discussão foi interrompida pela morte desse último, morte que foi um golpe para toda a Maçonaria. Seja como for, diremos somente que o símbolo do G.°. A.°. D.°. U.°. não é em absoluto a expressão de um dogma, e que se for compreendido como se deve pode ser aceite por todos os Maçons, sem distinção de opiniões filosóficas, pois isso não implica absolutamente o reconhecimento por sua parte de um Deus qualquer, como se tem acreditado muito frequentemente. É lamentável que a Maçonaria Francesa tenha-se equivocado a esse respeito, porém é justo reconhecer que com isso não fez mais do que compartilhar de um erro muito generalizado. Se conseguir-se dissipar essa confusão, todos os Maçons compreenderão que, invés de suprimir ao G.°. A.°. D.°. U.°, é preciso, como disse o I.°. Oswald Wirth nas conclusões a que aderimos inteiramente, procurar fazer-se uma ideia racional do mesmo, e dessa maneira tratá-lo como a todos os demais símbolos iniciáticos.

Esperamos que chegue o dia não muito longe em que se estabeleça o acordo definitivo sobre os princípios fundamentais da Maçonaria e sobre os aspectos essenciais da doutrina tradicional. Todos os ramos da Maçonaria Universal voltarão então à verdadeira ortodoxia, da qual alguns se afastaram um pouco, e todos se unirão por fim para trabalhar na realização da Grande Obra que é o cumprimento integral do Progresso em todos os domínios da actividade humana.

²³⁴ À Glória do Grande Arquitecto do Universo (nota do tradutor).

CAPÍTULO XX

OS ALTOS GRAUS MAÇÓNICOS

Publicado originalmente em *La Gnose*, Paris, Maio de 1910, assinado *Palingenius*

Vimos, num estudo precedente, que comportando a iniciação maçónica três fases sucessivas não pode haver nela mais que três graus, que representam essas fases, e disso parece resultar que todos os sistemas de altos graus são completamente inúteis, pelo menos teoricamente, posto que os rituais dos três graus simbólicos descrevem, no seu conjunto, o ciclo completo da iniciação. De facto, sendo simbólica a iniciação maçónica forma a Maçons que não são senão símbolos dos verdadeiros Maçons, e tão-só lhes traça o programa das operações que terão de efectuar para chegar à iniciação real. Era para este último fim que tendiam, pelo menos originalmente, os diversos sistemas de altos graus, que parecem ter sido instituídos precisamente para realizar na prática a Grande Obra da qual a Maçonaria ensinava a teoria.

Contudo, há que reconhecer que bem poucos desses sistemas alcançavam realmente o fim a que se propunham, pois na maioria deles encontram-se incoerências, lacunas, redundâncias e mesmo alguns desses rituais são de valor iniciático muito débil, sobretudo quando se os compara com os dos graus simbólicos. Esses defeitos são, por outro lado, muito mais notórios quanto maior o número de graus que o sistema comporta, e se é já assim no Escocismo de 25 e 33 graus, como será nos Ritos de 90, 97 ou inclusive 120 graus? Esta multiplicidade de graus é tanto mais inútil quando se está obrigado a conferi-los por séries. No século XVIII, cada um quis inventar um sistema para si, sempre enxertado, entenda-se bem, da Maçonaria Simbólica, da qual não se fazia mais do que desenvolver os princípios fundamentais, interpretados demasiado frequentemente no sentido das concepções pessoais do autor, como se vê em quase todos os Ritos Herméticos, Kabalísticos e Filosóficos, e nas Ordens de Cavalaria e de Iluminismo. Daí nasceu, com efeito, essa prodigiosa diversidade de Ritos dos quais muitos nunca existiram senão no papel, sendo quase impossível desembrulhar a história deles. Todos os que tentaram pôr um pouco de ordem nesse caos acabaram desistindo, excepto quando, por uma razão qualquer, preferiram dar às origens dos altos graus explicações mais ou menos fantásticas, às vezes inclusive totalmente fabulosas.

A esse respeito, não assinalaremos as asserções pretensamente históricas que encontramos em diversos autores, porém, em todo o caso o certo é que, contrariamente ao que se pretende frequentemente, o cavalheiro Ramsay não foi o inventor dos altos graus, e se foi responsável por eles só terá sido indirectamente, posto os que conceberam o sistema do Escocismo inspirarem-se num discurso seu pronunciado em 1737, onde primeiro relacionou a Maçonaria aos Mistérios da Antiguidade, e logo a seguir às Ordens religiosas e militares da Idade Média. Porém, Ramsay é tampouco o autor dos rituais dos graus escoceses como Elias Ashmole o é dos graus simbólicos, como o queria uma opinião admitida muito geralmente reproduzida por Ragon, dentre outros historiadores. "Elias Ashmole, sábio antiquário, adepto do Hermetismo e dos conhecimentos secretos então em voga, foi recebido como Maçom a 16 de Outubro de 1646 em Warrington, pequena cidade do condado de Lancaster. Não reapareceu em Loja senão passados 35 anos, a 16 de Março de 1682, pela segunda e última vez na sua vida, como testemunha no seu diário que nunca deixou de escrever dia após dia com escrupulosa minuciosidade"²³⁵.

²³⁵ Oswald Wirth, *O Livro do Aprendiz*, página 30 da segunda edição.

Por outra parte, nós pensamos que os rituais iniciáticos não podem ser considerados como a obra de uma ou de várias individualidades determinadas, mas que foram construídos progressivamente por um processo que nos é impossível precisar, que escapa a toda a definição. Pelo contrário, os rituais daqueles altos graus que são quase insignificantes, apresentam todas as características de uma composição fictícia, artificial, criadas em todas as suas peças pela mentalidade de um indivíduo. Em resumo, sem deter-nos em considerações de muito pouco interesse, basta considerar todos os sistemas, no seu conjunto, como as diversas manifestações da tendência realizadora de homens que não se contentavam com a pura teoria, e querendo passar à prática, esqueciam muito frequentemente que a iniciação real deve necessariamente ser em grande parte pessoal.

Quisemos dizer aqui simplesmente o que pensamos da instituição dos altos graus e da sua razão de ser, que consideramos como tendo uma utilidade prática incontestável, porém com a condição, desgraçadamente muito poucas vezes realizada, sobretudo hoje em dia, de que cumpram verdadeiramente o fim para que foram criados. Para isso, faz falta que as Oficinas dos altos graus sejam reservadas aos estudos filosóficos e metafísicos, demasiado descuidados nas Lojas simbólicas, pois nunca se deveria esquecer o carácter iniciático da Maçonaria que não é nem pode ser, ao contrário de quem o disse, nem um clube político nem uma associação de socorros mútuos. Sem dúvida que não se pode comunicar o que é inexprimível por essência, e com isso os verdadeiros arcanos defendem-se por si mesmos contra toda a indiscrição, no entanto pelo menos pode-se dar as chaves que permitirão a cada um obter a iniciação real pelos seus próprios esforços e a sua meditação pessoal, e pode-se também, segundo a tradição e a prática constantes dos Templos e dos Colégios Iniciáticos de todos os tempos e de todos os países, colocar aquele que aspira à iniciação nas condições mais favoráveis de realização. Não nos estenderemos mais tempo sobre este assunto, pensando ter dito o suficiente para fazer entrever o que poderiam ser os altos graus maçónicos se, em vez de querer suprimi-los pura e simplesmente, fizesse deles uns centros iniciáticos verdadeiros, encarregados de transmitir a Ciência Esotérica e de conservar o depósito sagrado da Tradição ortodoxa, una e universal.

CAPÍTULO XXI

ACERCA DO GRANDE ARQUITECTO DO UNIVERSO

Publicado originalmente em *La Gnose*, Paris, n.º de Julho-Agosto de 1911, assinado *Palingenius*

Perto do final de um nosso estudo precedente²³⁶, aludimos a certos astrónomos contemporâneos a quem às vezes ocorre sair do domínio que lhes é próprio para dar-se a digressões tingidas de uma filosofia que certamente não será injusto assinalar como totalmente sentimental, pois é essencialmente poética na sua expressão. Quem diz sentimentalismo diz sempre antropomorfismo, pois que este é de vários tipos, e o abordado neste particular foi aquele que primeiro se manifestou como uma reacção contra a cosmogonia geocêntrica das religiões reveladas e dogmáticas, acabando por desembocar nas sistemáticas e estreitas concepções de sábios que querem limitar o Universo à medida da sua compreensão actual²³⁷, por um lado, e por outro lado, a partilha de crenças pelo menos tão singulares e tão pouco racionais (na própria razão do seu carácter de crenças sentimentais) como aquelas que pretendem substituir²³⁸. Sobre um e outro desses dois produtos da mesma mentalidade, teremos igualmente que voltar a abordá-los, sendo bom comprovar que às vezes se unem e nisto basta lembrar, para dar um exemplo, a famosa “religião positivista” que Auguste Comte instituiu perto do fim da sua vida. Mas não se creia, por outro lado, que somos absolutamente hostis aos positivistas, pelo contrário, temos por eles, quando são estritamente positivistas²³⁹ e apesar do seu positivismo ficar forçosamente incompleto, uma estima muito diferente da que sentimos pelos filósofos doutrinários modernos, quer se declarem monistas ou dualistas, espiritualistas ou materialistas.

Porém voltemos aos nossos astrónomos. De entre eles, um dos mais conhecidos do grande público (e só por este motivo o citamos antes de qualquer outro que até possua um valor científico muito superior) é sem dúvida Camille Flammarion, a quem vemos, inclusive naquelas suas obras que deveriam ser puramente astronómicas, dizer coisas como estas:

“... se os mundos morressem para sempre, se os sóis uma vez extintos não mais se acendessem, é provável que já não houvesse estrelas no céu.

“E isso porquê?

²³⁶ Ver *O Simbolismo da Cruz*, *La Gnose*, 2.º ano, n.º 6, p. 166. Eis aqui a passagem em questão: “Se nos é impossível admitir o ponto de vista estreito do geocentrismo, tampouco aprovamos essa espécie de lirismo científico, ou que se diz tal e parece agradar sobretudo a certos astrónomos, onde constantemente é tratado o “espaço infinito” e o “tempo eterno”, que são puras absurdidades. Não se deve ver nisso, como demonstraremos em outro lugar, mais que outro aspecto da tendência para o antropomorfismo”.

²³⁷ “O Homem é a medida de todas as coisas”, disse um filósofo grego. Porém, é evidente que isso deve na realidade entender-se não como o homem individual contingente e sim como o Homem Universal.

²³⁸ Citamos como exemplo, para não sair dos conceitos sugeridos directamente pela Astronomia, a estranha teoria da migração do ser individual através dos sistemas planetários, na qual há um erro de todo análogo ao da reencarnação. Ver a este respeito *La Gnose*, 2.º ano, n.º 3, p. 94: “Uma limitação da Possibilidade Universal é, no sentido próprio da palavra, uma impossibilidade. Por outro lado, vimos que isso exclui a teoria reencarnacionista, como igualmente o “eterno retorno” de Nietzsche e a repetição simultânea no espaço de indivíduos supostamente idênticos, como a imagina Blanqui”. Acerca da exposição desse conceito, além das obras de Flammarion, ver Figuier, *O Amanhecer da Morte ou a Vida futura segundo a Ciência*.

²³⁹ Porém, bem entendido, se o positivista quer ser sempre lógico consigo mesmo nunca deverá tomar, seja de que maneira for, uma atitude negativa sistemática (pois quem diz negação diz limitação, e vice-versa).

“Porque a criação é tão antiga que podemos considerá-la como eterna no passado²⁴⁰. Desde a época da sua formação, os inumeráveis sóis do espaço tiveram muito tempo para extinguir-se. Com relação à eternidade passada (*sic*), não há mais que os novos sóis que brilham. Os primeiros estão extintos. A ideia de sucessão impõe-se, pois, por si mesma ao nosso espírito²⁴¹.”

“Qualquer que seja a crença íntima que cada um de nós tenha adquirido na sua consciência sobre a natureza do Universo, é impossível admitir a antiga teoria de uma criação feita de uma vez por todas²⁴². Não é a ideia de Deus não é, por si mesma, sinónima da ideia de Criador? Desde o momento que Deus existe, Ele cria. Se não tivesse criado mais que uma só vez, já não haveria sóis na imensidão, nem planetas impulsionando ao redor deles a luz, o calor, a electricidade e a vida²⁴³. É preciso, com absoluta necessidade, que a criação seja perpétua²⁴⁴. E se Deus não existisse a antiguidade, a eternidade do Universo se imporia com maior força ainda²⁴⁵.”

O autor declara que a existência de Deus “não é mais que uma questão de filosofia pura e não de ciência positiva”, o que não o impede de querer demonstrar em outro lugar²⁴⁶, se não cientificamente pelo menos com argumentos científicos, essa mesma existência de Deus, ou antes de um deus, deveremos dizer, e um deus muito pouco luminoso²⁴⁷, posto não ser mais do que um aspecto do Demiurgo. É o próprio autor quem o declara, ao afirmar que para ele “a ideia de Deus é sinónima da de Criador”, e quando fala de criação trata-se sempre e só do mundo físico, ou seja, daquele contido no espaço que os astrónomos têm possibilidades de explorar com os seus telescópios²⁴⁸. Além disso, há sábios que se afirmam ateus somente por lhes ser impossível fazer outra concepção do Ser Supremo além da citada, a qual repugna fortemente à sua razão (o que pelo menos testemunha a favor desta), porém Flammarion não está entre esses, posto que, pelo contrário, não perde oportunidade de fazer uma profissão de fé deísta. Aqui mesmo, sobretudo após a passagem que citámos atrás, é levado, por considerações tomadas de uma filosofia totalmente atomista, a formular esta conclusão: “A vida é universal e eterna”²⁴⁹. Ele pretende ter chegado a essa conclusão somente pela ciência positiva (por meio de muitas hipóteses!), no entanto é bastante singular que essa mesma conclusão seja desde há bastante tempo afirmada e ensinada dogmaticamente pelo Catolicismo, como surgida exclusivamente do domínio da fé²⁵⁰. Se a ciência

²⁴⁰ É um conceito singular de uma suposta eternidade temporal, composta de durações sucessivas que parece partir-se em duas metades, uma passada e outra futura, mas na realidade isso não é mais que o indefinível da duração à qual corresponde a imortalidade humana. Teremos ocasião de volta a essa ideia de uma pseudo-eternidade divisível e às consequências que alguns filósofos contemporâneos têm pretendido tirar dela.

²⁴¹ É quase supérfluo chamar a atenção para a quantidade de puras hipóteses que acumulam numas poucas linhas.

²⁴² Pergunta-se em nome de que princípio se proclama esta impossibilidade, a partir do momento que se trata de uma crença (a palavra está aí), ou seja, de algo que não surge senão da consciência individual. (René Guénon parece esquecer muito propositadamente aqui, talvez por sua aversão à Teosofia onde Flammarion militava, os tradicionais “sete Dias da Criação” aceites pelas três religiões do Livro que dispõe a Criação não como algo espontâneo criado de uma só vez e sem mais nada a criar, mas como um processo escatológico de Criação paulatina ou por fases sucessivas de cada vez maior aperfeiçoamento do Universo manifestado. – Nota do tradutor).

²⁴³ Resulta visivelmente desta frase que, para o autor, Deus tem um começo e está submetido ao Tempo assim como ao Espaço. (A partir do momento que se manifesta no Mundo das Formas, sim, Deus fica sujeito ao Tempo e ao Espaço, e nisto reside o Mistério da “Divina Incarnação”. – Nota do tradutor).

²⁴⁴ Porém perpétuo, que não implica mais que a duração indefinida, não é sinónimo de eterno, e uma antiguidade, por maior que seja, não tem nenhuma relação com a eternidade.

²⁴⁵ *Astronomia popular*, pp. 380 e 381.

²⁴⁶ *Deus na Natureza, ou o Espiritualismo e o Materialismo ante a Ciência moderna*.

²⁴⁷ Sabe-se que a palavra *Deus* deriva do sânscrito *Deva* que significa “luminoso”, entendendo-se tratar-se aqui da Luz espiritual e não da luz física que é o seu símbolo.

²⁴⁸ Com efeito, a ciência moderna não admite, pelo menos em princípio, mais que o susceptível de ficar sob o controle de um ou vários dos cinco sentidos físicos. Pelo seu ponto de vista estreitamente especializado, todo o resto do Universo é pura e simplesmente considerado como inexistente.

²⁴⁹ *Astronomia popular*, p. 387.

²⁵⁰ Voltaremos a essa questão da “vida eterna”, mas por agora e desde já podemos indicar que essa pretensa eternização de uma existência individual contingente não é mais que a consequência de uma confusão entre a eternidade e a

e a fé estivessem reunidas pela mesma exactidão, não valeria a pena repreender com tanta aspereza a essa religião as moléstias que Galileu teve que sofrer outrora da parte dos seus representantes, por ter ensinado a rotação da Terra e a sua revolução em redor do Sol, opiniões contrárias a um geocentrismo que se queria então apoiar sobre a interpretação exotérica (e errónea) da Bíblia. Porque será que na nossa época os mais ardentes defensores dessa (pois ainda os há) talvez já não se encontrem entre os fiéis das religiões reveladas?²⁵¹

Vendo Flammarion misturar assim o sentimentalismo com a ciência sob o pretexto de “espiritualismo”, não ficamos surpreendidos de ter chegado muito rapidamente a um “animismo” que, como o de um Crookes, de um Lombroso (no final da sua vida) ou de um Richet (outros tantos exemplos do fracasso da ciência experimental tão cara à mentalidade formada desde há muito tempo no Ocidente pela influência das religiões antropomórficas), não difere do espiritismo vulgar senão na forma, para salvar as aparências “científicas”. Porém o que poderá surpreender mais, se pensar-se que a concepção de um Deus individual, ainda mais que “pessoal”, não pode satisfazer todas as mentalidades, nem inclusive todas as sentimentalidades, o que talvez possa surpreender mais, dizíamos, é encontrar esta mesma “filosofia científica”, sobre a qual Flammarion edificou o seu neo-espiritualismo, exposta em termos quase idênticos pela pena de outros sábios que dela se serviram para justificar, pelo contrário, uma concepção materialista do Universo. Bem entendido, não podemos dar mais razão a uns que a outros, pois o espiritualismo ou o “vitalismo” ou o “animismo” de uns, são tão estranhos à pura metafísica como o materialismo e o “mecanicismo” de outros, todos fazendo igualmente concepções limitadas do Universo, apesar de maneira diferente²⁵², todos tomando pelo infinito e a eternidade o que na realidade não é mais que o indefinível espacial e o indefinível temporal. “A criação desenvolve-se no infinito e na eternidade”, escreve com efeito Flammarion²⁵³, sabemos nós do sentido restrito de como entende a Criação. Deixemo-lo com essa afirmação e vamos agora, sem mais demora, ao que é a causa do presente estudo.

Em *A Acácia* de Março de 1911, apareceu um artigo do I. M. I. Nergal sobre “*O problema do Grande Arquitecto do Universo*”, problema que fora tratado anteriormente²⁵⁴ na mesma revista pelo malogrado I. Ch. M. Limousin e pelo I. Oswald Wirth, tendo nós comentado algo a esse respeito faz mais de um ano²⁵⁵.

Pois bem, se citámos Flammarion como simples exemplo da tendência neo-espiritualista de certos sábios contemporâneos, podemos muito bem tomar o I. Nergal como exemplo da tendência materialista de certos outros. Com efeito, ele afirma-se claramente como tal, recusando todas as outras denominações (como a de “monista”, especialmente) que poderiam dar lugar a algum equívoco, sabendo-se que na realidade os verdadeiros materialistas são muito pouco numerosos. Ademais é-lhes muito difícil conservar sempre uma atitude estritamente lógica: apesar

imortalidade. Por outro lado, essa ilusão é mais facilmente desculpável, em certa medida, que a dos espiritistas e outros psiquistas que acreditam puder demonstrar a imortalidade “cientificamente”, ou seja, experimentalmente, apesar da experiência não puder provar nada mais que a sobrevivência de alguns elementos da individualidade após a morte do elemento corporal físico. Convém acrescentar que, do ponto de vista da ciência positiva, essa mesma sobrevivência de elementos “materiais” está ainda muito longe de encontrar-se solidamente estabelecida, apesar das pretensões de diversas escolas neo-espiritualistas.

²⁵¹ Referimo-nos aqui especialmente a certos grupos de ocultistas, cujas teorias são por outra parte demasiado pouco sérias para que se lhes dedique o menor desenvolvimento. Esta simples indicação certamente bastará para pôr os nossos leitores de sobreaviso contra elucubrações desse género.

²⁵² Haveria curiosas observações a fazer sobre as diferentes limitações do Universo concebidas pelos sábios e filósofos modernos. Este é um assunto que talvez tratemos algum dia.

²⁵³ *Astronomia popular*, p. 211.

²⁵⁴ Em 1908.

²⁵⁵ Ver o artigo (agora capítulo) *A Ortodoxia Maçónica*.

de acreditarem ser espíritos rigorosamente científicos²⁵⁶, a sua concepção do Universo não é senão uma visão filosófica como qualquer outra na construção da qual entra um bom número de elementos de ordem sentimental. Entre eles há inclusive aqueles que vão tão longe no sentido da preponderância permitida (pelo menos na prática) ao sentimentalismo sobre a intelectualidade, que podem encontrar-se casos de verdadeiro misticismo materialista. Não é, com efeito, um conceito eminentemente místico e religioso o de uma moral absoluta (ou que se diz como tal), capaz de exercer sobre a mentalidade de um materialista uma influência tão poderosa a ponto de fazê-lo confessar que apesar de não ter nenhum motivo racional para ser materialista ainda assim continua sendo-o, unicamente porque é “mais belo” “fazer o bem” sem esperança de alguma possível recompensa? Essa é, sem dúvida, uma dessas “razões” que a razão ignora, porém acreditamos que o próprio I. Nergal ao dar uma grande importância às considerações de ordem moral não renega inteiramente o valor desse argumento²⁵⁷.

Seja como for, no artigo que acabámos de referir o I. Nergal define o Universo como “o conjunto dos mundos que gravitam através dos infinitos (*sic*)”²⁵⁸. Não parece estar ouvindo a Flammarion? Foi precisamente uma afirmação equivalente a essa que já reparámos nesse último, e fazemos a observação para pôr em evidência a semelhança de certas concepções entre homens que, devido às suas respectivas tendências individuais, deduzem doutrinas filosóficas diametralmente opostas.

Pensamos que o problema do Grande Arquitecto do Universo, por outro lado estreitamente ligado às considerações precedentes, é daqueles aos quais é bom voltar de vez em quando, e posto que o I. Nergal deseja que o seu artigo dê lugar a respostas, vamos expor aqui algumas das reflexões que nos sugeriu mas sem nenhuma pretensão dogmática, bem entendido, pois a interpretação do simbolismo maçónico nunca poderia admiti-la²⁵⁹.

Já dissemos que para nós o Grande Arquitecto do Universo constitui unicamente um símbolo iniciático, que deve ser tratado como todos os outros símbolos, do qual antes de tudo deve procurar-se fazer uma ideia racional²⁶⁰, quer dizer, um conceito nada tendo em comum com aquele do Deus das religiões antropomórficas, que é não só irracional como inclusive antirracional²⁶¹. Se todavia pensamos que “cada um pode dar a este símbolo o significado da sua própria concepção filosófica” ou metafísica, estamos longe de o assimilar a uma ideia tão vaga e insignificante como “O Incognoscível” de Herbert Spencer, ou noutros termos, “ao que a ciência não pode alcançar”, sendo bem certo que, como diz com razão o I. Nergal, “se ninguém contesta que existe o desconhecido²⁶², absolutamente nada autoriza-nos a pretender, como alguns fazem, que esse

²⁵⁶ Se realmente o fossem limitar-se-iam a ser unicamente positivistas, sem se preocuparem tanto com o materialismo como com o espiritualismo, pois as afirmações (e também as negações) de um e de outro ultrapassam o alcance da experiência sensível.

²⁵⁷ No mesmo artigo aqui tratado, o I. Nergal fala do “ideal de beleza e sentimento que têm em perspectiva as sinceridades das fortes e profundas convicções fundadas sobre os métodos e disciplinas científicas”, sinceridades que ele opõe à “do espiritualismo do I. G...”, fruto natural da sua educação literária.

²⁵⁸ Poderia acreditar-se haver aqui uma universalização excessiva da lei da gravidade, se não se soubesse que, tanto para o autor como para Flammarion, trata-se exclusivamente do Universo físico, dependente do domínio da Astronomia, que é um dos elementos da Manifestação Universal de modo algum infinito, menos ainda abarcando uma pluralidade de infinitos, cuja coexistência é por outro lado uma pura e simples impossibilidade (ver “*O Demiurgo*” em *La Gnose*, ano 1, n.º 1, p. 8).

²⁵⁹ Ver o capítulo *A Ortodoxia Maçónica* (citação do *Ritual interpretativo para o Grau de Aprendiz*).

²⁶⁰ *Idem*.

²⁶¹ O que dizemos aqui do antropomorfismo pode aplicar-se igualmente ao sentimentalismo em geral, e ao misticismo em todas as suas formas. (O autor refere-se aqui ao pietismo religioso onde basta crer para ser, tônica comum a todas as formas de gurulatria. – Nota do tradutor).

²⁶² Isto, bem entendido, em relação às individualidades humanas consideradas no seu estado actual. Porém, “desconhecido” não quer dizer necessariamente “incognoscível”: nada é incognoscível quando todas as coisas são consideradas pela perspectiva da universalidade.

desconhecido represente um espírito, uma vontade”. Sem dúvida “o desconhecido retrocede” e pode retroceder indefinidamente, é pois limitado, o que vem a significar não constituir mais que uma fracção da universalidade. Portanto, tal concepção nunca poderia ser a do Grande Arquitecto do Universo, que deve, para ser verdadeiramente universal, implicar todas as possibilidades particulares contidas na unidade harmónica do Ser Total²⁶³.

O I.º Nergal tem ainda razão quando diz que frequentemente “a fórmula do Grande Arquitecto não corresponde mais que a um vazio absoluto, inclusive entre os que são partidários dela”, porém é pouco verosímil que tenha ocorrido o mesmo entre os que a criaram, pois esses terão querido inscrever no frontão do seu edifício iniciático algo mais que uma palavra vazia de sentido. Para adivinhar o seu pensamento, basta evidentemente perguntar-se o que significa tal palavra em si mesma, e é precisamente por essa perspectiva que a vimos como a mais apropriada para o uso que se faz dela, tanto que corresponde admiravelmente ao conjunto do simbolismo maçónico ao qual domina e ilumina por inteiro, como a concepção ideal que preside à construção do Templo Universal.

O Grande Arquitecto, com efeito, não é o Demiurgo, é algo mais, infinitamente mais, pois representa uma concepção muitíssimo mais elevada: Ele traça o plano ideal²⁶⁴ que é realizado em acto, ou seja, manifestado em seu desenvolvimento indefinido (porém não infinito) pelos seres individuais que estão contidos (como possibilidades particulares, elementos dessa manifestação sendo ao mesmo tempo seus agentes) em seu Ser Universal, e é a colectividade desses seres individuais, considerada em seu conjunto, que na realidade constitui o Demiurgo, o Artesão ou o Obreiro do Universo²⁶⁵. Esta concepção do Demiurgo, que é a que já expusemos num estudo anterior, corresponde na Kaballah ao “Adam Protoplastos” (Primeiro Formador)²⁶⁶, enquanto o Grande Arquitecto é idêntico ao “Adam Kadmon”, ou seja, o Homem Universal²⁶⁷.

Isso basta para marcar a diferença profunda que existe entre o Grande Arquitecto da Maçonaria, por uma parte, e por outra, os deuses das diversas religiões, que não são mais que os diversos aspectos do Demiurgo. Por outro lado, está errado como ao Deus antropomórfico dos cristãos exotéricos o I.º Nergal identifica *Jehovah*, ou seja, o Hierograma do próprio Grande Arquitecto do Universo (cuja ideia, apesar dessa designação nominal, permanece muito mais indefinida do que o autor possa inclusive supor), e *Allâh*, outro Tetragrama cuja composição hieroglífica designa muito claramente o Princípio da Construção Universal²⁶⁸. Tais símbolos não são de nenhum modo personificações, muito menos quando é proibido representá-los por qualquer figura.

Por outro lado e após o que acabamos de dizer, repara-se que na realidade não se tem feito mais que querer substituir a fórmula usada antigamente, “À Glória do Grande Arquitecto do

²⁶³ Não se deve esquecer que, como já assinalámos muitas vezes, a possibilidade material não é mais que uma dessas possibilidades particulares, e que existe uma *indefinida* quantidade de outras, cada uma delas sendo igualmente susceptível de um desenvolvimento indefinido na sua manifestação, ou seja, passando da potência ao acto (ver particularmente *O Simbolismo da Cruz* em *La Gnose*, 2.º ano, n.º 2).

²⁶⁴ “O Arquitecto é aquele que concebe o edifício, o que dirige a sua construção”, disse o próprio I.º Nergal, e neste ponto estamos ainda perfeitamente de acordo com ele. No entanto, se nesse sentido pode dizer-se que ele é verdadeiramente o “autor da obra”, torna-se evidente que não é materialmente (ou formalmente, de uma maneira mais genérica) o “criador”, pois o arquitecto que traça o plano não deve ser confundido com o obreiro que o executa. Esta é exactamente, noutra perspectiva, a diferença existente entre a Maçonaria Especulativa e a Maçonaria Operativa.

²⁶⁵ Ver “O Demiurgo” em *La Gnose*, ano 1, n.º 1 a 4.

²⁶⁶ E não “Primeiro Formado”, como se tem dito algumas vezes equivocadamente, cometendo assim um manifesto contrassenso na tradução do termo grego *Protoplastes*.

²⁶⁷ Ver “O Demiurgo” em *La Gnose*, ano 1, n.º 2, pp. 25-27.

²⁶⁸ Com efeito, simbolicamente as quatro letras que formam em árabe o nome de *Allâh* equivalem respectivamente à régua, ao esquadro, ao compasso e ao círculo, este último sendo substituído pelo triângulo na Maçonaria de simbolismo exclusivamente rectilíneo (ver “A Universalidade no Islão” em *La Gnose*, ano 2, n.º 4, p. 126).

Universo” (ou “do Sublime Arquitecto dos Mundos”, no Rito Egípcio), por outras fórmulas exactamente equivalentes, quando se propôs substituí-la por estas palavras: “À Glória da Humanidade”, devendo então esta ser compreendida na sua totalidade que constitui o Homem Universal²⁶⁹, ou inclusive: “À Glória da Franco-Maçonaria Universal”, pois a Franco-Maçonaria no sentido universal identifica-se com a Humanidade inteira, considerada no cumprimento (ideal) da Grande Obra Construtiva²⁷⁰.

Poderíamos desenvolver ainda mais largamente sobre o assunto, que é naturalmente susceptível de desenvolvimentos indefinidos, mas para concluir diremos que praticamente o ateísmo na Maçonaria não é e não pode ser mais que uma máscara, a qual nos países latinos e particularmente em França sem dúvida teve temporalmente a sua utilidade, quase podendo dizer-se a sua necessidade, e isso por diversas razões diversas que não necessitamos especificar aqui, porém, hoje ela converteu-se em algo sobretudo perigoso e comprometedor do prestígio e da influência exterior da Ordem. Isto não quer dizer, sem dúvida, que se deva por isso, imitando a tendência pietista que ainda domina a Maçonaria Anglo-saxónica, pedir à Instituição uma profissão de fé deísta, implicando a crença num Deus pessoal e mais ou menos antropomórfico. Longe de nós semelhante pensamento, e mais ainda: se semelhante declaração viesse a ser exigida numa Fraternidade Iniciática qualquer, certamente seríamos os primeiros a recusar subscrevê-la. No entanto, a fórmula simbólica de reconhecimento do G.: A.: do U.: não comporta nada semelhante. Ela é suficiente, deixando ainda a cada um a perfeita liberdade das suas convicções pessoais (característica que está em comum com a fórmula islâmica do Monoteísmo²⁷¹), e do ponto de vista estritamente maçónico não se pode razoavelmente exigir nada mais nem outra coisa que esta simples afirmação do Ser Universal, que coroa tão harmoniosamente o imponente edifício do simbolismo ritualístico da Ordem.

²⁶⁹ Não precisamos dizer que facto cada indivíduo tem da Humanidade inteira uma noção mais ou menos limitada, segundo a presente extensão da sua percepção intelectual (o que poderíamos denominar o seu “horizonte intelectual”). Porém, não temos senão que considerar a fórmula no seu sentido verdadeiro e completo, desligando-a de todas as contingências determinadas pelas concepções individuais.

²⁷⁰ Deve-se destacar que o primeiro preceito do Código Maçónico é exactamente formulado assim: “Honra ao G.: A.: do U.:”, e não “Adora ao G.: A.: do U.:”, isto com a finalidade de descartar até a mínima aparência de idolatria. Esta, com efeito, não seria mais que uma aparência, pois, como ademais provam as considerações que expomos aqui, a fórmula implicando a adoração já estaria suficientemente justificada pela doutrina da “Identidade Suprema”, a qual considerada nesse sentido pode expressar-se numa equação numérica (literal) muito conhecida na Kaballah muçulmana. Segundo o próprio *Corão*, “Alláh ordenou aos Anjos que adorassem a Adão, e estes o adoraram; o orgulhoso Iblis recusou obedecer, e (foi por isto que) ficou no bando dos infieis” (cap. 2.º, vers. 32). Outra questão conexa que seria interessante, pela dupla perspectiva ritualística e histórica, para determinar o significado e o valor original do símbolo do G.: A.:, refere-se à investigação do que se deve regularmente dizer: “À Glória do G.: A.: do U.:”, segundo o uso que prevaleceu na Maçonaria Francesa, ou então segundo a fórmula inglesa: “Em Nome do G.: A.: do U.:” (I.T.N.O.T.G.A.O.T.U.)

²⁷¹ Não se deve confundir “teísmo” com “deísmo”, pois o *Theos* grego comporta um significado muito mais universal que o *Deus* das religiões exotéricas modernas. Teremos oportunidade de voltar a este assunto mais adiante.

CAPÍTULO XXII

CONCEPÇÕES CIENTÍFICAS E IDEAL MAÇÓNICO

Publicado originalmente em *La Gnose*, Paris, n.º 10, Outubro de 1911, assinado *Palingenius*

No artigo primeiro da Constituição do Grande Oriente de França está escrito que “a Franco-Maçonaria, considerando que as concepções metafísicas como sendo do domínio exclusivo da apreciação individual dos seus membros, recusa-se a toda a afirmação dogmática”. Não duvidamos que uma tal declaração possa ter excelentes resultados práticos, porém, sob um aspecto um pouco menos contingente que esse não se compreenderia bem o que se considera como “apreciações individuais”, ou seja, não incluindo aí as “concepções metafísicas” como igualmente as concepções religiosas e filosóficas, e inclusivamente as científicas e sociais, como dependentes exclusivamente da apreciação individual. Com isso, essa será a aplicação mais exacta dos princípios da “tolerância mútua” e da “liberdade de consciência”, em virtude dos quais “a Franco-Maçonaria não admite entre os seus adeptos nenhuma distinção de crença ou de opinião”, segundo os termos da Constituição da Grande Loja de França.

Crenças religiosas ou filosóficas, opiniões científicas ou sociais, a Maçonaria, se é fiel aos seus princípios, deve respeitá-las todas por igual, sejam quais forem, com a única condição de que sejam sinceras. Dogmatismo religioso ou dogmatismo científico, nenhum vale mais que o outro, e por outra parte é perfeitamente certo que o Espírito Maçónico exclui necessariamente todo o dogmatismo, ainda que seja “racional”, isto pela própria razão do carácter particular do ensinamento simbólico e iniciático²⁷². Porém, que relação pode ter a Metafísica com uma afirmação dogmática qualquer? Não vemos nenhuma, e sobre este ponto vamos insistir um pouco.

Com efeito, o que é o dogmatismo, de um modo geral, senão a tendência de origem puramente sentimental e muito humana para apresentar como verdades incontestáveis as suas próprias concepções individuais (quer se trate de um homem ou de uma colectividade), com todos os elementos relativos e incertos que elas contêm inevitavelmente? Daí a pretender impor aos outros essas pretensas verdades não vai mais que um passo, e a História mostra-nos abundantemente quão fácil é dá-lo. Sem dúvida que tais concepções, pelo seu carácter relativo e hipotético, portanto ilusório em larga medida, nunca passarão de “crenças” ou “opiniões”, e nada mais.

Postas as coisas assim, torna-se evidente que a Metafísica não pode ser uma questão de dogmatismo onde não haja senão certeza, com exclusão de toda e qualquer outra hipótese, assim como tampouco podem ser questão todas as considerações de ordem sentimental, que tendem frequentemente, e sempre mal, a invadir o terreno intelectual. Tal é a certeza matemática, a qual não deixa espaço algum à “crença” ou à “opinião” por ser inteiramente independente de todas as contingências individuais; isto seguramente ninguém pensará contestar, e os positivistas muito menos que os outros. Contudo, haverá no domínio científico, aparte as matemáticas puras, a mínima possibilidade de obter a mesma certeza? Pensamos que não, porém isso pouco nos importa, já que, como contrapartida, temos ao dispor tudo o resto que não pertence já ao domínio científico e que constitui precisamente a Metafísica. Com efeito, a verdadeira Metafísica não é outra coisa senão o conjunto sintético do Conhecimento certo e imutável, aparte e além de tudo o que é

²⁷² Ver os capítulos deste livro, *A Ortodoxia Maçónica e Acerca do Grande Arquitecto do Universo*.

contingente e variável. Por conseguinte, não podemos conceber a Verdade metafísica de outra maneira senão como axiomática em seus princípios e teorematizada em suas deduções, portanto, exactamente tão rigorosa como a verdade matemática, da qual é o prolongamento ilimitado. Assim compreendida, a Metafísica não tem nada que possa ofender aos mesmos positivistas, e estes não podem, sem cometer um ilogismo, recusar-se a admitir que existem fora dos limites actuais da sua compreensão verdades demonstráveis (e perfeitamente demonstradas por outros que não eles), verdades que nada têm em comum com o dogma, posto que o carácter essencial deste último é justamente, pelo contrário, o de ser indemonstrável, e esta é a sua maneira de estar *fora de*, quando não *por cima*, de toda a discussão.

Isso leva-nos a pensar que se a Metafísica é como a vimos explicando, então ela não se deve o que se quis dar a entender por “concepções metafísicas”, não obstante estar assim escrito no texto que citámos no início, texto que num artigo sobre *A moral laica e científica*, publicado em *A Acácia* (Junho-Julho de 1911), o I.º A. Noailles apresenta como “o certificado sem contestação possível de um ponto de vista exclusivamente laico e científico das coisas”. Certamente não contradiríamos o autor sobre essa afirmação, se tivesse o cuidado de precisar que tal ponto de vista é o exclusivamente científico para todas as coisas que dependem do domínio da ciência, e que sem dúvida seria um erro querer aplicar esse mesmo ponto de vista e o mesmo método além desse domínio particular, a coisas a que não se podem aplicar de nenhuma maneira. Se insistimos sobre a necessidade de estabelecer distinções profundas entre os diferentes domínios onde a actividade humana se exerce por meios muito diferentes, é porque muito frequentemente ignoram-se essas distinções fundamentais resultando daí confusões estranhas, particularmente no respeitante à Metafísica. Cabe-nos dissipá-las e indicar os cuidados que se devem ter, e por isto pensamos que as presentes considerações não serão de todo inoportunas.

Se, como tudo parece indicar, denominam-se de “concepções metafísicas” a toda outra coisa que não é a verdadeira Metafísica, não há nisso mais que um erro inteiramente devido à intrusão de uma perspectiva materialista sobre o significado dos termos, e não queremos acreditar que nunca tenha havido erro semelhante no Passado. Este menosprezo explica-se muito facilmente pela total ignorância em que o Ocidente moderno caiu acerca da Metafísica, o que é muito desculpável devido às próprias circunstâncias que tornaram isso possível e que igualmente podem explicar muitos outros erros afins a esse. Assim, passamos sobre esse assunto e abordamos de imediato as distinções de que falamos. Sobre essas, o que sejam as doutrinas religiosas já explicámos suficientemente a seu respeito²⁷³, e quanto aos sistemas filosóficos, quer sejam espiritualistas ou materialistas, cremos que já dissemos também muito claramente o que pensamos deles²⁷⁴, pelo que não nos ocuparemos mais com eles aqui e nos restringiremos particularmente às concepções científicas e sociais.

No artigo de que vimos falando, o I.º Noailles estabelece uma distinção entre “as verdades da fé, que são do domínio do incognoscível, que se podem ou não aceitar como tais, e as verdades científicas, contribuições sucessivas e demonstráveis do espírito humano, que cada razão pode controlar, revisar e fazer suas”. Desde já, lembramos que se é incontestável haver actualmente coisas desconhecidas para os indivíduos humanos, não podemos de maneira alguma admitir com isso que exista o “incognoscível” em si mesmo como tal²⁷⁵. Para nós, as pretensas “verdades da fé” não podem ser mais que simples objectos de crença, e o facto de as aceitar ou recusar não é, por conseguinte, mais que o resultado de preferências completamente sentimentais. Quanto às “verdades científicas”, muito relativas e sempre sujeitas a revisão, tanto que são induzidas pela

²⁷³ Ver *A Religião e as religiões* em *La Gnose*, Setembro-Outubro de 1910, n.º 10, p. 219. Ver também os artigos de Matgioi sobre *O erro metafísico das religiões em sua forma sentimental*, em *La Gnose*, Julho-Agosto de 1910, n.º 3, p. 177, e de 1911, n.º 9, p. 77.

²⁷⁴ Ver o capítulo *Acerca do Grande Arquitecto do Universo*.

²⁷⁵ Ver o capítulo *Acerca do Grande Arquitecto do Universo*.

observação e a experimentação (descarecendo dizer que pomos inteiramente aparte as verdades matemáticas, que têm uma outra fonte), pensamos que tais verdades, na razão da sua própria relatividade, não são demonstráveis mais que numa certa medida e nunca de uma maneira rigorosa e absoluta. Além disso, quando a ciência pretende sair do domínio da experiência estritamente imediata, as concepções sistemáticas a que conduz estarão isentas de todo o sentimentalismo na base da sua cimentação teórica? Não acreditamos²⁷⁶, nem vemos como a fé nas hipóteses científicas seja mais legítima em si mesma (nem ademais menos desculpável pelas condições que a produziram) do que a fé nos dogmas religiosos ou filosóficos.

É que, com efeito, também existem verdadeiros dogmas científicos, que não diferem dos outros (religiosos e filosóficos) senão pela ordem de assuntos a se relacionam. A Metafísica, tal como a entendemos (e entendê-la de outra forma equivale a não entendê-la completamente), é igualmente independente tanto dos dogmas científicos como de quaisquer outros. Para encontrar exemplos desses dogmas científicos, não temos mais que reportar-nos a outro artigo, também publicado recentemente em *A Acácia* pelo I.º Nergal, com o título *Os Abades sábios e o nosso Ideal maçónico*. Neste artigo o autor queixa-se, embora muito cortesmente, da ingerência da Igreja Católica, ou melhor, de alguns dos seus representantes no domínio das ciências ditas positivas, preocupado com as consequências que podem resultar disso, porém, não é essa a questão que nos interessa. O que queremos reter aqui é a maneira como são apresentadas como verdades indubitáveis e universais (num sentido bastante restrito, é certo)²⁷⁷ que não passam de simples hipóteses, cuja própria probabilidade está muito longe de ser demonstrada em razão da sua própria relatividade, que em todo o caso não podem corresponder senão a possibilidades especiais estreitamente limitadas. Esta ilusão sobre o alcance de certas concepções não é particular ao I.º Nergal, cuja boa-fé e convicção sincera não podem ser postas em dúvida por todos quantos o conhecem, pois que a mesma é compartilhada não menos sinceramente (pelo menos assim se crê) pela quase totalidade dos sábios contemporâneos.

Contudo e desde já, há um ponto em que estamos perfeitamente de acordo com o I.º Nergal: quando ele declara que “a ciência não é religiosa nem irreligiosa, antes arreligiosa” (*a* privativo), e com efeito é evidente que não pode ser de outra maneira, posto a ciência e a religião não se aplicarem ao mesmo domínio. Mas por ser assim e por alguém o reconhecer, não se deve simplesmente renunciar a conciliar a ciência e a religião, o que só será absurdo para um mau teólogo²⁷⁸ ou para um sábio incompleto de visão estreita, pelo que igualmente deve-se renunciar a opor uma à outra e a procurar entre elas contradições e incompatibilidades que não deveriam existir, já que os seus respectivos pontos de vista nada têm em comum que permita fazer uma comparação entre eles. Isto deveria ser verdade igualmente para a “ciência das religiões”, se realmente existisse uma tal ciência como o pretende ser no terreno estritamente científico, se ela não fosse sobretudo pretexto para introduzir uma exegese com tendências protestantes ou modernistas (que ademais são quase a mesma coisa). Até prova em contrário, duvidamos formalmente do valor dos seus resultados²⁷⁹.

Outro ponto sobre o qual o I.º Nergal se ilude muito concerne ao possível resultado das investigações científicas sobre a “filiação dos seres”; quando se toma por igual uma ou outra das inúmeras hipóteses propostas a esse respeito, todas elas acabarão um dia por ser provadas de maneira irrefutável, perdendo então o seu carácter hipotético. Não vemos como isso poderia incomodar uma religião qualquer (da qual certamente não fazemos a defesa), a menos que os seus

²⁷⁶ Ver o capítulo *Acerca do Grande Arquitecto do Universo*.

²⁷⁷ Ver o capítulo *Acerca do Grande Arquitecto do Universo*.

²⁷⁸ Ademais, esta foi a verdadeira razão do processo de Galileu.

²⁷⁹ Ver *A Religião e as religiões* em *La Gnose*, Setembro-Outubro de 1910, n.º 10, p. 219. Por outra parte, não acreditamos que se possa considerar M. Loisy como sendo católico. Por fim, perguntamo-nos quem possa ser a “*mãe de Brahma*” (*sic*), pois nunca encontramos nada semelhante em toda a Teogonia hindu.

representantes autorizados (e não só algumas individualidades estimáveis, mas sem mandato) emitam, imprudente e torpemente, uma opinião, sem ninguém lhes ter pedido, sobre a solução dessa questão científica que não é da sua competência²⁸⁰. Também neste caso, e tratando-se de abordar a questão como tendo manifestamente possibilidades avantajadas, não concernindo senão ao que se relaciona directamente à sua “fé”, depois de tais concepções é sempre permitido aos seus “fiéis” não terem em conta senão essa opinião a respeito, sem importar qualquer outra opinião individual²⁸¹. Quanto à Metafísica (dizemos isto para dar um exemplo da separação completa dos dois domínios metafísico e científico), que não tem de preocupar-se nada com essa questão, todo o seu proveito é extraído só pela teoria da multiplicidade dos estados do Ser, a qual permite considerar todas as coisas sob o aspecto da simultaneidade tal como (ao mesmo tempo) sob aquele da sucessão, o que reduz as ideias de “progresso” e de “evolução” ao seu justo valor de noções puramente relativas e contingentes. A respeito “da descendência do Homem”, a única observação interessante que podemos fazer desse aspecto sob a nossa perspectiva (e dizer isto é como rebaixar o nosso pensamento e deformá-lo completamente antes de interpretar a questão num sentido “transformista”) é a seguinte: se o Homem é espiritualmente o princípio de toda a Criação, deve por isso mesmo ser o seu resultado materialmente²⁸², pois “o está em baixo é como o que está em cima, porém no sentido inverso”.

Não insistiremos mais sobre isso e passaremos por cima dessa questão, anotando somente o seguinte sobre este assunto das concepções científicas, quando o I.º Nergal conclui dizendo: “a ciência não pode ter mais que um objectivo, o perfeito conhecimento dos fenómenos”. Diremos simplesmente que o seu objectivo não pode ser mais que “o conhecimento dos fenómenos”, pois não podemos admitir que a respeito desse conhecimento haja algo “mais perfeito” ou “menos perfeito”. A ciência, sendo eminentemente relativa, necessariamente não pode senão alcançar verdades tão relativas como ela própria, e só o Conhecimento integral é que é a “Verdade”, tal como o “Ideal” Maçónico não é senão “a maior Perfeição da espécie humana”. Única e restritamente esse “Ideal” deve ser a Perfeição, a qual reside na Síntese Universal de todas as espécies, de todas as Humanidades²⁸³.

Resta-nos agora precisar o que se relaciona às concepções sociais, e desde já dizemos que nisso não entendemos somente as opiniões políticas, que evidentemente estão demasiado fora do assunto. Com efeito, não é inutilmente que na Maçonaria se proíba toda a discussão a esse respeito, não sendo por isso a mais reaccionária do mundo. É bom que se permita admitir que a “*democracia republicana*” não é o ideal social de todos os Maçons difundidos nos dois hemisférios. Porém, nesta categoria das concepções sociais fazemos entrar tudo o que respeita à moral, pois não nos é possível considerá-la como podendo ser outra coisa que não uma “arte social”, como disse muito bem o I.º Noailles no artigo que já citámos, e portanto não iremos, como o temos feito até aqui, “deixar o campo aberto a todas as especulações metafísicas” num domínio onde a Metafísica nada tem a fazer. Com efeito, desde que se trata de relações sociais não pode, apesar do que têm dito os filósofos e os moralistas, ser mais que considerações baseadas no interesse, quer este interesse resida numa utilidade prática ou de puramente sentimental ou, como de facto é o mais habitual, numa combinação de ambos. Nisto, portanto, tudo depende somente das apreciações individuais reduzindo-se a questão, para qualquer colectividade, a procurar e a encontrar um ponto de entendimento no qual possa conciliar-se a diversidade dessas múltiplas apreciações,

²⁸⁰ Não é dito, na própria Bíblia vulgar, que “Deus livrou o Mundo das disputas dos homens”?

²⁸¹ Isto está estritamente conforme a definição do dogma católico da “*infabilidade pontificia*”, inclusive entendida no seu sentido mais literal.

²⁸² É por isto que todas as tradições concordam em considerá-lo como formado pela síntese de todos os elementos e de todos os reinos da Natureza.

²⁸³ Com efeito, a Tradição não somente admite a pluralidade dos Mundos habitados como também a pluralidade das Humanidades difundidas sobre esses Mundos (ver Simão e Teofano, *Os Ensinamentos Secretos da Gnose*, pp. 27-30). Teremos ocasião de voltar novamente a este assunto.

correspondentes a outros tantos interesses diferentes. Se, sob toda luz, são necessários acordos para tornar vida social suportável ou então simplesmente possível, pelo menos deveria ter-se a franqueza de confessar que esses não são mais que convencionais e os que não podem fazer absolutamente nada, variando constantemente conforme as circunstâncias de tempo e de espaço, de que dependem inteiramente. Dentro destes limites que marcam o seu carácter relativo, a moral limita-se a “procurar as regras de acção pelo facto dos homens viverem em sociedade” (essas regras modificam-se forçosamente com a forma de sociedade), tendo um valor perfeitamente estabelecido e uma utilidade inegável. Porém, não se deve pretender de nenhuma maneira que ela, de modo igual ao de uma religião qualquer no sentido ocidental da palavra, possa, sem sair do seu papel como o faz constantemente, lançar-se a estabelecer outra coisa que não seja uma crença pura e simples. Ademais, pelo seu aspecto sentimental, a própria moral, seja “laica” ou “científica” enquanto a for, conterà sempre uma parcela de crença, dado que o indivíduo humano no seu estado actual, com muito raras excepções, está feito assim e não saberia como fazê-lo de outro modo.

Mas, é necessário que seja sobre tais contingências que se deva fundar o Ideal Maçónico? E que por isso mesmo essas deverão depender das tendências individuais de cada homem e de cada fracção da Humanidade? Pensamos que não, pelo contrário, consideramos que esse ideal para ser verdadeiramente o *Ideal*, deve estar aparte e acima de todas as opiniões e de todas as crenças, de todos os partidos e de todas as seitas, como também de todos os sistemas e de todas as escolas particulares, pois não há outra maneira de “alcançar a Universalidade” senão mediante “afastar o que divide para conservar o que une”. Certamente esta opinião será compartilhada por todos aqueles que entendem trabalhar não na vã edificação da “Torre de Babel”, mas na realização efectiva da Grande Obra da Construção Universal.

CAPÍTULO XXIII

RESUMO DE PALINGENIUS DOS “HIGHWAYS AND BY-WAYS OF FREEMASONRY” (“CAMINHOS E ATALHOS DA FRANCO-MAÇONARIA”) POR JOHN T. LAWRENCE ²⁸⁴

O autor da série de estudos reunidos sob esse título quis demonstrar, como ele mesmo declara no prefácio (e pensamos que o conseguiu), que a literatura maçônica pode encontrar temas dignos de interesse fora dos estudos puramente históricos e arqueológicos, que parecem constituir actualmente a sua preocupação quase exclusiva, pelo menos em Inglaterra. Assim, ele propôs-se tratar nesse volume de vários assuntos que se colocam, de certa maneira diariamente, sobre o que se pode denominar de “os enxertos da Maçonaria”, e aponta em primeiro lugar o do número de graus, de que já falámos várias vezes nesta revista²⁸⁵.

Segundo o *Livro das Constituições*, não há mais que três graus, incluindo o Sacro Arco Real²⁸⁶, e com efeito esta é a única resposta conformada à mais estrita ortodoxia²⁸⁷. Resulta disso, em primeiro lugar, que a *Arch Masonry* não é de facto Real nem de origem distinta da *Craft Masonry*, e sim que (sem ser em nada um grau especial) foi aquela que sobrepôs-se à *Square Masonry* para constituir o complemento do Mestrado²⁸⁸. Outra consequência é que não se pode considerar como essencialmente maçônicos, e tampouco como fazendo parte efectiva da Maçonaria, as diversas ordens, ritos ou sistemas dos altos graus. Essas não são, na realidade, senão organizações “adjuntas” que se acrescentaram sucessivamente em épocas mais ou menos afastadas, porém, sempre relativamente recentes, à primitiva Fraternidade dos “Antigos Maçons Livres e Aceites”²⁸⁹, que frequentemente não têm com esta última e entre elas outra ligação senão o facto de recrutarem os próprios membros exclusivamente entre os possuidores de um ou outro grau maçônico²⁹⁰. Tal é, em primeiro lugar, a *Mark Masonry*, que se poderia considerar, em certo

²⁸⁴ Editor: A. Lewis, 13, Paternoster Row, London, E. C., e o endereço do autor: St. Peter’s Vicarage, Accrington. O mesmo autor (já director de *The Indian Masonic Review*) publicara precedentemente várias outras obras de temática maçônica: *Masonic Jurisprudence and Symbolism*, *Sidelights on Freemasonry*, etc.

²⁸⁵ *A Gnose e a Franco-Maçonaria*, ano 1, n.º 5.

²⁸⁶ O grau de *Holy Royal Arch Mason*, tal como é praticado nos Capítulos ingleses e americanos da *Arch Masonry*, não deve ser confundido com o grau 13.º da hierarquia Escocesa, que porta igualmente o título de *Arco Real*.

²⁸⁷ Deve-se sublinhar que os três “graus” (*degrees*) aqui tratados são exactamente os que denominamos em outro lugar de “graus iniciáticos”, distinguindo-os dos “graus de iniciação” propriamente ditos, “cuja multiplicidade é necessariamente indefinida” (cf. *L’Initiation Maçonnique*, pelo I.º Oswald Wirth).

²⁸⁸ Deve-se entender por *Square Masonry* a Maçonaria de simbolismo puramente curvilíneo (que tem o círculo como forma mãe, como se vê particularmente no traçado da ogiva), naturalmente já não tendo as figuras geométricas, tomadas de empréstimo da antiga Maçonaria Operativa, mais que o carácter de símbolos para a Maçonaria Especulativa, como igualmente o tinham para os antigos Hermetistas (vd. *A Hierarquia Operativa e o Grau do Arco Real*, do I.º Oswald Wirth, e também *O Livro do Aprendiz*, pp. 24-29). Na antiga Maçonaria Francesa, a expressão “passar do triângulo ao círculo” era aplicada para caracterizar a passagem dos “graus simbólicos” aos “graus de perfeição”, como se vê particularmente no Catecismo dos Élus Coens (a respeito, veja-se *Acerca do Grande Arquitecto do Universo*, 2.º ano, n.º 8, p. 215, nota 1, e sobre a solução do problema hermético da “quadratura do círculo”, *Observações sobre a produção dos Nomes*, 1.º ano, n.º 8, p. 156).

²⁸⁹ Na Maçonaria Americana, *Grand Lodge of Ancient Free and Accepted Masons* é ainda o título distintivo de todas as Obediências que se retêm rigorosamente à prática dos três graus simbólicos, e não reconhecem oficialmente nenhum outro. Mas também é certo que o Rito Escocês, pela sua parte, declara-se “Antigo e Aceite”, e igualmente vimos um outro sistema de graus múltiplos, contudo de origem mais recente, proclamar-se “Antigo e Primitivo”, ou inclusive “Primitivo e Original”, a despeito de toda a evidência histórica.

²⁹⁰ Também frequentemente os seus rituais não são outra coisa senão desenvolvimentos mais ou menos felizes da Maçonaria Simbólica (vd. *Os Altos Graus Maçônicos*, ano 1, n.º 7).

sentido, como uma continuação do grau de Companheiro (*Fellow Craft*)²⁹¹, por sua vez servindo de base à organização dos *Royal Arch Mariners*²⁹². Tais são também as múltiplas Ordens de Cavalaria, a maior delas não admitindo como membros mais que *Royal Arch Masons*, dentre as quais podem-se citar principalmente as “Ordens Unidas do Templo e de Malta” e a “Ordem da Cruz Vermelha de Roma e de Constantino”²⁹³.

Dentre os outros sistemas de altos graus praticados em Inglaterra (além do “Rito Escocês Antigo e Aceite”), mencionaremos somente a “Ordem Real da Escócia” (compreendendo os dois graus de H.R.D.M. e R.S.Y.C.S.²⁹⁴), o Rito do *Royal and Selectd Masters* (ou *Criptic Masonry*) e o de *Allied Masonic Degrees*, sem falar da Ordem dos *Secret Monitor*²⁹⁵, da dos “Rosacruzianos”²⁹⁶, etc.

Não nos deteremos sobre os capítulos que não concernem senão a aspectos inteiramente peculiares da Maçonaria Inglesa. De interesse muito mais geral são aqueles nos quais o autor (que, digamo-lo de passagem, mostra-se um pouco severo face ao Grande Oriente de França²⁹⁷) considera diversos temas de ordem simbólica, mais propriamente especulativa, e particularmente formula considerações que podem contribuir para elucidar várias questões relativas às lendas dos graus simbólicos e ao seu valor do ponto de vista da realidade histórica. Desafortunadamente, a falta de espaço só nos permite traduzir aqui os títulos dos capítulos principais: “O Rei Salomão, a Bíblia e o Ritual”²⁹⁸, “Os dois São João”²⁹⁹, “O Tetragrama”³⁰⁰, “A Pedra Cúbica”³⁰¹, “A Escada de Jacob”³⁰², “A Terra Sacra”, “O Ramo da Acácia”. Recomendamos a leitura desta interessante obra a todos aqueles que se ocupam dos estudos maçônicos, e que possuam um conhecimento suficiente da língua inglesa.

²⁹¹ A lenda do “*Mark Degree*” (que se subdividia em “*Mark Man*” e “*Mark Master*”) está fundada sobre a palavra da Escritura: “A pedra que os construtores dessecaram tornou-se a “pedra angular” (*Salmos* 118, 22), citada no Evangelho (*Lucas* 20, 17). Entre os emblemas característicos deste grau, a “chave de abóbada” (*keystone*) desempenha papel análogo ao do esquadro na *Craft Masonry*.

²⁹² A lenda deste grau adjunto, pouco importante em si mesmo, remete ao Dilúvio bíblico, como ademais indica pela sua denominação.

²⁹³ A cruz, sob uma ou outra das suas diversas formas, é o principal emblema de todas essas Ordens de Cavalaria, cujo ritual é essencialmente “cristão e trinitário”.

²⁹⁴ Abreviações de *Heredom* (ou *Harodim*, termo cuja derivação é controversa) e *Rosy Cross*.

²⁹⁵ A lenda em que se apoia a ritual desta Ordem (que parece originária da Holanda), é a história da amizade de David e Jonathan (*I Samuel* 20, 18 e seg.). A Ordem do *Secret Monitor* está sobreposta à do *Scarlet Cord*, cuja lenda encontra-se no *Livro de Josué* (2, 18).

²⁹⁶ Este, que compreende nove graus, cujo objectivo é inteiramente literário e arqueológico, nada tem em comum, apesar do título, com o “Rosa-Cruz”, grau 18.º da hierarquia Escocesa.

²⁹⁷ A este respeito, veja-se *A Ortodoxia Maçônica*, ano 1, n.º 7 e n.º 8, e *Concepções científicas e Ideal maçônico*, ano 2, n.º 10. Porém não desejamos abordar, pelo menos de momento, a questão tão discutida dos *Landmarks* da Maçonaria.

²⁹⁸ Permitimo-nos uma consideração a esse respeito: para nós, na realidade, a Bíblia não constitui mais que uma parte do “*Volume of the Sacred Law*”, que na sua universalidade deve necessariamente compreender as Escrituras Sagradas de todos os povos.

²⁹⁹ O ponto de vista do autor, estritamente evangélico, é completamente diferente daquele com que o I.º Ragon tratou o assunto em *A Missa e seus Mistérios*, cap. XXI (veja-se *O Arqueómetro*, ano 1, n.º 11, pp. 244 e 255).

³⁰⁰ Parece haver, no início deste capítulo, algumas confusões entre os Nomes Divinos *Aleph-Heh-Yud-Heh* (que significa “*Eu sou*”) e *Yud-Heh-Vov-Heh*, sendo ambas de quatro letras e derivando igualmente da raiz *Heh-Yud-Heh*, “*Ser*”.

³⁰¹ É lamentável, na nossa opinião, que o autor tenha-se limitado à interpretação exclusivamente moral deste símbolo, assim como de muitos outros. A “pedra cúbica é chamada em inglês *perfect ashlar*, enquanto *rough ashlar* é a designação da “pedra bruta”.

³⁰² Sobre este símbolo veja-se *O Arqueómetro*, ano 2, n.º 12. O autor destaca com razão que a Escada (de sete degraus, respectivamente formados pelos metais correspondentes aos diversos planetas) figura igualmente nos Mistérios de Mitra (8.º grau), e sobre estes e a sua relação com a Maçonaria veja-se o *Discurso sobre a Origem das Iniciações*, do I.º Jules Doinel (ano 1, n.º 6).

CAPÍTULO XXIV

RESUMOS DE LIVROS APARECIDOS DE 1929 A 1950 EM “VÊU DE ÍSIS”, DESDE 1937 “ESTUDOS TRADICIONAIS”

Julho de 1929

L’Eleu du Dragon (Les Etincelles) [“O Escolhido do Dragão – As Centelhas”]. Este romance fantástico e anónimo, em volta do qual faz-se actualmente grande alarido em certos meios antimaçónicos, apresenta-se como um extracto mais ou menos “arranjado” das memórias de uma certa Clotilde Bersone, pressuposta alta dignatária de uma “Grande Loja dos Iluminados” que dirigia ocultamente todas os Ramos da Maçonaria Universal, a qual mais tarde foi convertida devido a certas desventuras e recolhida num convento. Pretende-se que existe na biblioteca desse convento, cujo nome se desconhece, um duplo manuscrito autêntico dessas memórias datadas de 1885, adiantando-se que “essas foram cuidadosamente copiadas, reunidas e enriquecidas com notas críticas de uma singular pertinência pelo R. P. X*** da Companhia de Jesus, recentemente falecido”. Os *Estudos*, cujos redactores sabem a quem isso se liga, pelo menos nesse último ponto, já alertaram os seus leitores contra o que qualificam muito justamente de “fantasias maldosas”, evocando a esse respeito as invenções de Léo Taxil e as “revelações” da imaginária Diana Vaughan. Com efeito, existe uma estranha semelhança entre essa e Clotilde Bersone, cuja existência não nos parece sequer problemática, porém, há pessoas que são incorrigíveis e continuam a acreditar nos relatos de Taxil mesmo depois de ter confessado as suas mentiras, como também ainda acreditam na autenticidade dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, apesar de todas as informações dadas sobre a sua origem real, e são essas mesmas que agora dão ouvidos a essa nova extravagância.

Que o autor do romance tenha inventado tudo por si mesmo ou que tenha sido enganado por outros, não deixa de ser evidente, em todo o caso, tratar-se de uma mistificação pura e simples. Por outro lado, as mentiras desse género, por mais hábeis que sejam, têm sempre certos sinais que não permitem enganar quem está um tanto ao corrente de certas coisas. Reparamos efectivamente em muitos desses sinais, especialmente na descrição da organização da pretensa “Alta Loja” aí tratada; que pensar, por exemplo, do título de “Grande Oriente” dado ao seu chefe, que aplicado assim a um homem é totalmente desprovido de significado? Que pensar dessa hierarquia fantasista na qual os “adeptos” ocupam o lugar mais inferior, abaixo dos “afiliados” e dos “iniciados”? Tivemos oportunidade de assinalar precisamente, no nosso artigo de Fevereiro passado, o erro que os “profanos” cometem quase constantemente a respeito desse termo “adeptos”, que na realidade designa o grau supremo de uma hierarquia iniciática, e naturalmente o nosso autor caiu no mesmo erro! Mas há outro ainda maior: faz proferir por Clotilde Bersone (p. 61) “o *Nekam Adonai* dos Rosacruz” (*sic*), de modo que essa “iniciada” de uma Maçonaria superior nem sequer conhece os graus da Maçonaria ordinária!

Se esses detalhes característicos podem, em razão do seu carácter “técnico”, escapar à maioria dos leitores, pelo menos não deixarão de ficar admirados com as inverosimilhanças demasiado fortes que oferece o lado “histórico” do relato. Como poderia uma organização verdadeiramente secreta contar com membros tão numerosos e tão medíocres em todos os aspectos, e como em semelhantes condições nunca acontecesse uma indiscrição que a revelasse ao exterior? A quem, aparte os ingénuos de que falamos constantemente, pode fazer-se acreditar que todo o pessoal governamental da Terceira República dedicou-se às evocações diabólicas, e que políticos medíocres como Grévy ou Jules Ferry, que certamente não foram “Superiores

Incógnitos”, eram místicos luciferinos de alta posição? Mas eis aqui alguma coisa que ainda é mais decisiva: no capítulo II da terceira parte, o imperador Guilherme I é descrito, em 1879, como completamente estranho à Maçonaria e totalmente ignorante dela. A verdade é que, na época indicada, esse suposto “profano” era Maçom desde há trinta e nove anos! Com efeito, em 22 de Maio de 1840, algumas semanas antes da morte de seu Frederico-Guilherme III, ele foi iniciado na Grande Loja Nacional da Alemanha, em Berlim. Recebeu os três graus simbólicos no mesmo dia, sendo depois nomeado membro de três Grandes Lojas e patrono de todas as Lojas da Prússia; desde logo teve um papel maçónico activo, e foi ele mesmo quem iniciou o seu filho, o futuro Frederico III, em 6 de Novembro de 1853, sendo designado como reputado patrono das Lojas prussianas quando se tornou rei em 1861. Eis então um erro histórico de bela talha, pelo qual se poderá julgar o valor de todas as outras afirmações, mais ou menos inverificáveis, contidas no mesmo volume.

Não nos teríamos detido tão longamente nessa mentira mal-intencionada se alguns, como dissemos ao início, não se esforçassem por levá-la a sério. Somos da opinião que é um verdadeiro dever denunciar as mistificações sempre que a ocasião se apresenta, venham elas donde vierem, sobretudo numa época como a nossa, onde tudo que contribui para aumentar o desequilíbrio mental não pode ser encarado como inofensivo.

Outubro de 1930

LÉON DE PONCINS, *Las Forces secrètes de la Revolution* [“As Forças secretas da Revolução”], nova edição revista e aumentada (Éditions Bossard). Trata-se de uma obra antimaçónica do tipo que poderemos chamar “razoável”, no sentido em que, limitando-se quase exclusivamente ao terreno político, poupa-nos às diabruras de Léo Taxil. O autor é mesmo muito prudente quando recusa utilizar certos documentos suspeitos, mas a sua tese da unidade da Maçonaria é muito pouco sólida e exagera bastante sobre a influência judaica. Por outro lado, faz uma ideia totalmente fantasista dos altos graus, que por vezes chega a confundir com certas organizações não maçónicas.

Lettera di Giovanni Pontano sul “Fuoco Filosofico” [“Carta de Giovanni Pontano sobre o “Fogo Filosófico”], introdução, tradução e notas de Mario Mazzoni (Casa Editrice Toscana, San Gimignano, Siena). Neste opúsculo, o segundo de uma série consagrada ao Hermetismo cujo primeiro já assinalámos precedentemente, o texto propriamente dito ocupa pouco espaço: com efeito, a carta é muito curta apesar de importante pelo assunto que trata. Ela está colocada entre uma introdução, que apesar de conter muitas indicações interessantes não esclarece suficientemente a questão do “Fogo Filosófico”, e vários apêndices onde desde logo encontramos a tradução de um extracto do livro de Mme. David-Neel, *Místicos e Mágicos do Tibete*, depois uma nota sobre o fabrico do “Ouro Filosófico” segundo os “Iluminados de Avignon”, e finalmente a continuação do estudo dos símbolos herméticos começado no primeiro opúsculo. É bastante lamentável que os nomes próprios apareçam constantemente desfigurados, e que nas notas relevem alguns erros históricos surpreendentes, como fazerem de Nicolas Flamel um médico, de Guillaume Postel um amigo de Eliphas Lévi (quando era só um contemporâneo), e darem o alquimista Geber como vivendo no século VIII *antes* da era cristã.

Junho de 1932

HENRI-JEAN BOLLE, *Le Temple, Ordre Initiatique du Moyen Âge* [“O Templo, Ordem Iniciática da Idade Média”]. (Association Maçonnique Internationale, Genève). Esta brochura oferece em primeiro lugar um resumo abreviado da história da Ordem do Templo, e em seguida o autor procura determinar o que pudesse ser a sua doutrina, a fim de ver “em que medida se relaciona, seja por filiação histórica, seja espiritualmente, com a Maçonaria que, segundo muitos

dos seus sistemas, considera-a como uma das suas antepassadas”. A conclusão é que, ainda que não seja senão lendária, “esta tradição tem pelo menos o mérito de não ser anacrónica”, que “ademais é muito bela e cheia de um sentido profundo”, e que a sua carência de fundamento histórico, apesar de estar provada, “não pode constituir um argumento contra os altos graus”. Há nisso muitas insuficiências em certos aspectos (e não falamos somente nas lacunas inevitáveis em semelhante assunto), porque o autor parece não entender muito bem o que seja verdadeiramente a iniciação, que implica muito mais que as ideias de “tolerância” ou de “liberdade de consciência”. Mas tal como está, pelo menos este trabalho não deixa de testemunhar preocupações que, devido à sua origem, são interessantes assinalar.

LÉON DE PONCINS, *Refusé par la Presse* [“Recusado pela Imprensa”]. (Éditions Alexis Redier). Este volume segue-se a um outro intitulado *Les Forces secrètes de la Révolution*, de que já demos conta aqui. O seu título explica-se pelo facto dos capítulos que o compõem sido apresentados anteriormente como artigos separados a diversos jornais ou revistas, que aceitaram nenhum deles. Faríamos um mau agradecimento em criticar uma obra onde somos amplamente citados em tudo que respeita à “crise do mundo moderno” e aos problemas relacionados com ela, e inclusive levando mesmo em epígrafe uma frase do nosso *Théosophisme*. Diremos somente que as especiais preocupações do autor, muito exclusivamente políticas a nosso respeito, fazem-no às vezes apresentar certos textos com uma intenção que não é exactamente aquela com que os escrevemos. Assim, na passagem que ele cita na página 55, desde logo não era a Maçonaria que tínhamos em vista... Mas é verdade que essas citações feitas com simpatia nos recompensam agradavelmente dos insultos e das manifestações odiosas de alguns outros “antimaçons”.

Outubro de 1933

ROGER DUGUET, *La Cravate blanche* [“A Gravata branca”]. (Nouvelles Éditions Latines, Paris). Neste romance que se apresenta como “uma espécie de réplica ao *Elue du Dragon*”, de fantástica memória, o antigo redactor da R.I.S.S. quis mostrar certos bastidores, verdadeiros ou supostos, da política contemporânea, mas para nós não é esse o aspecto mais interessante do seu livro. Sem dúvida haverá quem esteja tentado a ver nele um “romance com chave”, o que não é inteiramente verdade, e provavelmente será inútil querer identificar cada um dos personagens apesar de no principal, o general de Bierne, reconhecermos certos traços claramente tomados da figura de Mons. Jouin, ao lado de outros que, não menos evidentemente, estão em desacordo com ele, devendo-se então admitir que se está na presença de personagens “compostas”. Seja como for, trata-se de uma edificante narrativa de intrigas que realmente devem ter acontecido em torno da R. I.S.S., e por momentos tem-se a impressão que o autor quis-se vingar por ter sido excluído de certos meios; os documentos de Aleister Crowley, as intervenções de agentes secretos ingleses e americanos, a espionagem dissimulada “sob a máscara do esoterismo”, tudo isso lembra-nos muitas coisas... Vê-se também aparecer por ali uma “vidente” (de facto, há quase sempre alguma em semelhantes aventuras), e como por acaso os papéis mais odiosos são atribuídos a alguns padres! Quanto ao que faz a trama da história, confessamos não acreditar na existência de uma Sociedade Secreta dita dos “Optimistas”, que tinha por Grão-Mestre M. Pierre Laval, que dava ordens a todos, incluindo aos mais altos dignitários da Igreja. Fantasmagoria aparte, não sendo isso mais verdadeiro que a “Grande Loja dos Iluminados”, seguramente ele agiu assim para espalhar certas sugestões por meios bastante subtis. Será por esse motivo que o nome “Optimistas”, pelo menos pela sua consonância (e mesmo que essa semelhança não seja imputável senão à “malícia das coisas”), evoca de forma muito desagradável os “Optimates” do falecido Léo Taxil?

PIERRE DE DIENVAL, *La clé des Songes* [“A chave dos Sonhos”]. (Imprimerie Centrale de la Bourse, Paris). “O mundo em que nos movemos é muito mais falso que um cenário de teatro”: nada mais verdadeiro, mas será exactamente da maneira que pretende o autor deste livro? A sua tese é que existe um certo “segredo monetário” que segundo ele é a verdadeira “pedra filosofal”,

por sua vez detido por dois grupos de “iniciados”, um inglês e outro judeu, que lutam entre si pelo domínio oculto do mundo, entendendo-se ocasionalmente contra terceiros, e que esse segredo é aquele da Maçonaria, que não é senão um instrumento criado pelo grupo inglês para assegurar a sua influência em todos os países. Há nisso algumas ideias que, à primeira vista, lembram estranhamente as que foram expostas no passado nas publicações do Hiéron de Paray-le-Monial e nas obras de Francis André (Mme. Bessonnet-Favre), e essa semelhança prossegue em pontos bastante particulares através de muitas considerações históricas ou supostas como tais: o papel atribuído aos Templários por um lado, o de Jeanne d’Arc por outro, o pretenso “celticismo” representado pela raça “francesa” (?), e assim sucessivamente. Não obstante, há uma diferença essencial: é que este livro, longe de ser de espírito católico, é claramente irreligioso. O seu autor, levado pelo seu anti-judaísmo, não só nega furiosamente a inspiração divina da Bíblia (que, diz ele, “não é absolutamente um livro religioso no sentido que os franceses dão a esta palavra”... como se houvesse uma concepção especificamente “francesa” da religião!), como também entende que no fundo toda a religião é para ele uma coisa puramente humana... e política. Desde logo, encara friamente a hipótese do papel desempenhado até agora pela Maçonaria dever ser confiado à Igreja Católica, graças à “domesticação do Papa” (*sic*), inclusive entendendo que essa hipótese já foi em parte realizada: com efeito, não denuncia a canonização de Jeanne d’Arc, que aos seus olhos implicou o erro de retirar-lhe “o seu carácter de heroína nacional”, como “uma manobra realizada com o concurso odioso dos chefes oficiais da Igreja Católica, progressivamente postos ao serviço dos mestres ocultos de Inglaterra”? Mas deixemos isso e, sem preocupar-nos com as numerosas fantasias pseudo-históricas de que a obra está repleta, vamos ao essencial: desde já, é evidente que o autor não tem a mínima noção do que é a iniciação, e se os “altos iniciados” (que ele representa como formando um “comité superior”, sem dúvida à maneira dos administradores de uma sociedade financeira) não tivessem outras preocupações senão aquelas que lhes imputa, eles seriam tão simplesmente os últimos dos profanos. Em seguida o pretenso “segredo”, tal como o expõe, e que ele mesmo reconhece ser de uma simplicidade infantil. Se fosse assim, como é que esse “segredo” pôde manter-se tão bem guardado, muito mais que quaisquer outros em todas as épocas, não conseguindo descobri-lo como ele o fez? De facto não se trata senão de uma lei elementar respeitante às possibilidades. O autor chega a traçar um gráfico pelo qual, coisa divertida, pretende achar a explicação do “triângulo equilátero entrelaçado com um compasso” (?), que acredita ser “o emblema da Maçonaria”, a qual, acrescentemos de passagem, não foi “fundada por Ashmole em 1646”. Pelo menos aqui é pouco banal como simbolismo! Estamos muito longe de contestar que exista, ou tenha existido, uma “ciência monetária” tradicional, e que esta ciência tenha os seus segredos, porém estes, nada tendo a ver com a “pedra filosofal”, são de uma natureza muito distinta da que vemos aqui. Mais ainda: mesmo repetindo a saciedade que a moeda é algo puramente “material” e “quantitativo”, avança precisamente no sentido desejado por aqueles com quem pretende enfrentar-se e que na realidade são os destruidores desta ciência tradicional, assim como de qualquer outro conhecimento que possua o mesmo carácter, já que foram eles quem arrancaram do espírito moderno toda a noção que supere o domínio da “matéria” e da “quantidade”. Esses, ainda que não sejam “iniciados” nenhuns (porque é da “contra-iniciação” que tratam), são eles mesmos completamente enganados por esse “materialismo” que impuseram ao mundo moderno com fins que não são inteiramente “económicos”, e quaisquer que sejam os instrumentos de que se servem segundo as circunstâncias, são mais difíceis de descobrir do que seria um “comité” ou um “grupo” qualquer de ingleses ou de judeus... No que respeita à verdadeira “ciência monetária”, diremos simplesmente o seguinte: se ela é de ordem “material” é perfeitamente incompreensível que, desde que tem uma existência efectiva, as questões que lhe respeitam não tenham sido deixadas à descrição do Poder Temporal (como poderá então ser acusado de “alterar as moedas” como se fosse soberano a esse respeito?), e pelo contrário submetidas ao controle de uma Autoridade Espiritual (já fizemos alusão a isso em *Autoridade Espiritual e Poder Temporal*), controle que se afirmou por alguns sinais de que um último vestígio incompreendido encontrava-se nas inscrições que, não faz ainda muito tempo, figuravam nas faces

das moedas. Porém, como fazer compreender isto a alguém que leva o “nacionalismo” (que é outra dessas sugestões destinadas à destruição sistemática de todo o espírito tradicional) até ao ponto de fazer um elogio ditirâmico de Filipe o Belo? Ademais, é um erro dizer que os metais “monetários” não possuem por si mesmos valor-próprio, e mesmo que o seu valor seja essencialmente simbólico (ouro e prata, Sol e Lua) não é por isso menos real, pois não é senão pelo simbolismo que as coisas deste mundo se ligam às realidades superiores. A estas objecções fundamentais devemos acrescentar algumas constatações muito estranhas: o capítulo dedicado à *Intelligence Service* é muito decepcionante, para não dizer desolador, pois apesar de encontrarem-se aí construções engenhosas, apesar de hipotéticas, sobretudo a respeito do caso Dreyfus, não é citado um só facto preciso e seguro, quando sem dúvida eles não faltam, alguns sendo de notoriedade pública, e dizendo verdade não teria dificuldade senão em seleccioná-los... Por outra parte, o autor remete-se a um estudo que já dedicou anteriormente a questões relacionadas com as que trata aqui, porém, como pôde este feroz anti-maçom fez aparecer esse estudo numa publicação cujas ligações maçónicas nos são perfeitamente conhecidas? Com isto não queremos duvidar da boa-fé de ninguém, pois sabemos bem que muita gente é “manipulada” sem que se aperceba minimamente. Consideramos que este livro é daqueles mais apropriados para confundir do que para esclarecer a opinião pública, e apesar de observamos estas coisas muito desinteressadamente, não deixamos de constatar que as obras deste género multiplicam-se actualmente em proporções anormais e bastante inquietantes... Seja como for, a melhor prova de que o autor não pôs verdadeiramente a mão sobre o “Grande Arcano” que imagina ter desvelado, é tão simplesmente o seu volume ter podido aparecer sem dificuldade!

Janeiro de 1935

L. FRY, *Léo Taxil et la Franc-Maçonnerie* [“Léo Taxil e a Franco-Maçonaria”]. (British-American Press, Chatou). Este grosso volume, publicado pelos “Amigos de Mons. Jouin”, que são provavelmente os antigos colaboradores da R.I.S.S., contém as cartas dirigidas ao abade de Bessonies por Léo Taxil e por vários outros personagens mais ou menos envolvidos nessa conhecida e singular história; igualmente acha-se nele o famoso discurso onde Taxil confessa a sua “mistificação”, e as explicações do editor das *Memórias* de Diana Vaughan. Na verdade, dizer “mistificação” é pouco, pois a questão é mais complexa e difícil de resolver: parece haver em tudo isso uma outra coisa, e que Taxil não fez senão mentir mais uma vez ao declarar ter inventado tudo por sua própria iniciativa. Encontra-se aí uma habilidosa mistura de verdade e de mentira, pois como é dito diz no prólogo, “a impostura não existe quando se baseia em certos aspectos da verdade dignos de inspirar confiança”, porém, qual é o “fundo de verdade” que existe em tudo isto? Que existam espalhados pelo mundo “satanistas” e “luciferinos”, muitos mais do que geralmente se julga, é inegável, mas essas coisas nada têm a ver com a Maçonaria, e imputar a esta o que existe realmente em outras partes, não teria precisamente como objectivo despistar a atenção e desviar as investigações? Se é assim, quem pode ter inspirado a Taxil e os seus colaboradores conhecidos senão os agentes mais ou menos directos dessa “contra-iniciação” da qual dependem todas essas coisas tenebrosas? Ademais, há em tudo isso uma estranha atmosfera de “sugestão” que se pode aperceber vendo, por exemplo, um homem de quase incontestável boa-fé como M. de La Rive (conhecemo-lo suficientemente para estarmos certos disso) chegar a traduzir sem vacilação por “A Nosso Santíssimo Deus Lúcifer Sempre Infinito” uma fórmula “inédita” que simplesmente significa “Em Nome da Santíssima e Indivisível Trindade”! Mesmo nem sequer sonhando examinar aqui todos os procedimentos de deformação empregados nas obras taxilianas, ainda assim um dos mais correntes é aquele que consiste em servir-se de termos que existem verdadeiramente mas atribuindo-lhes um sentido imaginário. Desse modo, se bem que tenha existido um “Rito do Palladium” ele jamais foi luciferino, e os “Triângulos” na Maçonaria não são “Lojas de retaguarda” e sim simples Lojas em formação, não tendo ainda o número requerido de membros para serem “justas e perfeitas”; limitamo-nos a dar esses dois exemplos, pela razão do

papel particularmente importante que tiveram em todo o assunto. Quanto ao que parece ser considerado, com ou sem razão, como o ponto central, ou seja, a existência de Diana Vaughan, o enigma nunca foi esclarecido e talvez nunca o seja: que uma ou várias pessoas tenham-se apresentado com esse nome em diversas circunstâncias, isso é mais que provável, mas como poderia alguém esperar identificá-las? No final do volume são reproduzidos, sob o título *O Mistério de Léo Taxil e a verdadeira Diana Vaughan*, os artigos sobre o assunto que apareceram outrora na R. I. S. S. dos quais já falámos em seu tempo, sendo muito curioso que a nova “prova” que se pretende apresentar esteja relacionada com a história dos religiosos de Loigny, mas não sendo por isso mais convincente, pois no fundo nada é conclusivo tanto num sentido como noutro... Agora, coloca-se uma questão que talvez seja de interesse mais actual que as outras: porque pretenderá alguém, de um certo lado, parecer querer ressuscitar esse velho assunto? Porque, explica-nos, “o Palladium, adormecido em 1897 parece estar prestes a despertar”, acrescentando que “talvez seja lenda, mas repousa sobre uma base feita de teorias e factos reconhecidos”. Estaremos a assistir a uma tentativa de desenterrar essa base real, ou somente a ver a lenda tomar, como em *L'Elue du Dragon*, uma nova forma não menos “mítica” que a primeira? Em todo o caso, o prólogo mistura bizarramente as coisas mais diversas, pondo no mesmo plano os mais vulgares agrupamentos “pseudo-iniciáticos” e a organizações de um carácter seguramente muito mais suspeito, sem falar de algumas asserções de pura fantasia, como aquela que faz de Ram Mohun Roy “um discípulo dos Lamas do Tibete” e da *Brahma-Samaj* “um círculo de ocultismo e de misticismo oriental fundado em Inglaterra em 1830”! A última parte da recolha é a reprodução de um artigo da R.I. S.S. intitulado *Os Missionários do Gnosticismo*, que realmente é dedicado à O.T.O. Esse artigo, que parece não ter nenhuma relação com tudo o resto, não será, pelo contrário, de alguma maneira a “chave”? Limitamo-nos a deixar aqui a pergunta, e se a resposta vier a ser afirmativa então ela poderá singularmente fazer luz sobre muitas coisas, e sem dúvida não terão ainda acabado todas essas “diabruras”!

Dezembro de 1935

CAMILLE SAVOIRE, *Regards sur les Temples de la Franc-Maçonnerie* [“Olhares sobre os Templos da Franco-Maçonaria”]. (“Les Éditions Initiatives”, Paris). Este livro compreende capítulos de um carácter bastante diverso: uns são sobretudo “autobiográficos”, nos quais o autor descreve sobretudo como pouco a pouco foi levado a modificar as suas concepções, num sentido que as aproximou notavelmente do espírito tradicional; outros, são de conteúdo mais genérico, onde expõe o modo como os diversos olhares encaram a Maçonaria; a intenção é certamente excelente apesar de, sob o aspecto propriamente iniciático e simbólico, as considerações desenvolvidas permanecerem ainda um pouco “exteriores”. No final é reproduzido um certo número de documentos destinados a oferecer uma ideia mais justa da Maçonaria que aquela vulgarmente feita no mundo profano, e um apêndice indica as razões do despertar em França do “Regime Rectificado”, de que o autor é o principal promotor: “um foco maçónico apartado de toda a influência política”, como ele diz, certamente que nas presentes condições é uma coisa mais desejáveis, se não se quiser ver perder irremediavelmente os últimos vestígios da iniciação ocidental que ainda sobrevivem... Permitimo-nos assinalar um erro histórico bastante singular (p. 282): L. C. de Saint-Martin nunca foi “cônego da Colegial” (de Lyon?) e sim oficial, e apesar de ter sido membro de muitos ritos maçónicos, ele próprio nunca fundou nenhum. Ademais, jamais houve um “sistema maçónico” que portasse autenticamente o nome de “Martinismo”, e a verdade é que quando Saint-Martin se retirou das diferentes organizações de que fazia parte, foi para adoptar uma atitude muito mais mística do que iniciática, certamente incompatível com a constituição de uma “Ordem” qualquer.

Julho de 1936

ALBERT LANTOINE, *Histoire de la Franc-Maçonnerie française: La Franc-Maçonnerie dans l'Etat* [“História da Franco-Maçonaria francesa: A Franco-Maçonaria no Estado”]. (Émile Nourry, Paris). Este livro é a continuação de um primeiro volume intitulado *La Franc-Maçonnerie chez elle* [“A Franco-Maçonaria perante ela”], aparecido há uma dezena de anos, mas pode ler-se muito bem separadamente. O autor, ao estudar as relações da Maçonaria com os diversos governos que se sucederam em França desde Luís XV até à Terceira República, dá prova de uma notável imparcialidade, e esta qualidade é tanto mais louvável por muito raramente encontrar-se em tal assunto, geralmente abordado com um partidarismo fortemente acentuado num ou noutro sentido. Assim, sem dúvida que conseguirá desagradar tanto à maioria dos Maçons como aos seus adversários, quando, por exemplo, demole a lenda da Maçonaria ter jogado um papel considerável na Revolução, porque, coisa curiosa, essa lenda que nasceu de vários escritores antimaçónicos como o abade Barruel, acabou por ser adoptada muito mais tarde pelos próprios Maçons. A este respeito, deve-se assinalar que dentre os personagens do século XVIII comumente encarados como tendo pertencido à Maçonaria, em muitos deles não existe o menor indício sério de terem realmente pertencido a ela, como é o caso, dentre outros, da grande maioria dos Enciclopedistas. Onde o autor se desvia um pouco da sua atitude imparcial, segundo nos parece, é quando fala do que chama a “responsabilidade dos altos graus” na origem da dita lenda, pois age como alguém que parece não pensar puder haver nesses graus algum sentido mais ou menos profundo, chegando ao ponto de até qualificá-los de “jogos sem importância” mas “de uma imperícia insigne”, o que é um ponto de vista muito “profano”. E porque, ao menos, não sublinha a enorme fantasia das interpretações de termos hebraicos figurando num ritual reproduzido (p. 152) por um adversário? Desde logo, isso liga-se a uma crítica mais geral que podemos formular a respeito desta obra: a de por vezes aperceber-se a tendência para tratar com demasiada ligeireza tudo quanto se refere ao simbolismo e ao ritual. Contudo e devido ao próprio assunto tratado, esse defeito não é demasiado aparente e, em suma, nada retira ao mérito e ao interesse muitos reais que apresenta um tal trabalho do ponto de vista propriamente histórico, que é aquele onde o autor entendeu colocar-se.

ANDRÉ LEBEY, *La Verité sur la Franc-Maçonnerie par les documents, avec le Secret du Triangle* [“A Verdade sobre a Franco-Maçonaria através dos documentos, com o Segredo do Triângulo”]. (Éditions Eugène Figuière, Paris). Este livro é uma recolha de discursos proferidos no Grande Capítulo do Grande Oriente de França, e o autor, reunindo-os simplesmente sem acrescentar nenhum comentário, propõe-se demonstrar o que são os trabalhos dos altos graus, e com isso rectificar as falsas ideias que o público geralmente faz a esse respeito. Não podemos resumir aqui nem tampouco enumerar todas as questões de ordem diversa abordadas, pelo que somente assinalamos, dentre aquelas que o autor propõe como particularmente importante para o estudo das Oficinas dos altos graus, aquela das relações entre o Oriente e o Ocidente onde desenvolve considerações interessantes, ainda que se lamente que um conhecimento muito indirecto do Oriente leve-o a dar demasiada importância a certas opiniões ocidentais duvidosas, com as de Spengler e Keyserling, por exemplo, ou às declarações de alguns orientais muito menos “representativos” do que ele parece crer. A esse respeito, acrescentamos que a ideia de um entendimento entre as diferentes civilizações baseadas na constituição de um “novo humanismo”, indo muito além dos limites estreitos limites da exclusiva “cultura greco-latina”, é certamente muito louvável, mas parecerá sempre totalmente insuficiente ao ponto de vista oriental, como tudo que não se refira senão a elementos de ordem puramente “humana”. O último capítulo, *O Segredo do Templo*, chama a atenção dos Maçons, hoje muito esquecidos destas coisas, para os laços, certamente mais que “ideais” ao contrário do que alguns possam dizer, que os ligam aos Templários; apesar de não ser senão um esboço histórico muito rápido, todavia é bastante digno de interesse. Não parece duvidoso que, como diz o autor, e mesmo que tenha havido algo mais do que isso não sendo senão uma consequência, os Templários tenham possuído um “grande segredo de reconciliação” entre o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, pois, como dissemos noutra ocasião, não bebiam o mesmo “vinho” que os Kabalistas e os Sufis? E Boccacio, o seu herdeiro

enquanto “Fiel de Amor”, não afirmou que para Melkitsedek a verdade das três religiões é indiscutível... porque elas não são senão uma em sua essência profunda?

EMMANUEL MALYNSKI e LÉON DE PONCINS, *La Guerre occulte* [“A Guerra oculta”]. (Gabriel Beauchesne, Paris). Nesta, como nas obras anteriores de M. Léon de Poncins de que já tivemos a ocasião de falar, há, em tudo quanto se refere à crítica do mundo moderno, muitas considerações bastante justas. Os autores, que denunciam com razão diversos erros comuns como aquele de acreditar que as revoluções são “movimentos espontâneos”, são daqueles que pensam que o erro moderno, de que estudam especialmente as suas etapas no decurso do século XIX, responde necessariamente a um “plano” bem estruturado e consciente, isto pelo menos naqueles que dirigem essa “guerra oculta” contra tudo que apresenta um carácter tradicional, seja intelectualmente ou socialmente. Unicamente devemos manter muitas reservas quando se trata de procurar as “responsabilidades”, pois o assunto não é desde logo tão simples nem tão fácil, é preciso reconhecê-lo, porque, por sua própria definição, aquilo de que se trata não se mostra ao exterior, e os pseudo-dirigentes aparentes não são senão instrumentos mais ou menos inconscientes. Em todo o caso, há aqui uma tendência para exagerar consideravelmente no papel atribuído aos judeus, a ponto de chegar a supor que eles são os únicos que definitivamente ameaçam o mundo, sem fazer a esse respeito certas distinções necessárias. Por que não se aperceberam, por exemplo, daqueles que tomam parte activa em certos acontecimentos não serem senão judeus inteiramente afastados da sua própria tradição que, como acontece sempre em casos semelhantes, só conservam os defeitos da sua raça e os maus aspectos da sua mentalidade particular? No entanto há passagens (especialmente as páginas 105-110) muito próximas de certas verdades respeitantes à “contra-iniciação”: é inteiramente exacto de que não se trata aí de quaisquer “interesses”, que não podem servir senão de vulgares instrumentos, e sim de uma “fé” que constitui “um mistério metapsíquico insondável mesmo para a inteligência superior do homem comum”, e não é menos exacto que “há uma corrente de satanismo na História”... mas essa corrente não é só dirigida contra o Cristianismo (e talvez seja esta maneira muito limitada de encarar as coisas a causa de muitos “erros de óptica”), mas também, exactamente no mesmo título, contra toda a Tradição, seja do Oriente ou do Ocidente, sem exceptuar o Judaísmo. Quanto à Maçonaria, talvez surpreendêssemos bastante os autores se disséssemos que a infiltração das ideias modernas, em detrimento do espírito iniciático, fez dela não um dos agentes da “conspiração” mas, pelo contrário, uma das suas primeiras vítimas, e se reflectissem sobre certos esforços actuais de “democratização” do próprio Catolicismo, que certamente não lhes escapou, teriam conseguido compreender, por analogia, o que entendemos disso... e ousamos perguntar se uma certa vontade de desviar as investigações, suscitando e mantendo diversas “obsessões” (pouco importa que seja a da Maçonaria, a dos judeus, a dos jesuítas, a do “perigo amarelo” ou de qualquer outra), não se torna assim parte integrante do “plano” que eles propõem-se denunciar, de que as reais “pretensões secretas” de certas equipas antimaçónicas são particularmente instrutivas a esse respeito? Sabemos muito bem que insistindo demasiado nisso corre-se o risco de não agradar a ninguém, seja de que lado for, mas essa será razão suficiente para não se dizer a verdade?

Outubro de 1936

LÉON DE PONCINS, *La mystérieuse Internationale juive* [“A misteriosa Internacional judia”]. (Gabriel Beauchesne, Paris). O que dissemos anteriormente a propósito de *A Guerra oculta*, onde M. Léon de Poncins é também um dos autores, quanto a certos exageros respeitantes ao papel dos judeus no mundo e quanto à necessidade de fazer em todo o caso determinadas distinções, aplica-se igualmente a este novo volume. Certamente há muita verdade no que é exposto a respeito de duas “Internacionais”, uma revolucionária e outra financeira, que sem dúvida estão muito menos em oposição do que realmente possa crer um observador superficial. Mas tudo isso, desde logo fazendo parte de um conjunto muito mais vasto, estará verdadeiramente sob a direcção dos judeus (deveria ter dito antes “de certos judeus”), ou na realidade é utilizado por

“alguma coisa” que os ultrapassa? De resto, pensamos que daria um estudo bastante curioso abordar as razões pelas quais o judeu, quando é infiel à sua tradição, torna-se mais facilmente que outro no instrumento das “influências” que presidem ao erro moderno, o que é, seja como for, o contrário da “missão dos judeus”, e isto talvez nos levasse demasiado longe... O autor tem toda a razão em falar de uma “conspiração de silêncio” a respeito de certos assuntos, mas será que ele chega a tocar directamente em coisas verdadeiramente muito mais “misteriosas” ainda sobre as quais, digamo-lo de passagem, as publicações “anti-judaico-maçónicas” são as primeiras a guardar-se de nunca fazer a menor alusão?

HIRAM, *J.-B. Willermoz et le Rite Templier à l’O. : de Lyon* [“J.-B. Willermoz e o Rito Templário na O. : de Lyon”]. (Fédération Nationale Catholique, Paris). O conteúdo deste livro já havia aparecido anteriormente sob a forma de uma série de artigos na R. I. S. S., e basta isso para saber com que espírito foi concebido... Certamente os documentos publicados – cujo essencial é constituído pela correspondência de Willermoz no decurso de longas e complicadas negociações que finalmente iriam desfechar na constituição do Directório Escocês Rectificado da Província de Auvergne – possuem sempre por si mesmos o seu interesse histórico, mas que dizer dos comentários que se julgou bom acompanhá-los? Há neles erros tão grandes que se tornam cómicos. É o caso da apresentação de Willermoz e de alguns outros personagens (entre os quais os cónegos lyoneses, desde logo muito particularmente maltratados) como servidores do “culto do demónio”, e de várias pessoas que conspiravam para conseguir um “retorno ao paganismo”! Certamente não somos daqueles dispostos a negar “a intervenção do demónio nas coisas deste mundo”, muito pelo contrário, desde que seja procurada onde realmente está. Mas não deixa de ser verdade que isso é um tanto mais difícil e mais perigoso do que seguir simplesmente as pistas falsas onde o dito demónio ou alguns dos seus representantes consideram vantajoso lançar os “pesquisadores” mais ou menos ingénuos, precisamente para impedir o risco deles poderem descobrir a verdade...

JOHN CHARPENTIER, *Le Maître du Secret: Un complot maçonnique sous Louis XVI* [“O Mestre do Segredo: Um complot maçónico sob Luís XVI”]. (H.-G. Peyre, Paris). Não se trata, como se poderia estar tentado a crer, do famoso “caso do Colar”, mas de uma história totalmente fictícia onde aparece um certo número de personagens reais, onde as que têm os papéis principais também são puramente imaginárias. Em suma, não é senão, como o subtítulo indica muito claramente, uma espécie de romance antimaçónico, que se distingue sobretudo pelo carácter “anacrónico” de alguns discursos: a linguagem poderia ser a de alguns Maçons políticos de hoje, mas certamente não é a dos Maçons do século XVIII! Há também uma história bizarra de “sujeitos Templários iniciados ou especulativos” (*sic*), que se haviam perpetuado depois da destruição da sua Ordem e cujo chefe era designado como o “Mestre do Segredo”, os quais tinham rompido todas as relações com os restantes Templários sobreviventes, e fundaram a Maçonaria para prosseguir a sua vingança. Ao autor (a quem já apontámos um erro grosseiro respeitante ao simbolismo templário do número 11, de que falámos em *O Esoterismo de Dante*) provavelmente lhe custaria justificar um pouco seriamente todas essas asserções...

Abril de 1937

MAURICE FAVONE, *Les disciples d’Hiram en province: La Franc-Maçonnerie dans la Marche* [“Os discípulos de Hiram na província: A Franco-Maçonaria na Marche”]. (Dorbon Ainé, Paris). Em si mesmo este pequeno volume tem um interesse sobretudo de “história local”, e certamente fazem falta muitas “monografias” deste género para ser possível tirar conclusões de ordem geral, isto apesar de algumas das ideias expressas na introdução terem um conteúdo que ultrapassa esse limite. Desde logo, no que respeita às origens da Maçonaria, o facto dos habitantes da Marche “terem-se distinguido na arte de construir desde os tempos mais recuados” não parece ter, ao contrário do que aqui é dito, uma relação muito directa com o desenvolvimento nesta região da Maçonaria “Especulativa”. O autor parece esquecer que essa foi importada de Inglaterra, e o

que representava em França a antiga Maçonaria “Operativa” continuou sempre no Companheirismo, especialmente nos canteiros, e nada mais. Uma outra opinião muito justa é aquela que refere-se ao papel da Maçonaria no século XVIII: as suas pesquisas convenceram-no de que maneira alguma ela preparou a Revolução, contrariamente à lenda propagada desde então pelos anti-maçons e depois por alguns Maçons, mas essas não é razão para concluir que “a Revolução é a obra do povo”, o que é um perfeito equívoco. Certamente ela não se fez sozinha mesmo não sendo a Maçonaria a sua autora, mas não compreendemos como é possível, a quem reflecta minimamente, dar fé ao conto “democrático” das revoluções espontâneas... Enfim, não podemos deixar de assinalar certas imprecisões bastante singulares: assim, o autor acreditar que uma Loja e um Capítulo não sejam duas coisas totalmente diferentes, e também lhe assinalamos que as “Lojas de Adopção” actualmente dependentes da Grande Loja de França não estão minimamente “sob o signo do Direito Humano”.

DR. R. SWINBURNE CLYMER, *The Rosicrucian Fraternity in America*, vol. I [“A Fraternidade Rosacruciana na América”]. (“The Rosicrucian Foundation”, Quakertown, Pennsylvania). Este grosso volume é formado pela reunião de muitos fascículos que desde logo parecem ter sido publicados separadamente: uns reportam-se à história das organizações “rosacrucianas”, ou pretendidas como tais, na América; outros oferecem um exemplo muito típico das querelas que às vezes acontecem entre as ditas organizações, às quais fizemos alusão num artigo recente. Desde logo, poderia perguntar-se porque o autor limita-se a denunciar uma única organização rival da sua, aquela que é conhecida sob a designação de A.M.O.R.C., quando certamente existe mais de uma dezena de outras que ele logicamente devia também encarar como “ilegítimas”, porque igualmente fazem uso de um título de que reivindicam o monopólio? Será porque a “concorrência” complica-se nesse caso devido às duas adversárias pretenderem, tanto uma como a outra, constituir sob os seus auspícios uma “Federação Universal das Ordens e Sociedades Iniciáticas”, o que evidentemente faz com que uma das duas sobeje? Seja como for, não se compreende minimamente como associações que se dizem iniciáticas possam ser *registered* ou *incorporated*³⁰³ e levar os seus diferendos para os tribunais profanos, nem como os certificados emitidos pelas administrações do Estado possam estabelecer algo mais que uma simples “prioridade” no uso público de uma denominação, o que seguramente não tem nada a ver com a prova da sua legitimidade. Tudo isso demonstra uma mentalidade muito estranha, e em todo o caso bastante “moderna”... Dito isso, não deixam de haver alguns pontos que dão razão às reivindicações do Dr. Clymer, quando ele apresenta uma documentação muito interessante sobre os “plágios” do seu adversário, particularmente ao demonstrar que os seus pretensos “ensinamentos secretos” foram extraídos textualmente de livros publicados e conhecidos, como os de Franz Hartmann e Eckartshausen. A propósito deste último, aparece algo bastante divertido: o autor declara que “apesar de ter feito pesquisas cuidadosas, não conseguiu encontrar nenhum escritor, reconhecido ou não como autoridade, que citasse ou classificasse Eckartshausen como um Rosacruciano”. Indicamos com satisfação a “fonte” que lhe escapou: na *História dos Rosa-Cruzes*, de Sédir, entre as notícias biográficas sobre diversos personagens pressupostos “rosacrucianos” encontra-se uma, a última da série, dedicada a Eckartshausen (1.^a edição, pp. 159-160; 2.^a edição, p. 359). Nisto, o *Imperator* da A.M.O.R.C. não tem sequer o mérito da invenção! De resto alguém poderia, com a condição de estar ao corrente de certas coisas, apontar ainda outros “plágios” de um género um pouco diferente: vemos assim a reprodução de um diploma cujo cabeçalho está redigido em nome de um suposto “Grande Colégio dos Ritos”. Ora esse título nunca pertenceu propriamente senão ao Grande Oriente de França, e sabendo muito bem em que circunstâncias o *Imperator* teve conhecimento dele, e constatando que a data do diploma em questão lhe é posterior, o “empréstimo” não nos oferece a menor dúvida, mesmo não falando dos detalhes muito significativo a esse respeito, de tratar-se de um selo mais ou menos habilmente alterado... Há ainda coisas de um carácter puramente fantasista, como o diploma de uma inexistente “Rosa-Cruz do

³⁰³ Registadas ou incorporadas (nota do tradutor).

Egipto”, ainda que, dizendo verdade, a “cadeia líbia” que o emoldura pareça inspirada em algum modelo preexistente. A este propósito, porque o Dr. Clymer pretende que numa inscrição redigida em francês (apesar de aproximada) esteja escrito *Rose-Cross* e não *Rose-Croix*? Mas é verdade não se poder esperar grandes conhecimentos linguísticos da parte de alguém que escreve os títulos da sua própria organização num latim que acreditamos ser mais caridoso não reproduzir!

Passemos a algo mais importante: bem parece que o *Imperator* fabricou completamente a sua A.M.O.R.C., apesar da história fantástica de uma carta que terá recebido em Toulouse em 1915 cujo suposto signatário nunca foi descoberto. Mas em seguida entrou em contacto com as múltiplas organizações dirigidas pelo famoso Aleister Crowley, do qual de certo modo se tornou um dos lugares-tenentes. Isto demonstra que da “pseudo-iniciação” à “contra-iniciação”, frequentemente a passagem não é senão muito fácil... Certamente não “difama” Crowley quando o qualifica de “mago negro”, porque de facto essa qualidade foi-lhe reconhecida “oficialmente”, por assim dizer, num julgamento contra ele em Londres, faz alguns anos. Portanto consideramos, com toda a imparcialidade, que essa imputação ganharia se fosse apoiada por elementos mais sólidos que os invocados pelo Dr. Clymer, que chega mesmo a provar aqui uma espantosa ignorância do simbolismo. Temos frequentemente assinalado que os mesmos símbolos podem ser tomados em sentidos opostos: o que importa em tal caso é a intenção com que são utilizados e a interpretação que se lhes dá, sendo evidente que isso não se consegue reconhecer pelo seu aspecto exterior que não sofreu nenhuma mudança, não sendo senão uma habilidade elementar, da parte de um “mago negro”, tirar partido de um tal equívoco. Além disso, falta ter em conta os “plágios” puros e simples que não faltam em Crowley: é assim que o seu emblema da pomba do Graal vem em linha directa de Péladan... O que é particularmente curioso no Dr. Clymer, é o que podemos chamar de obsessão pelo triângulo invertido: mesmo parecendo não duvidar que ele possui, no simbolismo mais ortodoxo, importantes significados que um dia talvez exponhamos, como possível ignorar que esse triângulo figura nos altos graus da Maçonaria Escocesa, onde seguramente não existe o mínimo traço de “magia negra”? Um problema que somos incapazes de resolver, é aquele de saber como um cordão levado “em tiracolo” pode muito bem não ter a ponta para baixo, e não acreditamos que antes do Dr. Clymer ninguém tivesse a ideia de ver na forma de um tal cordão (ou de uma murça de cónego, se se quiser) a figura de um triângulo invertido. Não há grandes consequências a tirar disso senão como exemplo de “falsificação”, pelo facto dos chefes de organizações pseudo-maçónicas fazerem preceder a sua assinatura de uma tríplice cruz unicamente para imitar aos membros dos autênticos Supremos Conselhos. Mas isso não tem nada a ver com um “símbolo do Anti-Cristo”! Crowley e depois o *Imperator* utilizam uma cruz carregada de signos variados, que ao serem examinados atentamente verifica-se não serem senão letras hebraicas, símbolos alquímicos e astrológicos, tudo coisas nada tendo de original nem de característico. E como desde logo entre esses signos figuram aqueles dos quatro elementos, como não poderia alguém não achar aí triângulos invertidos? Também aparece um pretenso “galo negro” cujo aspecto, à primeira vista, poderá dar uma impressão mais “sinistra”, mas ele é ainda e tão simplesmente... a reprodução bastante fiel de uma dessas figuras bizarras compostas chamadas “grylles”³⁰⁴ pelos arqueólogos, cuja origem é atribuída, com ou sem razão, aos Gnósticos basilidianos. Precisamos que o “grylle” em questão foi publicado na recopilação de Rossi e Maffai, *Gemme antiche*³⁰⁵, Tomo I, n.º 21, e reproduzido na *Histoire critique du Gnosticisme*³⁰⁶ de Matter, prancha I f, fig. 2 b. Tudo isso não prova senão uma coisa: de que se deve estar sempre seguro de conhecer exactamente aquilo de que fala, e de que é imprudente deixar-se levar pela imaginação. Porém, já basta de todas essas “curiosidades”... Quanto a certos procedimentos de “publicidade” mais ou menos charlatanescos que o Dr. Clymer denuncia, descarece dizer que estamos inteiramente de acordo com o seu aviso, mas será que ele se lembrará, apesar de já ter passado quase um quarto de século, de uma pequena

³⁰⁴ Grifos (nota do tradutor).

³⁰⁵ *Gema antiga* (nota do tradutor).

³⁰⁶ *História crítica do Gnosticismo* (nota do tradutor).

revista intitulada *The Egyptian*, onde podiam ler-se anúncios cujo estilo não diferia sensivelmente daqueles?

Acerca do aspecto “histórico” do livro, não insistiremos demasiado, pelo menos de momento. Tão-só assinalamos desde já que a *Militia Crucifera Evangelica*, como uma das “origens” a que se refere o Dr. Clymer, era uma organização especificamente luterana, nada tendo nem de rosacruziana e nem de iniciática; ademais é duvidoso que a sua recente “reconstituição” americana possa provir de uma filiação autêntica, porque entre 1598 e 1901 há uma lacuna que parece muito difícil de contornar... Aparece também, entre as “autoridades” invocadas, Georges Lippard, autor pouco conhecido de algumas ficções de tendências quase unicamente políticas e sociais, das quais alguns capítulos são reproduzidos aqui, sendo postos em cena pretensos Rosa-Cruzes de quem pode dizer-se serem muito menos figuras de Iniciados que de simples conspiradores, sendo portanto nisso que assenta, em definitivo, toda a história da introdução da Ordem na América no século XVIII. Sem querer ser demasiado exigente, certamente ele poderia ter feito melhor! Finalmente e como “ligação” mais certa, depois disso não restam senão os laços que unem o Dr. Clymer e a sua organização a P. L. Randolph e os seus sucessores, mas mesmo isso, sobretudo do ponto de vista rosacruziano porque é desse que se trata, pode ser considerado como constituindo uma garantia suficiente e realmente válida? Por agora não responderemos a essa questão, apesar dos nossos leitores poderem adivinhar facilmente o que no fundo pensamos, e somente apontamos, para terminar, o capítulo dedicado às relações de Randolph com alguns dos seus contemporâneos (destacando de passagem um erro bastante singular: a obra do nosso director Paul Chacornac sobre Eliphas Lévi é atribuída a... Paul Redonnel), e como essa história não está inteiramente desprovida de interesse talvez voltemos a ela noutra ocasião.

Janeiro de 1938

VICTOR-EMILE MICHELET, *Les Compagnons de la Hiérophanie* [“Os Companheiros da Hierofania”]. (Dorbon Ainé, Paris). Sob este título um pouco estranho, o autor reuniu, como indica o subtítulo, as suas “lembranças do movimento hermetista no final do século XIX”. Na verdade, para ser mais exacto, ele deveria substituir “hermetista” por “ocultista”, porque é propriamente disso que se trata, o qual com efeito não foi, por falta de bases sérias, senão um simples “movimento” e nada mais. Que resta dele hoje em dia? O livro interessará àqueles que conheceram esse meio desaparecido já há bastante tempo, e também àqueles que, não tendo podido conhecê-lo, desejam ter uma ideia através das impressões de uma testemunha directa. Desde logo não deve procurar-se aqui a menor apreciação doutrinal, visto o autor limitar-se ao aspecto unicamente “pitoresco” e anedótico apesar apresentado de modo um pouco incompleto, porque parece não ter visto nesse mundo senão “escritores”, ou que considerou sob esse aspecto os personagens que encontrou, mas sendo verdade que cada um encarava as coisas sempre segundo a sua “óptica” particular! Por outro lado, deveria ter mantido reservas sobre alguns aspectos de que só ouviu falar: assim, no respeitante às relações de Papus e “Monsieur Philippe” com a corte da Rússia, não é muito certo que as coisas tenham acontecido como ele diz. Em todo o caso, é altamente fantasista a afirmação de que “Joseph de Maistre havia criado um Centro Martinista em Saint- Petersburg” e que o czar Alexandre I foi “iniciado no Martinismo”, que certamente ainda não existia nessa época... A verdade é que Joseph de Maistre e Alexandre I foram “Cavaleiros Benfeitores da Cidade Santa”, mas esta designação nada tem a ver com aquela de uma “velha Ordem cuja criação é atribuída vulgarmente seja a Louis Claude de Saint-Martin, seja a Martines de Pasquallys, pois na realidade conta com seis séculos de existência”. Trata-se tão simplesmente do último grau do Regime Escocês Rectificado, tal como foi intitulado no Convénio de Lyon em 1778 sob a inspiração de Willermoz, e depois adoptado definitivamente naquele de Wilhelmsbad em 1782, pelo que está muito longe de datar de seis séculos! Poderíamos destacar ainda outras passagens testemunhando uma informação mais ou menos insuficiente como, por exemplo, aquela dedicada ao Dr. Henri Favre, onde diz claramente que “ele não publicou senão as suas *Batailles*

*du Ciel*³⁰⁷. Ora, temos dele um enorme volume intitulado *Les Trois Testaments, examen méthodique, fonctionnel, distributif et pratique de la Bible*³⁰⁸, aparecido em 1872 e dedicado a Alexandre Dumas filho, apesar de reconhecermos nunca termos visto essa obra mencionada em parte alguma, razão de a indicarmos aqui a título de curiosidade. Reparamos também que a famosa história do abade Boullan aparece, neste livro, reduzida a proporções singularmente diminutas, mesmo que, sem dúvida, o papel dos ocultistas nesse assunto não deva ser levado muito a sério (o ponto de partida real foi sobretudo uma brincadeira de Papus, que mostrava a todos um boneco de madeira destinado a representar Boullan onde havia cravado um sabre japonês, supostamente para o enfeitiçar). Mas a própria figura desse sucessor de Vintras é certamente mais inquietante que aquela de um simples “aprendiz de feiticeiro”, pois possuía outra coisa que “algumas noções elementares de magia” que aprendera “no ensinamento dos seminários”. De facto, essa história do “Carmelo” vintrasiano liga-se a um conjunto de acontecimentos bastante tenebrosos que se desenrolaram no decurso do século XIX, os quais não ousamos afirmar, constatando certas “ramificações” subterrâneas, não terem prosseguido até hoje...

Fevereiro de 1938

ALFRED DODD, *Shakespeare Creator of Freemasonry* [“Shakespeare Criador da Franco-Maçonaria”]. (Rider and Co., London). O autor deste livro já havia publicado, faz alguns anos, uma edição dos sonetos de Shakespeare visando reconstituir a sua composição original e provar que na realidade são poemas “pessoais” de Francis Bacon, que teria sido, segundo ele, filho da rainha Elisabeth; por outra parte, Lord Saint-Alban, ou seja, o mesmo Bacon, teria sido o autor do ritual da Maçonaria moderna e o seu primeiro Grão-Mestre. Aqui, pelo contrário, não é tratada a questão da identidade de Shakespeare, que deu e ainda dá lugar a tantas controvérsias, e somente pretende demonstrar que ele, quem quer que tenha sido, introduziu nas suas obras, de modo mais ou menos oculto e por vezes inteiramente criptográfico, numerosas alusões à Maçonaria. Verdade se diga, não há nisso nada capaz de surpreender aqueles que não admitem a opinião demasiado “simplista” de que a Maçonaria foi criada inteiramente no início do século XVIII. Todas as “decifrações” do autor não são igualmente convincentes, em particular as iniciais, salvo onde se apresentam claramente em grupos formando abreviações cujo uso maçónico é bem conhecido, evidentemente podendo sempre prestar-se a múltiplas interpretações mais ou menos plausíveis; mas mesmo descartando esses casos duvidosos, parece restar ainda o suficiente para dar razão ao autor quanto a essa parte da sua tese. Infelizmente acontece o contrário nas conclusões excessivas onde pretende chegar, imaginando ter descoberto com isso o “fundador da Maçonaria moderna”: se Shakespeare, ou o personagem conhecido por esse nome, foi Maçom, terá sido forçosamente um Maçom operativo (o que não quer dizer somente um obreiro), porque a fundação da Grande Loja de Inglaterra marca bem o início não da Maçonaria sem esse epíteto mas desse “enfraquecimento”, se assim pode dizer-se, que é a Maçonaria Especulativa ou Moderna. Somente, para compreender isto, ele não deveria partir dessa singular ideia preconcebida de que a Maçonaria Operativa era alguma coisa muito parecida aos “sindicatos” da nossa época, e que os seus membros preocupavam-se unicamente com “questões de salários e de horas de trabalho”! Evidentemente que o autor não faz a menor noção da mentalidade e dos conhecimentos da Idade Média, e por acréscimo vai contra todos os factos históricos quando afirma que a Maçonaria Operativa não existe desde o século XV, e por conseguinte, não pôde ter nenhuma continuidade na Maçonaria Especulativa, mesmo porque esta remonta, segundo a sua hipótese, ao final do século XVI. Não entendemos verdadeiramente porque certos éditos têm mais efeito contra a Maçonaria em Inglaterra do que éditos semelhantes contra o Companheirismo em França, e ademais, queira-se ou não, é um facto que as Lojas Operativas existiram sempre antes e mesmo depois de 1717. Essa maneira de encarar as coisas gera muitas outras inverosimilhanças: assim, por exemplo, os

³⁰⁷ *Batalhas do Céu* (nota do tradutor).

³⁰⁸ *Os Três Testamentos, exame metódico, funcional, distributivo e prático da Bíblia* (nota do tradutor).

manuscritos dos *Old Charges* não seriam senão falsificações fabricadas pelos mesmo que teriam composto o ritual, com o fim de despistar as investigações e fazer crer numa filiação inexistente, dissimulando o seu verdadeiro motivo que era o de fazer reviver os Mistérios Antigos sob uma forma modernizada. O autor não se apercebe que essa opinião tende a negar a existência de uma transmissão regular e a não admitir senão uma simples reconstituição “ideal”, despojando assim a Maçonaria de todo o valor iniciático real! Passamos de lado sobre as suas observações acerca dos “obreiros iletrados” que compunham exclusivamente a antiga Maçonaria Operativa, quando na realidade ela sempre “aceitou” membros que não eram nem obreiros nem iletrados (em cada uma das suas Lojas havia obrigatoriamente pelo menos um eclesiástico e um médico). Ademais, em quê o facto de não saber ler nem escrever (o que, entendido literalmente e não simbolicamente, não tem nenhuma importância do ponto de vista iniciático) pode impedir de aprender e praticar um ritual que, precisamente por isso, nunca podia ser confiado à sua escritura? Parece, como crê o autor, que os construtores ingleses da Idade Média nem sequer tiveram à sua disposição uma linguagem qualquer pela qual pudessem expressar-se! Mesmo sendo verdade para os termos e as frases do ritual, na sua forma actual, levam a marca da época de Elizabeth, isso nada prova de que não seja tão simplesmente uma nova versão desde logo feita de um ritual muito mais antigo e depois conservada tal qual, pois a língua não mudou consideravelmente desde essa época. Pretender que o ritual não remonta mais longe é como sustentar que igualmente a Bíblia não data senão dessa época, invocando em apoio dessa afirmação o estilo da “versão autorizada” que alguns, por uma curiosa coincidência, também atribuem a Bacon, o qual, digamo-lo de passagem, deveria ter vivido muito mais tempo para poder escrever tudo o que lhe é atribuído... O autor tem toda razão quando pensa que “as questões maçónicas devem ser estudadas maçonicamente”, e é precisamente por isso que ele próprio deveria antes de tudo proteger-se do preconceito essencialmente profano dos “grandes homens”. Se a Maçonaria é verdadeiramente uma organização iniciática, não pode ter sido “inventada” num dado momento, e o seu ritual não pode ser obra de um determinado indivíduo (como tampouco, bem entendido, de um “comité” ou agrupamento qualquer), e mesmo que esse indivíduo seja um escritor célebre e mesmo “genial”, isso não muda absolutamente nada. Quanto a dizer que Shakespeare não teria ousado incluir nas suas obras alusões maçónicas se não estivesse, enquanto fundador, acima da obrigação do segredo, é uma razão mais que fraca, sobretudo se lembrar que muitos outros além de Shakespeare fizeram o mesmo e até de um modo muito menos velado: o carácter maçónico da *Flauta Mágica* de Mozart, por exemplo, é certamente muito mais notório que aquele da *Tempestade*... Outro ponto sobre o qual o autor parece fazer várias ilusões, é acerca do valor dos conhecimentos que possuíam os fundadores da Grande Loja de Inglaterra. É verdade que Anderson o teve cuidado de dissimular muitas coisas, talvez mais “por ordem” do que por própria iniciativa e com fins que nada tinham de iniciático, mas se a Grande Loja guardava realmente certos segredos respeitantes à origem da Maçonaria, como se pode explicar que numerosos historiadores, que foram seus membros eminentes, tenham dado provas de uma tão completa ignorância a esse respeito? Ademais, duas ou três observações detalhadas acabam demonstrando o seu erro em confiar demasiado na imaginação (e talvez também em certas revelações “psíquicas”, às quais a obra anterior do mesmo autor parece referir-se discretamente). Se não fosse assim não precisaria perguntar, a propósito de uma passagem de Anderson, “qual é o grau que possui um *Expert Brother*?”, como se fosse alguma coisa de misteriosa (ademais o autor tem ideias bastante fantasistas sobre os altos graus), porque essa expressão de *Expert Brother* desde logo é simplesmente utilizada como um sinónimo de *Fellow Craft*: o Companheiro era “expert”³⁰⁹ no sentido latino do termo, enquanto o Aprendiz ainda não o era. O “jovem homem de talentos extraordinários” ao qual fez alusão Thomas de Quincey, desde logo não era Shakespeare ou Bacon, mas, de um modo inteiramente evidente, Valentin Andrae, e as letras A. L. e A. D. que, seguidas de datas, figuram numa jóia do *Royal Arch*, certamente não gravadas aí para formar a palavra *a lad* que se aplicaria ao “jovem homem”

³⁰⁹ Experimentado, perito (nota do tradutor).

em questão. Como pode alguém, sobretudo quando de certa maneira faz uma “especialidade” a interpretação das iniciais, não saber que essas letras não significam outra coisa que *Anno Lucis* e *Anno Domini*? Poderíamos destacar muitas outras coisas do mesmo género, mas achamos não ser útil insistir. Tão-só indicamos ainda a dificuldade em saber exactamente o que o autor entende por *Rosicrosse Masons*, pois fala deles como uma “sociedade literária” a qual, mesmo que secreta, é sempre alguma coisa muito pouco iniciática, apesar de ser verdade que para ele a própria Maçonaria não é senão um “sistema ético”, não conseguindo ir muito mais longe e tampouco ter uma concepção bem mais profunda. E que pensar da seriedade de uma organização que não tenha maior segredo que o de esconder a identidade do seu fundador? Certamente nunca será o nome de uma individualidade qualquer, mesmo que tenha sido o de um “grande homem”, a resposta válida à pergunta posta por uma “palavra” já deformada de tantas e distintas maneiras, pergunta que desde logo, coisa curiosa, lê-se em árabe ainda mais claramente que em hebreu: *Mâ al-Bannâ*?³¹⁰

Março de 1938

ANDRÉ LEBEY, *La Fayette ou le Militant Franc-Maçon* [“La Fayette ou o Militante Franco-Maçom”]. (Librairie Mercure, Paris). Estes dois volumes constituem um estudo muito consciencioso e notavelmente imparcial, não só de um homem, como o título pode dar a entender, mas de toda uma época, época que foi particularmente agitada e repleta de acontecimentos. O autor não é daqueles para quem a História não passa de simples assunto de curiosidade e erudição mais ou menos inútil, pelo contrário, procura nela muito justamente ensinamentos para o Presente, deplorando que particularmente em França sejam tão aproveitadas as lições que convém tirar dela. Mas no fundo, não é natural e de alguma maneira lógico que seja assim numa época como a nossa, onde crença cega no “progresso” incita mais a desprezar o Passado que a inspirar-se nele? Ele igualmente não dissimula as fraquezas do seu herói, que tendo começado a sua vida como homem de acção deixou escapar quase todas as oportunidades de intervenção que se lhe depararam, e frequentemente deixou-se arrastar pelos acontecimentos fora do seu domínio. Se foi assim, parece que isso deveu-se sobretudo ao facto da acção política exigir demasiados compromissos inconciliáveis com a fidelidade a convicções bem definidas e claramente firmadas, também devendo ter-se em conta as múltiplas contingências que para aquele pareciam insignificantes, ficando-se por uma visão demasiado “ideal” das coisas. Por outro lado, pela sua própria honestidade e sinceridade, um homem como La Fayette arriscava-se a ser muito facilmente joguete de pessoas menos escrupulosas, e de facto parece bastante claro que um Talleyrand e um Fouché o “manipularam” como entenderam, e sem dúvida também outros, que destacando-o não pensavam senão em abrigar-se sob o seu nome aproveitando-se da sua popularidade. Poderá perguntar-se se ele não chegou a aperceber-se disso numa certa medida já no final de sua vida, quando escreveu uma frase como a seguinte: “Estava no meu destino pessoal, desde a idade de dezanove anos, a ser uma espécie de tipo de certas doutrinas, de certa direcção, que sem me elevarem contudo mantinham-me aparte dos outros”. Um “tipo”, um personagem mais “representativo” que verdadeiramente actuante, eis bem, com efeito, o que foi durante todo o decurso da sua longa carreira. Na própria Maçonaria parece nunca ter desempenhado um papel importante, e também aí era ao “tipo” a que se endereçavam as honras que lhe foram concedidas. Se, pelo contrário, a Carbonária colocou-o à frente da sua Alta Venda, ele não deixou de comportar-se como sempre, “unindo-se à maioria, persuadido dela ter em conta as suas opiniões, aceitando-as primeiro para depois as contornar ou ignorar”, o que de resto talvez não constitua um caso excepcional: vários “dirigentes” aparentes poderiam dizer o mesmo! Algumas alusões às “forças equívocas, policiais e outras, que actuam por detrás dos governos”, demonstram desde logo que o autor suspeita da existência de certos “segredos”, apesar de reconhecer que, lamentavelmente, nunca soube

³¹⁰ A expressão *Mâ al-Bannâ* é o equivalente da hebraica *Ma-Haboneh* cuja fórmula maçónica *Mac-Benac* ou *Benah* é uma deformação tardia. A pergunta “*Mâ al-Bannâ*?” significa tanto “Quem é o Arquitecto (por excelência)?”, como “Quem é o (Grande) Arquitecto? Qual é a natureza da sua função?” (nota do tradutor).

exactamente, de modo seguro e preciso, a que se refere isso, mas sem dúvida “sendo indispensável estar correctamente informado para poder corrigir a política e libertá-la da abjecção que a mina levando o mundo ao desastre”. E nós acrescentamos: também para todos os domínios, e não só o da política, uma tal operação é necessária hoje em dia...

E. GAUTHERON, *Les Loges maçonniques dans la Haute-Loire* [“As Lojas maçónicas no Alto-Loire”]. (Éditions de la Main de Bronze, Le Puy). Este volume, como diz o autor, “é por sua vez uma página de história local e uma contribuição à história da Franco-Maçonaria em França”, sendo desde logo quase exclusivamente “documental”, e não é senão na conclusão que se adivinha uma certa tendência antimaçónica. De facto, os documentos publicados não trazem nada de novo ou de especialmente importante, mas isso não significa que não tenham interesse, porque pelo menos dão a conhecer a algumas personagens muito curiosas em vários aspectos. O autor faz uma ideia demasiado simples das origens da Maçonaria: os construtores da Idade Média constituíam algo completamente diferente de uma vulgar associação “de protecção e entreajuda mútua”. Por outro lado, houve sempre Maçons “aceites” que nada tinham “falsos Maçons” nem de personagens procurando dissimular uma actividade política qualquer, apesar destes elementos não profissionais terem conseguido dominar em algumas Lojas tornando possível a degeneração “especulativa”, mas a sua existência não é sequer um facto novo nem anormal. Além disso, pelo menos devemos assinalar um erro de detalhe: uma “Loja capitular” não é uma Loja “cujos membros podem chegar ao grau de Rosa-Cruz”, o que todo o Maçom pode fazer em qualquer Loja na qual, segundo o modelo de organização desde logo especial ao Grande Oriente de França, esteja “injectado” um Capítulo de Rosa-Cruz, onde também podem ser recebidos membros de outras Lojas. Noutra parte, a denominação de “Soberano Capítulo” acha-se alterada, sem dúvida pelo facto de uma abreviação mal decifrada.

Novembro de 1938

OSWALD WIRTH, *Qui est régulier? Le pur Maçonnisme sous le régime des Grands Loges inauguré en 1717* [“Que é regular? O puro Maçonismo sob o regime das Grandes Lojas inaugurado em 1717”]. (Éditions du Symbolisme, Paris). Este volume reúne os artigos aparecidos anteriormente em *Le Symbolisme*, e como já falámos deles quando foram publicados pela primeira vez dispensa-nos de voltar a detalhá-los. Ele trata da querela que divide a Maçonaria Anglo-saxónica da Maçonaria dita “Latina”, mais particularmente da Francesa. O autor reprova a primeira por não ter permanecido fiel ao “puro Maçonismo”, de maneira que a acusação de “irregularidade” que aquela lança contra a segunda devia voltar-se contra ela. Para ele, como se sabe, esse “puro Maçonismo” é representado essencialmente pelas Constituições de Anderson, e é precisamente aí que poderá ser contestado se colocar-se a questão no seu verdadeiro terreno: a expressão autêntica de “puro Maçonismo” não pode ser senão a dos *Old Charges* da Maçonaria Operativa, dos quais as Constituições de Anderson se afastam muito. Que a Grande Loja de Inglaterra tenha depois corrigido isso numa certa medida, não parece duvidoso, não se devendo fazer queixa de ninguém que repara um erro apesar de parcial e tardiamente (e se tal erro foi voluntário ou involuntário ou ambas as coisas, pouco importa aqui). Porém a Maçonaria Francesa, por sua parte, pelo contrário não faz senão acentuar ainda mais o mesmo erro, e assim, partindo do mesmo ponto, os dois adversários actuais têm vindo a divergir cada vez mais o que, evidentemente, torna muito difícil entenderem-se. No fundo, o único erro da Grande Loja de Inglaterra, nesta circunstância, é o de não assumir claramente a sua presente e verdadeira posição face às Constituições de Anderson, o que cortaria toda a discussão fazendo cair o único argumento que lhe é oposto com alguma aparência de fundamento. Mas poderá fazê-lo sem ver nisso o seu próprio defeito original que é de facto aquele de todo o regime das Grandes Lojas, ou seja, da própria Maçonaria Especulativa? Esse reconhecimento, se acontecer algum dia, logicamente deverá levar a considerar-se a restauração integral da antiga Tradição Operativa. Mas onde estão aqueles que actualmente sejam capazes de realizar uma tal restauração? Estas poucas reflexões, certamente muito afastadas do

ponto de vista do autor do livro em questão, demonstram suficientemente toda a dificuldade do assunto, dificuldade que, em suma, provém sobretudo de nenhuma das duas partes em presença poder dizer onde está realmente o “puro Maçonismo”, seja porque o ignora, quer seja porque isso seria condenar-se a si mesma ao mesmo tempo que a parte adversária, indo obrigar-se a iniciar uma tarefa provavelmente impossível. Em todo o caso, enquanto se teimar em não querer remontar além de 1717 para encontrar os verdadeiros princípios, certamente que nunca se chegará a uma solução satisfatória, e ademais resta saber se há alguém verdadeiramente interessado em chegar a ela, porque infelizmente as preocupações demasiado alheias à perspectiva iniciática que há em tudo isso permitem duvidar...

Janeiro de 1939

G. PERSIGOUT, *Rosicrucisme et Cartésianisme: “X Novembris 1619”, Essai d'exégèse hermétique du Songe cartésien* [“Rosacrucismo e Cartesianismo: “X Novembris 1619”, Ensaio de exégesis hermética do Sonho cartesiano”]. (Éditions “La Paix”, Paris). Esta brochura, desde logo não representando mais que um fragmento de um trabalho mais extenso, reporta-se a um assunto que já tivemos ocasião de falar há algum tempo (n.º de Abril de 1938, pp. 155-156) a respeito de um artigo de outro autor aparecido no *Mercure de France*, não havendo necessidade de repetir aqui todas as razões que tornam inadmissível a hipótese de uma iniciação rosacruciana de Descartes. Desde logo, o autor do presente estudo não é tão afirmativo como alguns outros, e por vezes fala somente de um “ambiente rosacruciano” que existia na Alemanha nessa época pelo qual Descartes podia ter sido influenciado num determinado momento, precisamente aquele em que teve o seu famoso sonho. Reduzida a essas proporções, a coisa é seguramente muito menos inverossimilhante, sobretudo se acrescentar-se que essa influência não foi senão passageira, logo, bastante superficial. No entanto, isso não explica que as diferentes fases do sonho correspondam às provas iniciáticas, já que estas coisas não podem ser descobertas por simples imaginação, salvo nas fantasias dos ocultistas, e será que uma tal correspondência existe realmente? Apesar de toda a engenhosidade de que o autor dá prova nas suas interpretações, devemos dizer que ela não é admirável e até apresenta uma desagradável lacuna, porque nem com a melhor vontade do mundo consegue-se perceber o que a apresentação de um melão tenha a ver com a prova da água... É muito pouco provável, por outro lado, que esse sonho não seja senão uma ficção, o que no fundo seria muito mais interessante porque pelo menos demonstraria em Descartes uma intenção simbólica consciente, por mais imperfeitamente que a tivesse expressado. Nesse caso, sob essa forma ele teria feito uma descrição disfarçada das provas iniciáticas, mas então de que iniciação se trataria? Tudo o que é possível admitir com rigor é que terá sido recebido, como o foi mais tarde Leibnitz, em alguma organização de inspiração mais ou menos rosacruciana, com a qual rompeu depois (e essa ruptura, caso tenha acontecido, terá tido mesmo um carácter bastante violento, julgando pelo tom da dedicatória de *Polybius le Cosmopolite*); ademais é preciso que uma tal organização já esteja muito degenerada para admitir com tanta ligeireza candidatos tão pouco “qualificados”... Mas, tudo bem examinado e pelas razões que já expusemos, continuamos a pensar que Descartes, ademais sendo um verdadeiro paradoxo pretender defendê-lo da imputação de “racionalismo”, sem dúvida e de facto não conheceu senão ideias rosacrucianas, e o que desde logo possa circular sobre isso no mundo profano é que se certas influências agiram sobre ele de um modo ou de outro, conscientemente ou mais provavelmente inconscientemente, a fonte donde emanaram era na realidade outra coisa que uma iniciação autêntica e legítima. O próprio lugar que ocupa a sua filosofia na história do desvio moderno, não é um indício suficiente amplo para justificar uma tal suspeita?

Abril de 1939

C. CHEVILLON, *Le vrai visage de la Franc-Maçonnerie: Ascèse, apostolat, culture* [“O verdadeiro rosto da Franco-Maçonaria: Ascese, apostolado, cultura”]. (Édition des Annales Initiatiques, Librairie P. Derain et L. Raclet, Lyon). O autor desta brochura mostra-se pouco satisfeito com o estado presente da Maçonaria, ou antes, das organizações maçónicas, e é daqueles que desejam encontrar um remédio para a sua degeneração; lamentavelmente, é muito difícil descobri-lo e não há nas suas reflexões a esse respeito algo de mais e melhor que essa boa intenção, o que certamente não chega para chegar a um resultado efectivo. Pensamos que por “ascese” deverá entender-se propriamente, sobretudo se quer aplicar-se essa palavra na ordem iniciática, um método de desenvolvimento espiritual; mas aqui, de facto, não passa de uma questão de desenvolver as “faculdades psicológicas”, consideradas segundo a classificação mais banalmente “universitária”: sensibilidade, inteligência, vontade, ficando bem evidente que inteligência, neste caso, não significa senão “razão”. O que é mais curioso é o autor acreditar que pode pôr a vontade em relação com o “mundo das ideias puras”... Quanto à sua ideia de “apostolado”, ela parece sobretudo proceder sobretudo de uma confusão da “realização” com a acção exterior, que é o menos iniciático possível, e no fundo não vemos uma grande diferença entre as suas preocupações sociais e aquelas cuja intrusão na Maçonaria moderna contribuíram largamente para originar o desvio de que se queixa. Por fim a “cultura”, que em suma significa a educação inteiramente exterior, concebida à maneira profana, não tem nenhuma relação com a obtenção do verdadeiro Conhecimento, e se seguramente fica-lhe bem dizer que “o Maçom deve adquirir o sentido do Eterno”, todavia falta-lhe ainda dar um valor real a essa afirmação, não se ficando por um “verbalismo” mais ou menos vazio, que poderá ser “filosófico” mas não reflecte nada de verdadeiramente iniciático, nem tampouco de especificamente maçónico, se entender-se este último termo segundo a sua concepção tradicional e não segundo o que representa para a maior parte dos nossos contemporâneos, incluindo a grande maioria dos próprios Maçons!

Junho de 1939

ALICE JOLY, *Un Mystique lyonnais et les secrets de la Franc-Maçonnerie (1730-1824)* [“Um Místico lyonnês e os segredos da Franco-Maçonaria (1730-1824)”]. (Protat Frères, Mâcon). Este grosso volume é uma biografia tão completa quanto possível de Jean-Baptiste Willermoz, feita muito conscienciosamente e seriamente documentada, mas que no entanto não está isenta de alguns defeitos, provavelmente inevitáveis quando se quer, como é o caso, estudar assuntos como os aqui tratados dispondo-se numa perspectiva profana. Por certo não basta, nesta ordem de coisas, uma espécie de simpatia exterior ou uma curiosidade que chega até à pesquisa dos mínimos detalhes anedóticos para chegar a uma compreensão verdadeira. Admiramos a paciência que teve em tratar de um assunto pelo qual não se sente um grande interesse, mas confessamos que invés acumulação de factos puros e simples, preferíamos uma visão mais “sintética” que permitisse extrair o significado, evitando assim erros e confusões mais ou menos graves. Uma dessas confusões aparece no próprio título onde Willermoz é definido como “místico”, quando nada disso se depreende do que está exposto no livro e ademais sendo verdade que ele nunca o foi. Mesmo que possa ser reprovado por ter abandonado os Élus Coens, não o fez por se inclinar para o misticismo como Saint-Martin, mas somente por então se interessar mais activamente por outras organizações iniciáticas. Por outro lado, falta evidentemente à autora o conhecimento “técnico” das coisas de que fala, donde resultam equívocos curiosos: assim, por exemplo, toma os diferentes Ritos maçónicos para outras tantas “sociedades”; ignora a diferença que existe entre “uma Grande Loja e um Grande Oriente”; chama “rectificação” ao reatamento de uma Loja à Estrita Observância, quando pelo contrário esse termo designa a modificação que sofreram as próprias Lojas da Estrita Observância quando esta deixou de existir como tal e foi substituída pelo que, precisamente por esta razão, se chamou (e ainda se chama) o Regime Escocês Rectificado, na elaboração do qual Willermoz teve parte preponderante. Dito isto, reconhecemos com satisfação que esta obra contém uma soma de informações que será sempre útil referir quando se quer estudar

as organizações nas quais Willermoz desempenhou um papel. Mas a parte mais interessante, na nossa opinião, é aquela que respeita ao interesse dele pelo magnetismo e as consequências bastante danosas daí resultantes, onde seguramente não foi o episódio mais feliz da sua carreira. Ademais, há nessa história alguma coisa de verdadeiramente singular que requer uma reflexão de alcance mais geral: pense-se o que pensar do carácter de Mesmer, sobre o qual formulam-se as opiniões mais opostas, parece que tudo isso foi “suscitado” expressamente para desviar as organizações maçónicas que, apesar de tudo o que lhes faltava de conhecimento efectivo, ainda trabalhavam seriamente e esforçavam-se por renovar o elo da verdadeira Tradição, e invés disso a maior parte da sua actividade foi então absorvida por experiências mais ou menos pueris, em todo o caso nada tendo de iniciáticas, não falando dos problemas e das dissensões que se seguiram. A “Sociedade dos Iniciados” organizada por Willermoz não tinha em si mesma nenhum carácter maçónico, porém, na razão da qualidade dos seus membros, não deixou de exercer uma espécie de influência reitora sobre as Lojas de Lyon, e essa influência não era, em definitivo, senão aquela dos sonâmbulos a quem se consultava para todas as coisas. Nessas condições, como poderá causar admiração que os resultados tenham sido lamentáveis? Sempre pensámos que o famoso “Agente Desconhecido” que ditou tantas elucubrações confusas e frequentemente totalmente ininteligíveis, era tão simplesmente um desses sonâmbulos, e lembramos ter escrito isso aqui mesmo, há alguns anos, a propósito do livro de M. Vulliaud. Madame Joly apresenta essa confirmação que não deixa lugar a dúvida alguma, por ter conseguido descobrir a identidade da pessoa em questão: tratava-se de Madame de Vallière, irmã do comendador de Monspey pelo qual as suas mensagens eram transmitidas a Willermoz. Apesar de não ser a solução definitiva deste enigma e acabar assim com certas lendas “ocultistas”, as pesquisas da autora certamente não foram inúteis. Permitimo-nos ainda uma pequena observação acessória: certos nomes próprios estão deformados de um modo bastante estranho, e não estamos falando de personagens do século XVIII sabendo bem como a sua ortografia é por vezes difícil de estabelecer exactamente. Mas porque nas referências MM. Vulliaud e Dermenghem são constantemente chamados “Vuilland” e “Dermenghen”? Sem dúvida que isso não tem uma importância capital, mas, sobretudo num trabalho de “arquivista”, não deixa de ser um pouco incómodo...

Dr. GÉRARD VAN RIJNBEERK, *Un Thaumaturge au XVIII^e siècle: Martines de Pasqually, sa vie, son oeuvre, son Ordre* [“Um Taumaturgo no século XVIII: Martines de Pasqually, sua vida, sua obra, sua Ordem”]. Tomo segundo (P. Derain et L. Raclet, Lyon). Já examinámos longamente, na devida altura, o primeiro volume desta obra, e o segundo não é senão um complemento que o autor pensou dever acrescentar pela razão de alguns factos entretanto chegados ao seu conhecimento. Aproveitou para completar a bibliografia e incluir a reprodução integral das cartas de Martines a Willermoz, actualmente conservadas na Biblioteca de Lyon, das quais até agora não haviam sido publicados senão fragmentos mais ou menos extensos. Ele cita os artigos em que falámos do seu livro, mas parece não ter compreendido a nossa posição porque nos qualifica de “ensaísta”, o que é absolutamente incrível, e pretende que “nos esforçamos por exprimir ideias originais e pontos de vista pessoais”, o que é exactamente o contrário às nossas intenções e ao nosso ponto de vista rigorosamente tradicional. Acha “espantosa” a nossa afirmação de que “o Regime Escocês Rectificado não é uma metamorfose dos Élus Coens, mas antes uma derivação da Estrita Observância”. No entanto é assim, e quem tenha a mínima ideia da história e da constituição dos Ritos maçónicos, não terá a menor dúvida sobre isso. Mesmo que Willermoz, ao redigir as instruções de certos graus, tenha introduzido ideias mais ou menos inspiradas nos ensinamentos de Martines, isso não muda absolutamente nada quanto à filiação e ao carácter geral do Rito tratado; por outro lado, o Regime Rectificado de maneira alguma é a “Maçonaria Templária”, como disse M. van Rijnberk, porque, absolutamente pelo contrário, um dos principais pontos da “rectificação” consistiu precisamente no repúdio da origem templária da Maçonaria.

Um capítulo bastante curioso é aquele onde o autor procura esclarecer a filiação do “Martinismo” que, apesar de tudo, permanece obscura e duvidosa em alguns pontos. A questão,

aparte o ponto de vista simplesmente histórico, desde logo não tem a importância que alguns querem atribuir-lhe, por em todo o caso ser evidente que o que Saint-Martin podia transmitir aos seus discípulos, fora de toda a organização regularmente constituída, de maneira alguma podia de modo algum ser considerado como tendo o carácter de uma iniciação. Um ponto interessante, por outro lado, é aquele que respeita ao significado das letras S. I., frequentemente interpretadas como “Superior Incógnito”, que na realidade serviram para muitas coisas: já assinalámos que elas são especialmente as iniciais da “Sociedade dos Independentes” referida em *O Crocodilo*, como também da “Sociedade dos Iniciados” de Willermoz. Como disse M van Rijnberk, poderiam multiplicar-se os exemplos a esse respeito, e ele mesmo observa que elas também são a abreviatura de “Soberano Juiz”, título dos membros do “Tribunal Soberano” dos Élus Coens; acrescentamos que num outro Rito da mesma época havia um grau de “Sábio Iluminado”, e que no próprio Rito Escocês Antigo e Aceite há aquele de “Secretário Íntimo”, que é o sexto, sendo bastante curioso por sua proximidade aos “seis pontos” (observamos de passagem, para os amadores das “coincidências”, que na Estrita Observância o acto de obediência aos “Superiores Incógnitos” também era em seis pontos!). Mas porque essas duas letras desfrutavam de um tal favor? O autor tem inteira razão em pensar que se deve ao seu valor simbólico próprio, que desde logo apercebeu ao reportar-se a uma das pranchas de Khunrath. Unicamente esqueceu-se de fazer a distinção entre dois símbolos conexos, apesar de um pouco diferentes: o da “serpente de bronze”, que na realidade dá as letras S. T. (iniciais também de “Soberano Tribunal”), e o da árvore ou bastão em torno do qual está enrolada a serpente que é representado unicamente por um eixo vertical, e é este último que dá as letras S. I. cujas formas encontram-se na serpente e na flecha que figuram no selo de Cagliostro. Como somos levados a falar deste assunto, adiantamos que, essencialmente, a letra S representa a multiplicidade e a letra I a unidade, sendo evidente que a sua correspondência respectiva com a serpente e a árvore axial concorda perfeitamente com este significado. É inteiramente exacto que há nisso alguma que “procede de um Esoterismo profundo”, muito mais profundo e autêntico que a “Santa Iniciação”... martinista, que a nenhum título pode reivindicar a propriedade deste antigo símbolo como daquele do número 6 e do selo de Salomão!

Março de 1940

CHARLES CLYDE HUNT, *Masonic Symbolism* [“Simbolismo Maçónico”]. (Laurance Press Co., Cedar Rapids, Iowa). O autor, Grande Secretário da Grande Loja de Iowa, já havia publicado há uma dezena de anos um livro intitulado *Some Thoughts on Masonic Symbolism*³¹¹, sendo o presente volume é uma sua reedição, mas consideravelmente aumentado com a adição de quase o dobro de novos capítulos. Estes haviam aparecido entretanto separadamente em forma de artigos no *Grand Lodge Bulletin*, os quais já tivemos oportunidade de mencionar a maioria à medida que iam aparecendo. Talvez tivesse sido melhor, parece-nos, conservar o livro com o seu antigo título, porque não há nele, como o novo título possa fazer crer, um tratado global sobre o simbolismo maçónico, sendo antes uma série de estudos abordando pontos mais ou menos particulares. Por outro lado, o que desde logo se estranha ao ver esses estudos assim reunidos, é as interpretações dadas neles estarem quase exclusivamente baseadas num único sentido, e como a Maçonaria representa uma forma iniciática propriamente ocidental, muitas dessas questões poderiam ser largamente esclarecidas comparando-as com os elementos de outras tradições. Além disso, os próprios textos bíblicos não são encarados senão no seu sentido mais literal, ou seja, as explicações que deles se retiram são sobretudo de ordem histórica, por um lado, e moral, por outro. Isto é manifestamente insuficiente, partindo de que se deveria tratar aqui não o ponto de vista religioso mas do ponto de vista iniciático, parecendo haver uma certa tendência para confundir os dois domínios, o que ademais está muito propagado na Maçonaria Anglosaxónica. O autor parece assinalar como objectivo principal da Maçonaria o que ele chama a “construção do carácter”

³¹¹ *Algumas Reflexões sobre o Simbolismo Maçónico* (nota do tradutor).

(*character-building*), mas no fundo esta expressão representa mais uma simples “metáfora” que um verdadeiro símbolo, pois a palavra “carácter” é muito vaga e, em todo o caso, não parece indicar nada que supere a ordem psicológica. Há então nisso alguma coisa de bastante exotérico, pois se tivesse falado de “construção espiritual” teria um sentido diferente e muito mais profundo, sobretudo se lhe acrescentasse maiores precisões especificamente “técnicas” que a esse respeito poderia extrair facilmente do simbolismo maçónico, sabendo abster-se de “moralizar” pura e simplesmente a propósito dos símbolos, o que certamente não tem nada de iniciático e nem sequer justifica a afirmação do carácter esotérica da Maçonaria. Mas tudo isso não retira nada ao mérito e ao interesse do livro no domínio muito particular a que ele destina preferencialmente, ou seja, sobretudo no que respeita à contribuição que dá à elucidação de um certo número de pontos obscuros ou geralmente mal compreendidos dentre os muitos que existem no estado actual da tradição maçónica, isto é, desde que ela foi reduzida a não ser mais que “especulativa”.

GIUSEPPE LETI e LOUIS LACHAT, *L'Esotérisme à la scène: la Flûte Enchantée, Parsifal, Faust* [“O Esoterismo levado à cena: a Flauta Mágica, Parsifal, Fausto”]. (Derain et Raclet, Lyon). O título deste livro parece ser insuficientemente preciso, já que as três peças estudadas são especialmente encaradas (pelo menos terá sido a intenção dos autores) pela perspectiva do simbolismo maçónico, muito mais que pela do esoterismo em geral. Por outro lado, há também algo que pode provocar uma objecção imediata, porque se o carácter maçónico da *Flauta Mágica* é bem conhecido e não pode ser posto em dúvida, o mesmo não ocorre com as outras duas obras, e mesmo que se diga que Goethe foi Maçom como Mozart, o mesmo não poderá dizer-se de Wagner. Parece que apesar de haver no *Parsifal* alguns pontos de comparação com o simbolismo maçónico, isso provém da própria lenda do Graal ou da “corrente” medieval a que estava ligada, muito mais que da adaptação feita por Wagner, que não foi forçosamente consciente do seu carácter iniciático original, inclusive chegando até a ser repreendido por ter alterado esse carácter substituindo-o por um misticismo um pouco nebuloso. Todas as semelhanças que os autores indicam podem em suma explicar-se pelo que eles chamam a “herança dos herméticos” na Maçonaria, o que corresponde bem ao que acabamos de dizer. Frequentemente eles misturam também considerações muito vagas que não relevam do simbolismo nem do esoterismo e somente de uma “ideologia” que, apesar de representar o conceito que fazem da Maçonaria certamente não é inerente a ela mesma, só pôde introduzir-se em alguns dos seus Ramos devido à degeneração de que temos falado frequentemente. Quanto ao caso de Goethe, ele é bastante complexo, e deveria examinar-se de muito perto em que medida o seu poema *Fausto* está realmente “marcado pelo espírito maçónico”, como disse um crítico já citado aqui, e para o qual o “espírito maçónico” não poderá ser, no fundo, mais que a ideia feita comumente pelo público. Isso certamente é tão contestável como outras obras do mesmo autor, como *Wilhelm Meister* ou o conto enigmático da *Serpente Verde*, e a dizer verdade há no *Fausto*, cujo conjunto é um pouco “caótico”, partes cuja inspiração mais parece anti-tradicional. Sem dúvida que as influências exercidas em Goethe não foram exclusivamente maçónicas, e não deixaria de ser interessante procurar determinar quais foram exactamente... Há também no presente livro uma quantidade de observações interessantes, mas tudo isso necessita ser clarificado e posto em ordem por alguém que não esteja afectado, como os autores o estão muito visivelmente, pelas ideias modernas, “progressistas” e “humanitárias”, ideias que estão nos antípodas de todo o verdadeiro esoterismo.

Maio de 1946

PIERRE LHERMIER, *Le mystérieux Comte de Saint-Germain, Rose-Croix et diplomate* [“O misterioso Conde de Saint-Germain, Rosa-Cruz e diplomata”]. (Editions Colbert, Paris). Este livro, publicado após a morte do seu autor, é um estudo histórico bastante superficial e que, a dizer verdade, não esclarece muito o “mistério” de que trata. Desde logo, M. Lhermier expõe as inúmeras hipóteses que têm sido colocadas a respeito do Conde de Saint-Germain, não se pronunciando por nenhuma delas apesar de parecer inclinar-se a admitir que podia pertencer à

família dos Stuarts, ou pelo menos ao seu círculo. Uma das razões que aponta assenta numa confusão bastante surpreendente: “Saint-Germain era Rosa-Cruz, escreve ele textualmente, ou seja, pertencia à Franco-Maçonaria do Rito Escocês, de tendência católica e stuartista...”. Será que ignora que a Maçonaria “jacobita” não tanto do Rito Escocês como não comportava nenhum grau de Rosa-Cruz, e também, por outro lado, que apesar do título esse grau nada tinha a ver com o Rosacruzianismo de que Saint-Germain terá sido um dos últimos representantes conhecidos? A maior parte do volume está dedicada ao relato, entremesclado com várias anedotas, das viagens no decurso das quais o herói pôde cumprir, por conta de Luís XV, missões secretas relacionadas com diversos assuntos políticos e financeiros, mas em tudo isso há ainda muitos pontos duvidosos, e em todo o caso não se trata senão do lado mais exterior dessa existência enigmática. Assinalamos que, segundo o autor, certas afirmações extraordinárias atribuídas a Saint-Germain, particularmente a respeito da idade que se lhe atribuía, deviam na realidade atribuir-se a um mistificador chamado Gauve que se fazia passar por ele, parece, por instigação do duque de Choiseul, o qual pretendia com isso desacreditar um homem em quem via um perigoso rival. Passaremos sobre identificação de Saint-Germain com alguns outros personagens misteriosos, assim como sobre outras coisas mais ou menos hipotéticas, mas não deixamos de reparar que se presta, dando fé a alguns indícios muito vagos, em atribuir-lhe uma espécie de filosofia “panteísta” e “materialista”, que certamente nada tem de iniciática! Nas últimas páginas, o autor volta ao que apelida a “seita dos Rosa-Cruzes”, de um modo parecendo um pouco contraditório com a sua asserção que já citámos. Como também fala das “fontes” tais como Madame Besant e F. Wittemans, incluindo mesmo Spencer Lewis, *Imperator* da A.M.O.R.C., sem contar um certo “Fr. Syntheticus, R. C., escritor ocultista cuja obra faz lei” (!), não se deve ficar surpreendido com as suas noções prodigiosamente confusas, as quais até mesmo do ponto de vista histórico, em que ele pretende reter-se, não têm nenhuma relação com a verdade. Isto prova mais uma vez que um certo cepticismo nem sempre é a melhor garantia de livrar-se do perigo de aceitar sem controle as piores fantasias; alguns conhecimentos tradicionais, mesmo sendo de uma ordem elementar, seguramente seriam muito mais eficazes a esse respeito.

G. DE CHATEAURHIN, *Bibliographie du Martinisme* [“Bibliografia do Martinismo”]. (Derain et Raclet, Lyon). Esta bibliografia (cujo autor parece-nos ter um parentesco estreito com M. Gérard van Rijnberk, de quem já examinámos a sua obra sobre Martines de Pasqually), compreendida sob a denominação comum de “Martinismo” segundo o hábito estabelecido, sobretudo entre os ocultistas contemporâneos e a sua ignorância da história maçónica do século XVIII, contém muitas coisas que na realidade são totalmente diferentes entre si: a Ordem dos Élus Coens de Martines de Pasqually, o Regime Escocês Rectificado com J. B. Willermoz, o misticismo de Louis-Claude de Saint-Martin, e finalmente o Martinismo propriamente dito, ou seja, a organização recente fundada por Papus. Pensamos que teria sido preferível separá-la em secções correspondentes aos diferentes assuntos, mais que em “obras dedicadas especialmente ao Martinismo” e “obras nas quais se trata do Martinismo incidentalmente”, que poderia ser melhor uma simples subdivisão de cada uma dessas secções. Quanto às “fontes doutrinárias” que aqui são mencionadas à parte, tratam-se unicamente dos escritos de Martines de Pasqually e de Louis-Claude de Saint-Martin, e de facto não pode haver outras. Também teria sido bom assinalar de alguma maneira, sobretudo para as obras recentes, uma distinção entre as que têm um carácter seja martinista ou seja maçónico, das que pelo contrário estão escritas com um espírito de hostilidade (que são sobretudo obras antimaçónicas), e daquelas que se dispõem numa perspectiva “neutra” puramente histórica, pois o leitor poderia assim reconhecê-las muito mais facilmente. A lista parece-nos muito completa, apesar do *Discurso de Iniciação* de Stanislas de Guaita, que merecia ter aí o seu lugar, estar ausente. Mas verdadeiramente não vimos bem qual o interesse que teve em fazer figurar esta inverosímil mistificação que se chama *O Diabo no século XIX* (ademais sem mencionar a brochura intitulada *O Diabo e o Ocultismo*, que Papus escreveu como resposta), tanto mais que, pelo contrário, negligenciou citar o *Lúcifer desmascarado*, de Jean Kostka (Jules Doinel), onde o Martinismo é tratado muito mais directamente.

DR. SWINBURNE CLYMER, *The Rosicrucian Fraternity in America*, vol. II [“A Fraternidade Rosacruziana na América”]. (“The Rosicrucian Fondation”, Quakertown, Pennsylvania). Já resumimos anteriormente (número de Abril de 1937) o primeiro volume publicado com este título; quanto ao segundo, que é verdadeiramente enorme (perto de mil páginas!), as circunstâncias não nos permitiram falar dele até aqui. O principal adversário do Dr. Clymer, o *Imperator* da A.M.O.R.C., morreu entretanto, mas evidentemente isso não retira nenhum interesse por esta obra apresentar um ponto de vista especial, por tratar-se aí de um caso típico de charlatanismo pseudo-iniciático, ao qual deveria mesmo acrescentar-se, como já explicámos, várias influências de um carácter ainda mais suspeito. Falta também reconhecer que, como outros já o fizeram antes de nós, o Dr. Clymer perde bastante em sua causa ao utilizar muito frequentemente uma linguagem “argótica”³¹² e injuriosa, cujo mínimo que se pode dizer é que lhe totalmente a dignidade; mas no fundo isso pouco nos importa, porque não estamos absolutamente nada tentados a tomar partido nessa querela. Pense-se o que pensar do mérito das suas reivindicações, em todo o caso a sua exposição é muito “instrutiva” em vários aspectos: é assim que se vê, dentre outras coisas, como um advogado consegue entender-se com o da parte adversária para resolver um caso sem o conhecimento do seu cliente e em detrimento dos interesses deste, e infelizmente é provável que tais costumes não sejam exclusivos da América! Por outra parte, é verdadeiramente difícil, repetimos ainda a esse respeito, compreender como organizações que se dizem iniciáticas possam levar os seus diferendos diante de uma jurisdição profana, e mesmo que elas não as sejam realmente, isso nada muda a respeito porque, em boa lógica, pelo menos deveriam comportar-se como se o fossem como querem fazer passar. Pelo que inevitavelmente acontece uma destas duas coisas: ou o juiz é ele mesmo profano, desde logo incompetente por definição, ou então é Maçom, e como as questões maçónicas são sempre misturadas em todas estas histórias, ele deverá, dividido entre as suas obrigações de discrição iniciática e os deveres do seu cargo público, ficar numa situação bastante falsa e singularmente embaraçosa... A respeito das questões que acabamos de referir, observamos que o Dr. Clymer tem sobre a regularidade maçónica ideias muito especiais: para duas organizações igualmente irregulares, ademais com a mesma origem, ele não tem senão elogios para uma, enquanto para a outra cobre-a de injúrias e denúncias. A razão disso é tão simplesmente porque a primeira aderiu à sua própria “Federação”, e a segunda à “Federação” rival. Esses motivos bastante mesquinhos não impediram, a dizer verdade, a documentação respeitante a essa última denominada F.U.D.O.S.I., isto é, *Federatio Universalis Dirigens Ordines Societatesque Initiationis* (que latim!), de ser, sempre pelo mesmo ponto de vista, uma das coisas mais interessantes de todas as que o livro contém. Quão edificantes são as actuações desses meios supostamente “fraternais”! Reconhecemos aí velhos conhecidos, entre os quais alguns sobreviventes do antigo movimento ocultista francês, que parece não desejar decidir desaparecer de todo... Naturalmente também aparece novamente o assunto de Theodor Reuss, aliás, “Frater Peregrinus”, de Aleister Crowley e a sua O.T.O., sem falar de muitos outros personagens (reais e imaginários) e de outros agrupamentos de um carácter não menos estranho. Tudo isso, que não se consegue resumir, constitui uma importante recolha de documentos que deveria consultar qualquer um que se proponha a escrever um dia detalhadamente a história fantástica das pseudo-iniciações modernas.

Outubro-Novembro de 1946

ALBERT LANTOINE, *Les Sociétés Secrètes actuelles en Europe et en Amérique* [“As Sociedades Secretas actuais na Europa e na América”]. (Presses Universitaires de France, Paris). Este pequeno volume, que estava pronto para aparecer em 1940 mas cuja saída foi retardada cinco

³¹² Aqui com o sentido de “boçal” (nota do tradutor).

anos devido aos acontecimentos³¹³, faz parte de uma colecção que é manifestamente destinada ao “grande público”, o que explica o seu carácter um pouco superficial. No entanto encontra-se nele uma muito louvável distinção entre “sociedades secretas iniciáticas” e “sociedades secretas políticas”, donde a sua divisão em duas partes “que nada têm em comum entre si senão na semelhança dos seus títulos”. Quanto a dizer que as primeiras distinguem-se das outras porque nelas “a solidariedade não é de ordem sentimental mas de ordem espiritual”, é seguramente certo porém insuficiente, tanto mais que o “espiritual” parece ser concebido aqui só como um simples assunto de “pensamento”, o que está muito longe do verdadeiro ponto de vista iniciático. Em todo o caso, o assunto é de facto muito mais complexo, e aconselhamos remeter-se ao que dissemos nos nossos *Problemas sobre a Iniciação* (cap. XII). Por outro lado, é-nos absolutamente impossível compartilhar certas noções sobre uma pretensa oposição entre a religião e tudo o que tenha um carácter secreto em geral e iniciático em particular; uma distinção clara entre o exoterismo e o esoterismo bastará para pôr cada coisa no seu lugar e fazer desaparecer toda a oposição, porque na verdade trata-se de dois domínios inteiramente diferentes. A primeira parte começa com um curto capítulo sobre as “pequenas sociedades iniciáticas”, cuja supressão não faria perder em nada a obra por algumas das informações que contém serem retiradas de fontes bastante profanas, e ademais acha-se aí uma frase muito infeliz que parece admitir as pretensões das organizações pseudo-iniciáticas de todo o género: certamente não é pelo facto de um agrupamento praticar um simulacro ou uma paródia da iniciação que tem “o direito de dizer-se iniciático”! Adiantamos de seguida que o capítulo sobre o Companheirismo, apesar de nada ter de inexacto, é também de uma lamentável insuficiência; será porque o encara mais como uma “coisa do passado”, logo, “desactual”, que achou oportuno não dar-lhe mais espaço no livro? O que há de mais interessante e melhor feito, é certamente o resumo da história da Maçonaria na Europa e particularmente em França, e compreende-se isto sem dificuldade por ser uma espécie de “especialidade” do autor. Mas no que respeita às origens está terrivelmente simplificado, e porque mostra sempre essa espécie de receio em recuar mais além de 1717? Quanto à Maçonaria Americana, é evidente que o autor não tem senão um conhecimento muito incompleto, e notoriamente para os altos graus parece até ignorar a existência de tudo o que não é o Rito Escocês Antigo e Aceite, que sem dúvida está muito longe de ser o mais difundido nos países anglo-saxónicos... Também se encontra neste livro, referente à América³¹⁴, algumas indicações históricas sobre os *Odd Fellows* e os *Knights of Pythias*, assim como sobre certas associações de negros cujo carácter está muito mal definido, e ainda nisto encontramos a falsa tendência em acreditar que basta a admissão dos membros ser acompanhada de “cerimónias” para permitir-se falar de iniciação. A segunda parte, dedicada às “sociedades secretas políticas”, passa em revista, pela Europa, as sociedades irlandesas, os *Comitadjis* da Macedónia, os *Oustachis* da Croácia; para a América, os “Cavaleiros de Colombo”, a “Ordem dos Hibérnios”, o *Ku-Klux-Klan* (do qual desde logo diz muito pouca coisa), as sociedades judaicas e a algumas outras organizações de menor importância. A conclusão tem um tom “desprendido”, até mesmo um pouco céptico, o que é muito decepcionante mas que, em suma, não deixa de ser quase inevitável para aqueles que, diante do estado actual das organizações iniciáticas ocidentais, não conseguem descobrir o que é verdadeiramente a iniciação.

JOHN CHARPENTIER, *L'Ordre des Templiers* [“A Ordem dos Templários”]. (“La Colombe”, Paris). O autor deste livro publicou anteriormente alguns romances nas quais fez os Templários, ou os seus continuadores reais ou supostos, jogar um papel que parece testemunhar ideias muito singulares a esse respeito, pelo que tínhamos encontrar também aqui fantasias do mesmo género, mas felizmente não é o caso: desta vez trata-se de um estudo histórico feito com seriedade, o que certamente é muitíssimo melhor. O que há somente a lamentar, muito mais por

³¹³ René Guénon refere-se aqui à ocupação de França, particularmente de Paris, pelas forças militares alemãs do Reich nazi desde Maio de 1940 a Dezembro de 1944, tendo a capital francesa sido libertada pelas forças aliadas em 25 de Agosto desse último ano (nota do tradutor).

³¹⁴ Especificamente a América do Norte (nota do tradutor).

ser o aspecto mais interessante da questão, é ser quase impossível compreender qual é o pensamento exacto do autor no que respeita ao esoterismo dos Templários: originalmente não teria havido entre eles “nenhum esoterismo” (mas a própria Cavalaria, de um modo geral, não teria contudo um certo carácter iniciático?), e ele foi introduzido mais tarde, então de onde proveio? Sem dúvida do Oriente, portanto, das suas relações com os Ismaelitas, dos quais não recolheram mais que a ideia de uma certa hierarquia de graus (que desde logo parece confundir aqui com as funções) e a de um “universalismo pacifista” (*sic*), que de facto poderá ser o conceito de Império tal como Dante expôs. Discutindo a questão da pretensa “heresia” dos Templários, J. Charpentier utiliza largamente os artigos de MM. Probst-Biraben e Maitrot de la Motte-Capron, e como já os examinámos detalhadamente (n.º de Outubro-Novembro de 1945) não necessitamos voltar a eles. Não acreditamos que eles tenham sido realmente heréticos mas admite que possam ter sido “gnósticos”, e a este propósito observa muito justamente que “sob esse título acham-se muitas noções heteróclitas sem relação umas com as outras, e por vezes mesmo inconciliáveis”, ademais “nem sequer se possuindo sobre o Gnosticismo outros conhecimentos senão aqueles fornecidos pelos seus adversários”. Mas veja-se agora onde as coisas complicam-se estranhamente: por um lado, é ao Gnosticismo Valentiniano que “os Templários ligam-se remotamente”, e por outro lado, “para falar do gnosticismo dos Templários falta saber se havia uma Gnose activa na época em que viveram”, o que não terá acontecido. Adianta que não devia tratar-se de uma doutrina porque “nunca se recolheu nenhum testemunho comprovativo”, pelo que os Templários “não seriam senão propagandistas (!) de ideias sociais e políticas fundadas sobre a solidariedade”. Portanto, haveria entre eles uma transmissão oral (mas em que se baseava ela?) para finalmente achar que eles possuíam um esoterismo de origem pitagórica, sem que se consiga adivinhar onde e como o receberam. É verdadeiramente muito difícil conseguir-se orientar em tudo isso! Tampouco compreendemos muito bem como alguém possa pensar que o “Joanismo” não procede de S. João Evangelista mas de S. João Baptista. Ainda no que se refere ao Pitagorismo, assinalamos que talvez seja nas relações dos Templários com as corporações de construtores (que não são mencionadas aqui senão incidentalmente) que se poderá descobrir a chave do enigma... No último capítulo é tratado assunto da Maçonaria “templária”, que é “liquidado” de um modo verdadeiramente muito sumário (e reparamos de passagem o lapso curioso que faz ao escrever “Magnus Grecus” por “Naymus Grecus”) depois dos neo-templários de Fabré-Palaprat, e aqui sentimos uma viva surpresa ao ver-nos nomeados entre os que “têm acreditado na tese segundo a qual Larménius teria sido o legítimo sucessor de Molay”! Ora, tanto quanto nos lembramos, nunca escrevemos em parte alguma uma só palavra sobre esse assunto, e, em todo o caso, estaríamos muito pouco tentados a sustentar essa tese por nem sequer termos a inteira certeza do dito Larménius ter existido realmente, por considerarmos extremamente suspeito tudo o que (incluindo o “alfabeto secreto”) provém de uma fonte neo-templária. Esperamos que tenha em boa conta, na devida oportunidade, esta rectificação.

JEAN MALLINGER, *Pythagore et les Mystères* [“Pitágoras e os Mistérios”]. (Editions Niclaus, Paris). Quando se sabe que o autor deste livro foi um dos promotores da F.U.D.O.S.I., de que já falámos recentemente (n.º de Maio de 1946), certas coisas, que de outro modo poderiam parecer muito enigmáticas, aclaram-se sob uma luz particular. Assim, compreende-se sem dificuldade a dedicatória à memória do chefe dos “Pitagóricos da Bélgica”, estes que, com efeito, constituem-se numa “Ordem de Hermes Trismegisto” (denominação certamente nada tendo de especificamente pitagórica), a qual foi uma das primeiras a aderir à supradita F.U.D.O.S.I. Assim também o que normalmente é chamado “estado primordial”, é denominado aqui “estado antigo e primitivo”, e esta não é uma simples extravagância de linguagem como poderá crer um leitor desprevenido, mas um modo discreto de fazer alusão ao título de uma organização maçónica irregular da qual M. Mallinger é um dos dignitários, e se pertencesse a outra organização do mesmo género sem dúvida que diria igualmente “estado primitivo e original”! Uma curiosa tirada contra o “avental de pele”, desde logo não se apoiando senão na confusão entre duas coisas completamente diferentes do ponto de vista simbólico e que, na realidade, parece claramente

dever-se tão-só a um desejo de se singularizar face à Maçonaria regular... Quanto ao próprio fundo da obra, a parte propriamente histórica, ou seja, a biografia de Pitágoras feita segundo as “fontes” conhecidas, não tem nada de novo. Por vezes os factos parecem ser apresentados de maneira um pouco “tendenciosa”, como, por exemplo, quando se atribui a Pitágoras um desejo muito moderno de “propaganda”, ou quando se descreve a organização da sua Ordem de um modo que faz pensar que o ponto de vista “social” seria como o culminar de tudo o resto. Na segunda parte, são abordadas as diferentes espécies de Mistérios que existiram na Grécia e noutras partes no tempo de Pitágoras, e depois os Mistérios Pitagóricos. Também aqui sente-se que a exposição é influenciada numa certa medida pela ideia que o autor faz da iniciação, ideia que está fortemente tingida de “humanitarismo” e na qual os “poderes” também jogam um papel importante. A maneira como fala de um “retorno a Pitágoras”, faz temer bastante, apesar do que disse algures da “cadeia apostólica” (*sic*) e da necessidade de um “rito imutável e tradicional”, que ele seja dos que acreditam que para uma transmissão contínua e ininterrupta não é indispensável a validade da iniciação. E quando fala da “permanência da Ordem” e das “suas pulsações ainda hoje sensíveis”, é justo perguntar o que é que ele entende por isso, sobretudo quando se vêem tantos ocultistas imaginarem que uma “cadeia” iniciática pode perpetuar-se tão simplesmente “no astral”!

Junho de 1947

PAUL CHACORNAC, *Le Comte de Saint-Germain* [“O Conde de Saint-Germain”]. (Chacornac Frères, Paris). Este novo livro do nosso Director representa o resultado de longas e pacientes pesquisas prosseguidas durante muitos anos, e surpreende pela prodigiosa quantidade de obras e documentos de toda espécie que ele pôde consultar para conseguir um controle minucioso de cada informação, não sendo demais prestar homenagem à escrupulosa probidade de um tal trabalho. Se nem todos os pontos são inteiramente esclarecidos, o que sem dúvida seria impossível, pelo menos há um bom número deles que o são e de uma maneira que parece bem definitiva. Para isso, antes de tudo dedicou-se a dissipar as confusões que têm sido cometidas com vários outros personagens, particularmente com o tenente-general Claude-Louis de Saint-Germain; essa é uma das mais frequentes, mas, apesar da semelhança do nome e do título pelos quais ela é explicada, isso não é minimamente surpreendente, por tratar-se de um homem que teve um papel histórico perfeitamente conhecido no qual não há nada de obscuro nem de misterioso. Nisso está também o Príncipe Rakoczi, do qual alguns na nossa época têm tirado grande partido, mas cuja pretensa história não é senão um manto de inverosimilhanças, e o mais provável é que esse nome tenha servido simplesmente, em certas circunstâncias, para dissimular a verdadeira origem do Conde de Saint-Germain. Há ainda certo número de outros personagens reais ou supostos, dos quais uma parte não deverá ter tido semelhante existência senão nas fantasias imaginativas a que deram lugar os nomes usados pelo próprio Conde de Saint-Germain em diversas épocas e em diferentes países. Ficando assim o terreno desbravado, torna-se muito mais fácil seguir o herói desde a sua primeira aparição conhecida em Londres, em 1745, até à sua morte “oficial” em casa do Príncipe de Hesse, em 1784. E quando ele faz boa justiça às historietas de Casanova e de outros “memorialistas” tão pouco dignos de fé, às mistificações do ilusionista Gauve e ainda a algumas outras histórias imputadas falsamente ao Conde de Saint-Germain, como o papel que alguns lhe atribuíram na Revolução Russa de 1762, o que de resto nem sequer se assemelha ao “aventureiro” e “charlatão” como tantos o retratam, na realidade vê-se aí um homem dotado de talentos notáveis de diversos géneros, possuindo conhecimentos pouco comuns sobre muitas coisas, não importando qual tenha sido a fonte onde os recolheu, e que se teve amigos e admiradores por onde passou, também teve, como acontece frequentemente em semelhantes casos, inimigos encarniçados em fazer fracassar as suas empresas, quer se tratasse da sua missão diplomática na Holanda ou da indústria que mais tarde quis montar na Flandres sob o nome de M. de Surmont... Mas acompanhando essa vida propriamente “histórica” há também a “lenda”, que não deixou de crescer até aos nossos dias, sobretudo no que respeita à “sobrevivência” do Conde de Saint-Germain e às manifestações que

se lhe têm atribuído depois da data que, precisamente por esta razão, chamamos constantemente a da sua morte “oficial”. Certamente há nisso muitas extravagâncias, das quais as menores não serão aquelas dos teosofistas³¹⁵, tomando por sua conta a identificação dele com o Príncipe Rakoczi, tão divulgado como o seu “Mestre R.”³¹⁶. Mas há também outras coisas que parecem ser mais difíceis rejeitar pura e simplesmente, e mesmo que tenham sido deformadas ou mal interpretadas, pode perguntar-se se elas não encerram pelo menos uma certa parte de verdade³¹⁷... Subsiste então um enigma, e mesmo, a dizer verdade, há ainda um outro de ordem puramente histórica, porque até aqui o mistério do nascimento do Conde de Saint-Germain não foi esclarecido. Sobre isto, o autor encara uma solução que não apresenta senão como hipótese, em todo o caso sendo bastante verosímil por todo um conjunto de relações muito marcantes. Segundo essa hipótese, o Conde de Saint-Germain teria sido o filho natural de Maria Ana de Neuburgo, viúva do Rei Carlos II de Espanha, e do Conde de Melgar, almirante de Castela, cuja imensa fortuna fez com que ficasse com a alcunha de “banqueiro de Madrid”, o que teria dado lugar à confusão de alguns pretenderem que ele era filho de um banqueiro judeu. Se esta suposição estiver correcta, muitas coisas explicam-se sem dificuldade, nomeadamente os recursos consideráveis que manifestamente o Conde de Saint-Germain dispunha, as pedras preciosas e os quadros de mestres que possuía, e também, o que é ainda mais importante, a confiança que sempre lhe testemunharam os soberanos e os grandes personagens que, de Luís XV ao Príncipe de Hesse, deviam ter conhecimento dessa origem pela qual ele era-lhes aparentado, mas que, constituindo de certo modo um “segredo de Estado”, devia ser cuidadosamente dissimulada a qualquer outro que não eles³¹⁸. Quanto ao outro enigma, o da “lenda”, é explicado tanto quanto possível e interpretado à luz das doutrinas tradicionais no capítulo final, e como desde logo ele apareceu primeiro aqui mesmo (n.º de Dezembro de 1945), limitamo-nos a lembrar o seu grande interesse sem insistir mais. Pensamos que, a menos que alguém ainda queira limitar-se aos devaneios de que se tem abusado até aqui em certos meios, doravante não será possível falar do Conde de Saint-Germain sem se remeter a esta obra, pela qual endereçamos ao seu autor as nossas vivas felicitações.

EMILE DERMENGHEM, *Joseph de Maistre mystique* [“Joseph de Maistre místico”]. (“La Colombe”, Paris). Acaba de aparecer uma nova edição revista deste livro, à qual foram acrescentadas numerosas notas precisando certos pontos e indicando os trabalhos que, dedicados a questões conexas, apareceram depois da sua primeira edição. Para os nossos leitores que ainda não conhecem esta obra, diremos que se trata de uma exposição tão completa quanto possível do percurso maçónico de Joseph de Maistre, das suas relações com as organizações iniciáticas ligadas à Maçonaria do seu tempo e com os diversos personagens pertencentes a essas organizações, e a influência considerável que as suas doutrinas exerceram sobre o seu pensamento. É tudo muito

³¹⁵ Sim, mas não dos Teósofos ou “Filhos da Sabedoria”, como autor sabia muito bem e não quis reconhecer por motivos mais de desavenças pessoais do que quaisquer outras, sobretudo com Papus directamente e Henry Olcott indirectamente, acabando por prolongar a hostilidade a Helena Blavatsky, que não chegou a conhecer pessoalmente. Igualmente sabia muito bem da diferença crucial entre o “simbólico” e o “real”, entre o “candidato” e o “cândido”, que também não aceitou por temores, aqui sim, de colisão mental com os pressupostos da confissão islâmica aceite por ele, restringindo-se ao exclusivo do ensaísmo simbólico das religiões tradicionais, no que certamente terá sido o mais notável (nota do tradutor).

³¹⁶ Antes, Francis II Rakowsky (Borsi, 27.3.1676 – Tekirdag, 8.4.1735), Príncipe da Hungria e Transilvânia, o qual, e isto não sabia René Guénon por se ter inibido no Cairo a certos Mistérios de que também me inibi falar (nem tudo é só “areia e pedra” no Egipto...), segundo a doutrina hindu-tibetana do *Tulkuísmo* era um dos 7 São Germanos e talvez a manifestação do principal da Linha desse nome *Rakowsky* (nota do tradutor).

³¹⁷ Essa «suspeita» de René Guénon não é suspeita nenhuma, é a confirmação da sua rejeição no Cairo, cerca de 1930, desses Mistérios que se poderiam chamar do Rei do Mundo ou o consignado *Ptahmer*, onde poderia saber, por exemplo, que se Cagliostro tinha relação ao Egipto (Luxor) já São Germano relacionava-se mais à Líbia (Kaleb), apesar da inter-relação iniciática entre os dois países vizinhos (nota do tradutor).

³¹⁸ Esta hipótese de São Germano ser filho de uma rainha espanhola, tem o mesmo valor e merece a mesma credibilidade daquela outra que o pressupõe um filho natural do rei D. João VI de Portugal ou de alguém muito próximo dele, segundo a suposição de José Miguel Romãna em *Era português o conde de Saint-Germain?*, revista “História”, n.º 96, Outubro de 1986 (nota do tradutor).

interessante, tanto mais que as ideias religiosas e sociais de Joseph de Maistre são frequentemente muito mal compreendidas, por vezes inteiramente desnaturadas e interpretadas num sentido que em nada corresponde às suas verdadeiras intenções; só o conhecimento das influências que recebeu permite o desenvolvimento necessário. Em suma, a principal crítica que poderíamos formular refere-se ao próprio título do livro, porque, a dizer verdade, não vemos nada de “místico” em tudo isso, e apesar de Joseph de Maistre ter-se afastado de toda a actividade de ordem iniciática, não parece que alguma vez se tenha voltado para o misticismo como outros o fizeram algumas vezes; mesmo parece que tenha havido nele uma mudança real de orientação, mas uma simples atitude de reserva que ele considerava, com ou sem razão, ser-lhe imposta pelas suas funções diplomáticas. Mas poderá alguém esperar que, no espírito de alguns, a confusão entre os dois domínios iniciático e místico possa alguma vez ser inteiramente dissipada?

LOUIS-CLAUDE DE SAINT-MARTIN, *Tableau naturel des rapports qui existent entre Dieu, l'Homme et l'Univers* [“Tabela natural das relações que existem entre Deus, o Homem e o Universo”]. Introdução de Philippe Lavastine (Editions du Griffon d’Or, Rochefort-sur-Mer). Esta reedição está certamente mais cuidada que a edição “martinista” de 1900, apesar de ainda ter muitas faltas que poderiam ser, parece-nos, facilmente eliminadas. O autor da introdução resumiu em algumas páginas os traços principais da doutrina de Saint-Martin, porém, não terá procurado atenuar demasiado a diferença entre os dois períodos da sua existência, ou seja, entre o da sua actividade iniciática inicial e o do seu misticismo ulterior?

Julho-Agosto de 1947

J.-M. RAGON, *De la Maçonnerie occulte et de l'Initiation hermétique* [“Da Maçonaria oculta e da Iniciação hermética”]. Introdução de A. Volguine (Editions des Cahiers Astrologiques, Nice). Este é também mais um livro de “datas”, apesar dum modo um pouco diferente do anterior, sobretudo na sua primeira parte onde são passadas em revista as diferentes coisas habitualmente classificadas muito vagamente como “ciências ocultas”. Aparte certas considerações sobre os números e as palavras sagradas, não há nele, a dizer verdade, nada de especialmente maçónico, senão a ideia de que os Maçons deveriam ter essas ciências como objecto dos seus estudos, chegando mesmo o autor a formular o projecto de constituir três graus ou “escolas de instrução” particularmente dedicadas a elas, que de certo modo seriam uma espécie de “dobragem” dos três graus simbólicos. O que é muito singular, é ele pensar que eles possam ter relativamente àquelas a mesma afinidade que os *Grandes Mistérios* têm com os *Pequenos Mistérios*, e nisto certamente dá testemunho de uma concepção iniciática bastante limitada... Por outro lado, é importante reparar no lugar preponderante que dá sobretudo ao magnetismo, porque encontramos nisso uma confirmação da influência verdadeiramente nefasta que aquele exerce nos meios maçónicos desde, como já dissemos noutras ocasiões, os finais do século XVIII, ou seja, desde a própria época de Mesmer, cujo “Rito da Harmonia Universal” é evocado aqui, cujo papel parece mesmo ser sobretudo, apesar de talvez inconscientemente, de afastar os Maçons de preocupações mais sérias e mais realmente iniciáticas, desde logo não se vendo em Ragon senão aquela concepção grosseiramente materializada do “mundo invisível” resultante dessas teorias “fluídicas”. A segunda parte, sobre a Iniciação hermética, interessa mais directamente ao ponto de vista propriamente maçónico, sobretudo pela documentação que ela contém, apesar da forma bastante bizarra e fantasista com que encara certos mitos, nomeadamente aqueles do Egipto, cuja “interpretação filosófica” desde logo parece-se muito com a de Pernéty, onde manifestamente se inspira em boa parte. Quanto à concepção que o próprio Ragon faz do Hermetismo, é difícil dizer até onde ele conseguiu chegar exactamente, pois apesar de reconhecer que os símbolos alquímicos têm um duplo sentido, é de crer não ter ido mais longe. O modo como por vezes fala a esse respeito das “ciências úteis”, como também aquele como por outro lado procura justificar o seu interesse pelo magnetismo, parece mesmo indicar que para ele a Iniciação não visaria outra coisa senão formar “benfeitores da Humanidade”. Na sua introdução, M. Volguine insiste sobretudo na

astrologia e suas relações com o simbolismo maçónico, e isto compreende-se facilmente por ser essa a sua “especialidade”, não deixando de reprovar Ragon por negar a astrologia e não considerá-la senão uma “superstição”. Ora, devemos dizer, reportando-nos ao capítulo indicado a esse respeito o que encontramos é muito sensivelmente diferente: diz-se nele que a astrologia “é certamente a primeira e, por conseguinte, a mais antiga das ciências e das superstições”, resultando muito claramente do contexto que os dois últimos termos referem-se respectivamente à verdadeira astrologia e aos abusos mais ou menos charlatanescos que se têm feito dela. Quanto à afirmação de que a primeira já desapareceu há muito tempo, certamente por nossa parte não contradiremos, e somente acrescentamos que as tentativas feitas para a reconstituir actualmente, se bem que não entrem na categoria dos abusos apontados, ainda assim são deformações de um outro género... Por outro lado, é verdadeiramente espantoso poder-se acreditar que os antigos graus herméticos, de que Ragon cita os rituais, nunca fizeram parte da “escala dos 33 graus”, quando pertencem exclusivamente ao Rito Escocês Antigo e Aceite e nada têm a ver com outros “sistemas” de altos graus passados ou presentes, mas queremos pensar que essa confusão não é senão aparente e só se deve a uma redacção pouco clara e insuficientemente explícita. Há também um outro ponto que devemos assinalar por infelizmente deixar lugar há mesma dúvida: trata-se de uma certa “Ordem Maçónica Astrológica Humanista”, com sete graus, fundada na Bélgica em 1927 por alguns membros da Maçonaria Mista, e que é qualificada de “perfeitamente regular”. Mas como pode uma organização essencialmente irregular dar nascimento a um Rito regular? Este é um problema que não estamos certos de poder resolver. Em nossa opinião, isso é tão simplesmente a prova de que alguns têm ideias pouco claras sobre a questão da regularidade maçónica!

Setembro de 1947

ALBERT LANTOINE, *La Franc-Maçonnerie* [“A Franco-Maçonaria”]. Extracto da História geral das Religiões (Aristide Quillet, Paris). Este estudo, abundantemente ilustrado com interessantes reproduções de documentos antigos, começa pelas considerações sobre a “gênese do conceito de tolerância”, da qual já falámos a propósito da sua publicação sob a forma de um artigo à parte no *Symbolisme* (ver n.º de Abril-Maio de 1947, p. 136). Sem dúvida que o necessário plano geral da obra apresenta a Maçonaria como uma espécie de “religião”, quando na realidade é totalmente outra coisa, implicando isso forçosamente uma certa confusão entre os dois domínios exotérico e esotérico. Também não acreditamos que seja unicamente por essa razão que o autor toma muito facilmente partido contra as infiltrações do espírito profano que aconteceram a partir de 1717; porque não teve na devida conta que as influências desse género nunca deveriam exercer-se numa organização iniciática que será sempre o que deve ser verdadeiramente? Seja como for, noutra medida deve ser louvado por não desapreciar, como o fazem tantos outros, a antiga Maçonaria Operativa, e unicamente quando ele considera que desde o século XVII essa estava reduzida a quase nada, tendo caído nas mãos de uma maioria de Maçons “aceites” que prepararam o caminho para a sua transformação em Maçonaria Especulativa, há bastantes razões para duvidar da exactidão dessas suposições... Preferimos as partes que reportam-se a épocas mais recentes e melhor conhecidas, apesar do autor estar no seu verdadeiro terreno que é aquele do historiador, como tal desde logo dando prova, como é seu costume, de uma admirável imparcialidade. Ele faz especialmente justiça, de um modo excelente, à lenda muito expandida sobre o papel que a Maçonaria Francesa do século XVIII terá tido na preparação da Revolução e no decurso desta, lenda que desde logo foi lançada pelos adversários da Maçonaria, mas em seguida admitida, e talvez mesmo ampliada, por vários Maçons muito afectados pelo espírito moderno. Por outro lado, ele reconhece claramente que a intrusão da política nos tempos posteriores, quaisquer que fossem as razões podendo explicar o facto, só pode ser encarada como um desvio “para objectivos muito terrestres”, mas parece acreditar que uma recuperação a esse respeito é sempre possível, e seguramente ninguém deseja mais do que nós que assim seja. Quanto à sua conclusão, onde a Maçonaria é encarada como podendo tornar-se a “futura cidadela das religiões”, pensamos que

muito provavelmente isso não passa de um belo sonho. Pela nossa parte, pensamos que esse papel não é de todo o de uma organização iniciática que se restrinja estritamente ao seu domínio próprio, a qual pode realmente “tornar-se no socorro das religiões” num período quase total de obscurantismo espiritual e de um modo bastante diferente daquelas, que de resto, por ser menos aparente exteriormente, contudo não deixaria de ser muito mais eficaz.

C. CHEVILLON, *La Tradition Universelle* [“A Tradição Universal”]. (Paul Derain, Lyon). Por causa da morte trágica do autor em 1944, não gostaríamos de dizer senão bem deste seu livro póstumo, mas infelizmente encontramos ainda nele o mesmo carácter vago e inconsistente que apontámos sempre nas suas obras precedentes. No entanto, há uma certa melhoria nesse sentido porque, sobretudo quando fala da “Tradição Universal”, parece com isso ter finalmente renunciado à sua atitude “anti-oriental” que lhe conhecemos outrora, mas mesmo assim não indo muito longe por só abordar aspectos que se podem chamar “filosóficos”, desde logo sendo totalmente exteriores. Certamente não significa que não haja aí certas reflexões perfeitamente justas, como por exemplo sobre o carácter puramente negativo da ciência moderna, mas o que não compreendemos é alguns poderem pensar haver em tudo isso a expressão de um ponto de vista mais ou menos esotérico. Por outro lado, a exposição daquilo que o autor acredita ser “o espírito da sabedoria antiga”, tal como ele extrai do conjunto das diferentes doutrinas tradicionais, está fortemente afectada por ideias muito longe da realidade, e muito particularmente pela concepção “reencarnacionista”. Assim, o conjunto dá uma impressão bastante decepcionante, e o melhor é não insistir mais.

G. PERSIGOUT, *Le Cabinet de Réflexion – Considérations historiques et philosophiques sur le contenu et la portée ésotériques de l’Epreuve de la Terre* [“O Gabinete de Reflexões – Considerações históricas e filosóficas sobre o conteúdo e o alcance esotéricos da Prova da Terra”]. (R. Méré, Paris). Este grosso volume é constituído pela reunião, com algumas adjunções, dos artigos que a este respeito apareceram antes em o *Symbolisme*, dos quais falámos à medida que iam sendo publicados. Desde logo o autor pretendeu, como diz no seu prefácio, responder a certas objecções que então formulámos, mas devemos responder-lhe francamente que o modo como o faz não é de natureza a mudar a nossa opinião a esse respeito. Ele procura sobretudo justificar as suas frequentes referências às concepções filosóficas e científicas mais profanas: “Endereçando-nos ao mundo profano, diz ele, é forçoso partir das ciências profanas para alcançar o plano das ciências tradicionais”. Ora, por uma parte, essa é uma coisa totalmente impossível, porque o próprio ponto de vista das ciências profanas é totalmente incompatível com aquele das ciências tradicionais e, por conseguinte, essas primeiras estão muito longe de encaminhar-se para as segundas, pelo contrário, não poderão constituir senão um obstáculo ao seu entendimento. Por outra parte, verdadeiramente não vemos como nem porque, quando se trata de assuntos de ordem iniciática, alguém pode desejar “endereçar-se ao mundo profano”, sendo essa uma pretensão que, pela nossa parte, estamos certos de nunca ter visto! Por outro lado, interrogamo-nos a quem pretende visar esta outra frase: “Em definitivo, não é querendo orientalizar a todo o custo que alguém conseguirá com que os espíritos modernos do Ocidente pensem de modo diferente dos ocidentais”. Isso é muito semelhante a certas insinuações que já encontrámos noutras partes nas quais é impossível que nos reconheçamos, porque nunca tivemos a menor intenção de “orientalizar a todo o custo” o que quer que fosse; o que sobretudo pretendemos é tão simplesmente inspirar aqueles que são capazes “de pensar de modo diferente dos modernos”, porque realmente o espírito moderno não é senão um com o espírito anti-tradicional. Que depois disso eles adiram a uma tradição oriental ou ocidental, seguindo o que melhor convém às suas aptidões, esse é assunto de cada um que não nos diz respeito de maneira nenhuma. Mas será por nossa falta que tudo o que actualmente é tradição esteja de tal modo enfraquecido no Ocidente, que muitos consideram mais vantajoso procurar um outro lado? Não insistiremos mais, e somente acrescentamos que apesar da aparência de um plano rigorosamente estabelecido, no seu conjunto a obra permanece confusa em muitos aspectos, desde logo por

pretender meter demasiadas coisas num só livro, e também por as explicações suplementares sobre a teoria do “Panpsiquismo Universal” infelizmente não conseguem torná-la muito mais clara. Em todo o caso, não acreditamos que as noções particulares do autor sobre essa teoria não contenham uma grande dose de dados tradicionais.

Abril-Maio de 1948

J.-H. PROBST-BIRABEN, *Les Mystères des Templiers* [“Os Mistérios dos Templários”]. (Editions des Cahiers Astrologiques, Nice). Neste volume o autor retoma em grande parte o conteúdo dos artigos sobre o mesmo assunto que já haviam aparecido há alguns anos no *Mercur de France*, de que falámos anteriormente (ver número de Outubro-Novembro de 1946). Ele esforça-se por precisar mais certos pontos e dar à exposição propriamente histórica um desenvolvimento mais “seguido”, e também não parece muito disposto a remeter tudo para questões de ordem financeira (tal esse modo de ver fosse sobretudo o do seu desaparecido colaborador), mas estabelece, entre o papel dos Templários no Oriente e algumas concepções modernas de “política colonial”, uma relação que verdadeiramente nos parece bastante falsa, tanto mais que a esse respeito chega a evocar o caso de agentes europeus que estabeleceram relações com os *turuq* islâmicos para poderem ter uma participação maior com menos riscos, o que não podemos considerar senão um vulgar e desprezível caso de espionagem! Também é lamentável que, sem falar da transcrição bastante estranha de termos árabes, não tenha rectificado várias asserções inexactas ou contestáveis: assim, ele continua a considerar credível o famoso “alfabeto secreto” sem considerar a objecção contra a sua autenticidade, como se vê, como já assinalámos, na distinção das letras U e V, e também não percebemos porque persiste em qualificar de “autor desinteressado” o neo-templário Maillard de Chambure. Igualmente sobre a questão dos pretensos ídolos e do “Baphometh”, as coisas permanecem praticamente no mesmo ponto e as explicações singulares de von Hammer nada esclarecem, pelo que limitamo-nos a remeter para o que já dissemos sobre tudo isso. Uma parte mais nova, que na nossa opinião parece ser o que o livro tem de mais interessante, concerne às relações da Ordem do Templo com as corporações obreiras, tanto orientais quanto ocidentais, particularmente com as corporações de construtores, mas sem dúvida há aí coisas que numa certa medida permanecem forçosamente hipotéticas apesar de serem muito plausíveis, pelo que pensamos ter sido vantajoso fazer pesquisas mais aprofundadas nesse sentido. Pelas razões que já indicámos noutras partes, é sobretudo no domínio do Hermetismo e das ciências tradicionais da mesma ordem que se encontra muito naturalmente um terreno comum entre a iniciação cavaleiresca e as iniciações de ofícios. A propósito do Hermetismo, o autor dá uma explicação de alguns símbolos que infelizmente permanece um pouco superficial, e no que respeita aos “grafitis” do castelo de Chinon leva verdadeiramente em consideração, apesar de algumas reservas, as interpretações mais ou menos bizarras de M. Paul Le Cour, mas pelo menos passou em silêncio sobre certa inscrição que aquele acreditou ter descoberto a qual, como pessoalmente podemos constatar no local, era inteiramente imaginária... Um último capítulo é dedicado aos “herdeiros e sucessores do Templo”, verdadeiros ou supostos. Não vamos repetir o que já se conhece suficientemente a esse respeito, ainda que apontemos a história muito enigmática dos “Senhores do Templo” (esta mesma designação soa um pouco estranha e parece bastante profana) cuja existência, do século XV ao século XVII, está provadas nas peças dos vários processos em que intervieram. O facto de terem sido reconhecidos oficialmente torna pouco verídica a suposição de terem constituído uma espécie de “ordem terceira” de filiação templária autêntica, e não vemos nisso o que possa sugerir a ideia de uma possível conexão com o hipotético Lamernius. Não se trataria tão simplesmente de uma associação exterior qualquer, confraria religiosa ou outra, que teria sido encarregue de administrar certos bens que pertenceram à Ordem do Templo da qual tirou o nome por que ficou conhecida? Quanto aos documentos redigidos em latim datados do início do século XIX que o autor comunica, pelos seus múltiplos detalhes parecem-nos inteiramente evidente terem emanado dos neo-templários de Fabr  -Palagrat (as men  es a

Cabo Verde e a outros lugares em certos títulos são pura fantasia), e não compreendemos como ele não é capaz de duvidar minimamente de tudo isso. Acrescentamos que as iniciais V.D.S.A. não significam absolutamente *Victorissimus Dominus Supremae Aulae* (?) mas *Viva Deus Santo Amor*, grito de guerra dos Templários do qual os seus pretensos sucessores se apropriaram, como de tudo que venham a ter conhecimento para lhes dar qualquer aparência de autenticidade. Como o autor não se apercebeu, precisamente depois de ter mencionado noutra parte esse grito de guerra, tratar-se aqui da mesma coisa? Seja como for, há certamente neste livro indicações interessantes em mais de um ponto de vista, mas fica muito por fazer, supondo que isso seja possível, para poder elucidar definitivamente os “Mistérios dos Templários”.

Rituel de la Maçonnerie Egyptienne de Cagliostro [“Ritual da Maçonaria Egípcia de Cagliostro”]. Anotado pelo Dr. Marc Haven e precedido de uma introdução de Daniel Nazib. (Editions des Cahiers Astrologiques, Nice). O Dr. Marc Haven tinha desde há muito tempo a intenção de publicar uma edição completa deste Ritual que constitui um documento interessante para a história da Maçonaria, mas as circunstâncias não lhe permitiram realizar esse projecto mais que escrever os comentários que o acompanham. As suas notas, que reduzem-se a muito poucas coisas sem nenhuns esclarecimentos, na realidade só são simples indicações verificadas por ele próprio para este trabalho. Quanto à introdução, não contém nada de novo para aqueles que conhecem as obras de Marc Haven, porque de facto ela é inteiramente feita de extractos retirados daquelas, de modo que, em definitivo, todo o interesse deste volume está no próprio texto do Ritual. Trata-se, em suma, de um “sistema” de altos graus como existia na segunda metade do século XVIII, e a sua divisão em três graus apresenta uma espécie de paralelismo com aqueles da Maçonaria Simbólica, procedida de uma concepção da qual podem-se achar outros exemplos. Vale a pena dizer que, na realidade, nisso não há nada de “egípcio” que possa justificar a sua denominação, a menos que se considere como tal a pirâmide que figura em certos painéis, sem que isso dê a menor explicação a respeito do seu simbolismo. Encontra-se aqui mesmo algumas dessas fantasias pseudo-egípcias que se encontram em outros Ritos, as quais por essa época foram tornadas moda, se assim pode dizer-se, pelo *Sethos* do abade Terrasson³¹⁹; no fundo, as invocações contidas nesse Ritual, notoriamente o uso que é feito dos Salmos assim como os nomes hebraicos que se encontram nele, dão-lhe um carácter claramente judaico-cristão³²⁰. O que ele apresenta

³¹⁹ As “fantasias pseudo-egípcias de Cagliostro” é opinião controversa correndo por conta exclusiva de René Guénon, tanto quando a “moda egípcia” ter nascido com o abade Terrasson, pois na Europa ela tem origem em Athanasius Kircher (Geisa, Alemanha, 2.5.1601 – Roma, Itália, 27.11.1680), considerado universalmente o primeiro pai da egiptologia (o segundo seria Jean-François Champollion, no século XIX). O abade Jean Terrasson (Lyon, França, 1670 – Paris, França, 15.9.1750) foi distinto professor de língua grega e escreveu em 1731 *Sethos, uma história ou biografia baseada em memórias não publicadas do Antigo Egipto, traduzida do grego*. Trata-se de um romance simbólico de cariz iniciático que conta a história de um príncipe, Sethos, do Antigo Egipto que percorre os caminhos do mundo até chegar à Atlântida, sinónima de Agharta ou o Paraíso Terreal, onde reina uma Monarquia de Eleição ou de Eleitos, isto é, um Colégio de Sábios hierarquicamente organizado ou escalonado em graus de consciência e sabedoria. Diz-se que foi a partir desse romance que a “moda dos egípcios” começou em França, tendo influenciado decisivamente a Maçonaria desde então criando os seus “ritos egípcios”, sobretudo Cagliostro e até Mozart com a sua *Flauta Mágica*. Poderia até ser, se Guénon não tivesse “esquecido” um apontamento de importância capital ao assunto: o abade Terrasson era ele próprio maçom da Grande Loja de França, conviveu com Cagliostro que falava e escrevia perfeitamente a língua cóptica além de entender a escrita hieroglífica como dá a perceber nas suas cartas pessoais, e dele terá aprendido algumas noções da língua hieroglífica, antecipando assim em largos anos os sábios egiptólogos oitocentistas de Napoleão Bonaparte. Jean Terrasson talvez mesmo fosse discípulo de Cagliostro, pois segundo os Anais da Grande Loja de França ele próprio fundou em 1745 um Rito Egípcio em Paris – muito possivelmente uma Loja do Rito Copta ou Egípcio de Cagliostro – onde se praticava a espagiria da fábrica de determinado “bálsamo mágico” destinado à regeneração do corpo e da alma, após a qual detinha-se o “poder de comunicar com os Espíritos Angélicos e de dominar a Matéria e o Tempo”. Esse Rito Egípcio de Terrasson sobreviveu até 1775 quando deixou de haver notícias suas, possivelmente por a sua Loja ter “abatido colunas” (nota do tradutor).

³²⁰ O Rito Copta de Cagliostro sem dúvida aparenta-se judaico-cristão, cuja origem recua ao Egipto como fonte primordial da Tradição Ocidental onde bebeu essa cultura religiosa tal como a própria clássica greco-latina através de Pitágoras, Platão, Plotino, Heródoto, Plotino, etc., mas realmente é cabalístico e sobretudo teúrgico, dando assim carácter de transcendência espiritual à Maçonaria, onde o uso dos Salmos com finalidade taumatúrgica é comum às

naturalmente de mais particular são as “operações”, que poderia ser interessante comparar com aquelas do Élus Coens: o objectivo que elas visam é aparentemente muito semelhante, mas os processos utilizados são diferentes em muitos aspectos³²¹. Há aí qualquer coisa que parece relevar sobretudo da “Magia Cerimonial”, e que pelo papel que jogam os “sujeitos” (as crianças designadas sob o nome de “Columbas”³²²) aparenta-se também ao magnetismo. Seguramente, do ponto de vista propriamente iniciático, tudo isso poderá dar lugar a objecções bastante graves³²³. Um outro ponto que desde logo merece algumas observações é o do carácter dos graus femininos: eles conservam em grande parte o simbolismo habitual da Maçonaria de Adopção, mas, a dizer verdade, esta não representa senão um simples simulacro de iniciação destinado a dar uma aparência de satisfação às mulheres que reprovam a Maçonaria de as negligenciar, e de um modo geral ela não é sequer tomada a sério, estando o seu papel limitado a coisas de ordem totalmente exterior, tais como a organização de festas “semi-profanas” e a ajuda levada às obras de beneficência. Pelo contrário, parece claro que Cagliostro teve a intenção de conferir às mulheres uma iniciação real, ou pelo menos que ele considerava como tal, porque as fez participar das “operações” totalmente semelhantes às das Lojas masculinas, e nisso não há somente uma excepção mas sobretudo, tratando-se de um Rito maçónico, de uma verdadeira “irregularidade”³²⁴. Se entrar-se em detalhes, verificam-se ainda outras esquisitices, inclusive nos graus masculinos, por exemplo, a maneira singular como é modificada e explicada a lenda de Hiram, e tudo isso, no seu conjunto, leva muito naturalmente a colocar uma questão: é evidente que Cagliostro desejou, como muitos outros, estabelecer um sistema particular, qualquer que desde logo fosse o seu valor próprio, baseado na Maçonaria, mas ele teria realmente um conhecimento aprofundado para o adaptar correctamente?³²⁵ Os admiradores entusiastas de Cagliostro talvez se indignem com essa dúvida, enquanto os seus detratores provavelmente procurarão atribuir-lhe culpas excessivas.

três religiões do Livro e mesmo ao próprio Maçonismo no que tem de “graus bíblicos” inspirados na supradita tradição mais judaica e menos cristã, apesar de também presente (nota do tradutor).

³²¹ Nem poderia ser de outro modo, posto que Martines de Pasqually foi discípulo de Cagliostro de quem aprendeu alguns rudimentos da Ciência Teúrgica caracterizada como Magia Cerimonial que, aliás, no fundo assiste à própria ritualística maçónica (nota do tradutor).

³²² *Columbas* ou *Pombas* eram não só as crianças mas também as senhoras, título dado por Cagliostro por certo visando o sentido de Pureza (crianças) e Revelação (senhoras), afinal predicados teológicos de Espírito Santo já de si iconografado pela tradicional Pomba branca. Expressavam a Voz da Consciência (o infante inocente) e a Consciência Criadora (a mulher esclarecida), mas depois do desaparecimento de Cagliostro esse título deixou de ser utilizado no Rito Egípcio e só algumas organizações rosacruceanas modernas ainda o preservam (nota do tradutor).

³²³ Sem dúvida, se dispor-se no exclusivo terreno das práticas psíquicas, mas o Rito de Cagliostro dispõe-se acima das características mágicas do psiquismo que é contrário e prejudicial a toda a prática iniciática ou espiritual: ele é sobretudo Teúrgico, Teocêntrico, portanto, de carácter Divino e divinizador. Nisto, a prática teúrgica inclusive desaconselha o exercício mágico que não deixa de ser um “materialismo subtil” ou psíquico, portanto, uma extensão imediata do “materialismo concreto”.

³²⁴ Falta a René Guénon a capacidade de ausência de preconceito em relação à Mulher no mundo iniciático a quem, ainda assim, cede o favor de lhe conceder um papel nele, mas muito subalterno e doméstico, portanto, “totalmente exterior”. Cagliostro era um Adepto Perfeito, como tal com o poder e autoridade de conceder “Iniciação Real” – termos com um significado muito mais profundo e efectivo do que o autor pressupõe – à Mulher, cuja natureza psico-espiritual juntamente com a do Homem pode concorrer grandemente a justeza e perfeição, a nosso ver, da Maçonaria Andrógina, onde a parte Moral ou Coracional (Mulher) anda par e passo com a parte Cultural ou Mental (Homem), assim unindo a Cultura com o Carácter. A presença feminina no mundo religioso e iniciático manifesta-se universalmente: desde os cultos africanistas até aos mais evoluídos hindus, tibetanos, judaicos, cristãos e islâmicos, ainda assim separando os sexos em estabelecimentos próprios, coisa que Cagliostro não fez, antes uniu-os num único espaço consignado a fim iniciático, o que aliás conforma-se à prerrogativa da “Massenia” do Santo Graal onde a Mulher e Homem perfilam-se juntos no culto comum, não raro aquela chegando a ter primazia na Revelação e até Iniciação daquele (nota do tradutor).

³²⁵ Um Adepto Real ou *Mahatma*, em sânscrito, é sobretudo um Homem inédito e rectificador do que foi dito e escrito no Passado (Não vim destruir a Lei (Tradição) mas dar-lhe cumprimento (rectificá-la)”, diz Jesus em *Mateus*, 5:17), donde as “corrigendas” e “acréscimos” de Cagliostro à Tradição Maçónica no século XVIII, ainda dando os primeiros passos como sistema especulativo. Mas falta a René Guénon reconhecer Cagliostro como um Adepto Real, ou por outra, como um verdadeiro Superior Incógnito, e nisto fica-se pelas “aparências dialécticas” de uma “lógica ortodoxa” encurtada por pressupostos pessoais (nota do tradutor).

Nisso, em nossa opinião, uns não têm mais razão que os outros, por haver muitas possibilidades da verdade sobre esse personagem enigmático não se encontrar em nenhuma dessas opiniões extremadas³²⁶.

W.-R. CHÉTTÉOUI, *Cagliostro et Catherine II* [“Cagliostro e Catarina II”]. (Editions des Champs-Élysées, Paris). Entre as numerosas peças de teatro que Catarina II escreveu, encontram-se três que são dirigidas contra o que ela chama de “visionários”, onde engloba tantos os Maçons como os membros de várias outras organizações iniciáticas, como também os “iluminados” e os “místicos” mais ou menos independentes, e, dentre todos, parece ser Cagliostro quem atraiu mais particularmente a sua hostilidade. Essas peças são aqui traduzidas pela primeira vez em francês. A primeira, *Le Trompeur*³²⁷, põe em cena um personagem que é evidentemente uma caricatura de Cagliostro; a segunda, *Le Trompé*³²⁸, é um ataque violento contra as organizações maçónicas ou similares; quanto à terceira, *Le Chaman de Sibérie*³²⁹, não contém nenhuma alusão directa àquelas, mas o tradutor pensa ser ainda manifestamente Cagliostro o visado. A essas três comédias é acrescentado um pequeno panfleto intitulado *Le Secret de la Société Anti-Absurde dévoilé par quelqu'un qui n'en est pas*³³⁰, que parodia os rituais e os catecismos maçónicos em tudo se lhes opondo em nome do “bom senso”. Tudo isso testemunha uma incompreensão impregnada do espírito mais estreitamente racionalista, como se esperaria da parte de uma discípula dos “filósofos”. Não será então nessas peças que se deverá procurar informações dignas de fé acerca do que elas tratam e que certamente não são obras-primas do ponto de vista literário, mas sendo incontestavelmente uma verdadeira curiosidade histórica. Estas traduções são precedidas de uma longa introdução cujo início contém informações interessantes sobre a Maçonaria na Rússia no século XVIII; infelizmente, os conhecimentos de M. Chéttéoui em matéria de história maçónica não parecem perfeitamente seguros porque há neles algumas confusões, que desde logo são do género que se cometem muito comumente no mundo profano: assim, a Rosa-Cruz de Ouro, apesar de recrutar os seus membros entre os Maçons, não tinha em si mesma, contrariamente ao que ele afirma, nenhum carácter maçónico. Quanto à mistura de coisas muito diversas dissimuladas sob o apelido vulgar de “Martinismo”, certamente não o são não tendo sabido explicar correctamente, e será que não acredita que houve realmente vários “iniciados” de Saint-Martin? Um outro erro muito flagrante, inclusive totalmente inexplicável, é aquele que faz da Estrita Observância uma “forma derivada da Ordem dos Templários desaparecida quarenta anos antes”! Adiantamos que depois do Convénio de Wilhelmsbad, a Estrita Observância deixou de existir sendo substituída pelo Regime Escocês Rectificado, sendo bastante curioso nunca procurar-se fazer essa distinção que tem alguma importância... Em seguida a introdução contém uma exposição da carreira de Cagliostro que, inspirando-se sobretudo em Marc Haven, tende a apresentá-lo como um verdadeiro “Mestre”, e desde logo dá um pouco a impressão de que, sob a cobertura de Cagliostro, o autor parece ter em vista outros personagens, como o próprio Marc Haven quando escreveu o seu *Mestre desconhecido*. Não insistiremos em alguns outros detalhes, como as histórias dos curandeiros que estão muito longe de possuir a importância “espiritual” que lhes é atribuída, ou ainda a crença totalmente injustificada na autenticidade de certos pseudo-Evangelhos anteriormente difundidos pelos teosofistas e a sua “Igreja Católica-Liberal”, mas

³²⁶ Mais uma vez, René Guénon cede à mesma dúvida sobre Cagliostro que tivera acerca de São Germano. Pressente “algo maior” nesses personagens mas retrocede, talvez por preconceito intelectual, talvez por temor, certamente pela sua recusa em aceitar a Iniciação Real no Egipto, doravante ficando à mercê dos imprevistos do destino limitado ou interdito ao conhecimento efectivo dos Superiores Incógnitos do Mundo, ele e a maioria dos seus contemporâneos citados neste livro. Entre a Iniciação Real e a Iniciação Simbólica há um oceano que escassos conseguem transpor, mas isto sem nenhum agravo para a mais-valia dos conhecimentos do autor que foi dos maiores e mais profundos na área tradicionalista na sua época (nota do tradutor).

³²⁷ *O Enganador* (nota do tradutor).

³²⁸ *O Engano* (nota do tradutor).

³²⁹ *O Xamã da Sibéria* (nota do tradutor).

³³⁰ *O Segredo da Sociedade Anti-Absurdo desvelado por qualquer um que não seja* (nota do tradutor).

devemos sublinhar um ponto que nos diz respeito directamente que alguns acontecimentos recentes tornaram bastante desagradável para nós, senão para todos. Com efeito, M. Chéttéoui sentiu a necessidade de colocar no seu livro uma nota assim concebida: “Não será ofensa para o intelectualismo contrariador de um René Guénon a França ter o insigne privilégio de possuir a mais alta Escola Iniciática do Ocidente; esta Escola com métodos comprovados é convocada a ter no mundo uma grande expansão”. Para não haver nenhuma dúvida sobre o que ele faz alusão, a passagem a que se refere essa nota é imediatamente seguida de uma longa citação do fundador de uma pretensa “Escola Divina” que, desgraçadamente, depois de várias desventuras de que é melhor não falar, apesar de realmente ter tido uma “grande expansão”, a dita Escola não deixou depois senão as mais desagradáveis lembranças. Convém observar que não existe nenhum motivo plausível para nos pôr em causa, porque até aqui nunca dissemos, pelo menos publicamente, o que quer que fosse da pseudo-iniciação em questão, mas no entanto reconhecemos de bom-grado que a nossa atitude a esse respeito não teria sido outra senão aquela que nos atribuem, cujos acontecimentos vieram prontamente e completamente dar-nos razão. M. Chéttéoui deveria acreditar se lhe disséssemos, para falar no seu livro, que precisamente não esperávamos senão esse desfecho desde há algum tempo! De resto, segundo o que temos dito em vários lados, não pensamos que agora ele próprio mantenha as ilusões que fez a esse respeito, esperando (pelo menos desejamos para ele) que igualmente se torne um daqueles que se guardam de algumas outras coisas ainda! *Sic transit gloria mundi...*

Abril-Maio de 1950

J.-H. PROBST-BIRABEN, *Rabelais et les secrets du Pantagruel* [“Rabelais e os segredos do Pantagruel”]. (Editions des Cahiers Astrologiques, Nice). Fala-se frequentemente do esoterismo de Rabelais apesar de geralmente de um modo muito vago, devendo-se reconhecer que o assunto está longe de ser fácil. Muitas passagens das suas obras dão a impressão de se achar em presença de uma “linguagem secreta”, mais ou menos comparável àquela dos *Fedeli d’Amore* ainda que de um outro género, apesar de parecer que para a traduzir falta uma “chave” que até aqui não foi encontrada. Esta questão desde logo está estreitamente ligada àquela da iniciação que Rabelais terá recebido: que ele tenha mantido relação com o Hermetismo não parece duvidoso, porque os conhecimentos esotéricos de que dá prova pertencem manifestamente à ordem “cosmológica” que nunca é ultrapassada. Eles correspondem então ao domínio próprio do Hermetismo, mas seria bom saber mais exactamente de que corrente hermética se trata, apesar disto ser alguma coisa de muito complexo porque nessa época os hermetistas estavam divididos em diversas escolas, das quais algumas já se tinham desviado para um sentido “naturalista”; sem querer entrar demasiado nesta questão, devemos dizer que sobre a ortodoxia iniciática de Rabelais as opiniões dividem-se bastante. Seja como for, M. Probst-Biraben mostra-se muito prudente e devemos ser-lhe gratos por não se ter lançado, como acontece frequentemente em tais casos, em especulações demasiado hipotéticas; certamente não teve a pretensão de resolver todos os enigmas, o que provavelmente seria impossível, mas pelo menos reuniu bastantes dados e indícios de toda a espécie para fazer um livro muito digno de interesse. A parte que nos pareceu menos convincente no respeitante à proveniência esotérica das ideias exprimidas por Rabelais, é aquela que se reporta às suas concepções sociais onde não vimos a marca clara de uma influência dessa ordem, podendo ser que proviessem sobretudo de uma fonte exotérica, ou seja, das suas origens franciscanas, do mesmo modo que a maioria das suas opiniões sobre a educação parece muito inspirada nas suas relações profanas com os “humanistas” seus contemporâneos. No entanto, e isto é muito importante na nossa opinião, encontra-se na sua obra um grande número de símbolos claramente retirados do Hermetismo, e a enumeração é também bastante curiosa podendo dar lugar a muitas comparações; há igualmente alusões esparsas à Astrologia, mas sobretudo, como seria de esperar, à Alquimia, sem contar com tudo que faz do *Pantagruel* um verdadeiro “reportório de ciências conjecturais”. A este propósito, assinalamos que se se soubesse de um modo preciso a que escolas

pertenciam os diversos personagens que Rabelais cobre aí de ridículo, isso talvez permitisse perceber numa certa medida a qual delas ele próprio, por oposição, pertenceria, por subentender-se que sob essas críticas terão havido algumas rivalidades entre escolas esotéricas; em todo o caso, o que não é contestável, ele sabia fazer muito bem a distinção entre a alquimia vulgar dos “fazedores de ouro” e a verdadeira Alquimia espiritual. Uma das coisas mais extraordinárias, mas também das mais abertamente aparentes, são as descrições de um carácter evidentemente iniciático que se encontram no V Livro do *Pantagruel*. É verdade que alguns pretendem que esse Livro não seja dele por não ter sido publicado senão dez anos depois da sua morte, mas o mais verosimilhante é somente ele tê-lo deixado inacabado e os seus discípulos ou amigos terem-no completado seguindo as indicações que haviam recebido dele, porque representa realmente o coroamento de alguma maneira normal de uma obra completa. Uma outra questão que apresenta um interesse muito particular é aquela das relações que Rabelais manteve com as “gentes de ofícios” e as suas organizações iniciáticas; parece que faz alusões mais ou menos disfarçadas, apesar de tudo claras para quem conhece estas coisas, a certos ritos e a certos sinais de reconhecimento que não podem ter outra proveniência senão aquelas, pois apresentam um carácter de “Companheirismo” muito marcado e, acrescentamos, pode muito bem ter sido aí que ele recolheu, sobre a tradição pitagórica, os conhecimentos que parece indicar pela utilização frequente que faz dos nomes simbólicos. Que ele fosse afiliado a alguma dessas organizações na qualidade de capelão, é uma hipótese muito verosimilhante, e ademais não deve esquecer-se que houve sempre relações estreitas entre as iniciações herméticas e as artesanais, que apesar das diferenças de formas referem-se todas propriamente ao mesmo domínio dos “Pequenos Mistérios”. Além dos pontos que acabamos de indicar, encontram-se na obra de M. Probst-Biraben abundantes precisões detalhadas que naturalmente é impossível resumir; este livro é certamente daqueles que se lêem e retira bastante proveito, e pela sua própria moderação e desconfiança de que dá testemunho a respeito das interpretações demasiado arriscadas, ele deveria fazer reflectir os críticos universitários negadores do esoterismo, ou pelo menos aqueles dentre eles cuja postura a esse respeito não seja totalmente irremediável.

G. VAN RIJNBERK, *Episodes de la vie ésotérique (1780-1824)* [“Episódios da vida esotérica – 1780-1824”]. (P. Derain, Lyon). Este livro contém um grande número de documentos inéditos e muito interessantes, os quais lançam um curioso olhar sobre certos meios maçónicos do final do século XVIII e sobre o modo como se infiltraram neles ideias e práticas que na realidade não têm grande coisa em comum com o verdadeiro esoterismo, podendo-se mesmo perguntar se elas não foram lançadas precisamente para desviar dele a atenção desses meios, como já apontámos particularmente a respeito do magnetismo que certamente teve neles um papel preponderante. A parte principal é constituída por extractos da correspondência de J.-B. Willermoz e do príncipe Charles de Hesse-Cassel, ambos titulares dos mais altos graus de diversos Ritos maçónicos e ambos interessando-se, sob aspectos um pouco diferentes mas no fundo equivalentes, pelas coisas a que acabámos de fazer alusão. Desde logo, a propósito dos Ritos maçónicos, há algumas imprecisões a destacar nos comentários de M. van Rijnberk: assim, ele parece não saber que os Cavaleiros Benfeitores da Cidade Santa são o último grau do Regime Escocês Rectificado, do qual nem sequer menciona o nome (ademais sendo comum a outros autores que têm falado de Willermoz); por outro lado, ele parece acreditar que Swedenborg, que verdadeiramente nunca foi Maçom, terá pessoalmente exercido uma acção na Maçonaria Sueca, quando tudo o que é possível admitir a esse respeito é que alguns dos seus discípulos divulgaram algumas das suas ideias, e isso a título de simples opiniões individuais. Mas estas questões não ocupam muito lugar no livro e o mais importante é aquilo que se refere ao magnetismo, às “revelações” dos sonâmbulos e outras coisas desse género, e como naturalmente é impossível examinar tudo isso detalhadamente, limitamo-nos a algumas observações de ordem geral. Certas comparações demonstram claramente que em muitos aspectos, notoriamente no respeitante à suas descrições dos estados póstumos, os sonâmbulos sofreram, provavelmente de um modo subconsciente, as influências de muitos “filósofos místicos” seus contemporâneos, mas isso não nos admira e até mesmo, na nossa opinião,

é o contrário do que nos poderia causar surpresa, sendo uma constatação que é sempre bom registar. Ao lado dos sonâmbulos, nem sempre se distinguindo muito claramente, havia o que o autor chama de “médiuns escritores”, expressão que é aqui um anacronismo por pertencer ao vocabulário do espiritismo que só nasceria muito depois, mas de resto ele chega mesmo a empregar várias vezes o próprio termo “espiritismo” de um modo evidentemente totalmente impróprio. O que é verdade, é que o magnetismo preparou o caminho ao espiritismo (sendo mesmo uma das razões que o tornam mais claramente suspeito) e que os sonâmbulos foram de alguma maneira os precursores dos médiuns, apesar de haver diferenças notáveis que ele não deveria ter negligenciado. Dentre os “médiuns escritores”, aquele que sem dúvida jogou um papel mais importante foi o “Agente” de Willermoz, acerca do qual os ocultistas espalharam tantas lendas infundamentadas e que Madame Alice Joly já descobriu e deu a conhecer a sua verdadeira identidade. Mas há ainda outros casos menos conhecidos de “escrita automática”, incluindo aquele do próprio príncipe Charles de Hesse, que contrariamente ao de Madame Vallière desenvolveu-se independentemente de toda a prática de magnetismo. Um outro ponto talvez tendo uma relação muito estreita com esse, é o de que em certas passagens dos seus escritos o príncipe de Hesse admite, pelo menos em casos especiais, uma espécie de “reencarnação”, mas o modo como a concebe não é muito claro, de modo que é muito difícil dizer se se trata da reencarnação propriamente dita tal como a ensinariam mais tarde os espíritas e os teosofistas. Mas o que em todo o caso não é duvidoso, é com efeito ter sido nessa época, precisamente na Alemanha, que essa ideia começou a nascer³³¹. Não iremos contrapor às opiniões do próprio M. van Rijnberk a esse respeito, visivelmente afectado pelas concepções “neo-espiritualistas”, mas não deixamos de apontar de passagem o seu desagradável equívoco em confundir *nirmana* com *nirvana*! Ainda sobre o príncipe de Hesse, aconteceram-lhe fenómenos bizarros, visões ou manifestações luminosas (sobretudo com uma imagem do Cristo) às quais ele atribuía um carácter “oracular”, mas sem que se consiga determinar em que medida eles eram, para empregar a terminologia actual, “objectivos” ou somente “subjectivos”.

Seja como for, esses fenómenos, que desde logo parecem ter sido provocados pelos “trabalhos” realizados segundo o rito dos Irmãos Iniciados da Ásia, não deixam de lembrar bastante os “passes” dos Élus Coens, entre os quais, é bom que se diga, atribuía-se a todas essas coisas uma importância verdadeiramente excessiva. Quando são tomados, quando se apresentam de um modo mais ou menos accidental, como “sinais” exteriores da aquisição de certos resultados, isso é admissível, mas não o é maneira alguma considerar a sua aquisição como o próprio objectivo de uma organização iniciática, por ser inteiramente impossível ver qual o interesse real que tudo isso possa ter do ponto de vista espiritual³³². Haveria muito a dizer sobre isso, por ser bem certo que o gosto pelos fenómenos extraordinários, ao qual desde logo se liga a paixão pelas experiências magnetistas, foi então mas permanecendo sempre até hoje entre os ocidentais, um dos principais obstáculos que levou ao afastamento de certas aspirações e ao impedimento de alcançar o seu resultado normal. Somente acrescentamos que no caso do príncipe de Hesse os fenómenos em questão por vezes tomaram um carácter extravagante, o que pelo menos parece nunca ter acontecido entre os Élus Coens; mencionamos ainda, na mesma ordem de ideias, as operações evocatórias de von Wächter, cujas acções muito acentuadas de “magia cerimonial”³³³ contribuem

³³¹ O conceito de reencarnação na Alemanha não apareceu no século XVIII mas no século XVII através da *Theosophia Practica* de Johann Georg Gichtel (1638-1710), inspirado nos ensinamentos dos místicos hermetistas quinhentistas e seiscentistas de Praga e da própria Alemanha. Portanto, o conceito teosófico de reencarnação é muito mais antigo do que René Guénon pressupõe e mais difundido no Ocidente do que acredita (nota do tradutor).

³³² Absolutamente de acordo por ser justamente correcto. A confusão da mistura individual e colectiva das práticas animistas com o exercício puramente espiritual ou iniciático, tem sido um dos principais motivos da queda de muitos Iniciados e até certas Organizações Iniciáticas desde os meados do século XVIII até hoje (nota do tradutor).

³³³ Esta é apenas uma questão de nomenclatura, pois René Guénon refere-se claramente à magia invocatória, parente da necromancia, tão em uso nos finais do século XVIII e ao longo do século XIX, e não propriamente à Magia

bastante para as tornar particularmente suspeitas, mesmo sem falar das histórias fabulosas que as envolveram sem se saber bem se apenas servem para dissimular. Numa segunda parte, o assunto é o de alguns “personagens enigmáticos e misteriosos”. Um capítulo é dedicado à marquesa de La Croix, que dá sobretudo a impressão de uma pessoa desequilibrada, e um outro a certos traços da vida do conde de Saint-Germain e muito particularmente das suas relações com o príncipe Charles de Hesse. O mais curioso é aquele que descreve a carreira agitada do senhor Bernard Müller, alquimista ou dizendo-se tal, a quem estava atribuída a missão de “órgão”, segundo a sua própria expressão, de um “quiliasmo”³³⁴ fantástico. Tendo ganho a confiança do célebre professor Molitor, foi introduzido por ele nos meios maçónicos alemães onde aproveitou para estabelecer relações com muitos príncipes, tendo sido protegido durante muito tempo pelo príncipe Charles de Hesse, e depois, após várias desventuras, acabou por emigrar com cinquenta discípulos para a América, onde os descendentes desse grupo ainda subsistiam há poucos anos. A conclusão de M. van Rijnberk faz-nos levantar uma reserva: tal como ele pensamos que homens como Willermoz e o príncipe de Hesse foram sérios, sinceros e bem-intencionados, mas quando apela a “seguir o seu exemplo” parece-nos que esse exemplo deveria servir antes de tudo mais como lição para evitar cometer as mesmas faltas que eles, de terem-se deixado desviar do recto caminho iniciático e do esoterismo autêntico para lançar-se na perseguição de fantasmagorias vãs.

Setembro de 1950

HENRI-FÉLIX MARCY, *Essai sur l'origine de la Franc-Maçonnerie et l'histoire du Grand Orient de France. Tome Ier. Des origines à la fondation du Grande Orient de France* [“Ensaio sobre a origem da Franco-Maçonaria e a história do Grande Oriente de França. Tomo Iº. Das origens à fundação do Grande Oriente de França”]. (Editions du Foyer Philosophique, Paris). Este trabalho está feito muito conscienciosamente apesar de unicamente segundo os métodos da História profana que, sobretudo num caso como este, não podem dar resultados inteiramente satisfatórios, que não são só por causa da ausência quase completa de documentos escritos. A presença de espírito do autor é evidentemente muito “racionalista” ressentindo-se fortemente da sua educação universitária, e se muitas coisas lhe escapam, sobretudo no que respeita ao lado iniciático do assunto, sem dúvida é por considerar muito “frouxo” o laço que unia a Maçonaria Operativa à Maçonaria Especulativa, como diz ao início. Apesar de não justificar essa assertiva ao longo da sua exposição, pelo menos não é daqueles que negam contra toda a evidência da filiação directa entre uma e outra, mesmo desconhecendo a importância da sua ligação efectiva, podemos mesmo dizer inteiramente essencial, que é constituída pelo simbolismo. Feitas essas reservas, deve-se reconhecer que esta obra, nos limites dos pontos de vista em que se encerra, contém um grande número de informações interessantes, notoriamente no capítulo dedicado à história da Arquitectura na Idade Média, mais precisamente do século XIII ao século XV. Um ponto curioso a assinalar, é que os “mestres-de-obras” franceses parecem ter tido parte preponderante na construção das grandes catedrais de outros países, donde o autor acredita poder concluir que a Maçonaria Operativa teve nascimento em França. Seguramente esta não é senão uma hipótese, mas ele encontra uma confirmação na semelhança que apresenta a organização dos *Hütten* alemães com as *Lojas* inglesas e escocesas, apesar de ser pouco verídico que tenha havido relações directas entre elas. Poderá haver nisso algum exagero devido a uma perspectiva muito exclusivamente “nacional”, mas não deixando de ser verdade que a exposição “lendária” contida em certos manuscritos ingleses dos *Old Charges* parece sugerir alguma coisa desse género, ademais reportando-se a uma época notoriamente anterior àquela das catedrais “góticas”, e nisto somente acrescentamos que, se admitir-se ter sido de França que a Maçonaria Operativa foi exportada para

Cerimonial que subsiste em todas as cerimónias e liturgias tanto de natureza iniciática quanto de cunho religioso (nota do tradutor).

³³⁴ No original francês, *chiliasme*. Trata-se da doutrina milenarista do esperado retorno de Cristo para reinar na Terra durante 1000 anos (nota do tradutor).

a Inglaterra e a Alemanha, isso não nada invalida quanto à sua própria origem, porque segundo as mesmas “lendas” ela teria vindo do Oriente para França, onde aparentemente parece ter sido introduzida pelos arquitectos bizantinos. Por outro lado e a este respeito, levanta-se uma questão importante que o autor não encarou e que ademais nenhum historiador maçónico nunca procurou elucidar: essa questão é aquela da possível “sobrevivência” da Maçonaria Operativa, na própria França, até perto do final do século XVII ou do início do século XVIII. Com efeito, em presença de certas particularidades pelas quais os rituais franceses diferem dos rituais especulativos ingleses, que manifestamente não podem provir senão de uma “fonte” anterior a 1717, pode-se perguntar se eles têm uma origem operativa directa ou se, como alguns pensam, devem-se a uma exportação escocesa ocorrida nos últimos anos do século XVII? As duas hipóteses são plausíveis, e de facto esse é um enigma que nunca foi resolvido.

O capítulo seguinte traça desde logo, talvez um pouco sumariamente, o que se sabe da história da Maçonaria Operativa na Escócia e na Inglaterra, ou pelo menos onde não se perde o seu rasto tanto no final da Idade Média como sobre o continente, parecendo-lhe que foi sobretudo na Escócia onde ela permaneceu muito mais “viva”. Em seguida ele expõe como a predominância dos Maçons “aceites”, pelo menos em certas Lojas, levou à constituição da Maçonaria Especulativa, quando quatro Lojas de Londres reuniram-se em 1717 para formar a Grande Loja de Inglaterra, ao lado da qual subsistiam por sua parte as Lojas escocesas e também, na própria Inglaterra, aquelas que procediam da antiga Loja de York. Aqui, deve-se elogiar particularmente o autor por não se deixar enganar pelo modo como habitualmente é apresentada a destruição, em 1720, dos documentos que foram reunidos ao longo dos anos anteriores; ele observa que Anderson “evita dar pormenores sobre os manuscritos destruídos” e que “a sua explicação sobre as causas da destruição é obscura”, e mesmo sem dizer expressamente repara-se que ele pensa que o próprio Anderson, com os seus “associados” Payne e Desaguliers, teve alguma coisa a ver com esse “acto de vandalismo”, segundo a expressão de Thory. Com efeito, é muito claro, como demonstra seguidamente, que os fundadores da Maçonaria Especulativa tiveram por motivo, agindo desse modo, não o impedir que “esses papéis pudessem cair em mãos estranhas”, como se pretende muito ingenuamente, mas o de fazer desaparecer tudo o que pudesse provar as mudanças feitas por eles nas antigas Constituições, o que não conseguiram inteiramente porque actualmente conhece-se uma centena de manuscritos onde não puderam meter a mão e que escaparam à destruição.

Para voltar a Anderson, um jornal, anunciando a sua morte em 1739, qualifica-o de “companheiro muito falacioso”, o que se pode justificar pelo papel suspeito que teve no cisma especulativo e pelo modo fraudulento como apresentou a sua redacção das novas Constituições como conformadas aos documentos “extraídos dos antigos arquivos”. A. E. Waite escreveu que ele “era sobretudo muito apto a corromper tudo o que tocasse”, e alguém saberá que após esses acontecimentos algumas Lojas Operativas chegaram ao ponto de doravante não admitir ninguém que tivesse o nome de Anderson?³³⁵ Quando se vê que é esse o homem de que tantos Maçons actuais gostam de invocar constantemente a autoridade, considerando-o quase como o verdadeiro fundador da Maçonaria, ou pelo menos tomando por autênticos *landmarks* todos os artigos das suas Constituições, não se pode deixar de achar tudo isso como provido de uma certa ironia... Se

³³⁵ James Anderson (1679 – 1.6.1739), nascido e educado em Aberdeen, Escócia, foi ordenado ministro da Igreja Presbiteriana Escocesa em 1707, tendo depois se deslocado para Londres onde continuou o ministério até à data da sua morte. Tendo entrado na Maçonaria em data incerta, chegou a Grande Oficial da Loja de Londres, em Westminster, e em 29 de Setembro de 1721 a Grande Loja encomendou-lhe que escrevesse uma História da Maçonaria, que seria publicada em 17 de Janeiro 1723 com o título *Constituição dos Maçons Livres*. O nome de Anderson não aparece na folha de rosto do livro, mas a sua autoria está declarada num apêndice. A autorização da impressão e venda da Constituição provocou uma crise dentro da Grande Loja de Londres e desde então Anderson manteve-se afastado da Maçonaria. Esse afastamento durou cerca de dez anos até que, em 24.2.1735, solicitou autorização para poder apresentar uma edição aumentada da Constituição, que foi aprovada em 25.1.1738 numa sessão com 56 Lojas representadas. James Anderson faleceu em 1739 e foi sepultado com as devidas honras maçónicas no cemitério de Bunhills Fields, em Londres (nota do tradutor).

o autor mostrou-se mais clarividente que muitos outros sobre este assunto da falsificação andersoniana, é lamentável que não o tenha sido no que respeita à origem do grau de Mestre, que ele acredita, seguindo a opinião comumente difundida, não ser senão uma inovação introduzida entre 1723 e 1738. Mas sem dúvida não se pode exigir de um puro historiador uma grande competência em tudo quanto toca directamente ao ritual e ao simbolismo.

O último capítulo contém a história da Maçonaria Francesa saída da Grande Loja de Inglaterra, desde a sua primeira aparição cerca de 1725 ou 1726 até à morte do conde de Clermont em 1771. É naturalmente o período dos inícios o que se apresenta mais obscuro, e a este respeito encontramos aqui um excelente desenvolvimento da questão tão controversa dos primeiros Grãos-Mestres. Depois que o astrónomo Laland publicou a sua *Memória histórica* em 1773, este assunto ficou de tal modo baralhado que não se acreditava poder resolvê-lo, mas agora a sucessão deles parece estar estabelecida de um modo definitivo, salvo que devia acrescentar ainda e pôr à cabeça da lista um outro nome: o do duque de Wharton, que parece ter exercido numa data compreendida entre 1730 e 1735, e que em nome da Grande Loja de Inglaterra de que foi precedentemente Grão-Mestre, exerceu as funções de Grão-Mestre Provincial para a França. É lamentável o autor não ter em seguida descrito quais as circunstâncias que levaram o Grande Oriente, em 1910, a suprimir os dois primeiros nomes que até aí figuravam na lista de Grãos-Mestres, quando uma simples rectificação seria suficiente, e o mais desagradável é que essa supressão não teve outra causa senão os panfletos de um adversário ocultista, desde logo muito erudito mas que era sobretudo exímio em “falsificar” os documentos históricos para que dissessem o que ele queria. Testemunhámos esse episódio de muito perto e apesar do tempo passado temos boas razões para nunca o esquecer, pois nós próprios tivemos o privilégio de ser exposto à hostilidade do mesmo personagem! Quanto à narrativa da história da Maçonaria, parece excessiva a importância dada ao famoso discurso de Ramsay, e em todo o caso certamente não é exacto dizer que ele “expôs a doutrina da Maçonaria”, quando na realidade não exprime senão o conceito particular que dela faz o seu autor sobre o qual, dizemos de passagem, são dados detalhes biográficos muito curiosos. Só é verdade que esse discurso exerceu depois uma influência incontestável sobre a formação dos altos graus, mas, bem entendido e apesar das lendas fantasistas generalizadas em certos meios, o próprio Ramsay e Fénelon em nada participaram. A propósito dos altos graus, devemos dizer que apesar das precisões dadas sobre alguns pontos sobretudo respeitantes a datas, a sua história, desde logo não sendo traçada senão muito resumidamente, fica muito confusa no seu conjunto, que já de si é realmente de uma complicação extrema que possivelmente nunca será completamente esclarecida. De resto, mesmo quando se sabe que a primeira menção conhecida de tal grau acha-se no documento datado de tal ano, será por isso que se estará verdadeiramente muito mais avançado no conhecimento das suas origens reais? Não insistiremos em outros pontos, geralmente bastante conhecidos, tais como as intrigas que os Maçons sofreram várias vezes da parte das autoridades governamentais, a recusa de em França ter em conta as condenações lançadas por Roma e que os próprios eclesiásticos consideravam inexistentes, ou a cissão que foi provocada na Grande Loja pela nomeação de Lacorne como substituto particular do conde de Clermont, que nos remete ao final do período estudado neste primeiro volume. Sublinhe-se que a segunda parte deste trabalho, contendo a história geral do Grande Oriente, contém ainda uma contribuição séria para o estudo destes assuntos frequentemente tratados de um modo muito parcial, e por vezes também muito imaginativo.

CAPÍTULO XXV

RESUMOS DE ARTIGOS DE REVISTAS APARECIDAS DE 1929 A 1950 EM “VÉU DE ÍSIS”, DESDE 1937 “ESTUDOS TRADICIONAIS”

Julho de 1929

– O *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Março) contém muitas notícias interessantes do ponto de vista simbólico e sobretudo histórico, uma delas dizendo respeito às sucessivas modificações do avental na Maçonaria Inglesa. Num outro artigo, vimos que os Maçons americanos admiram-se com a liberdade com que algumas publicações do “ultramar” tratam de questões reportando-se a várias partes “esotéricas” do ritual.

– A mentalidade dos Maçons americanos, e também dos ingleses, é com efeito muito particular em vários aspectos, e em *Le Symbolisme* (n.º de Abril) um artigo de Oswald Wirth, intitulado *A Igreja maçónica anglo-saxónica*, contém curiosas precisões a esse respeito. Segundo uma informação contida na mesma revista, acaba de se constituir em Berlim uma “Loja místico-mágica” intitulada *Fraternitas Saturni*, que parece ligar-se mais ou menos directamente às antigas organizações de Theodor Reuss, fundador da O.T.O. (*Ordo Templi Orientis*).

– Precisamente a *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (parte ocultista, n.º de 1.º de Maio) publica alguns documentos sobre essa O.T.O., cujo chefe actual, pelo menos para os países de língua inglesa, parece ser Sir Aleister Crowley, recentemente expulso de França (e que, por outro lado, já antes conseguira recolher a herança da Ordem S.S.S. e da Fraternidade Z.Z.R.R.Z.Z., de quem a R.I.S.S. parece ignorar a existência). Esses documentos são naturalmente acompanhados de um comentário tendencioso, onde a O.T.O. é apresentada como uma “Alta Loja” e Aleister Crowley como um sucessor dos “Iluminados”, como é referido em *O Escolhido do Dragão*, sendo feita muita honra às fantasias mais ou menos suspeitas de algumas individualidades sem mandato e sem autoridade! Mas é evidente que a coisa perderia muito do seu interesse, da perspectiva especial em que se coloca esta revista, se tudo isso fosse reconhecido como não passando de um simples fumistério. Como se poderá qualificar de outro modo, portanto, uma organização na qual não importa quem, com a única condição de pagar uma soma de 20 dólares, é imediatamente admitido ao terceiro grau? Na nota que dedicamos a *O Escolhido do Dragão* que se pode ler noutra parte, fizemos alusão às pessoas que ainda acreditam nas histórias fantásticas de Leo Taxil. Ora, depois de ter redigido essa nota encontramos na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 19 de Maio) um artigo cujo motivo é justamente o de sugerir a acusação de mentira que Taxil mentiu! Conhecemos bem algumas das pessoas em questão nessa ocasião e inclusive possuímos vários documentos referentes a esse assunto, pelo que poderemos dizer mais alguma coisa se acharmos necessário, mas de momento não vemos essa necessidade. Somente sugerimos à R.I.S.S. uma ideia que nos parece muito susceptível de entrar no seu programa: porque um dia não publica os documentos da *Ordem do Labarum*?

Dezembro de 1929

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* prossegue a publicação da série intitulada *Diana Vaughan terá existido?* (n.ºs de 29 de Setembro e 20 de Outubro), onde tenta demonstrar a concordância de certas asserções contidas nas *Memórias* com diversos livros antigos e mais ou menos raros sobre os Rosa-Cruzes. A conclusão que naturalmente retiramos é que o autor das

Memórias, seja ele quem for, conhece melhor que o redactor da revista os livros em questão, além de provavelmente isso estar demasiado simplificado e, em todo o caso, muito pouco satisfatório para a tese que pretende sustentar a todo o custo. No número de 6 de Outubro está inserido, sem rectificação nem comentário, um artigo de uma correspondente da Polónia que toma um templo dos *Old Fellows* por uma Loja maçónica. Mais uma vez admiramo-nos com a competência destes “especialistas”! No número de 27 de Outubro, um artigo intitulado *A Moda do Triângulo* lembra-nos certas elucubrações taxilianas sobre o simbolismo maçónico da Torre Eiffel. Aparece aí que os grandes mercados vendem bonecos “que foram sujeitos nas Altas Lojas a encantações e feitiços”; também aparece que o triângulo é “o símbolo da religião de Satan”, apesar de inquestionavelmente vê-lo figurado em tantas igrejas católicas. As pessoas que são capazes de escrever tais coisas, se são sinceras são verdadeiras obcecadas que fazem pena, mas deveria impedir-se que propagassem as suas manias eminentemente contagiosas e enganassem outros espíritos fracos. No mesmo número, um outro artigo apresenta como um “sábio hindu” Sundar Singh, que é um sikh convertido ao protestantismo pelo que é duplamente “não-hindu”. A este respeito, indicamos que *sâdhou* (e não *sanhou*) nunca significou “monge brahmane”, expressão que ademais não corresponde a nenhuma realidade, e assim torna-se fácil proferir afirmações sobre assuntos de que se ignora até a primeira palavra! A “parte ocultista” (n.º de 1.º de Outubro) desta vez é dedicada principalmente à defesa de *O Escolhido do Dragão* contra os jesuítas dos *Études* e da *Civiltà Cattolica*, opondo-se a alguns dos seus antigos confrades que mostraram, parece, um modo de ver diferente (o que não implica necessariamente que tenha sido mais justo). Para este efeito, M. A. Tarannes evoca *A “Hidra de três cabeças” do R. P. Rinieri, S. J.*, brochura na qual desde logo na realidade não é assunto nem a hidra e nem o dragão, só aparecendo num sentido inteiramente figurado. Em seguida aparecem *Três cartas do R. P. Harald Richard, S. J., sobre o Ocultismo contemporâneo*. O seu autor é aquele jesuíta de quem se diz ter copiado e anotado os manuscritos originais de Clotilde Bersone. A primeira dessas cartas fala de alguns curandeiros mais ou menos espíritas, e todo o seu interesse consiste em que certos prelados, até mesmo um cardeal, são acusados de ter procurado os ditos curandeiros “não só para receberem tratamento, mas para pedir-lhes conselhos sobre todos os grandes assuntos”. Uma frase no preâmbulo permite-nos divagar quando diz que essas cartas foram “compiladas com a ajuda de numerosos confidentes e vários familiares”: serão então verdadeiras essas cartas? Não sabemos mas talvez um dia se saiba, se certo alguém cumprir a ameaça de “dar os fac-similados das peças autênticas, onde aparecem claramente nomes e procedimentos com os quais certas personalidades eclesiásticas e religiosas nada têm a ganhar”. Como tudo isso é edificante!

Janeiro de 1930

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* prosseguem os artigos respeitantes às *Memórias de Diana Vaughan* (10 de Novembro e 1.º de Dezembro), que não nos fazem modificar em nada as reflexões que formulámos anteriormente a esse respeito. No último, há um erro bastante curioso: citando uma passagem onde é mencionado o *Tratado da Geração e da Corrupção*, que é uma obra de Aristóteles, o autor do artigo acredita tratar-se de uma “teoria imaginada por Robert Fludd”! Outra curiosidade que se destaca no conjunto dá conta de uma festa de Companheirismo (10 de Novembro), onde se diz que “a designação C.º para Companheiro, denuncia abertamente o acontecimento maçónico”. Ora, pelo contrário, o uso dos três pontos nas abreviaturas é de origem puramente corporativa, e foi daí que passou a certos ramos da Maçonaria “Especulativa”, mas havendo outros, notoriamente nos países anglo-saxónicos, que o ignoram totalmente. Os números de 17 e 24 de Novembro contêm um estudo histórico sobre o *Rito de Misraim*, que infelizmente nada esclarece sobre a questão bastante obscura das suas origens. Na “parte ocultista” (1.º de Novembro), por sua vez M. A. Tarannes contenta-se em reproduzir, sem grandes comentários, um certo número de sinais de Companheirismo (marcas de canteiros) gravados na igreja de Saint-Ouen de Rouen. Um outro colaborador da revista trata, a seu modo, de *A Música e o Esoterismo*;

ele parece ter descoberto um pouco tardiamente o número especial do *Voile d'Ísis* dedicado a esse assunto, e atribui aos seus redactores as intenções mais inverosimilhanes. Por outro lado, nunca duvidámos que uma “propaganda” possa ter um carácter esotérico, apesar de parecer uma contradição nos termos, nem que haja uma “fé no esoterismo”, sendo este essencial e exclusivamente assunto de conhecimento. Por fim apontamos, no mesmo número, a segunda das *Três cartas do R. P. Harald Richard, S. J., sobre o Ocultismo contemporâneo*³³⁶ onde desta vez o assunto são os feiticeiros, denunciados tão simplesmente como comparsas do Diabo, aproveitando a ocasião para observar caridosamente que “actualmente há muitos curas e religiosos que se tornaram feiticeiros”. Na mesma carta também se fala do “pêndulo de Chevreuil (*sic*), nome de um chefe espírita vivo, que não se deve confundir com Chevreul, o sábio de morte centenária em 1896”. O problema é que se refere precisamente a Chevreul³³⁷, e que o espírita Chevreuil, seu quase homónimo, não tem absolutamente nada a ver com o assunto.

Fevereiro de 1930

– Em *Le Symbolisme* (número de Novembro) um artigo de Oswald Wirth, intitulado *O respeito pela Bíblia*, volta ainda às diferenças que existem entre as concepções maçónicas dos anglo-saxónicos e dos países latinos, e novamente encontramos essa desagradável tendência “racionalista” que já apontámos anteriormente: tratar as Escrituras Sagradas, desde logo quaisquer que elas sejam, como alguma coisa de puramente humana, essa é uma atitude bem “profana”. No número de Dezembro, um interessante estudo de M. Armand Bédarride sobre *A Iniciação Maçónica*; nele encontram-se, em certas alusões às doutrinas orientais, algumas confusões muito provavelmente devidas a uma informação de fonte sobretudo teosófica, mas está muito correcto quando assiná-la que a ideia de uma via única é exclusiva e particular ao Ocidente, apesar de unicamente a “via do meio” ter um outro sentido muito mais profundo que aquele que lhe dá o autor.

– Recebemos os primeiros números da revista alemã *Saturn Gnosis*, órgão dessa *Fraternitas Saturni* de que já falámos aqui. É uma publicação de grande formato muito bem impressa, mas os artigos que contém, apesar da sua aparência um pouco pretensiosa, não reflectem senão as concepções de um “Ocultismo” vulgar de tendências muito modernas e bastante ecléticas, onde o próprio Teosofismo e o Antroposofismo steineriano têm uma certa parte. A *Fraternitas Saturni*, saída de uma cissão que aconteceu no seio de um movimento dito “pansófico”, dá-se como “a primeira Loja oficial da Era do Aquário”; decididamente, essa Era do Aquário preocupa muita gente. Reparamos que também há aí um grande interesse pela “Magia”, desde logo correspondendo a um estado de espírito actualmente muito espalhado na Alemanha, e dá-se um grande destaque aos ensinamentos do “Mestre Therion”, pretenso “enviado da Grande Fraternidade Branca”, o qual não é senão Aleister Crowley.

– É precisamente o assunto, mais uma vez, da *Fraternitas Saturni*, da O.T.O. e de Aleister Crowley que se aborda na “parte ocultista” da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (número de 1.º de Dezembro). A propósito de Théodore Reuss, alguém declara-se disposto “a publicar os fac-similados de todos os diplomas e credenciais de afiliação que ligam esse excêntrico à Maçonaria Regular”. Estamos verdadeiramente curiosos em ver isso, mas é bastante provável que, infelizmente, esses documentos sejam simplesmente oriundos das organizações de John Yarker ou do famoso Rito Cerneau. No mesmo número, em duas ocasiões diferentes, houve a necessidade

³³⁶ R. P. = Reverendo Padre; S. J. = Sociedade de Jesus, donde Jesuíta (nota do tradutor).

³³⁷ Michel Eugène Chevreul foi um químico francês que nasceu em Angers em 31.10.1786 e faleceu em Paris em 9.4.1889 (in *Popular Science*, Vol. 27, N.º 28, edição de Agosto de 1885), e não 1896 como aponta o padre jesuíta. Este desgostando aquele por razões que só a sua razão sabe, apoda-o engenhosamente de *Chevreuil*, acróstico para “Chifruído”, ou seja, criatura que pactua com o Diabo, se não é mesmo o próprio Mafarrico ou o Chifruído em pessoa, para isso servindo de pretexto o pretenso quase homónimo do espírita Chevreuil (nota do tradutor).

lançar contra nós observações pretendendo ser desagradáveis mas que não são senão aborrecidas. Assim, insiste-se em tratar-nos como “erudito” com uma insistência que é verdadeiramente cómica, sabendo-se da pouca importância que damos à simples erudição. Somente assinalamos o seguinte: após um quarto de século ocupando-nos dos estudos esotéricos, nunca mudámos no que quer que fosse; os nossos artigos aparecendo no *Regnabit*, no *Voile d’Isis* ou noutros lugares, foram sempre concebidos exactamente no mesmo sentido. Mais, como inteiramente independentes damos a nossa colaboração a quem entendemos, e ninguém tem nada a ver com isso. Se esses senhores acreditam “não ter lições a aprender de nós” (no que cometem um grande erro, porque isso iria evitar-lhes algumas patéticas grosseiras), menos ainda temos nós a aprender deles. Se acreditam que as suas injúrias podem atingir-nos minimamente, estão muito enganados. Esse número começa por um artigo dedicado à “Ordem Eudíaca” de M. Henri Durville, desde logo confundido com os seus irmãos, o que mais uma vez demonstra a segurança das informações da R.I.S.S., e qualificar essa organização de “nova sociedade secreta” é verdadeiramente excessivo. A verdade é muito mais simples, mas se ela fosse dita, pode dizer-se, isso terminaria rapidamente sem satisfazer a curiosidade de uma certa clientela... A última das *Três cartas do R. P. Harald Richard, S. J., sobre o Ocultismo contemporâneo*, intitulada *O jogo duplo de Satan*, não é como as precedentes: limita-se a repetir uma quantidade de boatos frequentemente espalhados. Quanto à continuação dos artigos intitulados *Diana Vaughan existiu?* (n.º de 29 de Dezembro), continuam sempre muito pouco conclusivos. Precisamente a respeito de Diana Vaughan, eis que o abade Toumentin, que havia desaparecido da cena antimaçónica desde há muitos anos, ressuscita para dar à *Fé Católica* as lembranças sobre a mistificação taxiliana que não parecem destinadas a agradar os promotores do “neo-taxilismo”, tanto mais que a redacção dessa revista fá-la preceder de uma nota bastante dura onde notoriamente lemos o seguinte: “Não se consegue sequer explicar o motivo dessa incrível tentativa de ressurreição do “taxilismo”. Muito menos se explica que as novas provas anunciadas, aclamadas ao som de trompa, se reduzam exactamente a nada”. Essa é inteiramente a nossa opinião, e a nota em questão termina com esta frase que pode dar a chave de muitas coisas: “A *Intelligence Service* este ano assombrou os segredos dessa espécie. Eles não são reconfortantes”. De tudo isso, até aqui a R.I.S.S. não proferiu uma palavra.

Junho de 1930

– O *Symbolisme* (n.º de Março) publica uma conferência de M. A. Dreyfus-Hirtz sobre *As forças superiores do Espírito*, que contém algumas ideias interessantes mas exprimidas de modo um pouco confuso.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (Fevereiro e Março), encontramos muitos artigos sobre o simbolismo da abelha e da colmeia, dos quais se conclui que as ideias de caridade e de indústria que actualmente lhes atribuem são muito recentes, porque originalmente a abelha era sobretudo um símbolo de ressurreição e de imortalidade.

– O *Compagnonnage* (n.º de Março) reproduz um processo-verbal de reconhecimento dos Companheiros Surradores e Curtidores do Dever, datado do ano 1300. Apesar da ortografia arcaica desse documento, parece-nos um pouco duvidoso que ele remonte a uma época tão afastada... Não será antes 1500 que se deve ler?

– Recebemos os três primeiros números (Janeiro-Fevereiro-Março) da revista alemã *Hain der Isis*, dirigida pelo Dr. Henri Birven e dedicada “à Magia como problema cultural e concepção do mundo”. Aí encontramos ainda alguns escritos do “Mestre Therion”, dito de outro modo, Aleister Crowley. Sem dúvida teremos ocasião de voltar a isso.

– Parece que ninguém tem o direito de falar favoravelmente das nossas obras, pelo menos é essa a pretensão da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 9 de Fevereiro), que se permite repreender uma revista suíça por ter publicado um relato do nosso último livro dizendo

que se trata de um “anúncio publicitário”, mesmo sabendo muito bem que nunca utilizamos esse género de reclames, do passado grotesco! Os artigos da série *Diana Vaughan existiu?* continuam cada vez mais insignificantes: um (9 de Fevereiro) é dedicado às bisbilhotices mais ou menos extravagantes sobre a morte de Spinoza, que os Rosa-Cruzes (?) envenenaram depois de terem servido-se dele; um outro (23 de Fevereiro) acerca de Bacon, acaba tratando Joseph de Maistre, a respeito da sua *Memória para o duque de Brunswick*, como “pateta ingénuo” (*sic*), o que não deixa de ser um pouco forte. Depois de Léo Taxil, eis que agora pretende-se reabilitar o ex-rabino Paul Rosen (6 de Abril); para quando o regresso de Domenico Margiotta e de alguns outros ainda? Na “parte ocultista” (1.º de Março e 1.º de Abril) encontramos um estudo sobre Bô Yin Râ, cuja doutrina é apelidada de “um ensaio contemporâneo da mística nietzschiana”. No primeiro desses dois números, M. de Guillebert prossegue os seus devaneios doentios, desta vez por motivo do livro de M. L. Hoyack, *Retorno ao universo dos antigos*; no segundo, ele comunica gravemente que a idolatria consiste no culto das letras do alfabeto, mais precisamente nas consonantes, o que é um pouco inesperado. Por fim, no número de 1.º de Abril um outro colaborador, que assina Jean Claude, comenta a seu modo um texto alquímico de Basílio Valentim, no qual acredita achar indicações notáveis sobre as origens da Maçonaria, e é uma pena que seja um trabalho de pura imaginação.

Julho de 1930

– O *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Abril) continua o estudo sobre o simbolismo da colmeia. Reprodz um artigo antigo no qual o paralelismo entre os trabalhos na colmeia e os numa Loja maçónica parece um pouco forçado.

– Em o *Symbolisme* (n.º de Abril) assinalamos um artigo de Oswald Wirth intitulado *O Enigma da Franco-Maçonaria*, a propósito de um livro recente de M. G. Huard.

– *Diana Vaughan existiu?* Este assunto está sempre na ordem do dia da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes*; desta vez trata-se (n.º de 23 de Março) de Philaletho, ou seja, de Thomas Vaughan, pretendo antepassado da heroína de Léo Taxil. A esse respeito são reproduzidas algumas passagens do abade Lenglet-Dufresnoy e de Louis Figuier, pretendendo que elas contêm “enigmas indecifráveis” mas que “Diana Vaughan veio a nós dar-nos a chave”, e esta chave é que... “o Mercúrio dos Sábios e Satan são um”! De que singular clientela de ignorantes a R.I.S.S. espera ver aceites semelhantes enormidades?

Outubro de 1930

– Em o *Symbolisme* (n.º de Maio) um artigo de M. Armand Bédarride, intitulado *Um problema de método*, destaca algumas das diferenças que existem entre o ensinamento iniciático e o ensinamento profano. No número de Junho, Oswald Wirth aborda um *Desdobramento da Franco-Maçonaria*: para ele “há Maçons segundo a letra e outros segundo o espírito”. A intenção é seguramente excelente mas, dado o estado actual da Maçonaria, ela parece-nos muito dificilmente realizável. No número de Julho, outro artigo de Oswald Wirth sobre *A heresia bíblica* (a propósito da Maçonaria anglo-saxónica), feito segundo uma perspectiva bastante exterior: o desconhecimento do verdadeiro carácter dos Livros Sagrados, quaisquer que sejam desde logo, entre homens recomendados de uma tradição iniciática, causa-nos sempre alguma surpresa.

– O *Grand Lodge Bulletin* do Iowa termina no seu número de Maio o estudo sobre o simbolismo da colmeia. O número de Junho contém algumas indicações interessantes sobre vários livros antigos nos quais é feita menção à Maçonaria.

– Na “parte ocultista” da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 1.º de Maio) M. Guillebert, num artigo intitulado *Ciência e Magia*, imagina descobrir intenções “esotéricas”

nas teorias mais “profanas” da ciência contemporânea. Ele continua num outro artigo intitulado *Ocultismo científico* (n.º de 1.º de Junho), onde visa muito especialmente MM. Maxwell, Jovillet-Castelot e Paul Choissard, nos quais vê os agentes de uma tentativa de anexação da ciência oficial pelo “ocultismo”! Desde logo é obrigado, no que respeita a M. Choissard, a retratar-se no número seguinte (n.º de 1.º de Julho), em *post-scriptum* a um artigo sobre *Jacob Boehme* inspirado pelo número especial do *Voile d'Ísis*, e redigido de tal modo que é quase impossível distinguir o que é uma descrição daquele do que são as reflexões pessoais do autor. Apontamos somente a extraordinária afirmação de que Jacob Boehme era judeu, por ser uma verdadeira obsessão! Nos números de 1.º de Maio e 1.º de Julho encontramos também o final do estudo sobre *Bô Yin Râ* que mencionámos anteriormente, e naquele de 1.º de Julho uma resposta de M. Henri Durville a respeito da *Ordem Eudíaca*. No fundo, M. Durville deveria sentir-se lisonjeado em ver-se considerado como uma “Autoridade Superior” dando uma “Iniciação Superior”, e mais próximo das “Altas Potências Ocultas” que a Maçonaria! Essa querela não nos interessa, contudo não deixamos passar um erro factual: os livros de Eliphas Lévi nunca “foram interditados pela Igreja” (cf. P. Chacornac, *Éliphas Lévi*, p. 184, onde esta questão é abordada). Além da “parte ocultista”, assinalamos um artigo intitulado *Os Porta-luzes nas Trevas* (n.º de 6 de Julho), a respeito de um recente livro inglês dedicado à *Stella Matutina*, continuação da antiga *Golden Dawn* e de algumas outras organizações mais ou menos dependentes de Aleister Crowley. Por fim, para terminar, encontramos uma coisa engraçada num artigo sobre *Um Congresso Universal das religiões contra a guerra* (n.º de 20 de Julho): descrevendo o relatório da cobertura dos trabalhos do “Comité preparatório”, é assinalada “uma inscrição esperantista (ou isso ou outra coisa): *Santi Pax Salaam*”. Ora essa inscrição é tão simplesmente a palavra *Paz* em sânscrito, em latim e em árabe. Quão admiráveis linguístas são os redactores da R.I.S.S.!

– Em o *Symbolisme* (n.º de Outubro) um artigo intitulado *A Maçonaria Sacerdotal* (teria valido melhor dizer “pseudo-sacerdotal”) assinado por Diogène Gondeau, é uma boa crítica das visões do T.°. Ill.°. F.°. (e Mgr) Leadbeater e da história fantástica do “Chefe de todos os verdadeiros Franco-Maçons”. Um outro artigo de M. A. Siouville, sobre *A Oração Dominical*, não é senão uma composição da exegese modernista: parece que o *Pater* tem “um carácter puramente hebraico”, e não vemos como isso possa ajudar a penetrar no seu sentido profundo. No número de Novembro, Oswald Wirth continua a abordar *A Maçonaria Dogmática*, ou seja, a Maçonaria anglo-saxónica, a propósito das questões de “regularidade”. Duas respostas a artigos precedentes: *Apologia da Bíblia*, por M. Elie Benveniste, que desde logo não vê senão o *Decálogo*, o que desde logo é um ponto de vista bastante limitado; *Advogando pelo Ocultismo*, por M. Marius Lepage, que nos parece muito entusiasta desse “ocultismo” contemporâneo onde se acha um pouco de tudo, salvo o verdadeiro conhecimento iniciático (que desde logo a maioria dos seus adversários não possui). A sua juventude desculpa as suas ilusões, que sem dúvida o tempo se encarregará de dissipar.

– *Hain der Isis* (números de Agosto-Setembro e de Outubro) continua a apresentar-se como o órgão dos discípulos ou partidários de Aleister Crowley. A este respeito, assinalamos que anuncia a desaparecimento daquele que se teria afogado voluntariamente em Portugal, em 24 de Setembro último. Não sabemos se esta notícia foi confirmada.

– Os *Cahiers de l'Ordre*, órgão antimaçónico, que tinham interrompido a sua publicação no início do ano, retomaram-na em Setembro. Vimos o anúncio de um “partido nacional-popular francês anti-judaico” que, imitando os “racistas” alemães, tomou por emblema a swástica³³⁸. Até onde os símbolos podem servir quando não são compreendidos?

³³⁸ Equívoco de René Guénon, pois os nazis alemães e seus simpatizantes franceses, ingleses, italianos, etc., não assumiram por símbolo a *swástica* ou *suástica*, cruz solar de sentido evolucionar por seu giro destrocêntrico, mas a *sowástica* ou *sovástica*, cruz lunar de sentido involucionar por seu giro sinistrocêntrico, ainda por cima inclinada tal qual a Lua acentuando o sentido de “desalinhamento” ou “desequilíbrio”, indo aumentar o seu significado de símbolo caótico (nota do tradutor).

– O número de 1.º de Setembro da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes*, “parte ocultista”, inicia com um estudo de M. de Guillebert intitulado *Antisemitismo*, menos “excêntrico” que muitos outros do mesmo autor mas onde a influência judaica é, como sempre, muito exagerada. Segue-se uma revisão dos comentários onde assinalámos o processo aplicado especificamente a alguns artigos do *Voile d’Ísis* de Junho, a qual consiste em aplicar frases isoladas do seu contexto de maneira a evidentemente permitirem ter o sentido que se deseja. Assinalamos também que nos fazem dizer que o conhecimento dos “Pequenos Mistérios” adquire-se percorrendo os “nomes das coisas”, o que não tem significado algum; nós havíamos escrito: a “roda das coisas”. Ainda no mesmo número um artigo do Dr. G. Mariani, intitulado *As Doutrinas Kainitas na F. . M. .: um conto simbólico de Gérard de Nerval*, atribuindo uma importância muito excessiva a uma fantasia na qual o seu autor mistura elementos de diversas proveniências ao produto da sua própria imaginação, apesar de ser verdade que esse conto sobre a rainha de Sabá é uma “fonte” que atrai numerosos anti-maçons, não hesitando em apresentar como autêntica a lenda de Hiram. Quanto às alusões ao “Rei do Mundo” contidas no artigo, de momento limitamo-nos a tomar nota à espera de mais... se houver. No número de 1.º de Outubro (“parte ocultista” igualmente), M. de Guillebert intitula o seu artigo de *Os Polares*. Teríamos muito a dizer sobre essa história bizarra, desde logo não sendo aqui senão um pretexto para várias considerações muito misturadas sobre a “mística oculta”. O Dr. Mariani estudou *O Ocultismo nos países anglo-saxónicos* através do *Light-Bearers of Darkness* editado pelo *Inquire Within*³³⁹, tendo a autora desse livro, que já abordámos anteriormente, utilizado largamente a nossa própria obra sobre o *Teosofismo*, pelo que ao lado de algumas informações sérias e exactas, há muitas outras que não podem ser aceites senão como lucro de inventário. Finalmente apontamos, a propósito de Diana Vaughan (n.º de 12 de Outubro), um artigo intitulado *Potência Dogmática*, no qual tenta-se provar que o que é assim designado na Maçonaria Escocesa será outra coisa que o Supremo Conselho de cada país. A argumentação não tem sustento... e por um bom motivo.

Novembro de 1930

– Em o *Symbolisme* (n.º de Agosto-Setembro) Oswald Wirth apresenta um artigo sobre o *Estudo do Tarot*, como “introdução à interpretação dos vinte e dois arcanos”, onde destacamos uma apreciação elogiosa de Eliphas Lévi qualificado de “ocultista genial”, apreciação que nos parece um pouco em contradição com o que o mesmo autor escreveu noutras ocasiões.

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (“parte ocultista”, n.º de 1.º de Agosto) M. de Guillebert intitula *Precisão* um artigo... muito pouco preciso. Um certo M. Tozza, tendo publicado no *Lótus Azul* um artigo que alguém poderá, com alguma boa vontade, aproximar da definição bizarra que o próprio M. de Guillebert dá do “ocultismo”, vê ser-lhe atribuída em “matéria iniciática” uma autoridade que certamente deverá surpreendê-lo. Quanto à pretensão de solidarizar, sob o vocábulo muito cómodo de “ocultismo”, as coisas mais díspares, abarcando o espiritismo, é um sonho puro e simples... ou uma má piada. Seria útil acrescentar que o autor do artigo que emprega a cada instante o termo “iniciação”, não tem a menor noção do seu verdadeiro sentido.

– No número de 27 de Julho, um novo artigo sobre *Diana Vaughan* retrata alguns episódios das polémicas às quais as *Memórias* daquela deram lugar desde a sua aparição. Pretende-se tirar vantagem de M. Waite ter acreditado na existência de *Diana Vaughan* porque ele devia saber quem ela era... na qualidade de membro da *Societas Rosicruciana* de Inglaterra³⁴⁰. Quando se sabe o

³³⁹ *Porta-luzes nas Trevas*, by Christina Stoddart, Inquire Within, London, 1930, 1985, 2001 (nota do tradutor).

³⁴⁰ O nome de Diana Vaughan e de seu não antepassado mas familiar próximo, Thomas Vaughan, é polémica acesa que se arrasta até hoje depois de alguns clérigos eruditos da Companhia de Jesus terem deturpado os documentos originais e forjado outros, má faina que, consciente ou inconscientemente, os seguidores ou companheiros de Aleister Crowley aceitaram, inclusive dando-lhe um cariz psíquico ou de “aparições fantasmagóricas”, até o assunto converter-

que é realmente essa *Societas Rosicruciana*, não se pode deixar de sorrir (para não dizer mais) perante semelhantes afirmativas. No número de 3 de Agosto, uma nota intitulada *A Rosacruz do século XX*, mas onde não aparece o assunto da Rosacruz, inicia com um resumo da história do “Martinismo” na Rússia na própria época de Saint-Martin, e termina com uma acusação de “luciferianismo” contra o filósofo Vladimir Soloviev e seus “discípulos”, MM. Dmitri Mérejkovsky, Nicolas Berdiaef e Valentin Spéransky. À força de verem “diabolismo” por toda a parte, os redactores da R.I.S.S. acabam não ficando seguros de eles mesmos não terem sido mais ou menos contaminados!

Fevereiro de 1931

– O número de Novembro da *Eudia* é dedicado ao *Livro do Somatista*, que acaba de aparecer. Essa designação “somatista” (do grego, *soma*, corpo) é aquela do primeiro dos três “graus menores” da “iniciação eudíaca”; o segundo é aquele de “dianoísta” (de *dianoia*, entendimento), e o terceiro é o de “pneumatista” (de *pneuma*, sopro). Quanto aos “graus maiores”, não fala ainda... São muitas as fantasias sobre os antigos mistérios egípcios, e não é com tentativas de reconstituição desse género, sem a menor transmissão regular (e precisamente por isso), que se conseguirá alguma vez realizar uma iniciação autêntica e efectiva.

– Em o *Symbolisme* de Dezembro, novo artigo de Diogène Gondeau sobre *Ocultismo e Franco-Maçonaria*, fazendo uma distinção muito justa e razoável entre o Ocultismo sério e... o outro. Mas, para evitar toda a confusão, não seria melhor abandonar pura e simplesmente essa última denominação tão desacreditada e ademais uma invenção muito recente, não tendo sequer o que se possa chamar um valor “histórico”?

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Outubro), uma discussão sobre o tempo que transcorreu entre a morte de Hiram e a descoberta do seu corpo por Salomão, dizendo alguns quatorze dias e outros quinze. Os extractos citados sobre o assunto contêm observações interessantes, nomeadamente sobre as correspondências astronómicas (durante o período da lua minguante) e a correlação que se deve fazer com a lenda de Osíris.

– O número de 1.º de Novembro da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (“parte ocultista”) é ocupado quase inteiramente por um artigo do Dr. G. Mariani sobre *O Cristo-Rei e o Rei do Mundo*, que contém a nosso respeito muitas frases elogiosas encobrendo insinuações muito pífidas. Por serem muitos, não apontaremos detalhadamente, pelo menos de momento, todos os pontos sobre os quais teríamos alguma coisa a dizer, ficando-nos pelos mais importantes. Desde já, será possível, depois da explicação que demos no nosso livro, sustentar seriamente que o “Rei do Mundo” (designação ademais muito exotérica, como tivemos o cuidado de anotar) não seja senão o *Princeps hujus mundi* do Evangelho? Não pensamos assim, como não pensamos que alguém de boa-fé identifique a *Agharta* à “Grande Loja Branca”, ou seja, à caricatura que os Teosofistas imaginam interpretando num sentido “infernai” a sua situação “subterrânea”, isto é, durante a duração da *Kali-Yuga*³⁴¹. Além disso, quando o autor diz, a propósito de certos textos

se num gigantesco banquete de fantasias disparatadas e desencontradas onde a única verdade é a prodigalidade da mente humana comum, para todo o efeito, sempre profana. Thomas Vaughan possui intimidade com a Rosacruz, diz a Tradição, e assim também a sua próxima Diana Vaughan, mas daí às prodigalidades esotericistas do neo-espiritualismo a distância é insuperável. E convém não dizermos mais, nem a favor nem contra um assunto que é daqueles onde a mentira esconde a verdade (nota do tradutor).

³⁴¹ Mais uma vez o preconceito intelectual de René Guénon levanta-se contra a Teosofia entrando em contradição consigo mesmo, pois o ponto de partida do seu precioso livro *O Rei do Mundo* é precisamente Ferdinand Ossendowsky (1876-1945), jornalista polaco e teósofo activo em Loja de Moscovo, sobre quem tece palavras elogiosas aparentemente aceitando os relatos das suas viagens pelo Tibete e Mongólia e quanto ouviu sobre a tradição do Rei do Mundo e do Mundo Subterrâneo. Além disso, o Teosofismo de Leadbeater não aborda a questão de *Agharta* (assim a grafamos desde sempre na sua forma correcta: *Ag-Harta*, Coração Flamejante) e de *Melki-Tsedek*, o Rei do Mundo, e sim a Teosofia de Henrique José de Souza de quem este autor ouviu falar e leu alguns artigos publicados na revista

hebraicos, que somente “certos Kabalistas” dão ao “seu Deus” (*sic*) o título de “Rei do Mundo”, demonstra quanto ignora as fórmulas das preces judaicas mais correntes, onde esta expressão *Melek ha-Olam* aparece constantemente. Mas há melhor: sustenta-se aqui que o “Rei do Mundo” é o Anticristo (e a este propósito a redação da revista achou por bem acrescentar uma nota invocando o Segredo de a Salette!), e que não devemos duvidar como até aqui que o Anticristo já existe, nem sobretudo que ele sempre existiu desde a origem da Humanidade! Sem dúvida que isso ofereceu a oportunidade de apresentar-nos, de um modo mal disfarçado, como especialmente encarregado de preparar a próxima manifestação do dito Anticristo. Poderíamos limitar-nos a sorrir dessas histórias fantásticas se não soubéssemos como elas são próprias para perturbar a cabeça das pessoas fracas que não necessitam disso... Por outro lado, pretende-se identificar a “nossa doutrina” (*sic*) com a “heresia de Nestório”³⁴², na realidade não nos interessando minimamente pela boa razão de nunca nos colocarmos na perspectiva da religião exotérica, e mesmo aqueles comumente qualificados de “Nestorianos”, conforme já fizemos ver, sem dúvida nada têm a ver com ela. Esquece-se, mais ou menos voluntariamente, que essa doutrina é vários séculos anterior ao Cristianismo, com o qual Mundo não começou, e também que a iniciação dos Kshatriyas, donde descendem aparentemente esses pretensos “Nestorianos”, em todo o caso não comporta senão aplicações contingentes e secundárias da dita doutrina. Já expusemos frequentes vezes a diferença entre os Brahmanes e os Kshatriyas, dando a perceber que o papel desses últimos em caso algum poderia ser o nosso. Por fim, anotamos uma alegação verdadeiramente monstruosa contra a qual só podemos protestar energicamente: alguém ousa acusar-nos (invocando a autoridade de um certo M. Robert Desoille que desconhecemos completamente) de tendências “materialistas” e “políticas”! Ora, por tudo quanto já escrevemos abundantemente, não temos senão a mais perfeita indiferença pela política e por tudo que se liga a ela de perto ou de longe, e não exageramos nada dizendo que as coisas que não descendam da ordem espiritual não contam nada para nós, e se alguém acha que temos ou não razão pouco importa, pois o facto incontestável é que é assim e não de outro modo. Então, ou o autor do artigo é inconsciente ou engana os seus leitores por um motivo que não queremos definir. Por outro lado, recebemos pessoalmente da parte do próprio Dr. Mariani uma carta tão estranha como a primeira dessas duas hipóteses, que nos parece a menos improvável; como o artigo deverá ter uma continuação, voltaremos a ele se for necessário. Assinalamos também, no número de 7 de Dezembro da mesma revista, a conclusão da longa série de artigos intitulada *Diana Vaughan existiu?* Esta conclusão, em suma, volta a dizer não ser possível que Taxil tenha inventado tudo. Sabe-se muito bem, com efeito, que ele saqueou de várias partes documentos depois frequentemente deformados, e que também tinha vários colaboradores, inclusive o famoso Dr. Hacks. Quanto a pretender ver nessa documentação tão abundante quanto heteróclita uma prova da existência de Diana Vaughan e dos seus “papéis de família”, não é verdadeiramente sério. Também parece que Taxil não conseguiria fazer sozinho “essa revelação sensacional de que a essência da Alquimia é o pacto com Satan”. Nisto, todos aqueles que têm a menor noção do que é a Alquimia não podem deixar de rir!

Março de 1931

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Dezembro), apontamos um artigo sobre a questão das *Jóias móveis e imóveis*, acerca da qual os rituais inglês e americano estão muito longe

Dhârânâ, órgão oficial da Sociedade Teosófica Brasileira, que lhos enviou para o seu endereço em Paris e no Cairo conforme consta dos relatórios nos Arquivos privados dessa organização (nota do tradutor).

³⁴² Nestório (c. 386 – c. 451 d. C.) foi um monge oriundo da Anatólia que se tornou arcebispo de Constantinopla entre 10 de Abril de 428 e 22 de Junho de 431. Os seus ensinamentos, baseados na Escola de Antioquia, incluíam várias rejeições dogmáticas, dentre elas o uso tradicional do título de *Theotokos*, “Mãe de Deus”, para a Virgem Maria, indo pô-lo em conflito aberto com outros eclesiásticos da sua época, particularmente Cirilo de Alexandria que acusou-o de heresia. Nestório procurou defender-se no Primeiro Concílio de Éfeso (431), mas acabou condenado como herege e destituído da sé arcebispal. Recolheu-se a um mosteiro onde manteve as suas convicções até ao fim da vida (nota do tradutor).

de estarem de acordo, um qualificando de “móvel” o que o outro chama de “imóvel”, e inversamente.

– Assinalámos precedentemente a aparição de um órgão intitulado *La Flèche*, que desde o primeiro momento pareceu-nos bastante suspeito. Não vimos o n.º 2 que, parece, terá saído, mas o n.º 3 (15 de Dezembro) contém uma profissão explícita de “luciferanismo” ou mesmo “satanismo” redigida em termos que parecem retirados na grande maioria das elucubrações taxilianas ou do *Escolhido do Dragão*. Seguramente não devemos levar essas histórias a sério, mas a intenção não vale menos por isso. O verdadeiro Esoterismo e a Tradição Iniciática não têm absolutamente nada a ver com essas divagações doentias, e o facto de alguém pretender misturá-los com isso leva-nos a perguntar se não estaremos diante de um novo conluio montado ao modo de Diana Vaughan...

– O número de 1.º de Dezembro (“parte ocultista”) da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* contém um artigo de M. de Guillebert sobre a tradução do *Siphra di-Tzeniutha* de M. Vulliaud. Esse artigo, cujo tom uniformemente elogioso traz-nos alguma surpresa, inicia pelas memórias ardorosas de Le Chartier e sua comitiva (o que nos reporta ainda ao assunto Taxil); sabemos desde há muito tempo que M. de Guillebert tinha efectivamente relações com esse estranho meio, mas é a primeira vez, salvo erro, que o confessa por escrito, mas porque ele, que conheceu muito bem Jules Doinel, sente a necessidade de tornar-se um “vintrasiano”? Por outro lado, é curioso constatar que enquanto esse artigo pelo menos afirma a seriedade dos estudos kabalísticos, uma nota colocada no final do mesmo número fala das “superstições grosseiras da Cabala” (*sic*). Terão os redactores chegado a um acordo entre eles? Ainda no mesmo número, um artigo do Dr. Mariani sobre *Um curandeiro: o «Professor» Michaux*, crítica muito divertida e em grande parte justificada, é seguido de apêndices acrescentados ao anterior artigo sobre *O Cristo-Rei e o Rei do Mundo*. Esses apêndices, sobre a *Asgard dos Diálogos Filosóficos* de Renan e sobre o *Mundus Subterraneus* do P. Kircher, não acrescentam grande coisa ao próprio artigo.

– No número de 1.º de Janeiro (“parte ocultista” igualmente) da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes*, M. de Guillebert intitula o seu artigo *Esoterismo, Erotismo*. Trata do assunto de *La Flèche*, evidentemente explorado no sentido das teses especiais sustentadas pela R.I.S.S., mas que relação terá isso com as investigações químicas ou “hiperquímicas”, se assim pode dizer-se, de M. Jollivet-Castelot? Em seguida aparece um artigo de M. Gustave Bord sobre *A Serpente Verde* de Goethe, tentativa de interpretação parecendo mais obscura que o próprio conto. Acreditamos e compreendemos que o seu autor esforçou-se por remeter todo o simbolismo a um significado exclusivamente político ou social, mas não conseguimos saber se afinal admite ou não a existência real de um “segredo da Maçonaria”.

Abril de 1931

– Em o *Symbolisme* (n.º de Janeiro), sob o título *O Dever Latino*, Oswald Wirth continua a repreender a Maçonaria anglo-saxónica. Reprova-a por ser infiel ao espírito das Constituições de 1723 nas quais pretende ver a expressão da “Maçonaria Tradicional”, quando elas representam antes uma ruptura com a Tradição. O número de Fevereiro da mesma revista é ocupado em grande parte por discussões sobre a Bíblia; cada um diz o que entende sobre esse assunto, sobressaindo daí uma impressão bastante caótica, e duvidamos bastante que do choque de todas essas ideias díspares nasça a menor luz.

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (“parte ocultista”, n.º de 1.º de Fevereiro), o Dr. G. Mariani intitula *Filosofia, Religião, Magia* uma espécie de sumário do qual é muito difícil retirar a mínima noção precisa, cuja própria intenção não parece muito clara. Sob o título *As Revistas*, M. H. de Guillebert ocupa-se sobretudo do *Voile d'Isis*, muito especialmente dos nossos artigos e relatórios; ele permanece fiel ao seu método de citações truncadas, para não dizer

truqueadas (queremos acreditar que esses erros de distorção só se deverão à negligência dos impressores ou dos correctores), e o mais engraçado é que ele nos reprova “truncarmos ou truquearmos os textos das crónicas incriminadas, para tornar a correcção mais fácil”! isto faz-nos pensar na história evangélica do vime e do feixe, pois talvez M. de Guillebert ver-nos reproduzir *in extenso* todos os artigos que mencionamos, ou pelo menos os seus sentidos... No entanto há um ponto em que estamos inteiramente de acordo com ele, o de que “a discussão nem sempre é o melhor meio para fazer nascer a luz”, apesar desta declaração ser uma presença estranha num órgão de polémica! De resto, limitamo-nos a apontar: 1.º Que apontámos o carácter suspeito de *La Flèche* antes mesma da R.I.S.S.; 2.º Que uma indecência, venha de onde vier, nunca deixa de o ser aos nossos olhos, isto independentemente, não sentimos vergonha em dizê-lo, de ser incorrecto termos qualificado de “conhecimento dos factos” (*sic*) uma elucubração pornográfica que o nosso contraditor ousa reproduzir; 3.º Que nós repudiamos altamente toda a solidariedade com os teosofistas, ocultistas e outros “neo-espíritualistas” de todo o género e de toda a escola, que não apresentam senão falsificações do esoterismo, que todos os nossos escritos desde logo provam-no abundantemente, e que pretender o contrário não pode ser senão ignorância ou má-fé; 4.º Por fim, que nós não conhecemos nada de “irmãos em iniciação” no mundo ocidental, onde desde logo nunca encontrámos o menor iniciado autêntico. Pedimos que M. Guillebert e seus colaboradores tomem boa nota destas observações uma vez por todas que a paciência tem limites, pois comparações de carácter difamatório não deixarão de ser contestadas.

Junho de 1931

– Em o *Symbolisme* (números de Março e Abril) continua a discussão sobre a presença da Bíblia nas Lojas, a sua substituição por um “livro branco”, etc., discussão cheia de confusões constantemente influenciada pelos pontos de vista mais “profanos”, e não é somente no sentido simbólico que se deve falar aqui da “Palavra Perdida”!

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 1.º de Março, “parte ocultista”), M. H. de Guillebert intitula *Sob o signo do Tetragrama* um artigo no qual continua a expor as suas concepções muito especiais sobre a Kaballah e o alfabeto hebraico. No mesmo número e no seguinte (1.º de Abril), encontramos o começo de um estudo do Dr. Mariani tendo por título *O Islão e o Ocultismo*, sendo que o emprego do termo “ocultismo”, que ninguém conhece no Oriente³⁴³, é muito infeliz. No entanto, encontram-se aí críticas justas a respeito de alguns orientistas como também a indicação de certas correlações curiosas, mas necessitando muito de ser “clarificadas” e sobretudo interpretadas sem preconceitos sectaristas.

– A direcção do *Voile d’Ísis* recebeu a carta seguinte:

“Senhor,

Haveis publicado no n.º 134 do Voile d’Ísis algumas linhas que M. Guénon faz a honra de dedicar ao meu artigo, O Cristo-Rei e o Rei do Mundo (R.I.S.S.).

M. Guénon, sem dúvida só tendo tempo para dar uma atenção superficial ao meu estudo, pelo menos em dois pontos compreendeu mal o meu pensamento.

1.º É inexacto que eu confunda a Agartha com a Grande Loja Branca. Pelo contrário, falando do papel que esta teve na obra de Madame Blavatsky, cito a passagem seguinte de M. Guénon (p. 3, nota 4 § 3): “Se os Mahatmas foram inventados – o que para nós não constitui dúvida nenhuma – foi para servirem não somente de máscara às influências que efectivamente

³⁴³ De facto, no Oriente o termo *Ocultismo* não existe, mas existem equivalentes como *Gupta-Vidya*, Sabedoria Secreta, e *Brahma-Vidya*, Sabedoria Divina, inclusive tendo o Sufismo islâmico, por sua heterodoxia na interpretação da Palavra, algo de «ocultismo» ou esotérico no seu pensamento e acção (nota do tradutor).

estiveram por detrás de Madame Blavatsky, mas ainda que essa invenção foi concebida segundo um modelo preexistente”.

Essa última parte da frase autoriza-me por conseguinte a escrever: “O próprio trono do Rei do Mundo é rodeado por um conselho de doze sábios, que nós identificamos à Grande Loja Branca”. É evidente que esta identificação não é feita senão por comodidade de linguagem; evitei, utilizando-a, perífrases e repetições.

2.º É inexacto que M. R. Desoille e eu tenhamos alguma vez atribuído a M. Guénon tendências materiais e políticas. Eis precisamente o que escrevi sobre uma observação do meu amigo (p. 25): “Encontramo-nos em presença de duas tradições simétricas: uma dirigindo os destinos espirituais, místicos deste mundo; este princípio tem, em Deus, por aspecto o Cristo-Rei, de quem São Miguel é o lugar-tenente...; a outra, dirige os destinos materiais, políticos deste mundo; este princípio tem, em Satan, por aspecto o Anticristo, de quem o Rei do Mundo é o lugar-tenente... M. Guénon, com a sua antipatia pelo misticismo (misticismo e não místico especulativo) inclina-se naturalmente para uma interpretação materialista, não vendo senão a segunda tradição”.

Sobressai claramente dessa passagem que os qualificativos “materiais” e “políticos” só se aplicam ao Rei do Mundo e não a M. Guénon; ainda não possuo essa extravagância a ponto de acreditar haver identificação entre as duas personalidades.

Por outro, é evidente que o sentido do termo “materialista” da última alínea não deve ser entendido senão por oposição àquele de “misticismo” da linha precedente.

Por fim, chamo a atenção para o facto de que a nota 4 (p. 25), onde cito M. Desoille, ela reporta-se, tal como está escrito, ao parágrafo inteiro (relativo ao duplo aspecto do problema, teoria tradicional desde logo) e não à última alínea (relativa a M. Guénon), meu amigo, que ainda mais do que eu repugna toda a polémica.

Desde já confesso voluntariamente ignorar, falta de prática, as preces israelitas. Apenas mantenho que o título de Rei do Mundo não se encontra em algum texto bíblico admitido pelo Cristianismo e citado na enciclopédia Quas Primas sobre a Realeza de Jesus.

Peço-lhe, Senhor, que faça chegar esta carta ao conhecimento dos seus leitores e de M. Guénon pelo qual, com efeito, tenho tanto estimada pela sua personalidade como pelo seu valor intelectual. Ficarei aborrecido se esta discussão em vez de manter-se num terreno puramente especulativo cair numa polémica indigna dele e – espero – de mim mesmo.

Peço-lhe, Senhor, que aceite a expressão da minha mais elevada consideração.

Paris, 1.º de Março de 1931, Cristo reinando.

G. Mariani”

Agradecendo inteiramente ao nosso contraditor o tom cordial da sua carta, devemos dizer que, no fundo, ela não explica nada e o seu pensamento não é mais preciso que o seu artigo, que de resto lemos com toda a atenção necessária. Se não foi “senão por comodidade de linguagem” que falou da “Grande Loja Branca” da maneira que o fez, então essa foi uma má inspiração: uma coisa não pode ser designada convenientemente pelo nome da sua falsificação ou da sua paródia, e não lhe teria ainda sido muito mais simples falar de *Agartha*?³⁴⁴ Por outro lado, nunca imaginámos que dissesse que um texto fosse “admitido pelo Cristianismo” por ser encarado como pertencente ao Judaísmo autêntico! Por fim, sobre o ponto mais grave, ou seja, sobre a passagem

³⁴⁴ Trata-se de coisas distintas: uma é uma Confraternidade de Homens Perfeitos, e outra é um Mundo que eles habitam. Se não fossem os preconceitos de Guénon e as suas invectivas voluntaristas em todas as direcções, apesar da maioria estarem correctas, certamente teria evitado as inúmeras polémicas em que se envolveu (nota do tradutor).

do artigo onde aborda as “tendências materiais e políticas”, desde logo constatamos que o autor faz do “Rei do Mundo” uma ideia singularmente baixa, que de facto meteria esse personagem abaixo do último dos iniciados, porque lhe atribui um carácter e preocupações puramente “profanas”. Em seguida, dá ao termo “materialismo” um sentido totalmente arbitrário, tornando-o o oposto do “misticismo”, quando ninguém que conheçamos alguma vez o empregou assim. Seja como for, fica claro que se aplicam a nós as palavras “inclina-se naturalmente para uma interpretação materialista”, e por isso não podemos senão renovar o protesto da nossa maior indignação. A este respeito, observamos que enquanto a perspectiva “materialista” está de todo o modo abaixo da do “misticismo”, a nossa pelo contrário está acima, se bem que o próprio “misticismo” não seja ainda senão uma coisa bastante “material”, como se poderá ver pelo que escrevemos mais atrás sobre o assunto. A confusão cometida aqui pelo Dr. Mariani prova simplesmente mais uma vez como é difícil a alguns fazer a distinção necessária entre o domínio iniciático e o domínio profano. Quanto à repugnância que ela professa a respeito da polémica, felicitamo-lo muito sinceramente, perguntando como consegue conciliá-la com a sua colaboração à R.I.S.S.! Em todo o caso, que ele se tranquilize: jamais aceitámos alguma polémica, mas não reconhecemos o direito de deixar o nosso terreno para colocar-nos no do adversário. Quanto a M. Desoille, não nos lembramos de ter ouvido pronunciar o seu nome senão uma única vez antes de ler o artigo do Dr. Mariani, mas numa circunstância de tal modo bizarra que, encontrando-o na nota em questão, impõe-se imediatamente uma ligação a nós. Mas esta é uma outra história que não tem interesse senão para nós mesmos, e não temos o hábito de entreter os nossos leitores com assuntos pessoais...

Julho de 1931

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 1.º de Maio, “parte ocultista”) M. Henri de Guillebert, sob o título *Bons e maus métodos*, volta a tomar partido pretendendo opor-nos o *Simbolismo do Universo* de M. Hoyack, a quem nós respondemos simplesmente que as noções desse só têm a importância de concepções pessoais sem nenhum carácter tradicional, e que elas sejam no mínimo susceptíveis de “destruir” tudo o que escrevemos, pela nossa parte não acreditamos minimamente no valor dessas “visões intuitivas”, pois a verdadeira intuição intelectual não tem nada de “visionária”³⁴⁵. Por outro lado, M. de Guillebert parece muito descontente com o que dissemos a respeito de Le Chartier, pois bem gostaria de fazer-nos passar por um “recém-nascido” nessa história, que sem dúvida acreditava perdida na noite do passado. Mas não se trata aqui nem de intuição e nem mesmo de raciocínio, trata-se simplesmente de factos. As questões que o nosso contraditor coloca-nos num tom que pretende tornar impertinente, não nos incomodam absolutamente nada, e se não lhe respondemos desde já é porque não deve ser-se questionado por quem não tem nenhuma qualidade para o fazer; entendemos ser o único juiz do que temos a dizer e do momento oportuno para o dizer. Então, somente fazemos saber a M. de Guillebert que temos na nossa posse um importante manuscrito de Le Chartier, intitulado *O Gennaïth-Mennog do Rabi Eliézer ha-Kabir*, que é bem o que se possa imaginar de mais extraordinário no género de “pornografia erudita” e que nos bastou para o aproximar de certos artigos aparecidos em todos os primeiros números da R.I.S.S. há cerca de vinte anos, identificando perfeitamente as origens intelectuais, se tal pode dizer-se, do autor dos ditos artigos, que então se dissimulava sob o estranho e “anticristico” pseudónimo de Armilous³⁴⁶. Também possuímos algumas cartas do mesmo Le Chartier, das quais uma contém a tradução (?) do verdadeiro *Gennaïth-Mennog*, o de Taxil-Vaughan, e uma outra, com assinatura em hebreu rabínico, contém uma alusão bastante curiosa a um misterioso personagem que ele chama “o seu Mestre”, e tudo

³⁴⁵ Questão de nomenclatura. O autor refere-se à Intuição da Mente ou a pura Inteligência Espiritual, a quem os hindus e budistas chamam *Jnana* e *Budhi* (nota do tradutor).

³⁴⁶ *Armilus*, também escrito *Armilos* e *Armilius*, era uma figura do anti-Messias da escatologia judaica medieval, nessa época comparável ao Anticristo, cuja missão era conquistar Jerusalém e destruir a raça de Judah (nota do tradutor).

isso não data de ontem... Quanto ao “vintraskanismo” de Jules Doinel, apesar dele ter passado efectivamente por várias doutrinas, continuamos a não acreditar, tanto mais que as explicações dadas não concordam com a realidade dos factos e das datas. Adiantamos que se falamos de “confissões” é porque este termo, no estilo especial da R.I.S.S., é utilizado constantemente para qualificar as declarações mais naturais quando elas provêm dos seus adversários, não tendo sido compreendida a nossa intenção irónica. Por fim, se “a R.I.S.S. não tem nenhuma teoria especial”, M. Guillebert seguramente tem, e seria muito instrutivo procurar a sua proveniência! No mesmo número, segue-se um estudo do Dr. Mariani intitulado *O Islão e o Ocultismo*, onde uma muito boa documentação, apesar de alguns erros e confusões, é estragada por interpretações de uma parcialidade revoltante! Um outro número (10 de 17 de Maio) é ocupado inteiramente por um artigo intitulado *Os Missionários do Gnosticismo*, tratando-se na realidade da O.T.O. e do seu fundador, o falecido Théodore Reuss. Isso não tem nada a ver com o Gnosticismo, mas há palavras que têm sempre o efeito de impressionar certos espíritos, e essa é uma, tal como Iluminismo é outra. O autor anónimo do artigo deveria precisamente observar com seriedade os novos “Iluminados” de Léopold Engel, cuja pretensão de se ligarem a Weishaupt não assenta em absolutamente nada. E o Dr. Mariani, por sua parte, não escreveu que “o Sufismo não é senão o nome árabe do Iluminismo”, o que de todo nada significa?

Outubro de 1931

– Em o *Symbolisme* (n.º de Julho), Oswald Wirth descreve a *Iniciação entre os Yagans*, habitantes da Terra do Fogo.

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 1.º de Junho, “parte ocultista”), M. H. de Guillebert dedica-se ainda a algumas reflexões sombrias sobre os nossos artigos. Desta vez, respondemos-lhe simplesmente: 1.º Que os nossos relatos têm um certo atraso, porque estamos muito longe de toda a “sala de redacção” e... do mundo ocidental; 2.º Que nem ele nem outros podem “discutir as nossas ideias”, pela boa razão de que não expomos pontos que nos pertençam propriamente mas somente às ideias tradicionais; 3.º Que, por mais estranho que possa parecer, “a personalidade de René Guénon” interessa muito menos a nós do que a ele, atendendo a que as personalidades, ou antes, as individualidades não contam na ordem das coisas de que nos ocupamos³⁴⁷. E depois, após tudo, estará ele mesmo seguro de actualmente haver alguém no mundo com esse nome? Que ele o considere como uma simples designação convencional, adoptada para a comodidade da linguagem como se faz em qualquer outra assinatura, é tudo o que pedimos... No número de 1.º de Julho (“parte ocultista” igualmente), o mesmo autor intitula *As duas ciências* a um artigo tão confuso que não conseguimos perceber de que ciências se tratam, e sob o título *O Poder director oculto do Mundo* o Dr. G. Mariani analisa um livro de uma certa Mrs. Bailey, que parece ser um belo exemplo das divagações teosofistas sobre a “Grande Loja Branca”. Nos mesmos dois números, o Dr. Mariani continua igualmente o seu estudo intitulado *O Islão e o Ocultismo*, e admiramo-nos com a sua confiança nas informações dos orientistas... No número de 28 de Junho, encontramos um pretendo relatório do número especial do *Voile d'Ísis* sobre a *Tradição Rosacruziana*, onde o autor assina corajosamente com a única inicial H. mas que é fácil de identificar pela sua interpretação delirante de algumas figuras simbólicas. Ao lado dele, Freud até parece uma figura razoável! Por ser demais, desta vez não nos rebaixamos a responder a piadas grosseiras. O número de 5 de Julho contém alguns documentos novos sobre Aleister Crowley e a O.T.O. No número de 12 de Julho, o Dr. Mariani dá um estudo histórico sobre Cazotte, que ele chama *Um trânsito do Iluminismo no século XVIII*, e com um ataque bizarro contra M. Forestier, qualificado de M. muito gratuitamente, termina esse artigo de um modo abrupto.

³⁴⁷ O autor perspectiva de maneira inversa duas realidades afins ao estado humano. Tradicionalmente, o *Amata-Yana*, “Veículo Imortal”, corresponde à Individualidade, enquanto o *Paceka-Yana*, “Veículo Pessoal”, é afim à Personalidade (nota do tradutor).

– Após a nossa última resposta ao Dr. Mariani, M. Robert Desoille enviou-nos uma longa carta onde diz que se interessa unicamente “por assuntos referentes à física e à psicologia” e que professa uma espécie de indiferença a respeito das questões doutrinárias, o que aceitamos de bom grado.

Parece que a observação que fez ao seu amigo só tinha por motivo evitar àquele “a acusação de tratar o problema com sectarismo” (ai!), mas não nos parece que seja inteiramente desse modo que o próprio Dr. Mariani apresenta as coisas, inclusive na sua carta, mas essa divergência não nos diz respeito e eles que se entendam entre si...

Quanto à história a que fizemos alusão no final, porque M. Desoille parece conhecê-la, conta-se em poucas palavras: certo dia, um personagem de aspecto muito duvidoso apresentou-se diante de nós sob o pretexto de procurar um emprego de secretário, dizendo-se enviado “por um dos nossos amigos”; como insistimos em saber o nome desse “amigo”, ele pronunciou o de M. Desoille, que ignorávamos completamente. Depois, diante do nosso espanto, ele deu ainda um outro que não nos era menos desconhecido; naturalmente que nos apressámos a afastar o indivíduo, mas nunca esquecemos o nome de M. Desoille.

Novembro de 1931

– Em o *Symbolisme* (n.º de Agosto-Setembro), sob o título *Igreja e Franco-Maçonaria*, um curioso estudo assinado por François Ménard e Marius Lepage, no qual o simbolismo do Tarot é aplicado à questão das relações entre essas duas potências. No número de Outubro, um artigo de Oswald Wirth sobre *Rudyard Kipling Franco-Maçom*; um outro do Dr. Legrain, intitulado *Simbolismo e Grafologia*, que nos parece testemunhar no seu autor uma concepção muito rudimentar do simbolismo, desde logo associada a todos os preconceitos do cientificismo evolucionista.

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (números de 1.º de Agosto e de 1.º de Setembro, “parte ocultista”), o Dr. G. Mariani, continuando o seu estudo intitulado *O Islão e o Ocultismo*, mistura estranhamente as organizações iniciáticas e as “seitas” heterodoxas (inclusivamente até o Bahaísmo ocidentalizado) seguindo um processo que, no que igualmente respeita ao mundo cristão, é frequentemente utilizado pelos inimigos do esoterismo, desconhecendo ou fingindo desconhecer que religião e iniciação constituem dois domínios perfeitamente distintos. No primeiro desses dois números, o mesmo autor fala do nosso último livro e daquele de M. Émile Dermenghem, fazendo-o à sua maneira habitual cujo mínimo que se pode dizer é faltar-lhe a sinceridade. Não nos deteremos a apontar as assertivas mais ou menos bizarras visando-nos atingir mas sem o conseguir; somente citaremos, numa outra ordem de ideias, esta frase bem característica de uma certa mentalidade: “O catolicismo não tem senão um significado, e isto aprendemos no catecismo”. Se verdadeiramente fosse assim, que lástima! O artigo termina com insinuações pífidas a respeito das *Éditions Vega*, e com uma intenção que não qualificaremos mas que percebemos muito bem, onde profere sobre nós uma “predição” que é exactamente o reverso da verdade, mas de momento não diremos mais porque provavelmente voltaremos a isso... Unicamente adiantamos o seguinte: jamais procurámos fazer minimamente do *Voile d'Ísis* a nossa “coisa”, e se alguns dos seus colaboradores inspiram-se voluntariamente nos nossos trabalhos, isso acontece espontaneamente sem qualquer ingerência nossa. Não vimos nisso senão uma homenagem à doutrina que exprimimos de um modo perfeitamente independente de quaisquer considerações individuais; de resto, se alguém nos continuar... a envenenar com a “personalidade de René Guénon”, qualquer dia será suprimida completamente! Mas os nossos adversários podem estar seguros que não ganharão nada com isso, muito pelo contrário...

Janeiro de 1932

– O número de 1.º de Outubro da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (“parte ocultista”), inicia com uma estranha carta provocada pelas insinuações lançadas no número de 1.º de Agosto a respeito das *Éditions Vega* e na qual, sob pretexto de “pôr em ordem”, responde-se com outras... contraverdades um pouco fortes. Presentemente não nos convém insistir nisso, mas em razão do prejuízo que tudo isso nos causa (porque verdade seja dita que somos sempre nós os visados), reservamo-nos a qualquer acção que este assunto singular possa implicar. Numa série de relatórios que vêm a seguir, um novo diatribe contra as doutrinas orientais vizinhas, como por acaso, com os cumprimentos a M. Paul Le Cour e um elogio delirante do F. Oswald Wirth. Isto é seguramente pouco banal, e é esta a “união sagrada” para a “defesa do Ocidente”? O que leva acreditar ainda é que no número seguinte M. Gabriel Huan, que já fora motivo de discussão, por sua vez recebe as felicitações do Dr. G. Mariani... O número de 25 de Outubro reproduz algumas informações respeitantes a uma bizarra história de feitiçaria que aconteceu na Finlândia, cuja responsabilidade é atribuída a uma seita inglesa chamada *Panacea Society*. Temos diante dos nossos olhos uma brochura precisamente dessa sociedade, onde se diz que “ela surgiu do estudo das obras de oito Profetas modernos por um grupo de pessoas que também descobriu que a sua Visitação de Cura e Socorro (*sic*) também chegou a Inglaterra entre os anos de 1923 e 1927”. A lista dos “Profetas” em questão começa pelo nome de Jane Leade, e dentre os outros sete, muito menos conhecidos, figura em segundo lugar Joanna Southcott, do Devonshire, morta em 1814; ora, nas informações dadas pela R.I.S.S., Joanna Southcott havia-se transformado em “Joanna Scout”, dizendo que ela está enterrada no cemitério de Helsingfors, quando parece certo que ela nunca saiu de Inglaterra. Que podem então significar estas anomalias? No número de 1.º de Novembro (“parte ocultista”), sob o título *Luzes suspeitas*, o “Dr. G. Mariani” publica um artigo documental sobre os “Polares”, bastante exacto no conjunto. Mas porque a história dos prefácios da *Ásia Misteriosa*, já abordada aqui, é apresentada de tal modo que se torna impossível perceber que retirámos o nosso antes da publicação do volume? Há também, perto do final, uma nota em que é posto no presente o que pertence ao passado, e mesmo ao “passado anterior”... Essa é uma maneira cómoda de apresentar os factos de acordo com a sua conveniência! Nos relatórios de revistas igualmente do “Dr. G. Mariani”, apontamos somente uma longa nota sobre o freudismo a propósito de um artigo de M. Robert Desoille em *Acção e Pensamento*: “A parte do freudismo, é dito, que nos parece a mais interessante, a mais verdadeira, pelo menos em seu princípio, é aquela relativa à simbólica”. Eis uma concessão bastante falsa... Por fim e para terminar, eis uma coisa bastante divertida: no nosso artigo recente sobre *Sheth* fizemos alusão aos mistérios do “deus com cabeça de asno”, e em seguida, mas sem referir o artigo, por sua vez o “Dr. Mariani” põe-se a falar do “deus com cabeça de asno” na R.I.S.S. Que imprudência! O “sábio doutor” parece ainda demasiado jovem para exercer o papel que pretende... ou que pretendem que exerça.

– O “diabolismo” da R.I.S.S. parece ser contagioso: os *Cahiers de l’Ordre*, outra publicação antimaçónica até aqui parecendo bastante razoável, publica (número especial de Outubro) várias “instruções dos chefes secretos da Franco-Maçonaria Luciferiana em 1870”, que parecem vir em linha directa da oficina do louco Léo Taxil, se bem que tenha o cuidado de informar que alguns (que não designa senão pelas suas iniciais) não as conheciam antes da sua “revelação”, de maneira “que pode-se mesmo pensar que essa peça fez parte dos textos autênticos onde Taxil se inspirou e sobre os quais trabalhou”. Como resposta antecipada às possíveis objecções, isso foi muito bem achado... Esse “documento” é seguido de um “comentário” ao longo do qual são denunciados alguns pretensos agentes da execução do “plano luciferino”: desde logo os “surrealistas”, o que não deixa de fazer muita honra a um pequeno grupo de jovens pessoas que se divertem com gracejos de gosto duvidoso. Depois os “Polares”, aos quais dá-se decididamente, nos meios antimaçónicos, maior importância do que merecem. Por fim *La Flèche*, que pelo menos ela declara-se efectivamente “luciferina” e mesmo “satanista”, mas não sendo razão para levá-la a sério. Já havíamos previsto que este assunto seria explorado nesse sentido, mas, a dizer verdade, não era nos *Cahiers de l’Ordre* que então pensávamos.

Fevereiro de 1932

– Em o *Symbolisme* (n.º de Dezembro), artigo de Oswald Wirth sobre a *Unidade Maçónica*, onde uma vez mais são criticadas as tendências da Maçonaria anglo-saxónica e onde se encontra uma concepção do “Maçonismo” cujo erro é ignorar inteiramente a eficácia dos próprios ritos; também não pode haver iniciação, tanto simbólica como real, seja sob que forma for, fora da ligação efectiva a uma organização tradicional. Fim do estudo sobre *A Iniciação entre os Yagans* publicado por partes em vários números. Armand Bédarride tenta dar uma *Definição da Obra*; ele parece pressentir certas coisas, mas cai quase sempre no ponto de vista “moral e humanitário”, mas se fosse só isso o uso do simbolismo e do ritual seria verdadeiramente inútil!

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 1.º de Dezembro, “parte ocultista”) anuncia a morte do seu colaborador M. Henri de Guillebert des Essarts, tendo levado para o túmulo o seu segredo sombrio.

– O resto do número é ocupado por um longo artigo sobre *Richard Wagner e a mística guerreira da Alemanha*, assinado “O Capitoul”³⁴⁸. Nele acha-se um pouco de tudo, sobretudo considerações extravagantes sobre a “Cabala” (*sic*), com uma acumulação de citações heteróclitas retiradas do *Dicionário da Conversação* na *Revue Spirite* e no *Bulletin des Polaires*, para acabar nas *Palavras de um Crente*. Ele tenta provar aí, segundo parece, que “Richard Wagner é bem o cantor dos “Protocolos de Israel” (*sic*), os quais o exército alemão utiliza como meio de execução”! Assinalamos uma estranha hipótese segundo a qual o *Baphomet*, cujo nome “assemelha-se a *Mahomet*” (esquecendo que aquele não é senão a deformação de *Mohammed*), teria sido “a representação do próprio deus dos egípcios, Serapis-Helios (veja-se o *Larousse*), um corpo de homem com uma cabeça de touro”. Na verdade, esse “deus de cabeça de touro” parece-nos mais fenício do que egípcio, a menos que se trate simplesmente do “Minotauro”, figura central dos “Labirintos” que os construtores da Idade Média traçaram no pavimento de certas igrejas. Mas também não poderá ser que o autor, mais prevenido que o seu confrade “Dr. Mariani”, não tenha ousado tornar a falar do “deus de cabeça de asno”?

Março de 1932

– Em o *Symbolisme* (n.º de Janeiro) um “estudo ritualístico” de Marius Lepage sobre a *Incineração do testamento filosófico*. Armand Bédarride, continuando o seu trabalho sobre a *Modernização da Maçonaria*, encara a questão dos rituais e da sua adaptação; ele protesta com razão contra a intrusão do espírito “científico”, que alguns possuem a ponto de quererem fazer dos rituais alguma coisa parecida a “manuais escolares”! Neste artigo reparamos na afirmação, sublinhada pelo autor, de que a filosofia maçónica “é mais orientais do que ocidental”, e apesar disto ser bem verdade quantos a compreendem hoje em dia?

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Dezembro), um artigo dedicado a Albert Pike demonstra, através de citações das suas obras, que ele possuía um espírito religioso afastado o mais possível do “Soberano Pontífice luciferiano” das lendas taxilianas. Um outro artigo trata da construção do Templo de Jerusalém e dos “pedreiros de Salomão”.

³⁴⁸ Na Idade Média, o *capitoul* ou *eleitor* era o nome dado à pessoa eleita pelos vários bairros de Toulouse, França, para constituir o conselho da cidade. Deveria ser um homem com mais de 25 anos de idade, casado, residente em Toulouse e exercer profissão honrosa: advogado, procurador, escudeiro ou comerciante. Toulouse era uma cidade com o direito próprio de justiça e defesa, e o seu senhorio abrangia um vasto território circundante com funções administrativas, judiciais e militares, reconhecidas pela própria Coroa. Com a criação do Parlamento de Toulouse no século XIV as suas prerrogativas jurídicas e judiciais foram reduzidas, e com a Revolução Francesa, no século XVIII, o *Capitoulat* foi abolido, assim como outras instituições locais, incluindo o Parlamento e a Universidade (nota do tradutor).

– Os *Cahiers de l'Ordre* (número de Novembro) exumam um livro sobre “missas negras”, publicado há uma vintena de anos por um “neo-espiritualista” a quem teria acontecido, diz-se, todas as espécies de desventuras. Parece estar sendo preparada uma reedição, em torno da qual sem dúvida tenta-se criar um certo burburinho nos meios antimaçónicos; a lembrança do *Escolhido do Dragão* a esse respeito, inspira ainda menos confiança... Tão-só e a título de curiosidade, assinalamos uma “profecia” de 1553 interpretada como anunciando “a aparição e a aniquilação da Maçonaria”. O número de Dezembro da mesma revista é ocupado em grande parte por uma *Tabela da Sociologia cristã*, onde aparecem ideias bastante curiosas e bem misturadas. Porque essa preocupação em encontrar pontos de apoio na Ciência moderna, quando esta muda incessantemente? Em seguida, aparecem alguns artigos extraídos de publicações maçónicas que se dizem ter sido “achadas num táxi”... Como é possível que haja sempre nos órgãos antimaçónicos histórias desse género dignas dos romances policiais mais vulgares?

– O Albigeísmo³⁴⁹ parece ser actualmente “a moda”: de facto, ele é assunto de romances e de escavações realizadas para encontrar os seus vestígios. Assim, também a própria *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (número de Janeiro, “parte ocultista”) publica algumas *Notas sobre o Albigeísmo* que não trazem nada de novo, igualmente não esclarecendo o enigma das suas origens. Como há ainda, no final desse artigo, uma alusão ao “Rei do Mundo”, colocamos uma simples questão a esse respeito: as pessoas que se dizem católicas considerarão Melkitsedek como o Anticristo e a *Epístola aos Hebreus* como de inspiração diabólica, ou será que tão simplesmente não sabem do que falam?

– No mesmo número, o “Dr. G. Mariani” lança ainda contra nós ataques que querendo ser ofensivos são sobretudo grosseiros, sendo-nos impossível responder a escárnios tão baixos... e ousa ele dizer que “nunca ataca as pessoas”. Como seria se o fizesse? Como evidentemente lhe será muito cómodo tratar-nos impunemente sem o risco de nenhuma resposta mais ou menos desagradável, convida-nos a “planar (*sic*) no puro domínio das ideias” sem sair daí; nada nos seria mais agradável, a nós que entendemos bem não estar em nenhum lado da “barricada”, se somente soubéssemos que os nossos contraditores eram eles mesmos capazes de colocar-se nesse terreno, mas infelizmente tal não é o caso. De resto, dizemos ao “Dr. G. Mariani”: 1.º Que faz confusão entre... entidades diversas, cujas actividades mais ou menos exteriores não têm nenhuma relação entre si, ademais algumas delas deixaram de existir há muito tempo; 2.º Que a infalibilidade, de resto nunca pertencendo aos indivíduos como tais mas somente enquanto representantes da doutrina tradicional, está longe de ser uma coisa extraordinária e exorbitante, se bem que, como já escrevemos em uma das nossas obras, o espantoso não é o Papa ser infalível, mas que seja o único a sê-lo em todo o mundo ocidental! 3.º Que um tal “distinto philatlante”³⁵⁰ somente não é nosso “condiscípulo” como não temos absolutamente nada a ver com pseudo-esoteristas ocidentais, sejam de que espécie forem. Isto já o dissemos muitas e muitas vezes, e pretender ou insinuar o contrário torna-se difamação pura e simples, devendo o “Dr. G. Mariani” saber das consequências a que se expõe o seu autor... Por outro lado, as novas amabilidades, para não dizer mais, endereçadas a M. G. Huan e ao F. Oswald Wirth confirmam o que dissemos há dois meses: decididamente trata-se da “união sagrada para a defesa do Ocidente”, e os pretensos anti-maçons na realidade não são senão “anti-orientais”. Suspeitávamos disso há muito tempo, mas não sabíamos em que grau até nos ser demonstrado com uma tal evidência!

Maio de 1932

– Em o *Symbolisme* (n.º de Fevereiro) artigo de Oswald Wirth sobre *O Rosicrucismo* (diz-se habitualmente *Rosacrucianismo*): explicações infantis sobre o simbolismo da rosa, da cruz e

³⁴⁹ Ou Catarismo, a doutrina dos albigenses de Albi, capital do Languedoc, no sul de França (nota do tradutor).

³⁵⁰ “Amigo atlante”? (nota do tradutor)

dos números. A dizer verdade, não se trata de simbolismo mas inteiramente de alegoria, e o autor dá da “iniciação cristã” uma ideia... que não tem nada de iniciática. Num outro artigo intitulado *A Igreja maçónica inglesa* assinado por Diògene Gondeau, encontramos um erro estranho: os *Old Charges* são confundidos com as Constituições de 1723, quando os autores destas aplicaram-se precisamente, tanto quanto puderam, a fazer desaparecer os ditos *Old Charges*, ou seja, os documentos da antiga Maçonaria Operativa. Mas é verdade que numa obra antimaçónica recente, cujo autor é portanto um ex-Maçom, não menos curiosamente as mesmas Constituições são identificadas aos *landmarks*, os quais, pelo contrário, têm o carácter essencial de ser regras que nunca foram escritas, por isso não lhes podendo assinalar nenhuma origem histórica definida. No número de Março, Oswald Wirth fala de *A concepção iniciática de Goethe*, por ocasião do centenário da sua morte: de algumas citações de Wilhelm Meister parece resultar que Goethe quase desconhecia o valor do ritual, mas queremos acreditar que ele tenha ido mais longe que um “racionalismo humanitário”. Armand Bédarride trata de *O estudo da moral*; havia muito a dizer a esse respeito, notoriamente no que concerne à conexão da degeneração “moralista” com as influências protestantes que se exerceram na origem da Maçonaria moderna, e se verdadeiramente ela não trata senão de moral, então porque o seu simbolismo? Limitamo-nos a observar mais uma vez como é lamentável que uma noção nitidamente insuficientemente da “regularidade” iniciática conduza a um “ecletismo” que mete tudo no mesmo plano, e que dá às concepções profanas um lugar totalmente ilegítimo.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Janeiro), prossegue o estudo sobre o Templo de Salomão. No número de Fevereiro, um estudo sobre *A pedra angular e a do fecho de abóbada*, que fazem parte do simbolismo da Maçonaria do Arco Real.

– *La Flèche* reapareceu depois de um eclipse de alguns meses. Reencontramos nela, sem nenhuma mudança, as tendências mais que suspeitas que já assinalámos antes. O número de 15 de Fevereiro contém uma resposta ao “Dr. G. Mariani” (desde logo qualificado de “crítico distinto”!); lê-se aí, a respeito do “chefe espiritual” que inspirou a “acção mágica” de que essa publicação declara-se o órgão, uma história muito estranha, mas há qual somos tentados a dar fé até informação mais desenvolvida. A propósito de *La Flèche*, constatamos que o artigo já reproduzido pelos *Cahiers de l’Ordre* (n.º de Outubro) apareceu igualmente nessa obra antimaçónica que vimos referindo constantemente, mas desta vez invés de indicar claramente a proveniência declara somente que foi “extraído de uma revista de pequena tiragem de um grupo luciferino muito fechado de origem caucasiana”. Isto sem dúvida faz engrossar a importância do adversário e envolvê-lo em mistério para dar a si mesmo uma razão de ser, mas, francamente, os antimaçons que utilizam tais procedimentos terão qualificações para censurar o charlatanismo de certos pseudo-esoteristas?

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 1.º de Fevereiro, “parte ocultista”), o primeiro artigo intitula-se graciosamente *Os venenos do Oriente*, e desta vez é assinado só pelas iniciais G. M. que precedem esta menção um pouco enigmática: “Redigido, neste 28 de Maio de 1923 (*sic*), em Saint Charlemagne, de acordo com as notas do nosso malogrado colaborador” (tratar-se-á de M. Guillebert?). Depois de ter apresentado como um “perfeito francês” o pangermanista Gobineau, o que não é uma ideia das mais felizes, o autor expõe uma caricatura das doutrinas orientais onde o grotesco disputa com o odioso, havendo aí tantos erros como palavras, sem esquecer a lengalenga do “panteísmo” que decididamente é o grande recurso dessa gente. Não insistiremos mais... Mas tudo isso termina com uma confissão das mais valiosas: “Perante os venenos do Oriente, sinto-me solidário com o huguenote”. E depois de ter citado a nossa alusão à “frente unida” (havíamos escrito “união sagrada”) para a “defesa do Ocidente”, acrescentou: “Desejamos que ela seja efectivamente boa profeta”. O “Dr. Mariani” (pelo menos aqui é certamente ele quem fala, e por um “sincronismo” fácil denotar refere-se no mesmo parágrafo ao livro do P. Allo) decididamente não se sente convencido do seu papel, e é exactamente isto o que

pretendíamos que dissesse! Quanto a nós, respondemos-lhe claramente sem a mínima *ketmah*³⁵¹ devolvendo-lhe a sua frase: diante dos venenos do Ocidente moderno, sentimo-nos solidários com o Oriente inteiro! Após esse artigo, seguem-se várias “diabruras” sem importância por um outro artigo intitulado *Os «Grandes Servidores intelectuais» ocultos ou um esboço das posições de M. René Guénon*, produzido a partir de algumas *Novas críticas da Ordem* que não conhecemos mas parecem ser um anexo dos *Cahiers de l’Ordre*. Este escrito, cuja ignomínia ultrapassa tudo o que se possa imaginar, desde logo contém uma tónica policial da mais baixa categoria; desde logo o seu redactor anónimo está muito mal informado e, em certos aspectos, dá prova de uma imaginação tão delirante que nos perguntamos se não foi inspirado por algum “vidente”... muito pouco lúcido! Assim, todos ficam a saber que a nossa obra não é “filosófica” e menos ainda “histórico-social”, e para apresentá-la assim sem que a improbabilidade caia diante dos olhos dos menos prevenidos, houve a necessidade de não citar senão algumas das nossas obras passando em silêncio sobre as outras, chegando ao ponto de dizer que o título de uma delas foi mudado contra a nossa vontade pelo seu primeiro editor, preocupado com razões puramente comerciais, para fazê-la entrar a bem ou a mal numa “coleção” com a qual não tinha nenhuma relação. Por outro lado, acredita-se que nos embaraçam evocando velhas histórias, mas dando a impressão que reportam-se ao presente (já tivemos ocasião de apontar esse procedimento fraudulento), as quais nos são perfeitamente indiferentes como se nada tivessem a ver connosco. Não teríamos terminado se déssemos uma importância qualquer a todos esses graus ou títulos com que outrora nos gratificaram múltiplas organizações, muitas delas provavelmente nunca tendo passado do papel, e para aquela nomeadamente designada na presente circunstância, nós mesmos a definimos num dos nossos livros em termos pouco lisonjeiros (*O Teosofismo*, p. 244), pelo que temos o direito de perguntar: “Então, quem está enganado?” Se numa certa época frequentámos estes ou aqueles meios, foi por razões que só a nós dizem respeito, e ademais actualmente, por outras razões que também não precisamos dizer, não somos membros de nenhuma organização ocidental, seja de que natureza for, e desafiamos qualquer um a provar o contrário com a mínima prova. Se tivéssemos respondido favoravelmente a alguns pedidos de colaboração (pedidos expressamente endereçados a nós e não por “infiltrações” da nossa parte, o que é absolutamente incompatível com o nosso carácter), viessem de que parte fosse, isso seria ainda um assunto exclusivamente nosso; e quaisquer que sejam as publicações onde tenham aparecido artigos nossos, quer seja “ao mesmo tempo” ou não, expomos sempre exactamente as mesmas ideias, sobre as quais nós nunca variámos. Não podemos tolerar que se diga que “combatemos aparentemente” o Espiritismo e o Teosofismo, cujos partidários na realidade parecem não recear ninguém senão nós³⁵², e assumimos o papel do policial anónimo desafiando a citar os “escritos católicos ortodoxos” publicados no *Voile d’Ísis* (revista não “ocultista” mas inteiramente independente) com os “sarcasmos de ideias e de princípios” (*sic*), porque supomos mesmo isso não passar de elucubrações dos seus confrades da R.I.S.S.! Além disso, não somos o “servidor” de ninguém senão da Verdade, não pedimos a ninguém o que quer que seja, não trabalhamos “por conta” de ninguém e não temos nenhum “apoio”; temos o direito absoluto de viver como entendemos e de morar onde nos convir sem que ninguém tenha nada a ver com isso, e não estamos dispostos a admitir a menor ingerência neste domínio. A nossa obra é desde logo rigorosamente independente de toda a consideração individual, e por conseguinte nada tem a ver com essas coisas que verdadeiramente não têm interesse para ninguém. Acrescentamos mesmo que não vimos de todo porque seríamos obrigados a viver sempre na pele de um mesmo personagem, quer se chame René Guénon ou outro³⁵³... Quanto às outras asserções contidas no

³⁵¹ Hesitação, em árabe (nota do tradutor).

³⁵² É admissível o receio de alguns teosofistas de formação psíquica e não mental do método de “lógica analítica” de René Guénon, mas é inadmissível que ele fosse receado por teósofos, como o provaram sobejamente, por exemplo, Mário Roso de Luna e Henrique José de Souza, seus contemporâneos, porque o único método eficaz para o contrapor é o da sua própria “lógica analítica” (nota do tradutor).

³⁵³ Refere-se à sua conversão ao Islão e à mudança do nome pessoal, de René Guénon para Abdel Wahed Yahia, no Cairo onde estabeleceu residência definitiva (nota do tradutor).

relatório de polícia em questão, ignoramos totalmente se tal livraria “abriga um agrupamento filosófico e metafísico de tendências esotéricas e teosóficas”, e a única coisa que sabemos é que, se esse agrupamento existe verdadeiramente, ele só nos pode ser dos mais hostis, mas esta insinuação, fundada ou não, pelo menos tem a utilidade de provar a alguns que a mentira e a traição nem sempre são benéficas aos seus autores... Por fim, ficámos estupefactos em saber que temos “numerosos amigos” na Alemanha, mas estamos longe de acreditar porque eles nunca se nos deram a conhecer, e por esse ser justamente um dos raros países com quem não temos relações nenhuma³⁵⁴. O nosso policial não podia ficar pior! Ademais, mesmo que fosse assim isso não seria nenhuma razão para “orientar-nos pela Alemanha” (que nos “ocidentalizaria” mais, como diz o outro), porque ela não nos interessa mais que qualquer outra nação europeia, primeiro porque a política não nos interessa e depois, vistos do Oriente, os povos ocidentais são terrivelmente parecidos... Agora, para falar claramente, só há duas palavras para qualificar infâmias tão monstruosas, que são aquelas de calúnia e difamação; normalmente, tais histórias deveriam levar os seus autores aos tribunais. Sempre nos repugnou recorrer a esses meios, mas em presença dessa onda crescente de lama e de absurdidades e por muito grande que seja a nossa paciência, acabaremos por fazê-lo, por termos o suficiente para tomar as medidas necessárias a fim de, se necessário à força, nos deixem em paz a que temos o direito incontestável. Que se retenha isto!

Junho de 1932

– Em o *Symbolisme* (n.º de Abril) Oswald Wirth, sob o título *Babel e Maçonaria*, deplora a diversidade caótica dos rituais onde vê, com alguma razão, um sinal de ignorância da verdadeira Tradição: pergunta-se como “pode sair-se” sem que finalmente encontre alguma solução, o que não nos surpreende, pois o “trabalho de aprofundamento”, de que fala em termos bastante vagos, não está ao alcance dos “racionalistas” cujas capacidades para “sondar o mistério” parecem-nos mais que duvidosas. Armand Bédarride fala de *A Religião e a Maçonaria*; desde logo deveria fixar o sentido preciso a dar ao termo “religião”, pois não são as definições dos filósofos profanos, cuja maioria confunde mais ou menos “religião” com “religiosidade”, que poderão contribuir muito para esclarecer o assunto. Ele também deveria dizer o que é esse misterioso “Noaquismo”, certamente muito antigo e do qual os Maçons actuais parecem nem saber o significado³⁵⁵. Mas será que aqueles do século XVIII que se serviram desse termo sabiam muito mais que os de hoje?

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes*, o número de 1.º de Março (“parte ocultista”) é quase inteiramente preenchido pela tradução de extractos da obra do “Mestre Therion”, aliás, Aleister Crowley, sobre *A Magia em teoria e em prática*, e pelas Constituições da O.T.O. Em seguida vem uma curta nota intitulada *Precisões*, com a pretensão de ser uma correcção do infame artigo das *Novas críticas da Ordem* publicado no número anterior. Mas porque não colocou imediatamente a seguir o dito artigo, se não foi para deixar à calúnia o tempo de fazer o seu caminho sem nenhum risco de desaparecer? Além disso, verdade se diga, ela não rectifica grande coisa, pelo menos no que nos respeita, enquanto pelo contrário a direcção de certa livraria recebe todas as satisfações, o que não nos surpreende, apesar de reconhecer que não somos “viajantes”... Quanto aos “apoios” que nos são dados, não nos deteremos a sublinhar insinuações as quais reconhecemos ser incapazes de compreender o que sejam. Só nos admiramos que essas pessoas possam nos acreditar muito ingénuo... por lhes ter dado uma “chave”, para todas as cartas,

³⁵⁴ Trata-se de uma tentativa de ligar René Guénon ao ocultismo germânico que dominava no partido nazi, ou por outra, a tentativa inconfessável mas subentendida de o relacionar às simpatias germânicas do reich hitleriano por parte de quem era afim ao mesmo. Nisto, René Guénon foi sempre um confessado anti-xenófobo e anti-nazi, apesar de alguns aproveitarem-se do seu nome e obra (nota do tradutor).

³⁵⁵ Segundo o Judaísmo, o *Noaquismo* consta das sete leis dadas por Deus a Noé após o Dilúvio Universal como regra para toda a Humanidade saída da sua progénie. Por isso é também chamada de *Brit Noah*, “pacto de Noé”, e o cumpridor dessas leis (não idolatrar; não assassinar; não roubar; não cometer imoralidade sexual; não blasfemar; não maltratar os animais; estabelecer sistemas e leis de honestidade e justiça) era chamado *Ben Noah*, “Filho de Noé” (nota do tradutor).

na dedicatória de um dos nossos livros. É o cúmulo do grotesco! No número de 1.º de Abril (“parte ocultista” igualmente) aparecem alguns extractos de Aleister Crowley, cujo interesse não parece muito claro, e o artigo sobre *A eficiência da nova moral*, espécie de empreendimento “místico-comercial” como aqueles que nascem todos os dias na América. Os comentários e a bibliografia dão ainda a oportunidade de alguns ataques contra nós, mas são de uma pobreza tão grande que não perderemos o nosso tempo com isso: deverão faltar-lhes argumentos para limitar a descrição dos *Estados múltiplos do Ser* à reprodução de uma frase pela qual um estudante universitário manifestava a sua perfeita incompreensão do *Simbolismo da Cruz*! E para o restante, não temos o hábito de responder a grosserias; somente acrescentamos que é muito imprudente evocar a lembrança do *Escolhido do Dragão*: se um dia voltar-se a essas “diabruras”, não serão certos desaparecimentos que nos trarão... É verdade que o “Dr. G. Mariani” teve uma morte trágica, perto do final de Dezembro último, num acidente de aviação? Se foi assim, então seria a ele mesmo e não a M. de Guillebert, como pensávamos, que se reportava a menção colocada no final do seu artigo publicado no número de 1.º de Fevereiro. Mas porque a R.I.S.S. não anunciou mais claramente essa notícia e nem dedicou a mínima nota necrológica a respeito do seu “malogrado colaborador”? Ela temerá que a sombria atmosfera de drama em que se envolve possa impressionar desagradavelmente os seus leitores! Qual será ainda este novo mistério? Aparece no número de 1.º de Abril uma frase onde se fala de “Mariani” no passado, mas isso não é suficiente; não queremos supor que se trate de uma morte simulada... à maneira do pseudo-suicídio de Aleister Crowley! Aguardamos explicações sobre esse estranho caso, e se elas tardarem a chegar nós mesmos poderemos dar algumas precisões citando as nossas fontes, sem dúvida não indo agradar a todos. Seja como for, esse “desaparecimento” aconteceu muito perto daquele de M. de Guillebert; de facto, porque ele, tendo silenciado subitamente após aludirmos ao caso Le Chartier, esperou até ao nosso artigo sobre *Sheth* para morrer?... Terá finalmente a redacção da R.I.S.S. compreendido que há coisas nas quais não se toca impunemente?

Julho de 1932

– O *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Maio) contém artigos sobre a “Palavra do Mestre” (ou seja, a “Palavra Perdida”), a lenda do ferreiro e do rei Salomão, e a consagração do Templo de Salomão.

– Em o *Symbolisme* (número de Maio), Oswald Wirth, num artigo intitulado *Evolução maçónica*, declara que “a ignorância é profunda na Maçonaria” e que “o remédio não se pode dar senão pela instrução”. No entanto, ele acha que “prepara-se uma renovação da Maçonaria”, o que nos parece demasiado optimista, porque a julgar pela sua própria revista vimos menos do que nunca traços do espírito iniciático. Armand Bédarride fala de *A crença em Deus* e, no número de Junho, do *Grande Arquitecto do Universo*, mas estes artigos impõem as mesmas reservas que os anteriores quanto ao lugar excessivo que é dado às considerações profanas; ademais, a questão da influência da Kaballah parece-nos demasiado simplificada. No número de Junho, uma nota sobre *O Nível*, por Robert Tatin, é de um simbolismo mais que vago. Uma outra sobre o nome de *Thubal-Kain*, por Marius Lepage, é engenhosa, mas infelizmente assenta em boa parte num dado inteiramente inexacto: *Thubal* e *Habel* ligam-se na realidade a duas raízes totalmente diferentes que assim não podem ser iguais. No mesmo número de Junho, o artigo de Oswald Wirth, intitulado *A Metafísica e o Sonho*, causou-nos algum espanto. Com efeito, ele começa por falar das nossas últimas obras, e depois deixa-as bruscamente de lado para partir em guerra contra os “raciocínios”, as “discussões” e as “abstracções” da filosofia, no que não está errado porque pensamos ainda pior do que ele, apesar de não deixar de ser muito curioso isso vir da parte de quem se apega voluntariamente a um espírito bastante “racionalista”. Seja como for, na realidade a metafísica nada tem a ver com tudo isso, tanto quanto o simbolismo, ciência eminentemente “exacta”, com o

sonho ou a fantasia, que nada têm de iniciático, e quando se reconhece explicitamente que a metafísica nada tem a ver com isso, deve-se abster de falar. *Ne sutor ultra crepidam!*³⁵⁶

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (número de 1.º de Maio, “parte ocultista”) continua a publicar extractos de Aleister Crowley, e reproduz um artigo de um jornal canadiano intitulado *Querelas francesas a respeito do movimento feminista das Adoradoras do Demónio*, que deixa no ar um fumistério um pouco forte. Isto recorda-nos uma fotografia de pretensas *Devil-worshippers*³⁵⁷ parisienses publicada há alguns anos numa revista inglesa, que afinal era simplesmente uma reunião de trompetistas numa cave! O “comentário aos comentários”, agora assinado Raymond Dulac, contém ainda a nosso respeito algumas das amabilidades habituais. Será preciso repetir uma vez mais que o *Voile d’Ísis* não é de forma alguma uma “revista ocultista”, e também reafirmar que não temos a menor simpatia pelas modernas tentativas de constituição de uma “religião universal”? O que nós afirmamos, ao contrário disso, é que a Tradição Única existe desde a origem do Mundo, e é só isto que pretendemos demonstrar pelas correlações que estabelecemos. Mas parece que “as leis da linguagem opõem-se” a essas correlações quando elas interferem com alguns, sobretudo quando se lhes opõem adversamente... Quanto aos “critérios” e às “garantias” da Tradição, essas são coisas de que não sentimos a mínima necessidade de instruir esses senhores, e não é a eles que se endereça todo o nosso ensinamento! Ademais, não nos rebaixaremos a rebater os seus miseráveis trocadilhos; somente lhes diremos não haver qualquer interesse em ocuparem-se com um nome para nós não representando mais que uma... assinatura, ao qual damos tanto importância como às roupas que vestimos ou à pena com que escrevemos, que são exactamente da mesma ordem e nada mais que isso. Por fim, acrescentamos uma última observação: os ocidentais têm um diabo que é bem seu e ninguém o quer; que eles se arranjam como quiserem ou como puderem, mas que se abstenham de misturar-nos em histórias que nada têm a ver connosco: *Lakum dinukum wa liya dîni!*³⁵⁸

– Em o *Symbolisme* (número de Julho), artigo de Oswald Wirth intitulado *A Propaganda Iniciática*, duas palavras que protestam por se encontrarem assim juntas: parece que “não estamos mais nas épocas de perseguição onde o silêncio impunha-se aos Iniciados”; pelo contrário, pensamos que esse silêncio, por razões muito mais importantes que a simples prudência, nunca foi tão necessário como nas condições actuais, e de resto, quanto à afirmação de que “conquistámos a liberdade de expressão”, quanto a nós temos excelentes motivos para a considerar como uma piada amarga... Ademais não vimos a que possa conduzir a difusão de uma pseudo-iniciação que efectivamente não se liga a nada, e sobretudo há nisso um incrível desconhecimento da eficácia dos ritos, pelo que somente citaremos esta frase bem significativa: “Os Franco-Maçons não são supersticiosos a ponto de ligar uma virtude sacramental à realização dos seus ritos”. Para nós, são precisamente muito “supersticiosos”, no sentido estritamente etimológico, em conservarem ritos ignorando totalmente a virtude; teremos oportunidade de voltar a este assunto num próximo artigo. Assinalamos também a análise de um artigo holandês sobre *As duas Colunas*, e uma nota sobre *Os antigos Landmarks*, que não testemunha um grande esforço de entendimento.

– *The Speculative Freemason* (n.º de Julho) contém muitos artigos interessantes, um deles é dedicado a um livro intitulado *Mitologia Clássica e Romance Arturiano*, pelo professor C. B. Lewis, que pretende ligar as “fontes clássicas” à lenda do Santo Graal, cujas origens deverão ser procuradas especificamente em Dodona e em Creta (o que, a dizer verdade, seria antes “pré-clássico”). Pensamos, como o autor do artigo, não se tratar somente de reproduções mas de similitudes muito reais conforme estão assinaladas nesse livro, as quais deverão ser interpretadas

³⁵⁶ Frase atribuída a Apeles que se transformou na máxima latina *Ne sutor ultra crepidam judicaret*, “Não deve o sapateiro julgar além da sandália”, alertando para a necessidade de ter consciência dos limites pessoais, ou seja, de não se imiscuir em algo que não entende ou não lhe diz respeito (nota do tradutor).

³⁵⁷ Adoradoras do Diabo (nota do tradutor).

³⁵⁸ *A si a sua religião, a mim a minha religião* – Alcorão, 109:6 (nota do tradutor).

de outro modo como sinais da origem comum das tradições. Um outro artigo, sobre as alterações do ritual pela Maçonaria moderna, contém, a respeito da antiga Maçonaria Operativa e das suas relações com a Maçonaria Especulativa, observações das quais algumas são contestáveis mas que podem fornecer matéria para reflexões úteis.

– Sob o título *Biblioteca “As Seitas”*, uma nova publicação antimaçónica começou a aparecer em Barcelona sob a forma de volumes trimestrais, e como esse título deixa desde logo a pensar, encontra-se, quanto à utilização da palavra “seitas”, as confusões habituais que já assinalámos aqui acerca de um artigo recente. Mas, feita essa reserva, devemos reconhecer que o primeiro volume possui, no seu conjunto, um conteúdo muito superior àquele das publicações francesas da mesma ordem. O mais curioso é a espantosa confiança ingénua da maioria dos seus redactores quando expõem teorias da ciência moderna, especialmente da psicologia. O primeiro artigo, muito significativo a esse respeito, invoca a “psicologia dos povos primitivos” (é verdadeiramente estranho que um escritor católico não se aperceba do que se oculta sob esse modo de designar os selvagens) e a “psicologia infantil” para trazer a luta das “seitas” e do Cristianismo a uma luta entre o “mito” e a “ciência”, o que é muito engenhoso mas seguramente nada mais que isso. Em seguida vem o início de um longo estudo sobre o espiritismo; desde logo esta primeira parte reporta-se sobretudo à “metafísica” e contém, no que concerne às relações reais, apesar de dissimuladas, daquela com o espiritismo algumas reflexões que não estão desprovidas de justeza. Reparamos ainda num estudo “psiquiátrico” sobre Lutero, onde se prova “cientificamente” a sua loucura; certamente não seremos nós a defender esse desinteressante personagem, mas não podemos deixar de fazer uma simples observação: entre os argumentos invocados figuram as manifestações diabólicas, naturalmente qualificadas com esse propósito de “alucinações auditivas”; será que interpretam do mesmo modo os factos inteiramente idênticos que se encontram nas vidas de certos santos? Ou será, como é provável (e nisto tem-se razão mesmo sem a “ciência”), que deve ver-se nisso uma certa parcialidade que, por uma bizarra ironia de termos, vem a ser uma das características do chamado “espírito sectário”?

Dezembro de 1932

– Em *The Speculative Freemason* (n.º de Outubro), um artigo é dedicado ao simbolismo das “pedras brancas” no *Pastor* e na *Visão* de Hermas. Um outro artigo aborda as relações entre a Maçonaria Operativa e a Maçonaria Especulativa de um modo um pouco inverso ao da opinião corrente: não somente uma e outra coexistem desde os tempos mais recuados como a Maçonaria Operativa não foi, por assim dizer, senão uma dependência da Maçonaria Especulativa. Há alguma verdade nesse argumento, apesar dos termos com que se exprime não estarem isentos de objecção: se por “especulativa” entende-se uma Maçonaria “doutrinal”, dirigindo ou inspirando o trabalho dos artesãos, isso está inteiramente de acordo com o que nós próprios frequentemente temos indicado a respeito da origem propriamente iniciática das artes e ofícios; sem dúvida que no fundo foi isso que o autor pretendeu dizer, desde logo reconhecendo que essa Maçonaria “especulativa” era na realidade “operativa num sentido superior”. Unicamente, precisamente por essa razão, é impróprio empregar o termo “especulativo”, que não acreditamos ter sido utilizado antigamente e ademais indica uma espécie de degeneração, pois uma Maçonaria unicamente “teórica” efectivamente não trabalha para nenhuma “realização”, sendo menos espiritual que material. Algumas afirmações contidas no artigo em questão são igualmente contestáveis, e especialmente porque leva a sério as fantasias “egiptológicas” do Dr. Churchward? Em todo o caso, há ainda outros pontos que mereciam ser examinados de mais perto, como a orientação das Lojas e a disposição dos oficiais, a utilização do nome *El Shaddai* na Maçonaria Operativa e também a função que exerce o simbolismo “polar”, na realidade sendo de uma ordem mais elevada que o

simbolismo “solar” ao mesmo tempo que mais próximo das origens, como compreenderão sem dificuldade todos aqueles que têm alguma noção verdadeira do “Centro do Mundo”³⁵⁹.

– O *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Setembro) apresenta um estudo sobre o simbolismo da letra G, fazendo-a recuar originalmente não ao *iod* hebraico mas ao *gama* grego, que por causa da sua forma de esquadro já era utilizada pelos Pitagóricos. A coisa em si não tem nada de impossível, e portanto, aparte o facto do *iod* ser por vezes traçado cabalisticamente sob essa mesma forma (correspondendo ao conjunto dos três *middoth* supremos³⁶⁰), a assimilação de *iod* a *God* é certamente menos fantasista que a transcrição do mesmo termo *God* em caracteres gregos para se achar nele o esquadro, o círculo e o triângulo. Mas a verdade é que a letra G pode ter mais de uma origem, como incontestavelmente tem mais de um significado. E a própria Maçonaria terá uma origem única, ou terá antes recolhido, desde a Idade Média, a herança de múltiplas organizações anteriores?

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (“parte ocultista”, número de Julho-Agosto-Setembro) continua a publicar extractos do “Mestre Therion” (Aleister Crowley). No fundo, isso é verdadeiramente pouco interessante e ademais parece mal traduzido; assim, encontramos a expressão “Grande Trabalho” depois daquela “Grande Obragem”, evidentemente tomada de *Great Work*. Não saberá o tradutor que há em francês uma coisa que se designa *Grand Oeuvre*³⁶¹? Em seguida vem um artigo dedicado a uma empresa americana, ou semi-americana (porque o seu lugar conhecido é em Bruxelas), intitulada *The Theiron School of Life*³⁶², e por causa da semelhança dos nomes *Theiron* e *Therion* pergunta-se se isso não terá alguma relação com a O.T.O. Esta hipótese parece-nos pouco plausível, porque Crowley é um charlatão muito mais hábil que aquele que elaborou os absurdos de que vimos aqui alguns aspectos, e aceitaríamos mais facilmente tratar-se de uma simples falsificação do pseudónimo destinada a provocar uma confusão para retirar vantagens dela. Não houve antes um prestidigitador que fazia sessões sob o nome *Papus*? Um certo M. Raymond Dulac (?), que decididamente parece ter recolhido a sucessão do “falecido Mariani”, continua a querer levar-nos: parece que fizemos uma atribuição incorrecta de citação, mas isto pode acontecer quando não se é um “erudito” nem tem à mão meios para verificar tudo, apesar de no caso presente isso não mudar no fundo, que é o que nos interessa. Seja como for, é preciso ser verdadeiramente demoníaco, num sentido que não tem nada de figurado, para qualificar de “fraude” um lapso semelhante. Encontramos um outro muito mais grave no seu relatório: onde viu ele que nós nunca falámos de “grupos esotéricos”? Por outro lado, nunca fomos um “filósofo”, e zombamos da filosofia enquanto um outro género do conhecimento profano, mas pretenderá dizer por essa frase ambígua onde é feita alusão aos “judeus da escola sociológica”, como se não fosse bastante notório o desprezo que temos pelas teorias universitárias, que somos tão absolutamente “anti-evolucionista” quanto é possível ser? Quem pretende enganar com essas grosserias de galo e asno? Enfim, que se pode pensar das pretensões desse personagem que não somente “exige provas” (como se pudesse provar a existência da luz a um cego) como “espera que lhe indiquem o conteúdo e os depositários da Tradição”? Por quem nos tomam então? Não somos um espião nem um traidor, nem queremos de modo algum ser auxiliar das ocupações ordinárias desses senhores, e sobretudo não é para profanos dessa espécie que escrevemos!

³⁵⁹ Assinalamos de passagem ao nosso confrade um erro cometido no relatório do nosso artigo sobre a quirologia islâmica, que tem alguma importância: o período depois do qual a mão direita deve ser examinada novamente é de quatro meses, e não quatro semanas. Ele não tem então relação com a “revolução da Lua”, desde logo não se devendo encarar outra explicação astrológica senão aquela que indicámos e que se baseia na correspondência dos signos zodiacais com os elementos.

³⁶⁰ Os *middoth* são as sete regras do rabino Hillel, o Velho (Babilónia, c. 110 a. C. – Jerusalém, 10 d. C.), e fazem parte da hermenêutica talmudística (nota do tradutor).

³⁶¹ Grande Obra, em português (nota do tradutor).

³⁶² A Escola Theiron da Vida (nota do tradutor).

Janeiro de 1933

– Em *Atlantis* (n.º de Setembro-Outubro), o primeiro artigo é intitulado *De Atlas a São Cristóvão*, sendo o assunto interessante apesar de tratado muito incompletamente. Num outro artigo, ficámos estupefactos ao ver o Taoísmo associado ao Estoicismo e ao “Marco-Aurelismo” (*sic*), e definido como tendo por objectivo o “autocontrolo” que “não tem nenhuma relação com o Conhecimento”. Não é isto espantoso? Em outro lugar, M. Paul Le Cour apesar de não querer ofender fala da Maçonaria um pouco como uma cegueira colorida, pretendendo que ela “apoia-se nos equinócios” enquanto “a Igreja Católica apoia-se nos solstícios”. Será que nunca ouviu falar das “festas solsticiais” maçónicas, ou dito de outro modo, dos dois São Joãoes de Verão e de Inverno? E para piorar a situação, indica como uma “importante revista maçónica”... o *Equinox* de Aleister Crowley!

– Em o *Symbolisme* (n.º de Novembro), um artigo intitulado *Oriente e Ocidente* (este título serve agora para muitas coisas), por Diogène Gondeau, desenvolve a ideia de um “complemento ritualístico” reproduzido das doutrinas orientais por razões que, ao contrário do que se possa pensar, não têm nada a ver com as indicadas aqui, e desde logo o Budismo, considerado um afastamento da Sabedoria Oriental não sendo da natureza desta, é qualificado de sabedoria de neurasténicos”, como se pelo contrário a neurastenia não fosse um mal exclusivamente ocidental. Porque tanta gente tem a necessidade singular de falar do que não sabe? A seguir, vimos a obra de Charles Henry classificada de “rosacruziana”, levando-nos a perguntar se aqui as palavras ainda têm sentido?

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Outubro) um estudo sobre *Jah-Bel-On*, onde Mackey pretende ver a reunião dos principais Nomes Divinos nas três línguas siríaca, caldaica e egípcia, no que é de uma linguística um pouco fantasista; sobretudo pretende ver aí uma expressão simbólica dos três atributos de Onnipresença, Onnipotência e Omnisciência, o que com efeito é mais aceitável.

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* dedica um número especial à resposta a uma recente campanha da imprensa onde ela é visada. É efectivamente lamentável que Mgr. Join tenha sido posto em causa depois da sua morte, apesar de persistirmos em pensar não ter sido inconsciente do papel que o fizeram exercer. Mas há muita verdade no que é dito sobre algumas outras personagens, apesar das confusões bizarras (por não se ter conhecimento de tudo) e de lacunas ainda mais inexplicáveis... Limitamo-nos a notar que, no decurso dessa resposta, alguém denuncia como “maçónico” o procedimento que consiste em qualificar de “ocultista” qualquer um que se ocupe do Ocultismo, mesmo que seja para combatê-lo. Ora esse procedimento é precisamente um daqueles que são constantemente utilizados contra nós por diversas publicações, dentre as quais figura em primeiro lugar... a própria R.I.S.S.! A “parte ocultista” (n.º de Outubro) contém um artigo sobre *Os inquietantes progressos do espiritismo*; sobre isso estamos inteiramente de acordo. Nos extractos da *Magia* de Crowley, sublinhamos um detalhe curioso: o *Ramo de Ouro* de Frazer é “vivamente recomendado”; apesar de isso ser bastante comprometedor para esse etnólogo, não nos surpreende muito... As crónicas de M. Raymond Dulac requerem, mais uma vez, algumas observações: 1.º Nós ignorávamos totalmente a existência de uma certa revista que, segundo parece, terá misturado citações das nossas obras com “publicidades farmacêuticas” e “histórias obscenas”; não somos responsáveis por esses procedimentos nem solidários com aqueles que os praticam, e se a coisa for verdadeira não deixaremos de protestar energeticamente contra o abuso que é feito do nosso nome e dos nossos escritos. 2.º A expressão de “Mestre do Mundo”, que encontramos pela segunda vez escrita pela sua pena, só nos era conhecida até aqui como o título de um romance de “antecipação” ultra-fantasista de Mgr. Benson, outrora denunciado pela R.I.S.S. como um agente secreto do “Kabalismo” judeu! 3.º O pseudo-esoterismo não é de modo algum “pseudo-ocultismo”, pelo contrário, é o ocultismo mais autêntico, este nunca

tendo sido outra coisa senão uma falsificação ou uma caricatura mais ou menos grosseira do esoterismo³⁶³. Por outro lado, sendo inteiramente grato a M. Raymond Dulac por protestar com “desgosto” muito justificável contra certas ignomínias de que não nos convém falar, observamos-lhe que entendemos não estar em nenhum “campo” e que tais pessoas não encontram “apoio” da nossa parte. Mas não deixamos de exprimir o desejo que as abominações em questão abram-lhe os olhos para os propósitos reais da campanha infernal em que ele próprio está envolvido desde há algum tempo (queremos acreditar que nisso, como diversos outros, não tem sido senão um instrumento inconsciente), tal como aqueles da própria publicação na qual colabora. Acerca do “F. Fomalhaut” (que se acreditava poder ser *Oedipo*, mas nisso estava-se bem enganado) e do senhor de Guillebert, só para citar dessa parte aqueles que estão verdadeiramente mortos, a direcção de *La Flèche* (que, digamo-lo de passagem, acaba de fazer aparecer um “ritual de iniciação satânica”, no que pelo menos tem o mérito de ser clara) e um tal indivíduo demasiado imundo para que o denominemos (ele repugna-nos tanto como tocar a ponta de um chicote), não podiam estar mais longe do que se crê. E, para vigiar o caminho que leva de uns para outros, o “ponto geométrico” onde nos encontramos (comparável, se se quiser, ao cume de uma pirâmide) está particularmente bem situado! Será necessário dizer que nesse caminho apercebemos os traços de um “asno vermelho” e os do... *Escolhido do Dragão*?

Fevereiro de 1933

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Novembro), fim do estudo sobre *Jah-Bel-On*; artigos e notas sobre o simbolismo das linhas paralelas, sobre a “Palavra Perdida”, sobre as relações do Mormonismo com a Maçonaria.

– Em o *Symbolisme* (n.º de Dezembro), Oswald Wirth, num artigo intitulado *Nossos Mistérios*, reconhece que “falta moral na Maçonaria” e que “a Maçonaria moderna falta ao seu programa, porque negligencia a Arte propriamente dita, ou seja, o trabalho construtivo ao qual o indivíduo deve dedicar-se”. Armand Bédarride fala *Da universalidade do simbolismo*, mas fechando-se em uma perspectiva muito exclusivamente “psicológica”. A mesma observação aplica-se também ao seu artigo posterior (n.º de Janeiro), onde, sob o título um pouco inesperado de *A Lança de Aquiles*, trata de “a potência da psicologia colectiva na Loja”, mas nos ritos há bem outra coisa que um “mecanismo” destinado a provocar uma espécie de sugestão.

– O número de Novembro da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (“parte ocultista”) é um “número especial sobre a Morte e os Defuntos”, e assim contém uma série de artigos de um carácter bastante macabro, dos quais o mais importante intitula-se *As razões ocultas da cremação dos cadáveres*. No número de Dezembro, ao lado de um estudo sobre *As Sibilas e a Natividade*, cujas intenções não se percebem muito bem, e de um outro bastante incompleto sobre o *Alfabeto secreto dos F. F. M.*, encontramos um artigo fantasista que alguém que se acredita espiritual intitulou *Conversas de Oedipo*. Se soubessem como isso nos é indiferente e como certas alusões pretendendo ser pífidas estão longe de atingir-nos... muito mais longe de nós do que aqueles a quem pretendem visar, porque estão mortos há muito tempo! Mas voltemos a coisas um pouco mais sérias: no número de Novembro, M. Raymond Dulac faz, a respeito do nosso artigo de Outubro sobre as “condições da iniciação”, algumas considerações que passam completamente ao lado do assunto. Onde nos terá visto falando de São Francisco de Assis? Podemos assegurar-lhe que nem sequer havíamos pensado nisso; por outro lado, o que significa “a iniciação visível (?) do baptismo, da ordem sagrada e da profissão religiosa”? Não declarámos já muitas vezes e bastante explicitamente que os ritos religiosos não são ritos iniciáticos? Ele volta ao mesmo assunto em

³⁶³ Isto parece uma simples birra da parte de René Guénon por motivos exclusivamente particulares, sabendo ele muito bem da diferença entre Ocultismo e Teosofia e ocultismo e artes divinatórias. Além disso, Ocultismo e Esoterismo têm significados idênticos: “o que está oculto, o que é reservado, não público” (nota do tradutor).

Dezembro, numa espécie de artigo-programa intitulado *Ocultismo e Misticismo*, e ao que imagina contrapor-nos podemos responder em duas palavras: os místicos não são de maneira alguma iniciados, e a sua “via” não nos diz respeito algum... como ademais aquela dos ocultistas, se é que esses possuem uma. Por fim, no número de Novembro o mesmo M. Raymond Dulac mostra-se pouco satisfeito com algumas linhas que escrevemos a propósito da morte de Mgr. Jouin, e apesar do assunto ser verdadeiramente complicado chega ao ponto de dizer que “isso é insuficiente”. Acaso terá a presunção de pretender ditar-nos o que devemos escrever? Não admitimos essa pretensão a ele nem a ninguém, esses senhores são ainda muito pequenos! Sobretudo não “carregamos às costas” ninguém, esse assunto não é nosso e as nossas informações pessoais são amplamente suficientes... Além disso, M. Raymond Dulac deverá ter o espírito singularmente perturbado por uma recente campanha visando a R.I.S.S. para não se aperceber que, dado o nosso afastamento e o tempo necessário para a composição, era impossível o nosso texto não ter sido redigido *antes* de tomarmos qualquer conhecimento da dita campanha. Por outro lado, ele declara “esperar que alguém prove” que Mgr. Jouin foi vítima de estranhos colaboradores, e nisso não deve esperar muito: a carta do “ex-Mariani”, publicada aqui no último mês, vem admiravelmente a propósito! E agora, porque, na sua resposta à campanha onde foi visado, achou bem passar em silêncio sobre um artigo e só um... onde se falava um pouco do *Escolhido do Dragão*?

Março de 1933

– *The Speculative Mason* (n.º de Janeiro) contém alguns estudos sobre o *Asno de Ouro* de Apuleio e sobre o *Nome Divino e a Luz* segundo os manuscritos bardos, assim como numerosas notas interessantes sobre variados assuntos.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Dezembro), um estudo sobre o *Simbolismo do Nome Divino na Bíblia e nos Apócrifos* (continuado no n.º de Janeiro) e muitos artigos sobre a “Palavra Perdida”, um deles, a propósito das alusões à “demanda” entre os poetas, assinala a importância do simbolismo da viagem e da navegação. Mas não deixa de ser lamentável ter havido a ideia de republicar um antigo artigo apresentando como verdadeira a funambulesca descoberta do nome *Jehovah* no *Tao-Te-King*!

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de Janeiro, “parte ocultista”), o primeiro artigo é intitulado *Para a “Defesa do Ocidente”*, e nele lamenta-se amargamente que o “belo livro” (!) de M. Henri Massis não tenha encontrado em todos os meios católicos uma admiração sem mescla. É verdadeiramente difícil manter a seriedade vendo a afirmação de que “o Ocidente é, de facto, profundamente cristão”, quando hoje em dia é exactamente o contrário, e se “não é no Ocidente que a xenofobia anima os loucos”, então porque inventaram o “nacionalismo”? Nas *Conversas de Oedipo* os viperinos continuam a destilar o seu veneno, mas felizmente somos imunes a mordeduras de serpentes e a picadelas de escorpiões... Como ademais não possível imaginar sempre algo novo, encontramos aí algumas histórias que nos lembramos já ter visto (não estariam nos artigos do “falecido Mariani”?), e também a infame calúnia de nos apresentar como um “ocultista”, nós que somos, e por boa razão, o *único* que os ocultistas temem!³⁶⁴ Acrescentamos que se há (ou houve) um “caso Mariani”, contudo não pode haver um “caso Guénon-Mariani”, porque não nos rebaixamos a esse nível; ademais, se às vezes nos convém a pretensão de sermos “enganados” com as histórias de alguns para os levar onde pretendemos, esse é assunto nosso. Mas os verdadeiros enganados são os infelizes que servem de joguetes inconscientes a certas “potências”... cuja maior habilidade é fazê-los acreditar que não existem. Nas *crónicas* de M. Raymond Dulac, limitamo-nos a apontar sumariamente o que nos diz respeito de modo directo, e

³⁶⁴ Depende dos ocultistas a que o autor se refere, que nem todos o temeram, mas tendo ele temor de ser colada a sua adopção islâmica a qualquer modalidade de Ocultismo que, no seu entendimento, pô-lo-ia fora da ortodoxia e do monoteísmo corânicos (nota do tradutor).

desde já podemos assegurar que o “subjectivismo oriental” não existe senão na imaginação dos ocidentais e que, pelo contrário, somos muito mais “realistas” do que eles, e certamente não somos nós a satisfazer frivolidades “psicológicas” e outros “jogos de pensamento”; a fantasia não é do nosso gosto, e o simbolismo, assim como o ritual, é para nós uma ciência exacta. Quanto às objecções que apresenta a propósito dos nossos artigos sobre a iniciação, basta-nos perguntar-lhe: 1.º Se ele considera os sacramentos católicos como “físico-químicos” porque têm um suporte material? 2.º Se ele associa pura e simplesmente às forças físicas, na razão dos seus efeitos de ordem sensível, a “influência” que fulminou aqueles que tocaram imprudentemente na Arca da Aliança, ou ainda, para não ir mais longe, aquela que produz curas em Lourdes? 3.º Por fim, se sob o pretexto do “Espírito soprar onde quer”, a Igreja Católica admite à ordenação indivíduos afligidos não importa de qual enfermidade corporal? Mais uma vez não se trata aí de moral nem de sentimento, mas de ciência e de técnica. Além disso, não sabemos exactamente o que ele pretende dizer com os seus “dois formalismos”, mas é certo que fala muito ligeiramente do que não conhece: enquanto a Igreja regista os baptismos, o que de resto é perfeitamente normal numa organização exotérica, a “matriculação”, seja sob que forma for, é coisa totalmente desconhecida nas organizações iniciáticas orientais. Estamos muito à-vontade para falar dessas coisas que encaramos de modo inteiramente desinteressado, não tendo nenhuma missão de conferir a mínima iniciação a quem quer que seja. Finalmente, no que respeita às relações da loja... onde ele se desencaminhou com certa organização de espionagem “tentacular”, certamente M. Raymond Dulac não tem a ensinar-nos, tampouco somos culpados de encontrar nas suas palavras a sua confissão mal disfarçada!

Abril de 1933

– Em o *Symbolisme* (n.º de Fevereiro), Oswald Wirth queixa-se de um trabalho aparecido nas publicações da Loja inglesa *Quatuor Coronati*, que desapreciando as *Constituições* de Anderson “toca finados pela Maçonaria tal como a entendemos”; pela parte que nos toca, desejamos que isso marque o retorno a uma concepção mais tradicional! Mas não pensamos que as ditas *Constituições* sejam o produto da fantasia de uma individualidade sem mandato, pois pelo contrário não é duvidoso a obra de Anderson ter sido uma “protestantização” velada e consciente da Maçonaria. Um artigo de Marius Lepage, intitulado *O Coração e o Espírito*, contém bastantes confusões: não vemos como o “espírito” possa ser sinónimo de “razão”, tal como o “coração”, no sentido tradicional, nada tem a ver com o sentimento³⁶⁵. Isto demonstra a grande necessidade, nos nossos dias, de pôr alguma ordem até nas noções mais simples!

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Fevereiro), é feita a exposição de múltiplas interpretações que foram propostas para a “palavra sagrada” do grau de Mestre. Ela resulta inconstestavelmente de uma frase hebraica, mas deformada de tal modo que ninguém está seguro do seu verdadeiro significado.

– Em *Die Säule* (n.º de 1933), estudo sobre a pintura chinesa de paisagens e artigos necrológicos sobre Gustav Meyrink.

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 15 de Fevereiro) M. Raymond Dulac, num artigo intitulado *A Unidade das Sociedades Secretas*, utiliza largamente os nossos livros e nossos artigos, e é inútil dizer que o faz de um modo tendencioso nada tendo de comum com as nossas intenções quando os escrevemos. Observamos-lhe mais uma vez, sem nos iludirmos sobre o resultado, que as verdadeiras organizações iniciáticas não são “seitas”, nem “grupos” e

³⁶⁵ Trata-se de simples questão de nomenclatura, pois o coração expressa o puro sentimento como estado de consciência espiritual de pura intuição permanente, marcado pela impessoalidade ou supra-humanidade, enquanto as funções emocionais de exclusiva pessoalidade expressa como simpatia ou antipatia, relacionam-se ao aparelho gástrico, ao fígado, como centro principal do comum estado de humanidade (nota do tradutor).

nem mesmo “sociedades”, coisas com as quais nada temos a ver face às quais não aceitamos o mínimo compromisso, e a este respeito somos de uma intransigência absoluta. Na “parte ocultista” (n.º de Fevereiro), encontramos a continuação do estudo já assinalado sobre *As Sibilas e a Natividade*, onde nem sempre percebemos o seu objectivo preciso, e depois as *Conversas de Oedipo*, onde o autor entende manifestar o seu estado de espírito gabando-se, desta vez, de “ter colaborado com o *Voile d’Ísis*” (onde aqueles que “procuravam o Ocultismo”, como ele diz, encontraram o desapontamento, enquanto na R.I.S.S. são satisfeitos inteiramente, e nisto acreditamos não ser possível haver melhor do que ela para satisfazer o gosto dos amadores de diabolismos!). Com a fineza de que dá prova, esse Oedipo de “Café do Comércio” poderia bem acabar, “muito vulgarmente”, por ser devorado não pela Esfinge (o que seria muito honroso para ele) mas pelo... “Cocadrilho”!³⁶⁶ No mesmo número, um artigo de M. Raymond Dulac, intitulado *As superstições de Janeiro* (ele é bastante qualificado para falar de “superstições” à R.I.S.S.!), não é senão um pretexto para epilogar sobre o que dissemos várias vezes a respeito de Janus e das afinidades dos seus atributos com aqueles de São Pedro³⁶⁷. Não há nada de “místico” no que escrevemos, isso deixamos para outros... E se abandonamos de bom grado o “sincretismo” ao nosso contraditor, devemos declarar-lhe que a “síntese” não é de maneira alguma um “jogo”. Mas parecem sê-lo e do mais mau gosto as piadas que ele diz retirar da Bíblia, notoriamente a propósito da Arca de Noé: “Jahweh (*sic*) fazia passar a chave por debaixo da porta” enquanto o patriarca “estava ocupado a dar palha aos animais”! O mais triste no seu caso é que, parece, ele é padre. Terá ele a tarefa de provar pelo seu exemplo que entre “clero” e “sacerdócio” há mais que uma nuance? Em todo o caso, devemos adverti-lo caridosamente que tocou num assunto proibido, o do “poder das chaves”, que na sua ignorância declara “inteiramente próprio do Cristianismo”. Não saberá então que desde há muito tempo decidiu-se, em alto lugar, manter o mais completo silêncio sobre esse assunto essencialmente “hermético” e... mais que perigoso?

– Acaba de ser reeditado o *Escolhido do Dragão* com um novo prefácio de Roger Duguet, no qual se diz que “algumas descrições de cenas mágicas, bastante inverosímeis, são para interpretar num sentido mais alegórico do que literal”, como também alguns nomes próprios “não devem ser tomados à letra”. Há aí um recuo bastante notório comparativamente à posição ultra-afirmativa da primeira edição! Assim, lemos a seguinte frase: “Existe no Hieron de Paray-le-Monial (que foi durante muito tempo um centro ocultista pouco dissimulado) um duplo manuscrito autêntico dessas *Memórias*, datadas de 1885”. A intenção do parêntese não é perfeitamente clara, mas não deixando de ser claro isso estar em contradição formal com a primeira versão, segundo a qual os manuscritos em questão encontravam-se “em uma biblioteca de convento”. Mas o que há sob esta história? Por uma coincidência bastante singular, M. Paul Le Cour, no último número de *Atlantis*, anunciava a abertura de uma subscrição para tentar publicar, sob o título *Cartas do Hieron do Vale d’Ouro*, a sua correspondência com o último secretário do dito Hieron... e justamente ao mesmo tempo, como assinalámos, ele caía em êxtase diante do “deus de cabeça de asno”, porque no *onagro* ele via *Aor-Agni*! Por aí se vê até onde tais imprudências são capazes de levar.

Junho de 1933

– Em o *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Março), estudo sobre o significado da expressão *oblong square*, que se traduz em francês por *carré long*³⁶⁸, mas em inglês tanto podendo designar um instrumento como uma figura geométrica, tendo o termo *square* o duplo significado

³⁶⁶ O *cocadrilho* ou *cocadrille* é uma espécie de “bicho-papão” da mitologia rural da Bretanha. Diz-se que o seu ovo foi chocado num monte esterco e que tem o poder de matar qualquer animal ou ser humano pela injeção do veneno destilado dos seus olhos (nota do tradutor).

³⁶⁷ O Janus de quatro faces parecendo confuso, é facilmente explicável: duas faces solsticiais e duas faces equinociais, correspondendo às quatro claves que formam a *swástika* dita “clavígera” particularmente difundida entre os etruscos.

³⁶⁸ Quadrilongo, em português (nota do tradutor).

de “esquadro” e de “quadrado”. No entanto, parece que essa expressão aplica-se principalmente à forma rectangular da Loja.

– Em o *Symbolisme* (n.º de Março), artigo de Oswald Wirth sobre *O Ponto no centro do Círculo*, símbolo ao qual a Maçonaria anglo-saxónica dá uma importância particular. A figura é completada por duas tangentes paralelas reportadas aos dois São Joões, correspondendo aos dois solstícios delimitando o ciclo anual. A ideia do centro requeria mais que algumas considerações tão vagas quanto elementares, e nós próprios já havíamos tratado do assunto antes na revista *Regnabit*; quanto aos dois São Joões, qualificados aqui pura e simplesmente como “patronos cristãos da Maçonaria”, é de acreditar que o autor do artigo nunca tenha ouvido falar dos dois rostos de Janus... Armand Bédarride fala de *A Álgebra Simbólica*, mas confina-se numa lamentável imprecisão; eis portanto um assunto que poderia ter muito interesse. Após *A Álgebra*, as *Belas-Artes*, título do artigo do mesmo autor no número de Abril onde parece estar mais à vontade, porque sem dúvida o tema presta-se a desenvolvimentos literários e “psicológicos”. No mesmo número, início de um estudo sobre *A Iniciação entre os Primitivos de Ubangi-Chari*³⁶⁹, mas a palavra “primitivos” é bastante infeliz assim como certas reflexões “etnológicas”, que são próprias para dar as ideias mais falsas a respeito da iniciação. Nesse caso, teria sido melhor que se limita-se a uma exposição puramente “documentária”!

– A leitura da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* geralmente deixa uma impressão bastante sinistra, apesar de às vezes também se achar nela coisas divertidas... Assim, no número de 1.º de Março, a partir da primeira página o assunto é “a natureza do Homem feito por Deus à Sua imagem com um corpo e uma alma”, donde parece resultar manifestamente que Deus também deve ter “um corpo e uma alma”. Teria a R.I.S.S. confiado a redacção do seu “editorial” a um mórmon? Um pouco mais adiante, num segundo artigo, lemos esta frase espantosa: “Agostin Cochon já havia assinalado a perfeita identidade das Sociedades de Pensamentos (*sic*) nos cinco hemisférios”. Em que estranho “hiperespaço” isso se encontra? Na “parte ocultista” (n.º de Março), um artigo sobre *O Ocultismo mundano* a respeito do livro já antigo de M. Fernand Divoire, não requer da nossa parte senão uma única observação: se bem que seja perfeitamente exacto que não temos nada a ver com os “mundanos” e os “salões”, não nos dirigimos exclusivamente aos “professores”. Quanto a falar do nosso “Ocultismo”, quantas vezes devemos ainda protestar contra essa calúnia infame? O pseudo-Oedipo vem falar desta vez dos “poderes mágicos”, mas de facto ele fala sobretudo daqueles dos feiticeiros que, precisamente, não têm nada de mágico. M. Raymond Dulac inventou qualquer coisa que ele chama o “iniciatismo”, pelo que o aconselhamos a registar a patente sem demora... Quanto às reflexões onde põe em paralelo alguns artigos do *Symbolisme* com os nossos, provam a sua infeliz falta do sentido das proporções, mas talvez se destinem sobretudo a fazer uma insinuação só podendo parecer perfeitamente grotesca aos olhos de todos aqueles que sabem até que ponto somos pouco “conciliáveis”. Repetimos que não é o nosso papel agir a favor ou contra qualquer organização, querendo dizer exactamente que não fazemos propaganda a quem quer que seja e entendemos não misturar-nos em querelas que não nos dizem respeito, e isto é tudo! No último parágrafo, reparamos que aparecem muito habilidosamente excertos de frases retiradas de muitas das nossas obras; não podemos senão desprezar esse procedimento desonesto, que encontramos ainda num “post-scriptum” dessa vez aplicado às nossas respostas aos ataques do dito M. Raymond Dulac. Sobre esse ponto, repetimos-lhe simplesmente o seguinte: basta saber ler para constatar que nunca falámos em nenhuma parte de São Francisco de Assis (que ele chama comicamente de “nosso São Francisco”, enquanto pelo contrário alguns dos seus pares denunciavam-no furiosamente como um “gnóstico disfarçado”!); por outro lado, ele não podia ter a “iniciação do rito do baptismo”, etc., pela boa razão de que um rito

³⁶⁹ Ubangi-Chari era uma antiga colónia francesa na África Central que alcançou a independência em 13 de Agosto de 1960, tornando-se a República Centro-Africana (nota do tradutor).

religioso e um rito iniciático são duas coisas totalmente diferentes. Finalmente, se há alguém qualificado para fazer apelo ao “leitor de boa-fé”, certamente não é ele!

– O número de Março-Abril de *Atlantis* tem por título geral *O século XVIII e o Mundo Primitivo*. Ele trata dos “buscadores da Atlântida” dessa época e a sua história é descrita de um modo onde não é difícil identificar, como de costume, algumas fantasias; assim, os Iluminados da Baviera não foram uma “seita maçónica” mas uma organização que do lado de fora tentou aproveitar-se da Maçonaria, o que é totalmente diferente; estará certo que Louis-Claude de Saint-Martin foi apelidado de *Filósofo Desconhecido* “porque não assinava as suas obras”? Não esqueçamos de apontar um novo trabalho linguístico de M. Paul Le Cour: “a relação que se pode estabelecer entre os termos Revolução e Revelação”!

– Em o *Symbolisme* (n.º de Maio), Oswald Wirth intitula *Os Falsos Iniciados* um artigo no qual critica justamente, mas superficialmente, as pretensões de certos ocultistas; isso seria ainda mais vantajoso se ele próprio tivesse uma noção mais precisa do que é realmente a iniciação. Apontamos também o final do estudo sobre *A Iniciação entre os Primitivos de Ubangi-Chari*, e uma nota onde, sob o título *O instrumento desconhecido*, pretende-se reduzir a “borla dentada” a não ser mais que uma figuração (ou desfiguração) do “cordão”, o que verdadeiramente é um tanto simplista.

– Há uma relação muito estreita entre essa última questão e aquela tratada no *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Maio): o simbolismo da corda, chamada *cable tow* na Maçonaria anglo-saxónica, expressão cuja origem não é menos incerta que muitos outros termos especificamente maçónicos. A relação indicada com o *pavitra* ou cordão brahmânico é interessante, mas parece que a relação com o *pasha* aparece de modo mais notório; a esse respeito, haveria muitas coisas a dizer sobre o simbolismo do “nó vital”.

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 15 de Maio), dedica um artigo à *A Cruz Gamada* identificando-a à *swástika*, como se teima em chamá-la assim, apesar da verdadeira *cruz gamada* ser algo totalmente diferente; ademais não há nele senão uma enumeração confusa e mal ordenada de um certo número de opiniões díspares emitidas sobre o significado desse símbolo. Mas o que, acerca do mesmo assunto, ultrapassa verdadeiramente toda a imaginação, é uma nota aparecida em o *Eco de Paris* (n.º de 22 de Maio), onde é dito que “a *swatiska* (*sic*) simboliza a potência de Satan, ou aquela das divindades malévolas que se agarram ao destino humano”! O público infeliz que se reporta cegamente aos dizeres dos jornais é verdadeiramente bem informado!

Outubro de 1933

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Junho), fim do estudo já assinalado sobre o *cable tow*.

– No número de Junho do *Symbolisme*, Oswald Wirth intitula o seu artigo *O Erro Ocultista*; o título é excelente e nós próprios há muito que o considerávamos para um livro que fosse de alguma maneira paralelo ao *Erro Espírita*, mas as circunstâncias não nos permitiram escrevê-lo. Infelizmente, o conteúdo do artigo vale muito menos que o título por reduzir-se a generalidades vagas que não provam grande coisa, e não é por o autor fazer uma ideia da iniciação diferente da dos ocultistas que ela é mais exacta, tendo chegado mesmo a escrever que “é muito possível que o primeiro iniciado se iniciasse a si mesmo”, o que indica um desconhecimento completo da origem e da natureza “não-humanas” da iniciação. Desde logo, este seu caso agrava-se singularmente no artigo seguinte (n.º de Julho) tendo por título *A Virtude dos Ritos*, onde declara claramente que “a iniciação é humana e não é dada como se fosse uma instituição divina”; e para demonstrar melhor que ele não entende nada, diz ainda que “os ritos iniciáticos são laicos” (!), o que não o impede de acrescentar algumas linhas mais adiante, sem se preocupar com a contradição,

que “as iniciações sacerdotais tiveram um grande papel no passado”. Sobretudo ele imagina que os “Grandes Mistérios” da Antiguidade eram “aqueles do Além”, o que se parece bastante com o espiritismo, e que em Eleusis tratavam da “salvação da alma depois da morte”, o que, mesmo sem falar do anacronismo da expressão, é assunto unicamente da religião exotérica. Ele confunde ainda magia e religião, duas coisas que não têm nenhuma relação entre si, e também parece confundir “sacerdote” com “clérigo”, o que, depois de tudo, poderá ser a sua melhor desculpa... Apesar de não queremos insistir mais, o que é dito da transmissão iniciática e da “influência espiritual” testemunha uma incompreensão que torna difícil ver mais longe, havendo aí negações que são verdadeiramente terríveis... mas unicamente para o seu autor, e lendo certas frases sobre os “ritos realizados laicamente” (e nós completariamos “feitos pelos ignorantes”, o que, infelizmente, está tanto em conformidade com a verdade como com o sentido original do termo), não podemos deixar de pensar que M. Homais não está morto! No número de Agosto-Setembro, um outro artigo intitulado *O Sinal da Torre*, por W. Nagrodski, faz ainda eco dos precedentes mas num tom um pouco equivocado. Com efeito, é muito difícil para qualquer um saber exactamente o que pretende dizer, pois acreditando-se capaz de julgar o que ignora pelo que conhece põe no mesmo plano coisas muito diferentes; em todo o caso, o modo odioso como se fala da “tradição” e a insistência totalmente “primária” com que a palavra “cérebro” é aplicada a tudo, indicam suficientemente o espírito que procede dessas reflexões... Mas gostaríamos de saber se foi sem malícia e só por simples inadvertência que o autor, ao terminar, põe o “Mestre Oswald Wirth” em contradição com ele próprio, ao lembrar muito inoportunamente que ele recomendou nos seus próprios livros, a título de “escolhas de leituras”, numerosas obras desses mesmos ocultistas que hoje denuncia com tanta veemência no *Symbolisme*! Reparamos ainda, nesse último número, sob o título de *Misticismo e Filosofia* e a assinatura de “Diogène Gondeau”, num diálogo... que certamente nada tem de platónico: comparações de caserna, elogio indisfarçado do “terra-a-terra”, vulgaridades e pobreza a toda a linha...

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* no seu número de 1.º de Junho, anuncia a supressão da sua “parte ocultista” por falta de assinantes... e de redactores. Nesta ocasião evoca a memória dos “dois colaboradores de grande talento e particularmente competentes em Ocultismo, M. H. de Guillebert e o Dr. Mariani, que eram os únicos a assegurar a composição deste suplemento mas infelizmente desaparecidos em 1932”. Francamente falta-lhe uma certa coragem... depois do que os leitores já sabem a respeito dessa história, para ousar recordar assim o “desaparecimento” do “ex-Mariani”! Por outro lado, o “suplemento” continuou a aparecer durante mais de um ano sem os ditos dois colaboradores, e isto leva-nos a constatar haver ainda um outro desaparecimento mais recente mas do qual não se diz uma palavra... Assim, arriscamos-nos a fazer uma pergunta, talvez demasiado indiscreta na sua simplicidade: o que é feito de M. Raymond Dulac?

Dezembro de 1933

– Em o *Speculative Mason* (n.º de Julho) é dedicado um artigo ao livro recente de A. E. Waite, *The Holy Grail*³⁷⁰, do qual nos propomos falar aqui proximamente. Um outro artigo expõe a história da cidade de York, considerada como o centro mais antigo da Maçonaria em Inglaterra.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Setembro), estudo sobre os diferentes significados da palavra *Shibboleth*.

– Em o *Symbolisme* (n.º de Outubro) artigo de Oswald Wirth sobre *O individualismo religioso*, onde reencontramos a incompreensão absoluta que já apontámos tantas vezes; há aí uma concepção de “alquimia espiritual” que é verdadeiramente infantil. “Diogène Gondeau” intitula de *A intemperança mística* um artigo que demonstra não ter entendido nada de Omar ibn El-Fârid,

³⁷⁰ *O Santo Graal* (nota do tradutor).

como também é bastante infeliz em apresentar como “místicas” coisas que não o são: se tivesse dito claramente e sem equívoco que o “vinho” simboliza a “doutrina secreta” reservada aos iniciados, mesmo a “Diogène Gondeau” teria sido difícil entregar-se a tais comentários com esses trocadilhos lamentáveis. Um Maçom americano, declarando que a exclusão da mulher da Maçonaria “é um anacronismo depois da construção material ter sido abandonada”, demonstra que ignora totalmente a questão das “qualificações” requeridas por certas formas iniciáticas. Marius Lepage tenta fazer a defesa dos ocultistas contra W. Nagrodski, cujo artigo anterior parece ter provocado alguma confusão... E o próprio W. Nagrodski escreve uma pequena nota onde se opõe à atitude da Maçonaria anglo-saxónica, que “adora retirar todo o simbolismo maçónico da Bíblia”, e à da Maçonaria latina, que “situa as suas origens nos centros de construtores”; como incontestavelmente os próprios construtores faziam uso do simbolismo bíblico, então sem dúvida não há nisso a mínima sombra de incompatibilidade!

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 15 de Agosto) publica um artigo assinado “Anbowa” (*sic*) e intitulado *A Kaballah Judaica, primeiro exemplo da infiltração das Seitas* (*sic*); encontram-se aí todas as calúnias habituais dos ignorantes contra a Kaballah, chegando o autor até a confundir os kabalistas com os fariseus. Essas pessoas deveriam dar-se ao trabalho de estudar um pouco aquilo de que pretendem falar!

Janeiro de 1934

– O número de Abril do *Speculative Mason* (que nos chegou atrasado) contém um artigo interessante sobre *As sete artes liberais*, onde há observações muito justas sobre o verdadeiro significado das ciências entre os antigos, muito diferente da concepção inteiramente profana dos modernos, assim como considerações curiosas sobre o valor numérico de certos termos gregos. Assinalamos também um artigo sobre o *T. : B. :* (*tracing board* ou painel da Loja) do terceiro grau, onde só lamentamos encontrar uma correlação fantasista entre *acácia* e *akasha*. No número de Outubro, um artigo é dedicado ao simbolismo da cerimónia de iniciação no segundo grau; um outro, intitulado *Estrangeiros e Peregrinos*, demonstra a analogia bastante flagrante que existe entre o *Pilgrim's Progress* de John Bunyan e as diferentes fases da iniciação maçónica.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Outubro), estudo sobre o avental maçónico.

– Em o *Symbolisme* (n.º de Novembro), Oswald Wirth fala do *Trabalho Maçónico*... sem sair de um ponto de vista psicológico e moral que, diga o que disser, nem sequer é “da competência da Iniciação”: quanto muito poderia ser só o início de um trabalho preparatório, nem sequer levando ao limiar dos “Pequenos Mistérios”. Sob o título *Esclarecemos um problema*, Armand Bédarride expõe a questão do método do trabalho maçónico: ele revolta-se muito justamente contra o empirismo que pretende que todo o conhecimento provém do exterior, e demonstra que o trabalho maçónico é, pelo contrário, o ponto de partida para o próprio interior do ser humano. Só é infeliz em crer-se obrigado a utilizar frequentemente expressões dos filósofos profanos, incompetentes por definição própria, cuja opinião, por conseguinte, aqui não tem nenhuma importância. W. Nagrodski, para acalmar a perturbação que o seu antigo precedente provocou nos leitores do *Symbolisme*, esforça-se por justificar a sua posição... com citações de Eliphas Lévi.

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 15 de Novembro) começa a publicação, por ocasião da morte de Mme Annie Besant, de um longo artigo que é, na sua maior parte, um resumo do nosso *Teosofismo*, desde logo muito bem feito e exacto no geral (havendo somente um erro de pouca importância: não foi Mme Besant quem convocou em Chicago o “Parlamento das Religiões” em 1893, ela não fez senão aproveitá-lo largamente para a propaganda

das ideias teosofistas³⁷¹). Mas porque somos obrigados a dizer mais uma vez que o *Voile d'Ísis* não é uma revista “ocultista”?

Março de 1934

– Em *Atlantis* (n.º de Novembro-Dezembro) desta vez trata-se sobretudo do “Atlantismo”, sendo feita a tentativa de reconstituição da tradição atlanteana, que M. Paul Le Cour insiste em confundir com a Tradição Primordial única, que ao mesmo tempo ele define como a “religião da beleza” como duplamente especial. Como de costume, há aí muitas fantasias linguísticas e outras; de passagem, anotamos somente esta curiosa afirmação: “A mais antiga de todas as religiões teve o seu ponto de partida em Atlantis: essa religião é o Cristianismo”. Isto fá-lo começar demasiado cedo ou demasiado tarde, dependendo da direcção que se pretenda tomar... Naturalmente, é ainda assunto o *Aor-Agni*: parece que *Aor* é representado pela Igreja e *Agni* pela Maçonaria, mas é difícil ver como a interpretação proposta pode conciliar-se com o facto de a Maçonaria possuir *duas* colunas no seu simbolismo (desde logo também a Igreja, com São Pedro e São Paulo). Quanto a uma pretensa “Maçonaria cristã” que teria por sinal os “três pontos de *Agni*” e os “três pontos de *Aor*” reunidos de modo a formar o “selo de Salomão”, conhecemos isso outrora... numa organização que não era maçónica. Mas o mais divertido é certamente a ideia de revelar o “Grande Ocidente” de funambulesca memória. Para quando um novo “forte Chabrol”³⁷²? É verdade que há muito tempo sabemos M. Paul Le Cour não recluir o ridículo!

– No *Speculative Mason* (n.º de Janeiro), é dedicado um artigo ao simbolismo da formação da Loja e do ritual de abertura. Um outro estudo mais importante concerne ao significado do título “Maçom Livre e Aceite” (*Free and Accepted Mason*); reparamos na asserção, a qual subscrevemos inteiramente, de que se o simbolismo maçónico não representa senão ideias morais, então “a Maçonaria não contém nada que não seja bem conhecido de todo o não maçom”, e que “a simples associação dessas ideias com as ferramentas da construção não passaria de um jogo de criança”, mas na realidade trata-se de “um género de conhecimento que reporta-se às coisas eternas que não pode ser obtido nos colégios e nas universidades”. Há neste artigo a indicação de aproximações numéricas que requerem ser examinadas de perto, pois enquanto umas são bastante notáveis outras são muito contestáveis; na nossa opinião, a principal dificuldade está em transpor os valores numéricos das letras hebraicas para o alfabeto latino, o que pode facilmente dar lugar a alguns equívocos. Mesmo que se tome isto como uma tentativa (não pretendendo o autor outra coisa), não deixa de ser digna de interesse.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Dezembro), estudo sobre o simbolismo dos graus capitulares (Arco Real), que infelizmente retém-se quase exclusivamente à busca de um significado moral. Aqui voltamos ao “jogo de criança” que, tratando-se de altos graus, é ainda o mais deplorável possível...

³⁷¹ De facto Annie Besant (1847-1933) não organizou o Parlamento Mundial das Religiões, organização internacional não-governamental de diálogo inter-religioso e ecuménico que nasceu em Chicago, E.U.A., entre 11 e 27 de Setembro de 1893, mas esteve presente representando a Sociedade Teosófica designada por William Q. Judge, secretário da secção norte-americana da S. T. cujo presidente, Henry S. Olcott, delegara nele a escolha da sua representação oficial no evento, sendo designada Annie Besant como enviada especial onde falou duas vezes em nome da Sociedade, sendo muito natural que tenha servido de “propaganda das ideias teosóficas”, como também serviu de meio de divulgação de outras correntes religiosas e espirituais (nota do tradutor).

³⁷² O dito francês *fort Chabrol* é utilizado para descrever a situação em que uma pessoa armada, às vezes com reféns, é cercada num edifício pela polícia. Esse dito provém do episódio histórico ocorrido em 12 de Agosto de 1899 quando o governo francês do presidente Pierre Waldeck-Rousseau ordenou ao exército que suprimisse uma revolta nacionalista e monárquica antisemita, sendo o último foco de resistência o liderado pelo presidente da Liga Antissemita e director do jornal *Antijuif*, Jules Guérin, que se entrincheirara no “Grand West de France”, n.º 51 da Rua Chabrol em Paris, tendo resistido 38 dias antes desse “forte Chabrol” se render após violentas escaramuças, e ele acabar condenado a dez anos de cadeia (nota do tradutor).

– Em o *Symbolisme* (n.º de Dezembro), Oswald Wirth fala de *O Iniciado, Homem-Modelo*, mas lamentavelmente a ideia que faz dele é tão simplesmente aquela que o vulgar chama muito abusivamente de “sábio”, no sentido exterior e “mundano” do termo; certamente isso nada tem a ver com a verdadeira Sabedoria que é “supra-humana” (e por isto é ainda mais que “supra-terrestre”), nem, o que vai dar ao mesmo, com a iniciação. Ademais, nem a *barakah*, ou seja, a “influência espiritual”, nem a virtude própria dos ritos são coisas de ordem “mágica”, como ele afirma com toda a segurança que dá a alguns a ignorância do que falam; a magia não tem nada em comum com a iniciação, que não se associa nem a fenómenos bizarros e nem a “poderes” infantis, não podendo, por nossa parte, falar de “iniciação mágica”, mesmo distinguindo-a de “iniciação pura”. Admiramo-nos como as palavras podem ser desviadas do seu sentido, como lêmos aqui: “Homem Perfeito”, “Homem-Modelo”; mas conhecemos justamente as expressões iniciáticas que poderão traduzir-se mais ou menos assim: *El-Insânul-Kamil*, *El-Mathalul-âla*, e isto, para nós, significa outra coisa bastante diferente! Armand Bédarride termina o estudo começado no número anterior. Reparamos nesta passagem: “Após essa metamorfose espiritual (da iniciação), o homem, colocado diante da mesma “coisa” encarada por um profano vulgar, não a verá sob os mesmos traços e as mesmas cores, nem terá as mesmas impressões e nem reagirá da mesma maneira... o objecto não mudou, o sujeito é que se tornou outro”. Isto é inteiramente correcto, somente não acreditamos muito que o próprio autor atribua a essa “transmutação” mais que um sentido unicamente “psicológico”, e em todo o caso ele limita-se à distinção do “subjectivo” e do “objectivo”, não indo mais longe. A propósito do método iniciático, fala prontamente do “idealismo”, no que é muito inadequado apercebendo-se terrivelmente a filosofia profana, e gostaríamos que nos dissesse como ela pode essencialmente ir “além do pensamento”? No número de Janeiro, uma exposição elementar sobre as origens da Maçonaria, por Eugène-Bernard Leroy, não contém nada de novo nem outra coisa mais do que é dito correntemente sobre este assunto muito complexo e sofrivelmente obscuro. Num curto artigo intitulado *Iniciados e Iniciadores*, Fernand Varache tenta, tarefa difícil, conciliar a existência e o papel dos “iniciadores” com a asserção comicamente falsa de que “ninguém se inicia a si mesmo”. Por fim, sob o título de *Noções Iniciáticas* e a assinatura de Elie Benveniste, encontramos algumas ideias que nos lembram uma velha conhecida: a famosa “tradição cósmica” do falecido Max Théon...

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 1.º de Janeiro), continuação do artigo sobre o Teosofismo que já assinalámos, e desta vez trata mais particularmente da “Co-Maçonaria”. Somente assinalamos, por respeito à verdade (*suum cuique...*), que Mme Annie Besant, contrariamente ao que se indica aqui, nada teve a ver com o estabelecimento de relações entre a Maçonaria Mista do “Direito Humano” e o Grande Oriente de França, relações que desde logo, por razões bastante conhecidas, não podiam ser senão muito embaraçosas do ponto de vista anglo-saxónico.

Maio de 1934

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Janeiro), um resumo histórico das origens da Maçonaria do *Royal Arch*. No mesmo número e no seguinte (Fevereiro), uma curiosa tentativa de reconstituição das colunas do Templo de Salomão.

– Em o *Symbolisme* (n.º de Fevereiro) Oswald Wirth fala de *A Dignidade Humana*, assunto bastante banal, e segundo ele parece que “assistimos a um despertar da consciência humana esclarecida”, mas nós não estamos certos disso... Eugène-Bernard Leroy expõe *O que a Maçonaria não é*, e “Diogène Gondeau” dedica a Albert Pike uma notícia pouco benevolente. No número de Março, Oswald Wirth dedica o seu artigo a *O Erro Humano*, e o que diz poderia ser justo... se não houvesse nenhuma faculdade de conhecimento à razão, mas assim conduz tão simplesmente à negação do conhecimento iniciático! Eugène-Bernard Leroy falando de *O Espírito da Maçonaria*, encerra-o num ponto de vista “filosófico” bastante profano. “Diogène Gondeau”,

num artigo sobre *Os Graus Simbólicos* segundo Albert Pike, reprova este por desconhecer o esoterismo. Poderá não estar inteiramente errado, mas será que ele o conhece melhor?

Julho de 1934

– O *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Abril) dá um histórico das Grandes Lojas rivais que existiram em Inglaterra desde 1717 até à “união” de 1813.

– Em o *Symbolisme* (n.º de Maio), Oswald Wirth, continuando a expor as *Noções elementares de Maçonismo*, fala de *A Construção Universal*. Perguntamo-nos que sentido pode ter para ele a “universalidade”, porque tudo o que encara de facto limita-se a “realizar um ideal humano, prendendo-se a uma reconstituição humanitária garantindo uma cada vez maior felicidade de todos”! Outros artigos têm a oportunidade de falar de certos ataques dirigidos actualmente contra a Maçonaria; Albert Lantoin declara com razão que “uma sociedade secreta, ou que se pretenda como tal, não se preocupa com mexericos que circulam sobre ela”, não devendo opor-se senão com o silêncio, e Marius Lepage destaca algumas das histórias fantasmagóricas a que recorrem certos antimaçons, as quais provam que a descendência de Leo Taxil não se extinguiu...

– Uma nova publicação, intitulada *Documentos do Tempo Presente*, dedica o seu primeiro número *A Franco-Maçonaria*. O texto, por André Lebey, compreende um resumo da história da Maçonaria, seguido de um exame do seu estado actual, sendo acompanhado de numerosas e interessantes ilustrações.

Outubro de 1934

– Em o *Speculative Mason* (n.º de Julho), estudos sobre a iniciação ao primeiro grau, sobre os *Landmarks* (assunto particularmente difícil de elucidar, porque as listas dadas pelos diversos autores maçónicos variam consideravelmente e contêm artigos bastante discutíveis) e sobre os números na Maçonaria e na Música.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (números de Maio e Junho), estudo histórico sobre as organizações rivais da Maçonaria em Inglaterra no século XVIII: a *Noble Order of Bucks*, os *Gregorians* e os *Gormogons*. Parece que estas organizações combatiam a Maçonaria sobretudo parodiando-a, mas no entanto poderá haver alguma coisa de mais sério na última, no sentido de que serviu de máscara a antigos Maçons Operativos adversários da “reforma” de Anderson e de Desaguliers.

– Em o *Symbolisme*, Oswald Wirth fala de *A Architectura Moral* (n.º de Junho) e de *A Religião do Trabalho* (n.º de Julho), retendo-se sempre na mesma ordem de considerações “elementares”... e muito pouco iniciáticas, mesmo quando particularmente o assunto se presta isso. Aqueles que leram o último desses artigos e em seguida reportaram-se ao nosso estudo recente sobre *A Iniciação e os Ofícios*, compreenderão o que queremos dizer. Nesses mesmos dois números, estudo de W. Nagrodski sobre *O Segredo da letra G* inspirado nos trabalhos de M. Matila Ghyka. Se as considerações geométricas sobre a “Estrela Flamejante” são seguramente justas, no que se reporta à própria “letra G”, que seria a representação de um nó, é bastante mais contestável, mas isso não impede que desde logo haja muito a dizer sobre o “nó vital”, especialmente nas suas relações com a Maçonaria Operativa, apesar do autor passar completamente ao lado desta questão que parece desconhecer. Finalmente apontamos, no número de Julho, um artigo de “Diogène Gondeau” sobre *A Religião Espírita*; associamo-nos prontamente às suas críticas mas não ao seu optimismo, onde dá prova de encarar a possibilidade de uma “apuração” do Espiritismo o qual, de resto, nunca poderá ser senão uma “pseudo-religião”.

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 1.º de Julho) publica, sob o título *Guerra Oculta*, um artigo dedicado a dois livros: *A Chave dos Sonhos*, de que já demos conta aqui mesmo há alguns meses, e *As sete cabeças do Dragão verde*, história de espionagem de que nada temos a dizer apesar de destacarmos, quando o lemos, bastantes detalhes suspeitos; tanto um como o outro, naturalmente falando sob perspectivas diferentes, achamo-los por sua vez muito de acordo com as apreciações da R.I.S.S. O número de 15 de Julho contém uma conferência de M. J. de Boistel sobre *A Teosofia*, feita em boa parte a partir do nosso livro, como desde logo muito lealmente o autor indica, mas com a adição de certas informações provenientes de outras fontes nem todas sendo igualmente seguras, resultando disso algumas contradições admirando-nos do autor não as ter apercebido. Devemos, no que nos respeita, fazer uma rectificação: não diremos nada de títulos fantasistas que mais uma vez sentem a necessidade de atribuir-nos, porque isso é-nos muito indiferente, mas não podemos deixar de dizer que não dirigimos o *Voile d'Ísis*, o que, distante como estamos, desde logo verdadeiramente seria um pouco difícil; a verdade é que somos simplesmente um dos seus colaboradores regulares, e nada mais. Por outro lado, quando numa passagem citada do *Teosofismo* falamos de certos “agrupamentos misteriosos”, é completamente inexacto que pretendêssemos com isso, como se afirma com uma certeza curiosa, fazer alusão à Maçonaria, porque nos referimos a coisas de um carácter muito mais escondido possuindo relações muito estreitas com o que chamamos de “contra-iniciação”. Poderemos acrescentar que constatámos influências do mesmo género de uma certa parte que, não há muito tempo, agia de muito perto sobre a R.I.S.S.?... Mas reconhecemos que esta mudou notavelmente e para sua vantagem depois de certas “desaparições”. Mas unicamente porque essas continuam inexplicadas em parte, coisa um pouco aborrecida quando se tem por tarefa denunciar aos outros tantos mistérios tenebrosos?

Janeiro de 1935

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Outubro), continuação do estudo sobre as organizações rivais da Maçonaria no século XVIII, desta vez abordando-se a dos *Antediluvian Masons, Honorary Masons, Apollonian Masons, Real Masons, Modern Masons*, e por escassearem os dados nem mesmo se consegue saber se de certo modo seriam formações maçónicas dissidentes e irregulares ou simples imitações “pseudo-maçónicas”. No número de Novembro, artigo ressaltando o significado maçónico de algumas passagens da Bíblia.

– Em o *Symbolisme* (n.º de Agosto-Setembro), Oswald Wirth, sob o título *Construtivismo e Franco-Maçonaria*, fala do que chama o “Maçonismo” que para ele é o “espírito da Maçonaria”, afirmando ter-se “tornado viável após dois séculos de gestação”. Por nossa vez perguntamos, infelizmente, o que resta dele ao fim de dois séculos de degeneração... Algumas notas sobre *A Iniciação dos Maoris* são reproduzidas de um estudo aparecido numa revista maçónica neozelandesa. Um diálogo intitulado *Prática Oculta* assinado por “Diogène Gondeau”, recomenda o *Pater* como a “grande fórmula mágica” contra a feitiçaria, está muito bem apesar de ser um pouco “simplista”... W. Nagrodski aplica *A Rosa e a Cruz* às construções baseadas sobre a “proporção harmónica”, mas a dizer verdade é preciso um pouco de boa vontade para identificar o esquema assim obtido do “signo da Rosa-Cruz”. No número de Outubro, Oswald Wirth explica como concebe *O Ensino dos Mestres*, segundo as perspectivas de uma “sabedoria” muito estreitamente profana, mas estamos inteiramente de acordo com ele sobre a utilização do simbolismo onde a linguagem vulgar é insuficiente, como também sobre o poder do pensamento, independentemente de toda a expressão, mas tudo isso vai precisamente muito mais longe do que ele consegue conceber. Armand Bédarride vem “laicizar as virtudes teológicas”, começando naturalmente por *A Fé*; acaso pensou que reduzindo-as a não serem senão puramente “humanas”, por definição própria não poderiam ser “teológicas” mas simplesmente “morais”, e que assim, mesmo mantendo-se as palavras, na realidade não designam as mesmas coisas? “Diogène Gondeau” aflora *O Problema Espírita* de um modo que deixa, como diz, “a porta aberta às

suposições”, mesmo demasiado aberta porque tudo pode passar por ela... No número de Novembro, Armand Bédarride desta vez tenta “laicizar” *A Esperança*. “Diogène Gondeau” ainda retorna sobre *Os Espíritos* ou supostos tais, onde encontra pretexto para professar uma ligação invencível à Humanidade terrestre! Numa nota intitulada *As Cruzes Simbólicas*, W. Nagrodski indica a aplicação da “secção dourada” ao traçado da Cruz de Malta, da Cruz Teutónica e da Cruz da Legião de Honra. Por fim, Oswald Wirth conclui as suas *Noções Elementares de Maçonismo* afirmando que “a sua concepção construtiva dirige-se a todos os espíritos abertos”, o que nos parece quase negar a necessidade de toda a “qualificação” iniciática.

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (n.º de 15 de Novembro) publica um artigo de M. J. de Boistel intitulado *Os Satélites da F. : M. :*, onde não se questiona talvez serem uma múltipla variedade de organizações “neo-espiritualistas” onde “a Maçonaria” seguramente nada tem com isso, mesmo que frequentemente haja Maçons entre os seus membros, sem esquecer que não devia levar-se a sério os títulos “pseudo-maçónicos” que alguns gostam de ostentar. Há aí noções inverosímeis sobre a Kaballah e sobre a Gnose (ou seja, o Gnosticismo), porque uma enumeração de todo o tipo de coisas, mesmo apresentando algumas características comuns (que não são aquelas indicadas), não pode ser posta no mesmo nível como se tivesse a mesma importância, pelo que o sentido das proporções falta aqui completamente... Por fim, o autor sente a necessidade de nos dedicar uma passagem onde se satisfaz em copiar palavra a palavra, desde logo sem indicação, uma boa parte da ignóbil nota anónima de comportamento policial publicada originalmente no suplemento dos *Cahiers de l'Ordre* e que foi reproduzida outrora pela R.I.S.S. na sua defunta “parte ocultista”. Depois da resposta que demos em seu tempo, deixamos a cada um a tarefa de julgar tal procedimento, que preferimos abster-nos de o qualificar!

Maio de 1935

– Em o *Symbolisme* (n.º de Fevereiro) Oswald Wirth fala de *A Génese da “Serpente Verde”*, de Goethe, mas os enigmas que se colocam a respeito deste conto parecem ainda muito longe de ficar esclarecidos. Sob o título *Uma aproximação interessante*, Armand Bédarride compara os ensinamentos de Confúcio àqueles da Maçonaria. Indicamos ainda um artigo de Marius Lepage sobre *A Cadeia de União*. No número de Março, Oswald Wirth intitula o seu artigo *A Sabedoria falada*, tratando-se, de facto, de algumas observações sobre a insuficiência das palavras e o papel dos símbolos para a suplantar. Novo artigo sobre o *Feminismo iniciático*, por Gertrud Gäffgen, que dá lugar à mesma observação daquele que o precedeu. Sob o título *A Matéria e os Sentidos*, Armand Bédarride serve-se de uma ficção sobre os habitantes de Júpiter supostamente dotados de sentidos totalmente diferentes dos nossos, o que desde logo não tem nada de inverosimilhante em si, para demonstrar que a própria noção de “matéria” é altamente questionável.

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* publica desde há algum tempo um suplemento mensal intitulado *A Acção Antimaçónica*; no número de Fevereiro desta folha acha-se um artigo intitulado *Entre os Grandes Iniciados*, título enganador porque de facto trata-se somente de “pseudo-iniciados”. O curioso é ter-se necessidade de voltar a falar de Aleister Crowley, e mais ainda deixar no ar acreditar-se no seu pretensão suicídio em 1930. Não é verdadeiramente possível que os redactores da R.I.S.S. estejam tão mal informados: o personagem está tão vivo que, faz alguns meses, perdeu um processo de difamação em Londres que teve a audácia de mover contra alguém que o chamara de “mago negro”, tendo numerosos jornais falado disso na ocasião. Então, não percebemos o que querem dizer com isso... Mas nesse mesmo artigo há ainda outra coisa remarcável: a última frase, impressa em itálicos mas sem que nada indique tratar-se de uma citação, é-nos tomada textualmente com quase todas as palavras. Verdadeiramente, isso leva a acreditar que quando alguns nos atacam, um dos seus objectivos é impedir a sua “clientela” de ler os nossos escritos para os poder “pilhar” mais à vontade!

Novembro de 1935

– No *Mercure de France* (número de 15 de Julho), assinalamos um artigo intitulado *A Infidelidade dos Franco-Maçons*, assinado sob o pseudónimo de “Inturbidus”. Tem considerações interessantes mas nem sempre perfeitamente claras, sobretudo acerca da distinção entre as iniciações sacerdotais, principescas, cavaleirescas e finalmente artesanais, que em suma correspondem por sua vez à organização tradicional da sociedade ocidental na Idade Média e àquela das castas na Índia; não está claro aí o lugar exacto atribuído ao Hermetismo, e por outro lado falta explicar porque a Maçonaria, apesar das suas formas artesanais, também porta a denominação de “Arte Real”. Sobre a questão das iniciações artesanais ou corporativas, o autor cita longamente o *Número de Ouro* de M. Malita Ghyka; infelizmente, a parte dessa obra que se refere ao assunto é certamente a que levanta maiores reservas, pois as informações que aí se encontram não provêm todas de fontes seguras... Seja como for, limita-se muito o assunto ao tomar a expressão “Maçonaria Operativa” num sentido exclusivamente cooperativo. O autor, apesar de reconhecer que essa antiga Maçonaria admitiu sempre membros que não eram obreiros (que não traduziremos forçosamente como “não-operativos”), não parece muito ciente do que eles poderiam fazer. Saberá, por exemplo, o que era uma *L. : of J. : ?* Na verdade, se realmente a Maçonaria degenerou tornando-se simplesmente “Especulativa” (observe-se que dizemos *simplesmente*, para deixar bem marcado que essa mudança implicou uma diminuição), é num outro sentido e de um modo diferente do que ele pensa, apesar de não impedir a justeza de certas reflexões relativas à constituição da Grande Loja de Inglaterra. Em todo o caso, a Maçonaria, quer seja “Operativa” ou “Especulativa”, comporta essencialmente, por sua própria definição, o uso de formas simbólicas que são aquelas dos construtores; “suprimir o ritual de iniciação artesanal”, como aconselha o autor, de facto levaria tão simplesmente a suprimir a própria Maçonaria, apesar dele se defender constantemente de “não a pretender destruir” reconhecendo que “assim se romperia a transmissão iniciática”, o que é um tanto contraditório. Compreendemos bem que, no seu pensamento, trata-se de a substituir por uma outra organização iniciática, mas como desde logo ela não tem nenhuma relação de filiação real com a Maçonaria, porque recruta os seus membros entre os Maçons mais que em qualquer outra parte? Depois, como uma tal organização não se inventa, pelo menos humanamente, nem pode ser produto de simples iniciativas individuais, mesmo que provenham de pessoas “encontrando-se numa cadeia iniciática ortodoxa”, o que evidentemente não basta para legitimar a criação por elas de formas ritualísticas novas, então donde procede essa organização e ao que se liga efectivamente? Vemos as dificuldades provavelmente insolúveis que tudo isso coloca desde que se reflecta um pouco, o que nos leva a continuar cépticos sobre a realização de um tal projecto que verdadeiramente não o é... O verdadeiro remédio para a degeneração actual da Maçonaria, e sem dúvida o único, será inteiramente outro: trata-se, supondo que a coisa ainda fosse possível, de mudar a mentalidade dos Maçons, ou pelo menos a daqueles dentre eles que são capazes de compreender a sua própria iniciação, mas que, deve-se dizê-lo, não tiveram essa oportunidade até aqui; desde logo, o seu número pouco importaria porque, em presença de um trabalho sério e realmente iniciático, os elementos “não-qualificados” rapidamente se eliminariam por si mesmos, e com esses desapareceriam também, pela própria força das circunstâncias, esses agentes da “contra-iniciação”, cujo papel já fizemos alusão na passagem do *Teosofismo* citada no final do artigo, porque não haveria nada que suscitasse a sua acção. Para operar “um reencaminhamento da Maçonaria no sentido tradicional”, não se deve “estar na Lua”, apesar do que diz “Inturbidus”, nem construir nas nuvens, mas somente utilizar as possibilidades que cada um dispõe, por muito reduzidas que possam ser ao início. Porém, numa época como a nossa, quem ousará empreender uma semelhante obra?

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (n.º de Junho), é dedicado um artigo à pesquisa do sentido original da expressão *due guard*³⁷³. As diversas interpretações propostas são bastante forçadas e pouco satisfatórias, pelo que graciosamente sugerimos uma outra parecendo-nos mais plausível: na Maçonaria Francesa diz-se “pôr-se à ordem”, o que evidentemente é uma frase um pouco diferente, e no Companheirismo diz-se, num sentido equivalente, “pôr-se em dever”. Essa expressão *due guard* ou *duguard* (porque nem mesmo sobre a ortografia se está de acordo) que não é inglesa de origem e cuja introdução parece relativamente recente, não será ela, tão simplesmente, uma má transcrição fonética do termo *devoir*?³⁷⁴ Podem-se achar na própria Maçonaria vários exemplos de transformações bastante extraordinárias, como aquela de *Pitágoras* em *Peter Gower* que tanto intrigou outrora o filósofo Locke...

– Em o *Symbolisme* (número de Agosto-Setembro), Oswald Wirth fala do *Trabalho Iniciático*, ou melhor, da ideia muito pouco iniciática que faz dele. Na verdade, ele próprio admite “essa falta de transcendência, uma vez que o propósito moral é o único em vista”, e isto não fomos nós que o obrigámos a dizer! Mas encontra aí pretexto para iniciar nova guerra contra um fantasma com o nome decorado de “metafísica” que, de facto, representa tudo o que ele não compreende; dizemos bem “um fantasma” porque é impossível reconhecer nisso o mínimo traço da verdadeira Metafísica, a qual não “raciocina no vácuo” nem em outra coisa similar por ser essencialmente “suprarracional”, que seguramente nada tem a ver com as “nuvens” e as “abstracções” que ela abandona aos filósofos, entendidos como aqueles que se gabam de não ter senão “concepções positivas”: proclamarem-se “discípulos da Vida que repara o mal passageiro para assegurar o triunfo final da Verdade, do Bem e do Belo”, eis as belíssimas abstracções, dir-se-á mesmo autênticas “abstracções personificadas”, que apesar das maiúsculas que as ornaram certamente não têm nada de metafísico! Numa outra parte reparamos num artigo com um tom um pouco enigmático, intitulado *Os castelos de cartas*, por Léo Heil: é dito aí que “a civilização talvez porte consigo o princípio da sua perda” porque “matou o ideal”, mas deveria precisar que isso tem somente a ver com a civilização ocidental moderna porque, afirmamos muito “positivamente”, ela tem destruído o espírito tradicional... Para parar esse perigo ou para salvar o que ainda pode ser salvo, é formulado o desejo de constituição de “uma associação muito fechada”, na qual a questão da sua regularidade iniciática não é sequer encarada, o que nos lembra a muitíssimo vaga nova organização projectada por “Inturbidus”. Mas pelo menos o autor reconhece que “tudo isso é um sonho”, o qual ainda que fosse muito útil não deixaria de ser bastante perigoso!

– Em o *Symbolisme* (número de Abril), Oswald Wirth, falando de *O Futuro maçónico*, denuncia “o erro de 1717, que nos valeram os governos maçónicos decalcados das instituições profanas, com a contrafacção de um poder executivo, de um parlamento, de uma administração rebuscada e de relações diplomáticas”; pelo menos nisso estamos de acordo com ele, como prova desde logo o que dissemos aqui mesmo sobre a moderna degeneração de certas organizações iniciáticas em “sociedades”. Armand Bédarride intitula o seu artigo *O Gnosticismo maçónico*, mas na realidade trata-se somente de *Gnose* que não quer dizer outra coisa senão “Conhecimento”, não tendo absoluta e necessariamente nenhuma relação com a forma doutrinal particular que chama “Gnosticismo”; o parentesco dos dois termos frequentemente dá lugar a confusões estranhas e lastimáveis sob diversos aspectos. F. Menard apresenta uma visão geral do simbolismo de algumas *Festas célticas*. Sob o título *Um Mahâtma ocidental*, “Diogène Gondeau”, a propósito de um livro aparecido recentemente na América, fala do conde de Saint-Germain e das manifestações que lhe são atribuídas na contemporânea pelos ocultistas e teosofistas, nomeadamente pelo pretenso “chefe supremo da Co-Maçonaria”³⁷⁵. No número de Maio sob o título *A dupla fonte das acções vitais*, Oswald Wirth esforça-se muito inutilmente por estabelecer uma ligação entre as teorias filosóficas

³⁷³ *Devida guarda* (nota do tradutor).

³⁷⁴ *Dever* (nota do tradutor).

³⁷⁵ Ou seja, Charles Webster Leadbeater (Londres, Inglaterra, 16.2.1847 – Perth, Austrália, 1.3.1934), fundador da mesma praticamente no seio da Sociedade Teosófica com sede em Adyar, Estado de Madras, Índia (nota do tradutor).

de M. Bergson e alguns elementos do Hermetismo. Marius Lepage fala elogiosamente de um manuscrito de Sédit recentemente editado, *A disputa de Shiva contra Jesus*, mas depois de tudo o que diz parece só restar, infelizmente, o testemunho de uma ignorância flagrante da doutrina hindu... “Diogène Gondeau” intitula *Grandes e Pequenos Mistérios* o que pretende ser uma resposta ao *Voile d’Ísis*, ou seja, na realidade ao que dissemos; desde logo, as suas reflexões soam inteiramente a falso, por não ser certo que alguma vez tenhamos recomendado a “contemplação do subjectivo” (*sic*), ignorando mesmo o que uma tal expressão possa significar, e sobretudo deixando-o prontamente entregue ao “fiel cumprimento da sua missão terrestre” e à sua ambição de “fazer honra à espécie hominal”, não podemos deixar de repetir-lhe que o primeiro profano que apareça consegue fazer o mesmo!

– Em o *Speculative Mason* (número de Julho), um artigo intitulado *Estrangeiros e Peregrinos* contém observações muito interessantes, mas a distinção que é feita entre os dois termos, por se reportarem de alguma maneira a dois graus diferentes e sucessivos, não nos parece muito fundada, pois o termo latino *peregrinus* tem igualmente dois sentidos. No Companheirismo há os “estrangeiros” e os “passantes” (viajantes ou peregrinos), mas essas denominações correspondem a uma diferença de rito e não de grau; e, na própria Maçonaria, a expressão ritualística “viajante em país estrangeiro” (*to travel in foreign countries*) não se associa estreitamente aos dois significados? Um outro artigo expõe algumas considerações sobre *O Ponto no Círculo*, mas como se pode tratar este assunto sem sequer fazer alusão ao simbolismo do centro, que é aqui inteiramente essencial e ocupa lugar muito importante em todas as tradições? Apontamos ainda a continuação do estudo histórico sobre os *Culdeus*, que já assinalámos.

– Em o *Symbolisme* (número de Junho), Oswald Wirth expõe a ideia que se faz do *Tradicionalismo*. Seguramente que esse vocábulo serve para designar coisas diversas, as quais frequentemente não têm senão muito pouca relação com o verdadeiro espírito tradicional... J. Corneloup, sob o título *A Rosa sobre a Cruz*, estuda os símbolos do 18.º grau escocês, o qual estando bem “inspirado no esoterismo cristão”, mais precisamente na sua forma hermética, pelo facto de tratar de esoterismo e iniciação nunca poderá ser “de essência mística”; a frequência desta confusão tem verdadeiramente alguma coisa de estranha³⁷⁶. No número de Julho, Oswald Wirth retoma os defeitos do *governamentalismo maçónico*, não deixando de estar certo ao denunciar tudo o que, “constituído sobre um modelo político profano”, não tem realmente nada a ver com o que deve ser uma organização iniciática. Mas como poderá alguém dizer que “os Maçons ainda não são adultos do ponto de vista iniciático” e que “apenas estão começando a fazer uma ideia da iniciação”, quando a verdade é justamente terem começado a perder essa ideia (apesar de manterem a coisa feita inconscientemente) desde o dia em que introduziram as formas profanas em questão, cuja degeneração no geral não vem senão acentuando-se? “Diogène Gondeau” dedica-se a algumas reflexões sobre *O Inferno*, do qual pretende fazer uma “realidade psicológica”. Parece que pretende aí “mostrar o espírito penetrando o sentido profundo dos símbolos tradicionais”, e se não tivesse o cuidado de nos advertir não teríamos duvidado da “profundeza” de um tal modo de ver! Os dois números contêm um estudo de Armand Bédarride sobre *O problema religioso*; a oposição que ele pretende estabelecer entre os “mitos” e os “dogmas” parece-nos pouco justificada, como se poderá compreender sem dificuldade pelas considerações que expusemos em outra parte num nosso artigo precisamente sobre esse assunto. Há ainda outros pontos requerendo ser examinados de mais perto, especificamente no que respeita ao papel atribuído ao Protestantismo e ao Humanismo, e sem querer entrar em detalhes diremos somente que o “sentimento religioso”, seja qual for a forma como se apresente, está longe de bastar para constituir

³⁷⁶ Pessoalmente não nos parece haver confusão, atendendo a que os símbolos da confissão cristã são essencialmente místicos, onde no 18.º Grau da Maçonaria Escocesa a Rosa é assumida como símbolo de Iluminação e a Cruz como a Humanidade iluminada por aquela expressiva do Cristo, assinalada na palavra sagrada desse Grau de “Cavaleiro do Pelicano” (simbólico da Misericórdia) ou “Príncipe Rosacruz”, *Emmanuel* (nota do tradutor).

a religião, e que pretender associá-la a ela é ainda um dos erros causados por esse “psicologismo” que infelizmente imbui tantos dos nossos contemporâneos.

Dezembro de 1935

– Em o *Speculative Mason* (número de Outubro), a continuação do estudo sobre os *Culdeus* analisa as suas relações com o Santo Graal por eles constituírem um elo entre as duas tradições druídica e cristã, muito especialmente por terem conservado o simbolismo do “caldeirão” ou vaso sagrado dos druidas, e também com a Maçonaria, seja como construtores no sentido literal do termo, seja por certas particularidades do seu ritual, nisto fazendo-se alusões a uma cerimónia de “morte e ressurreição” comparável há que se acha igualmente nos mistérios antigos. Um outro artigo reproduz, com alguns comentários, um documento maçónico publicado em 1730, parecendo reportar-se à Maçonaria Operativa tal como era praticada no início do século XVIII.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Setembro), é dedicado um estudo aos inícios da Grande Loja de Inglaterra, apresentando a obscuridade que envolve a sua história: se bem que a Grande Loja tenha sido organizada em 1717, os seus processos verbais não começaram senão na reunião de 24 de Junho de 1723; nas Constituições desse mesmo ano de 1723 nada se diz da sua organização, sendo somente na edição de 1738 que Anderson acrescenta uma história dos seus primeiros anos que, aliás, difere em muitos aspectos do que se conhece. Não teriam havido algumas boas razões para envolver assim em mistério a passagem da Maçonaria Operativa à Maçonaria Especulativa?

– Em o *Symbolisme* (número de Outubro), Armand Bédarride trata de *A Morte do Companheiro*. Trata-se da “segunda morte” iniciática, mas encarada de um modo muito superficial como se fosse simplesmente uma “metamorfose psicológica a operar na prática da vida”, o que seguramente é uma noção bastante insuficiente. Assinalamos também um estudo de R. Salgues sobre *A Estrela Flamejante, cânone da Estética*, inspirado sobretudo nos trabalhos de M. Matila Ghyka sobre o *Número de Ouro*.

Janeiro de 1936

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Outubro), a continuação do estudo sobre os inícios da Grande Loja de Inglaterra desta vez é dedicada em grande parte aos ataques dirigidos contra a Maçonaria durante a primeira metade do século XVIII. Por aí vê-se que o “antimaçonismo” não é uma coisa recente, apesar de nas diferentes épocas ter-se revestido de formas notoriamente diferentes.

– Em o *Symbolisme* (número de Novembro), Oswald Wirth fala das *Bases intelectuais da Maçonaria*, que é dizer em suma, da questão dos *landmarks*, mas de um modo que está longe de puder levar a uma solução: com efeito, ele acredita que a Maçonaria deve “evoluir e instruir-se para tomar plena consciência de si mesma”, quando na realidade se trata, para ter essa consciência, de regressar ao espírito tradicional das origens, desde já ficando bem entendido que essas origens não datam de 1717... G. Persigout expõe, sobre o que ele chama a «*Topografia Mental*» da *Câmara de Reflexões*, observações muito curiosas mas que se inspiram em dados um tanto misturados e de valor muito desigual. Tudo isso necessita ser “clarificado” e pode-o ser, com a condição de não fazer intervir nem o Ocultismo nem a Filosofia num assunto que é de ordem estritamente iniciática.

Março de 1936

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (números de Novembro e Dezembro), estudo histórico sobre a “Grande Loja de York”, cuja existência conhece-se de modo certo de 1725 a 1792 mas que

parece remontar mais atrás, pretendendo-se mesmo fixar a sua origem na assembleia que teve lugar pela primeira vez em York no ano 926. Os documentos comprovativos de uma filiação tão distante são naturalmente imprecisos, mas sem dúvida que essa não é razão suficiente para rejeitá-los como puramente lendários, apesar do que possam dizer os historiadores imbuídos da superstição do documento escrito.

– Em o *Symbolisme* (número de Dezembro), artigo de G. Persigout sobre *O Saber e a Vida* que, em suma, são para ele a especulação e a acção, as quais gostaria de “reconciliar “interiorizando-as” segundo as regras do esoterismo tradicional”. Examina a questão do recrutamento e da selecção onde faz observações muito justas, apesar da ideia da “qualificação” iniciática não estar claramente definida; mas é duvidoso que a preparação dos candidatos possa ser realizada de modo eficaz por simples conferências, mesmo que sejam de “propaganda iniciática”, duas palavras que juntas desde logo constituem uma verdadeira contradição.

Maio de 1936

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Fevereiro), estudo sobre a Grande Loja de Athol, dita dos “Antigos”, que foi organizada em 1751 provavelmente por Maçons irlandeses residindo em Londres, na qual se juntaram os membros das Lojas inglesas que permaneceram independentes após a fundação da Grande Loja de Inglaterra e que se opunham às inovações introduzidas por essa, chamada dos “Modernos” por essa razão. A união das duas Grandes Lojas rivais não aconteceu senão em 1813.

– Em o *Symbolisme* (número de Março), Albert Lantoine escreve uma muito curiosa *Apologia para os Jesuítas*, fazendo notar que as acusações que alguns lançam contra eles são inteiramente semelhantes às que outros dirigem contra a Maçonaria. Sob o título *A Chama nunca morre*, Marius Lepage faz algumas reflexões sobre o presente estado da Maçonaria; ele cita especialmente uma passagem do que escrevemos a propósito de um artigo publicado no *Mercure de France*, mas parece não ter apreendido inteiramente o sentido: porque pensa que a questão que colocámos no final faz necessariamente apelo a “um homem”? G. Persigout estuda *A Caverna, imagem e porta subterrânea do Mundo*; ele assinala muito justamente o carácter de santuários das cavernas pré-históricas, e pretende ver aí uma relação com a origem do culto das pedras sagradas. Como há ainda muitas outras coisas a dizer sobre esses assuntos, talvez os abordemos qualquer dia.

Junho de 1936

– No *Speculative Mason* (número de Abril), um artigo intitulado *The preparation for death of a Master Mason*³⁷⁷ contém observações interessantes sobre o verdadeiro sentido da “imortalidade”; o que aí é dito desde logo podia aplicar-se, de modo geral, sobretudo à “morte iniciática”. Assinalamos também um estudo comparativo de muitos antigos manuscritos maçónicos que posteriormente têm sido reproduzidos, resultando disso curiosas constatações quanto às deformações que sofreram com o tempo alguns termos que outrora eram usados na Maçonaria Operativa.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Março), continuação do estudo sobre a Grande Loja de Athol ou dos “Antigos”. É interessante reparar que entre as inovações que aqueles reprovavam aos “Modernos” figura, ao lado de certas mudanças no ritual e nos métodos de reconhecimento, o facto de não observarem regularmente as festas dos dois São Joões.

³⁷⁷ A preparação da morte do Mestre Maçom (nota do tradutor).

– Em o *Symbolisme* (número de Abril), Oswald Wirth escreve sobre *Os verdadeiros Landmarks*, um artigo notavelmente vago que não traz o mínimo esclarecimento sobre este assunto tão controverso. Somente observamos que certamente não é afastando-se cada vez mais da tradição operativa que a Maçonaria pode permanecer realmente iniciática. Albert Lantoine intitula *Os Indesejáveis* um artigo verdadeiramente duro para os políticos e sobretudo para os parlamentares. G. Persigout, em continuação do seu artigo anterior, fala de *O Antro, lugar de evocações e de oráculos*; ele encara as coisas de um ponto de vista demasiado exclusivamente “físico”, mas algumas observações que ele não faz senão esboçar poderão, se forem aprofundadas, levar a considerações de uma certa importância relativamente à “geografia sagrada”.

– Desde há algum tempo que não nos ocupávamos da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes*, que parece ter-se acantonado num terreno político que não nos diz nada. Mas eis que publica, no seu número de 1.º de Abril, um artigo sobre *O Ocultismo contemporâneo*, assinado J. Ravens, que recorda estranhamente a “maneira” de alguns dos seus defuntos colaboradores. Desenvolve-se aí uma sábia confusão entre coisas que relevam respectivamente da iniciação, da pseudo-iniciação e da contra-iniciação, ao mesmo tempo que se fala de astrologia com curiosas deferências que, a dizer verdade, são rigorosamente as de uma revista fundada pelo astrólogo Fomalhaut! À cabeça de uma enumeração de publicações “ocultistas”, sentiu-se a necessidade de colocar o *Voile d’Isis*. Quantas vezes precisamos de protestar contra essa calúnia? No que nos respeita mais particularmente, afirma-se que fizemos parte do Rito “judaico-egípcio” (?) de Misraim, o que não é somente falso como materialmente impossível: dado o tempo que passou desde que esse Rito cessou toda a actividade, teríamos que ter uma idade que estamos longe de possuir! Mas não deixa de ser honesto, da parte desses senhores, reconhecerem que entre nós e certas organizações de um carácter mais que suspeito “as pontes estão cortadas”, apesar de lamentavelmente estarmos menos seguros, depois de ter lido esse artigo, que elas também estejam entre a própria R.I.S.S. e... certas outras coisas, que no passado fomos obrigados a fazer várias alusões que acharam muito embaraçosas...

Julho de 1936

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Abril), continuação da análise das principais divergências entre os “Antigos” e os “Modernos”; além das diferenças de ordem mais “administrativa”, reparamos na utilização pelos “Antigos” de um alfabeto maçónico de origem “Operativa”, e também na controvérsia respeitante ao lugar do grau de *Arco Real* na Maçonaria. No número de Maio, é ainda assunto algumas outras Grandes Lojas dissidentes, desde logo pouco importantes cuja duração não passou de efémera. Um ponto bastante curioso é a existência em Inglaterra, no século XVIII, de uma *Scotts Masonry*, que parece ter constituído uma espécie de grau especial mas sobre a qual não se tem nenhuma informação precisa. Tratar-se-ia de alguma coisa similar ao grau de “Mestre Escocês” que era praticado em França na mesma época?

– Os *Archives de Trans-en-Provence* publicam, desde 1931 (mas não tivemos conhecimento senão muito recentemente), estudos muito interessantes sobre as origens da Maçonaria moderna da autoria do seu director, M. J. Barles. Este iniciou as suas pesquisas de um modo inteiramente independente e apartidário, o que sem duvida, sobre muitos aspectos, aproxima-o da verdade muito mais que todos os historiadores mais ou menos “oficiais”. Para ele, a verdadeira Maçonaria certamente não é, ao contrário do que dizem alguns, “a instituição nascida em 1717”, vendo esta mais como o cisma que na realidade aconteceu naquela. Quanto às razões desse cisma, achamos que há uma tendência (desde logo explicável pelo facto de ter sido esse o ponto de partida das suas pesquisas) para exagerar sobre o papel que tiveram os protestantes franceses refugiados em Inglaterra após a revogação do Édito de Nantes; de facto, com a única excepção de Desaguliers, não se vê onde tenham tido uma parte activa na organização da Grande Loja. Contudo, no fundo isso não muda nada as coisas: os fundadores da Grande Loja, qualquer

que tenha sido a sua origem, eram em todo o caso incontestavelmente “Orangistas”, e com isso houve a intrusão nela da política a qual os Maçons fiéis ao antigo espírito iniciático da sua Ordem opuseram tanto quanto às diversas inovações que se seguiram. M. Barles observa muito justamente que as Lojas que se uniram em 1717 eram todas de formação muito recente, e por outro lado também fala que ainda havia nessa época muito mais Lojas Operativas em actividade do que se diz comumente. No entanto, há um outro ponto sobre o qual discordamos dele, sendo aquele respeitante ao incêndio dos arquivos da Loja de Saint-Paul: com toda a probabilidade, os responsáveis não foram os Maçons tradicionais temerosos que se publicassem os *Old Charges*, o que seriamente nunca ninguém teve essa intenção, mas, muito pelo contrário, os próprios inovadores, que haviam precisamente reunido esses antigos documentos para os fazer desaparecer depois de os utilizar segundo a sua conveniência, de maneira a não restarem provas das mudanças que introduziram. Também é falso quando o autor diz que “especulativo” significa simplesmente “não profissional”, e nisto remetemos para o artigo que se pode ler em outra parte no qual explicamos o verdadeiro sentido dos termos “operativo” e “especulativo”. Nesse mesmo artigo, também damos a explicação da frase “Maçons Livres e Aceites”, a qual é igualmente desprezada por falta de conhecimento tradicional que, de resto, nunca deu lugar a qualquer divergência. Parece-nos que ele não conhece senão as relações simbólicas pelas quais se explica o papel dos dois São Joãoes na Maçonaria, nem a origem antiga das “festas solsticiais”. Mas, após tudo, essas várias lacunas são muito desculpáveis em qualquer um que, visivelmente, nunca fez destes assuntos um estudo especial. Por outro lado, assinalamos que M. Barles descobriu por si mesmo alguma coisa relacionada a um segredo “operativo” muito esquecido hoje em dia: trata-se da correspondência “psíquica” dos sinais com os toques, que é dizer em suma, da sua correspondência com a “localização” dos centros subtis do ser humano, a que nós mesmos já fizemos algumas referências, concluindo ele, com muita razão, haver nisto a indicação de uma ligação directa com as Grandes Iniciações da Antiguidade. Certamente teremos oportunidade, à medida que forem sendo publicados, de voltar a esses trabalhos que, repetimos, têm todo o mérito e interesse.

Outubro de 1936

– O *Speculative Mason* (número de Julho) contém duas notas sobre o simbolismo da *Mark Masonry*, assim como o início de um estudo sobre as relações particulares daquela com o grau simbólico de Companheiro. Sobre este ponto como sobre outros, a passagem do “operativo” ao “especulativo” parece não ter introduzido senão confusões bastante singulares. A continuação do estudo que já apontámos, *Preparation for death of a Master Mason*, trata das diferentes fontes de conhecimento de que o Homem dispõe na sua busca da Verdade e, sobretudo, da fonte interna a que se refere o preceito “Conhece-te a ti mesmo” dos Mistérios Antigos. Reparamos ainda na primeira parte das *Reflexões sobre os Landmarks*, que infelizmente são de um carácter muito “misturado”, inspirando-se nas concepções do Ocultismo com aquelas da Ciência moderna muito mais que naquelas da Maçonaria tradicional.

– Em o *Symbolisme* (números de Junho e de Julho), uma *Alocução de boas-vindas a um novo iniciado*, por Luc Bonnet, contém várias observações sobre o modo como o estudo dos símbolos pode conduzir às “ciências tradicionais”, mas é de lamentar que essas não sejam apresentadas senão sob um aspecto muito “modernizado” com o qual as suas ligações são muito afastadas, como, por exemplo, entre o antigo conceito dos temperamentos e aquele que é feito pelos “psicanalistas”, ou entre o que hoje se conviu chamar “astrologia científica” e a verdadeira astrologia tradicional. No número de Junho, Oswald Wirth esforça-se por dar da “queda” e da “redenção” uma interpretação “racionalizante”, se assim pode dizer-se, certamente nada tendo de esotérico; e no número de Julho faz sobre a “arte de viver” reflexões que demonstram até que ponto ignora a metafísica em geral e as doutrinas orientais em particular. No mesmo número de Julho, Albert Lantoine justifica a existência do “governo maçónico”, ou seja, da organização administrativa das Obediências, por considerações de ordem histórica. Por fim, G. Persigout

continua a sua série de estudos com *O Reino das Sombras e os Ritos Sacrificatórios*, que ele põe em relação com a “prova da terra”. Com efeito, trata-se aí da “descida aos Infernos” entendida no seu significado iniciático; mas no sacrifício em geral e mesmo nos “mistérios do sangue”, há muito mais do que podem ver os modernos “historiadores das religiões” ou os sociólogos inventores da pretensa “mentalidade primitiva”.

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (número de 1.º de Junho) volta mais uma vez ao assunto Taxil: ela dirige-se a um semanário católico que, sem nomeá-lo mas referindo-o claramente, publicou sobre esse assunto um artigo que não teve a sorte de agradar-lhe. No entanto, porque o seu autor não disse que a Maçonaria nada tinha a ver com essa impostura? Conclusão muito evidente: para esses senhores da R.I.S.S., uma vez que são católicos, não se tem o direito de dizer o que se considera ser a verdade, se tal verdade estiver em desacordo com as exigências de uma certa polémica! No final desse artigo, é extensamente abordado o assunto do ex-rabino Paul Rosen, *aliás*, Moïse Lid-Nazareth; como possa considerar-se “ser muito interessante conhecer melhor essa personalidade original no seu género”, pelo menos podemos dar seguidamente duas indicações, ademais de importância absolutamente inegável. Desde logo, ele vendeu por bom preço aos antimaçons e a outros (tendo particularmente Papus sido um dos seus “clientes”) não uma mas muitas bibliotecas que havia constituído sucessivamente, as quais graças aos disfarces do seu casacão não lhe custaram muito caro... Esse é de qualquer modo o lado pitoresco do personagem, mas também há o lado sinistro: com efeito, deve-se considerá-lo como tendo sido, no assunto Taxil, um dos agentes mais directos da “contra-iniciação” (o que desde logo explica o seu aparente duplo papel), mas ele não era o único, havia muitos outros... que não devemos dar a conhecer à R.I.S.S.!

Dezembro de 1936

– Nos *Archives de Trans-en-Provence* (número de Agosto-Setembro), M. J. Barles, continuando os estudos sobre *O cisma maçónico inglês de 1717* de que já falámos, completa as indicações que havia dado anteriormente sobre a biografia de Desaguliers. Em outra parte publica um documento que, pensa ele, é de natureza a permitir resolver afirmativamente a questão controversa da iniciação maçónica de Napoleão I: trata-se do processo-verbal de uma cerimónia que teve lugar na Loja de Alexandria (Itália) em 1805, onde efectivamente Napoleão é qualificado de Maçom muitas vezes. Mas já conhecemos vários outros documentos do mesmo género e sabemos que não são suficientes para convencer certos historiadores... No número de Outubro, M. Barles, reproduzindo o nosso relatório anterior, levanta objecções sobre dois pontos aos quais devemos dar uma resposta. Desde já, é bastante exacto que numerosos protestantes franceses refugiaram-se em Londres no início do século XVIII, mas, com excepção de Desaguliers, nada indica que alguma vez tenham sido Maçons, e não se vê como a presença de milhares de profanos, desde logo qualquer que seja a sua posição social, possa influenciar directamente os acontecimentos que propriamente dependem do domínio iniciático. Em seguida, no que respeita ao incêndio dos arquivos da Loja de Saint-Paul, é verdade que a responsabilidade não deve ser atribuída a Payne, nem mesmo a Desaguliers, mas será que se pode dizer o mesmo de Anderson, personagem bastante mais questionável muitos aspectos?

– No *Speculative Mason* (número de Outubro), a continuação do estudo intitulado *Preparation for death of a Master Mason* indica como segundo fonte de conhecimento o “Livro da Natureza”³⁷⁸, considerado como simbolizando as realidades de ordem espiritual, com vários exemplos retirados do ritual. Uma notícia histórica é dedicada aos *Hammermen* da Escócia, corporação que compreende todos os ofícios tendo o martelo por utensílio principal. Reparamos igualmente no final do artigo já assinalado sobre a *Mark Masonry*, demonstrando que ela não é, ao contrário do que se pretende frequentemente, um simples desenvolvimento do grau de

³⁷⁸ Também chamado *Memória da Natureza*, *Registos Akáshicos* e *Livro do Kâmapa* (nota do tradutor).

Companheiro; e também naquele acerca das “reflexões sobre os *Landmarks*”, cujo autor parece não se aperceber de tudo quanto seja susceptível de modificação não puder ser contado como *Landmark*, nem que a admissão das mulheres é interdita pelo próprio carácter da iniciação maçónica, ou ainda que a existência dos altos graus não tem que ser autorizada pelos *Landmarks* que respeitam exclusivamente à Maçonaria Simbólica, e por conseguinte não podem senão ignorá-los.

– Em o *Symbolisme* (número de Outubro), Oswald Wirth intitula o seu artigo *Sejamos humanos* que, no seu pensamento, significa não se ser senão isso; mas como para ele existem “problemas insolúveis”, terá por isso o direito de concluir serem-nos igualmente para todos? Quanto à sua “adaptação” da Trindade cristã ao “Deus-Humanidade”, como é possível não ver que coisas desse género prestam-se muito facilmente a ser exploradas por certos adversários? “Diogène Gondeau” tenta falar de *A Râja-Yoga* que ele não conhece, infelizmente, senão através de certas elucubrações teosofistas, como desde logo o próprio título basta demonstrá-lo. Sobre *Os Mistérios e as Provas subterrâneas*, G. Persigout expõe considerações que não deixam de ter interesse, mas que pelo seu carácter muito “misturado” podem novamente dar lugar às mesmas críticas que já formulámos a respeito dos seus estudos anteriores.

Fevereiro de 1937

– Em *Atlantis* (número de Novembro), M. Paul Le Cour publica um longo artigo intitulado *Igreja, Maçonaria, Tradição*, cujas intenções “conciliadoras” são aparentemente excelentes, mas que contém várias confusões e mesmo erros factuais. O autor pretende encontrar essa dualidade fantasista *Aor-Agni* no simbolismo das duas colunas, levando-o a atribuir uma à Igreja e outra à Maçonaria, quando na realidade ambas figuram na Maçonaria e também pode-se encontrar na Igreja algum equivalente do símbolo completo (certas figurações de São Paulo prestam-se particularmente a uma tal interpretação). Por outro lado, as relações do que representam essas duas colunas certamente não são aquelas do exoterismo e do esoterismo, e acrescentamos que se o esoterismo, na tradição cristã, é frequentemente relacionado à “Igreja de São João”, o exoterismo nunca o foi à “Igreja de Jesus” (?) mas à “Igreja de São Pedro”. Reparamos numa curiosa invectiva contra São Tomás de Aquino, o qual M. Paul Le Cour pretende ver, muito erradamente, como um “racionalista”, a quem considera responsável pelo “conceito da necessidade do uso da força para apoiar o direito” de “que vemos hoje as suas terríveis aplicações”... As considerações sobre a origem da Maçonaria são muito vagas, e por causa disso as relações dela com a Academia Platónica de Florença estão longe de ser claras. Mas que dizer de uma confusão como aquela do Escocismo com a Maçonaria Anglo-Saxónica, quando a primeira razão de ser do Escocismo foi precisamente opor-se às tendências protestantes e “orangistas” representadas por essa última depois da fundação da Grande Loja de Inglaterra?

– Em o *Symbolisme* (número de Novembro), Oswald Wirth intitula *Especulativo e Operativo* o que parece ser uma espécie de resposta ao nosso artigo *Operativo e Especulativo*. A inversão dos termos foi sem dúvida intencional, e apesar de algumas palavras amargas a nosso respeito não conseguimos perceber o que ele reprova exactamente, porque acaba declarando que “bastaria entender-se connosco sobre o conteúdo dos termos que utilizamos”, embora lhe falte não os rebaixar ou limitar de um modo inaceitável... Quando dizemos que a iniciação comporta sobretudo um elemento “sobrehumano”, ou ainda que não pode haver nenhuma iniciação sem ritos, isso não deveria deixar lugar ao menor equívoco: trata-se de questões “técnicas” precisas e não de considerações vagas mais ou menos “metafóricas” ou imaginativas. Por outro lado, nunca dissemos que “a Maçonaria devia voltar a ser Operativa, depois de se ter intitulado Especulativa a título transitório”: dissemos, o que é bem diferente, que a Maçonaria Especulativa representa uma diminuição e mesmo uma degeneração face à Maçonaria Operativa. Certamente desejamos que essa degeneração não passe de transitória, mas infelizmente actualmente não vemos nada que

efectivamente o indique. G. Persigout estudo *O Quadro Iniciático da Câmara de Reflexões*, falando a esse propósito da *catharsis* cujo processo com efeito tem uma relação evidente com a “descida aos Infernos”, e também com o simbolismo da “petrificação” cuja conexão com o assunto aparece muito menos claramente, malgrado a caverna onde reside Medusa... No número de Dezembro, Oswald Wirth vem marcar a diferença entre *A Teosofia e a Arte Real*, mas verdadeiramente parece estar muito errado ao parecer admitir que o Teosofismo pode, malgrado tudo, representar alguma coisa de real do ponto de vista iniciático!³⁷⁹ Albert Lantoine mostra que *O Pecado Original* da Maçonaria Francesa consistiu em aceitar a democracia na sua própria Constituição; ele observa muito justamente que “a democracia tem por fim descartar a elite” e que “a democratização não pode ser senão um factor dissolvente para um grupo selecionado”, pelo que somente acrescentaríamos ela estar mesmo em contradição directa com o princípio da selecção e com toda a organização constituída hierarquicamente.³⁸⁰ Um curto artigo sobre *A Iniciação e o Evangelho*, assinado “Bardanin”, parece-nos implicar uma certa confusão entre o ponto de vista iniciático e o ponto de vista religioso: este não pode ocupar o lugar daquele nem lhe ser equivalente, porque nem o domínio nem o objectivo são os mesmos. A *Libertação* é coisa muito diferente da *Salvação*, não sendo certo que na Antiguidade a obtenção dessa última estivesse em relação com o conhecimento iniciático.

Abril de 1937

– Recentemente fizemos alusão ao selo dos Estados Unidos, destacando tanto a raridade do seu simbolismo como o partido que algumas organizações pretendem tirar dele. O que então dissemos sobre esse duplo aspecto acha-se agora confirmado, sem dúvida involuntariamente, num artigo sobre o assunto publicado no *Rosicrucian Magazine* (número de Fevereiro); deixando de lado alguns cálculos mais ou menos fantasistas, apontamos somente a esse propósito, no que respeita ao próprio selo, que além das treze fiadas da pirâmide mutilada de que falámos, repara-se no número 13 numa quantidade de outros detalhes com uma insistência verdadeiramente extraordinária...

– No *Speculative Mason* (número de Janeiro), é dedicado um artigo ao significado da função do 2.º Vigilante, mas infelizmente retém-se em considerações sobretudo estéticas e morais de um carácter bastante superficial. Num outro artigo, encontramos um bom exemplo da confusão que assinalámos ultimamente entre os ritos e as cerimónias; desde logo o autor é claramente favorável aos ritos, contrariamente ao que acontece muito frequentemente em tais casos com as cerimónias, compreendendo aquelas que são puramente profanas, beneficiando muito injustamente com a confusão!

– Em o *Symbolisme* (número de Fevereiro), Oswald Wirth fala da *Lei da Criação* de Wronski, a propósito do volume de que já demos conta há algum tempo. Mas, goste ou não, os “conceitos” dos antigos construtores, que desde logo não “imaginaram” nada, eram realmente muito mais “transcendentes” que todas as “abstracções” dos filósofos, que não passam de especulações vazias bastante mais repulsivas para nós do que para ele. Albert Lantoine assinala muito justamente as inconveniências da organização de uma *Justiça Maçónica* decalcada do

³⁷⁹ Eis aqui a principal razão de René Guénon empertigar-se contra Oswald Wirth muito mais que contra o seu racionalismo dialéctico deste, cujas críticas ao mesmo são bastante justas: a confissão de simpatia pela Teosofia pelo maçom inglês, o que para a ortodoxia “metafísica” do nosso autor deveria ser um «pecado capital»! Não fosse isso e não teria angariado tantas inimizades sobretudo de antigos e dedicados amigos, que depois da sua conversão ao Islão não foram poupados muito injustamente (nota do tradutor).

³⁸⁰ Por isso tanto as Ordens Iniciáticas como as Religiões Tradicionais não são «democráticas», por responderem ao princípio da Lei de Hierarquia de “os homens serem iguais em essência, não tanto em potência e desiguais em presença”. Para a formação e distinção da elite ou dos eleitos como príncipes ou principais paradigmas do progresso ao nível humano e sobretudo espiritual, é que existe a Regra que é sempre o cimento de toda a Ordem (nota do tradutor).

modelo dos códigos profanos; unicamente, porque diz a esse respeito que “as pequenas instituições tendem a imitar a grande instituição”, quando pelo contrário deveria ser a organização da sociedade profana a aparecer normalmente como uma pequena coisa face ao que pertence à ordem iniciática? G. Persigout estuda *O Problema Alquímico da Transmutação Moral*, mas há nisso um equívoco porque, como temos dito frequentemente, verdadeiramente não se trata de “moral”, pelo que é inútil recorrer a qualquer simbolismo, alquímico ou outro. Por outro lado, ao aceitar as perspectivas dos historiadores profanos onde às vezes se coloca, sobre o significado de expressões como “arte sacerdotal”, por exemplo, isso acaba dando lugar a erros bastante curiosos...

Maio de 1937

– Em *Atlantis* (número de Março), M. Paul Le Cour dedica um longo estudo a Claude de Saint-Martin. A ideia de colocar-se sob o patronato desse é, como ele próprio reconhece, bastante inesperada, e explica a sua origem com a descrição de antigas experiências espíritas que desde logo adorna com o nome muito respeitável de “pesquisas metafísicas”; constatamos que permanecem nele algumas dessas ideias, porque, apesar de declarar que essas coisas são “decepcionantes, e até perigosas”, ainda acredita ser possível os mortos manifestarem-se realmente e pessoalmente em semelhantes meios... Por outro lado, ele alimenta algumas ilusões sobre o valor mesmo de Saint-Martin, que de facto nunca compreendeu grande coisa da iniciação, como prova claramente a sua inclinação para o misticismo. A história das suas relações com Martines de Pasqually (declarado “judeu português” sem a sombra de uma hesitação) é espantosamente simplificada, mas isso não é nada comparado à afirmação de que ele abandonou a Maçonaria “quando ela tornou-se atea e materialista”, fazendo crer que ele foi, dentre todos os Maçons do seu tempo, o único a aperceber-se de semelhante mudança! Pelo contrário, o que está inteiramente de acordo com a verdade é que ele jamais fundou alguma organização, e por conseguinte “ninguém pode dizer-se martinista senão a título individual”. Evidentemente que é sempre possível adoptar as ideias expostas por qualquer um, se as achar da sua conveniência, sem que para isso necessite ser “favorecido pelas suas manifestações *post-mortem*”...

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Fevereiro), estudo sobre o significado da palavra *cowan*, termo de origem aparentemente escocesa mas de derivação incerta, provinda da Maçonaria Operativa onde se designava aquele que construía muros de pedra seca, isto é, sem argamassa. Não se trata então de um profano querendo apropriar-se indevidamente dos segredos da Maçonaria, como se pensa vulgarmente, mas somente de um obreiro que não está qualificado para participar do trabalho dos Maçons regulares, e que do ponto de vista corporativo ocupava um lugar inferior apesar de reconhecido e bem definido.

– Em o *Symbolisme* (número de Março), Oswald Wirth fala de *A Missão educativa da Franco-Maçonaria*, não indo muito longe porque “educação” certamente não é “iniciação”, e dizer que “o poder espiritual efectivo pertence a quem se aplica a pensar correcto e a desejar o bem com abnegação”, é tão simplesmente imaginar que as boas intenções podem bastar para obter todo o conhecimento e toda a “realização” de ordem superior. G. Persigout estuda *Os Ritos agrários e os arredores do Antro*, cuja maior parte é feita segundo as interpretações “naturalistas” dos modernos, com as suas “festas sazonais”, os seus “costumes populares” e outras coisas seguramente não tendo nenhuma relação com os dados tradicionais sobre o verdadeiro sentido dos ritos e dos símbolos.

– Recebemos os primeiros números de uma nova revista intitulada *La Juste Parole*, que apresenta o carácter um pouco excepcional de ser “philosemita”³⁸¹ e antimaçónica. Encontramos nela, dentre outras coisas, um desenvolvimento respeitante à Ordem judaica *B’nai B’rith* (Filhos da Aliança), a qual nada tem de maçónica contrariamente à opinião espalhada em certos meios,

³⁸¹ Philosemita, “pessoa ou algo favorável ao judaísmo” (nota do tradutor).

somente podendo-se dizer que ela procura imitar um pouco a Maçonaria (a utilização do termo “Lojas” é claramente um indício), como o fazem todas as organizações “fraternais” de origem americana. Um outro artigo dedica-se a demonstrar que não existe “Judaico-Maçonaria”, e isto é perfeitamente exacto; mas porque encontramos aí, a respeito da Maçonaria, todos os pontos comuns àqueles que sustêm a tese contrária? Assinalamos ainda um artigo sobre o “abate ritual”, que deu lugar a uma observação curiosa: em todas as discussões a esse respeito, partidários e adversários não invocam senão argumentos “higienistas” e “humanitários” que nada têm a ver com o assunto, e dentre tudo alguém lembra o texto bíblico que afirma a conexão do sangue com a alma (no sentido estrito de princípio vital), não parecendo duvidar que esse é o único ponto que realmente importa. Decididamente, a mentalidade moderna é uma coisa muito estranha!

Junho de 1937

– Na *Vita Italiana* (número de Abril) M. Julius Evola publica um artigo intitulado *Dall «esoterismo» al sovversivismo massonico*³⁸², no qual critica alguns aspectos da atitude do antimaçonismo vulgar. Com efeito, ele reconhece a existência na Maçonaria de uma tradição simbólica e ritual em relação com “as doutrinas ou correntes preexistentes à sua forma actual e de um carácter espiritual incontestável”; por outro lado, protesta contra a interpretação que se pretende dar a uma espécie de tradição “anticristã”, muito mais desprovida de sentido quando, examinando-se os antecedentes da Maçonaria, “é-se conduzido a tradições efectivamente anteriores ao Cristianismo”, assinalando ainda o carácter hierárquico e aristocrático que essas tradições sempre tiveram nas suas origens. Unicamente, por haver nisso alguma coisa parecendo inconciliável com as tendências que se constata na Maçonaria moderna, ele pergunta-se se houve uma filiação contínua ou se houve antes uma espécie de “subversão”, inclinando-se mesmo para pensar que os seus elementos tradicionais terão sido simplesmente “retirados” de fontes diversas sem que tenha havido transmissão regular, o que explicaria, segundo ele, o desvio que teria sido impossível “se a organização maçónica tivesse sido conduzida por chefes qualificados”. Não podemos acompanhá-lo nesse ponto e lamentamos que se tenha absterido de estudar de mais perto a questão das origens, porque teria apercebido que se trata de uma organização iniciática autêntica que somente sofreu uma degeneração; o início dessa degeneração, como temos dito frequentemente, foi a transformação da Maçonaria Operativa em Maçonaria Especulativa, mas mesmo nisto não se pode falar descontinuidade: mesmo que tenha havido “cisma”, a filiação não foi interrompida por isso e permaneceu legítima malgrado tudo. A Maçonaria não é uma organização fundada no início do século XVIII e, sobretudo, a incompreensão dos seus aderentes e mesmo dos seus dirigentes não altera em nada o valor próprio dos ritos e dos símbolos de que ela permanece depositária.

– Nos *Archives de Trans-en-Provence* (número de Março), M. J. Barles aborda a questão das relações da Maçonaria com os Rosa-Cruzes, mas infelizmente com informações muito insuficientes e mesmo de qualidade duvidosa; com efeito, ele refere-se à *História dos Rosa-Cruzes* teosofistas de F. Wittemans, fazendo mesmo uma asserção fantasista do *Imperator* da A.M.O.R.C. Desde logo ele não devia confundir Rosa-Cruzes e Rosacrucianos, e entre esses últimos há ainda várias distinções a fazer, em todo o caso, é certo que a ter havido na Maçonaria Inglesa Rosacrucianos autênticos e não degenerados, não seria no lado “Especulativo” que se encontravam. Indicamos também que lhe convinha desconfiar da lenda, a que actualmente se procura dar crédito por razões pouco claras, segundo a qual Newton teria exercido um papel na Maçonaria, pela exclusiva razão de ter mantido relações pessoais com Desaguliers. Essa é uma suposição inteiramente gratuita, e ademais não vemos verdadeiramente porque um “grande homem” do ponto de vista profano deva forçosamente ter uma importância qualquer na ordem iniciática.

³⁸² Do «esoterismo» ao subversivismo maçónico (nota do tradutor).

– O *Speculative Mason* (número de Abril) dá uma descrição detalhada do rito de coroação dos reis de Inglaterra e dos objectos que são utilizados. Um artigo dedicado às “três colunas”, em relação com as três ordens de arquitectura, contém comparações interessantes com a “árvore sephirótica” e com certos elementos que se encontram em várias outras tradições. Um estudo do simbolismo das mãos e dos “sinais manuais”, considerados como restos de uma verdadeira linguagem (que em suma são os *mudrâs* da tradição hindu), não nos parece suficiente para ir ao fundo do assunto, apesar de recuar até à Pré-História; a questão da variação das relações entre as mãos direita e esquerda, em particular, necessitava ser examinada de mais perto. Reparámos também, a propósito de uma alusão a certas práticas de “magia negra”, que há em tudo isso um lado realmente “sinistro” ao qual deveria ser ligado o papel importante tido pela aparição de mãos nos fenómenos de assombrações e nas manifestações espíritas; pensamos que essa observação nunca foi feita, apesar de estar longe de despossuída de interesse. Por fim, assinalamos o significado da *Mark Masonry* e as características que a distinguem da *Craft Masonry*.

Julho de 1937

– Em o *Symbolisme* (número de Maio), Oswald Wirth fala do ritual de coroação dos reis de Inglaterra, segundo o artigo do *Speculative Mason* que indicámos anteriormente, mas o título que escolheu, *Iniciação Real*, é totalmente inexacto, porque na realidade naquele não há nada de iniciático. Que a sagração dos reis tenha sido originalmente a fase final da sua própria iniciação, é um outro assunto, mas presentemente, e sem dúvida desde há muito tempo, ela reduz-se a um rito puramente exotérico sem qualquer relação com a Iniciação Real, como a actual ordenação dos padres nada tem com a Iniciação Sacerdotal. Sob o título *O Segredo mal guardado*, Albert Lantoin aponta os inconvenientes da estranha “modernização” pela qual, na Maçonaria Francesa, os métodos de reconhecimento tradicionais têm sido substituídos quase inteiramente por “provas de identidade” semelhantes àquelas usadas em quaisquer associações profanas. François Ménard, numa nota muito breve, fala *Do Gesto* do ponto de vista ritual, tratando-se aqui sobretudo da correspondência dos sinais iniciáticos com os centros subtis do ser humano, assunto de que já fizemos algumas alusões e que certamente mereceria um estudo mais aprofundado.

Setembro de 1937

– Na *Vita Italiana* (número de Junho) um artigo de M. Gherardo Maffei sobre as relações entre Judaísmo e Maçonaria, testemunha uma atitude comparável àquela de M. J. Evola de que falámos anteriormente. O autor observa muito justamente que, no respeitante à origem da Maçonaria, a presença de numerosos elementos hebraicos no seu simbolismo não prova nada, tanto mais que, ao lado desses, acham-se também muitos outros que se ligam a tradições inteiramente diferentes; por outro lado, esses elementos hebraicos reportam-se a um aspecto esotérico que certamente nada tem a ver com os aspectos políticos ou outros visados por aqueles que combatem o Judaísmo actual, dos quais muitos pretendem associá-lo estreitamente à Maçonaria. Naturalmente que tudo isso não tem relação com a questão das influências que na nossa época são de facto exercidas na Maçonaria e noutras partes, e é precisamente essa distinção que, por ignorância ou por tomada de partido, é frequentemente esquecida; acrescentamos ainda muito claramente que, para nós, a acção dos Maçons e mesmo das organizações maçónicas, na medida onde se esteja em desacordo com os princípios iniciáticos, não pode de modo algum ser atribuída à Maçonaria como tal.

– No *Mercure de France* (número de 1.º de Junho), M. Gabriel Louis-Laray examina, segundo algumas obras recentes sobre a Maçonaria Francesa no século XVIII, o papel que ela teve nas relações de França com a Inglaterra e os Estados Unidos. Tudo isso limita-se a um ponto de vista muito exclusivamente político para conseguir chegar ao fundo das coisas, desde logo não

sendo senão exemplo de certos erros dentre os quais há um que já vimos algures, mas que não deixa de ser verdadeiramente espantoso: trata-se da confusão da Maçonaria exclusivamente “Simbólica”, saída da Grande Loja de Inglaterra, com a Maçonaria “Escocesa”, isto é, com os altos graus, a qual, aliás, era desde logo resolutamente oposta às tendências “orangistas” que haviam penetrado a primeira. Malgrado isso há um ponto parecendo-nos ter um certo interesse: refere-se ao estranho papel de Franklin que, apesar de ser Maçom (ainda que a qualificação de “grande patriarca” que lhe é atribuída desde logo não corresponda a nada de real), provavelmente foi também outra coisa, parecendo ter sido sobretudo, dentro e fora da Maçonaria, o agente de certas influências extremamente suspeitas. A Loja *Las Neuf Soeurs*³⁸³, da qual ele foi membro e mesmo Venerável, constitui, devido à mentalidade especial que aí prevalecia, um caso inteiramente excepcional na Maçonaria dessa época; ela foi sem dúvida o único centro onde as influências em questão tiveram a possibilidade de exercer efectivamente a sua acção destruidora e anti-tradicional, e, como dissemos mais atrás, certamente não é à própria Maçonaria que se deve imputar a iniciativa e a responsabilidade de uma tal acção.

– Nos *Archives de Trans-en-Provence* (números de Maio, Junho e Julho), M. J. Barles, prossequindo as suas pesquisas sobre as origens da Grande Loja de Inglaterra, examina muito particularmente certos detalhes da biografia de Desaguliers: as suas obras científicas e outros aspectos da sua vida profana, a recepção que lhe foi feita na Loja de Edimburgo em 1721 (assinalamos de passagem que *deacon* é “diácono” e não “decano”, que se diz em inglês *dean*), e a sua visita à Loja de Bussy, em Paris, em 1735. Talvez não se deva procurar retirar de tudo isso consequências excessivas, sobretudo quando o saber profano e as associações destinadas ao seu desenvolvimento actuam num domínio completamente diferente daquele onde se acham as questões de ordem propriamente maçónica, e aparte o facto das mesmas individualidades por vezes poderem estar em ambas as partes, o que evidentemente só diz respeito a elas, não vemos que relação mais ou menos directa possa haver entre ambas as coisas. Quanto ao sentido real dos termos “Operativo” e “Especulativo”, sobre o qual M. Barles ainda parece perplexo, não podemos fazer melhor para ajudá-lo a elucidar essa importante questão do que pedir-lhe para reportar-se às explicações precisas que já demos aqui sobre o assunto, ao qual inclusive dedicámos um artigo especial.

– No *Speculative Mason* (número de Julho), é dedicado um artigo ao simbolismo do *Arco Real*; um outro contém, sobre as antigas origens dos utensílios dos construtores, informações interessantes do ponto de vista documental, mas infelizmente estando um pouco afectado pelo preconceito “progressista” habitual nos nossos contemporâneos.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Maio), assinalamos um estudo breve sobre as “cifras” ou alfabetos criptográficos que foram usados na Maçonaria, os quais apresentam uma semelhança flagrante com certos alfabetos cabalísticos; existem muitas variantes mas a “chave” é sempre a mesma, e sobre isso sem dúvida teria sido vantajoso falar das comparações a que elas podem dar lugar.

– Em o *Symbolisme* (número de Junho), Oswald Wirth, afirmando inteiramente a unidade de *A Tradição dos Sábios* sob diversas expressões simbólicas, esforça-se uma vez mais por limitar o sentido de um modo que já conhecemos muito bem. Somente acrescentamos que, contrariamente à sua tentativa de interpretação “evolucionista”, o “estado de inocência edénica” certamente nada tem a ver com o instinto nem com a animalidade! No número de Julho, a respeito da questão do *Ritual Feminino*, é totalmente declarado que o simbolismo das Lojas de Adopção “não é precisamente de um alto valor iniciático”, todavia aceitando que pelo menos poderá servir de preparação e ponto de partida. Mas a verdadeira questão não é essa: esse ritual foi inventado artificialmente em todas as partes e não contém nenhum traço de uma “transmissão” autêntica,

³⁸³ *As Nove Irmãs* (nota do tradutor).

pelo que na realidade nunca poderá representar mais que um simples simulacro da iniciação³⁸⁴. Albert Lantoine intitula *Palavras para os Extraviados* uma lembrança da regra segundo a qual “a Maçonaria deve afastar dos seus trabalhos toda a discussão política ou religiosa”, que com efeito só pode introduzir uma deplorável confusão de domínios muito diferentes. Nos dois números, continuação dos estudos de G. Persigout, desta vez sobre *A “Pedra Bruta” e a “Pedra Oculta dos Sábios”*; o autor continua a dar prova de um “ecletismo” verdadeiramente excessivo, pois as fantasias do falecido Leadbeater avizinham-se aqui com as teorias “oficiais” sobre as épocas da Pré-História. Não teria sido muito melhor reter-se unicamente às “fontes” mais autorizadas do ponto de vista tradicional e iniciático?

Dezembro de 1937

– Em o *Symbolisme* (número de Agosto-Setembro), sob o título *Do Esquadro ao Compasso*, desde logo susceptível de um sentido simbólico muito diferente daquele que lhe é dado (quando se lembra aqui claramente o significado do quadrado e do círculo na tradição extremo-oriental), Oswald Wirth denuncia justamente, uma vez mais, o erro consistindo em introduzir numa organização iniciática a instituições administrativas decalcadas do modelo profano, mas ao mesmo tempo repete ainda o equívoco corrente sobre o verdadeiro sentido dos termos “operativo” e “especulativo”, que para ele não são senão os respectivos sinónimos de “trabalhador” e de “burguês”! Ademais, contrariamente ao que ele parece acreditar, já é muito conservar escrupulosa e integralmente o ritual mesmo sem o compreender, certamente não sendo um “jogo” porque não é, neste caso, uma paródia; e se nessas condições a iniciação permanece simplesmente virtual invés de ser efectiva, é precisamente por isso que a Maçonaria moderna não é senão “Especulativa”, ou seja, privada das “realizações” permitidas pela antiga Maçonaria “Operativa”, sem dúvida em parte porque ela tinha por base a prática real do ofício de construtor, que ia muito mais longe do que se pensa, e também em parte por outras razões saídas da “técnica” iniciática em geral, evidentemente inteiramente inacessíveis aos “espíritos distintos” que organizaram a Grande Loja de Inglaterra. Não deixou de ser uma grande felicidade para essa ainda haveram Maçons “operativos” que, um pouco mais tarde, puderam corrigir, pelo menos do ponto de vista ritualístico, os efeitos daninhos da ignorância dos seus fundadores... Num artigo intitulado *Os Deuses retornam*, Albert Lantoine protesta contra a influência do espírito “demagógico” da época actual, que se traduz em particular, quanto ao recrutamento maçónico, pela importância atribuída à quantidade em detrimento da qualidade, mas no entanto ele acredita aperceber alguns indícios de um começo de reacção contra essa tendência, e esperamos que não esteja enganado... G. Persigout desta vez estuda a divisa hermética *Visita Interiora Terrae*... (esquecendo-se de assinalar a variante *Inferiora*, que poderia dar-lhe um significado ainda mais completo), a relação das “rectificações” alquímicas com as “purificações” iniciáticas, e a correspondência de umas e de outras com os elementos.

– Nos *Archives de Trans-en-Provence* (número de Agosto-Setembro), M. J. Barles estuda a preparação do Livro das Constituições da Grande Loja de Inglaterra. Haveria muito a dizer sobre o modo especial como os *Old Charges* foram utilizados... e deformados tendenciosamente. Limitamo-nos a observar que, do ponto de vista iniciático, os inovadores estiveram longe de constituir uma “elite”, qualquer que fosse a sua “cultura” profana, os quais invés de “elevar o nível intelectual da antiga Maçonaria”, deram sobretudo provas de ignorância e incompreensão a respeito da sua tradição; ademais não conheciam todos os graus, o que desde logo explica muitas coisas, e certamente não podiam “pertencer à Ordem dos Rosa-Cruzes”, tanto mais que tal nome nunca foi portado autenticamente por nenhuma organização.

³⁸⁴ Se fosse assim, Cagliostro nunca teria instituído o Rito Feminino na sua Maçonaria Copta e jamais Saint-Germain daria revelações iniciáticas a mulheres como o fez à condessa de Adhemar, pelo que a consideração fica exclusivamente por conta da ortodoxia mais confessional que outra coisa de René Guénon (nota do tradutor).

– O *Speculative Mason* (número de Outubro) contém um estudo da divisa “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, que longe de ser de origem maçónica como se crê comumente, pelo contrário aparece pela primeira vez num escrito antimaçónico, *Os Franco-Maçons esmagados*, publicado em 1747. Mas pelo menos não deixou de ser adoptada inteiramente pela Maçonaria Francesa e desde logo tomada num sentido puramente espiritual, ademais conformado aos ensinamentos do ritual, não tendo nada em comum com a interpretação profana que infelizmente prevaleceu depois. Um artigo intitulado *Building in Harmony*³⁸⁵ dá uma curiosa descrição da construção de um violino.

– Em o *Symbolisme* (número de Outubro), Albert Lantoine dedica um longo artigo à questão do Grande Arquitecto do Universo e às controvérsias que deu e ainda dá lugar; algumas interpretações modernas certamente são muito equivocadas e fantasistas, como ele diz, mas por outro lado poderá contentar a declaração, sem mais precisão, de que “o Grande Arquitecto é a designação maçónica de Deus”? É necessário fazer a distinção entre os Aspectos Divinos, como sempre se fez tradicionalmente: todo o nome especial deve corresponder aqui a uma função ou a um determinado atributo, e se um exoterismo simplicista pode a rigor passar sem essas distinções, o mesmo não acontece do ponto de vista iniciático. Unicamente, para compreender verdadeiramente as coisas desta ordem, deve-se remontar às origens longínquas e não fazer começar a Maçonaria no século XVIII...

Janeiro de 1938

– Nos *Archives de Trans-en-Provence* (número de Outubro), M. J. Barles prossegue a sua análise da redacção do *Livro das Constituições*, por James Anderson, que no relato inserido na edição de 1738 é naturalmente apresentado como uma revisão necessária do que foi na realidade um trabalho de alteração desejada dos *Old Charges*. Ademais, apontamos que nesse mesmo relato todos os factos respeitantes à fundação e os inícios da Grande Loja de Inglaterra estão tendenciosamente deformados, como descreve um estudo histórico publicado no *Grand Lodge Bulletin* d'Iowa de que demos conta em seu tempo. Chamamos a atenção para ele de M. Barles, que limita-se a dizer, em continuação de Mgr. Jouin, que “permite-se perguntar se a escolha de Anderson, se nenhuma razão maior o motivava, foi das mais judiciosas?” É certo que não havia razões sérias para as coisas serem “arranjadas” dessa forma tão especial, mas porque Anderson seria mais qualificado para isso que outros cujos escrúpulos realmente poderiam tê-lo detido?

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (número de 15 de Novembro) publica a reprodução de um documento que é de natureza a esclarecer um pouco a questão, ainda muito obscura, dos inícios da Maçonaria em França: trata-se de um manuscrito datando de 1735-1736, contendo uma tradução das Constituições de Anderson com ligeiras modificações ou adaptações ao uso das Lojas francesas. Esta versão é acompanhada de uma “aprovação” que é a parte verdadeiramente interessante do manuscrito, por concluir-se dela os seguintes factos: o duque de Wharton foi “Grão-Mestre das Lojas do Reino de França” numa data indeterminada, mas anterior a 1735; ele foi substituído no ano seguinte por Charles Radcliffe, conde Derwentwater. Estes factos são susceptíveis de invalidarem as conclusões da campanha encetada no passado por Téder contra a autenticidade dos dois primeiros Grãos-Mestres da Maçonaria Francesa, Lord Derwentwater e Lord Harnouester (ademais não sendo senão um, pois verdadeiramente o segundo nome não passa de uma alteração do primeiro), campanha lembrada num artigo anterior da mesma revista (número de 15 de Setembro – 1.º de Outubro) e após a qual esses dois nomes foram suprimidos, em 1910, da lista dos Grãos-Mestres figurando no Anuário do Grande Oriente de França. No entanto, colocam-se ainda algumas questões: o duque de Wharton foi Grão-Mestre da Grande Loja de Inglaterra em 1722, sendo possível ter sido nessa qualidade que teve sob a sua jurisdição as Lojas

³⁸⁵ *Edifício em Harmonia* (nota do tradutor).

francesas antes de terem recebido uma organização particular, e como comumente é fixada em 1725 a fundação da primeira Loja em Paris, será que ela é realmente anterior em alguns anos? Mas então levanta-se ainda uma outra objecção: é que as Constituições de Anderson só ficaram completamente redigidas em 1723, após a expiração do Grão-Mestrado do duque de Wharton... A situação exacta dos dois outros personagens nunca aparece muito claramente: terá sido a de “Grãos-Mestres Provinciais” dependentes da Grande Loja de Inglaterra, ou terá sido a de Grãos-Mestres de uma Grande Loja inteiramente independente? Finalmente, pelo mesmo documento parece claro que o grau de Mestre já era conhecido e praticado pelos Maçons “especulativos” de França antes de o ser por aqueles de Inglaterra. Poderá então perguntar-se de onde o receberam, o que levanta um outro problema que seria muito interessante elucidar.

– Em o *Symbolisme* (número de Novembro), sob o título *Embriaguez báquica e Sonos iniciáticos*, G. Persigout tenta marcar uma distinção entre o que designa como “os cultos populares e as religiões de mistérios”. Despojada da sua terminologia bastante infeliz, essa distinção deveria resumir-se tão simplesmente àquela do exoterismo e do esoterismo, mas não sendo exacto admitir que o primeiro haja sido sempre uma espécie de “vulgarização” e afastamento do segundo, porque cada um tem o seu domínio bem definido e igualmente legítimo, havendo ainda em tudo isso bastantes confusões.

Fevereiro de 1938

– Nos *Archives de Trans-en-Provence* (número de Novembro), M. J. Barles chega desta vez ao Grão-Mestrado do duque de Wharton, de que já falámos nos últimos relatórios a propósito de um artigo na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes*. Este assunto é ainda um daqueles que parecem muito difíceis de resolver: desde logo o duque de Wharton havia sido eleito irregularmente em 1722, mas em seguida, para evitar dissensões, o seu predecessor, o duque de Montagu, demitiu-se a seu favor em 3 de Janeiro de 1723, tendo lugar a instalação regular em 17 de Janeiro, sendo então Desaguliers nomeado Deputado Grão-Mestre. As Constituições de Anderson foram apresentadas à Grande Loja em 1723, aprovadas e assinadas pelo duque de Wharton e Desaguliers, parecendo bastante singular essa aprovação não portar a data. A ratificação terá acontecido na assembleia de 17 de Janeiro, como pensa Mgr. Jouin citado por M. Barles, ou somente em 25 de Março, como o diz Thory (*Acta Latomorum*, T. I., p. 20), que por outro lado situa, por um erro evidente, esses acontecimentos na data de 1722? Seja como for, não conseguimos explicar porque M. Barles não encara como possível uma identificação de dois personagens completamente diferentes: Philippe, duque de Wharton, e Francis, conde de Dalkeith, este que sucedeu de modo inteiramente normal àquele como Grão-Mestre, em 24 de Junho de 1723, e pelo menos nisso não há nada de obscuro. O que será mais é a continuação da carreira do duque de Wharton: em 1724 ele adere a uma espécie de contrafacção da Maçonaria, conhecida pelo nome de *Gormogons*, e no mesmo ano veio ao continente converter-se ao catolicismo e aderir abertamente ao partido dos Stuarts, e depois, em 1728, constituiu uma Loja em Madrid, o que na realidade indica que não havia renunciado à Maçonaria; por fim, morreu em Tarragona em 1731. Os detalhes sobre o que ele fez entre 1724 e 1728 parecem faltar completamente, o que é tanto mais lamentável porque isso poderia apresentar um interesse particular em conexão com a questão das origens da Maçonaria Francesa. Com efeito, se ainda não existiam Lojas em França em 1723, e por conseguinte o duque de Wharton não podia ser o seu Grão-Mestre pelo facto de então ser o Grão-Mestre da Grande Loja de Inglaterra de quem essas Lojas dependiam desde logo, por conseguinte não podia ter recebido essa qualificação senão durante o período em causa, no decurso do qual é muito possível que efectivamente tenha estagiado em França. É para isto que deveriam sobretudo encaminhar-se as pesquisas daqueles que procuram elucidar mais completamente esta questão.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Dezembro), um artigo é dedicado à comparação dos dois Ritos praticados principalmente na América, o Rito de York e o Rito Escocês, que diferem não somente nos graus que trabalham como também no seu modo de organização. A origem do Rito de York é de algum modo “pré-histórica”, porque remonta ao século VII; é somente a esse Rito que se referem os antigos documentos maçónicos chamados *Old Charges*, dos quais uma cópia era, para as Lojas Operativas, o equivalente do que é para as Lojas modernas uma Carta emitida por uma Grande Loja. O Rito de York é regido pelas Constituições de Athelstan, de 926; o Rito Escocês pelas Constituições de Frederico o Grande, de 1786. O que é bastante curioso é a origem desses dois documentos, de épocas tão diferentes, ser igualmente contestada pelos historiadores. No entanto, obviamente que o direito das organizações maçónicas em adoptá-los validamente como lei fundamental é, em todo o caso, inteiramente independente dessa questão da origem.

– Em o *Symbolisme* (número de Dezembro), sob o título *O Plágio das Religiões*, Albert Lantoin encara as semelhanças existentes no simbolismo das diversas religiões, incluindo o Cristianismo, com o da Maçonaria e das Iniciações antigas. Não é caso para admiração, diz ele, que essas semelhanças procedam não de um plágio voluntário, mas de uma concordância inevitável. Isso é exacto, mas devia ir ainda mais longe nesse sentido desde logo reconhecendo a filiação real, e não somente “livresca” ou “ideal”, que existe entre as diferentes formas tradicionais sob o seu duplo aspecto exotérico, de que a religião é um caso particular, e esotérico ou iniciático. Não se tratam de “reproduções”, bem entendido, mas de laços que ligam toda a tradição autêntica e legítima a uma única e mesma Tradição Primordial. G. Persigout termina o seu estudo sobre *Embriaguez báquica e Sonos iniciáticos*, de que falámos anteriormente. No número de Janeiro, François Ménard examina as dificuldades que existem em fazer compreender a *Noção do Conhecimento Esotérico* no mundo moderno, sobretudo aos espíritos imbuídos de preconceitos devidos à “cultura” universitária. Ele observa muito justamente que todos os “progressos” das ciências, tais como são concebidas hoje, não fazem avançar um passo na via do verdadeiro conhecimento, e também que, contrariamente à pretensão de exprimir tudo em termos claros (que imputa ao “materialismo científico” mas que na realidade é de origem cartesiana), houve sempre lugar para reservar a parte do inexpressável, cujo conhecimento constitui propriamente o esoterismo no sentido mais estrito do termo.

Março de 1938

– No *Speculative Mason* (número de Janeiro) são dedicados dois artigos respectivamente à “luz e ao “arco-íris”, nas suas relações com o simbolismo do *Arco Real*. Num outro artigo é estudado o chamado *Manuscrito Plot*, ou seja, um antigo manuscrito maçónico que nunca foi encontrado e só se conhece pelas citações feitas pelo Dr. Robert Plot na sua *Natural History of Staffordshire*, publicada em 1686. A esse propósito, reparamos que se por uma parte considerar-se a atitude de descrédito assumida pelo Dr. Plot respeito da Maçonaria, e por outra parte a sua conexão com Elias Ashmole, há nisso alguma coisa que não contribui para tornar verídico o papel iniciático que alguns atribuem muito gratuitamente a esse último. Por outro lado, é curioso achar no Dr. Plot a “fonte” de um dos argumentos de que se valeu, contra a filiação “operativa” da Maçonaria moderna, M. Alfred Dodd no seu livro sobre Shakespeare de que falámos no mês passado: trata-se do édito abolindo a Maçonaria no reinado de Henry VI. Este rei, que então tinha três ou quatro anos de idade e de quem se diz ter abdicado quando chegou à idade adulta, pelo contrário aprovou então os *Charges*, apesar do Dr. Plot declarar esse facto “improvável” sem dar nenhuma razão válida, e M. Dodd contentar-se em ignorar. As descobertas mais recentes por vezes também fornecem confirmações bastante notáveis das palavras desses antigos manuscritos, ao mesmo tempo desmentindo os historiadores modernos que os criticaram indiscriminadamente, tendo sido assim notoriamente no caso de Edwin, cuja existência foi tão discutida, cujo único erro de certos manuscritos é terem-no feito filho do rei Athelstan quando na realidade era seu irmão,

mas como se achou uma carta onde a sua assinatura é seguida de um título designando-o como herdeiro do trono, essa mesma confusão é perfeitamente explicável. Eis ainda aqui um exemplo bastante instrutivo do que vale a “crítica” moderna!

Abril de 1938

– No *Mercure de France* (número de 1.º de Fevereiro), um artigo de M. Albert Shinz sobre *O Sonho de Descartes* destaca novamente uma questão que já deu lugar a muitas discussões mais ou menos confusas, aquela de uma pretensa afiliação rosacruziana de Descartes. A única coisa que não parece duvidosa é os manifestos rosacrucianos, ou supostos como tais publicados nos primeiros anos do século XVII, terem despertado uma certa curiosidade no filósofo, e que este no decurso das suas viagens pela Alemanha procurou entrar em contacto com os seus autores, desde logo tomando-os simplesmente por “novos sábios”, o que não faria alguém que não estivesse muito “acautelado”. Mas esses rosacrucianos, quem quer que fossem (certamente não sendo, em todo o caso, “Rosa-Cruzes autênticos” como pretende M. Maritain, que fez aparecer um artigo sobre o mesmo assunto na *Revue Universelle* de Dezembro de 1920), não parecem ter satisfeito o seu desejo, e mesmo se conseguiu encontrar algum é muito provável que nunca o soubesse. O despeito que lhe inspirou esse fracasso exprime-o muito claramente na dedicatória de uma obra intitulada *Thesaurus Mathematicus*, que se propôs escrever sob o pseudónimo de “Polybius o Cosmopolita” mas que nunca passou de projecto, valendo a pena, para se poder julgar com conhecimento de causa, reproduzir integralmente a sua introdução: “Obra na qual são dados os verdadeiros métodos de resolver todas as dificuldades desta ciência, e onde se demonstra que relativamente a ela o espírito humano não pode ir mais longe sem provocar a hesitação a temeridade daqueles que prometem novas maravilhas em todas as ciências, e ao mesmo tempo para aliviar nas suas fadigas penosas os Irmãos da Rosa-Cruz que, enlaçados noite e dia nos nós górgios desta ciência, consomem inutilmente o óleo do seu génio; dedicada de novo aos sábios do mundo inteiro e muito especialmente aos muito ilustres Irmãos Rosa-Cruzes da Alemanha”. O que é bastante surpreendente é alguns pretenderem ver precisamente aí um indício de “rosacrucianismo”, mas como é possível não se sentir toda a ironia mordaz e irritada em semelhante dedicatória, sem falar da ignorância manifesta que testemunha a persistência do seu autor em assimilar os Rosa-Cruzes aos sábios e “pesquisadores” profanos? É verdade que o partido tomado algumas vezes mistura-se com um ou outro sentido, mas em todo o caso reunir cartesianismo e esoterismo numa admiração comum ou num ódio comum, é dar igualmente prova, pelo menos no que respeita ao esoterismo, de uma bela incompreensão! Descartes é, muito certamente, o próprio tipo do filósofo profano, cuja mentalidade anti-tradicional é radicalmente incompatível com toda a iniciação. Desde logo certamente isso não significa que não fosse, pelo contrário, acedido por certas “sugestões” de um carácter muito suspeito, e não será assim mesmo que se deverá interpretar mais veridicamente a pretensa “iluminação” que lhe adveio sob a aparência de um sonho muito incoerente e absurdo?

– Nos *Archives de Trans-en-Provence* (número de Dezembro), M. J. Barles examina a actividade de Desaguliers em 1723-1724: ele continuou a exercer as funções de Deputado Grão-Mestre durante esse ano, que foi aquele do Grão-Mestrado do conde de Dalkeith a quem sucedeu, em 24 de Junho de 1724, o duque de Richmond, que tomou por Deputado o cavaleiro Martin Folkes (que Thory, sem dúvida por erro, menciona nessa qualidade na data de 1723). Acrescentamos que Desaguliers terá retomado as mesmas funções no ano seguinte, sob o conde de Abercorn, pelo que não vemos porque se diz que “a sua colaboração com o duque de Wharton deve ter-lhe sido desfavorável”; por outro lado, parece que M. Barles continua a confundir, como no seu artigo anterior, o conde de Dalkeith com o seu predecessor, o duque de Wharton, o que evidentemente altera a sequência dos eventos que ele visa aqui.

– Em o *Symbolisme* (número de Fevereiro), Oswald Wirth volta ainda ao que ele apelida de Maçonismo, que desde logo parece associar estreitamente à exclusiva concepção

“especulativa”: “O que falta à Maçonaria moderna, diz ele, é a instrução maçónica”. Certamente que isso não deixa de ser uma grande verdade, mas não serão os primeiros responsáveis precisamente os “pensadores” que mutilam essa instrução reduzindo a Maçonaria a não ser senão “especulativa”? G. Persigout dedica o seu artigo à *A saída do Antro e a «Libertação»*. Parece ser o mesmo assunto que tratámos aqui mesmo em outra parte, apesar das suas considerações terem muito poucas relações com as nossas; de facto, ele trata sobretudo de uma outra questão, a do “vaso sagrado” e da “bebida da imortalidade”. Indicamos ao autor que, segundo a tradição hindu, *Dhanvantari* (cuja função é comparável àquela de *Asklêpios* ou Esculápio entre os gregos) não “trouxe do Céu” o vaso contendo a *amrita*, mas que fabricou esta, tendo esse vaso à mão, da “espuma do Oceano”, e isto assinala uma diferença significativa do ponto de vista simbólico.

– No jornal *France-Amérique du Nord* (número de 30 de Janeiro) M. Gabriel Louis-Jaray, reproduzindo as reflexões que dedicámos há algum tempo a um artigo publicado por ele no *Mercure de France*, fá-las acompanhar de alguns comentários que parecem indicar que não as compreendeu inteiramente: não dissemos que Franklin “seria provavelmente Maçom” porque é inteiramente certo que o foi, nem que “a Maçonaria Simbólica saída da Grande Loja de Inglaterra perdeu a sua influência” na época em questão, porque a própria Loja *As Nove Irmãos* seguramente não dependia senão dessa Maçonaria Simbólica, mas unicamente que de facto há muito tempo a Maçonaria Francesa desejava tornar-se completamente independente da Grande Loja de Inglaterra que lhe dera nascimento meio século antes. M. Gabriel Louis-Jaray também solicita aos *Études Traditionnelles* (apesar do nosso relatório não ser anónimo!) para “precisar como ela vê (*sic*) o “estranho” papel de Franklin”; a resposta é muito fácil: quando dissemos que esse personagem parece ter sido sobretudo “o agente de certas influências extremamente suspeitas”, só pode ser perfeitamente evidente para todos os nossos leitores que as influências em questão eram aquelas da “contra-iniciação”. Há nisso alguma coisa que ultrapassa largamente o ponto de vista da “política exterior” à qual o autor do artigo declara pretender limitar-se, e desde logo essa expressão implica, em si mesma, uma concepção “particularista” no quadro da qual nada do que é objecto dos nossos estudos pode entrar. De resto, se acrescentarmos que Cromwell anteriormente também nos parece ter tido um papel idêntico àquele de Franklin, talvez M. Gabriel Louis-Jaray compreenda que não se trata simplesmente de política “inglesa” ou “anti-inglesa”, mas de uma outra coisa onde, na realidade, a Inglaterra, a América e outras nações podem por sua vez ser “utilizadas”, segundo as circunstâncias, para fins que sem dúvida não têm grande coisa a ver com os seus interesses particulares. Servir-se de qualquer um, homem ou povo, não é a mesma coisa que o servir, mesmo se achar-se que os efeitos exteriores coincidem acidentalmente.

– No *Speculative Mason* (número de Abril) a continuação do estudo intitulado *The Preparation for Death of a Master Mason* é dedicada à concepção “cíclica” da vida, encarada muito especialmente na correspondência analógica com o ciclo anual. Assinalamos também um artigo sobre as alusões maçónicas contidas nas obras de Rudyard Kipling, e um outro sobre o simbolismo da trolha na *Mark Masonry*.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Fevereiro), é dedicado um artigo ao papel exercido, na Maçonaria, pelo *Livro das Constituições* e pelos *Old Charges* que o precederam. No número de Março, a propósito da expressão “Loja Azul” que é empregada correntemente como sinónima de “Loja Simbólica” (ou seja, trabalhando com os três graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre), é estudado o simbolismo da cor azul, assim como a sua conexão histórica com o Tabernáculo e o Templo de Salomão.

Junho de 1938

– Em o *Symbolisme* (número de Março), G. Persigout estuda as *Ascensões mitraica, pitagórica, judaico-cristã e hermética*, ou seja o que, nessas diferentes tradições, representa “a

acção purificadora do Fogo, o desejo ascensional da Alma e o mistério final da Libertação”. Infelizmente falta clareza nessa exposição, e a sua maior parte composta por informações de fontes inteiramente profanas é certamente outra coisa; o “sincretismo psíquico das tradições religiosas”, especialmente, lembra-nos os piores mal-entendidos dos “historiadores das religiões” que tomam por “cópias” puramente exteriores todas as semelhanças simbólicas que eles constatarem, sem conseguir penetrar no seu sentido profundo. No número de Abril, F. Ménard estuda *O Princípio da Analogia*, insistindo sobretudo, com muita razão, na aplicação do “sentido inverso”.

Julho de 1938

– O *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Maio) estuda as razões pelas quais, segundo a tradição da Maçonaria Operativa, a primeira pedra de um edifício deve ser colocada no ângulo nordeste (pelo menos simbolicamente, se a disposição do lugar não permitir que essa orientação seja de facto exacta). Eis aí uma questão que, no fundo, liga-se àquela das “circumambulações”, com uma relação muito particular à marcha do ciclo diurno.

– Em o *Symbolisme* (número de Maio), Oswald Wirth encara *A Renovação do Ritual*, assunto muito perigoso, apesar de ele acreditar que uma tal “renovação” não seja sobretudo uma “alteração”. Não vemos como a introdução de “métodos modernos” poderá aumentar o valor de um ritual iniciático, que aliás nunca ganhará nada em ser rodeado de “cerimónias” supérfluas; por outro lado, que oportunidade restaria para aqueles sobrecarregados com essa função de discernir o essencial, que em nenhum caso pode ser modificado sob pena de irregularidade ou mesmo de nulidade do ponto de vista da transmissão iniciática? G. Persigout fala de *Correspondências, Analogia, Interioridade*, e não percebemos bem porque protesta contra a expressão “correspondência analógica” que não identifica, como parece acreditar, as correspondências com a analogia, desde logo não passando de um pleonismo puro e simples, por de facto haver correspondências que são analógicas e outras que não o são. Ademais não compreendemos porque as correspondências deveriam constituir um “sistema” só por possuírem um “conteúdo doutrinal”, nem porque esse conteúdo deveria limitar-se a ser aquele das ciências ditas “positivas” que na realidade não são senão as ciências profanas, quando pelo contrário as verdadeiras correspondências são aquelas que se baseiam nas ciências tradicionais. Mas quando se vê como o autor cita e utiliza para a sua tese as ideias de certos filósofos contemporâneos, nem sequer causa admiração que ele não aperceba claramente a distinção entre essas duas ordens de conhecimento...

– A *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (número de 1.º de Maio) termina a análise da biografia do duque de Wharton, dizendo que ele residiu cerca de um ano em França, em 1728-1729, donde concluir, seguramente sendo muito plausível, ter sido durante esse período que foi Grão-Mestre das Lojas de França; que ele tenha sido o primeiro a portar esse título também é verdadeiro, apesar da introdução da Maçonaria em França remontar a 1725. O número de 15 de Maio trata de estabelecer a cronologia dos sucessores do duque de Wharton: se o cavaleiro James Hector Maclean sucedeu-lhe imediatamente, deverá ter sido eleito quando o duque de Wharton trocou a França pela Espanha, ou seja, em 1729, sem dúvida permanecendo em funções até 1736; nessa última data foi substituído por Charles Radcliffe, conde de Derwentwater, cujo nome foi tão bizarramente transformado em “d’Harnouester”, o qual teve por sucessor, em 1738, o duque d’Antin, primeiro Grão-Mestre francês. A partir daí, a história é muito melhor conhecida e a série dos Grãos-Mestres não apresenta mais alguma obscuridade.

Outubro de 1938

– No *Speculative Mason* (número de Julho) estudo sobre o *Passing*³⁸⁶, ou seja, a iniciação ao grau de Companheiro, chamado assim porque ela representa uma fase transitória entre o Aprendizado e o Mestrado; a interpretação que é dada da *Geometria*, como muito especialmente associada a esse grau, requer algumas reservas e sobretudo muitos complementos. Na continuação de *The Preparation for Death of a Master Mason*, aborda-se os diferentes estados da vida humana, com particular referência aos quatro *âshramas* da tradição hindu, e o processo de “morte gradual” durante a própria vida, que é como um encaminhamento para a libertação final.

– Em o *Symbolisme* (número de Junho), assinalamos um curto estudo de François Ménard sobre o *Simbolismo do Avental* posto em correlação com certos centros subtis do ser humano, sendo de facto algo mais que simples “símbolo do trabalho” como se pretende exotericamente, a menos portanto que não se precise tratar-se de um trabalho propriamente iniciático; o desprezo que habitualmente ocorre a esse respeito, como ele observa, é exactamente comparável àquele que deu lugar ao sentido do termo “operativo”. No número de Julho, Oswald Wirth e Albert Lantoine reprovam uma vez mais a Maçonaria Inglesa por desconhecer o “puro Maçonismo”, que eles acreditam ser representado pelas Constituições de Anderson quando, pelo contrário, elas afastam-se muito, apesar das modificações adoptadas depois sob a influência dos “Antigos” tenderem a acerca-se numa certa medida, tanto quanto o permitam as limitações “especulativas”. A declaração inicial das Constituições não foi alterada senão em 1815, como consequência da união dos “Antigos” e dos “Modernos”, e não desde 1738 como alguns acreditam erroneamente; a segunda redacção de Anderson, aquela de 1738, somente acrescenta alusões ao “verdadeiro Noaquita” e aos “três grandes artigos de Noé”, que Oswald Wirth acha “enigmáticos” e com efeito o são na medida de haver aí a lembrança de alguma coisa podendo remontar muito longe. Mas no pensamento muito pouco esotérico do próprio Anderson, os três artigos em questão não poderiam significar outra coisa senão “Paternidade Divina, Fraternidade Humana e Imortalidade”, o que certamente não tem nada de muito misterioso... Quanto à questão dos *Landmarks*, que Albert Lantoine visa mais particularmente, seguramente ela é obscura em mais de um aspecto, mas a quem imputar a primeira falha senão aos fundadores da Maçonaria “Especulativa” e aos seus conhecimentos muito insuficientes, sem falar das preocupações de ordem “extra-iniciática” que influenciaram enormemente o seu trabalho e não contribuíram para fazer precisamente uma “obra-prima” no sentido propriamente “operativo” dessa expressão?

– Na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (número de 15 de Junho), os artigos sobre *Os Ancestrais da Franco-Maçonaria em França* continuam por uma análise da “lenda dos Stuarts”. O autor critica justamente Gustave Bord que, enquanto historiador, “limita-se sempre à letra dos documentos”, o que é muito insuficiente; mas no assunto em questão esses mesmos documentos não nos parecem muito convincentes, e mesmo que possa admitir-se com segurança que a actividade maçónica dos partidários dos Stuarts foi bastante mais considerável que a deles próprios, já é muito difícil aceitar ela ter-se exercido inteiramente sem o seu conhecimento e sem pelo menos tendo o que se possa chamar de marcar presença, a que de facto se reduz a função de muitos dignitários “oficiais” tanto hoje como no passado. Em todo o caso, quanto à afirmação de que nunca houve Maçonaria “jacobita” ou “orangista” e sim sempre “a Maçonaria” pura e simplesmente, nada poderia ser mais falso, pois a partir de 1717, pelo contrário, não houve senão múltiplas organizações maçónicas de tendências muito divergentes, e as actuais diferenças entre a Maçonaria “Latina” e a Maçonaria “Anglo-Saxónica”, só para dar o exemplo mais manifesto, demonstram bem que nada mudou a esse respeito desde o século XVIII! Nos números de 1.º a 15 de Julho, essa série de artigo termina por um estudo, a dizer verdade muito parcial, da biografia de Ramsay; se daí conclui-se muito claramente que o famoso discurso que lhe é atribuído é bastante autêntico, no entanto não pode tirar-se nenhuma conclusão no que respeita ao seu papel efectivo na instituição dos altos graus ditos “escoceses”, e que seria o ponto mais interessante a esclarecer.

³⁸⁶ *Passagem, trânsito, intermédio* (nota do tradutor).

Quanto à ideia de interpretar o discurso de Ramsay traduzindo “Cruzados” por “Rosa-Cruzes”, ela é do domínio da fantasia pura, mas desde logo o autor parece fazer do Rosacruzianismo e das suas relações com a Maçonaria uma concepção verdadeiramente extraordinária a qual não corresponde a nenhuma realidade.

Novembro de 1938

– O *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Setembro) dá um estudo sobre a chave como símbolo do silêncio. Com efeito, esse é um dos seus múltiplos significados secundários, devendo-se pensar que a sua importância na própria Maçonaria deve-se sobretudo, em primeiro lugar, à sua conexão com o simbolismo de Janus.

– No *France-Amérique du Nord* (número de 11 de Setembro) M. Gabriel Louis-Jaray reproduz a nota que dedicámos ao seu artigo anterior sobre Franklin, fazendo de seguida algumas reflexões: “Todos aqueles que se interessam pelo papel eminente de Franklin primeiro na Inglaterra contra a França, e depois em França contra a Inglaterra, e as suas opiniões hostis em mais de um ponto àquelas de Washington, gostarão que M. René Guénon explique àqueles que seguem esta história como ele concebe a acção de Franklin e a “contra-iniciação” de que fala. No seu livro *A Franco-Maçonaria e a Revolução Intelectual do Século XVIII*, M. Bernard Fay, que dedica todo um capítulo a Franklin, qualifica-o de “Maçom ortodoxo da cor mais pura”. Como historiador, gostaria de pedir a M. René Guénon que nos explicasse o seu ponto de vista, uma vez que parece não compartilhar daquele de M. Bernard Fay”. É bastante divertido querer opor-nos à opinião de M. Bernard Fay que, mesmo admitindo que seja um historiador imparcial (o que é muito duvidoso depois do que sabemos, apesar de não termos tido oportunidade de ler o seu livro), em todo o caso não pode ter nenhum meio de saber em que consiste realmente a ortodoxia maçónica. Washington, tal como La Fayette, era seguramente um honesto “Maçom ortodoxo”, e a sua própria divergência com Franklin não o indicaria como sendo uma outra coisa? De resto, não podemos responder a M. Gabriel Louis-Jaray “como historiador”, por não ser essa a nossa posição, nem repetir tudo o que já escrevemos sobre o assunto da “contra-iniciação”. Somos obrigados a pedir-lhe gentilmente que se reporte a tudo isso se for do seu interesse, nomeadamente chamando a sua atenção para as indicações que demos acerca das particularidades suspeitas do selo dos Estados Unidos, e por outro lado indicamos-lhe que deverá existir um retrato de Franklin, gravado nessa época, portando a seguinte divisa cujo carácter “luciferino” é bastante flagrante: *Eripuit coelo fulmen sceptrumque tyrannis*³⁸⁷.

Dezembro de 1938

– No *Speculative Mason*, a continuação do estudo sobre *The Preparation for Death of a Master Mason* aborda a “Tradição Sagrada”, que é representada simbolicamente nas Lojas pela Bíblia por esta ser, de facto, o Livro Sagrado do Ocidente desde a época cristã, no entanto não devendo ser considerada como limitando-se só a esse Livro, mas pelo contrário compreendendo igualmente e sob o mesmo título as Escrituras inspiradas de todas as diversas formas tradicionais, que não são senão ramos derivados da mesma Sabedoria Primordial e Universal. Um outro artigo é ainda dedicado à questão dos *Landmarks* que, como se sabe, são motivo de discussões intermináveis. Ele esclarece um pouco ao referir-se ao significado original do termo, aplicado na Maçonaria Operativa às marcas pelas quais eram fixados o centro e os ângulos de um edifício antes da sua construção, o que, por transposição, pode permitir interpretar as características geralmente reconhecidas aos *Landmarks* no sentido de uma verdade imutável, universal e intemporal em si mesma, ao mesmo tempo susceptível, nos diferentes domínios de existência e acção, de aplicações

³⁸⁷ “Tirou o raio ao céu e o ceptro aos tiranos”. Inscricção latina gravada na base do pedestal da estátua de Benjamin Franklin no Instituto Franklin em Filadelfia, Pensilvânia (nota do tradutor).

que são como outros tantos reflexos, em graus diversos, de um “Arquétipo” puramente espiritual. É evidente que, nessas condições, os verdadeiros *Landmarks* de maneira nenhuma poderão ser assimilados a um conjunto de regras escritas, as quais quanto muito não expressarão senão o seu reflexo mais indirecto e afastado.

– Em o *Symbolisme* (número de Agosto-Setembro), Oswald Wirth critica muito justamente a tendência excessiva dos Maçons americanos para se adornarem com títulos e insígnias de todo o género, mas parece não fazer muito claramente a distinção necessária entre os graus autênticos dos diferentes ritos maçónicos e as múltiplas organizações “ao lado” que, mesmo quando são exclusivamente reservadas aos Maçons, não deixam de ter de qualquer modo um carácter “paródico”, pelo facto de estarem desprovidas de todo o valor iniciático real. No número de Outubro, ele ataca uma vez mais a presença obrigatória da Bíblia nas Lojas anglo-saxónicas, mas se ela é encarada como simbolizando a “Tradição Sagrada” no sentido que indicámos antes, não vemos quais as dificuldades a que ela possa dar lugar. Mas é verdade que para compreender isso não se deve ver a Bíblia pelas opiniões dos “críticos” modernos, os quais constituem a oposição de todo o conhecimento de ordem esotérica e iniciática. Nos dois mesmos números, Ubaldo Triaca expõe as suas “opiniões pessoais” sobre uma *Renovação Maçónica* que poderia pôr fim às divergências actuais. Ele reprova às Obediências “latinas” deixarem que se estabeleça frequentemente, de facto, uma tendência antirreligiosa, quando a Maçonaria deveria manter a religião na relação do esoterismo com o exoterismo; pelo contrário, às Obediências “anglo-saxónicas” ele reprova confundirem o ponto de vista maçónico com aquele da religião exotérica, e aqui é ainda a questão da Bíblia a principal queixa, o que demonstra que a ideia do sentido profundo das Escrituras Sagradas está decididamente esquecida nos nossos dias. A explicação do papel da Bíblia pela influência de um ambiente protestante, é desde logo totalmente insuficiente e superficial; e quanto à proposta de substituir a Bíblia inteira só pelo Evangelho de São João, não vemos o que a sua adopção mudaria na realidade, porque tanto uma como o outro são sempre, no fundo, uma porção mais ou menos extensa da “Tradição Sagrada” tomada para representar simbolicamente a totalidade.

Janeiro de 1939

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Outubro) são estudados certos pontos geralmente pouco conhecidos respeitantes às funções do Mestre (isto é, do Venerável) e dos dois Vigilantes. A este propósito, é curioso observar que a palavra *Surveillant*³⁸⁸, em uso na Maçonaria Francesa, não é a tradução exacta do termo inglês *Warden* mas de *Overseer*³⁸⁹, que era igualmente empregada na antiga Maçonaria Operativa mas que desapareceu da Maçonaria Especulativa, pelo menos no que respeita à *Craft Masonry*. Deverá ver-se nisso o vestígio de alguma coisa que, em França, remonta mais longe que 1717?

– Em o *Symbolisme* (número de Novembro), Ubaldo Triaca, terminando as suas reflexões sobre a *Renovação Maçónica*, declara claramente que “a tendência que parece encaminhar a Maçonaria para uma determinada fé política e uma acção exterior de combate não é senão uma concepção de profanos, a quem a profundidade da Iniciação escapa completamente”. No número de Dezembro, um artigo de G. Persigout, intitulado *O Inferno Dantesco e o Mistério da Queda*, estuda sobretudo a questão da dualidade que, sob diversas formas, de facto condiciona necessariamente toda a manifestação. Devemos indicar que o reconhecimento dessa dualidade não implica de algum modo o “dualismo”, contrariamente ao que possa fazer crer um deplorável erro de terminologia, desde logo menos imputável ao próprio autor que a alguns filósofos e sábios modernos que ele cita no seu artigo, sendo ainda um exemplo das confusões de que a linguagem moderna está repleta.

³⁸⁸ Vigilante (nota do tradutor).

³⁸⁹ Warden = guarda; overseer = observador, supervisor, fiscal, capataz (nota do tradutor).

Fevereiro de 1939

– No *Speculative Mason* (número de Janeiro), é dedicado um estudo às duas Colunas do Templo, e desde logo à sua respectiva posição sobre a qual provoca admiração haverem tantas divergências e mesmo desacordos entre os diferentes ritos maçónicos, porque os textos bíblicos são suficientemente explícitos a esse respeito. Quanto aos nomes dessas duas Colunas, é verdade estar errado pretender vê-las com nomes próprios, mas por outro lado a explicação dada aqui contém um erro linguístico: *iakin* é uma única palavra, uma forma verbal significando “ele estabelecerá”, e a sua primeira sílaba não tem nada a ver com o Nome Divino *Iah*. Na continuação de *The Preparation for Death of a Master Mason*, a propósito dos principais ensinamentos da “Tradição Sagrada”, a dupla natureza mortal e imortal do Homem dá lugar a várias considerações das quais uma parte, onde a “metempsicose” é desde logo confundida com a “reencarnação”, infelizmente porta a influência bastante acentuada das concepções teosofistas.

Março de 1939

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Janeiro) é dedicado um artigo à “idade da Maçonaria”, ou para dizer melhor, a demonstrar que na realidade aquela é impossível de determinar. A opinião dos historiadores modernos, não indo mais longe que a fundação da Grande Loja de Inglaterra em 1717, é seguramente injustificável, mesmo tendo em conta que só se apoiem em documentos escritos, porque também existem aqueles anteriores a essa data, por muito raros que sejam. Ademais, convém apontar que todos esses documentos são cópias de outros muito mais antigos, e que a Maçonaria é sempre apontada como remontando a uma antiguidade muito recuada por a organização maçónica ter sido introduzida em Inglaterra no ano 926 ou mesmo no ano 627, como eles afirmam, não aparecendo então como uma “novidade” mas como uma continuação de organizações preexistentes em Itália e sem dúvida noutros lugares ainda. Assim, mesmo que certas formas exteriores sejam forçosamente modificadas consoante os países e as épocas, pode dizer-se a que Maçonaria existe verdadeiramente *from time immemorial*³⁹⁰, ou em outros termos, que ela não tem ponto de partida historicamente assinalado.

– Em o *Symbolisme* (número de Janeiro) G. Persigout, num artigo sobre *O Centro do Mundo e do Ser* onde encara a ideia do retorno à Unidade Original, declara que “o livre acesso ao Conhecimento Esotérico por sua vez exige o repúdio do dualismo cartesiano e do evolucionismo spenceriano”. Isso é perfeitamente correcto, mas esse “repúdio” deveria igualmente estender-se sem distinção a qualquer outro ponto de vista profano, e não vemos onde, por exemplo, as especulações de M. Blondel sobre a “filosofia da acção”, citadas repetidas vezes no decurso desse artigo, estejam realmente menos afastadas de toda a doutrina esotérica ou iniciática, ou mesmo simplesmente tradicional no sentido mais geral. Um pequeno artigo intitulado *Conhece-te a ti mesmo* é um bom exemplo das confusões a que podem dar lugar as ilusões “psicologistas” e “científicas” dos modernos, e da perfeita incompreensão do ponto de vista iniciático que é a inevitável consequência.

Maio de 1939

– O *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Fevereiro) contém diversas considerações relativas ao modo como pode ser formulada uma “declaração de princípios maçónicos”, e o mais extraordinário nisso é que se passa sob o mais completo silêncio sobre o essencial, nem menos se encontrando a menor alusão ao carácter propriamente iniciático da Maçonaria. Esta constatação leva logicamente a perguntar se, na intenção daqueles que a acreditam útil, uma tal declaração não

³⁹⁰ Desde tempos imemoriais (nota do tradutor).

se endereça sobretudo ao público profano, mas tal é uma coisa sem razão de ser que, por definição, uma organização iniciática realmente fiel aos seus princípios nem sequer deveria encarar. Se pelo contrário é antes destinada à instrução dos próprios Maçons, então inevitavelmente ela cumpre um mau papel com isso, pois com efeito é claramente contrária ao método tradicional de ensinamento pelos símbolos, sem falar mesmo da impossibilidade (o que desde logo torna precisamente esse método indispensável) de encerrar os verdadeiros princípios nas fórmulas verbais. Então, o próprio facto dessa questão ser posta e discutida pelas “autoridades”, de qualquer modo testemunha uma lastimável incompreensão do ponto de vista iniciático, e se certos Maçons queixam-se de ignorar “a natureza essencial da Maçonaria”, certamente não é com métodos desse género que a sua ignorância poderá ser dissipada.

– Em o *Symbolisme* (número de Março), G. Persigout estuda *O simbolismo do crânio e da morte*, fazendo a esse respeito um certo número de observações interessantes, das quais algumas são inspiradas no que nós mesmos dissemos aqui a respeito do simbolismo da caverna e do domo. Mas porque mistura ele opiniões “pré-históricas” das quais o mínimo que se pode dizer é serem estranhamente confusas, apesar das reservas muito justas sobre o “evolucionismo” e o “naturalismo” que dominam as explicações “científicas” modernas? Por outro lado, dentre os pontos que o autor toca de passagem e que mereceriam ser melhor examinados, reparamos particularmente naquele que concerne à “dança dos mortos”; há nisso alguma coisa de muito enigmático que não sobressai em nada da “História profana”, como ele parece acreditar (desde logo essa História nunca a podendo explicar verdadeiramente), mas pelo contrário está em relação directa com certas organizações iniciáticas do fim da Idade Média. Parece que nunca se procurou examinar qual seria o papel e a natureza dessas organizações, que desde logo poderia ajudar numa certa medida pela consideração da relação esotérica existente entre o “amor” e a “morte”. Assinalamos de passagem que o termo *macabro* não é outra coisa que o árabe *maqbarah*, “cemitério” (ou mais exactamente o seu plural *maqâbir*), e que a sua origem certamente nada tem a ver com o nome de São Macário, apesar de posteriormente terem-se gerado aproximações muito próximas pelo facto de um desses encontros fonéticos que por vezes têm efeitos muito curiosos³⁹¹.

Julho de 1939

– O *Speculative Mason* (número de Abril) contém a continuação dos estudos que assinalámos anteriormente. A respeito das “Colunas”, trata das diferentes ordens de arquitectura e das dificuldades a que dão lugar as correspondências simbólicas que lhes são atribuídas; com efeito, parece que esse ponto seja daqueles onde se introduziram algumas dessas confusões que não são senão numerosas na maçonaria moderna. Em *The Preparation for Death of a Master Mason*, desta vez trata-se da constituição do Homem e da distinção dos seus diferentes elementos, sobretudo segundo as fontes herméticas e neoplatónicas; o autor destaca muito justamente os inconvenientes do uso vago e confuso que os modernos fazem do termo *alma* (*soul*), pelo qual eles abarcam indistintamente coisas de ordem inteiramente diferente. Mencionamos ainda uma nota onde, a propósito da ausência do grau de Mestre nos primeiros tempos da Maçonaria Especulativa, é dito claramente que “essa situação anormal era devida às qualificações defeituosas dos membros das quatro Lojas que formaram a Grande Loja em 1717”, os quais não possuíam todos os graus da hierarquia operativa. O reconhecimento desta verdade é muito raro, pelo que merece ser sublinhado muito especialmente.

Janeiro de 1940

³⁹¹ O nome Macário provém do etimólogo grego *makaera*, “espada”, isto é, “o que porta a espada”, donde derivou *makários*, “o que alcançou a felicidade, defunto”, e a voz encurtada *makar*, “feliz”. Daí deriva o *Macarius* latino por sua vez originando o portuguêsado *Macário*, que para todo o efeito relaciona-se ao topónimo hindu *Makara*, nome de um deus ou de uma colectividade de deuses do panteão védico (nota do tradutor).

– No *Speculative Mason* (número de Julho), na continuação de *The Preparation for Death of a Master Mason*, o autor insiste sobre a necessidade, para o desenvolvimento espiritual, de encarar todas as coisas com um significado diferente daquele que lhes dão comumente, ou seja, pela perspectiva “sagrada”, demonstrando a aplicação desse método no caso do simbolismo maçónico. Um outro artigo volta ao assunto das duas colunas e a algumas das confusões geradas a esse respeito; uma das mais curiosas é aquela que vai desde as colunas sobre as quais estavam gravados os princípios das ciências tradicionais, como aparecem na lenda de Henoch, até às colunas ocas destinadas a conter no seu interior os arquivos da Maçonaria! No número de Outubro, uma nota sobre as “virtudes cardiais” mostra que, para Platão e Plotino, elas tinham um sentido diferente do simplesmente “moral” e muito mais profundo. Um outro sobre o “poder do pensamento”, é muito visivelmente influenciado pelas teorias psicológicas modernas, as quais estão bastante afastadas de todo o elemento autenticamente iniciático sobre esse assunto.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Setembro), um artigo precisa a posição das duas colunas do Templo de Salomão que tem dado lugar a discussões intermináveis, quando bastaria reportar-se aos textos bíblicos e saber lê-los; o ponto importante, que fica bem estabelecido aqui, é que nesses textos a “direita” e a “esquerda” designam respectivamente, de um modo constante, o Sul e o Norte, ou seja, os pontos que estão à sua direita e à sua esquerda quando se dirige para o Oriente.

– Em o *Symbolisme* (números de Maio e Junho), G. Persigout, voltando à figura de Eliphas Lévi que já havia estudado no seu artigo anterior, fala de *O Hexagrama pentálfico e mágico*; ele tenta interpretar o enigmático *Sator arepo tenet opera rotas*³⁹² inscrito no “quadrado mágico” que forma o centro, mas essa interpretação não parece menos hipotética que tantas outras que têm sido propostas. Ademais, ele demonstra em todo esse estudo uma forte tendência para “denegrir” as coisas, falando do “Hexagrama extraviado” e do “Binário impuro”, limitando-se ao sentido mais inferior invés de procurar os significados mais elevados e ao mesmo tempo mais legítimos; a influência da psicanálise faz-se sentir verdadeiramente em tudo isso, e chegamos mesmo a ver, por momentos, planar a sombra perturbante do falecido H. de Guillebert des Essarts... No número de Maio, um estudo sobre *A Espada Flamejante*, por Marius Lepage, anda um pouco em torno do assunto, por assim dizer, em vez de penetrá-lo verdadeiramente; com efeito, na realidade a maior parte dele não se reporta senão ao simbolismo geral da espada. No número de Julho, G. Persigout estuda *O Simbolismo do Selo de Salomão*, e encontramos aqui a mistura de “documentação” tradicional e profana que já notámos nele diversas vezes, que não contribui precisamente para esclarecer os assuntos; o conceito que ele faz do “Androginato” primordial, em particular, está longe de se apresentar com toda a clareza desejável. No número de Agosto-Setembro, um artigo sobre *Os Números na Arquitectura Operativa*, por Morvan Marchal, contém reflexões muito judiciosas sobre a Arte tradicional da Antiguidade e da Idade Média, sobre a sua superioridade em relação ao “academismo” e ao “desenvolvimento arquitectónico actual”, e sobre o carácter de “decadência” de uma Arte que “pretende sair da livre fantasia individual e do exclusivo domínio subjectivo”: Mas porque ele estraga tudo isso no final com uma passagem referente à “animalidade ancestral”, cujo tom “progressista” está estranhamente em contradição com as considerações precedentes?

Maio de 1940

– O *Compagnon du Tour de France* (números de Janeiro e Março) contém um bom artigo sobre *A Ferramenta*, pelo C.º Georges Olivier, donde extraímos a seguintes considerações muito

³⁹² Literalmente, a frase significa “Arepo, o sementeiro, mantém com destreza as rodas”. Contudo, na Idade Média seria *Sator* a ser identificado ao “sementeiro”, o que originou a seguinte interpretação: “O Criador, autor de todas as coisas, mantém com destreza as suas próprias obras” (nota do tradutor).

justas: “A ferramenta engendra o ofício; o ofício, as artes; na Idade Média, ofício e arte não eram senão um... A ferramenta está à medida do homem: ela porta consigo e sobre si a personalidade do seu mestre... Na oficina, a ferramenta toma aos olhos do iniciado o valor de um objecto sagrado. Não é a oficina um templo onde se medita, onde se estuda, onde se realiza um trabalho, uma parte da Obra Universal?... Ao mesmo tempo, sem dúvida, a ferramenta foi considerada como um símbolo... Quando se encontram nos nossos museus bandeiras bordadas de santos ostentando as ferramentas e a divisas das suas corporações profissionais, tem-se nisso os vestígios e testemunhos de uma época onde se interpenetravam intensamente a vida económica e a vida espiritual, onde o trabalho materializava a fé, e onde a fé espiritualizava o trabalho. São também símbolos, sob diferentes pontos de vista, o esquadro e o compasso dos Companheiros, que quando se lhes acrescenta a ferramenta distintiva da profissão, deve-se ver nisso a união do intelectual e do manual num mesmo obreiro: o Artesão”. Seria desejável que essas reflexões caíssem sob os olhos daqueles que pretendem sustentar a superioridade do “especulativo” sobre o “operativo”, acreditando prontamente que o simbolismo é só apanágio dos “especulativos”! Não fazemos reservas senão num ponto: não é exacto dizer que a máquina é uma “ferramenta aperfeiçoada”, porque num certo sentido ela é muito o contrário: enquanto a ferramenta é de alguma maneira um “prolongamento” do homem, a máquina reduz este a não ser mais que o seu servidor, e se é verdade que “a ferramenta engendra o ofício”, não é menos que a máquina o mata. Mas no fundo, malgrado tudo, esse poderá muito bem ser o verdadeiro pensamento do próprio autor, porque em seguida diz que “nos nossos dias a máquina suplantou a ferramenta, a usina a oficina, a sociedade laboriosa quebra-se em duas classes pela intelectualização do técnico e a mecanização da mão-de-obra, procedendo à decadência do homem e da sociedade”.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (números de Janeiro e Fevereiro), trata-se da questão do simbolismo das chaves na Maçonaria, reparando-se no ponto muito curioso da chave ser tomada como representando a língua, correlação explicada aqui pela forma das antigas chaves egípcias, enquanto por outro lado a chave é comumente um símbolo de poder e também de segredo. Tudo isso está correcto, mas o mais importante é que ela é antes de tudo e essencialmente, como já dissemos em outra parte, um símbolo “axial”. No segundo artigo, trata-se de “chaves” de uma outra espécie, as dos alfabetos criptográficos que são ou foram usados na Maçonaria; o interessante é que alfabetos semelhantes, construídos sobre o mesmo princípio, existem não somente em hebreu (um tal alfabeto utilizado pelos kabalistas acha-se indicado na *Filosofia Oculta* de Cornelius Agrippa) mas também em árabe, o que leva a pensar haver nisso alguma coisa cuja origem remonta muito longe, e que a denominada “chave da cifra de Salomão” poderá não ser, após tudo, tão simplesmente “lendária” como os modernos inclinam-se a supor.

– Em o *Symbolisme* (número de Outubro-Novembro-Dezembro), Gaston Moyse protesta contra a opinião vulgar “que teima em ver entre a Franco-Maçonaria e as Sociedades ditas de “Livre-Pensamento” um estreito parentesco”. Ele observa com razão que o “livre-pensador integral” proclamando-se inimigo de todos os ritos, por isto mesmo deve logicamente ser um adversário da Maçonaria, e declara claramente “que não existe nas Sociedades de Livre-Pensamento senão uma contrafacção caricatural da Franco-Maçonaria”. Ninguém poderia dizer melhor, e acrescentamos que essa “contrafacção” apresenta bem todas as características sinistras daquelas que temos frequentemente denunciado como constituindo um dos sintomas mais inquietantes da degeneração da nossa época. Um artigo intitulado *A «Lei» de Analogia*, por J. Corneloup, porta a marca de um espírito bastante profano: o autor confunde visivelmente analogia com semelhança, e, mesmo não estando errado ao falar contra certos abusos, tudo isso nada tem a ver com a verdadeira analogia, da qual não diz uma só palavra. Aqueles que invocam as teorias da Física moderna para apoiar as suas próprias opiniões desde logo não são, ao contrário do que se pensa, nem simbologistas e nem metafísicos; e quanto à afirmação de que “a Psicologia é o verdadeiro domínio da Iniciação”, seguramente nada poderia estar mais longe da verdade! G.

Persigout aborda *As Três Renúncias do Mystae*³⁹³ como simbolizadas pelo “despojamento dos metais”, a “veste de introdução” e a “redacção do testamento”. Ao lado de algumas observações interessantes aparecem ainda muitas confusões, e para não insistirmos mais diremos somente que a “Via Real” só concerne propriamente ao “Herói”, e não ao “Sábio” nem ao “Santo”, e também, numa outra ordem de ideias, não deixa de ser um processo um pouco básico procurar parentesco de significados em termos hebraicos só tendo em conta a sua letra inicial. Quanto a querer “traduzir em termos herméticos” o pensamento de certos filósofos contemporâneos, achamos que lhes fará uma honra verdadeiramente imerecida.

Janeiro de 1945

– Devemos voltar ainda à questão dos Templários, porque tivemos conhecimento, desde logo muito tardiamente, de toda uma série de artigos publicados sobre esse assunto, no *Mercure de France*, por MM. J.-H. Probst-Biraben e A. Maitrot de la Motte-Capron: 1.º *Os Templários e o seu alfabeto secreto* (número de 1.º de Agosto de 1939); 2.º *Os ídolos dos Cavaleiros do Templo* (número de 15 de Setembro); 3.º *Os cofrinhos misteriosos dos Templários* (número de 1.º de Novembro); 4.º *Os Templários e os Guardiões do Templo* (número de 1.º de Dezembro); 5.º *O rei de França e os Templários* (número de 1.º de Janeiro de 1940). 1.º – A autenticidade do “alfabeto secreto” parece-nos muito duvidosa: parece que realmente nunca ninguém viu os manuscritos antigos onde ele se encontra, e toda essa história, em suma, não assenta senão nas afirmações do abade Grégoire e de Maillard de Chambure, e desde logo não vimos em que o segundo possa ser considerado “mais sério” que o primeiro, porque se o abade Grégoire recebeu as suas informações dos “neo-templários”, Maillard de Chambure era ele próprio membro dessa organização; a “fonte” é então a mesma, e seguramente é muito pouco digna de fé. Por outro lado, a cruz de forma complicada que serve de “chave” ao alfabeto em questão é bem aquela dos “neo-templários”, não parecendo que alguma vez tenha sido usada pelos verdadeiros Templários, havendo ainda um detalhe muito suspeito: trata-se da distinção do U e do V, inteiramente desconhecida na Idade Média, e admira-nos que os autores não tenham feito esse reparo quando se inquietam com a presença do W, que depois de tudo poderá justificar-se muito facilmente. Nessas condições, questiona-se se há alguma utilidade em dedicar-se a “especulações” hipotéticas sobre o simbolismo desse alfabeto, que sem dúvida tem valor igual ao da colecção de “reliquias” de Fabrè-Palapat. Ademais é muito provável, se ele for de invenção moderna, que as irregularidades na ordem de formação das letras não tenham nada de esotérico, e apresentarem-se assim pela única razão de serem mais fáceis de decifrar; em todo o caso, no referente ao sentido de rotação onde se pretende ver “uma influência oriental muito marcante”, ele está errado, porque tratando-se do Oriente islâmico é justamente o sentido contrário daquele. Num outro ponto de vista, é singular que os autores pareçam esforçar-se por reduzir todo o mistério da Ordem do Templo a uma questão financeira, o que seria muito pouco esotérico. Não os vimos até escrever, no artigo seguinte, que “o verdadeiro ídolo dos Templários foi a potência financeira internacional”? Assinalamos também duas imprecisões históricas: Jacques de Molay não foi morto em 1312 mas em 1314, e nunca houve a decisão papal de suprimir a Ordem do Templo, que foi somente suspensa “provisoriamente” pelo Concílio de Viena. 2.º – A respeito dos pretensos “ídolos”, os testemunhos obtidos no decurso do processo, em condições desde logo não permitindo sequer encará-los como válidos, são todos contraditórios entre si, podendo até acontecer que certas histórias de “cabeça” reportem-se tão simplesmente a alguns relicários. Em todo o caso, é certo, apesar de quanto possa pensar a ignorância ocidental, que quaisquer ídolos nunca poderiam ter sido de algum modo copiados de um meio islâmico, e sobre tudo isto estamos muito de acordo com os autores. Quanto ao famoso “Baphomet”, cujo nome tem dado lugar a tantas hipóteses tão pouco satisfatórias de uns e de

³⁹³ Refere-se aos Mistérios de Elêusis, na Grécia, divididos em Menores e Maiores onde naqueles participavam os *Mystae* e nestes os *Epoetae*. Os Mistérios Menores eram celebrados em Agra, nas margens do rio Iliso, e os Mistérios Maiores na própria Eleusis, junto ao mar (nota do tradutor).

outros, podemos aliás dar a explicação do pretenso *Bahumid* de von Hammer, apesar do termo não existir em árabe e na realidade dever ler-se *bahîmah*, e mesmo que a sua tradução não seja a de “bezerra” (interpretação podendo ter sido influenciada pela enigmática “cabeça de bezerro” dos drusos, muito mais que pelo “Boi Ápis ou o Bezerro de Ouro”), pelo menos é a designação geral de toda a espécie de bestas. Contudo, se é pouco provável que de facto “Baphomet” provenha do árabe *bahîmah*, que os interrogadores do processo não deveriam conhecer, ele poderá muito bem, pelo contrário, advir do seu equivalente hebraico, ou seja, do *Behemoth* bíblico, talvez não sendo necessário procurar mais longe a solução deste enigma... Quanto ao que é das quatro estátuas que, segundo o mesmo von Hammer, acham-se na Câmara de Viena (mas porque apareceram depois de 1818?), não se vê o que permita considerá-las como “Baphomets”; e, francamente, que poderá pensar-se dessas estátuas das quais, pela sua fisionomia, uma é qualificada de “romana”, outra de “faraónica” e as outras duas de “persas”, apesar de todas portarem igualmente inscrições árabes, aliás, um muito mau árabe se a interpretação indicada for exacta? Deve-se reconhecer que há em tudo isso alguma coisa tresandando a engano, talvez muito mais que no caso dos cofres que ele aborda constantemente... Não nos alongaremos em detalhes para discutir a interpretação de frases árabes, cuja própria leitura é muito duvidosa, limitando-nos a apontar um erro factual: é exacto que *kenîsah* (e não *kensen*) designa exclusivamente uma igreja cristã (ainda que um muçulmano sirva-se desse termo tanto como um cristão quando pretende falar dessa igreja, porque não existe outro para designá-la), mas não conseguimos entender quando é dito que “*Maulana* nunca foi usual”, porque em muitos países islâmicos (e em outros além do Magreb) é pelo contrário a fórmula utilizada correntemente para dirigir-se aos soberanos e a outras personagens respeitáveis.

3.º – Em seguida trata-se dos dois famosos cofrinhos que figuram na colecção do duque de Blacas (será que tiveram o azar de se perderem?), e tal como para os pretensos “Baphomets” nada prova que tivessem a menor relação com os Templários; segundo a opinião dos autores, eles seriam simplesmente “caixas de teriaga” utilizadas pelos médicos gregos e árabes. Em si mesma esta explicação não tem nada de inverosimilhante, mas não analisaremos aqui a interpretação das figuras sobre as quais ela se apoia, interpretação que no seu conjunto vale tanto como qualquer outra, apesar de não estar correcta em todos os seus detalhes (assim, não se percebe bem porque um mesmo signo indica de um lado um número de ingredientes, e do outro um número de meses ou de anos). O mais curioso, são as questões que se colocam a respeito da cobertura de um dos cofrinhos: o seu simbolismo é claramente alquímico (porque alguns pretendem que a figura principal, que é na realidade um *Rebis*, seja ainda um “Baphomet”?), e também aí há inscrições que, apesar de terem sido transcritas exactamente, estão redigidas num árabe inimaginável, que de resto não causará admiração se admitir-se a hipótese dos autores, porque segundo eles essa cobertura, acrescentada depois, teria sido fabricada por alquimistas ocidentais perto do fim da Idade Média ou no começo da Renascença. As razões de atribuir-lhe essa data tardia desde logo não são claramente indicadas, nem aquelas da afirmação de “não se vê porque um Templário pudesse interessar-se pela Alquimia”, mas na realidade, independentemente do assunto dos cofrinhos, poderia muito bem dizer-se não se ver porque ele não se interessaria! 4.º – No artigo seguinte, trata-se sobre tudo das possíveis relações dos Templários com os Ismaelitas, designados ordinariamente sob o nome de *Assassins*. Os autores dão-se ao trabalho bastante inútil de explicar que se pretenderia escrever *Assacine*, o que não representa uma melhor transcrição (a introdução do *e* mudo, notadamente, não é senão uma concessão muito bizarra à pronúncia francesa), mas não impedindo derivar-se daí a palavra *assassino* apesar de não ser senão uma simples “aproximação por sonância”; essa derivação, bem entendido, não indica o que eram realmente os Ismaelitas, mas somente a opinião vulgar dos ocidentais a seu respeito. No final do artigo, há muitas afirmações contraditórias: porque se diz que os Templários “não eram iniciados”, só por ser pouco provável terem recebido a iniciação dos Ismaelitas como se não pudessem ter a sua própria iniciação, sobretudo admitindo-se que eram “joanitas”? Também é dito que havia entre eles “um conhecimento profundo do simbolismo, do esoterismo médio-oriental e mediterrâneo”, o que desde logo não concorda com a ausência de iniciação, nem com as preocupações totalmente

profanas que ademais lhes são atribuídas. Quanto a procurar as provas desse conhecimento no alfabeto “neo-templário”, não será uma argumentação muito sólida, apesar da preocupação dos autores de “não ultrapassarem os limites permitidos pela crítica histórica”. 5.º – Por fim, o último artigo parece tentar justificar toda a gente: o rei de França, o papa, os Templários e os juizes, cada um tendo razão segundo o seu próprio ponto de vista. Não insistiremos nisso e contentamo-nos em reparar que agora os Templários são apresentados como possuindo não somente um segredo financeiro mas também um segredo “sinárquico”, que de tudo é um pouco menos grosseiramente material (mas é preciso “colocar-se no ambiente do século XIV” para falar-se aqui de um “assunto laico”?). Seja como for, o que parece sobressair desses longos estudos é saber realmente o que pensar de tudo isso!

– Nos *Cahiers du Sud* (número de Março de 1940), M. Jean Richer publica um estudo sobre *Jules Romain e a Tradição Oculta*. A dizer verdade, não sabemos bem o que possa ser uma “Tradição Oculta”, ainda que pensemos pretender dizer “Esotérica”, mas mesmo isso não é muito exacto aqui, sobretudo por ser da Índia que ele trata. É seguramente possível que M. Jules Romain haja lido alguns livros respeitantes às doutrinas hindus apesar de não vermos ter aprendido grande coisa, porque as comparações indicadas só se reportam a coisas de ordem muito superficial. Reduzir os diferentes estados de que trata a *Vêdânta* a “regimes de consciência”, ou seja, a alguma coisa de puramente psicológica, é compreender muito mal o que sejam na realidade; e para o que é do *Yoga*, se o autor do artigo declara com razão que “os seus fins são espirituais”, no entanto parece que M. Jules Romain reduz-o a certos efeitos “psicofisiológicos” mais ou menos extraordinários, o que desde logo não causa admiração porque os ocidentais, mesmos sem serem “literatos”, geralmente não se interessam senão por esse lado “fenoménico” e totalmente contingente. O que é mais surpreendente, a propósito desse género de “desdobramento” que os ocultistas denominam bizarramente “saída em astral” (que não tem absolutamente nada em comum com o estado de *samadhi*), é alguém escrever ser isso “o que os antigos conheciam bem sob o nome de Mistérios ou de Iniciação”, e eis aí estranhas imaginações que não poderiam estar mais longe da verdade! Encontramos também, numa nota, a estranha afirmação de que “a Franco-Maçonaria deve muito ao Egipto” mas apesar de ser verdade que certos “sistemas” particulares baseiam-se nessa teoria fantasista (e de um modo que só demonstra muito o carácter artificial dessa ligação e a ignorância dos seus autores em matéria de “egiptologia”), é impossível encontrar na Maçonaria propriamente dita qualquer coisa que tenha a marca de uma origem egípcia, e mesmo que possam estabelecer-se comparações entre certos aspectos, como por exemplo entre a lenda de Hiram e o mito de Osíris, essas são coisas cujos equivalentes acham-se nas mais diversas tradições e que não explicam quaisquer “imitações”, nem por uma filiação mais ou menos directa, mas antes a unidade essencial de todas as tradições.

– No *Grand Lodge Bulletin* do Iowa (número de Abril de 1940), é dedicada uma nota à questão dos globos celeste e terrestre que por vezes são colocados sobre as duas colunas, parecendo evidente que essa é uma inovação inteiramente moderna nada tendo a ver com a pretensa ignorância que alguns gostam de atribuir aos antigos, tão simplesmente porque tais globos não figuram em nenhum simbolismo tradicional. Quanto a fazê-los derivar do globo alado egípcio é uma hipótese muito pouco credível, porque a sua posição e a sua duplicação seriam desde logo totalmente anormais e igualmente não concordariam com o significado desse globo alado. Devemos apontar, por outro lado, um erro linguístico bastante grave: o prefixo *ya*, tanto em hebreu como em árabe, é simplesmente a marca do verbo futuro da terceira pessoa, e não tem nenhuma relação com o Nome Divino *Yah*.

– Em o *Symbolisme* (números de Janeiro-Fevereiro-Março), G. Persigout estuda *O Antro, síntese obscura dos três Mundos*; se bem que nos cite diversas vezes e por outro lado se apoie em analogias alquímicas, não estamos certos de que tenha compreendido inteiramente o simbolismo da caverna iniciática, tanto que mistura considerações estranhas ao assunto. O simbolismo

tradicional do diamante seguramente nada tem a ver com as teorias da Química moderna sobre o carbono, nem aquele da luz com as hipóteses biológicas sobre a “origem da vida”. Certas análises de termos hebraicos são muito fantasistas, e em todo o caso deveria, se pretende dizer as coisas correctamente a esse respeito, não confundir o *he* com o *het*! Ficámos surpresos ao ver, numa nota, atribuir a Eliphas Lévi a *Chave da Magia Negra*, e após feita a verificação da citação é da *Chave dos Grandes Mistérios* que realmente se trata. Num artigo sobre *A arte divinatória*, “Diogène Gondeau” parece confundir a intuição com a imaginação, e ademais não faz qualquer alusão ao facto de certas “artes divinatórias” não serem outra coisa que restos mais ou menos disformes de antigas ciências tradicionais, o que no fundo poderia ser o único lado realmente interessante do assunto. François Ménard num curto artigo sobre *O Ramo de Oliveira*, expõe o seu simbolismo muito incompletamente; ele fala com razão da função do óleo nos diversos ritos, como suporte da “força espiritual”, mas o resto não é senão um elogio demasiado exclusivista do “clima mediterrâneo”.

Dezembro de 1945

– O *Speculative Mason* (número de Julho de 1940) contém um artigo sobre o primeiro *tracing board* (painel da Loja de Aprendiz) considerado como imagem do Cosmos, uma boa análise do *Bhagavad-Gīta*, talvez um pouco influenciada pelas preocupações da “actualidade”, e um estudo sobre *Lady Godiva*, lenda medieval anglo-saxónica que parece ter as suas raízes nas tradições pré-cristãs. O número de Outubro contém um histórico da construção da abadia de Saint-Alban em relação com certas lendas da Maçonaria Operativa, e um estudo sobre Mary Ann Atwood, autora da obra anónima intitulada *A suggestive Inquiry into the Hermetic Mystery*³⁹⁴, continuado no número de Janeiro de 1941.

– No número de Abril de 1941 do *Speculative Mason*, assinalamos um resumo das antigas tradições respeitantes à Atlântida e das constatações geológicas que parecem confirmá-las, e um estudo sobre as relações entre a Kaballah e a Maçonaria, prosseguido nos números de Julho e de Outubro. Este último estudo contém um grande número de indicações curiosas, mas alguns pontos são bastante contestáveis e todas as comparações mencionadas não são prováveis por nem todas as fontes citadas serem igualmente válidas. Não devia, pensamos nós, encarar uma influência real e mais ou menos directa da Kaballah senão nos casos detalhadamente precisos, e não em semelhanças normalmente existentes entre todas as tradições iniciáticas, e por outro lado conviria assinalar que a ciência dos números está muito longe de ser própria só à Kaballah hebraica. No número de Julho, um estudo histórico sobre o desenvolvimento do grau de Companheiro nos primeiros tempos da Maçonaria Especulativa, continuado no número de Outubro, um artigo sobre o simbolismo do centro encarado muito particularmente nas suas conexões, tais como as estabelecem os rituais operativos, com a Estrela Polar, o fio-de-prumo e a *swástika*, e por fim uma nota sobre os *tokens*³⁹⁵ das antigas corporações. No número de Outubro, uma boa crítica dos historiadores maçónicos que pretendem cingir-se exclusivamente ao chamado método “científico” (e sobretudo profano, diremos nós), não admitindo nenhuma evidência de outra ordem senão unicamente a dos documentos escritos; no mesmo número e nos seguintes (Janeiro, Abril, Julho e Outubro de 1942), um estudo muito detalhado sobre o simbolismo ritualístico da iniciação ao grau de Aprendiz. O número de Janeiro de 1942 contém a tradução do nosso artigo sobre *Mitos, Mistérios e Símbolos*, como também a do artigo de Marius Lepage sobre *A Espada Flamejante*, aparecido anteriormente no *Symbolisme* e que mencionámos na ocasião. No número de Abril, um artigo sobre o personagem enigmático designado pelo nome de *Naymus Grecus* em certas cópias dos *Old Charges* (antigos manuscritos operativos), como tendo introduzido a Maçonaria em França na época de Charles Martel, contendo uma hipótese tentando identificá-lo com Anthemius

³⁹⁴ *Inquério sugestivo sobre o Mistério Hermético*, por Mary Ann Atwood (1817-1910), Trelawney Saunders, Londres, 1850.

³⁹⁵ Medalhas e moedas com ilustrações gravadas (nota do tradutor).

de Tralles, o arquitecto de Santa Sofia de Constantinopla. Assinalamos também, nesse número e no de Julho, um estudo muito abreviado mas interessante sobre *Pitágoras e os Antigos Mistérios*, no decurso do qual é naturalmente lembrado o *Peter Gower* dos *Old Charges*, assim como a confusão da conexão dos “Fenícios” com os “Venetos”³⁹⁶. No número de Julho, uma nota sobre alguns vestígios sobre os antigos Mistérios que se conservaram até aos nossos dias, de um modo bastante inesperado, no Teatro de Marionetas (o que é um exemplo do que temos dito sobre as origens reais do “folclore”), e um artigo sobre os títulos cavaleirescos utilizados na “Rosa-Cruz de Heredom”, muito particularmente sobre o significado daquele de *Via Determinata* adoptado pelo autor. No número de Outubro, após esse último artigo, um estudo sobre o significado das “pancadas” ritualísticas dos diferentes graus (constituindo o que é chamada a “bateria” na Maçonaria Francesa), e uma nota sobre o “crampon”³⁹⁷ (*clamp* ou *cramp*, também chamado *lewis*), instrumento utilizado para elevar as pedras desde o solo até ao lugar que devem ocupar na construção, e que pertence muito especialmente ao simbolismo da *Mark Masonry*.

Abril-Maio de 1947

– Malgrado a morte do seu fundador Oswald Wirth, ocorrida em 1943, o *Symbolisme* retomou a sua publicação a partir de Dezembro de 1945 sob a direcção de J. Corneloup. No número de Dezembro de 1945, um *Apelo pelo Grande Arquitecto do Universo*, por J. Corneloup, insiste muito justamente sobre a importância essencial do simbolismo, ao qual os Maçons actuais frequentemente não testemunham senão “um respeito mais verbal que real”, faltando-lhes compreender verdadeiramente o seu sentido e conteúdo. Reparamos particularmente na afirmação de que “a característica de um símbolo é a de ser entendido de diversos modos em conformidade com a maneira como é considerado”, de modo que “um símbolo que não admita senão uma interpretação não será um verdadeiro símbolo”, e também a declaração formal de que, contrariamente ao pretendido por alguns, “a Maçonaria não é nem pode ser agnóstica”. Malgrado isso, este estudo, no respeitante ao próprio simbolismo do Grande Arquitecto do Universo, não nos parece ir suficientemente ao fundo da questão, e ademais apela-se a certas considerações da ciência moderna que seguramente nada têm a ver com o ponto de vista iniciático. Por outro lado, perguntamo-nos como se pode dizer que “Hiram é exterior à Maçonaria Operativa que o adaptou de uma duvidosa lenda hebraica”, afirmação muito questionável que de qualquer modo necessitando bastante ser explicada. No número de Janeiro de 1946, François Ménard analisa *As fontes das ideias tradicionais actuais*, parecendo-nos exagerar sobre a influência do Platonismo, embora através de Fabre d’Olivet, sobre o Ocultismo do último século, mas tem inteira razão ao assinalar o carácter heterogéneo da chamada “tradição ocidental” que alguns pretendem opor às tradições orientais: “É do Oriente que nos vem sempre a luz – diz ele – e a sua pura claridade espiritual chega-nos agora directamente, graças a intérpretes autorizados e qualificados”. J.-H. Probst-Biraben resume as evidências de *As cores simbólicas* nas tradições dos diferentes povos, nomeadamente insistindo sobre o Hermetismo e a sua aplicação ao brasão, observando ainda que o uso feito das cores presentemente na Maçonaria é, em relação à ordem habitual dos hermetistas, uma intervenção podendo dever-se ao arranjo artificial dos altos graus, que inicialmente não tinham qualquer ligação entre eles. No número de Fevereiro, Marius Lepage, falando *Do motivo e dos meios da Franco-Maçonaria*, precisa que ela difere inteiramente dos diversos géneros de associações profanas porque é em si mesma uma iniciação; as considerações que expõe sobre o simbolismo da Luz, sobre o Evangelho de São João, sobre a virtude dos ritos, sobre a “libertação” como objectivo supremo da iniciação, são excelentes na maioria. Mas porque vimos aqui reaparecer ainda a confusão com a “mística”? O sentido actual desse termo está muito afastado da sua acepção etimológica para que seja possível voltar a ela, pois o que se apelida de “místico” ou de “misticismo” desde há muito tempo que não é a “ciência do mistério”, e menos ainda a “ciência

³⁹⁶ No texto francês, “confusion connexe des “Phéniciens” avec les “Vénitiens” (nota do tradutor).

³⁹⁷ Gancho (nota do tradutor).

dos iniciados”. E dizer que “a técnica da mística identifica-se em todas as religiões e em todas as iniciações”, é não somente confundir os dois domínios exotérico e esotérico como também esquecer que uma das características distintas do misticismo é não ter nenhuma “técnica”, esta sendo incompatível com a sua própria natureza. No número de Março, François Ménard e Marius Lepage voltam ao assunto do Grande Arquitecto do Universo. Se é legítimo dizer que esse “não é a Divindade mas um aspecto acessível da Divindade”, pondo o acento sobre “o aspecto ordenador e construtivo do Princípio Inconcebível”, contudo não nos parece ser razão para assimilá-lo ao conceito gnóstico do “Demiurgo”³⁹⁸, o que lhe daria uma carácter bastante “maléfico”³⁹⁹ muito pouco de acordo com o lugar que ocupa no simbolismo maçónico, e também com a própria conclusão dos autores segundo a qual, meditando na fórmula do Grande Arquitecto do Universo, “o Maçom que “compreenda bem a sua Arte” saberá e “sentirá” que a Ordem ultrapassa o simples “deísmo” profano para alcançar uma compreensão mais aprofundada do Supremo Princípio”. J.-H. Probst-Biraben indica com razão a insuficiência dos conceitos dos sociólogos actuais sobre *A natureza dos ritos*, aos quais frequentemente só atribuem um carácter sentimental, por sua vez artístico e utilitário; na nossa opinião, ele poderia ter ido muito mais longe nesse sentido, porque nas obras profanas que se referem a este assunto a única “documentação” a reter é a que, de resto, demonstra sobretudo a incompreensão dos seus autores. No número de Abril, um artigo de J. Corneloup, intitulado *Hipóteses de trabalho*, acentua ainda a confusão, que já assinalámos mais atrás, entre o ponto de vista iniciático e o da ciência profana. Esta poderá aventar tantas hipóteses quantas quizer, e é isso mesmo tudo quanto ela consegue fazer, mas o que será uma hipótese no domínio do simbolismo (referimo-nos ao verdadeiro simbolismo que nada tem em comum com os pseudo-símbolos inventados pelos sábios modernos) não poderá antes ser desconhecimento completo do carácter próprio do conhecimento iniciático, o qual admite alguma coisa de hipotética poder aí encontrar-se? Sob o título *Natal*, Marius Lepage estuda diversos aspectos do simbolismo do Solstício de Inverno, mas devemos observar que nunca dissemos, como ele parece acreditar, que o nome *Janus* é derivado do sânscrito *yâna*, mas que um e outro têm a mesma raiz, o que é inquestionável, enquanto a etimologia hebraica que lhe pretende dar já é muito questionável. No número de Maio, lemos num outro artigo de J. Corneloupe, intitulado *Um método, um objectivo, uma salvaguarda*, que “o objectivo a que se propõe o método simbólico é a procura da Verdade”, mas pensamos haver aí um lapso e que ele queria dizer “o conhecimento da Verdade”, por ser evidente que a procura não pode igualmente constituir um objectivo; mesmo não passando de um lapso não é por isso menos significativo, por revelar as tendências inerentes ao espírito moderno. Por outro lado, não é exacto dizer que “a Maçonaria é a forma moderna da iniciação”, desde logo porque nada que possua um carácter iniciático, e muito geralmente tradicional, pode ser qualificado de “moderno” sem contradição, e em seguida porque, historicamente, isso mostra desconhecer os antecedentes antigos e medievais da Maçonaria. Imaginará então que ela não remonte mais longe que 1717? Esse artigo termina com considerações sobre a “lei do silêncio” que são muito judiciosas, mas estão longe de representar tudo quanto se possa dizer sobre o assunto por não tocarem a verdadeira natureza do segredo iniciático. No número de Junho, Albert Lantoine expõe *A génese do conceito de tolerância*, e parece resultar que o “lançamento” dessa ideia não foi senão um acto político de Guillaume de Hanovre, acto que influiu directamente sobre a constituição da Maçonaria na sua nova forma “Especulativa”. Isso confirma ainda o que sempre pensámos sobre o papel exercido pelas influências profanas nessa constituição, penetrando assim num domínio que normalmente deveria ser-lhes interdito. Mas porque aqueles cujos estudos

³⁹⁸ Discordamos do autor, posto o Grande Arquitecto do Universo ser o próprio Demiurgo na construção do Plano Físico Universal e de tudo quanto o preenche, ou seja, o Mundo das Leis (Segundo Aspecto do Logos) agindo sobre o Mundo dos Efeitos (Terceiro Aspecto do Logos), que é o próprio G.A.D.U. manifestado. Mas concordamos com o autor quando diz que Ele não é o Imanifestado, pois este é o Primeiro Aspecto do Logos como Mundo das Causas (nota do tradutor).

³⁹⁹ No sentido de Matéria manifestada em oposição ao Espírito imanifestado (nota do tradutor).

históricos levaram-nos a tais constatações, não aperceberam nisso mesmo a marca de uma grave degeneração do ponto de vista iniciático?

Julho-Agosto de 1947

– Em o *Symbolisme* (número de Julho de 1946) J. Corneloup, num artigo intitulado *Maçonaria Educativa ou Maçonaria Iniciática*, observa com justa razão que “as Lojas engenhavam dar as luzes aos seus membros invés de ajudá-los a procurar a *Luz*, por outras palavras, os Maçons dedicam a maior parte do seu tempo e o melhor do seu esforço à tarefa educativa da Maçonaria, negligenciando e mesmo ignorando a tarefa iniciática”. Mas quando ele acrescenta que desde logo “a iniciação não se opõe à educação” a qual é mesmo “uma das vias que preparam para a iniciação”, teria sido bom precisar um pouco de que espécie de educação se trata, porque há uma certa educação profana que é totalmente o contrário de uma preparação a esse respeito. Por outro lado, é exacto que não se deve dar da iniciação uma definição propriamente dita, e isto, acrescentamos nós, porque toda a definição é forçosamente limitativa, a despeito das várias noções aqui expostas para “tornar a ideia concebível” serem verdadeiramente sumárias deixando a impressão da “faculdade de compreensão” em causa não ir muito longe. Adiantamos não compreender muito bem como se pode falar “da conjunção numa mesma organização, no século XVII, dos Maçons Operativos e dos Maçons Aceites”, como se estes últimos não tivessem sido sempre membros “não profissionais” da Maçonaria Operativa, e também uma alusão às “Egrégoras” parece-nos reflectir alguma coisa da confusão que já assinalámos num artigo recente. No número de Agosto, Marius Lepage dedica-se a marcar a diferença entre *Ritos e Rituais*, nisto tratando-se naturalmente de rituais escritos onde sublinha muito justamente o seu carácter de simples “manuais práticos”. Ele lamenta que “a Maçonaria não possua um organismo que permita manter os ritos na sua pureza primitiva e autêntica”, desde logo pensando que “conservando integralmente intactos os princípios fundamentais da iniciação formal, os ritos deveriam materializar-se nos rituais adaptados à mentalidade dos homens a quem se dirigiam”, e isto é ainda justo mas faltando precisar que essa adaptação só seria legítima em certos limites, porque nunca deveria implicar nenhuma concessão ao espírito anti-tradicional que caracteriza o mundo moderno. Infelizmente há ainda nesse artigo uma certa confusão entre as “iniciações” e as “religiões”, e também uma afirmação da origem “mágica” dos ritos que é mais que contestável, mas como temos explicado frequentemente esses pontos não vimos necessidade de insistir mais. No número de Setembro, Jules Boucher fala *Da Iniciação* num artigo que testemunha um pessimismo muito infeliz. Certamente não está errado denunciar os defeitos do racionalismo e deplorar a banalidade de certas “especulações” que nada têm de iniciático, mas parece desconhecer totalmente o valor próprio da iniciação virtual, pois termina assim: “É possível travar a decadência da Maçonaria? Para isso deveria achar-se a “Palavra Perdida”, mas parece-nos que essa Palavra (o Verbo iniciático) perdeu-se para sempre”. Esse artigo é seguido de uma resposta de Marius Lepage que coloca muito bem as coisas no devido lugar, da qual citamos alguns excertos: “Vivemos anos de obscurecimento acelerado de todos os Princípios Espirituais que até agora têm sustentado a Substância do Mundo, este Mundo que está prestes a ruir... a incompreensão dos homens face à expressão humana do sagrado é bem o sinal mais marcante da proximidade do fim dos Tempos. Porque se aflige? O que é deve ser, e todas as coisas concorrem para o seu fim. A decadência aparente de todas as organizações iniciáticas não é senão o efeito da corrupção dos homens, cada vez mais afastados do Princípio. Em que isso poderá interessar-nos se estamos seguros de que esse fim de um Mundo integra-se na Harmonia Universal, se compreendemos bem o ensinamento da Câmara do Meio?... É no seio das organizações iniciáticas, a despeito dos seus desvios e das suas alterações, que se encontram os derradeiros testemunhos do Espírito, aqueles para quem a Letra será conservada e transmitida aos Adeptos que receberem a carga de a fazer conhecer aos homens de um outro Ciclo. É por isto que não devemos desesperar; saberemos nós quando e como as palavras que pronunciamos abalarão em cada um dos nossos Irmãos os centros subtis, e farão de

cada um deles um guardião da tradição?” No número de Novembro, François Ménard expõe algumas considerações sobre *A Justiça* e sobre o simbolismo da balança em conexão com a lei das “acções e reacções concordantes” que regem a Manifestação Universal. *Várias Notas sobre a Maçonaria Índia*, por Silas H. Shepherd, contém informações interessantes sobre a tradição muito pouco conhecida dos índios da América do Norte, mas desde logo o título é inexacto por trata-se aí de uma forma de iniciação totalmente diferente da forma maçónica, e à qual não pode aplicar-se sem extensão abusiva o nome dessa última. Um estudo de J. H. Probst-Biraben sobre *O esoterismo heráldico e os símbolos*, nos números de Julho a Outubro, reúne uma documentação bastante considerável sobre esse assunto. Ele insiste particularmente sobre a origem oriental dos Armoriais e as suas relações com o Hermetismo, relações que desde logo são comuns com “as figuras do Tarot, as marcas corporativas”, e sem dúvida ainda com muitas outras coisas que, na Idade Média, tinham um carácter similar; “sem o conhecimento do simbolismo hermético, a arte heráldica permanecerá a maior parte do tempo incompreensível”. O que achamos mais espantoso, é o autor não querer admitir que “os símbolos esotéricos foram introduzidos nos escudos pelos próprios nobres”, porque eles “em geral não eram nem instruídos nem sobretudo iniciados”, não tendo mesmo suscitado do seu sentido real. Será que nunca ouviu falar da existência de uma iniciação cavaleiresca e imagina que a instrução exterior deve constituir uma condição prévia da iniciação? Que alguns clérigos e mesmo artesãos por vezes tenham colaborado na composição dos Armoriais, certamente isso é muito possível, e não o será tão simplesmente por haver entre eles e os nobres relações de ordem iniciática de que se encontram ainda muitos outros indícios, precisamente e sobretudo no domínio do Hermetismo? Uma outra ideia contestável é aquela de existirem símbolos podendo ser chamados propriamente “mediterrâneos”, mas não vemos bem a que forma tradicional essa designação possa corresponder. Os números de Julho a Novembro também contêm um longo estudo de François Ménard sobre *A Virgem Hermética*, no decurso do qual são abordadas questões muito diversas reportando-se todas à ordem cosmológica, tal como é particularmente encarada nas formas tradicionais ocidentais. Assim, começa com o estudo do simbolismo do “vaso hermético” que corresponde a um certo aspecto da Virgem; depois o autor procura precisar o sentido da “Sabedoria Hermética” de Khunrath, tirando daí a conclusão de que “a Virgem é o princípio essencial do Hermetismo” e de que “esse aspecto é portanto ortodoxo, ou seja, está em relação com o domínio metafísico que é, como se sabe, aquele do Princípio Supremo”, cuja relação corresponde desde logo àquela que normalmente deve existir entre a “Arte Real” e a “Arte Sacerdotal”. Em seguida, a propósito da Virgem como “Luz de Glória”, encontramos uma espécie de fantasia científica sobre a “luz coronal”, bastante infeliz na nossa opinião, desde logo porque as coisas desse género não têm senão um carácter muito hipotético, e também porque, como tudo o que é inspirado pela ciência profana, elas não têm realmente nada em comum com os dados tradicionais, herméticos ou outros, pelo contrário, lembram demasiado o género de especulação cara aos ocultistas. Dizemos o mesmo sobre “o ciclo do azoto e o mundo sensível”, apesar do autor ter tido a precaução de observar, a propósito da Força cujas diversas modalidades constituem essa “trama”, que “o Hermetismo tem a vantagem considerável sobre a ciência moderna de conhecer por dentro, por assim dizer, essa Força”, ou seja, identifica-a com a luz que está no Homem o qual reconhece, até certo grau, que a sua vontade bem dirigida pode agir sobre ela e assim obter resultados definidos por uma técnica segura”; pela nossa parte, diremos muito claramente que nos dois casos do Hermetismo e da ciência moderna na realidade não se trata de um conhecimento da mesma ordem. Em seguida aborda a questão da “Virgem zodiacal”, como também o mito de Ceres com o qual ela está relação enquanto “signo de terra”; depois vem um esboço das diferentes etapas da realização hermética seguindo a descrição simbólica que Dante deu na *Divina Comédia*. Ao pretender “elucidar o mistério hieroglífico de *Hokmah*”, infelizmente o autor comete um erro grave: ele confunde o *he* final com um *heth*, o que obviamente falsifica o seu cálculo e a sua interpretação. Quanto à sua conclusão, segundo a qual “a Virgem Hermética, uma vez que se acha em contacto com as coisas sensíveis e materiais, é a sua forma de Deusa (que é dizer em suma, de *Shakti*) a melhor adaptada ao nosso Ocidente e à nossa época de materialismo

ultrajante”, não estará um pouco em contradição com o facto de nesse mesmo Ocidente moderno as ciências tradicionais estarem completamente perdidas?

Março de 1948

– O *Speculative Mason* (número de Outubro de 1947) reproduz um extracto do relatório da última Conferência dos Grãos-Mestres americanos respeitante à questão das “qualificações físicas”, que actualmente alguns pretendem abolir para admitir na Maçonaria os inválidos da guerra. É escusado dizer que os partidários dessa visão supostamente “liberal” não fazem valer senão argumentos de ordem sentimental, e entre eles encontramos a ideia completamente falsa de que as qualificações corporais perderam a sua razão de ser desde que a Maçonaria se tornou “Especulativa”; esse assunto foi longamente explicado por nós em uma das nossas obras (*Apercepções sobre a Iniciação*, cap. XIV). Aqueles que sustêm a tese contrária naturalmente encaram as coisas de um modo mais correcto, apesar de ser surpreendente a sua preocupação com o receio da admissão de inválidos cedo ou tarde tornar-se “um fardo para a Fraternidade”! Essas são consideração certamente nada tendo de iniciáticas, e nada poderia ser mais justo do que as seguintes palavras acrescentadas em modo de conclusão por um redactor da revista: “Esta não é uma questão de sentimento nem de situação financeira, trata-se de uma lei natural exigindo que haja um perfeito “alinhamento” sobre todos os planos para a iniciação poder ser efectiva”. Um artigo bastante curioso coloca a questão de qual o signo zodiacal sob cuja influência estará a Inglaterra, com o autor contestando a afirmação habitual dos astrólogos de que é o Carneiro. Trata-se sobretudo de um pretexto para passar em revista os diferentes signos e descrever as características humanas que lhes correspondem, inclinando-se finalmente a favor do Sagitário mas sem pretender concluir de maneira definitiva. Num outro artigo, é assunto o *Tracing board* do grau de Mestre; um ponto particularmente importante é aquele respeitante à lucarna (*dormer*) que no painel configura a parte superior do Templo, cujo simbolismo, como bem diz o autor, é idêntico àquele do “olho” do domo de que falámos diversas vezes. “É interessante também encontrar-se algumas vezes o símbolo G suspenso na abertura de um domo que é iluminado desde o alto, sugerindo a Luz Divina que se expande sobre todas as coisas”, e acrescentamos haver nisto um vestígio evidente do simbolismo “polar” utilizado pela Maçonaria Operativa como já assinalámos algures (*A Grande Tríade*, cap. XXV). Por outro lado, há uma imprecisão na relação estabelecida com o “terceiro olho”, porque este na realidade não se situa na corona da cabeça e é totalmente distinto do *Brahma-randhra*⁴⁰⁰, e precisamos que é somente no grau de *Royal Arch* que a verdadeira relação entre esses dois “centros” diferentes pode efectivamente ser estabelecida. Em seguida aparece um artigo sobre o grau de Rosa-Cruz, que não é senão a tradução textual de um extracto do ritual de Ragon; não conseguimos explicar porque o nome daquele não é sequer mencionado nem porque esse artigo é assinado só pelas iniciais P. C., que poderão ser aquelas do tradutor. Também não vemos bem que interesse poderá ter reproduzir pura e simplesmente assim, sem discussão nem comentário de qualquer espécie, uma série de asserções pseudo-históricas cuja maioria está completamente errada não assentando em nenhuma base séria. Por fim assinalamos uma nota intitulada *Tetragrammaton*, mas que na realidade reporta-se unicamente ao simbolismo dos quatro animais. Como acontece muito frequentemente, as correspondências quaternárias que aí estão indicadas são em parte inexactas, sendo também lamentável que se tenha reproduzido sem análise a afirmação totalmente injustificada dos ocultistas que pretendem ver na Esfinge egípcia um composto dos quatro animais: contudo não é muito difícil, pelo menos, perceber que a Esfinge nunca teve asas!⁴⁰¹

⁴⁰⁰ *Brahmanandra* ou *Sahasrara*, o Chakra Coronal ou Coronário por onde o Espírito age directamente sobre os demais Centros subtis do Homem e da Natureza manifestados (nota do tradutor).

⁴⁰¹ Não é certo, histórica e arqueologicamente falando, que a Esfinge de Gizé, que sofreu alterações sobre restaurações ao longo dos tempos, não possuísse asas nas suas origens longínquas, para todo o efeito, a Tradição

Junho de 1948

– O *Symbolisme* publicou, nos seus números de Dezembro de 1946 a Maio de 1947 (excepto o de Março que é inteiramente dedicado à memória de Oswald Wirth), um estudo sobre *O Triângulo e o Hexagrama* assinado “Maen-Nevez, Mestre-de-Obra”. Encontram-se nele considerações de importância inigualável, e na nossa opinião as mais interessantes são aquelas respeitantes aos símbolos propriamente operativos e companheiris. O autor reproduz uma marca de canteiro presente em Vitré reproduzindo a “cifra de quatro” de que já falámos noutra parte, parecendo não ter procurado aprofundar o seu significado apesar de considerar essa marca como ponto de partida para desenvolvimentos que alguns indicam de um modo muito menos directo; mas pelo menos conseguiu notavelmente “colocar” a marca em questão sobre uma das “grelhas” gráficas utilizadas para esse efeito pelas antigas corporações de construtores. Devemos também assinalar particularmente as considerações expostas, no decorrer desse trabalho, sobre a construção em madeira e em pedras, muito particularmente na arquitectura nórdica, pois acercam-se do que nós mesmos dissemos aqui sobre o assunto referindo-nos a outras tradições (*Pedreiros e Carpinteiros*, no número de Dezembro de 1946). A propósito de símbolos “trinitários”, é assunto um curioso painel companheiril que já foi reproduzido antes num número especial do *Voile d’Ísis* (Novembro de 1925), e a semelhança dessa figura com aquela do deus tricéfalo gaulês não é questionável, podendo o autor, que se interessa de um modo muito particular pelo celticismo, retirar daí muitas ilações. Em todo o caso, há uma coisa bastante estranha que não acreditamos que alguma vez tenha sido mencionada: é que o desenho em questão é exactamente semelhante a certos quadros provenientes do Monte Athos (excepto nas inscrições nesses últimos, que naturalmente são em grego invés de em latim), os quais, parece, eram utilizados pelos monges gregos como suporte de contemplação; este facto talvez possa lançar uma luz inesperada sobre certas “afinidades” do Companheirismo. Falta-nos apontar, por outro lado, uma pequena inexactidão: não é *Shiva* mas *Brahmâ* com quatro faces na iconografia hindu, mas pelo contrário existem figurações de *Shiva* com três faces (em conexão com o “triplo tempo”⁴⁰²), como ele teve oportunidade de mencionar na devida ocasião. As considerações sobre o hexagrama que vêm a seguir inspiram-se em grande parte nos trabalhos de Matila Ghyka e requerem somente uma observação: apesar de estar correcto que o triângulo vertido e o triângulo invertido correspondem respectivamente ao fogo e à água, de que desde logo são os símbolos alquímicos, essa não deixa de ser uma aplicação de entre muitas outras, encarada pelo autor de uma maneira muito exclusiva. Não conhecemos a obra de R.-J. Gorsleben a que se refere, mas segundo o que ele cita parece-nos que deve ser usada com precaução, por levar a crer que a sua interpretação dos símbolos contém uma certa dose de “modernização” bastante fantasista. O número de Maio contém algumas reflexões muito judiciosas sobre *O segredo maçónico*, que mesmo sem ir ao fundo da questão (o que desde logo não seria possível num curto artigo de quatro páginas) está bastante de acordo com o que temos escrito sobre a verdadeira natureza do segredo iniciático (*Apercepções sobre a Iniciação*, cap. XIII). Nesse mesmo número, François Menard faz do livro de M. Paul Le Cour, *Helenismo e Cristianismo*, uma excelente crítica cuja severidade é seguramente bem justificada! No número de Junho, Marius Lepage estuda *A Maçonaria negra nos Estados Unidos*, assunto geralmente pouco conhecido pelo facto dessa Maçonaria não ter nenhuma relação com as Grandes Lojas “brancas” e ser encarada por elas como “clandestina” (ou mais exactamente “não reconhecida”, porque na realidade a sua origem é perfeitamente regular), o que desde logo não impede ter alcançado um desenvolvimento muito mais considerável do que se supõe, e o mais

Iniciática das Idades descreve-a com asas de águia, garras de leão, seios de mulher e flanco de touro, com isso designando os deuses, os semideuses, os andróginos (hermafroditas) e os homens individualizados (nota do tradutor).

⁴⁰² Passado, Presente, Futuro afim aos estados de Intuição (*Budhi*), Inspiração (*Bodhi*), Revelação (*Badhi*), tanto valendo por *Jnana* (Conhecimento), *Jneia* (Conhecedor) e *Jnata* (Conhecido), respectivamente em páli e sânscrito (nota do tradutor).

espantoso é que nos próprios Estados Unidos um grande número de Maçons “brancos” nunca ouviu falar da sua existência. No número de Julho-Agosto, sob o título *Iniciação e Regulamento*, Marius Lepage insiste muito justamente sobre o facto de que uma qualidade iniciática nunca se perde em caso algum. Esta é uma coisa contra a qual os regulamentos administrativos nada podem, e as exclusões que eles preconizam não são senão medida de ordem inteiramente exterior que não retiram a qualidade a um Maçom, tal qual na Igreja Católica a “interdição” de um padre não lhe retira o seu carácter sacerdotal. A distinção dessas duas ordens iniciática e administrativa deveria ser sempre cuidadosamente observada, e a esse respeito seria desejável que os regulamentos fossem redigidos de modo a não conterem nada em contradição com os princípios iniciáticos, o que em suma levaria a eliminar tudo quanto é simplesmente decalcado de instituições profanas e que nunca poderá convir à verdadeira natureza da Maçonaria. Igualmente de Marius Lepage, uma nota sobre *Stanislas de Guaita e o «Problema do Mal»*, anunciando a intenção de publicar o que o autor deixou dessa obra inacabada, com os complementos que Oswald Wirth entendeu acrescentar mas que nunca terminou. Ainda no mesmo número, reparamos num artigo de J. Corneloup intitulado *Variações simbolistas sobre um tema matemático*; trata-se do simbolismo das “secções cónicas”, mas infelizmente as considerações expostas a esse respeito são um pouco vagas, e sobretudo parece-nos que o autor não sabe exactamente quais as consequências a retirar do carácter da parábola enquanto forma intermediária entre a elipse e a hipérbole. Quanto ao receio que exprime de “ser acusado de ter introduzido abusivamente a poesia na ciência”, pensamos que uma tal reprovação seria muito injustificada, porque o simbolismo e a poesia (pelo menos do modo como os modernos entendem essa última) são seguramente duas coisas inteiramente diferentes, e diremos mesmo que se a ciência for entendida no sentido tradicional e não profano, não poderá haver nada mais verdadeiramente “científico” que o simbolismo.

Setembro de 1948

– No *Speculative Mason* (número de Abril de 1948), reparamos num estudo sobre “a morte do Companheiro”. Trata-se naturalmente da iniciação ao grau de Mestre e da identificação do recipiendário a Hiram, em virtude da qual “ele deve elevar-se a um nível onde agirá por motivos superiores a ele mesmo e participará de um carácter universal”, o que de facto acerca-se da noção de desapego dos frutos da acção segundo a *Bhagavad-Gitâ*. Muitos autores estudam o significado da máxima “Conhece-te a ti mesmo”; de um modo geral, essas exposições insistem sobretudo na necessidade de orientar a consciência para o interior, fazendo-a penetrar gradualmente do estado inteiramente superficial em que vive o homem comum em outros estados cada vez mais profundos, até que finalmente consiga, após ter-se libertado de todas as limitações contingentes, atingir o próprio centro do ser, onde reside o verdadeiro “Ser”.

Outubro-Novembro de 1948

– Em o *Symbolisme* (número de Setembro-Outubro de 1947), P. O'Neill, num artigo intitulado *A propósito das “Resoluções de New-York”*, analisa certos aspectos da divergência existente entre a Maçonaria Anglo-saxónica e a Maçonaria Francesa, parecendo dever-se sobretudo ao que, mesmo partindo uma e outra das concepções expressas nas Constituições de Anderson, de algum modo levou-as a seguir em direcções opostas no decurso do seu desenvolvimento. Assim, enquanto a Maçonaria Francesa acentuava cada vez mais a tendência para a “modernização”, a Maçonaria Inglesa, graças à acção dos “Antigos”, pelo contrário aproximava-se da verdadeira tradição à qual Anderson havia feito ataques deploráveis. No número de Novembro, sob o título *Iniciação e Mito Adâmico*, Gaston Moyse faz algumas reflexões a propósito da substituição das duas colunas, num templo maçónico, por duas estátuas representando um homem e uma mulher. Com efeito, apesar de estar certo que as duas colunas simbolizam os dois princípios complementares que podem ser designados como masculino e feminino, pensamos que uma tal figuração antropomórfica, evidentemente nada tendo de tradicional, limitaria bastante

o conteúdo desse simbolismo, atraindo a atenção exclusivamente para o que na realidade seria apenas uma simples aplicação particular. Nos mesmos dois números e no de Dezembro, encontramos um estudo intitulado *Modelo de uma interpretação hieroglífica segundo o P. Kircher*, por Louis Coulon; trata-se da explicação de uma figura numa tábu isíaca no Museu de Turim, representando um escaravelho com cabeça humana acompanhado de muitos símbolos acessórios. Os comentários do P. Kircher, para quem essa figura “resume os maiores mistérios e encobre as mais altas potências”, certamente não deixam de ter interesse em si mesmos, ainda que seja extremamente duvidoso poderem ser tomados no seu conjunto como a expressão de ideias autenticamente egípcias. Desde logo é certo que o monumento em questão não é muito antigo, porque vê-se nele não uma inscrição hieroglífica mas quatro caracteres que poderão ser letras gregas mais ou menos mal formadas, muito difíceis de interpretar por essa mesma razão (em todo o caso, não acreditamos que possam formar a palavra *philo*), ficando muito evidenciado não datar mais que o período alexandrino. Mas o que é bastante curioso e parece ter passado despercebido, é essa figura ser manifestamente o protótipo de uma outra que está, ao que parece, numa obra árabe de Ibn Wahshiyah; há nisto um verdadeiro enigma e certamente seria interessante que alguém pesquisasse sobre o assunto. Mas desde logo teria de assegurar-se se von Hammer, cuja “documentação” é sempre muito suspeita, não interviria em alguma coisa como suspeitamos. No número de Dezembro, Marius Lepage dedica um artigo a Stanislas de Guaita, por ocasião do cinquentenário da sua morte, do qual o *Symbolisme* começou depois a publicar, a partir de Janeiro de 1948, os fragmentos do *Problema do Mal* acompanhados dos comentários de Oswald Wirth. Nos números de Dezembro de 1947 e de Janeiro e Fevereiro de 1948, J.-H. Probst-Biraben estuda *O hermetismo das antigas literaturas mediterrâneas*. De facto, trata-se sobretudo do *Romance da Rosa*, e também de Dante e Rabelais, havendo aí comparações interessantes, particularmente com o Sufismo, mas não deixamos de perguntar-nos porque tanta gente hoje parece acreditar que existe um simbolismo especificamente “mediterrâneo”. No número de Janeiro, Albert Lantoine examina longamente o livro de M. Chettéoui sobre *Cagliostro e Catarina II*, do qual igualmente já falámos aqui (ver número de Abril-Maio de 1948); ele centra-se sobretudo em deslindar as várias razões da hostilidade de Catarina II a respeito da Maçonaria em geral e de Cagliostro em particular, e a respeito do carácter e do papel dele as suas conclusões são, se não favoráveis, pelo menos bastante moderadas. Nos números de Março, Abril e Maio, J. Corneloup faz o histórico das *Constituições do Grande Oriente de França* e das suas sucessivas modificações do decorrer do século XIX, sobretudo aquela de 1877 que teve consequências tão infelizes. O que é verdadeiramente singular, é os processos verbais desse Convénio não fazerem nenhuma menção à supressão da fórmula do “Grande Arquitecto do Universo”, não se encontrando mesmo sinais de um voto respeitante a uma “reforma dos rituais” que obviamente deveria implicar essa supressão, voto que no entanto aconteceu. Quais poderiam ser as razões dessa espantosa lacuna? A esse respeito, assinalamos um outro ponto curioso que não é tratado neste artigo: trata-se da decisão de suprimir todos os “emblemas tendo um carácter religioso ou monárquico”; essa decisão que, deve ter sido tomada pelo Grande Colégio dos Ritos, bem parece estar ligada à própria “reforma”. Temos diante dos olhos um documento demonstrando que desde 1876, sobre o selo do dito Grande Colégio dos Ritos, a divisa escocesa *Deus meumque jus* fora substituída por *Suum cuique jus*, e que a águia de duas cabeças sofrera a metamorfose no que alguém um dia chamou “uma espécie de quimera apocalíptica”. Como e porque essas mudanças (desde logo nem sequer concordando com a reivindicação de regularidade do Grande Oriente no respeitante aos altos graus do Rito Escocês) foram assim operadas, pelo menos um ano antes da votação de que logicamente elas parecem ser uma consequência? Não procuraremos explicar por não ter à nossa disposição todos os elementos necessários, mas acreditamos que seria interessante tentar esclarecer este outro mistério. No número de Junho, reparamos num artigo sobre *O simbolismo do terceiro grau* e as suas relações com o conjunto do simbolismo maçónico, e num outro sobre *O simbolismo e o folclore*, que apesar de certas opiniões correctas testemunha um demasiado “ecletismo” face às diversas teorias modernas, que certamente não vão ao fundo da questão.

Janeiro-Fevereiro de 1949

– O *Speculative Mason* (número de Julho de 1948) contém uma série de estudos sobre os diversos símbolos figurando no *Tracing Board* do 1.º grau; ela é precedida de uma exposição histórica, a quem são acrescentadas algumas indicações interessantes respeitantes ao ritual operativo. Dessa exposição resulta claramente que a forma adoptada actualmente em Inglaterra para o *Tracing Board* é muito recente, não datando mais que 1849; anteriormente, parece que havia uma grande variedade nos desenhos utilizados pelas diferentes Lojas, se bem que naturalmente os símbolos principais estivessem sempre presentes de um modo constante. O autor deplora com justa razão que as interpretações puramente “moralizantes”, que adquiriram uma espécie de autoridade pelo facto da sua incorporação aos rituais impressos, sejam por isso mesmo um impedimento a toda a procura de uma explicação de ordem mais esotérica. Mencionamos também o início de um artigo intitulado *On asking questions*⁴⁰³, mas não se trata de perguntas feitas exteriormente e sim de um esforço de concentração devendo levar-nos a encontrar as respostas em nós mesmos, porque “a semente da Sabedoria está em nós e o seu crescimento opera-se do interior para o exterior” e, como ensina a *Bhagavad-Gîtâ*, tudo está incluído no verdadeiro Conhecimento Espiritual, que definitivamente não é outro senão o conhecimento do “Ser”.

– Recebemos o primeiro ano (de Setembro de 1947 a Junho de 1948) da revista *Masonic Light*, publicada em Montreal. Nela encontra-se sobretudo pesquisas históricas, cuja maioria reporta-se à questão muito obscura e controversa das origens da Maçonaria no Canadá, mas que apesar do seu carácter bastante “local” não deixam de ser dignas de interesse. Pelo contrário, assinalamos a ausência quase completa de artigos referentes mais ou menos directamente ao simbolismo, e perguntamo-nos quais poderão ser as razões dessa lacuna um pouco espantosa. Por outro lado, os redactores desta revista constatarem com pesar a ignorância geral de tudo que respeite à Maçonaria noutros países e propõem-se a tarefa de remediar esse lamentável estado de coisas, o que ademais certamente não é particular ao Canadá; sem dúvida que eles terão muito a fazer a esse respeito, a julgar pelas diversas notas mais ou menos contraditórias, particularmente a respeito da Maçonaria Francesa, dando a impressão lamentável de terem dela ideias muito pouco exactas. A este respeito, assinalamos, de um ponto de vista mais geral, o grande interesse que haveria em estudar um pouco mais a questão, que encontramos mencionada aqui incidentalmente, ademais parecendo muito difícil de esclarecer completamente, da existência da Maçonaria em França antes da data comumente admitida de 1725, e do que poderia bem ser na realidade um “rito escocês” que, no dizer de alguns, estava estabelecido desde 1688; isto talvez pudesse dar a explicação de certas particularidades nos rituais franceses, que seguramente não poderiam provir daqueles que eram praticados pela Grande Loja de Inglaterra. Reparamos ainda num detalhe bastante divertido: o da surpresa manifesta ao tomar conhecimento da existência do Martinismo, apesar de nunca ser alguma coisa de muito escondida, pela descoberta fortuita em Montreal de um ritual do Ramo americano do Dr. Blitz. E porque é colocada uma pergunta a esse respeito sobre o significado do nome de Eliphas Lévi, podemos responder muito facilmente: ele não é uma tradução, mas tão simplesmente uma “hebraização” por equivalência fonética aproximada dos seus prenomes Alphonse-Louis; quando a *Zahed* (e não *Zaheb*), é a tradução de Constant (e não Contant) que era o seu nome de família. Não há então nada de muito enigmático.

Outubro-Novembro de 1949

– No *Speculative Mason* (número de Janeiro de 1949), assinalamos várias notas sobre o Companheirismo que, a dizer verdade, são um pouco sumárias, e um artigo sobre a Astrologia, que expõe opiniões geralmente correctas sobre a parte de verdade que essa ciência contém tal

⁴⁰³ Perguntas sobre dúvidas (nota do tradutor).

como se apresenta actualmente e sobre as fantasias que se têm misturado nela; o autor deste artigo dá pouca importância ao aspecto das “predições”, no que estamos inteiramente de acordo com a sua opinião.

– O número de Abril dá uma descrição muito interessante dos ritos celebrados anualmente pela Maçonaria Operativa para comemorar a fundação do Templo de Salomão. Acham-se aí considerações que tocam de muito perto as que já expusemos do decurso do nosso estudo sobre a *Palavra Perdida e palavras substitutas* (ver números de Julho-Agosto a Dezembro de 1948). Nesses dois números, um estudo intitulado *The Freemason of Irish Mythology*⁴⁰⁴, o qual deverá ter continuação, contém no respeitante à antiga tradição irlandesa informações curiosas e pouco conhecidas. Reparamos também nos artigos sobre o “Zodiaco arcaico de Somerset”, do qual já falámos aqui anteriormente em *A Terra do Sol* (ver número de Janeiro de 1936)⁴⁰⁵. Mas a origem “suméria” que lhe é atribuída devido a algumas das suas particularidades, parece-nos muito pouco verossímil, ademais sendo-nos impossível levar a sério trabalhos como aqueles de L. A. Waddell que sobretudo demonstram uma imaginação prodigiosa.

– O *Masonic Light* de Montreal (números de Setembro de 1948 a Junho de 1949) publicou uma curiosa série de artigos expondo uma nova teoria sobre a origem da Maçonaria, que o autor reporta não a Salomão mas a Moisés, o que é bastante paradoxal. Através de considerações baseadas sobretudo nos números, nem sempre sendo muito claras (talvez por lhe faltarem algumas figuras), procura afirmar que o simbolismo do Tabernáculo teria sido muito mais completo que o do Templo de Salomão que, segundo ele, de certo modo não teria sido senão uma imitação imperfeita por certos segredos terem-se perdido entretanto. A dizer verdade, é muito natural que o Templo de Salomão apresentasse certas parecenças com o Tabernáculo, por se destinar a ocupar as mesmas funções, mas também certas diferenças, correspondendo à passagem dos israelitas do estado nómada ao estado sedentário, mas não vemos porque umas e outras possam realmente ser motivo para o desaprovar assim. Por outro lado, evidentemente que o Tabernáculo não era um edifício construído em pedra, e só isso bastaria, parece-nos, para excluir que se fale de Maçonaria a seu respeito; o ofício dos carpinteiros é certamente muito distinto daquele dos pedreiros, e o antigo diferendo que se perpetuou até aos nossos dias entre uns e outros demonstra bem que é impossível qualquer assimilação entre eles (ver o nosso artigo sobre este assunto no número de Dezembro de 1946)⁴⁰⁶. Que os nomes dos principais obreiros que trabalharam na construção do Tabernáculo tenham sido introduzidos em alguns altos graus, é uma outra questão que não tem nada a ver com a Maçonaria propriamente dita. Agora, se alguém quiser ir além de Salomão poderá, com muito maior razão, recuar ainda mais longe, até ao próprio Abraão; com efeito, encontra-se aí um indício bastante claro a esse respeito, no facto do Nome Divino invocado muito particularmente por Abraão ter sido sempre conservado pela Maçonaria Operativa. E essa conexão de Abraão com a Maçonaria é desde logo facilmente compreensível para qualquer um que possua algum conhecimento da tradição islâmica, porque ela está em relação directa com a edificação da *Kaabah*. Assinalamos também um artigo pretendendo provar que na realidade houve dois Hiram, o pai e o filho; o primeiro é o que foi assassinado durante a construção do Templo, e o segundo teria depois terminado a sua obra. A argumentação é engenhosa mas não convincente, parecendo-nos mesmo que a interpretação dos textos bíblicos em que se baseia é um pouco forçada. Dentre os artigos contidos na mesma revista, dos quais muitos são interessantes do ponto de vista histórico, mencionamos somente aqueles onde é discutida a questão de uma “modernização” da Maçonaria. Partidários e adversários expõem igualmente os seus argumentos, e tudo o que podemos dizer é que os primeiros provam sobretudo, pelo ponto de vista muito profano em que se dispõem, que nem sequer compreendem o carácter essencial da Maçonaria.

⁴⁰⁴ *O Franco-Maçom e a Mitologia Irlandesa* (nota do tradutor).

⁴⁰⁵ Este artigo constitui o capítulo XII dos *Símbolos fundamentais da Ciência Sagrada*.

⁴⁰⁶ Ver o capítulo IX da presente obra.

Dezembro de 1949

– Em o *Symbolisme* (número de Outubro de 1948), Marius Lepage, num artigo intitulado *A libertação espiritual para a Franco-Maçonaria*, dedica-se a precisar as características gerais da época actual e denuncia muito justamente a confusão que daí resulta em todos os domínios, particularmente no domínio intelectual, onde as coisas chegaram ao ponto das palavras perderem completamente o seu sentido. Infelizmente, ele mesmo também comete uma outra confusão, quando diz que no Ocidente parece haver actualmente duas organizações que podem dizer-se “iniciáticas”, a Igreja Católica e a Maçonaria; isso é exacto para a última mas não para a Igreja, porque é uma religião, ou mais genericamente um exoterismo tradicional, não tendo nada de iniciática. Essa confusão não deixa de ter consequências bastante infelizes, porque pondo em paralelo e de alguma maneira em concorrência essas duas organizações, quando na realidade os seus domínios são totalmente diferentes, arrisca-se bastante a dar um argumento àqueles que pretendem ver entre elas uma oposição radical. Desde logo, acha-se aí mesmo um exemplo muito claro no modo como o autor descarta os dogmas da Queda e da conseguinte Redenção, pretendendo mesmo achar nisso uma das diferenças principais entre a Igreja e a Maçonaria. Isso foi muito bem observado, no número de Janeiro de 1949, por um leitor que assina com as iniciais J. G., o qual faz uma excelente exposição da interpretação desses dogmas, tendo tido o cuidado de estabelecer a distinção entre os dois pontos de vista exotérico e iniciático. Citamos algumas linhas da sua conclusão: “Se o exoterismo pode bater-se com um outro exoterismo sobre a realidade das definições dogmáticas que pronuncia, pelo contrário parece impossível que o discípulo de um esoterismo possa negar o dogma religioso. “Se ele compreender bem a arte”, interpretará mas não negará, senão cairá no próprio terreno das limitações exoteristas. Tem havido uma confusão lamentável em pretender julgar um exoterismo com a óptica esotérica e em nome de um esoterismo...” No número de Novembro, e depois naqueles de Janeiro e Fevereiro de 1949, vários artigos assinados “A Letra G” encaram a explicação do *Marxismo* fora de toda a preocupação política, reportando-o às condições do período cíclico em que estamos actualmente do qual, com efeito, ele é bem uma das suas manifestações características. Não temos reservas a fazer senão num ponto, sem dúvida por ter sido insuficientemente precisado, podendo dar lugar a um equívoco: certamente que para tentar compreender tudo, do ponto de vista iniciático, só é possível colocando cada coisa no seu devido lugar apoiando-se em dados tradicionais, tal como o autor propôs-se fazer aqui, mas não é por isso que se pode igualmente pensar “integrar nas noções tradicionais” o que procede de um espírito essencialmente anti-tradicional, ou seja, não somente o Marxismo mas também todas as concepções especificamente modernas de qualquer ordem que elas sejam.

– No número de Novembro, um artigo de J. B. sobre *A Gnose e os Eons* tenta pôr um pouco de ordem no que se conservou das teorias das diferentes escolas gnósticas, certamente não sendo uma tarefa fácil. Há no início uma muito curiosa contradição: primeiro é dito que “a Gnose é o conhecimento transcendental”, e depois, algumas linhas mais adiante, que “a Gnose é um sincretismo”, o que é evidentemente inconciliável e não se pode explicar senão pelo facto do mesmo termo ser tomado com dois significados completamente diferentes. No primeiro caso, trata-se realmente da *Gnose* entendida no seu sentido próprio e etimológico de conhecimento puro, mas no segundo não se trata na realidade senão do *Gnosticismo*, e isto demonstra ainda o cuidado que deveria tomar-se na aplicação para evitar toda a confusão verbal. No mesmo número, assinalamos um interessante artigo de Marius Lepage sobre *A Letra G*. Desde logo ele cita o que dissemos a esse respeito em *A Grande Tríade*, e depois diversos documentos publicados recentemente tanto sobre a Maçonaria Operativa como sobre os primeiros tempos da Maçonaria Especulativa, donde parece resultar que no grau de Companheiro a letra G era considerada a inicial da palavra *Geometria*, enquanto seria apenas no grau de Mestre que inicialmente ela foi dada como

significado *God*⁴⁰⁷. Como já dissemos frequentemente, pela nossa parte não acreditamos na origem recente comumente atribuída ao grau de Mestre, mesmo que na realidade não haja qualquer incompatibilidade entre esses dois significados que unicamente se sobrepõem um ao outro, como acontece frequentemente no simbolismo, mas teremos ainda oportunidade de voltar a este assunto. No número de Dezembro, um artigo sobre *O simbolismo do ponto*, assinado “Timotheus”, apresenta alguns dados retirados principalmente do Esoterismo islâmico e da Kaballah e aproxima-os dos textos de autores ocidentais, principalmente de Saint-Martin e de Novalis; depois ele opõe-se ao reflexo invertido que se encontra actualmente no surrealismo que apresenta, e não sem alguma razão sem dúvida, como inspirado pela contra-iniciação. O número de Fevereiro de 1949 contém uma importante *Contribuição ao estudo dos landmarks*, por G. Mercier. Aí procura-se sobretudo resolver a questão tão controversa do número de *landmarks*, pensando o autor com razão não ser isso possível no referente à Maçonaria Operativa; apoiando-se nos processos utilizados por aquela para determinar a orientação e os limites ou marcos (sentido original do termo *landmarks*)⁴⁰⁸ de um edifício, ele consegue, por considerações que infelizmente são impossíveis de resumir, fixá-los no número 22 de que ressalva o valor simbólico e as múltiplas correspondências, encontrando ainda uma outra confirmação desse resultado na figuração da “prancha de traçar”⁴⁰⁹. Do mesmo autor, no número de Março, um artigo sobre *Cordão enlaçado e borda dentada*, assunto tocando de perto aqueles da “cadeia de união” e dos “enquadramentos” que nós mesmos já tratámos aqui (ver números de Setembro e Outubro-Novembro de 1947)⁴¹⁰. Ele expõe ainda interessantes considerações sobre o simbolismo numérico, e a dizer verdade faz pouca menção à “borda dentada”, o que desde logo era inevitável por não se saber com certeza o que poderia designar primitivamente essa expressão, que parece reportar-se a alguma coisa mais comparável à “abóbada celeste” da tradição extremo-oriental que à *tesselated border* da Maçonaria Inglesa. No mesmo número, “A Letra G” fala do *Oportunismo do iniciado*, que “não é a submissão à moda da época, nem a baixa imitação das ideias correntes”, mas pelo contrário consiste no esforço de exercer, conforme a noção taoista, a função de “reitor invisível” em relação ao mundo das relatividades e das contingências.

– No número de Abril, o mesmo autor encara *A tolerância, virtude iniciática*, que nada tem de comum com essa espécie de indiferença à verdade e ao erro que comumente é designada pelo mesmo nome. Do ponto de vista iniciático, bastaria admitir como igualmente válidas todas as diferentes expressões da Verdade Una, que é dizer em suma, reconhecer a unidade fundamental de todas as tradições; mas, perante o sentido inteiramente profano que frequentemente é dado à palavra “tolerância”, ademais muito evocada para exprimir a ideia de uma espécie de condescendência pelas opiniões que não se aceita, não teria sido melhor tentar encontrar uma outra que não arrisca-se a causar confusão? Este número começa por um artigo necrológico sobre Albert Lantoine, o historiador muito conhecido da Maçonaria, mas infelizmente não acreditamos que alguma vez tenha compreendido o sentido profundo e o conteúdo iniciático dela, ademais ele próprio declarando prontamente que não se reconhecia alguma competência em matéria de simbolismo; mas na ordem de estudos a que se reportam os seus trabalhos, deu sempre provas de uma independência e de uma imparcialidade dignas dos maiores elogios, as quais são qualidade muito raras para que não lhe seja prestada a devida homenagem.

⁴⁰⁷ *Deus* (nota do tradutor).

⁴⁰⁸ Assim *landmark* significa “terreno marcado”, com marcos ou balizas limítrofes dentro das quais se inscreverá a edificação (nota do tradutor).

⁴⁰⁹ Ou “Prancha Traçada”, nas quais se escreve os trabalhos apresentados hoje nas Lojas da Maçonaria Especulativa, mas tendo a sua origem na Maçonaria Operativa ou dos Artífices, onde eram desenhadas as plantas dos imóveis, criados os seus projectos de construção e montadas as respectivas maquetas, donde também ser conhecida como “Peça de Arquitectura” (nota do tradutor).

⁴¹⁰ Esses artigos constituem os capítulos LXV e LXVI de *Símbolos fundamentais da Ciência Sagrada*.

– Igualmente no número de Abril, J.-H. Probst-Biraben estuda as *Cores e símbolos herméticos dos antigos pintores italianos*. Há nisso uma série de observações interessantes mas que chegam a qualquer conclusão precisa, talvez porque, na mesma época do Renascimento, certos conhecimentos esotéricos apesar de serem frequentemente expostos nas obras a sua aparência exterior era puramente religiosa; por outro lado, encontramos no final a ideia de uma “tradição mediterrânea” que na realidade nos parece mais que problemática. No número de Maio, *Psicanálise colectiva e simbolismo maçónico*, por “Timotheus”, baseia-se nas teorias de Jung para interpretar a ideia de tradição e a origem do simbolismo; como já demonstrámos no nosso recente artigo sobre *Tradição e «Inconsciente»* (ver número de Julho-Agosto de 1949) os erros perigosos que implicam as concepções desse género, é inútil insistirmos de novo e somente assinalamos o seguinte: quando alguém atribui o surrealismo à acção da contra-iniciação, como é possível não se aperceber que o mesmo também é verdade e com maior razão para a psicanálise? Neste número e no de Junho, François Menard estuda o que ele chama *A sabedoria «taoista» dos Ensaaios de Montaigne*. Entenda-se que essa é apenas uma maneira de falar, porque Montaigne certamente não teve conhecimento do Taoísmo e sem dúvida nunca recebeu qualquer iniciação, de maneira que a sua “sabedoria” é basicamente de uma ordem muito exterior; mas alguns “encontros” não deixam de ser curiosos, e de resto sabemos que outros têm reparado numa estranha semelhança entre o modo de desenvolvimento do pensamento de Montaigne e o do pensamento chinês, um e outro procedendo de alguma forma “em espiral”. Não deixa de ser notável que Montaigne tenha encontrado pelos seus próprios meios, pelo menos teoricamente, certas ideias tradicionais que seguramente não lhe foram fornecidas pelos moralistas que estudou e serviram de ponto de partida às suas reflexões.

– No número de Junho, J.-H. Probst-Biraben, em *O hermetismo de Rabelais e os Conpanheiros*, aborda a questão muito enigmática das relações de Rabelais com os hermetistas e as organizações iniciáticas do seu tempo. Ele destaca numerosas passagens da sua obra que parecem conter alusões aos ritos das fraternidades operativas, pensando que deverá ter estado afiliado em uma delas, sem dúvida na qualidade de capelão, o que seguramente não tem nada de inverosimilhante. No número de Julho, sob o título *Franco-Maçonaria e Tradição Iniciática*, J. Cornéloup expõe várias ideias que considera corresponderem ao desenvolvimento actual de certas tendências no que respeita a uma restauração do espírito tradicional na Maçonaria. A intenção é certamente excelente, mas há aqui e ali vários erros: assim, ele não deveria esquecer que a Maçonaria é uma forma iniciática propriamente ocidental, e por conseguinte não se lhe pode “enxertar” um elemento oriental, e mesmo que se possa encarar legitimamente uma certa ajuda da Oriente para reavivar as tendências espirituais adormecidas, em todo o caso não será do modo que ele concebe. Este é um assunto sobre o qual haveria muito a dizer mas que presentemente não podemos desenvolvê-lo. François Menard dá uma interessante *Contribuição ao estudo das ferramentas* que, inspirado pelo “espírito operativo”, de alguma maneira poderia servir de base a uma restauração dos rituais do grau de Companheiro, nos quais foram introduzidas múltiplas divergências quanto ao número de utensílios que intervêm e à ordem em que são numerados. Ele observa quatro pares de ferramentas: esquadro e compasso, malhete e cinzel, perpendicular e nível, régua e alavanca, cada uma delas representando dois princípios cosmogónicos complementares, e em último lugar uma ferramenta isolada, a trolha, que “corresponde à própria mão do Obreiro Divino, Construtor do Mundo”. Marius Lepage fala *Da origem do termo «Franco-Maçom»*: nos antigos documentos ingleses encontra-se a expressão *freestone masons*, “pedreiros da pedra livre”, utilizada como um equivalente de *freemasons*, de maneira que este último termo parece ser uma abreviação daquele, pelo que a interpretação geralmente mais conhecida de “pedreiros livres” só teria aparecido e sido aceite no decorrer do século XVII. No entanto, não será possível que esse duplo sentido, na verdade muito natural e de facto justificável, seja muito anterior, apesar dos documentos escritos não conterem nada que o indique expressamente? Por fim, em *Sabedoria e Iniciação*, “A Letra G” critica muito justamente aqueles que, no meio da instabilidade do mundo moderno, têm a pretensão de “construir uma nova sabedoria” sobre bases tão instáveis como tudo

o resto. Não pode existir verdadeira Sabedoria senão a que assenta sobre o que nunca muda, ou seja, sobre o Espírito e o Intelecto puro, e só a via iniciática permite alcançá-la.

Janeiro-Fevereiro de 1950

– O *Speculative Mason* dedica uma grande parte do seu número de Julho de 1949 a um importante estudo que, tomando por ponto de partida um artigo de Marius Lepage no *Symbolisme* (ver o nosso relatório no número de Dezembro de 1949), traz conhecimentos inéditos e muito interessantes sobre a questão da “letra G”, como também sobre as suas relações com a *swástika* na Maçonaria Operativa; de momento não insistiremos mais, porque tencionamos voltar a ele num artigo especial. No mesmo número, um artigo sobre as “dimensões do Templo”, encaradas do ponto de vista astrológico, contém considerações muito curiosas mas talvez um pouco influenciadas por certas concepções “neo-espiritualistas”. Anotamos ainda uma exposição sobre o “preconceito da cor” na Maçonaria Americana, dando precisões históricas pouco conhecidas que são de natureza a causar um certo espanto entre aqueles que não estão ao corrente do assunto.

Abril-Maio de 1950

– No *Masonic Light* de Montreal (número de Setembro de 1949), encontramos um artigo sobre os emblemas descobertos no antigo *Collegium* dos Maçons Operativos de Pompeia, e um outro que coloca a questão, mas sem a resolver, de saber quem foi o sucessor imediato de Salomão como Grão-Mestre da Maçonaria. Assinalamos também a reprodução de extractos de uma brochura publicada por uma organização inglesa intitulando-se *The Honourable Fraternity of Ancient Masonry*, saída de um dos cismas ocorridos na *Co-Maçonaria*, desde logo sendo exclusivamente feminina. O mais curioso é as pessoas que redigiram essa brochura estarem tão mal informadas acerca das origens da sua própria organização, para acreditarem que Maria Deraismes recebeu a iniciação na Grande Loja Simbólica Escocesa com a qual nem ela e nem o “Direito Humano” que fundou, do qual a *Co-Maçonaria* é o ramo anglo-saxónico, nunca tiveram alguma relação, ademais não se tornando ela mesma “mista” senão muito mais tarde. A verdade é que Maria Deraismes foi iniciada numa Loja dependente do Grande Oriente de França, a qual imediatamente foi “posta em adormecimento” por essa irregularidade. Também é singular que os dirigentes dessa mesma organização tenham podido iludir-se ao ponto de endereçarem à Grande Loja de Inglaterra, em 1920, um pedido de reconhecimento pelo qual pretendiam assimilar a admissão de mulheres na Maçonaria, pelo facto de agora terem acesso a carreiras profanas que antes lhes eram interditas; isso foi-lhes negado de maneira cortês mas muito firme, como evidentemente não podia ser de outra maneira. No número de Outubro da mesma revista, assinalamos um artigo sobre o simbolismo da Estrela Flamejante, cujo interesse é sobretudo o de mostrar que existem numerosas divergências na sua interpretação e mesmo na sua figuração. Assim, quando é dito na *Enciclopédia* de Mackey que a Estrela Flamejante não deve ser confundida com a estrela de cinco pontas, isso implica que deve ser representada com seis pontas, e com efeito por vezes é assim, o que sem dúvida permite apresentá-la como um símbolo da Providência, como também a assimilar à Estrela de Bethlehem, porque o selo de Salomão é igualmente designado como a “Estrela dos Magos”. Mas não deixa de haver aí um erro, porque a estrela de seis pontas é um símbolo essencialmente macrocósmico, enquanto a estrela de cinco pontas é um símbolo microcósmico; ora, o significado da Estrela Flamejante é antes de tudo microcósmico, havendo mesmo casos onde ela não pode ser outra, como quando é figurada entre o esquadro e o compasso (cf. *A Grande Tríade*, cap. XX). Por outro lado, quando se adopta a perspectiva propriamente cósmica, a identificação muito estranha da Estrela Flamejante ao Sol constitui uma outra deformação, que de resto talvez fosse desejada por estar em manifesta conexão com a mudança de um simbolismo primitivamente polar num simbolismo solar; na realidade, a esse respeito a Estrela Flamejante não pode ser identificada senão à Estrela Polar, e a letra G

inscrita no seu centro é desde logo uma prova suficiente, como nós mesmos tivemos a ocasião de indicar (cf. igualmente *A Grande Tríade*, cap. XXV), e como ainda a confirmam as considerações expostas no estudo do *Speculative Mason* que mencionámos mais atrás.

– O *Speculative Mason* (número de Outubro de 1949) após ter dado um apanhado geral do conteúdo dos manuscritos dos *Old Charges*, dos quais conhece-se agora perto de uma centena, e ter destacado neles as indicações respeitantes à existência de um segredo, indicações que evidentemente não podem ser muito explícitas em documentos escritos e até “semi-públicos”, estuda muito especialmente a questão do nome que é dado ao arquitecto do Templo de Salomão. Coisa singular: esse nome nunca foi aquele de *Hiram*, pois na maioria dos manuscritos ele aparece quer como *Amon*, quer sob outra forma que parece não ser senão uma corrupção, parecendo então que o nome de *Hiram* terá substituído aquele tardiamente provavelmente por a Bíblia o mencionar, apesar de na realidade não lhe atribuir a qualidade de arquitecto, enquanto o nome de *Amon* não aparece em parte alguma. O que também não deixa de ser estranho é esse nome em hebreu ter precisamente o sentido de “artesão” e de “arquitecto”, podendo-se então perguntar se um nome comum foi tomado por um nome próprio, ou se pelo contrário essa designação foi dada aos arquitectos, porque desde logo parece ter sido o nome daquele que edificou o Templo? Seja como for, a sua raiz, donde claramente deriva o termo *amen*, exprime tanto em hebreu como em árabe as ideias de firmeza, de constância, de fé, de fidelidade, de sinceridade, de verdade, as quais estão muito de acordo com o carácter atribuído pela lenda maçónica ao terceiro Grão-Mestre. Quanto ao nome do deus egípcio *Amon*, se bem que a sua forma seja idêntica possui um significado diferente, o de “escondido” ou de “misterioso”; no entanto, poderá ser que no fundo haja entre todas as essas ideias maior relação do que parece à primeira vista. Em todo o caso, a esse respeito não deixa de ser curioso constatar que as três partes da palavra do *Royal Arch* a que fizemos alusão num dos nossos estudos (*Palavra Perdida e palavras substitutas*, no número de Outubro-Novembro de 1948)⁴¹¹, consideradas como representando os Nomes Divinos nas três tradições hebraica, caldaica e egípcia, eram na Maçonaria Operativa reportadas respectivamente nessa ordem a Salomão, a Hiram, rei de Tiro, e ao terceiro Grão-Mestre, o que pode levar a pensar que a conexão “egípcia” sugerida pelo antigo nome desse último não ser puramente accidental. A esse respeito, acrescentamos uma outra observação que não deixa de ter interesse: supôs-se que o que é dado como um nome divino egípcio era na realidade o nome de uma cidade, facto introduzido pela confusão entre uma divindade e o lugar onde era adorada; portanto, há realmente sob uma forma um pouco diferente, apesar de totalmente semelhante se levar-se em conta a indeterminação das vogais, na composição de um dos principais nomes de Osíris, dizendo-se mesmo ser o seu “nome real”, e o que é ainda mais singular é ele possuir propriamente o sentido de “ser”, tanto como o termo grego de quem é quase homónimo e o qual, segundo alguns, também poderá ter contribuído para a confusão. Não pretendemos tirar daí nenhuma conclusão, excepto que, em assuntos deste género, não se deva ter uma confiança excessiva nas soluções que parecem simples quando as coisas não são examinadas de perto. Dentre outros artigos, apontamos um intitulado *As Távolas do Rei Salomão e do Rei Artur*; as “távolas” referidas possuem ambas um mesmo simbolismo astronómico, dando-se aqui prioridade àquela de Artur por se a identificar ao Zodíaco arcaico de Somerset, cuja origem será então muito anterior à época de Salomão. Mas, a dizer verdade, essa questão de prioridade parece-nos perder muito da sua importância por se tratar, como pensamos, de representações derivadas de um mesmo protótipo sem nenhuma ligação directa com uma e outra. Mencionamos ainda diversas reflexões sobre o simbolismo da *Mark Masonry*, e um artigo intitulado *O ABC da Astrologia* que apresenta um esboço das características dos planetas e dos signos zodiacais, ademais introduzindo certas opiniões modernas que requerem bastante reserva.

⁴¹¹ Ver capítulo XII da presente obra.

– No *Masonic Light* (número de Novembro de 1949), dois artigos são dedicados a várias questões de simbolismo. Num deles, trata-se do ramo de acácia, símbolo de imortalidade e também, segundo o significado do seu nome em grego, de inocência; quanto à referência à iniciação, não pensamos que se possa considerá-la como tendo um terceiro sentido propriamente falando, porque ela está directamente ligada às ideias de ressurreição e de imortalidade. O outro artigo reporta-se à régua de 24 polegadas, aproveitando para observar que a adopção mais ou menos recente do sistema métrico em certos países não deve igualmente ter por efeito alterar, nos rituais, a indicação dessa medida que possui um valor tradicional. Por outro lado, o autor observa que essa régua não figura sempre entre os instrumentos do primeiro grau; isso é exacto, mas desde logo ele esqueceu completamente de indicar o seu papel no ritual do terceiro grau, pois é aí que ela aparece mais claramente na sua relação simbólica com o dia dividido em 24 horas⁴¹². Observamos também que a repartição dessas horas em três grupos de oito, se bem que mencionada em certas instruções aos novos iniciados, não representa em suma senão uma “utilização do tempo” bastante banal⁴¹³, sendo um exemplo da tendência “moralizante” que infelizmente prevalece na interpretação corrente dos símbolos. A repartição em duas séries de doze correspondendo às horas do dia e da noite (como igualmente ao número de letras compondo as duas partes da fórmula da *shahâdah* islâmica), certamente daria lugar a considerações muito mais interessantes. No referente à equivalência mais ou menos aproximada da polegada actual com a antiga polegada egípcia, ela é sem dúvida muito hipotética, pois as variações sofridas pelas medidas designadas pelos mesmos nomes, segundo os países e as épocas, desde logo não parecem ter sido estudadas como mereciam, mesmo não deixando de reconhecer que um tal estudo não estaria isento de dificuldades. Alguém saberá exactamente o que eram, por exemplo, os diferentes tipos de côvados, pés e polegadas usados, por vezes inclusive simultaneamente, entre certos povos da Antiguidade? Entre os artigos históricos, reparamos em um onde são expostos os factos que levaram, entre 1830 e 1840, certas Lojas Operativas inglesas a renunciar a todo o carácter maçónico e a transformar-se em simples *Trade Unions*. Perguntamo-nos se isso não poderá explicar a ocorrência nos rituais operativos, por essa ocasião, de certas lacunas que posteriormente foram reparadas, sobretudo, ao que parece, com a ajuda dos rituais da Maçonaria Especulativa. Por uma curiosa coincidência, houve em França, no decurso do século XIX, alguma coisa de semelhante no que respeita aos rituais do Companheirismo, que também foram remediados do mesmo modo, o que desde logo poderá dar lugar a alguma dúvida sobre a antiguidade real desses rituais, tal como existem actualmente apresentados em comum com aqueles da Maçonaria, podendo não ser, pelo menos em parte, senão uma consequência dessa reconstituição.

Julho-Agosto de 1950

⁴¹² A origem da palavra *régua* é francesa, *règle*, significando “lei ou regra”. Junta ao malho e ao cinzel, a régua completa os instrumentos de trabalho do Aprendiz Maçom. Ela servirá para medir e traçar sobre a pedra bruta o corte a ser efectuado. De nada servirá o cinzel, símbolo da razão e discernimento, e o malho, símbolo da vontade, determinação e força executiva, sem as propriedades da régua. Sem regras ou directrizes pode-se fazer com que a “pedra bruta” da personalidade humana torne-se mais irregular ainda. Com respeito à polegada, é a menor unidade de distância no sistema de medidas nos países anglo-saxónicos. Um pé contém 12 polegadas, e uma jarda equivale a 36 polegadas. Qualquer distância menor que uma polegada é medida em fracções de polegada. Já o sistema métrico mede pequenas distâncias em centímetros e milímetros. Uma polegada equivale a 2,54 cm. A polegada é a medida antiga que se afastou do sistema métrico francês, contudo, ainda é utilizada esporadicamente em Portugal e no Brasil. A Maçonaria adopta-a porque simboliza o dia com as suas 24 horas. Finalmente, o tamanho da régua já sugere que é um instrumento destinado à construção operática antigamente, e especulativa ou filosófica actualmente, para todo o efeito, assinalando que o Maçom deve pautar a sua vida dentro de uma determinada medida, ou seja, programá-la na justeza espiritual e humana, ambas interligadas, e jamais se afastar dela (nota do tradutor).

⁴¹³ Depende da maneira como se observe e interprete essa repartição, tradicionalmente dedicando-se 8 horas ao estudo (Mente), 8 horas ao recreio (Emoção) e 8 horas ao trabalho (Físico), activando as três *gunas* ou “princípios” em sânscrito, respectivamente, *Satva* (para a Mente o Espírito), *Rajas* (para a Emoção e a Alma) e *Tamas* (para o Físico e o Corpo), o que se predispõe no simbolismo das *ragas* ou “regras” em sânscrito, precisamente assinalado pela régua de 24 polegadas (nota do tradutor).

– O *Speculative Mason* (número do 1.º trimestre de 1950) contém um bom artigo sobre a orientação, muito especialmente aquela dos templos e das igrejas, assunto onde as considerações “utilitárias” pelas quais os modernos pretendem explicar tudo, evidentemente não têm nenhum valor. No entanto teria sido bom indicar mais claramente que, nas civilizações tradicionais, não havia nenhuma diferença entre esse caso e aquele da orientação das casas e das cidades, não tendo o “utilitarismo” sido introduzido senão pela perspectiva profana que pouco a pouco invadiu esse domínio a tal ponto que, nos tempos modernos, a orientação dos próprios edifícios sagrados, aparecendo como “inútil”, acabou por ser inteiramente negligenciada. A respeito dos “regentes” dos quatro pontos cardiais, parece-nos que teria sido muito fácil encontrar melhores autoridades do que Mme Blavatsky, mas seja como for estamos inteiramente de acordo com o autor quando questiona: “Qual é o valor de um fenómeno físico qualquer se ele não conduzir à sua contrapartida de ordem superior?” É nisso, com efeito, que reside a diferença essencial entre a ciência tradicional e a ciência profana dos modernos, e é precisamente por isso que essa última não tem o menor valor real enquanto “conhecimento”. Reparamos também num artigo sobre o simbolismo do centro, encarado como “o ponto em torno do qual não pode haver erro”, em dois outros sobre o significado do ritual, infelizmente demasiado sumários, e em várias impressões sobre o *Grau de Marca*.

– No *Masonic Light* (número de Dezembro de 1949), destacamos um artigo sobre a *Ordem da Estrela do Oriente*, organização feminina reservada às esposas, mães, irmãs e filhas de Maçons, mas no entanto não pretendendo ter algum carácter maçónico, e um outro artigo sobre *Shakespeare e a Maçonaria*, que é uma análise do livro já antigo de Alfred Dodd, *Shakespeare Criador da Maçonaria*, do qual já falámos aqui em seu tempo⁴¹⁴. Em seguida a esse artigo aparece, no número de Janeiro de 1950, um outro onde é exposta a teoria “baconiana”, à qual na realidade efectivamente liga-se a obra de Alfred Dodd, e onde são formuladas objecções bastante justas sobre o aspecto muito particular de atribuir-se a Bacon a fundação da Maçonaria. No mesmo número, um estudo é dedicado a diversos pontos relacionados com a regularidade maçónica; os Maçons dos diferentes países evidentemente estão bem longe de estar de acordo sobre o que deve ser considerado como essencial ou não a essa regularidade, desde logo sabendo-se que uma lista verdadeiramente autorizada de *landmarks* nunca foi estabelecida em parte alguma de um modo definitivo. Falta-nos assinalar também um artigo bastante bizarro intitulado *A Libertação das Casas medievais*: segundo a tese aí sustentada, o segredo dos Maçons Operativos da Idade Média teria consistido sobretudo na posse e no uso da notação aritmética e do cálculo algébrico que haviam sido introduzidos na Europa pelos árabes, e que a sua proveniência, assegura ele, ter-se-ia tornado suspeita para as autoridades eclesiásticas a ponto de dar lugar a acusações de feitiçaria, de modo que se tornou perigoso utilizá-los abertamente. Eis aqui o que certamente não poderia estar mais longe do ponto de vista iniciático! No número de Fevereiro, um certo número de concepções erradas respeitantes à Maçonaria é denunciado e rectificado; há nisso coisas espantosas, sobretudo quando são feitas por Maçons, mas é verdade que nós próprios tivemos ocasião de constatar que muitos deles estão longe de fazer uma ideia exacta das relações que existem, por exemplo, entre a Maçonaria propriamente dita e os diversos Ritos de altos graus ou mesmo certas organizações “próximas”. Um artigo sobre o simbolismo da Estrela Polar, tocando de muito perto o assunto que já estudámos em outra parte (onde notoriamente é feita a menção da Swástika como símbolo do Pólo)⁴¹⁵, é infelizmente estragado pelo ponto de vista “evolucionista” ao supor o início do Homem por algumas observações muito simples, gradualmente chegando a certas conclusões onde o próprio simbolismo deriva dessa origem puramente empírica. Não é necessário dizer que essas concepções inteiramente modernas e profanas são absolutamente incompatíveis com a mínima noção do que é realmente a Tradição. O número de Março contém um resumo da História da

⁴¹⁴ Ver relatório na presente obra.

⁴¹⁵ Cf. *Os Símbolos fundamentais da Ciência Sagrada*, cap. XVII: *A letra G e a Swástika*.

Arquitectura, no qual encontram-se algumas informações interessantes. Mas ele é bastante “simplista”, ademais muito pouco em conformidade com o espírito tradicional, ao querer explicar por uma série de factores puramente exteriores as diferenças existentes na arquitectura segundo os tempos e os países; desde logo o autor parece não fazer nenhuma ideia do papel essencial exercido pela imitação de um “modelo cósmico” em toda a arquitectura tradicional, sendo sobretudo daí que ela tira o seu valor iniciático sem o qual a própria iniciação maçónica evidentemente nunca teria existido. Uma pequena observação acessória: porque, em uma epígrafe reproduzida na cabeça de cada edição, Voltaire (que desde logo não deveria ser citado invocando a sua qualidade maçónica, porque só foi iniciado *honoris causa* alguns meses antes da sua morte) é dado como tendo sido membro da “Loja das Sete Irmãs”? No entanto, parece-nos que as Musas foram sempre em número de nove!

ÍNDICE

RENÉ GUÉNON (dados biográficos)	pág. 3
CAPÍTULO I	
COLÓNIA OU ESTRASBURGO?	pág. 8
CAPÍTULO II	
ACERCA DOS CONSTRUTORES DA IDADE MÉDIA	pág. 9
CAPÍTULO III	
UM PROJECTO DE JOSEPH DE MAISTRE PARA A UNIÃO DOS POVOS	pág. 12
CAPÍTULO IV	
O COMPANHEIRISMO E OS BOÉMIOS	pág. 17
CAPÍTULO V	
UM NOVO LIVRO SOBRE A ORDEM DOS ÉLUS COENS	pág. 20
CAPÍTULO VI	
ACERCA DOS “ROSA-CRUZES LYONESES”	pág. 24
CAPÍTULO VII	
ACERCA DAS PEREGRINAÇÕES	pág. 26
CAPÍTULO VIII	
O ENIGMA MARTINES DE PASQUALLY	pág. 30
CAPÍTULO IX	
PEDREIROS E CARPINTEIROS	pág. 41
CAPÍTULO X	
HEREDOM	pág. 43
CAPÍTULO XI	
INICIAÇÃO FEMININA E INICIAÇÕES DE OFÍCIO	pág. 45
CAPÍTULO XII	
PALAVRA PERDIDA E PALAVRAS SUBSTITUTAS	pág. 48
CAPÍTULO XIII	
O CRISMA E O CORAÇÃO NAS ANTIGAS MARCAS CORPORATIVAS	pág. 57

CAPÍTULO XIV

A PROPÓSITO DOS SINAIS CORPORATIVOS
E DO SEU SENTIDO ORIGINAL pág. 64

CAPÍTULO XV

A ESTRITA OBSERVÂNCIA E OS SUPERIORES INCÓGNITOS pág. 68

CAPÍTULO XVI

ACERCA DOS SUPERIORES INCÓGNITOS E DO ASTRAL pág. 77

CAPÍTULO XVII

ALGUNS DOCUMENTOS INÉDITOS
SOBRE A ORDEM DOS ÉLUS COENS pág. 85

CAPÍTULO XVIII

A GNOSE E A FRANCO-MAÇONARIA pág. 98

CAPÍTULO XIX

A ORTODOXIA MAÇÓNICA pág. 100

CAPÍTULO XX

OS ALTOS GRAUS MAÇÓNICOS pág. 102

CAPÍTULO XXI

ACERCA DO GRANDE ARQUITECTO DO UNIVERSO pág. 104

CAPÍTULO XXII

CONCEPÇÕES CIENTÍFICAS E IDEAL MAÇÓNICO pág. 110

CAPÍTULO XXIII

RESUMO DE PALINGENIUS DOS
“HIGHWAYS AND BY-WAYS OF FREEMASONRY” pág. 115

CAPÍTULO XXIV

RESUMOS DE LIVROS APARECIDOS DE 1929 A 1950
EM “VÉU DE ÍSIS”, DESDE 1937 “ESTUDOS TRADICIONAIS” pág. 118

CAPÍTULO XXV

RESUMOS DE ARTIGOS DE REVISTAS APARECIDAS DE
1929 A 1950 EM “VÉU DE ÍSIS”, DESDE 1937 “ESTUDOS TRADICIONAIS” pág. 159

Studies in Freemasonry
& the Compagnonnage



René Guénon